



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

FRONTEIRAS DO CAFÉ: FAZENDEIROS E “COLONOS”
NO INTERIOR PAULISTA (1917-1937)

Rogério Naques Faleiros

Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Economia da UNICAMP para
obtenção do título de Doutor em Economia
Aplicada – área de concentração: História
Econômica, sob a orientação da Profa. Dra.
Lígia Maria Osório Silva.

*Este exemplar corresponde ao original
da tese defendida por Rogério Naques
Faleiros em 14/12/2007 e orientado pela
Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva.*

CPG, 14 / 12 / 2007

A handwritten signature in blue ink is written over a horizontal line. The signature appears to be "Lígia Maria Osório Silva".

Campinas, 2007

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Instituto de Economia/UNICAMP**

F184f	Faleiros, Rogério Naques. Fronteiras do café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937) / Rogério Naques Faleiros. - Campinas, SP: [s.n.], 2007. Orientadora: Ligia Maria Osório Silva. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Cafeicultura – São Paulo (Estado) – 1917-1937. 2. Colonos. 2. Re- lações de trabalho. 3. Fazendeiros – São Paulo (Estado). 4. Contrato de trabalho. I. Silva, Ligia Maria Osório. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.
	08-003-BIE

Título em Inglês: Frontiers of the coffee economy: farmers and workers relations in cities inside the state of Sao Paulo (1917-1937).

Keywords : Frontiers; coffee economy; Sao Paulo, Sao Paulo cities, farmers, workers, work relations, work contracts.

Área de concentração : História econômica.

Titulação : Doutorado em Economia Aplicada.

Banca examinadora : Profa. Dra. Ligia Maria Osório Silva.

Prof. Dr. Hernani Maia Costa.

Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda.

Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi.

Prof. Dr. Flavio Azevedo Marques de Saes.

Data da defesa: 14/12/2007.

Programa de Pós-Graduação: Economia Aplicada.

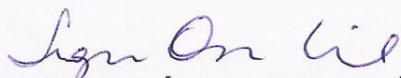
Tese de Doutorado

Aluno: ROGÉRIO NAQUES FALEIROS

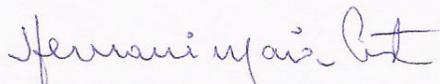
“ Fronteiras do Café: Fazendeiros e `Colonos` no Interior Paulista
(1917-1937) “

Defendida em 14 / 12 / 2007

COMISSÃO JULGADORA



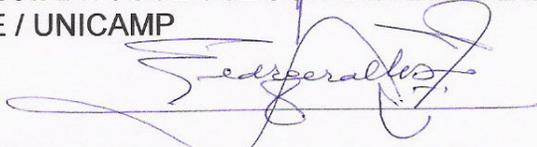
Profa. Dra. LÍGIA MARIA OSÓRIO SILVA
Orientadora – IE / UNICAMP



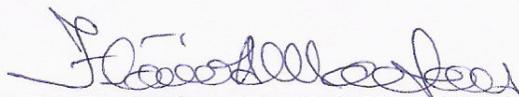
Prof. Dr. HERNANI MAIA COSTA
IE / UNICAMP



Prof. Dr. JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA
IE / UNICAMP



Prof. Dr. PEDRO GERALDO TOSI
UNESP / Franca



Prof. Dr. FLAVIO AZEVEDO MARQUES DE SAES
USP

*Dedico este trabalho
a Rodrigo da Silva Teodoro.
In Memoriam.*

Esta pesquisa foi financiada pela **FAPESP**.
Processo: 04/11860-1

“A fuga para frente do dinheiro e das normas só foi possível porque houve a fuga para frente de populações em busca de espaço livre, que ao ser ocupado reproduzia, na fronteira de expansão da acumulação capitalista, as relações sociais e econômicas desiguais e combinadas que constituem a marca mais forte da heterogeneidade social crescente da sociedade brasileira. (...) As formas de ocupação do território sempre confirmaram a tendência à concentração crescente da renda e da riqueza e à exploração brutal da mão-de-obra”.
(Conceição Tavares: 2000, p. 455).

RESUMO: Objetivamos estudar as relações de trabalho estabelecidas nas lavouras de café entre fazendeiros e trabalhadores rurais (genericamente chamados de *colonos*) entre 1917 e 1937, período no qual, em função da intervenção governamental no mercado cafeeiro e da existência de uma legislação altamente vulnerável no que se referia à apropriação de terras em grande escala nas zonas novas, se verificou um rápido processo de expansão da fronteira agrícola no estado de São Paulo, Brasil. Utilizamos como principal fonte documental 2.047 escrituras de contratos de formação e trato de cafezais lavradas nos cartórios dos municípios de Campinas, Rio Claro, Ribeirão Preto, Franca, São Carlos, Araraquara, Botucatu, São Manuel, Jaú, Novo Horizonte, São José do Rio Preto, Catanduva, Lins e Pirajuí. Nossas considerações finais indicam para o fato de que a remuneração pelo trabalho estava diretamente ligada ao estágio de desenvolvimento da cafeicultura em cada um dos municípios selecionados, sendo os contratos mais atraentes para a mão-de-obra alocada nas zonas novas, notadamente por conta do acesso mais amplo às culturas intercalares. Em todos os casos pesquisados fora recorrente o estabelecimento de relações de trabalho amplamente marcadas pela desigualdade.

Palavras-Chave: Fronteira, Cafeicultura, Interior Paulista, Trabalho, Escrituras cartoriais.

Sumário

Introdução	01
I - A defesa do café e o avanço da fronteira agrícola	19
II - Região Central: Campinas e Rio Claro	51
III - Região Mogiana: Ribeirão Preto e Franca	107
IV - Região Paulista: São Carlos e Araraquara	167
V - Região Alta Sorocabana: Botucatu e São Manuel	223
VI - Região Douradense: Jaú e Novo Horizonte	265
VII - Região Alta Araraquarense: São José do Rio Preto e Catanduva	311
VIII - Região Noroeste: Lins e Pirajuí	355
Considerações Finais	399
Fontes Documentais e Bibliografia	431

Índice de mapas, tabelas e gráficos

	Pg.
Introdução	
Mapa 1 - Municípios selecionados	03
Capítulo 1 - A defesa do café e o avanço da fronteira agrícola	
Tabela 1 - Faixas de propriedade em diversas regiões paulistas	48
Capítulo 2 - Região Central: Campinas e Rio Claro	
Mapa 1 - Região Central	52
Tabela 1 – Estimativa de recebimentos em situações de Empreitada e Parceria em Campinas	77
Tabela 2 – Remuneração dos trabalhadores em Rio Claro 1924-1928	78
Tabela 3 – Remuneração dos trabalhadores em Campinas 1924-1928	79
Tabela 4 – Remuneração dos trabalhadores em Ribeirão Preto 1924-1928	79
Tabela 5 – Remuneração dos trabalhadores em Pirajuí 1924-1928	80
Tabela 6 – Rendimentos de três famílias de imigrantes em 1922	103
Gráfico 1 - Produção de Café, Algodão e Açúcar. Região Central 1886-1935	62
Gráfico 2 - Contratos de Café. Região Central 1917-1937.	68
Gráfico 3 - No. de cafeeiros/arrobas produzidas. Campinas 1909-1938	70
Gráfico 4 - No. de cafeeiros/arrobas produzidas. Rio Claro 1909-1938	71
Gráfico 5 - Situação dos cafeeiros. Região Central 1917-1937.	75
Gráfico 6 - Cafeicultura Região Central. Área cultivada 1905-1940	81
Gráfico 7 - Preço do café (@). Campinas 1917-1937	84
Gráfico 8 - Evolução dos saldos e gastos acumulados. Colono Aurélio Benedicto. Faz. Pau d'Alho. 1927-1931	100
Gráfico 9 - Evolução dos saldos e gastos acumulados. Colono Ceccato José. Faz. Pau d'Alho. 1929-1931	102
Capítulo 3 - Região Mogiana: Ribeirão Preto e Franca	
Mapa 1 - Região Mogiana	108
Tabela 1 - Cafeeiros, arrobas produzidas e média por estabelecimento. Ribeirão Preto. 1905-1940	109
Tabela 2 – cafeeiros, propriedades, produtividade e média 1890-1940.	110
Tabela 3 – Ribeirão Preto: produtores com mais de 500 mil pés de café em 1924	113
Tabela 4 – Número médio de pés de café por propriedade em 1933	114
Tabela 5 – pequenas lavouras de café. Alta Mogiana 1933	115
Tabela 6 – Parceria. Renda de uma família de cinco membros em Ribeirão Preto entre 1921 e 1925	131
Tabela 7 – Parceria. Renda de uma família de cinco membros em Ribeirão Preto entre 1930 e 1935	131
Tabela 8 – Perspectivas de expansão da lavoura cafeeira – 1932/1933	141
Tabela 9 – Valores recebidos sobre Empreitada e Parceria de 15.000 pés de café	151
Gráfico 1 - Produtividade dos cafeeiros. Ribeirão Preto 1890-1940	108
Gráfico 2 - Contratos de Café. Região Mogiana 1917-1937	123
Gráfico 3 - Tipos de contrato. Ribeirão Preto 1917-1937	125
Gráfico 4 - Contratos de Empreitada. Localização das propriedades. Ribeirão Preto 1917-1937.	126
Gráfico 5 - Preços do café (arrobas). 1917-1937.	129
Gráfico 6 - No. de cafeeiros/arrobas produzidas. Ribeirão Preto 1909-1938	137
Gráfico 7 - No. de cafeeiros/arrobas produzidas. Franca 1909-1938	138
Gráfico 8 - Cafeicultura. Produtividade. 1909-1938 (Franca e Ribeirão Preto)	139
Gráfico 9 - Cafeicultura. Produtividade. 1909-1938	142

Capítulo 4 - Região Paulista: São Carlos e Araraquara

Mapa 1 - Região Paulista	168
Tabela 1 - Municípios que apresentaram maior crescimento no plantel de escravos (1874-1887)	172
Tabela 2 – Cafeeiros por propriedade. Araraquara e São Carlos	183
Tabela 3 – Cafeeiros por propriedade. São Carlos 1916 e 1928	185
Tabela 4 – Principais produtos agrícolas - 1939	186
Tabela 5 – Estimativa dos rendimentos. 5.000 cafeeiros. Araraquara 1926-1929.	201
Tabela 6 – Estimativa dos rendimentos. 5.000 cafeeiros. Pirajuí e São Carlos 1926-1929.	203
Tabela 7 - Faixas de Cafeeiros contratados	219
Gráfico 1 - produtividade. Alguns municípios da região Paulista	169
Gráfico 2 – Número de Cafeeiros/arrobas produzidas. São Carlos 1909-1938	190
Gráfico 3 - Número de Cafeeiros/arrobas produzidas. Araraquara 1909-1938	190
Gráfico 4. Contratos de Café. São Carlos e Araraquara 1917-1937	193
Gráfico 5 - Tipo de contrato. Região Paulista 1917-1937	197
Gráfico 6 - Situação dos Cafeeiros. São Carlos 1917-1937	219
Gráfico 7 - Situação dos Cafeeiros. Araraquara 1917-1937	219

Capítulo 5 - Região Alta Sorocabana: Botucatu e São Manuel

Mapa 1 - Região Alta Sorocabana	223
Tabela 1 – Maiores Cafeicultores. São Manuel 1928	242
Tabela 2 – Maiores Cafeicultores. Botucatu 1920	243
Tabela 3 - Faixas de cafeicultores. Botucatu (1920) e São Manuel (1928)	245
Tabela 4 – Rendimentos de Parceria em Botucatu e Empreitada em Pirajuí (1925-28)	259
Gráfico 1 - Produtividade	226
Gráfico 2 - Produção	226
Gráfico 3 - No. de cafeeiros/arrobas produzidas. São Manuel. 1909-1938	246
Gráfico 4 - No. de cafeeiros/arrobas produzidas. Botucatu. 1909-1938	247
Gráfico 5 - Contratos de Café. Região Alta Sorocabana 1917-1937	248
Gráfico 6 - Tipos de Contrato. Região Alta Sorocabana 1917-1937	257
Gráfico 7 - Situação dos cafeeiros. Região Alta Sorocabana 1917-1937	258

Capítulo 6 - Região Douradense: Jaú e Novo Horizonte

Mapa 1 - Região Douradense	266
Mapa 2 – Esboço Geológico Geral do estado de São Paulo.	277
Tabela 1 – Maiores Cafeicultores de Jaú. 1926-1929	291
Tabela 2 – Cafeicultores de Jaú	294
Tabela 3 – Rendimentos de parceria em Jaú e empreitada em Novo Horizonte	300
Tabela 4 – Plantio intercafeeiro em Jaú e Novo Horizonte	301
Gráfico 1 - Cafeeiros Produtivos. Região Douradense. Municípios selecionados 1909-1938	267
Gráfico 2 - No. de cafeeiros/arrobas produtivas. Jaú 1909-1938	284
Gráfico 3 - No. de cafeeiros/arrobas produtivas. Novo Horizonte 1909-1938	284
Gráfico 4 - Tipos de Contrato. Novo Horizonte. 1917-1937	287
Gráfico 5 - Tipos de Contrato. Jaú. 1917-1937	287
Gráfico 6 - Contratos de Café. Região Douradense 1917-1937	288

Capítulo 7 - Região Alta Araraquarense: São José do Rio Preto e Catanduva

Mapa 1 - Região Alta Araraquarense	312
Tabela 1 – Evolução dos tipos de contrato em São José do Rio Preto	327
Tabela 2 – Evolução dos tipos de contrato em Catanduva	328
Tabela 3 – Plantio Intercafeeiro em Franca, Campinas e Catanduva	334
Tabela 4 - Rendimentos dos colonos em Regime de Parceria. São José do Rio Preto e Catanduva	341
Tabela 5 - Rendimentos dos colonos em Regime de Empreitada. São José do Rio Preto e Catanduva	342
Tabela 6 - Rendimentos dos colonos em Regime de Parceria. Campinas e Ribeirão Preto	343
Tabela 7 - Rendimentos dos colonos em Regime de Empreitada. Campinas e Ribeirão Preto	343
Tabela 8 – Síntese das simulações feitas em S.J. Rio Preto, Catanduva, Ribeirão Preto e Campinas	344
Gráfico 1 - Contratos de Café. Região Alta Araraquarense 1917-1937	317
Gráfico 2 - Tipos de Contrato. São José do Rio Preto 1917-1937.	326
Gráfico 3 - Tipos de Contrato. Catanduva 1917-1937.	327
Gráfico 4 - Produtividade dos cafeeiros. 1909-1938.	337
Gráfico 5 - No. de cafeeiros/arobas produzidas. São José do Rio Preto 1909-1938.	346
Gráfico 6 - No. de cafeeiros/arobas produzidas. Catanduva 1909-1938.	347
Gráfico 7 - Contratantes São José do Rio Preto 1917-1937.	350
Gráfico 8 - Contratados São José do Rio Preto 1917-1937.	350
Gráfico 9 - Contratantes Catanduva 1917-1937.	351
Gráfico 10 - Contratados Catanduva 1917-1937.	351

Capítulo 8 - Região Noroeste: Lins e Pirajuí

Mapa 1 - Região Noroeste	355
Tabela 1 – Embarques de mercadorias NOB entre 1914 e 1956	362
Tabela 2 – Participação do café na receita de algumas ferrovias paulistas	364
Tabela 3 – rendimentos de empreitada. Lins e Pirajuí – 1924-27.	388
Tabela 4 - rendimentos de empreitada. Lins e Pirajuí – 1934-37	389
Tabela 5 – Rendimento de Empreitadas em diferentes municípios	391
Tabela 6 – Rendimento de Empreitadas em diferentes municípios	391
Tabela 7 – Rendimento de Parcerias em diferentes municípios	392
Tabela 8 – Rendimento de Parcerias em diferentes municípios	392
Gráfico 1 - Café na NOB	366
Gráfico 2 - População 1917-1937	368
Gráfico 3 - Cafeicultura - Área Plantada	370
Gráfico 4 - Contratos de Café. Região Noroeste 1917-1937.	375
Gráfico 5 - Produtividade (@ por mil pés)	390
Gráfico 6 - Tipos de Contrato. Pirajuí 1917-1937	394
Gráfico 7 - Evolução dos tipos de contratos. Pirajuí 1917-1937.	394
Gráfico 8 - Tipos de Contrato. Lins 1917-1937	395
Gráfico 9 - Evolução dos tipos de contratos. Lins 1917-1937.	395
Gráfico 10 - No. de cafeeiros/arobas produzidas. Lins 1909-1938.	396
Gráfico 11 - No. de cafeeiros/arobas produzidas. Pirajuí 1909-1938.	396

Considerações Finais

Mapa 1 – Escrituras lavradas por Região	404
Mapa 2 – Escrituras lavradas por município	405
Mapa 3 – Investimentos na formação de lavouras realizados a partir dos municípios selecionados	430
Tabela 1 – Produtividade (arobas por mil pés). Municípios selecionados 1909-1938	407
Tabela 2 – Faixas de cafeeiros contratados (1917-1937)	413

Tabela 3 – Faixas de cafeeiros contratados (1917-1937) - porcentagem	414
Tabela 4 – Área Plantada e No. de Cafeeiros (1920-1934)	419
Gráfico 1 - Contratos de Café. Dados agregados (2.047 escrituras)	399
Gráfico 2 - Contratos de Café. Regiões (1917-1937)	402
Gráfico 3 - Contratos de Café. Municípios Pesquisados (1917-1937)	403
Gráfico 4 - Tipos de contratos. Regiões Pesquisadas	416
Gráfico 5 - Idade dos municípios x Contratos pesquisados (1917-1937)	421
Gráfico 6 - Idade dos municípios x Empreitadas de formação (1917-1937)	422
Gráfico 7 - Idade dos municípios x Parcerias (1917-1937)	423
Gráfico 8 - No. de contratos x Empreitadas de formação (1917-1937)	426
Gráfico 9 - No. de contratos x Pg. Em dinheiro (1917-1937)	427

Introdução

A questão das relações de trabalho nas lavouras de café durante a República Velha e anos subseqüentes já foi amplamente discutida pela historiografia. Como veremos adiante autores como José de Souza Martins (1979), Brasília Sallum Jr. (1982), Thomas Holloway (1984), Verena Stolcke (1986), M. Font (1985) e Chiara Vangelista (1991) levantaram diversos pontos sobre as especificidades destas relações, entretanto, nenhum destes trabalhos se propôs a fazer uma análise conjunta das relações de trabalho estabelecidas na cafeicultura das distintas regiões componentes do chamado “oeste paulista”, tal como a que nos propomos neste trabalho. Holloway e Font destacaram que nas regiões de fronteira as formas de remuneração estabelecidas foram mais favoráveis aos “colonos¹” do que nas regiões de mais remoto desenvolvimento da cafeicultura, tais como a região de Campinas e de Ribeirão Preto na década de vinte. Aliás, a questão da fronteira agrícola merece destaque central nas interpretações destes autores. Para Holloway a fronteira agrícola, em expansão, criava uma instabilidade muito grande nas relações de trabalho estabelecidas nas zonas mais antigas, verificando-se um intenso deslocamento de mão-de-obra para as novas regiões, virgens em produtividade tanto para o café quanto para a cultura de outros gêneros alimentícios. Partiremos justamente deste ponto.

Nos propomos neste trabalho a responder a seguinte questão: Quais foram as formas de contratação de mão-de-obra predominantes num contexto de avanço da fronteira agrícola no estado de São Paulo em suas distintas regiões? Qualquer tentativa de resposta teria que partir dos seguintes pressupostos: a) que a cafeicultura estivesse passando por um momento de expansão, incorporando novas áreas à acumulação capitalista; b) que observássemos tanto regiões de cafeicultura mais antiga quanto regiões da fronteira de expansão, buscando-se com isso elementos para comparar uma e outra situação, uma vez que as formas de remuneração apresentavam-se intimamente ligadas aos diferentes estágios de desenvolvimento da cafeicultura; c) teríamos que dispor de uma documentação comum

¹ Neste trabalho utilizaremos o termo colono para identificar genericamente os trabalhadores rurais uma vez que estes poderiam não ser necessariamente colonos (aqueles submetidos a contratos de colonato), mas também parceiros e empreiteiros formadores de novas lavouras. Por isso utilizamos “aspas” no título.

às distintas regiões, de forma a estabelecer séries de evolução do número de contratos de formação e/ou trato de café; d) e, por último, necessitaríamos de dados relativos à produtividade dos diferentes municípios selecionados, expoentes da cafeicultura tanto nas regiões antigas quanto nas de fronteira.

Por conta do primeiro pressuposto, definimos o intervalo de nossas preocupações entre os anos de 1917 e 1937, período durante o qual vigoraram programas de defesa dos preços do café (permanentes a partir de 1924). Nos vinte anos circunscritos em nossa periodização, novas zonas foram abertas, tais como a Alta Araraquarense, a Douradense, a Noroeste e a Alta Sorocabana. Zonas antigas como a Central, a Mogiana e a Paulista, com solos já desgastados, foram, em parte, aproveitadas mais intensamente, de modo que a produção cafeeira no estado de São Paulo subiu de 14,1 milhões de sacas em 1914/15 para 24,2 milhões em 1929/30. Por conta da redução dos riscos de produção e da vigência de preços atrativos, em função das políticas governamentais de defesa do preço do café, os cafeicultores sentiram-se estimulados a aumentar suas lavouras, dirigindo-se para o “oeste” expandido, assim, o espaço geográfico da cafeicultura e a dimensão da acumulação de capitais, reiterando a vinculação agro-exportadora do Brasil à economia mundial.

Circunscrevendo estas transformações adotamos como critério de periodização inicial o ano de 1917, momento em que se define um programa de valorização da saca de café em função de uma safra relativamente volumosa (15 milhões de sacas) e de uma queda abrupta no consumo, por conta da Primeira Grande Guerra, e como marco final o ano de 1937, quando se estabeleceu a chamada “política da concorrência”, abolindo-se gradualmente qualquer forma de sustentação dos preços forçando-se assim um acordo internacional com os demais países produtores de café. Encerra-se neste ano um ciclo de duas décadas onde os preços das sacas de café (e, no limite, a própria lucratividade da cafeicultura) estiveram amparados e protegidos por intervenções governamentais. Não obstante, verifica-se neste período um movimento descendente dos preços, não só do café, mas das *commodities* em geral: No caso brasileiro a depressão dos preços ocorreu, pelo lado da demanda, em função das restrições de crédito verificadas nas economias centrais (até 1933) e da diminuição das populações européias e norte-americanas, e do lado da oferta por conta da existência de altos estoques e de um potencial de produção quase

ilimitado, gestado durante o período de defesa do café. Estas questões serão tratadas de forma mais aprofundada no primeiro capítulo.

Definida uma periodização que contemplasse a problemática central deste trabalho, teríamos que definir, então, nossos critérios de espacialização, de forma que abarcássemos tanto regiões “antigas”, do ponto de vista do desenvolvimento da cafeicultura na década de vinte e trinta, quanto as regiões de “fronteira”, de modo que a observação destes distintos “estágios” nos fornecesse elementos de comparação. Assim, elegemos dois municípios representativos para cada uma das sete regiões selecionadas para este estudo:

Mapa 1 – Municípios selecionados



Fonte: elaboração própria

A partir de uma análise preliminar dos dados presentes no trabalho de José Francisco de Camargo, que neste estudo assumiu um caráter de fonte documental, em função da importância e do volume de informações lá contidas², selecionamos municípios representativos do desenvolvimento da cafeicultura em cada uma das regiões do “oeste paulista”. Observando os dados de produção cafeeira, número de cafeeiros, número de

² José Francisco de CAMARGO. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, 1981. Vol. I, II e III.

unidades produtoras, número de trabalhadores, área agricultável destinada ao café e quantidade de arrobas produzidas, concluímos que os municípios selecionados acompanhavam muito proximamente as transformações ocorridas em suas respectivas regiões, ou seja, retratavam as dinâmicas de expansão ou de retrocesso da cultura cafeeira entre 1917 e 1937.

As regiões do Vale do Paraíba, da Capital e do Vale do Ribeira (áreas em cinza no mapa) apresentavam neste período uma cafeicultura insignificante se comparada às demais regiões do estado, de modo que foram excluídas de nosso recorte espacial. As regiões da Alta Paulista (Marília, Tupã e adjacências), assim como o extremo oeste da região Alta Sorocabana (Assis, Presidente Prudente), também não foram incorporadas ao nosso estudo, pois o desenvolvimento da cafeicultura nestas paragens foi posterior à periodização por nós adotada, ou apenas em parte nela contido. As regiões do interior de São Paulo, de acordo com Sérgio Milliet (1939) e o próprio Camargo (1952) foram tradicionalmente definidas e batizadas pelo nome das estradas de ferro que as talhavam, definição esta que até os dias atuais persiste no imaginário paulista. Mantivemos a nomenclatura regional pautada nas estradas de ferro e em nossa pesquisa os municípios selecionados foram:

- Região Central: Campinas e Rio Claro
- Região Mogiana: Ribeirão Preto e Franca
- Região Paulista: São Carlos e Araraquara
- Região Alta Sorocabana: Botucatu e São Manuel
- Região Douradense: Jaú e Novo Horizonte
- Região Alta Araraquarense: São José do Rio Preto e Catanduva
- Região Noroeste: Lins e Pirajuí

A divisão regional proposta neste estudo, apesar de inspirada nos trabalhos clássicos de Milliet e Camargo, apresenta algumas diferenças em relação a estes estudos. A primeira delas é que segundo os critérios destes autores o município de Rio Claro pertenceria à zona da Paulista, entretanto, aqui alocamos este município na zona Central, pois o desenvolvimento da cafeicultura em Rio Claro apresentava características mais próximas das de Campinas do que das dos municípios de São Carlos e Araraquara, também tributários da Paulista, onde a cafeicultura desenvolvera-se posteriormente, nas décadas de 1890 e 1900, ao passo que investimentos de grande monta haviam sido efetivados em Rio

Claro em período anterior, simultaneamente ao que ocorrera em Campinas e outros municípios da região Central. A segunda diferença em relação à regionalização clássica foi o “desmembramento” da Região Douradense, nestes estudos pertencente à região da Alta Araraquarense. O fato é que os municípios da conhecida “Baixa Araraquarense”, aqueles de cafeicultura mais antiga, tais como Jaú, guardavam pouca semelhança, tanto histórica quanto geograficamente, em relação aos municípios da região de São José do Rio Preto, um dos palcos do avanço da fronteira nos marcos da periodização proposta. Assim, optamos por uma regionalização que desmembrasse de um conjunto maior os municípios tributários da Estrada de Ferro do Dourado. Uma terceira diferença é que em “Fronteiras do Café” a região Noroeste foi estudada separadamente, ao passo que nas referências clássicas tal região foi estudada em conjunto com os municípios da chamada Alta Paulista (região de Marília).

Cabe salientar que outras formas de divisão regional são possíveis. Em trabalho elaborado recentemente por César Mucio Silva, que versa sobre a distribuição orçamentária em São Paulo, o autor propõe, de forma subsidiária ao objeto de estudo, uma regionalização baseada nos chamados distritos eleitorais³, dez ao todo. A regionalização proposta por este autor não se adaptaria muito bem à nossa problemática central, pois congregaria na mesma região (ou distrito), municípios que vivenciaram situações muito distintas dentro do complexo cafeeiro.

Por exemplo, segundo a regionalização baseada em distritos eleitorais, pertenceriam à mesma zona (10º Distrito) os municípios de Ribeirão Preto (sede), Franca, São José do Rio Preto e Catanduva. O 5º Distrito alocaria os municípios de Botucatu (sede), São Manuel, Pirajuí, Lins e Marília, ao passo que se situariam no 9º Distrito os municípios de São Carlos (sede), Araraquara, Jaú e Novo Horizonte. Para os objetivos propostos em nosso trabalho, ligados às relações de trabalho nas fazendas consoantes ao estágio de desenvolvimento de cada município, acreditamos que a regionalização clássica, com algumas modificações, já expostas, seja mais adequada, pois permite-nos definir regiões formadas por municípios que guardam entre si uma maior semelhança em termos de

³ César Mucio SILVA. *Poder político e distribuição orçamentária em São Paulo na Primeira República – 1890-1920*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, p. 69. Tese de doutoramento.

desenvolvimento da cafeicultura, adquirindo os municípios selecionados um maior grau de representatividade em relação à região em que se situavam.

Definidos os critérios de periodização e de divisão regional, fazia-se necessário eleger um núcleo documental capaz de nos fornecer o maior número de informações possíveis sobre a formação e o trato de lavouras de café e, ao mesmo tempo, uma documentação com a qual pudéssemos estabelecer comparações entre as distintas regiões aqui consideradas. Por esses motivos selecionamos como documentação principal escrituras de formação e/ou trato de café, lavradas nos Livros de Notas dos Cartórios dos municípios selecionados⁴. Como estes Livros constituíam a única forma de registro público existente à época, lá se encontravam escrituras dos mais variados tipos: compra e venda de imóveis urbanos e rurais, e escravos em época mais remota, doações, cessão de crédito (destacadamente hipotecário), escrituras de compra e venda de café (a partir das quais elaboramos séries de preços utilizadas nesta pesquisa), empreitadas de construção de prédios e casas na cidade, atas de eleições, testamentos, adoção de menores, liquidação de débitos, reconhecimento de dívidas, contratos de formação de sociedades agrícolas ou industriais, etc. As escrituras de formação e trato de café, para as quais maior atenção foi dedicada, forneceram importantes informações para nossa pesquisa, tais como o nome das partes contratantes, a quantidade e o estado dos cafeeiros a serem formados ou cuidados, formas de remuneração, o nome das fazendas, as cláusulas que regulavam as possibilidades de acesso dos trabalhadores ao cultivo de outras culturas, as multas rescisórias, os termos de garantia, adiantamentos e duração dos contratos.

A utilização das escrituras de formação e/ou trato de café permitiu-nos também a elaboração de tabelas e gráficos, a partir dos quais pudemos evidenciar, dentre os municípios selecionados, aqueles cuja “capacidade de resposta” foi reduzida no favorável contexto dos anos vinte, outros, que mesmo já “maduros” responderam positivamente à melhora e maior segurança em relação aos preços, e um conjunto de municípios aonde a fronteira avançou de forma mais robusta, notadamente nas regiões da Alta Araraquarense e da Noroeste, que vivenciaram, no intervalo de nossas preocupações, um vertiginoso

⁴ Escrituras cartoriais ainda compõem um tipo de fonte documental pouco explorada por trabalhos de História Econômica, notadamente pela historiografia do complexo cafeeiro. Algumas pesquisas avançaram na utilização deste tipo de fonte nesta área do conhecimento, tais como Rogério Naques FALEIROS (2002), Valdir Geraldo FERREIRA (2005), Rodrigo da Silva TEODORO (2006) e Pedro Geraldo TOSI, Rogério Naques FALEIROS, Rodrigo da Silva TEODORO (2005).

aumento do número de escrituras lavradas e da quantidade de cafeeiros em produção, e, por conseguinte, do volume de arrobas produzidas. Pudemos também perceber a redução do ritmo de formação de novas lavouras a partir da crise de 1929, bem como a mudança do tipo de relação contratual dominante naquele contexto, transitando-se, nas zonas novas, das empreitadas para as parcerias. A análise desta documentação permitiu-nos também a comparação das possibilidades de acesso às lavouras de gêneros alimentícios em distintas regiões, como também dos tipos de contrato predominantes em cada uma delas.

As fontes apresentavam, então, uma grande quantidade de informações e amplas possibilidades de quantificação, além do que possuíam grandes potencialidades no que se refere à observação do movimento da cafeicultura numa perspectiva dinâmica, ou seja, do ponto de vista da realização e registro cotidiano dos negócios, no caso, a formação de novas lavouras. Porém, este tipo de fonte apresentava uma limitação que residia no fato de que as informações lá contidas eram muito específicas e de que, isoladamente, poderiam não ser representativas de um contexto mais amplo. Procuramos solapar tal limitação pesquisando o maior número de escrituras possíveis, buscando assim apreender regularidades e discontinuidades mais significativas, como também cotejar nosso núcleo documental com o maior número de informações possíveis colhidas em fontes de outra natureza (jornais, almanaques, boletins, estatísticas) e na bibliografia existente, tanto memorialista quanto acadêmica.

Nos deparamos com algumas dificuldades para realizar a coleta de informações nos cartórios, tais como: a) a má conservação de alguns livros (umidade, traças, mofo, fungos, etc.) decorrente de precário arquivamento; b) a ausência de índices de escrituras ou qualquer outro registro, o que nos obrigou, numa exaustiva tarefa, a repassar “folha por folha” todos os 1.030 livros registrados entre 1917 e 1937 alocados nos quatorze cartórios pesquisados; c) a caligrafia da época, que tornava a leitura dos documentos mais lenta; d) o fato de que os Cartórios, com raras e louváveis exceções, não estão preparados para receber a visita de pesquisadores, alguns dos quais, inclusive, negaram acesso à documentação.

Mesmo com estas adversidades felizmente pudemos contar com a benevolência dos Tabeliães e encontramos 2.047⁵ escrituras envolvendo a formação e o trato de cafeeiros,

⁵ Selecionamos um cartório (Ofício Civil) por município, supondo que o tipo e volume de escrituras lá encontradas seriam recorrentes nos demais cartórios. Em geral, à época, cada município possuía dois Ofícios Cíveis, exceção feita a Campinas e Ribeirão Preto, que possuíam quatro Ofícios Cíveis.

lavradas entre 1917 e 1937. Na ordem pesquisada, encontramos 188 escrituras no 2º Ofício Civil de Franca (à época esta documentação se encontrava no Arquivo Municipal de Franca), 29 no 1º Ofício Civil de Campinas, 66 no 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto, 292 no 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto, 209 no 2º Ofício Civil de Catanduva, 15 no 2º Ofício Civil de Rio Claro, 252 no 1º Ofício Civil de Lins, 482 no 2º Ofício Civil de Pirajuí, 52 no 2º Ofício Civil de São Carlos, 53 no 2º Ofício Civil de Araraquara, 20 no 1º Ofício Civil de São Manuel, 96 no 1º Ofício Civil de Botucatu, 171 no 2º Ofício Civil de Jaú e 122 no 2º Ofício Civil de Novo Horizonte (neste município a documentação do 2º Ofício encontra-se no 1º Ofício).

Assumimos neste estudo que nosso núcleo documental é incapaz de apreender toda a mão de obra arregimentada nos marcos da periodização proposta. Exemplo disso são os colonos *stricto sensu*, aqueles submetidos a típicos contratos de colonato, pois, como veremos no capítulo referente à região Central, o registro público da relação trabalhista era feito em cadernetas e não em escrituras. Nestas cadernetas se encontrava um contrato-padrão e as contas correntes dos colonos, sendo que, na ocasião da liquidação da relação contratual estabelecida, a caderneta era levada a cartório sendo os dados lá contidos reconhecidos pelo cartório (as cadernetas recebiam um selo e a assinatura do Tabelião). Há que se considerar também que muitos destes colonos foram contratados sem nenhuma forma de registro público em cartório, sendo necessário, para reconstruir documentalmente sua existência, ter acesso a documentação privada das fazendas, o que muitas vezes não é possível por conta da dificuldade de se encontrar tais registros, pois grande parte das propriedades não organizam nenhuma forma de arquivo ou mesmo destroem os “papéis antigos”.

Deve-se destacar também que uma quantidade imensurável de relações de trabalho deve ter sido estabelecida sem deixar nenhum tipo de registro, tanto privado quanto, muito menos, público, impossibilitando o historiador de exercer seu ofício. Nestas condições, dada a inexistência de documentos, torna-se impossível supor e medir em números o que a nossa amostra (as escrituras cartoriais pesquisadas) representa em relação ao total de parcerias e empreitadas estabelecidas num determinado local nos marcos da periodização proposta, justamente porque desconhecemos a magnitude do conjunto em que estavam inseridas. Mesmo com esta impossibilidade de se mensurar a amostra, acreditamos, em

função da metodologia adotada, que o núcleo documental desta pesquisa é bastante significativo e adequado à problemática proposta.

Fazendeiros e trabalhadores lavravam escrituras por uma série de fatores: a) desconhecimento ou desconfiança entre as partes; b) tentativa de “segurar” a mão de obra na propriedade, mediante registro de multas, cauções e garantias em contrato; c) necessidade de uma melhor definição dos termos de contrato, tais como o plantio intercafeeiro; d) definição, a priori, das cláusulas que definiriam o estabelecimento da cobrança de taxas pelo transporte e beneficiamento da produção dos trabalhadores; e) pré-fixar salários num contexto de crescente demanda por trabalho; f) garantir ao proprietário o direito de fiscalização das tarefas. Cabe salientar que os contratos tornavam-se instrumentos de opressão dos trabalhadores, visando minimizar as possibilidades de abandono da lavoura e garantir ao fazendeiro uma série de direitos unilaterais, como veremos adiante.

Eram dois os tipos de escrituras predominantes entre fazendeiros e trabalhadores: as empreitadas e as parcerias. Basicamente, a diferença entre estas escrituras era a forma de pagamento. Nas escrituras de parceria agrícola, geralmente, os trabalhadores receberiam como remuneração pelo trato⁶ a metade da produção dos cafeeiros contratados. Em grande medida, nestes casos, as escrituras versavam sobre cafeeiros já formados ou com formação quase concluída. Terminada a colheita, a secagem e o beneficiamento, as sacas seriam divididas em função da proporção estabelecida, meio a meio na maioria dos casos, sendo esta a única fonte de renda do “parceiro”.

Nas empreitadas os trabalhadores seriam contratados para formar um determinado número de cafeeiros, recebendo como pagamento a totalidade da produção das árvores contratadas, ou, em alguns casos, além disso, receberiam uma determinada quantia por cada cova formada⁷. Há que se considerar que os cafeeiros começariam a produzir algum fruto somente após o terceiro ou quarto ano e, mesmo assim, esta primeira colheita renderia uma produção diminuta, sendo que uma “produtividade adulta”, digamos assim, só seria alcançada a partir do sexto ou sétimo ano de idade. Justamente por isso os fazendeiros

⁶ Entendia-se por trato as atividades de carpa, combate aos brotos, adubação, cuidados com doenças, espalhamento do cisco, colheita, secagem, e, em alguns casos, o beneficiamento dos grãos.

⁷ Uma cova abrigava de duas a cinco mudas. Sobre as que não “vingavam” era cobrada uma multa, e sobre as que pouco se desenvolviam estabelecia-se uma proporção: “cova de dois anos”, “cova de três anos”, para as quais se pagava metade ou três quartos do valor combinado, respectivamente.

abriam mão desta produção inicial e, após o vencimento do contrato, depois de quatro anos, deteriam cafeeiros com o ápice da produtividade ou algo muito próximo disso.

É difícil, tanto nas parcerias quanto nas empreitadas, mensurar o impacto das chamadas culturas intercalares, aquelas plantadas entre as fileiras do cafezal, sobre a renda dos trabalhadores, entretanto, pelas evidências coletadas, pode-se deduzir que eram maiores nas regiões mais novas. Certamente as colheitas ultrapassavam as necessidades da subsistência, contudo, mesmo lá, como veremos neste trabalho, há que se relativizar o fato de os trabalhadores disporem livremente dos excedentes das colheitas de arroz, feijão, milho e outras culturas⁸.

Em grande parte das escrituras pesquisadas (66,5%) os empreiteiros e parceiros não seriam pagos com dinheiro, mas com uma parcela da produção dos cafeeiros ou com a totalidade desta produção durante a vigência do contrato. Assim, a maior parte da renda dos trabalhadores seria composta por sacas de café, aspecto que tornaria problemático a comparação da remuneração dos trabalhadores. Poderíamos estabelecer uma produtividade média e cotejá-la com uma curva de preços, calculando os salários anuais, entretanto, se assim, procedêssemos, nossa análise se tornaria inócua, pois era justamente a produtividade (em café e em alimentos) um dos principais diferenciais da remuneração pelo trabalho nas zonas novas e antigas.

Nossa metodologia clamava, então, por algum tipo de estatística que nos fornecesse maiores informações sobre a produtividade das lavouras de café no período de nossas preocupações. A consulta ao boletim “Café: Estatísticas de Produção e de Comércio”, publicado anualmente entre 1909 e 1937-38 pela Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo nos forneceu as informações necessárias para cobrir tal lacuna. Além da produtividade constam nos boletins, para todos os municípios paulistas, informações sobre o número de cafeeiros produtivos, a produção total em arrobas, o preço do hectare da terra e o nome dos vinte maiores cafeicultores⁹, além de constar, para alguns municípios, comentários sobre o estado geral dos cafeeiros. A partir do confronto deste boletim com os dados pesquisados em cartórios realizamos neste trabalho algumas inferências sobre a remuneração do trabalho nos distintos municípios considerados.

⁸ Idéia sugerida por Holloway (1984), Font (1985), Sallum Jr. (1982), Stoleke (1986)

⁹ Agradeço ao Prof. Dr. Renato Leite Marcondes pela indicação desta documentação.

Partimos da premissa de que as relações de trabalho estabelecidas estavam diretamente subordinadas ao estágio de desenvolvimento de cada uma das regiões consideradas, assim, fez-se necessário também travar contato com toda uma bibliografia e uma documentação mais específica sobre cada um dos municípios, visando com isso angariar o maior número de informações possíveis e reconstituir o processo de formação e desenvolvimento da cafeicultura em diversas localidades do interior paulista.

*

A questão das relações de trabalho vigentes na cafeicultura paulista suscitou em diferentes épocas e contextos um grande número de interpretações complementares e/ou divergentes sobre a natureza e as especificidades do chamado colonato¹⁰. Alguns autores destacaram a virtuosidade de tal sistema de trabalho apontando-o como o responsável pela ascensão social e melhoria de vida dos trabalhadores, que a partir dos recursos acumulados tornar-se-iam proprietários. Uma outra parte da bibliografia aponta para a precariedade das relações estabelecidas entre fazendeiros e trabalhadores rurais, genericamente chamadas de colonos, mas que poderiam ser também empreiteiros formadores de cafezais ou mesmo parceiros, argumentando que as possibilidades de ascensão social eram mais remotas. Cabe a nós, neste momento, apenas destacar as principais referências que constituem o debate acerca dos limites e possibilidades das relações de trabalho e a mobilidade social conquistada ou não pelos agentes envolvidos.

Autores como José de Souza Martins e Brasília Sallum Jr. analisaram as relações de trabalho entre fazendeiros e “colonos” sob uma perspectiva mais teórica, buscando nos referenciais existentes, sobretudo no marxista, o entendimento das especificidades de tais relações. Ambos apontaram para uma complexa imbricação de características capitalistas e “não-capitalistas” no colonato. Sallum Jr.¹¹, apoiando-se numa exegese da análise da renda em Marx, Livro III do Capital, afirma que os fazendeiros no oeste paulista seriam, ao mesmo tempo, proprietários territoriais e capitalistas. Sob a primeira face formariam os

¹⁰ O contrato padrão previa um pacote salarial e outros incentivos. Três formas principais de remuneração eram especificadas: salário em dinheiro para o trato das plantações de café, para a colheita dos frutos e para o trabalho diário não especializado (diária). Além disso, o contrato fornecia moradia gratuita e *usufruto da terra para culturas de subsistência*. Todos os salários se estabeleciam numa base por unidade - uma quantia fixa de dinheiro por mil pés tratados, por unidade de volume colhido de café ou por dia trabalhado. Porém, existiam outras formas de contratação de mão-de-obra para as fazendas, tais como as empreitadas e parcerias, recorrentes nas escrituras pesquisadas, onde não necessariamente se efetivavam pagamentos em dinheiro. Podemos entender estas modalidades de arrematação de mão de obra como variações do dito “contrato padrão”.

¹¹ Brasília SALLUM JR. *Capitalismo e cafeicultura*. Oeste paulista: 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982, p. 26 e seguintes.

cafezais, arrendando terra aos formadores, e, sob a segunda, agiriam como capitalistas, pagando salários: a diferença entre o que o “colono” receberia e o valor de seu trabalho seria a renda paga, melhor dizendo, o preço pago pela utilização da terra. Assim, os “colonos” e os fazendeiros se vinculariam em dupla relação: uma capitalista (salário) e outra pré-capitalista (renda). Os fazendeiros seriam ao mesmo tempo proprietários rurais e produtores capitalistas. Os “colonos”, por sua vez, seriam assalariados e arrendatários em regime de subsistência. Para os fazendeiros, a renda corresponderia ao que eles deveriam ter pagado em salários reais adicionais para manter a força de trabalho. Isto é, a renda poderia ser vista como salário de mercado para todo o trabalho já prestado subtraindo-se o salário monetário já pago. Do ponto de vista do “colono” esta "dupla" vinculação como arrendatário e assalariado corresponderia às suas expectativas, pois o acesso a terra era indispensável para a sobrevivência da família, no mais das vezes sendo até mais importante do que os próprios pagamentos efetivados em moeda.

Importante assinalar, a partir de Sallum Jr., que o colonato constituía-se numa relação de trabalho extremamente complexa, e que, a partir do acesso à terra fornecido ao “colono”, confluíam-se os interesses de proprietários capitalistas e de arrendatários assalariados. Tal confluência de interesses era mais latente nas fazendas onde existia uma maior disponibilidade de terras para o cultivo intercafeeiro, melhor dizendo, naquelas fazendas da Fronteira onde o cafezal estava em formação, com maiores possibilidades de plantio de culturas de alimentos entre as fileiras do café. Para o “colono” isso significaria trabalhar em uma terra de melhor qualidade (virgem) e a possibilidade de reduzir o tempo de trabalho necessário para a manutenção deste tipo de lavoura. Nas fazendas ainda robustas das zonas mais antigas, mas com pouca disponibilidade de terras para a formação de novos cafeeiros, restaria ao “colono” o cultivo de alimentos nas chamadas "terras baixas", terrenos extras, fora do cafezal, destinados a este tipo de lavoura. Muitas vezes já esgotadas e com baixa produtividade estas terras apresentavam também a desvantagem de demandar um maior tempo de trabalho. "Como resultado deste processo as fazendas mais antigas constantemente se viam ameaçadas de despovoamento¹²", obstaculizando-se, pela não formação de novos cafeeiros, a dupla ligação que envolvia fazendeiros e “colonos” nas regiões de cafeicultura mais remotas.

¹² Brasília SALLUM JR. *Op. Cit.*, p. 188.

Em *O Cativo da Terra*, Souza Martins aponta que as relações de colonato caracterizavam-se como "não-capitalistas" pois existiam vínculos monetários, não-monetários e gratuitos, não se esquecendo também do caráter familiar do trabalho que não nos permite definir o colonato como uma relação capitalista de produção. Entretanto estas relações seriam produzidas e organizadas, segundo o autor, a partir dos interesses da produção capitalista, melhor dizendo, da acumulação mercantil. Tem-se, então, a "produção capitalista de relações não capitalistas de produção". Para o autor a hipótese é que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução¹³. Assim, a permanência de algumas características da sociedade brasileira não poderia ser entendida meramente como um anacronismo incompatível com o desenvolvimento do capital, mas, pelo contrário, estas permanências revelavam características específicas de um desenvolvimento capitalista tardio, sem as quais a reprodução capitalista entraria em colapso.

Souza Martins também discute as condições dos "colonos" em outro plano de abstração, concluindo que as possibilidades de ascensão seriam muito reduzidas naquela situação. Existia, segundo o autor, um endividamento inicial (oriundo das despesas com a passagem transatlântica), e também dívidas contraídas ao longo do contrato de trabalho em função das próprias contingências das lavouras, das despesas alimentares e de saúde, da compra de ferramentas, etc. Aliando-se a estas dívidas existiriam ainda os mecanismos de monopolização do potencial de compra dos "colonos", as chamadas economias de "caderneta", onde com o estabelecimento de "Vendas" nas colônias os fazendeiros agiriam em condições muito favoráveis, pois forneceriam crédito, manipulariam os valores e a esdrúxulos preços abocanhariam o excedente da produção de alimentos dos trabalhadores. Tal mecanismo seria coordenado por uma relação extremamente desigual, que em conjunto com outras práticas, redundariam num alto grau de exploração da força de trabalho.

O acesso a terra, para este autor, construía a ilusão de que os "colonos" trabalhariam para si, quando, na verdade, estariam apenas garantindo a sua mera reprodução como trabalhador, sem contar o fato de que os fazendeiros selecionavam para si os lotes de melhor qualidade. Segundo o autor o colonato pressupunha a desigualdade entre as partes

¹³ José de Souza MARTINS. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria editora de ciências humanas, 1979, p. 20 e seguintes.

contratantes, pressupunha o *cativeiro da terra*, sendo a propriedade fundiária fundamental para o estabelecimento da desigualdade vigente entre o fazendeiro e “colono”. Os rendimentos monetários dos trabalhadores derivariam do trato por mil pés de café e das colheitas, constituindo-se este ganho, para o autor, uma parcela menos significativa de sua remuneração. Já com o trabalho nas fileiras intercafeeiras ou em terrenos extras os “colonos” garantiriam o grosso da alimentação e reprodução da família. Percebe-se então, prossegue Souza Martins, um mecanismo no qual o salário não seria a forma dominante da relação estabelecida, o que impedia que fazendeiros e “colonos” vivessem integralmente a ficção da igualdade engendrada pela troca aparentemente igual de tempo de trabalho por dinheiro. Assim, "do ponto de vista do “colono” o trabalho necessário apareceria como trabalho sobran­te e o trabalho sobran­te, para o fazendeiro, era o que se revestia da aparência de trabalho necessário¹⁴". Em outros termos, o que era essencial aos “colonos”, a planta­ção de alimentos, cristalizava-se como secundário ao fazendeiro, e o que era essencial ao fazendeiro, a formação e/ou o trato do café, seria secundário para os “colonos”, entendido como um trabalho de menor importânci­a. Ocorre que tal complexidade construía-se a partir da concentração fundiária e do monopólio da terra, e, jogando com isso, os fazendeiros estabeleceram uma forma de exploração do trabalho muito específica na qual os “colonos” possuíam a ilusão de que entregavam ao fazendeiro em forma de café o pagamento para trabalhar para si próprio, pensando-se assim “senhores” do seu trabalho nas lavouras de subsistência, quando estavam, na verdade, a meio caminho da transparência da exploração pela coerção e a meio caminho da "igualdade" pressuposta pelo trabalho livre.

Chiara Vangelista destaca a necessidade de se discriminar as ofertas e as demandas por trabalho na economia paulista da República Velha. Segundo a autora as etapas do processo de produção de café exigiam diferentes perfis e impunham diferentes demandas à sociedade: eram necessários homens desenraizados e aventureiros para os esporádicos trabalhos de derrubada das matas, famílias para a formação e trato dos cafezais, trabalhadores avulsos e eventuais para a colheita, assalariados para a manutenção de máquinas de beneficiamento e das instalações, para a construção de armazéns, tulhas e terreiros para a secagem dos grãos¹⁵, entre tantas outras atividades, de modo que não se

¹⁴ José de Souza MARTINS. *Op. Cit.*, p. 88.

¹⁵ Veremos adiante que parte da infra-estrutura das fazendas era construída diretamente por empreiteiros do café, a custos monetários reduzidos.

pode falar em uma ascensão social de forma homogênea entre ofertas de trabalhadores tão singulares¹⁶. Dada a complexidade da demanda e da oferta de trabalho a autora relativiza as discussões sobre as possibilidades de ascensão social mostrando-nos a dificuldade de se discutir a questão frente aos inúmeros trabalhos, perfis e atores existentes na economia paulista do período.

Verena Stolcke, tratando mais especificamente das "Colônias", destaca o fato de que os proprietários possuíam especial interesse em empregar núcleos familiares nas fazendas. Existia, para a autora, uma ideologia de solidariedade e cooperação familiar que permitia aos cafeicultores explorar ao máximo toda a família imigrante. A partir da preeminência da autoridade do marido/pai sobre os membros da família o trabalho seria todo organizado sobre a base familiar, e as remunerações, em nenhum momento, eram estabelecidas individualmente sendo o grupo familiar coletivamente explorado¹⁷.

A questão da fronteira agrícola merece destaque central nas interpretações que postulam condições positivas à ascensão social a partir das relações de colonato. Dentre estas interpretações merecem destaque Thomas Holloway e Mauricio Font. Para Holloway, como vimos, a fronteira agrícola em expansão criava uma instabilidade muito grande nas relações de trabalho estabelecidas entre fazendeiros e imigrantes nas zonas mais antigas. Verificava-se um intenso deslocamento de famílias de "colonos" para as regiões mais novas, virgens em produtividade tanto para o café, planta de caráter perene, quanto para as lavouras de alimentos. Outro fator a se considerar também era a disponibilidade de terras nas novas regiões, a partir da qual os "colonos" poderiam ter acesso a maiores terrenos, o que corresponderia a uma vantagem em relação às regiões mais antigas e de solos já desgastados e ocupados pelo café. A partir deste mecanismo as fronteiras criariam um efeito de atração quase que irresistível, o que redundaria, também nas zonas antigas, em melhorias nas condições de ascensão dos "colonos"¹⁸.

Mauricio Font parece distinguir, também a partir das possibilidades nas fronteiras, uma forma de colonização distinta do restante da história do Brasil. Segundo o autor existem bases suficientes para argumentar que as fases posteriores da expansão do café em

¹⁶ Chiara VANGELISTA. *Os braços da lavoura: imigrantes e caipiras na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec/Instituto Italiano de Cultura, 1991.

¹⁷ Verena STOLCKE. *Cafeicultura: Homens, mulheres e capital*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁸ Thomas H. HOLLOWAY. *Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

São Paulo presenciaram o surgimento de outras formas de produção, principalmente de pequenos e médios proprietários. Este argumento é sustentado pelos dados fornecidos por Sérgio Milliet e José Francisco de Camargo, que apontam a existência crescente de pequenas e médias propriedades em São Paulo entre 1920 e 1940, sobretudo nas regiões da Alta Araraquarense, Alta Paulista e Noroeste. Segundo o autor a própria plataforma eleitoral de Washington Luís durante sua campanha para a presidência do estado de São Paulo, esquecendo-se o autor que plataformas eleitorais muitas vezes não se consubstanciam, confirmava a importância, na época, do sistema paulista de pequenas propriedades. Seu tema principal era que estava ocorrendo uma "transformação 'silenciosa' no sistema de posse da terra, através da subdivisão dos latifúndios e dos novos padrões de povoamento nas áreas virgens do oeste"¹⁹. Esquece-se o autor que um ano depois o então governador Washington Luís promulgaria A lei n. 1844 (27/12/1921) que visava adequar a legislação às novas investidas da elite contra o sertão, legalizando a situação dos posseiros irregulares entre 1895 e 1921 e autorizando a concessão gratuita de terras devolutas, em flagrante contradição com o princípio da lei de terras de 1850²⁰. Não por acaso a década de vinte ficou conhecida como o "Jubileu do Grileiro", época em que, com o aval do paulista de Macaé, processaram-se flibustarias de todos os tipos e falsificações de vários títulos de propriedades que beneficiaram a concentração de terras no "Oeste".

A hipótese central desenvolvida pelo autor é que as combinações próprias das relações de colonato permitiram a alguns trabalhadores tornarem-se produtores independentes de mercadorias, provendo assim as bases que tornaram possível a mudança para a produção cafeeira independente. Além de garantir sua subsistência, o direito de usufruto da terra permitiu a produção de excedentes alimentícios que, naquele contexto de expansão da urbanização da economia paulista, se tornaria, cada vez mais, uma das fontes básicas de receita monetária.

Assim como Holloway, Font também aponta a existência de uma "disputa" por "colonos" entre os fazendeiros. Uma vez estabelecidas estas disputas por mão-de-obra se ampliariam os direitos de plantio dos "colonos" como forma de atraí-los. Essa concorrência, para Font, tornou-se uma fonte fundamental de atrito entre os próprios

¹⁹ Maurício FONT. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933. In: Bernardo SORJ, Fernando Henrique CARDOSO e Maurício FONT. (orgs.) *Economia e movimentos sociais na América latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 220. A plataforma de W. Luís foi extraída do Jornal O Estado de S. Paulo, de 26/01/20.

²⁰ Lígia OSÓRIO. *Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. Campinas: Edunicamp, 1996, p. 289.

fazendeiros, pois "a imensa maioria das queixas registradas por fazendeiros contra outros fazendeiros no Patronato Agrícola, durante a década de 1920, concernia ao 'aliciamento' de colonos (55%) e ao não pagamento de antigas dívidas dos colonos por eles contratados (42%)²¹".

Nas disputas por "colonos" os fazendeiros estabelecidos na fronteira móvel estariam, para o autor, em considerável vantagem. Possuíam grandes extensões de terras virgens, podendo oferecer os contratos mais atraentes aos trabalhadores, justamente aqueles para "formar" novas roças (contratos de formação). Durante os 4-6 anos necessários para uma muda começar a produzir, o espaço de cerca de 3,5m entre as fileiras de café poderia ser usado para plantar milho e feijão, culturas que, juntamente com o arroz, constituíram os principais alimentos da dieta das famílias alocadas na zona rural. Por sua vez, a disponibilidade de terras no "oeste" significava que, ao invés de adotar inovações tecnológicas para intensificar a produção, os fazendeiros poderiam optar pelo cultivo extensivo na fronteira.

As conclusões de Font apontam para a existência de uma estrutura de oportunidades fluidas que permitiria aos trabalhadores buscar as melhores oportunidades dentro ou fora do sistema da fazenda. A dramática expansão na demanda de culturas alimentares possibilitou às famílias com suficiente força de trabalho atingir economias consideráveis ao destinar o usufruto dos lotes à produção de culturas comercializáveis. Para o autor a economia mais ampla, nascida do setor de exportação do café, desenvolveu uma dinâmica própria que sustentou o surgimento de acordos alternativos de utilização e posse da terra, principalmente no contexto da fronteira em expansão. "Lá, os pequenos proprietários, prosperando na produção de diversos gêneros agrícolas, tornaram-se um elemento

²¹ Maurício FONT, *op. cit.*, p. 227. O autor aponta também uma diferenciação da propriedade da terra no "oeste novo" em relação ao "oeste velho". Estas novas regiões eram largamente compostas de terras devolutas ou terras públicas, cuja distribuição em princípio pertencia ao estado. "Os fazendeiros foram capazes de ignorar ou resistir a várias tentativas realizadas pelos governos provinciais ou federais desde 1850 para tomar o controle efetivo das terras devolutas e assegurar a prioridade na sua utilização. Mas no início do século XX, segundo o autor, havia agora uma ameaça real. Políticos importantes, como Cincinato Braga, invocaram um ato de doação de terras a colonos semelhante ao americano. Esse sentimento também estava presente no interior do Partido Republicano Paulista e também constava na plataforma de Washington Luís de 1920, que estimava que o governo do estado procederia à subdivisão de terras públicas e latifúndios, para beneficiar pequenos estabelecimentos rurais". p. 327. Confesso ser um pouco difícil acreditar na existência de um conflito entre o Estado e os fazendeiros no processo de incorporação de novas terras para a produção de café. Sabemos que o processo de extensão das fronteiras foi sempre coordenado pelas vicissitudes do capital mercantil em momentos de expansão do mercado mundial ou melhora dos preços. Sendo o latifúndio a forma básica de organização da produção existente no campo, e sendo os fazendeiros homens de peso político considerável no Estado, fica difícil acreditar em políticas favoráveis às pequenas propriedades em detrimento da grande produção. Tal afirmação ainda é mais complicada nas décadas de vinte e trinta, onde a cultura de exportação desempenhava um papel chave no processo de industrialização em curso.

predominante na organização social. Esses processos minaram o íntimo monopólio da terra e do trabalho tradicionalmente reivindicado pelos fazendeiros²²".

Grosso modo, visando apenas demonstrar as interpretações que se polarizam, foram estas as principais posições que construíram o debate acerca das relações de trabalho estabelecidas no campo. Passemos agora ao exame da documentação pesquisada, dentro da metodologia proposta, vislumbrando agregar novas informações a esta discussão.

²² Maurício FONT, *op. cit.*, p. 242 e seguintes.

- I -

A Defesa do Café e o avanço da Fronteira Agrícola.

A década de vinte se destaca como um momento privilegiado para a observação das relações de produção estabelecidas entre fazendeiros e trabalhadores rurais na cafeicultura paulista, porém, antes, façamos breves considerações sobre alguns aspectos mais gerais circunscritos em nossa periodização, tais como as políticas de defesa do café, implementadas no período, e a permissividade para com a apropriação de terras em ampla escala, fenômeno que ocorrera no estado à época. A fronteira agrícola avançou notavelmente neste período verificando-se na cafeicultura desenvolvimento sem precedentes na história. Basta recordar que a produção média cresceu de 14,1 milhões de sacas entre 1914/15 e 1918/19, para 18,2 entre 1924/25 e 1928/29, chegando a 24,2 milhões entre 1929/30 e 1933/34; a receita média das exportações passou de 527.000 contos de réis, entre 1910 e 1918, para mais de 2.000.000 de contos de réis entre 1919 e 1929. Este *boom* somente foi possível graças a um conjunto de condições verdadeiramente excepcionais. Terras apropriadas havia em abundância (como veremos adiante), zonas abertas foram aproveitadas com maior intensidade, surgiram novas zonas²³ e até mesmo em solos pouco favoráveis reviveram-se, como que por encanto, algumas áreas decadentes. As zonas maduras (Central, Mogiana e Paulista) acresceram seus cafezais e as zonas novas (Alta Araraquarense, Noroeste, Douradense e Alta Sorocabana) foram palcos de significativo aumento do número de cafeeiros plantados e de habitantes: em 1920 estas regiões

²³ A região denominada por José Francisco de Camargo de “Noroeste e Alta Paulista”, por exemplo, pode ser considerada uma zona pioneira por excelência. Todos os seus municípios, exceto Bauru, foram criados a partir de 1913, com grande parte das cidades sendo fundadas nos anos 20. Compõem esta zona os municípios de Lins (1919), Getulina (1935), Iacanga (1924), Garça (1928), Marília (1928), Vera Cruz (1934), Pompéia (1938), Piratininga (1913), Duartina (1926), Gália (1927), Pirajuí (1914), Cafelândia (1925), Bauru (1887), Avaí (1919), Presidente Alves (1927), Penápolis (1913), Avanhandava (1925), Birigui (1921), Glicério (1925), Tupã (1938), Promissão (1923), Coroados (1928), Araçatuba (1921), Guararapes (1937), Valparaíso (1937), Andradina (1938) e Pereira Barreto (1938). É entre 1920 e 1934 que se verifica o verdadeiro “rush” para esta zona: um aumento de 353,6% em quatorze anos: em 1920 a população era de 136.454 e em 1934 618.990. Cf: José Francisco de CAMARGO. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, 1981, p. 41.

abrigavam um milhão de pessoas; em 1935, 33,1 milhões²⁴ compunham a população destas regiões, 63,5% do total do estado.

A expansão da atividade cafeeira nos anos vinte explica-se por vários fatores. Liana Aureliano destaca a importância da evolução altamente favorável dos preços internacionais do café, explicada, antes de qualquer coisa, pelo vigor da demanda externa, decorrente da situação de prosperidade atravessada pelas economias importadoras à época, especialmente pela economia norte-americana. Os Estados Unidos experimentaram um período de rápido crescimento durante a 1ª Guerra Mundial, sendo a principal supridora de armamentos e produtos agrícolas para os países envolvidos²⁵. João Manuel Cardoso de Mello destaca, além da farta disponibilidade de terras ao café, a não existência de obstáculos do lado da oferta de força de trabalho. Afirma também que “tomada a década de vinte em conjunto, praticamente todo o complexo exportador cafeeiro mostrou-se dinâmico²⁶”. Entre 1924 e 1929 as exportações subiram para uma média de 93,5 milhões de libras anuais, contra 74,6 entre 1919 e 1923, as relações de troca melhoraram substancialmente, e o volume de entrada de capitais externos sofrera aumentos significativos.

Do ponto de vista das condições de realização da produção, Cardoso de Mello afirma que foram altamente estimulantes, não somente pelo fato de que na década de vinte os mercados centrais apresentaram um grande crescimento, mas também porque se recorreu, durante quase todo o período, à “valorização do café”, o que não fora uma especificidade brasileira. Conforme salientaram A. G. Kenwood e A. L. Lougheed vários

²⁴ Sérgio MILLIET. *O Roteiro do Café*. Contribuição para o estudo da História Econômica e social do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 55-63

²⁵ Terminada a Guerra abre-se uma fase de reacomodação e recessão, que atinge seu momento mais fundo em 1921, prolongando-se até 1922/23. A partir de 1924, porém se inicia uma nova etapa expansiva que perdurará até 1929. A liderança do crescimento acelerado coube, sem dúvida, à indústria automobilística e à construção civil, provocando fortes efeitos dinamizadores sobre todo o sistema industrial. Cf: Liana AURELIANO. *No limiar da industrialização* 2. Ed. Campinas: IE/Unicamp, 1999. p. 23.

²⁶ João Manuel CARDOSO DE MELLO. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: IE/Unicamp, 1998. Série 30 anos de economia Unicamp, p. 168. Esta afirmação, segundo o autor, merece uma ressalva quando olhamos para a crise inicial desta década. Entre 1919 e 1923 o poder de compra das exportações cai acentuadamente, sobretudo entre 1920-21, subindo em 1922-23. Segundo Suzigan as exportações de maquinaria industrial para o Brasil, provenientes da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da Alemanha e da França somaram 1.271.030 libras esterlinas em 1920 (preços de 1913), já em 1924 este valor subiu para 1.939.346 (também calculado a partir dos preços de 1913). Cf: Wilson SUZIGAN. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Hucitec/ Ed. Unicamp, 2000, p. 380.

países especializados na produção de produtos primários colocaram em prática algum tipo de intervenção nos mercados visando defender-se de variações de preços²⁷:

“A la par que se producían variaciones importantes em los movimientos de los precios de todos los artículos, de los cuales algunos subían y otros bajaban o permanecían estacionarios, la caída fue casi general en las materias primas, aunque, en el caso de ciertos alimentos, como el azúcar y el trigo, los precios descendieron también fuertemente. Pero incluso cuando sobrevenían caídas importantes, los precios no reflejaban los cambios que verdaderamente se habían producido em las condiciones del mercado, puesto que la venta de tales productos primarios estaba sometida a las condiciones monopolísticas, a merced de las cuales los precios eran a menudo más altos que si se hubieran formado em condiciones de cuncurrencia perfecta. De ahí la existencia de planes de control de precios, durante varios periodos em la década de 1920, para productos tales como caucho, café, azúcar, trigo y cobre...”²⁸

Neste cenário vários países exportadores de bens primários arquitetaram “políticas nacionais”, sobretudo os que operavam em condições de monopólio, tais como o Brasil. Dentre as políticas de valorizações implementadas pelo governo brasileiro à época, cabe destacar a de 1917-20, a de 1921/24 e a “defesa permanente”. Na primeira, segundo Delfim Netto, a intervenção do Estado de São Paulo foi feita em virtude da safra 1917/18, que se apresentava relativamente volumosa, atingindo 15 milhões de sacas, quando o consumo, por causa da 1ª Guerra Mundial havia caído abaixo deste nível. Os mecanismos de defesa foram facilitados pela geadada de 1918, que reduziu a produtividade dos cafeeiros (vide tabela número um das considerações finais) tornando a oferta brasileira muito inferior à normal. Nessas circunstâncias, era inteiramente natural que a procura, principalmente dos especuladores, se precipitasse, o que elevou os preços do Rio 7 de 10,7 centavos/libra peso para 17,3 em dezembro do mesmo ano, que, depois de uma ligeira baixa, atingiu 22,8 centavos/libra peso em julho de 1919²⁹. “O que se pode dizer desta situação é que o estado de São Paulo, comprando café (compras efetuadas por emissões de papel-moeda), impediu que os preços em moeda nacional caíssem a níveis ainda mais baixos e que, agindo como

²⁷ Sobre as características mais gerais do período entre-guerras ver os trabalhos de Barry EICHENGREEN. *A globalização do capital*. Uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2002 (capítulo 02), de Richard J. OVERY. *The inter-war crisis 1919-1939*. Nova York: Longman, 1994, e o clássico livro de Edward CARR. *Vinte anos de crise (1919-1939)*. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, Edições Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

²⁸ A.G. KENWOOD & A.L. LOUGHEED. *Historia del desarrollo económico internacional*. Madrid: Ediciones Istmo, 1995.

²⁹ Antônio DELFIM NETTO. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura: Suplan, 1979, p. 70-1.

agiria um especulador normal, usufruiu os benefícios de um movimento favorável de mercado³⁰”. Delfim Netto assim classificou as intervenções no mercado cafeeiro até 1920:

“...o estado de São Paulo havia terminado, em meados de 1920, todas as suas operações sobre o café. Intervirá duas vezes [1906 e 1917-18] com bom êxito (medido pelos resultados positivos das duas operações: sustentação dos preços em moeda nacional e por volta de dez milhões de libras de lucro na primeira e pouco mais de quatro milhões na segunda) e ganhara uma enorme experiência no negócio. O próprio governo federal, a princípio hesitante, tirara boas vantagens das operações. Estes fatos, que pareciam contraditar toda a ortodoxia econômica (dizia-se freqüentemente que as operações, apesar de condenáveis do ponto de vista teórico, eram recomendáveis do ponto de vista prático!), fortaleceram de tal maneira a posição dos chamados ‘valorizadores’ que dificilmente haveria qualquer titubeio por parte do governo para intervir em outras dificuldades. A oposição havia sido esmagada pelo peso dos fatos e não ousava mais falar³¹”.

Apesar do “sucesso” das intervenções, o autor nos lembra que os aspectos positivos das defesas estavam sendo solapados pelo completo abandono às restrições de crescimento da oferta, classificando os novos plantios feitos em 1917 de “inteiramente irracionais³²”, porém, como veremos nos capítulos posteriores, a racionalidade de novos plantios obedecia também à lógica da compensação da perda de produtividade de lavouras situadas em regiões mais antigas e às formas de se fixar mão-de-obra nas fazendas, seduzindo os trabalhadores rurais com a formação de cafezais a custos monetários reduzidos.

Já a valorização de 1921-24 contava com dois aspectos inversamente colocados no programa de valorização anterior; agora a inflação mundial liquidou-se numa crise de importantes proporções e o volume de produção apresentou-se acrescido. Ainda segundo Delfim Netto a depressão que se seguiu à prosperidade do pós-guerra nos Estados Unidos foi curta e severa. “O índice de produção industrial caiu de 95, em fevereiro de 1920, para 64, em março de 1921. O índice de emprego caiu de 116, em março de 1920, para 80, em julho de 1921, mas o índice de pagamentos totais de salários caiu ainda mais, de 125, em junho de 1920, para 72, em julho de 1921. A queda dos preços de atacado foi enorme,

³⁰ Antônio DELFIM NETTO. *Op. cit* p. 72. A saca de café atingiu o preço de 47\$390 em 1918, 94\$612 em 1919 e 74\$703 em 1920. Além da diminuição da oferta e aumento da procura, a ascensão dos preços se explica pela grande inflação mundial ocorrida durante a guerra e a pressão inflacionária interna, dado o aumento das emissões.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 72.

³² Idem, *ibidem*, p. 73.

passando de 247 em maio de 1920 para 138 em janeiro de 1922, uma queda de 45%. Esse violento movimento de contração reduziu o nível de rendimento dos consumidores e, conseqüentemente, causou uma retração na procura, o que significava que, para manter-se o mesmo nível de consumo, teria sido preciso conceder-se diminuições importantes nos preços³³”. A crise se agravou ainda mais quando o *Federal Reserve* reduziu o crédito habitual fornecido às grandes casas importadoras. Assim, era justamente a queda do preço o fator que caracterizava esta crise e prontamente a intervenção federal se fez presente, sobretudo por dois fatores: o sucesso das intervenções anteriores e a doutrina que consagrava o café como um problema nacional. Nas palavras do presidente Epiácio Pessoa: “o café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil³⁴”. Para além da influência exercida no poder pelo grande capital cafeeiro, Maria Sylvia Macchione Saes nos lembra que as intervenções eram positivas também para o governo, pois “a preocupação real dos formuladores da política econômica federal durante a República Velha era com o valor externo da moeda. Eles apoiaram a defesa paulista somente na medida em que perceberam que a intervenção direta no mercado de café era um complemento essencial para seu objetivo principal de equilibrar as contas externas³⁵”.

Utilizando-se como garantia o café adquirido, levantou-se um empréstimo externo de 9 milhões de libras esterlinas em 1921 cuja finalidade era a paulatina liquidação dos estoques. Mais uma vez as condições de produção auxiliaram uma liquidação bem sucedida da operação, pois as safras de 1921/22 e 1922/23 foram das menores de que se tinha notícia desde o começo do século, e o estoque mundial do produto que havia atingido 10 milhões de sacas em julho de 1919, caiu para 5,3 milhões no mesmo mês de 1923.

Os esquemas valorizadores até 1923 mostraram-se plenamente satisfatórios no que diz respeito à valorização do preço do café. Em função disso, coadunado com a burguesia cafeeira, o presidente Epiácio Pessoa em 17 de outubro de 1921 enviou mensagem ao Congresso pedindo a defesa permanente do café. Discorrendo sobre a importância desse

³³ Antônio DELFIM NETTO. *Op. Cit.*, p. 74.

³⁴ Antônio DELFIM NETTO. *Op. Cit.*, p. 78.

³⁵ Maria Sylvia Macchione SAES. *A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1997, p. 66.

produto para a economia nacional e sobre a escassez de recursos para esse setor, propunha o presidente a formação de um Conselho de Defesa Permanente do Café, argumentando que a insuficiência de nossa organização bancária tornava precária a situação dos produtores³⁶.

O conselho deveria operar com um capital inicial de 300 mil contos, destinados a empréstimos aos produtores e à compra do café a fim de regularizar a oferta, além de financiar a propaganda no exterior. O capital seria constituído pelos lucros advindos das operações de valorização e também por emissões de papel-moeda sobre lastro-ouro. Também seria função do conselho regular a entrada da safra nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, represando parte dela no interior através dos armazéns reguladores. O objetivo era impedir o fluxo de grandes quantidades de café aos portos num mesmo período, evitando-se assim as especulações fortuitas.

Em 1924, pela lei n. 4.868 os encargos da defesa do café foram repassados para o governo paulista. Criou-se o Instituto de Defesa do Café, depois chamado de Instituto do Café³⁷, cujo objetivo era garantir a unidade de ação e a força de resistência dos produtores e comerciantes nacionais. O expediente do empréstimo externo foi o escolhido, para tanto, foi criada uma taxa de um mil-réis sobre cada saca de café que transitasse pelo estado, que serviria de garantia a um empréstimo externo que constituiria o fundo da defesa permanente do café³⁸. Na defesa permanente o fazendeiro depositava nos armazéns e recebia um “conhecimento de depósito de café” que depois era levado ao Banco. Uma vez apresentado

³⁶ Renato M. PERISSINOTTO. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: editora da Unicamp, 1994, p. 82.

³⁷ Agora sob o governo de Arthur Bernardes, que tendia a concordar com uma política contracionista, a possibilidade do aumento das emissões viu-se bloqueada, somando-se a isso a crise cambial e monetária do início de seu governo. Bernardes deu continuidade à terceira valorização (1921-24) e construiu armazéns reguladores junto aos entroncamentos das ferrovias, necessários aos planos da defesa permanente.

³⁸ Implantada pelo Instituto do Café de São Paulo a Defesa Permanente visava alcançar os seguintes objetivos principais: 1º: regular a entrada de café no porto de Santos, através da retenção da oferta nos armazéns reguladores; 2º: efetuar compras da mercadoria, quando se julgasse necessário; 3º: melhorar as informações, a estatística e a publicidade do produto. Na prática, o mecanismo essencial da defesa baseou-se no primeiro destes três pontos. Os fundos do Instituto constituíram-se pelo lançamento de uma taxa de viação de um mil-réis sobre cada saca de café em trânsito pelo estado de São Paulo; com a utilização desta taxa, como garantia, levantaram-se empréstimos externos, destinados ao financiamento dos cafeicultores, por conta da mercadoria retida nos armazéns. No curso da realização do programa, os aspectos financeiros foram desvinculados do Instituto. A Divisão de Finanças deste foi abolida e as transações financeiras entregues ao Banco do Estado de São Paulo, criado em novembro de 1926, cujas ações em sua imensa maioria estavam nas mãos do próprio Instituto do Café e do governo estadual. Cf: Boris FAUSTO *Expansão do café e política cafeeira*. In: Sérgio Buarque de HOLLANDA. *História geral da civilização brasileira*. Vol. 08 (O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia). Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1997. 3ª ed.

o “conhecimento” tinha-se acesso a um empréstimo especial para a cafeicultura. Os Bancos, por sua vez, se dirigiam ao Instituto do Café que lhes entregava o equivalente àquele documento para que pudessem financiar outros fazendeiros e receber novos juros³⁹. Posteriormente, para deter a valorização do câmbio em função do aumento de divisas gerado pela política de defesa, criou-se em 1926 a Caixa de Estabilização, com o duplo objetivo de beneficiar o produtor e o Estado.

A defesa permanente partia de três pressupostos: a) a uma safra excepcional, seguia-se, normalmente, um ou duas safras menores (dadas as características naturais dos cafeeiros); b) que se existissem recursos disponíveis, a retirada do excesso era perfeitamente viável, para a defesa dos preços; c) que a regularização dos despachos para os portos havia tirado dos importadores a possibilidade de fazerem os seus estoques a preços baixos e dificilmente eles poderiam pressionar as cotações para baixo por meio de prolongado boicote⁴⁰. Nestes termos, a forma de intervenção no mercado cafeeiro não seria mais “fortuita” como fora no passado, realizada em momentos de aguda queda dos preços, mas criaria condições excepcionais e continuadas de desenvolvimento da cafeicultura.

Mas, por que o preço passou a ser protegido “permanentemente”? Por que a defesa do café, uma política claramente regional, foi imposta como um “projeto nacional”? O que existia de fato era uma dependência financeira estrutural em função do predomínio quase que absoluto da economia agro-exportadora, isto é, em função do lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho como mero exportador de bens primários. O baixo desenvolvimento de nossas forças produtivas, ainda que crescente nos anos 20, determinavam o lugar ocupado pelo país no cenário internacional. Tratava-se de um país

³⁹ Os procedimentos não eram de total agrado dos fazendeiros. O Banco Paulista de Crédito Agrícola seria o responsável pelo ressarcimento ao produtor cuja mercadoria ficava armazenada, efetuava adiantamentos de no máximo 50% do valor da colheita entregue aos armazéns, porém, a criação de tal banco nunca se efetivou, sendo as operações realizadas pelo Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do estado de São Paulo, que em 1926 passou a chamar-se Banco do Estado de São Paulo. Os fazendeiros ainda arcavam com a taxa cobrada por saca. Cf: Pierre MONBEIG. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. Para Perissinotto, do mesmo modo que em outras valorizações, a “lavoura” ocupou na defesa permanente uma posição subordinada aos interesses distantes da produção, revelando estar ela bem longe de exercer o poder na economia agro-exportadora. Cf: Renato M. PERISSINOTTO. *Op. cit.*, p. 85. Segundo Delfim Netto, em breve os lavradores compreenderam que todo o peso da defesa estava sobre suas costas, porque os conhecimentos emitidos pelos armazéns reguladores não eram facilmente negociáveis, uma vez que a ordem de despacho para o porto poderia durar muito mais de 90 ou 120 dias, prazo máximo concedido pelos bancos para os efeitos comerciais. Cf: Antônio DELFIM NETTO. *Op. Cit.*, p. 87.

⁴⁰ Antônio DELFIM NETTO. *Op. Cit.*, p. 89.

exportador de café e, como tal, o centro dinâmico de sua economia residia no setor que se vinculava ao mercado internacional, deixando a atividade voltada para o mercado interno numa posição secundária. Era o café praticamente o único alicerce da estrutura financeira de São Paulo e do governo federal. Dado este perfil, faz-se necessário entender as defesas do café como um mecanismo cujo intuito era garantir a “sobrevivência” do Estado brasileiro, uma vez que garantir bons preços significava capacidade para importar e um certo controle sobre o balanço de pagamentos, mesmo com endividamento externo crescente.

Conforme destacou Boris Fausto a economia cafeeira, em sua generalidade, possuía dois marcos histórico-estruturais: o predomínio e hegemonia da burguesia do café no plano interno e sua dependência do capitalismo internacional no plano externo. Estes marcos explicam porque as defesas do café se confundiam com os “interesses nacionais”, pois, no limite, a burguesia cafeeira era a único “grupo” capaz de travar relações mais estreitas (dependentes, por suposto) com o capitalismo internacional, e de, por isso, ser capaz de dar uma resposta de maior alcance aos problemas existentes, delineando os limites das opções políticas possíveis e sustentando o funcionamento de um certo tipo de Estado Nacional como condição de seu próprio domínio. As políticas de defesa do café implementadas na República Velha, notadamente as que se sucederam a partir de 1917, revelavam simultaneamente, segundo este autor, a dependência da burguesia cafeeira em relação aos financiamentos internacionais (preponderantemente ingleses) e a sua capacidade de impor⁴¹ seus interesses sobre os demais grupos regionais, ou, em outros termos, sua fraqueza no plano externo e sua força no plano interno⁴².

Sérgio Silva projeta as valorizações recorrentes durante a República Velha a um patamar ainda mais importante do que meramente à questão do estabelecimento de preços atrativos, pois elas teriam auxiliado diretamente, segundo o autor, o próprio desenvolvimento capitalista no Brasil na medida em que asseguravam a continuidade da acumulação na economia cafeeira, pois a valorização tinha como consequência o

⁴¹ Como estratégias de resistência à “hegemonia” paulista ver Sônia Regina MENDONÇA. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁴² Boris FAUSTO. *Op. Cit.*, p. 207 e seguintes.

prossequimento da transição capitalista⁴³. Assinalando o grau de dependência da cafeicultura em relação ao mecanismo de manutenção e elevação dos preços o autor conclui que a partir da valorização do café a “realização da mais-valia⁴⁴” tornava-se praticamente impossível sem o financiamento de bancos estrangeiros, sendo esta a época em que o capital estrangeiro tornou-se dominante ao nível da comercialização e que as filiais dos bancos estrangeiros mais rapidamente se desenvolveram.

*

As conseqüências da defesa permanente são bastante conhecidas. Os preços mantidos num nível alto estimularam cada vez mais a produção e, com isso, os estoques aumentaram incomensuravelmente. Além disso, a defesa aumentou a concorrência com outros países favorecidos pelos preços elevados, o que encerrava um círculo vicioso, em que os estoques aumentavam os preços que aumentavam a produção que impunha, por sua vez, o aumento dos estoques⁴⁵. A inviabilidade de tal mecanismo eclodiu na crise de 29, que revelou de forma límpida as contradições da política encetada.

Em 1929 o preço da saca de café ficou muito suscetível a uma pressão baixista, dada a espetacular florada dos cafezais, que anunciavam uma gigantesca produtividade para o ano agrícola de 1928-29. O Instituto conseguiu sustentar os preços, porém, com a violenta crise os bancos americanos restringiram a concessão de crédito e reduziram suas operações sobre café, procurando elevar sua liquidez. Com a recusa do Banco do Brasil em financiar

⁴³ Sérgio SILVA. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995., p. 62. “O capital estrangeiro não domina inteiramente a comercialização do café e as atividades bancárias. A seu lado, desenvolvem-se os Bancos e casas de Exportação pertencentes à burguesia do café, ou mais precisamente, à camada superior da burguesia do café”. Renato M. PERISSINOTTO identifica frações de classe no seio da elite cafeeira paulista, constituída por “lavradores” (fazendeiros de café), burguesia industrial e homens do grande capital cafeeiro mercantil-exportador (Os Prado, Queirós Telles, Pereira Barreto, Pais de Barros, etc.) que operavam em distintas fases da produção cafeeira (plantação, beneficiamento, Bancos, com ênfase na comercialização) e cujos interesses corriam em paralelo com o capital externo. O autor ressalta que “a classe dominante se compõe de elementos que se opõem, que lutam entre si. O bloco no poder representa uma unidade complexa e conflituosa, todavia com um elemento dominante (no caso o grande capital cafeeiro). É este último que, por ser dominante, assegura a unidade do bloco no poder, através do controle do aparelho estatal que concentra o poder de Estado, e se constitui na fração hegemônica. Ao analisar as sucessivas defesas do café, por exemplo, constata que em todos os casos os benefícios se concentravam nas classes exportadoras, mostrando a subordinação tanto dos “lavradores” e dos industriais aos interesses políticos e econômicos da fração hegemônica de classe. Cf: *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994, p. 26 e seguintes.

⁴⁴ Partimos do pressuposto de que as defesas do café garantiram a viabilidade da economia cafeeira, reiterando no tempo, e no espaço, e na base de todo este complexo econômico, relações de produção não especificamente capitalistas, tais como as empreitadas e as parcerias pesquisadas em escrituras cartoriais.

⁴⁵ Renato M. PERISSINOTTO. *Op. cit.*, p. 85.

as compras, a situação tornou-se insustentável e o preço do café Santos tipo 4 caiu de 22,4 centavos por libra peso em setembro para 15,2 em dezembro e 14,1 no primeiro semestre de 1930 e 12,0 no segundo semestre do mesmo ano⁴⁶.

A aposta de Washington Luiz naquele contexto de crise pautou-se por uma drástica mudança de posição. Até então ardoroso defensor da defesa, o presidente da república temia que uma estrondosa desvalorização da moeda prejudicasse seus interesses políticos num ano de eleições, e, confiando que uma baixa dos preços pudesse provocar uma grande expansão da exportação, aumentando-se assim a receita de cambiais, o que salvaria o trabalho de quatro anos em cima da estabilização cambial, abandonou o Instituto do Café (visão não totalmente descabida, pois em outras circunstâncias provavelmente isso ocorreria, já que os operadores procurariam refazer estoques para enfrentar posteriormente o mecanismo de defesa). O “erro” desta aposta estava numa clara subestimação da crise.

Celso Furtado aponta que os impactos da crise de 1929 na economia cafeeira atingiram grandes proporções porque fora sobretudo uma crise de oferta, gestada no decorrer de toda a década de 20 graças às defesas governamentais colocadas em prática durante este período. Ao deflagrar-se a crise mundial, a produção cafeeira que já se encontrava em altos níveis, teria de seguir crescendo, pois os produtores haviam continuado a expandir as plantações até aquele momento, como veremos nos capítulos subseqüentes. Já em 1917 o próprio presidente do estado de São Paulo, Altino Arantes, juntamente com Augusto Ramos pronunciou-se advertindo que “se continuassem as plantações no noroeste do estado e nas fronteiras com o Paraná, seria inevitável uma grande superprodução”. Pois é, assim ocorrera, e essas plantações foram aceleradas logo a seguir e constituiriam a mais poderosa alavanca para a destruição de todo o mecanismo de defesa pacientemente armado pelo Brasil⁴⁷. Para se ter uma idéia do volume da produção de café neste período, basta assinalar que “para os dez anos seguintes excedia, com sobras, a capacidade previsível de absorção dos mercados compradores⁴⁸”.

Alia-se a este problema da superprodução o fato de que, em função da débâcle mundial, era totalmente impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de

⁴⁶ Antônio DELFIM NETTO. *Op. Cit.*, p. 97.

⁴⁷ Antônio DELFIM NETTO. *Op. Cit.*, p. 72-3.

⁴⁸ Celso Monteiro FURTADO. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2002, p. 201.

novos estoques, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão e o crédito do governo desaparecera com a evaporação das reservas⁴⁹. A grande acumulação de estoques de 1929, a rápida liquidação das reservas metálicas brasileiras⁵⁰ e as precárias perspectivas de financiamento das grandes safras previstas para o futuro, aceleraram a queda do preço internacional do café, iniciada conjuntamente com a de outros produtos primários em fins de 1929 (ver curva de preços de Ribeirão Preto, no capítulo referente à região Mogiana). Essa queda assumiu proporções catastróficas, pois, de setembro de 1929 a este mesmo mês de 1931, a queda foi de 22,5 centavos de dólar por libra para 8 centavos.

Dadas as características da procura do café, cujo consumo não diminui durante as depressões nos países de elevadas rendas, essa tremenda redução de preços teria sido inconcebível sem a situação especial que se havia criado do lado da oferta. Basta ter em conta que o preço médio pago pelo consumidor norte-americano, entre 1929 e 1931, baixou

⁴⁹ Frente à falta de crédito nos anos subseqüentes à crise, a depreciação da moeda foi a saída utilizada para minimizar os impactos da crise sobre a economia cafeeira, mas ao atenuar o impacto da baixa do preço internacional sobre o empresário brasileiro, este mecanismo induzia o fazendeiro a continuar colhendo o café e a manter a pressão sobre o mercado. Esta situação acarretava nova baixa de preços e nova depreciação da moeda, contribuindo para agravar a crise. Fazia-se indispensável evitar que os estoques invendáveis pressionassem os mercados, acarretando maiores baixas de preços. Era essa a única forma de evitar que o equilíbrio, entre oferta e procura, fosse obtido à custa do abandono puro e simples da colheita, isto é, com perdas concentradas no setor cafeeiro. Entretanto, como financiar a retenção de estoque? Teria de ser evidentemente com recursos obtidos dentro do próprio país, seja retendo uma parte do fruto da exportação do café, seja com pura e simples expansão de crédito. Na medida em que se utilizou a expansão de crédito houve mais uma vez uma socialização dos prejuízos, uma vez que ocorre o encarecimento das importações. Essa expansão de crédito, por seu turno, agravaria o desequilíbrio externo, contribuindo para maior depreciação da moeda, o que beneficiava indiretamente o setor exportador. Cf: Celso Monteiro FURTADO. *Op. Cit.*, p. 201. Liana Aureliano entende a questão em termos de “socialização dos benefícios”, afirmando que “a largueza monetária era inevitável, não prejudicava ninguém, favorecia todos, indústria, comércio, bancos, agricultura de mercado interno e cafeicultura, respaldando a recuperação e com isso as próprias finanças públicas”. Cf: Liana Aureliano. *Op. Cit.*, p. 128. Perissinotto não trata diretamente deste assunto mas seus argumentos nos levam a pensar que encararia a questão de uma forma diferente: uma vez o preço do café em questão, são os interesses do grande capital cafeeiro mercantil exportador que estão em primeiro plano, logo, não se trata de “socialização dos prejuízos” mas de “privatização dos lucros”, revelando a hegemonia do grande capital cafeeiro sobre os demais segmentos da elite.

⁵⁰ “Uma vez exauridas as reservas cambiais, tornou-se impossível sustentar o mil-réis, com a taxa cambial se desvalorizando substancialmente frente às principais moedas, a partir do final de 1930 (8% entre 1929 e 1930 e 42% entre 1930 e 1931, frente ao dólar). O Governo Provisório, porém, ainda tentou sustentar o câmbio, com vistas a maximizar as receitas cambiais, tomando como ponto pacífico a baixa elasticidade-preço da demanda internacional de café. Pela própria natureza do quase padrão-ouro adotado no Brasil sob o Presidente Washington Luís, com a perda de reservas e mantida em operação a Caixa de Estabilização, a oferta de moeda contraiu-se severamente entre meados de 1929 e o final de 1930, quando a Caixa foi afinal fechada. Essa tendência reverteu-se em 1931 com a adoção de uma política monetária expansionista pelo Governo Provisório”. Cf: Marcelo de Paiva ABREU. *O Brasil e a Economia Mundial 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 79.

apenas de 47,9 para 32,8 centavos por libra. Acumularam-se, portanto, os efeitos de duas crises: uma do lado da procura (em função da restrição do crédito bancário americano) e outra do lado da oferta, às quais podemos agregar a dificuldade de financiamento. A situação favoreceu as organizações intermediárias no comércio de café, as quais, percebendo a debilidade da posição da oferta, puderam transferir para os produtos brasileiros grande parte de suas perdas causadas pela crise geral⁵¹.

De 1931 a 1933, conforme destacou Macchione Saes, tem-se um período de transição na condução da política cafeeira. Em 1931 foi criado o Conselho Nacional do Café (CNC), que em 1933 foi substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), autarquia federal subordinada ao Ministério da Fazenda. O objetivo básico das políticas, nesse período, era a redução da oferta de café, que foi obtida, principalmente, por meio de cotas de exportação, para a retenção e sacrifício (tendo de ser vendida ao governo a um preço abaixo do custo para a destruição). O estabelecimento dessa medida era visivelmente desfavorável aos cafeicultores, principalmente aos que obtinham maior produtividade⁵². Na verdade, ainda com a autora, com o DNC a política implementada pelo governo federal vai se tornando paulatinamente autônoma em relação ao setor. Embora os cafeicultores continuassem a influenciar o governo, os interesses privados vão se subordinando à lógica dos “interesses gerais” do estado.

As intervenções no mercado cafeeiro após a crise de 1929 se justificavam, segundo Furtado, pelas dinâmicas, impactos e encadeamentos intra-setoriais gerados no período da crise. Afirma o autor que ao se garantir preços mínimos de compra remuneradores para a grande maioria dos produtores, realizava-se, na verdade, a manutenção do nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, dos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se (via eliminação das sacas de café) uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia⁵³. Conforme destacou Delfim Netto, “a operação de queima do café foi muito criticada, mas é preciso considerar-se que até hoje não se conseguiu imaginar uma política que a substituísse com probabilidade de bom êxito. De fato, a queima do café significava em parte, a forma pela

⁵¹Celso Monteiro FURTADO. *Op. Cit.* p. 199-200

⁵²Maria Sylvia Macchione SAES. *Op. Cit.*, p. 69.

⁵³*Idem, ibidem.*, p. 203

qual o desperdício generalizado de fatores, produzido pela crise mundial em todos os países, se apresentava no Brasil. A alternativa mais imediata para a queima do produto era o desemprego e a desorganização social⁵⁴.

Neste momento, o Brasil produzia anualmente o dobro da capacidade de consumo mundial, pois os cafeeiros plantados em 1928 e 1929 já se encontravam em franca produção, tendo sido a colheita de 1933 a maior da história do país. Porém, a renda global dos produtores agrícolas foi menos comprimida do que os preços pagos a esses produtores: numa relação preço-quantidade a rentabilidade do empreendimento mostrava-se minimamente viável. Dessa forma, ao permitir que se colhessem quantidades crescentes de café, estava-se evitando que a renda monetária se contraísse na mesma proporção que o preço unitário do café pago ao agricultor.

A estratégia parece ter dado certo e Furtado possui uma avaliação positiva sobre as formas de como o Brasil se comportou durante a crise. A redução da renda monetária, no Brasil, entre 1929 e o ponto mais baixo da crise, se situa entre 25% e 30%, sendo, portanto, relativamente pequena se comparada com a de outros países. Nos EUA, por exemplo, essa redução excedeu a 50%, não obstante os índices de preços por atacado, desse país, tenham sofrido quedas muito inferiores às do preço do café no comércio internacional. A diferença está em que nos EUA a baixa de preços causava enorme desemprego ao contrário do que estava ocorrendo no Brasil, onde se mantinha o nível de emprego destruindo o fruto da produção. O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. “Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes⁵⁵”. Dessa forma, para o autor, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional.

Carlos Manuel Peláez não concorda com as preposições básicas de Furtado a respeito das estratégias desenvolvidas pelo Brasil no contexto da crise de 29. Afirma o autor cubano: “as teses de Furtado sobre o assunto dificultam um raciocínio esclarecido

⁵⁴ Antônio DELFIM NETTO. *Op. Cit.*, p.104-05.

⁵⁵ Celso Monteiro FURTADO. *Op. cit.*, p. 204-05

sobre um dos períodos mais importantes da história da América Latina e é uma fonte de sérias confusões para audiências não versadas no assunto⁵⁶”.

Um dos pontos de divergência é a fonte de recursos da qual o governo brasileiro se utilizou para sustentar o preço do café e as despesas crescentes com a incineração. Segundo Peláez a compra e destruição dos estoques foram financiadas, principalmente, pelos novos impostos de exportação e não por emissão de moedas, ou seja, prevaleceu durante a crise uma política monetária e fiscal de características ortodoxas⁵⁷. O impacto positivo da política de defesa do café sobre os níveis de renda é um dos pontos mais contestados por Peláez⁵⁸, segundo o qual a política de gastos do governo para a defesa do café não foi tão importante para a manutenção da renda nominal, conforme afirmou Furtado. “Peláez calculou a renda nominal total entre 1929 e 1933 concluindo que a contração foi de 41%. Furtado, como foi mencionado, tinha estimado que a redução da renda foi de cerca de 25%

⁵⁶ Carlos Manuel PELÁEZ. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café – 1906/45: Teoria, política e mediação. In: *Ensaio sobre o café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Inst. Brasileiro do Café, 1973, p. 200.

⁵⁷ Pedro Paulo Zahluth BASTOS, utilizando-se de uma comunicação oral proferida por Furtado em 1980, nos mostra que os homens de 1930 partilhavam de algumas convicções ortodoxas, ou seja, a proteção comercial que induziu a substituição de importações industriais não foi preconcebida, ou ainda que o programa de fomento da renda nacional fôra inconsciente. Foi a brutal e profunda mudança do contexto externo que canalizou as energias do país em outra direção, desacreditou a ideologia do país “essencialmente agrário”, fez com que novos líderes vissem a realidade de uma outra forma... o novo discurso ideológico apenas se define lentamente, mas não se imagine que os que chegaram ao poder em 1930 tinham percepção da natureza das mudanças que estavam em curso, ou que dispunham de um projeto para mudar o Brasil. Quando se tratava de formular política comercial, monetária ou fiscal, continuavam a predominar as idéias do passado. As mudanças foram impostas pelos fatos (...) nada disso foi feito a partir de um projeto”. Em outras palavras, Bastos qualifica o debate entre ortodoxos e “emissionistas” na crise de 29 como uma ‘falsa questão’, assinalando que o deve observar o pesquisador são os fatos, condições e contextos que levaram os homens a agir de tal forma. “A recuperação econômica dos anos 30 não resultou de uma revolução epistemológica prévia, pois houve grande hesitação em apoiá-la com políticas diferentes das ortodoxas (...) À medida que ficou claro que a recuperação assumia novas bases e que a crise dos mercados internacionais de capitais era mais profundo que se imaginara, se foi constituindo gradualmente um projeto de desenvolvimento que concebia a “intervenção estatal” como meio de saída da crise, através de mecanismos creditícios, cambiais e empresas estatais”. Cf: *A Dependência em Progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Campinas: IE/UNICAMP, 2001, p. 6 e 167. Tese de doutoramento.

⁵⁸ Síntese das críticas feitas por Peláez encontra-se em Flávio SAES. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, Vol. 03, n.7, 1989, p. 20-39.

a 30%, isso em 1933, período apoteótico da depressão⁵⁹”.

A dependência da economia brasileira em relação ao setor exportador⁶⁰ perdurou no contexto pós-crise de 1929. Entre 1933 e 1937 a política cafeeira continuou desempenhando um importante papel na sustentação deste setor, retirando os excedentes do mercado e promovendo o “Reajustamento Econômico⁶¹”. Entretanto houve, por parte do Estado, um esforço inequívoco para limitar sua participação. Conforme destacou Macchione Saes, “em fins de 1937, a pressão praticamente unânime do setor privado cafeeiro aliada à escassez de divisas, forçou a reorientação da política cafeeira. Abandonou-se parcialmente a sustentação de preços, adotando um *dumping* internacional do café, na tentativa de obrigar os concorrentes a negociar um acordo internacional⁶²”.

A partir de 1937 não seria concedido nenhum estímulo ao setor cafeeiro além do indispensável para impedir sua ruína e defender a capacidade para importar que, mesmo estagnada, era a única garantia de possibilidade de continuidade do processo de industrialização, como veremos abaixo. Neste período, dados os altos estoques do produto, os preços internacionais do café não reagiram, permanecendo em torno de 8 centavos por libra-peso, 60% abaixo do preço de 1929⁶³. As sempre desanimadoras receitas de exportação do café e as dificuldades cambiais que se verificavam levaram o governo brasileiro a tentar a todo custo a diversificação de exportações e de mercados. A orientação era de reduzir ao mínimo a sustentação do café, concepção que atinge seu auge em 1937, quando se estabeleceu a chamada “política de concorrência”. A idéia era deixar o café chegar normalmente aos portos de embarque livre de impostos, e como consequência em 1938 os preços caíram 25% e houve um aumento de 40% nas exportações (certamente em

⁵⁹ Wilson SUZIGAN. *Op. cit.*, p. 64. Este livro destaca também as opiniões de Fishlow, Silber e Eliana Cardoso sobre a defesa do café nos anos 30, todavia, a reconstituição de tais argumentos não se faz necessário. Cabe apenas considerar que seus escritos corroboram as preposições básicas de Celso Furtado, ou seja, de que a defesa do café possuía um caráter expansionista e que se verificou uma manutenção e crescimento da renda interna, estimulando assim a expansão do produto industrial.

⁶⁰ “O leque de alternativas aberto ao governo Vargas se compunha de algumas opções entre as quais não se incluía o abandono do setor do café. A própria queima do produto figurava desde o princípio do século entre as respostas possíveis a uma situação de crise excepcional. Teriam sido, afinal, muito diversas as medidas adotadas por Júlio Prestes se chegasse ao poder em novembro de 1930?” Cf: Boris FAUSTO. *Op. Cit.*, p. 248.

⁶¹ “A lei do Reajustamento Econômico foi promulgada por Vargas em 1º de dezembro de 1933 decretando a redução em 50% das dívidas de agricultores contraídas até 30 de junho de 1933. Para indenizar os credores, ficava o Ministério da Fazenda autorizado a emitir até o limite de 500.000 contos de réis em apólices do governo, a juros de 6% anuais. As apólices seriam resgatáveis dentro do prazo de trinta anos, com juros pagos semestralmente, em junho e dezembro de cada ano”.

⁶² Maria Sylvania Macchione SAES. *Op. Cit.*, p. 72.

⁶³ Liana AURELIANO. *Op. Cit.*, p. 135.

função do aumento dos estoques internacionais, aproveitando-se da queda dos preços). Mas a declaração da Segunda Guerra Mundial, com o fechamento dos mercados europeus, trouxe novas dificuldades à cafeicultura. Termina-se em 1937, com o Estado Novo, um longo ciclo de defesas do café, sendo este o marco final de nossa periodização.

Manter o preço internacional do café foi interessante não só do ponto de vista de manutenção da dinâmica e da renda interna, mas também estratégico do ponto de vista do processo de industrialização em curso. A transição do modelo agro-exportador para o desenvolvimento industrial, “crescimento para dentro” em lugar de “crescimento para fora” não significou o fim da atividade cafeeira, muito menos a diminuição da importância deste produto para as exportações do Brasil. Na verdade, durante a fase conhecida como "industrialização restringida" (1933-55) o café assumia um papel muito importante pois era o principal gerador de divisas que garantia a capacidade para importar (ainda que reduzida em relação ao passado). Seria difícil pensar a industrialização brasileira sem os encadeamentos na economia nacional gerados por esta atividade e os impostos posteriormente investidos no processo de estabelecimento de um departamento leve de meios de produção, tal como ocorrera antes da crise mundial. Sônia Draibe corrobora tal afirmação destacando que “um avanço limitado e mais moderado do setor de bens de consumo, e até mesmo de bens leves de produção (nos quadros do ocorrido durante a 'industrialização restringida') poderia ser perfeitamente sustentado pela capacidade de importar gerada pelo setor exportador dominante, dentro da vinculação clássica à divisão internacional do trabalho, de forma que ficasse assegurada a reprodução do capital constante industrial necessário à produção ampliada de bens de consumo. Em outros termos, os interesses estratégicos do capital cafeeiro poderiam oferecer suporte a uma ‘via conservadora de desenvolvimento⁶⁴’”. Dada a situação e os embates políticos no seio do Estado e da sociedade, tal “via” foi superada. Não cabe aqui uma discussão sobre os interesses e as vias de desenvolvimento em questão que resultaram na revolução de 30 e na transformação da natureza de nossa economia a partir de então, cabe apenas ressaltar a importância estratégica do café para a industrialização no período de 1933 até a década de 1950.

⁶⁴ Sônia Miriam DRAIBE. *Rumos e metamorfoses*. Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 34.

Sob o signo da acumulação mercantil, na vigência da República Velha, conforme destacou Maria da Conceição Tavares, o setor industrial dependia duplamente do capital cafeeiro: em primeiro lugar, para se expandir fisicamente, para repor e ampliar a sua capacidade produtiva, e dependia da capacidade para importar gerada no setor exportador, que substituíria desta forma, pelo lado da demanda para trás, um verdadeiro departamento de bens de produção; em segundo lugar, o setor industrial era incapaz de gerar endogenamente o seu próprio mercado, dependendo, para a sua expansão inicial, de mercados prévios e externos, criados direta ou indiretamente pelo complexo exportador, tanto pela via do gasto público como pela expansão da urbanização. Essa dependência ante o setor exportador pelo lado da acumulação era decisiva, pois, segundo a autora, o modo de produção capitalista se tornaria dominante no Brasil por força da própria expansão cafeeira, mas não se gerariam, em simultâneo, forças produtivas capitalistas capazes de reproduzir, endogenamente, o conjunto do sistema. Vale dizer, não se passaria ao mesmo tempo, ao modo especificamente capitalista de produção, ao chamado capitalismo industrial⁶⁵.

É justamente esta a realidade em vias de transformação após a Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas. Cardoso de Mello esclarece a questão: “Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente a força de trabalho e a parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial⁶⁶”.

Apesar da importante mudança das bases da acumulação nacional, a industrialização

⁶⁵ Maria da Conceição TAVARES. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. Série 30 anos Economia Unicamp, p. 127.

⁶⁶ João Manuel CARDOSO DE MELLO. *Op. Cit.*, p. 116-17.

restringida⁶⁷ configurou um padrão “horizontal” de acumulação, porque nem a capacidade produtiva cresceu adiante da demanda, e nem houve, muito menos, grandes e abruptas descontinuidades tecnológicas. E não poderia ser diferente: uma vez ainda dependente da capacidade para importar gerada pelo setor exportador, a natureza do processo de industrialização não poderia transformar-se de forma radical.

*

Para além da definição geográfica o termo “Fronteira” se refere à faixa territorial continuamente em movimento, voltada aos espaços ainda desconhecidos ou livres e passíveis de serem conquistados, determinada pelo avanço dos processos de povoamento e de criação de uma estrutura produtiva coerente com o resto do território já ocupado. "Trata-se da experiência de ocupação dos espaços vazios, remete à zona móvel de assentamento ou colonização (implicando aproveitamento agrícola e povoamento) no limite das áreas 'desconhecidas', 'não desbravadas' ou até mesmo 'selvagens'. Neste sentido a palavra fronteira designa a zona de contato entre uma região onde vigoram os padrões de ocupação considerados civilizados e a região ainda a ser incorporada⁶⁸".

Lígia Maria Osório Silva, em estudo que versa sobre a contribuição da fronteira para a formação da identidade nacional nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil, numa perspectiva comparada, aponta diferenças significativas entre estes casos. Na América do norte, a partir de F.J. Turner, a fronteira adquiriu significado de retorno às condições primitivas (e por que não de pureza) dando aos pioneiros a oportunidade de construir sua sociedade de modo novo, livrando-se da degeneração que assolava o velho continente. Esta idéia era muito atraente do ponto de vista ideológico, num século (XIX) marcado pelo

⁶⁷ “O problema crucial consiste em explicar porque a industrialização se manteve restringida, ou melhor, porque não se instalou de forma mais ou menos concentrada no tempo e adiante da demanda, o núcleo fundamental do departamento de bens de produção, mas ao contrário, sua implantação se deu de maneira limitada e relativamente lenta, ampliando-se as bases técnicas da acumulação sempre a reboque da demanda. (...) Historicamente a indústria pesada nasceu apoiada à grande inovação representada pela estrada de ferro e contou nos países atrasados (EUA, Alemanha, Rússia e Japão) com o suporte decisivo do Estado e com o apoio não menos importante do capital bancário, que, mobilizando e concentrando capitais, acabou por se mesclar ao capital industrial”. Cf: João Manuel CARDOSO DE MELLO. *Op. Cit.*, p. 118. A confluência de interesses que resultou na industrialização pesada destes países não se verificou no Brasil. Dado o baixo desenvolvimento do sistema financeiro nacional, a indisponibilidade de capitais externos nos anos 30 e a alta concentração tecnológica própria do capitalismo monopolista, o processo de industrialização manteve-se restringido.

⁶⁸ Lígia Maria Osório SILVA. *A Fronteira e outros mitos*. Campinas: IE/Unicamp, 2001, p. 138. Tese de Livre-docência. Esta concepção de fronteira deriva de um artigo de F. J. Turner, escrito em 1893, intitulado *The frontier in American History*, no qual, a partir da experiência da "marcha para o oeste" norte-americano, fundou-se este novo sentido do termo, em detrimento da noção estática de uma mera linha imaginária separando países diferentes.

romantismo, formando um sentimento idealista de identidade do povo americano, sendo a existência de terras livres o determinante na edificação da democracia americana, por gerar oportunidades de ascensão social numa escala incomparável com as existentes nas sociedades européias. Além disso, a fronteira também havia contribuído para forjar o caráter do homem americano (individualismo) e “nacionalizado” os imigrantes⁶⁹. Nestes termos, a fronteira aparecia na sociedade americana como o mito das oportunidades, a todos assimilando, o que geraria as condições de superação das hierarquias sociais existentes. Lá, no imaginário popular, a fronteira se confundia com liberdade.

Lígia Osório Silva destaca que na Argentina e no Brasil, onde não vigorou uma legislação de terras eficaz e uma política de atração de imigrantes voltada para o enraizamento da pequena propriedade, não foi possível que o mito da fronteira exercesse o mesmo papel que aquele desempenhado nos Estados Unidos. A autora assinala que, na realidade, a existência de grandes extensões de “terras livres” apareceu no imaginário como um sinal negativo e como um peso que as regiões de litoral precisavam carregar. “Dotados de um profundo desprezo pelos mestiços, índios ou negros, as elites brasileiras e argentinas não pensaram em promover a colonização com estas populações. Por outro lado, apesar de toda a propaganda, praticaram uma política de terras que lhes permitiu açambarcarem as terras públicas e não priorizarem o assentamento de colonos: fizeram da imigração não uma política de formação da nacionalidade, mas, em primeiro lugar, uma política de mão-de-obra⁷⁰”. A partir destas políticas, a fronteira assume o seguinte significado na Argentina⁷¹:

“Deste modo, encontramos, no século XIX, na Argentina a experiência da fronteira gerando o inverso da tese turneriana, um mito negativo, na literatura acadêmica e na cultura popular. A fronteira foi vista como lugar brutal, onde prevalecia a lei do mais forte e a justiça só poderia ser imposta de fora através da ação de representantes legais de instituições sediadas em centros urbanos distantes. Os intelectuais argentinos, ao invés de considerarem como Turner que a fronteira ia regenerar os costumes carcomidos da velha Europa achavam que a luz só poderia vir de lá e que, portanto, não era o declínio da influência européia que se devia enaltecer mas sim o seu incremento⁷²”.

⁶⁹ Lígia Maria Osório Silva. *Op. Cit.*, (2001), p. 144-45. A autora também discute toda uma bibliografia norte-americana crítica à visão de Turner, mas reconhece que “o grande mérito deste autor foi traduzir em argumento acadêmico o senso comum dos americanos de algumas gerações, transformando-o num postulado de reinterpretação de toda a história americana”. (p.155).

⁷⁰ Lígia Maria Osório Silva. *Op. Cit.*, (2001), p. 163.

⁷¹ Ver o trabalho de Maria Verônica SECRETO. *Fronteiras em movimento: o oeste paulista e o sudeste bonaerense na segunda metade do século XIX. História Comparada*. Campinas: IE/Unicamp, 2001. Tese de doutoramento.

⁷² Lígia Maria Osório Silva. *Op. Cit.*, (2001), p. 163.

De que modo, se pergunta a autora, as novas nações que se organizaram na América do Sul integraram as zonas de fronteira às suas economias nacionais? Oferecendo amplas oportunidades ou implementando políticas que objetivavam, em primeiro lugar, enriquecer ainda mais as classes melhor colocadas para se beneficiar de leis frouxa, ou frouxamente aplicadas? No caso brasileiro, o avanço da fronteira sempre foi efetivado com vistas à manutenção e ampliação do poder das elites que se ligavam ao comércio de exportação, reforçando as hierarquias e desigualdades sociais existentes ao ritmo das condições dos mercados internacionais.

A Fronteira, assinalou Maria da Conceição Tavares, “é um fenômeno próprio da dinâmica sócio-econômica brasileira; sua expansão, periodicamente fechada e aberta pelos negócios de produção e exportação do ‘*agrobusiness*’ e da exploração de recursos naturais mantém-se ao longo de toda a história econômica brasileira. A ocupação capitalista de várias regiões do país amplia a ‘dimensão nacional’ de acumulação de capital”, reiterando, adiante, as mazelas e os mecanismos de exploração da força de trabalho da sociedade pretérita. O fato é que a economia brasileira sempre cresceu para dentro, “e a ordem das elites de negócio sempre foi capaz de mudar as regras e fazer ‘contratos de gaveta’, produzindo assim uma sociedade mercantil em constante fuga para frente⁷³”. A Fronteira é o nosso espelho, mostra o que somos, refletindo a imagem de nossa sociedade da forma mais dramática possível. “Quando entra no mato a primeira Bandeira, termina a história de Portugal e começa a do Brasil⁷⁴”. Trata-se de uma sociedade de negócios torpes e de chicanas desprovidas de qualquer valor, a não ser aqueles ligados diretamente ao lucro: em sua função a fronteira avança.

Ocupemo-nos agora das características do avanço da fronteira agrícola no período de intervenção governamental no mercado cafeeiro situado entre 1917 e 1937. A imensidão dos sertões no interior paulista pode nos dar a falsa impressão de que a terra era acessível a

⁷³ Maria da Conceição TAVARES. Império, Território e Dinheiro. In: José Luís FIORI. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 3. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 456-57.

⁷⁴ Cassiano RICARDO. *Marcha para o Oeste*. 4.ed. Vol. I. São Paulo: Editora da USP; Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970, p. 228.

todos. Não, não era⁷⁵. O pioneiro, ao chegar à fronteira, debatia-se com toda uma estrutura de propriedade já “estabelecida”. Alguém o precedera na marcha para o oeste e convém deixar de lado a simpática imagem do pioneiro, que, com rifle ao ombro e machado na mão, estabelecia livremente a sua propriedade na floresta virgem. A operação da posse a ele se antecipava, encontrava o sertão deserto, porém apossado, pois o grileiro ali já agira, era ele o precursor da “onda verde”, ele abria a porta do sertão. Grilo é uma propriedade territorial legalizada por meio de um título falso. Monteiro Lobato assim define a prática de falsificar títulos de propriedade:

“o grileiro é um alquimista. Envelhece papéis, ressuscita selos do Império, inventa guias de impostos, promove genealogias, dá como sabendo escrever velhos urumbebas que morreram analfabetos, embaça juizes, suborna escrivões e, novo Jeová, tira a terra do nada (...) Envelhecer um título falso, ‘enverdadeirá-lo’, é toda uma ciência. Mas conseguem-no. Dão-lhe a cor, o tom, o cheiro da velhice, fazem-nos muito mais autêntico do que os reais”⁷⁶.

O grileiro a tudo precede na fronteira. Segundo Monteiro Lobato calcula-se em três milhões de alqueires a área de terras griladas na região Noroeste, e não é descabido imaginar uma grande quantidade de alqueires também grilados na Alta Araraquarense. A década de vinte em São Paulo ficou conhecida como o “Jubileu do Grileiro⁷⁷”; o município de Penápolis era também conhecido como Grilópolis⁷⁸. Existiram grilos de duzentos, trezentos e quatrocentos mil alqueires, territórios equivalentes à metade da Bélgica. O rei dos grilos conseguira arrebatar 480 mil alqueires em uma só escritura. São estes os grilos-mãe, a partir do qual a colonização se iniciava. “O grileiro vai dar ao colonizador

⁷⁵ “A condição jurídica das terras, num Brasil que havia sido domínio português, trazia sérios obstáculos à colonização pioneira. Juridicamente não existiam terras sem proprietários, portanto, terras livres (...) os pioneiros paulistas jamais puderam dispor de terras gratuitas: nada é mais estranho à faixa pioneira brasileira que a ‘terra devoluta’”. Cf: “As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista”. In: Pierre MONBEIG. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957, p. 109-10. Ver também o trabalho de Lígia Maria Osório SILVA. *Terras devolutas e latifúndio*. Efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

⁷⁶ José Bento MONTEIRO LOBATO. “O Grilo”. In: *A Onda Verde*. São Paulo: Brasiliense, 1948, p. 11. “Conta-se que um grilo superiormente engenhado que faliu por artes de um raio de sol. O documento engrilado era perfeito, sem o mínimo cochilo por onde o advogado contrário, preposto a destramar a marosca, pudesse levantar a perdiz. Por mais que virasse e revirasse o papel, e analisasse a letra, e cotejasse os dizeres, e cheirasse, e apalpassse, não atinava com o calcanhar de Aquiles. Já com dor de cabeça ia por de parte o grilo, quando Apolo interviém. Um raio de sol entra pela janela e dá de chapa contra o título. Àquela súbita e intensa iluminação o perito pôde vislumbrar as letras d’água com que a fábrica marcara o papel. Lá estava a estrela da República naquele documento do século dezesete”.

⁷⁷ Cf: Lígia Maria Osório SILVA (1996). *Op. Cit.*, p. 289.

⁷⁸ Thomas H. HOLLOWAY. *Imigrantes para o café: Café e sociedade 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 186.

progressivo, cheio de ambição e de capitais, o direito de explorar este tesouro infecundo. Para isto, cria, pela chicana e pela falsidade, o indispensável título de propriedade (...) Divididas as glebas em lotes, vendem-nos os grileiros à legião de colonos que os seguem como urubus pelo cheiro da carniça. Cinco, dez anos depois, a flor do café branqueia a zona e a incorpora ao patrimônio da riqueza nacional⁷⁹”.

Outra figura acompanhava o grileiro. Tratava-se do “bugreiro”, que, segundo as palavras de Oliveira Vianna:

“...surgia nas zonas de atrito do civilizado com a nossa selvageria remanescente: no Paraná, em Santa Catarina e, principalmente, no Paranapanema e no traçado da Noroeste. É o bugreiro um descendente degenerado do primitivo mameluco das bandeiras, tem a desumanidade e a ferocidade deste, mas não a bravura cavalheiresca e a impetuosidade belicosa. É traiçoeiro, subreptício, coleante, friamente perverso. Está mais bem armado do que seu ancestral de há trezentos anos, mas não ataca o inimigo ao trom da guerra: é sobre as cabildas adormecidas, na tranqüilidade das altas madrugadas, que ele e a sua malta despejam as cargas rolantes das suas carabinas dizimadoras. O mameluco antigo assalta para escravizar; o de hoje, mais cruel e positivo, é meramente exterminador: varre e limpa a floresta tropical da sua selvageria americana. É que atrás dele vem o paulista moderno, tão ambicioso como o antigo e como este tenaz, arrastando a sua ruidosa ‘galharda’ de colonos italianos. O bugreiro é apenas o sapador temerário desse exército pacífico de colonizadores incomparáveis. Nessa obra de conquista civilizadora da terra o bugreiro vence o obstáculo material, que é o índio nômade, povoador infecundo da floresta fecunda⁸⁰”.

Não podemos nos esquecer também da figura do posseiro, que se antecipava e estabelecia-se na fronteira pelo único mecanismo de ocupação da terra. O posseiro, a despeito de qualquer título de propriedade, embrenhava-se pelo sertão e lá constituía sua vida, cultivando pequenas lavouras e dedicando-se à criação de gado e porcos. Em muitas situações os posseiros ofereciam a pouca estrutura instalada a viajantes e grileiros que por sua região atuavam, entretanto, existiam também posseiros de maior cabedal, que pela força e influência política estabeleciam grandes domínios no interior. A ação dos posseiros gerou uma série de conflitos e indefinições no que diz respeito à legitimação da propriedade privada no estado de São Paulo, notadamente na região do Paranapanema, mas também na Noroeste e na Alta Araraquarense.

⁷⁹ Francisco José de OLIVEIRA VIANNA. O povo brasileiro e sua evolução. *In: Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1922. p. 309.

⁸⁰ Francisco José de OLIVEIRA VIANNA. *Op. Cit.*, p. 309. No Paranapanema, as expedições exterminadoras de indígenas eram chamadas de “dadas” ou “batidas”, e ficaram famosas na região pelas atrocidades que cometeram.

A ação dos posseiros pode ser percebida claramente em São Paulo nas fases de avanço da fronteira agrícola. Lígia Osório Silva identifica duas fases de expansão da cafeicultura em São Paulo: “a primeira grande expansão foi no decênio 1888-1898 e correspondeu à investida do café por meio das regiões da Mogiana (Amparo, Serra Negra, Itapira, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, etc., até Ribeirão Preto e Batatais), da Baixa Paulista (São Carlos, Pirassununga, Descalvado, Araraquara, etc.), da região Central (Itu, Campinas, Itatiba, etc.), com algumas incursões na Alta Sorocabana (Botucatu em particular). Nesse período o número de pés de café triplicou”. Uma segunda grande expansão dos cafezais deu-se após a Primeira Guerra Mundial, como efeito principalmente das políticas de valorização do produto e da subida dos preços no mercado internacional. “De 710 milhões de pés de café em 1909, passou-se a 828 milhões em 1918 e para mais de um bilhão, em 1927. Isso sem contar as novas plantações feitas para substituir os cafezais velhos das zonas antigas. As zonas pioneiras participaram do novo período de prosperidade (...)”⁸¹”

Segundo a autora estes dois momentos de expansão da cafeicultura foram acompanhados de uma legislação conivente ao apossamento. A primeira delas iniciou-se em 1895, quando o congresso do estado de São Paulo elaborou a lei n. 323, de 22 de junho, contendo disposições sobre terras devolutas, sua medição, demarcação e aquisição; sobre a legitimação ou revalidação das posses e concessões e sobre a discriminação do domínio público do particular. Calcada sobre a lei de 1850, seus dispositivos foram considerados rigorosos demais; inúmeros possuidores julgaram-se prejudicados e trataram de pressionar as altas esferas estaduais, visando a sua modificação. As pressões para a modificação da lei de 1895 surtiram efeito e três anos depois foi promulgada a lei n. 545 de 02 de agosto, cujas principais características eram: 1) a legitimação automática (independente do processo de legitimação) das posses que tivessem um título de domínio anterior a 1878 e das terras que estivessem na posse particular, como morada habitual e cultura efetiva desde 1868; e 2) a legitimação (dependendo de processo) das posses de primeira ocupação estabelecidas até a

⁸¹ Lígia Maria Osório SILVA (1996). *Op. Cit.*, p. 280-82.

promulgação da lei de 22/06/1895⁸².

Acompanhando a investida realizada pelos sertões a partir de 1918, o estado mais uma vez modificou a legislação de terras, visando beneficiar os posseiros, como se depreende do trecho abaixo:

*“A lei n. 1.844 de 27/12/1921, promulgada pelo então governador Washington Luís, e regulamentada em agosto de 1922, veio novamente legalizar a situação dos posseiros irregulares. Por essa lei, poderiam tirar títulos de propriedade os posseiros que estavam ocupando terras até um ano antes da entrada em vigor da lei (1921); 2) todos aqueles que possuísem um título, mesmo que **ilegítimo**, antes da lei; e 3) todos os que tivessem obtido uma decisão judicial favorável. Em outros termos, legalizou todas as posses entre 1895, data da última lei legalizando posses e 1921. Por este motivo ficou conhecida como ‘jubileu do grileiro’. A lei de 1921 autorizou, também, a concessão gratuita de terras devolutas, em flagrante contradição com o princípio básico da lei de 1850⁸³.”*

O grileiro, o bugreiro e o posseiro davam início ao desbravamento do sertão e a partir das suas ações formaram-se as grandes propriedades rurais que atingiam enormes extensões. “Calcula-se que, por volta de 1910, a região de São José do Rio Preto estava dividida em cerca de doze glebas, cuja superfície, em média, era de trinta mil alqueires paulistas⁸⁴”. Os proprietários certamente não moravam na região, habitavam nas cidades das zonas antigas ou na capital, e, uma vez estabelecido o espetáculo da valorização por conta da movimentação da fronteira, fatiavam e negociavam o “grilo-mãe” que dominavam. Nas palavras de Pierre Monbeig:

“os proprietários não visavam à exploração de glebas, que são para eles um emprego de capital, que renderá no futuro, isto é, quando as vias de comunicação aí chegarem, quando aumentar a densidade de população, quando os preços dos produtos agrícolas aumentarem, o que ocasionará grande procura de terras. Será então a ocasião de liquidar esse capital inerte, pela divisão de terras. (...) Este fato tem importância, porque significa que a terra não desbravada, passando por diversas mãos, valorizava-se antes de ser cultivada, e esta valorização pesará na economia do pioneiro, porque é ele que por último fará as despesas de uma série de especulações⁸⁵”.

⁸² Lígia Maria Osório SILVA (1996). *Op. Cit.*, p. 282-83. “O desagrado com os dispositivos da lei (particularmente a impossibilidade de legitimar posses realizadas depois de 1984) não foi apenas dos posseiros espalhados pelos sertões, na capital, e em outras cidades importantes do Estado, havia capitalistas, agricultores e políticos que olhavam com interesse para a enorme extensão de propriedade rural de que a nação abria mão. Esse interesse era parte da vasta especulação que envolveu o movimento de ocupação do solo.”

⁸³ Lígia Maria Osório SILVA (1996). *Op. Cit.*, p. 289.

⁸⁴ Pierre MONBEIG. *Op. Cit.*, p. 111.

⁸⁵ Pierre MONBEIG. *Op. Cit.*, p. 112.

A partir do momento em que a gleba era dividida e cultivada, observava-se o nascimento e a evolução de uma estrutura agrária. Aí se distinguem dois tipos de loteamento na fronteira, como que duas maneiras diversas de evolução: uma que, começando pela instalação das grandes fazendas, terminaria na formação de pequenas propriedades (vide o caso de Ribeirão Preto), fragmentação que se precipitou notadamente nos tempos de crise; e outra que consistia em dividir imediatamente a gleba em pequenos lotes, como no caso das Companhias e dos Núcleos de Colonização, como a Cia. do Rio Feio, situada na Noroeste, Cia. Norte do Paraná, Núcleo Colonial Santa Gertrudes em Rio Claro, Núcleos como Gavião Peixoto, Nova Odessa, Nova Europa e tantos loteamentos promovidos pela CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização S.A.). A fronteira oeste de São Paulo parece ter sido palco dos dois processos. Contudo, conforme afirma Lígia Osório, há que se relativizar o papel das Companhias de Colonização, pois “o sistema de colonização para a pequena propriedade desenvolveu-se principalmente após a Primeira Guerra Mundial, como resultado do parcelamento das grandes propriedades e não como resultado de uma política estadual de aproveitamento de terras devolutas⁸⁶”.

Esta dupla convivência de latifundiários e pequenos proprietários foi também percebida por Thomas H. Holloway, entretanto, para o autor, tal fenômeno pôde ser verificado também nas regiões mais antigas, sendo a existência da pequena propriedade uma realidade em todo o estado de São Paulo: “ao lado dos brasileiros proprietários de grandes fazendas, a estrutura social rural apresentava um crescente número de sítios pequenos e médios, adquiridos por imigrantes de primeira geração. Alguns estrangeiros residentes, bem-sucedidos no comércio ou na indústria, adquiriram propriedades rurais, porém muitos dos imigrantes que se tornaram proprietários de fazendolas operadas pelo trabalho familiar começaram provavelmente como colonos de café⁸⁷”. O autor aponta também que o estágio inicial de pobreza dos imigrantes do café fora rompido pela devoção à frugalidade, pelo trabalho familiar e pela possibilidade de comercialização dos alimentos produzidos nos interstícios dos cafeeiros, acreditando Holloway que os colonos livremente comercializavam a sua produção nos mercados rurais e/ou citadinos. Como veremos nos capítulos posteriores, discordamos de Holloway neste ponto.

⁸⁶ Lígia Maria Osório SILVA (1996). *Op. Cit.*, p. 290.

⁸⁷ Thomas H. HOLLOWAY. *Op. Cit.*, p. 212.

Pierre Monbeig também destaca os outrora trabalhadores das lavouras como a “principal” clientela das Companhias de colonização:

“a clientela é composta por chefes de família de recursos modestos. O antigo assalariado de uma fazenda, o colono, só pode fazer umas parcas economias; o imigrante que acabou de desembarcar não conta com um pecúlio muito grande. Os pequenos pioneiros possuem, em geral, o mínimo suficiente para investir na assinatura do ato de venda de propriedade; o restante dependerá das colheitas e do crédito que obterão em longo prazo. Possuem apenas o necessário à compra das ferramentas indispensáveis. Uma vez instalados poucos dentre eles poderão contar com a ajuda de diaristas: a mão de obra do sítio é a própria família e raros são aqueles que, tendo adquirido lotes de tamanho superior à média, podem pagar um ou dois salários. Em conseqüência, a terra que esses pequenos pioneiros podem comprar e cultivar deve ter dimensões limitadas. O sitiante que se deixasse tentar pela compra de uma superfície muito extensa, correria o risco de falência...”⁸⁸”

Seguindo estes autores pode-se vislumbrar um cenário onde, apesar da concentração fundiária inicial (obra dos grileiros, posseiros e bugreiros) a fronteira se abriria em pequenos lotes àqueles que já haviam construído alguma poupança, seja pela fragmentação das grandes propriedades, seja pela atuação das Companhias de Colonização⁸⁹. Nestas condições a paisagem agrícola da fronteira em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, parece ter sido muito heterogênea congregando grandes e pequenas propriedades, diferentemente das regiões mais antigas como o Vale do Paraíba, região Central e Mogiana (sobretudo em Ribeirão Preto), onde as imagens dos latifúndios eram mais recorrentes. Tal heterogeneidade é comprovada num texto que Monbeig escreveu em 1940:

“a zona pioneira é, essencialmente, o domínio da pequena propriedade e da valorização direta, o que já não constitui exceção no estado de São Paulo, mas que revela, no entanto, uma verdadeira revolução agrária que se faz sem barulho. Andar-se-ia, contudo, longe da verdade, julgando-se que não existe a grande fazenda clássica na zona pioneira (...) tem-se em São Paulo a pequena propriedade como característica da zona pioneira atual [Oeste paulista e norte do Paraná] enquanto que na zona pioneira, de 1880 a 1912, a grande fazenda parecia a única forma de exploração possível (...) Verifica-se uma tendência acentuada ao regime de pequena propriedade em São Paulo e uma preponderância indiscutível deste regime no norte do Paraná”⁹⁰”

⁸⁸ Pierre MONBEIG. *Op. Cit.*, p. 116.

⁸⁹ Sobre a atuação das Companhias Agrícolas de Colonização ver o texto de Willian H. NICHOLLS. A Fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, n. 24 (4), p. 33-91, out/dez. 1970. O texto trata da atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (subsidiária da Paraná Plantation Ltd. of London).

⁹⁰ Pierre MONBEIG. As zonas pioneiras do estado de São Paulo. In: *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p. 28,29 e 33.

Monbeig parece diferenciar a zona pioneira das décadas de vinte e trinta, a saber, as regiões da Noroeste, Alta Araraquarense, Alta Sorocabana, Douradense, Alta Paulista (região de Marília) e norte do Paraná, do processo de avanço das fronteiras pelas regiões de cafeicultura mais remota, tais como a Central, a Mogiana e a Paulista, dirigindo suas conclusões para a assertiva de que nestas zonas pioneiras do final do século XIX e início do XX a recorrência das pequenas propriedades foi diminuta e a paisagem era dominada pelos grandes latifúndios. Evidentemente diferenças existiram entre o avanço da fronteira nestes distintos períodos (preços relativos, contingente imigrado, número de trabalhadores, crise internacional) de modo que tais eventos circunscreveram os distintos períodos apontados pelo autor. Contudo, não se deve, aqui, pensar em situações de fronteira “fechada”, dominada pelo latifúndio, e em situações de fronteira “aberta”, dominada pela pequena propriedade, pois em nenhum caso a terra estava simplesmente disponível a quem quisesse adquiri-la.

Evidentemente as novas zonas já poderiam contar com trabalhadores que traziam alguns recursos, poucos, angariados no trabalho como colono das fazendas das regiões mais antigas, o que de certa forma inseria um novo agente na marcha pioneira das décadas de vinte e trinta. Nas regiões mais antigas, que se abriram à exploração a partir da construção das ferrovias Paulista e Mogiana, os potenciais pequenos agricultores não marcharam em conjunto com os latifundiários já que nas décadas de 1880 e 1890 os imigrantes estavam desembarcando no Brasil em condições de miserabilidade amplamente conhecidas pela bibliografia⁹¹. Nestes termos podemos diagnosticar dois momentos distintos da marcha pioneira em São Paulo: num primeiro momento o latifúndio se antecipou às pequenas propriedades, que se estabeleceram com o tempo pela fragmentação das maiores glebas e em função dos núcleos urbanos que se desenvolveram; e um segundo momento, onde homens de maior cabedal, imigrantes e trabalhadores nacionais “enricados” nas zonas antigas marcharam juntos pelos sertões da Noroeste, da Alta Araraquarense e da Alta Sorocabana, dando a estas zonas uma composição fundiária diferenciada em relação às suas predecessoras. O que Monbeig parece não considerar é que nem todos os imigrantes e

⁹¹ Nas palavras de Filippo Ugolotti, um analista italiano: “A emigração italiana para o Brasil tem se constituído apenas de elementos dos mais baixos estratos sociais. A grande maioria dos emigrantes veio da parte mais pobre do nosso campesinato, que trouxe o lamentável espetáculo de seu analfabetismo e sua miséria”. *In*: Thomas H. HOLLOWAY. *Op. Cit.*, p. 213.

brasileiros que se dirigiram às franjas pioneiras nas décadas de vinte e trinta foram já munidos de algum pecúlio. Muitos, pelo fracasso no trabalho como colono nas lavouras de Ribeirão Preto, Franca, Campinas, São Carlos, etc., fracasso este também recorrente, deslocaram-se para a fronteira visando melhores condições de ascensão social por conta da maior demanda por braços e da maior fertilidade inicial da terra recém desbravada.

Outro fator que contribuiu decisivamente para a maior recorrência de pequenas propriedades nas regiões da franja pioneira nas décadas de vinte e trinta parece ter sido a crise de vinte e nove. Num contexto de preços cadentes, sobretudo em termos de moeda estrangeira, e sem possibilidades claras de uma conjuntura mais favorável, pelo menos em médio prazo, as grandes unidades produtoras de café vivenciaram uma intensa diminuição de sua lucratividade e a conseqüente fragmentação das terras. Vejamos o exemplo da CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização S.A.) que se especializou em subdividir propriedades nas regiões Mogiana, Paulista, Noroeste, Alta Araraquarense e Alta Sorocabana. Até 1955 a Companhia havia loteado 334.697,16 hectares em regiões produtoras de café num total de 6.260 lotes contidos em 77 loteamentos⁹². Essa área corresponde a 1,61% da área total cadastrada no estado de São Paulo pelo IBGE em 1970.

Nos anos posteriores à crise de vinte e nove a fragmentação da terra aparece como uma tendência geral em São Paulo. Nas palavras de Sérgio Milliet: “a pequena propriedade [1 a 25 alqueires] tem se desenvolvido [o texto é de 1939] num ritmo de fato promissor, bem mais acentuado que o das outras classes [médio {26 a 100 al.}, grande {101 a 500 al.} e latifúndio {mais de 500 al.}]. Por outro lado, o latifúndio cresce mais lentamente e contribui com uma importância cada vez menor para o conjunto das propriedades do Estado⁹³”. Evidentemente a recorrência das pequenas propriedades entre 1930 e 1936 era maior nas zonas de fronteira, entre 1930-31 e 1935-36 o número de pequenas propriedades aumentou entre 400% e 450% na maior parte Noroeste e entre 150% e 199% na maior parte da Alta Araraquarense. Por conta da grande quantidade de terras disponíveis no sertão todas as faixas de proprietários cresceram, entretanto, o ritmo de crescimento das pequenas propriedades foi superior na Noroeste, aumentando-se a participação percentual desta faixa

⁹² Sílvio Perini ZAMBONI. *O café no norte paulista: a crise de 1929 na fazenda Dumont*. Piracicaba: ESALQ/USP, 1979. Dissertação de Mestrado, p. 44 e seguintes.

⁹³ Sérgio MILLIET. O desenvolvimento da pequena propriedade no estado de São Paulo. Comunicação feita à Sociedade de Sociologia de São Paulo em 20/04/1939, p. 116. In: *Roteiro do Café e outros ensaios*. São Paulo: Coleção do Departamento de Cultura, 1939. Vol. XXV.

na composição total. Já na região da Alta Araraquarense, em específico na zona de São José de Rio Preto e municípios circunvizinhos, percebe-se um crescimento da participação percentual dos latifúndios, o que talvez se explique pelo fato de que nos anos posteriores à grande crise mundial abriram-se na região as extensas pastagens à noroeste de São José do Rio Preto, alcançado Votuporanga e arredores.

A comparação com as regiões da Paulista e da Mogiana revela que o ritmo de crescimento das pequenas propriedades (1 a 25 alqueires) foi bem mais reduzido nestas do que nas regiões de fronteira na década de trinta, entretanto, foi também nestas regiões novas que verificamos o mais abrupto crescimento dos latifúndios (mais de 500 alqueires) e das grandes propriedades (entre 101 e 500 alqueires). Evidentemente, como pode ser observado na tabela abaixo, o crescimento de todas as faixas em conjunto se deve à incorporação de novas terras à produção agrícola, o avanço sobre o sertão. Os números pesquisados por Milliet nas publicações da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo demonstram um cenário onde, em relação às zonas mais antigas, existia um número maior de pequenos proprietários na zona da Alta Araraquarense (incluindo a Douradense) e na Noroeste, entretanto, lá também se formaram latifúndios e grandes propriedades, corroborando as afirmações de Monbeig acima citadas que diagnosticam uma realidade fundiária heterogênea nas fronteiras de expansão paulistas neste período.

A estrutura fundiária da região Central, a mais “antiga” de nosso estudo, apresentou também um notável crescimento da pequena propriedade em relação ao total regional após a crise de vinte e nove, entretanto, o crescimento desta faixa se fez à custa da redução dos outros segmentos de propriedade, tanto das médias e grandes propriedades, assim como dos latifúndios, que diminuíram sua participação percentual nos anos observados. Em cinco anos o número de pequenas propriedades saltou de 28.135 para notáveis 41.807, passando do índice 100 em 1930-31 para 149 em 1935-36, ao passo que a faixa média nesta região o índice diminuiu de 100 para 99, as grandes propriedades de 100 para 89 e os latifúndios subiram seu índice de 100 para 112, entretanto, sua participação no percentual total se reduziu, nestes cinco anos, de 0,34% para 0,27%.

Os números que apresentaremos na seqüência parecem indicar que um processo mais intenso de desenvolvimento das pequenas propriedades em São Paulo foi verificado, nos anos trinta, na região Central e nas regiões de fronteira como a Alta Araraquarense e a

Noroeste. Num caso, parece se tratar da fragmentação das grandes propriedades outrora destinadas à cafeicultura, como em Campinas e Rio Claro, estabelecendo-se aí a policultura. Noutro caso, o crescimento do número de pequenas propriedades ocorreu em função da incorporação de novas terras à produção agrícola, notadamente pela aquisição de imigrantes e trabalhadores nacionais que angariaram alguns recursos, trabalhando como colonos nas fazendas de café, e que buscaram a sorte nas regiões onde a terra era mais acessível⁹⁴. Tanto a crise quanto a ascensão social dos imigrantes parecem ter trabalhado em conjunto neste processo de fragmentação da propriedade em São Paulo, tanto em regiões novas quanto em regiões antigas. As regiões Mogiana, Paulista e Alta Sorocabana (esta desde a sua abertura) mantiveram certa estabilidade em todas as faixas e o número de propriedades com menos de vinte e cinco alqueires pouco evoluiu:

Tabela 1 – Faixas de propriedade em diversas regiões paulistas

Alta Araraquarense (incluindo a Douradense)					
<i>Faixa</i>	<i>1930-31</i>	<i>1931-32</i>	<i>1932-33</i>	<i>1934-35</i>	<i>1935-36</i>
Pequena	15.997	17.825	20.569	22.694	24.540
Média	5.348	6.009	6.784	7.217	7.821
Grande	1.426	1.116	2.018	2.085	2.169
Latifúndio	270	292	373	468	481
Total	23.041	25.242	29.744	32.464	35.011
Noroeste					
<i>Faixa</i>	<i>1930-31</i>	<i>1931-32</i>	<i>1932-33</i>	<i>1934-35</i>	<i>1935-36</i>
Pequena	6.505	20.114	27.186	25.261	28.641
Média	2.136	4.223	5.253	4.349	5.152
Grande	593	1.146	1.498	1.044	1.224
Latifúndio	92	322	340	214	212
Total	9.326	25.805	34.277	30.868	35.229
Paulista					
<i>Faixa</i>	<i>1930-31</i>	<i>1931-32</i>	<i>1932-33</i>	<i>1934-35</i>	<i>1935-36</i>
Pequena	8.012	11.038	11.524	11.113	11.395
Média	2.645	2.643	3.367	2.846	2.748
Grande	1.246	1.141	1.179	1.192	1.147
Latifúndio	239	216	211	234	203
Total	12.142	15.038	16.281	15.385	15.493

⁹⁴ “a maior parte dos pioneiros trabalhou como colonos nas grandes fazendas das velhas regiões. Os salários não foram tão elevados a ponto de permitir que fizessem grandes economias. Comenta-se, freqüentemente, que o nível de vida medíocre do colono lhe dá a possibilidade de por de lado algum dinheiro. Como um camponês europeu, ele faria seu pé-de-meia, muito trabalhador de fazenda possuiria um livro-caixa bem provido, embora os casos isolados não signifiquem muita coisa para o conjunto. Os colonos que possuem verdadeiramente uma pequena fortuna, obtiveram-na de uma atividade estranha ao regime da colônia, por exemplo do comércio. Esses não são seduzidos pelo trabalho rural e partem para as zonas novas como vendeiros. Quando compram terras, é mais para revender do que para plantar. A grande maioria dos colonos atraídos pelos loteamentos da floresta só dispõe de um modesto capital: uma dezena de contos de réis, por vezes o dobro, raramente mais”. Cf. Pierre MONBEIG. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. . São Paulo: Hucitec, 1984, p. 223.

Mogiana					
<i>Faixa</i>	<i>1930-31</i>	<i>1931-32</i>	<i>1932-33</i>	<i>1934-35</i>	<i>1935-36</i>
Pequena	11.041	12.328	13.105	13.751	14.421
Média	3.496	3.673	3.669	3.894	4.021
Grande	1.447	1.457	1.464	1.606	1.594
Latifúndio	228	249	204	218	224
Total	16.212	17.707	18.442	19.679	20.260
Central					
<i>Faixa</i>	<i>1930-31</i>	<i>1931-32</i>	<i>1932-33</i>	<i>1934-35</i>	<i>1935-36</i>
Pequena	28.135	31.604	33.919	42.360	41.807
Média	4.584	4.626	4.838	4.586	4.529
Grande	965	1.008	977	977	859
Latifúndio	116	116	137	142	130
Total	33.800	37.354	39.871	48.065	47.325
Alta Sorocabana					
<i>Faixa</i>	<i>1930-31</i>	<i>1931-32</i>	<i>1932-33</i>	<i>1934-35</i>	<i>1935-36</i>
Pequena	14.143	17.046	19.206	16.136	18.124
Média	4.677	4.885	5.514	4.746	4.672
Grande	1.235	1.265	1.454	1.161	1.151
Latifúndio	177	200	215	171	195
Total	20.232	23.396	26.389	22.214	24.142

Fonte: Adaptado de Sérgio Milliet. Op. Cit., p. 83, 91,92,101, 104 e 106.

A partir das informações acima expostas acreditamos ser possível delinear uma noção mais exata sobre perfil da estrutura fundiária das fronteiras de expansão agrícola em São Paulo nas décadas de vinte e trinta, como também das demais regiões pesquisadas. Entretanto, a partir das informações fornecidas por Monbeig, é necessário relativizar as condições de viabilidade das pequenas propriedades. Muitas vezes se confunde a ascensão à condição de pequeno proprietário com melhoria de vida, sendo que estas duas ocorrências não necessariamente são sinônimas. As dificuldades iniciavam-se, segundo o autor, pela insuficiência técnica do “sitante”, que pouco cuidado despendia à conservação do solo. Ele o sobrecarregava durante muito tempo com culturas intercalares (as mais variadas) e, com pressa de vender, ele entregava às máquinas de beneficiar o café em coco, mas perdia, nesta negociação, a palha do café, que era um adubo eficaz à época. Quando o sitante mesmo fazia a secagem, seu terreiro, em terra batida, não permitia uma operação completa. Enquanto as grandes fazendas terminavam a secagem iniciada nos terreiros, recolhendo o café nas tulhas, o sitante punha à venda um produto de qualidade inferior, com grãos secados desigualmente, sem aroma uniforme e misturados a toda espécie de impurezas.

Em geral, o pequeno proprietário que formava um cafezal negligenciava a remoção dos troncos derrubados. Esse trabalho obrigaria a uma mão-de-obra que a sua família, suficientemente ocupada pelas culturas de subsistência, não poderia fornecer, ou que ele não era suficientemente rico para recrutar fora. Assim, os pequenos arbustos e as ervas invadiam o cafezal do sitiante, que não tinha nem tempo nem meios de processar a limpeza necessária. “Afogados pela lixa ou lixeira, os cafeeiros novos cresciam mal e muitos morriam antes mesmo de entrar em produção. Em um sítio de quatro ou cinco anos, não era raro encontrar arbustos mortos ou amarelecidos, o que indicava pura perda desde o momento da partida e comprovava uma deficiência técnica. Sensíveis diferenças poderiam ser percebidas entre um sítio com 5.000 cafeeiros e um sítio com 50.000 cafeeiros.”⁹⁵

O fato é que nunca existiram em São Paulo projetos mais amplos que vinculassem o avanço da fronteira agrícola com a consolidação da pequena agricultura, e os ex-colonos ou mesmo imigrantes que para as zonas novas se dirigiam careciam de qualquer tipo de apoio do governo. Os trabalhadores empataavam seus poucos pecúlios na aquisição de um pedaço de terra, pouco sobrando para a manutenção e bom tratamento da lavoura, reiterando-se no tempo e no espaço suas condições de miserabilidade.

⁹⁵ Pierre MONBEIG. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. Op. Cit.*, p. 205-06.

- II -

**Região Central:
Campinas e Rio Claro**

A região Central, aqui representada pelos municípios de Campinas e Rio Claro já era uma zona considerada antiga entre 1917 e 1937. O desenvolvimento da cafeicultura nestas regiões remonta à época da escravidão, constituindo-se estes município, por volta da década de 1870, nas áreas dinâmicas de cafeicultura recente naquele contexto. Assim, por conta do “longínquo” cultivo de café existente na região, as unidades produtoras (as fazendas), no intervalo de nossas preocupações, já apresentavam um grau de desgaste dos solos e continuada queda de produtividade, justificando-se assim o reduzido número de escrituras de formação e trato de cafeeiros tanto nos cartórios de Campinas (apenas vinte e nove escrituras) quanto de Rio Claro (apenas quinze escrituras). Trata-se a região Central da zona mais antiga considerada em nossa pesquisa.

Em Campinas pesquisamos os Livros Cartoriais do 1º Ofício Civil onde encontramos 47 contratos de trabalho entre os anos de 1892 e 1937. Destas quarenta e sete escrituras trinta e cinco estão compreendidas no intervalo de nossas preocupações e dentre estas seis não envolvem a formação e o trato de lavouras de café, ou seja, reduzindo-se a documentação pesquisada aos marcos da periodização por nós adotada (1917-1937) e considerando apenas os contratos envolvendo café, teremos apenas vinte e nove escrituras aptas à nossa observação. O volume de escrituras encontradas em Campinas não se compara ao que encontramos em outros municípios, como veremos adiante, porém em Campinas vasculhamos 126 livros de notas, número próximo ao visto em outros cartórios, o que denota que o esforço de pesquisa documental foi significativo também nas regiões mais antigas. Em Rio Claro pesquisamos noventa e quatro livros de notas entre 1917 e 1937, e encontramos apenas quinze escrituras de formação e/ou trato de café.

Mapa 1 – Região Central

Fonte: elaboração própria

*

Acreditamos que o menor número de escrituras pesquisadas são indicativos diretos da temporalidade da cafeicultura na região de Campinas e Rio Claro. Sabemos todos nós que o desenvolvimento da cultura do café na região Central definiu a transição da cafeicultura escravista praticada no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba paulista para o tipo de produção baseado no trabalho livre, marcadamente dominante no chamado “Oeste Paulista”. Por volta de 1870 as lavouras de café floresceram no local, impondo à continuidade da atividade cafeeira a necessidade da modernização dos meios de transporte e a superação definitiva da crise da escravidão. Inicialmente as fazendas abasteceram-se do tráfico interprovincial de escravos, mas, com o esgotamento definitivo da oferta e a erosão do consenso político e social em torno da utilização do braço escravo, a necessidade premente da utilização do trabalho livre, que se manifestara no seio da “elite cafeeira” do Oeste já no Congresso Agrícola de 1878, presidido pelo Visconde de Sinimbu, tornou-se a diretiva dos novos investimentos efetivados no espaço em questão.

A elite campineira assumia uma posição de destaque entre os agricultores brasileiros nas últimas décadas do século XIX, tanto que no Congresso Agrícola a participação dos lavradores deste município foi maciça: Albino José de Oliveira, Antônio Corrêa Barbosa, Antônio Egydio de Souza Aranha, Antônio Pompêo de Camargo, Barão de Atibaia, Barão

de Três Rios (Joaquim Egídio), Floriano Ferreira de Camargo Andrade, Francisco José de Camargo Andrade, João Ataliba Nogueira, Joaquim Carlos Duarte, Joaquim Floriano Neves de Camargo, Jorge de Miranda, José Joaquim de Souza Oliveira, Manuel Ferraz de Campos Salles e Thomas Alves Júnior representaram Campinas e o Clube da Lavoura deste município neste Congresso, que visava discutir espinhosas questões tais como as condições de fornecimento de crédito à lavoura e as formas de transição ao trabalho livre, visto que o fim da escravidão já estava selado com a lei de 1871. A delegação campineira, em especial o Clube da Lavoura de Campinas, alcançou um lugar de destaque nas discussões, tanto que durante o Congresso toda a delegação paulista se articulou em torno do Clube. Nas palavras de Campos Salles: *“Entretanto, depois de haverem o orador (Campos Salles) e seus colegas chegado a esta corte (o Congresso foi realizado no Rio de Janeiro), os lavradores paulistas presentes deliberaram, em uma reunião celebrada no dia oito (de julho), aderir ao trabalho feito pela comissão do Clube de Campinas. Em virtude dessa adesão desapareceu a comissão da lavoura de Campinas para ser substituída, perante o Congresso, pela comissão dos agricultores da província de São Paulo”*⁹⁶.

Esta destacada participação evidencia que a cafeicultura em Campinas era já na década de 1870 uma atividade consolidada, tanto que daí surgiram lideranças de “quatro costados” que passaram a definir futuramente os caminhos da política e da economia nacional. Mas a força da cafeicultura do “oeste paulista” (em especial, de Campinas) se demonstrava não só pela força política crescente no cenário nacional em fins do século XIX, mas também pela estrutura produtiva estabelecida nas fazendas de café. A transição da cafeicultura do Vale do Paraíba para o planalto paulista evidencia também o estabelecimento de um novo “paradigma tecnológico”. Segundo André Argolo o estabelecimento das lavouras de café no “oeste” marcam uma transformação muito profunda no que se refere às formas de plantio, formas de beneficiamento e estrutura produtiva e de armazenamento das fazendas. No Vale do Paraíba, ainda segundo o autor, os cafezais foram plantados em terras muito íngrimes e, portanto, sujeitas a erosões,

⁹⁶ Anais do Congresso Agrícola de 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1985. (Edição fac-similar), p. 166. Outros municípios da região central possuíam também representantes no Congresso Agrícola: Alfredo Silveira da Motta (Mogi-Mirim), Domingos José Nogueira Jaguaribe e João Ribeiro dos Santos Camargo (Rio Claro), Joaquim Antônio da Silva (Bragança Paulista), Silvério Rodrigues Jordão e Vicente José dos Campos (Limeira), além de alguns representantes de São Carlos, Descalvado, Prirassununga e Amparo.

reduzindo-lhes drasticamente a fertilidade natural e sua capacidade de produzir competitivamente, com técnicas tradicionais. “Tamanho desconhecimento técnico, associado a um certo desleixo, podia ser observado a partir da distribuição do próprio cafeeiro, em que se adotou a locação de fileiras em linhas retas, perpendiculares às encostas, desenho este que, embora facilitasse o plantio do cafezal, lhe determinava, ao mesmo tempo, vida curta, pois estabelecia uma condição propícia para a erosão do solo (...). O resultado dessa imprevidência técnica foi desastroso: a economia da região pereceu, pois, além de permanecer utilizando técnicas atrasadas, a cafeicultura não foi substituída por atividades mais rentáveis ou que sofressem de forma atenuada os efeitos da erosão. Precipitando a crise, a abolição da escravatura teria sido a ‘pá de cal’ que acabou de enterrar as esperanças de recuperação do Vale do Paraíba. Em outras palavras, técnicas de produção não adaptadas à realidade ecológica de uma dada região podem acabar causando danos irreparáveis em seu estoque de recursos naturais.⁹⁷”. Ainda sobre as técnicas rudimentares praticadas no Vale escreveu Monteiro Lobato: “A serra da Mantiqueira ardeu como ardem as aldeias na Europa, e é hoje um cinzeiro imenso, entremeado aqui e acolá de manchas de verdura – as restingas úmidas, as grotas frias, as nesgas salvas a tempo pela cautela dos aceiros. Tudo mais é crepe negro (...) As velhas camadas de húmus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; o rejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogradado; a destruição das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; a alteração para pior do clima com a agravamento crescente das secas; os vedos e aramados perdidos; o gado morto ou depreciado pela falta de pastos⁹⁸”.

Outro aspecto que destacava marcadamente as rudimentares técnicas de produção de café no Vale era as formas de secagem e de beneficiamento utilizadas. O café era seco em terrenos de terra batida construídos sem maiores preocupações com os declives necessários para o escoamento das águas das chuvas, além do que, por conta das enxurradas, os grãos ficavam enterrados na terra. As máquinas de beneficiamento dos grãos também eram bastante simples e movidas por força hidráulica ou tração animal, o que redundava em um

⁹⁷ André Munhoz de Argollo FERRÃO. *Arquitetura do café*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 149-50.

⁹⁸ José Bento MONTEIRO LOBATO. *Velha Praga*. In: *Urupês*. 34ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, s/d, p. 139-144. Este texto foi publicado pela primeira vez em 12/11/1914 no Jornal O Estado de São Paulo.

produto final de baixa qualidade. “O monjolo individual, movido pela força dos bois ou pelo braço escravo, foi o primeiro aparelho utilizado no Brasil para o beneficiamento do grão de café, que, depois de socado, era separado das cascas soltas com o uso de uma peneira. Posteriormente passou-se a utilizar o “carretão”, uma enorme roda de madeira, estreita, com rebordos metálicos adelgaçados, que girava muito lentamente por entre duas paredes que formavam um cocho, em círculo, cheio de café, descascando tanto por meio da compressão como pelo atrito lateral, ambos causados pela passagem da roda sobre os grãos⁹⁹”.

Tanto em relação às formas de cultivo e produtividade dos solos, quanto em termos de tecnologia agregada à produção, percebe-se que a cafeicultura do Vale apresentava uma produtividade muito menor e uma qualidade muito inferior aos níveis que eram conseguidos no “oeste”. Na região de Campinas as plantações de café já acompanhavam as curvas de nível visando diminuir os efeitos das enxurradas, sem contar o fato de que se tratava de uma região menos montanhosa e um tipo de solo mais propício ao cultivo do café, a saber, a terra roxa, em parte, cujos índices de produtividade são infinitamente superiores aos tipos de solo encontrados no Vale do Paraíba. Deve-se destacar também que as fazendas de café dessa região apresentavam uma estrutura produtiva mais moderna, contando com terreiros de secagem feitos de tijolos ou terreiros pavimentados com “cimento Portland” que reduziam os transtornos causados pelas chuvas. Os terreiros de tijolos eram melhores do que os de terra batida porque, entre outras vantagens, permitiam que se revolvesse, sobre sua superfície, o café molhado sem misturá-lo com a terra, o que acelerava a evaporação da umidade, sem falar no fato de que em terrenos de terra batida não se podia aproveitar dos dias de sol intercalados com dias de chuva já que o terreno muito provavelmente ainda estaria úmido. Os terrenos feitos de tijolos ou de cimento não apresentavam esta desvantagem¹⁰⁰.

As máquinas utilizadas no beneficiamento do café no “oeste” eram também mais modernas do que as anteriormente utilizadas. Entre as décadas de 1860 e 1870 já se podiam

⁹⁹ André Munhoz de Argollo FERRÃO. *Op. Cit.*, p. 60-62.

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 120. “A área de um terreiro é estimada em função da produção média da lavoura por mil pés, do número de cafeeiros e das condições climáticas da região. Quando o terreiro é utilizado apenas para secagem, sua área pode ser dada por “ $(S=0,055 q.t.n)$ ”, sendo “S” a área de terreiro (m²); “q”, a produção de mil cafeeiros em sacos de cem litros de café em coco; “t”, o tempo médio de secagem, em dias, na região; e “n” o número de mil cafeeiros da propriedade”.

encontrar máquinas industrializadas, como despolpadores, estufas de secagem e secadores mecânicos em algumas fazendas brasileiras. O uso de máquinas importadas ou já fabricadas em oficinas brasileiras, como as Lidgerwood, MacHardy, o Sistema Conrado (montado pela Bierrenbach & Irmão) e outras, conferia ao café brasileiro ganhos qualitativos de grande magnitude que iam aos poucos desfazendo a má reputação dos cafés brasileiros. Evidentemente tal mudança não se deve somente ao maior volume de capital investido nas fazendas, mas também à segunda revolução industrial que definitivamente superou a base técnica anterior e viabilizou a modernização das estruturas de produção. É claro que nessa época ainda não havia no Brasil um processo padronizado de beneficiamento do café pois as técnicas e o maquinário empregados em cada fazenda variavam muito, no entanto podia se verificar um rápido processo de intensificação de maquinário nas grandes lavouras do “oeste”. Com o aumento da utilização da máquina industrializada no processo produtivo a arquitetura da fazenda cafeeira paulista modificou-se sensivelmente, tanto que, segundo Argolo Ferrão, as plantas das fazendas de Campinas diferiam sobremaneira das plantas das fazendas do Vale. Por conta deste processo de intensificação tecnológica aplicada à secagem, ao beneficiamento e à armazenagem o espaço das fazendas também sofrera uma revolução¹⁰¹.

Para garantir um aumento constante da produtividade das unidades produtivas de café em 1887 foi fundado por D. Pedro II o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), cuja finalidade era desenvolver a pesquisa científica para proporcionar bases mais sólidas para a acumulação de capitais neste setor. Estudos realizados por equipes especializadas, lideradas pelo pesquisador austríaco F.W. Dafert, visavam estabelecer rotinas capazes de aumentar a produtividade das lavouras tais como a adubação orgânica, o espaçamento, cultivo e controle de pragas. Além de importante centro comercial, Campinas se tornou o maior centro de pesquisa do desenvolvimento tecnológico da cafeicultura brasileira.

Na medida em que a cafeicultura avançava rumo a Oeste o problema da mão-de-obra tornava-se cada vez mais grave. Campinas, como centro produtor consolidado sentia gravemente esta questão, mas, em termos de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, podemos considerar este município como um notório caso de transição. Em 1870 a população do município era avaliada em 33.000 habitantes dos quais vinte mil seriam

¹⁰¹ André Munhoz de Argollo FERRÃO. *Op. Cit.*, p. 65.

escravos, o maior pólo escravista da Província de São Paulo. Ao mesmo tempo a utilização de colonos na lida diária das fazendas já era uma realidade, tanto que em 1854 já se registravam 198 colonos trabalhando nas lavouras campineiras. Não queremos aqui estabelecer uma discussão aprofundada sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, mas apenas registrar que no momento em que a crise da mão-de-obra ia se tornando mais aguda em função dos preços proibitivos do escravo e da perda de vigor do tráfico, a imigração européia, e a conseqüente resolução do problema da oferta de trabalho, já estava colocada em Campinas.

Aparentemente escravos e colonos “livres”, durante um certo período localizado entre as décadas de 1870 e 1880, foram utilizados em conjunto para garantir a expansão das lavouras de café. Mesmo antes da segunda metade da década de 1880 algumas experiências significativas com o trabalho livre foram realizadas em Campinas na década de 1870. “Há o exemplo da fazenda Sete-Quedas, de Joaquim Bonifácio do Amaral (futuro Barão de Indaiatuba), na qual foram recebidas, em 14/1/1871, as primeiras famílias alemãs com as quais iniciou-se a colônia. Eram 16 famílias do Holstein, num total de 107 pessoas (63 adultos e 44 menores). Esses colonos foram destinados à cultura do café, principal produto da fazenda onde se estabeleceram. Os colonos também podiam se dedicar a outras atividades cujos lucros eram exclusivamente deles; para isso, cada família recebia uma porção de terra, através de um contrato de arrendamento. Desse modo, além de cultivarem o café, os colonos se dedicavam à cultura de gêneros alimentícios, especialmente à horticultura, e os produtos colhidos eram vendidos por bom preço na cidade de Campinas, proporcionando boa receita aos colonos; os habitantes da cidade também se beneficiavam desse comércio, pois eram abastecidos de gêneros escassos no mercado urbano. Depois desses alemães, foram recebidas famílias belgas, além de outras famílias procedentes do Holstein, totalizando 200 colonos no núcleo organizado pelo Sr. Joaquim Bonifácio do Amaral¹⁰²”. Este excerto, extraído de Renata Bianconi, evidencia que o município também figurou entre a vanguarda das idéias e experimentos que viabilizaram a imigração européia e garantiram uma oferta de trabalho constante e adequada às exigências do café. Já em meados da década de 1880, consolidou-se o crescimento da população livre, e os escravos

¹⁰² Renata BIANCONI. *Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870-1905)*. Campinas: Instituto de Economia, 2002. Dissertação de Mestrado, p. 25-26.

passaram a representar cerca de $\frac{1}{4}$ da população local. Entre os anos de 1874 e 1886, o número de habitantes do município evoluiu de 31.397 para 41.253 pessoas. A população escrava atingiu sua concentração mais elevada em 1883, quando havia 15.665 cativos no município; número que se reduziu de forma acelerada chegando a 9.986 escravos em 1886¹⁰³.

Evidentemente, a ampliação da cafeicultura e o enriquecimento dos fazendeiros e comerciantes traduziram-se em melhoramentos urbanos consideráveis. Bianconi destaca que por volta de 1870 teve início uma série de transformações no espaço da cidade tais como calçamento, construção de prédios mais modernos, sistema de distribuição de água, iluminação pública, construção de passeios públicos e até um ringue de patinação e de uma pista para corridas de cavalo, O Clube de Corrida Campineiro. No âmbito cultural, várias escolas foram fundadas, como o Culto à Ciência em 1869, e diversas Associações de Leitores foram estimuladas como o Gabinete de Leitura e a Sociedade Alemã de Instrução e Leitura¹⁰⁴.

Campinas era também o principal entroncamento ferroviário do interior paulista. As Companhias Mogiana, Paulista, Sorocabana e posteriormente a Noroeste partiam ou de alguma forma se ligavam à “Princesa d’Oeste”, ponto a partir do qual demandavam a São Paulo Railway Co. que ligava Jundiaí a Santos. Com esta destacada posição do ponto de vista dos transportes montou-se na cidade uma série de negócios correlatos às ferrovias tais como oficinas de manutenção, fábricas de vagões, ferragens e materiais utilizados nas ferrovias e nas locomotivas e todo um complexo de atividades destinadas à montagem e desenvolvimentos de maquinário utilizado na produção de café para abastecer não só os proprietários locais, mas também as demandas da fronteira em expansão.

Do ponto de vista da organização do sistema de crédito Campinas também apresentava uma posição de destaque. Além de atividades agrícolas e manufactureiras, registrava-se no município a presença de importantes estabelecimentos financeiros, tais como o *Banco da Província*, estabelecimento fundado em 1885 que tinha sua sede na capital e agências em Santos e Campinas. “Seu capital, de 1:800.000\$000, seria fornecido por vários capitalistas campineiros, em sua maioria, e outros de São Paulo. Entre esses

¹⁰³ Ulysses C. SEMEGHINI. *Do Café à Indústria: Uma Cidade e seu Tempo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991, p. 49.

¹⁰⁴ Renata BIANCONI. *Op.cit.*, p. 31 e seguintes.

capitalistas, figuravam: Conde de Três Rios, Fidelis Prates, Dr. Martinho Prado, Joaquim Ferreira de C. Andrade, Pedro Egydio de Souza Aranha, José Estanisláu do Amaral, Dr. Cândido Ferreira, Estanisláu Ferreira, Comendador Manoel Carlos Aranha, Floriano Ferreira e Militão (da Corte). Em 1886, também entraria em funcionamento na cidade de Campinas uma agência do Banco Comercial de São Paulo, cujo endereço seria a rua Direita nº 32-A¹⁰⁵.

Campinas era a síntese do complexo cafeeiro, aglutinando atividades ligadas à produção agrícola, ao comércio, à indústria (direta ou indiretamente ligada ao café) e um sistema bancário e de crédito consolidado. O capital cafeeiro assumia múltiplas faces e em todas elas a elite campineira, por conta da diversificação das suas atividades, encontrava lugar de destaque. Evidentemente a diversificação e um maior número de possibilidades de investimento devem-se à nova forma de organização de trabalho e à concentração populacional¹⁰⁶ verificada em Campinas no final do século XIX e início do XX que proporcionaram uma intensificação do mercado e inúmeras possibilidades ao capital.

A partir destas breves comparações torna-se mais evidente a pujança da cafeicultura e de toda a estrutura montada em prol desta atividade no município de Campinas em relação à forma de se produzir café nas lavouras mais antigas do Vale do Paraíba. Evidentemente tal força e poder se manifestaria também no plano político, o que se depreende da participação do Clube de Campinas no Congresso Agrícola de 1878 e do papel destacado dos fazendeiros da região no Partido Republicano Paulista. Em termos de temporalidade do café podemos dizer que as décadas finais do século XIX marcaram o período de auge da produção de café em Campinas e que, adentrando-se no século XX, paulatinamente a produtividade, o número de cafeeiros plantados e o número de arrobas produzidas entraram em declínio. Evidentemente o município manteve a sua preponderância nos setores mercantil, industrial e de transportes sobre um abrangente raio de regiões produtoras de café em São Paulo e Minas Gerais, consolidando-se como um dos principais pólos econômicos da cafeicultura no Brasil mesmo após a decadência de suas lavouras.

¹⁰⁵ Renata BIANCONI. *Op. Cit.*, p. 91.

¹⁰⁶ Em 1874 a população de Campinas era de 31.397 habitantes, evoluindo para 41.253 em 1886, 67.694 em 1900, 79.924 em 1902, 88.251 em 1907 e 91.659 em 1908. *Cf.* Almanaque de Campinas para o ano de 1908. *Apud:* Renata BIANCONI. *Op. cit.*, p. 46.

No intervalo compreendido entre 1905 e 1940 o número de arrobas de café produzidas em Campinas caiu sensivelmente. Segundo José Francisco de Camargo eram produzidas cerca de 1.227.460 arrobas em 1905, 585.000 em 1920, 454.069 em 1934 e 260.852 em 1940¹⁰⁷. Entre os quatorze municípios selecionados para nossa pesquisa apenas em Campinas e Rio Claro¹⁰⁸ se verifica uma redução das quantidades de arrobas produzidas entre 1920 e 1934, denotando que a região Central, por conta de uma exploração mais remota, não respondeu aos estímulos para a expansão das lavouras que se verificam na década de vinte. Entretanto, deve-se considerar que Sérgio Milliet acredita que não existia uma maior relação de significância entre o movimento da cafeicultura em Campinas e na região Central em seu conjunto. Trabalhando em termos agregados, considerando todos os municípios desta região¹⁰⁹, Milliet aponta uma outra tendência, segundo a qual o volume de arrobas produzidas teria aumentado de 2.780.525 para 3.716.021 entre 1920 e 1935 (ver gráfico 1), denotando que talvez a decadência verificada em Campinas e Rio Claro, arautos do café no “oeste” paulista do século XIX, não pudesse ser extrapolada para todos os municípios que compunham a região na década de vinte.

Para Milliet o município de Campinas, apesar da registrada decadência das lavouras de café, foi o principal responsável pelo desenvolvimento desta região na década de vinte. Nas palavras do autor:

“Campinas ainda é o primeiro centro produtor, tanto de café como do algodão e do açúcar. Sua situação privilegiada, a excelência de suas terras, vai mantê-la num regime de estabilidade que a própria crise e a abertura do sertão não conseguirão abalar. 1935 alcança-a em pleno progresso, com uma população de 133.000 habitantes, nova capital, ‘princesa do oeste’ reinando sobre um vasto hinterland da Mogiana, Paulista e Araraquarense. A pequena propriedade se instala, com a emigração para as terras virgens dos latifúndios, e novas culturas lhe vêm aumentar a riqueza. Assim é que a fruticultura se desenvolve e a produção da laranja atinge nesse ano 1,026 milhão de caixas (...) Grandes fábricas se localizam na cidade, o comércio cresce para dar ao seu vasto hinterland tudo o de que ele necessita (...) Ocupando as chaves de todas as comunicações, a zona central tinha que participar de todos os surtos econômicos do estado e principalmente do surto do café.

¹⁰⁷José Francisco de CAMARGO. Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos (ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia). São Paulo: FFLCH/USP, 1981, p. 75. Vol. III.

¹⁰⁸ A produção de arrobas de café em Rio Claro cai de 233.000 para 155.982 neste período.

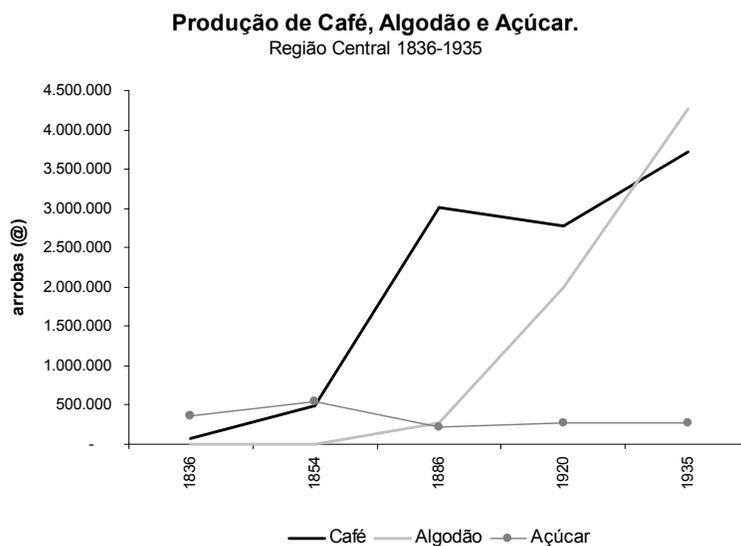
¹⁰⁹ São eles: Itapetininga, Angatuba, Anhembí, Bofete, Guareí, Sarapuí, Tatuí, Pereiras, Porangaba, Parnaíba, Araçariguama, São Roque, Uma, Atibaia, Piracaia, Nazaré, Joanópolis, Porto Feliz, Tietê, Conchas, Laranjal, Bragança Paulista, Itu, Cabreúva, Indaiatuba, Monte Mor, Salto, Campinas, Americana, Sorocaba, Campo Largo, Piedade, Capivari, Jundiá, Itatiba, Piracicaba, Santa Bárbara d’Oeste, São Pedro e Rio das Pedras. Segundo a divisão adotada por Milliet o município de Rio Claro pertence à região da Paulista. Cf: Sérgio MILLIET. *O Roteiro do Café*. Contribuição para o estudo da História Econômica e social do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 51.

Foi realmente o que se deu e de sua situação geográfica decorre em grande parte o seu progresso ininterrupto¹¹⁰”

Evidentemente, dada a posição de Campinas no complexo cafeeiro, a economia local manteve-se dinâmica e se expandiu a cada movimento de deslocamento da fronteira agrícola. Prova deste dinamismo mantido ainda na década de vinte é o considerável aumento populacional da região de 769.802 habitantes em 1920 para 877.077 em 1935; neste mesmo intervalo a produção de algodão sobe de 1,9 milhão de arrobas para mais de quatro milhões, evidenciando que concomitante à diminuição da produção de café outras lavouras foram se estabelecendo com um certo destaque. O que incomoda e causa um certo estranhamento na passagem de Milliet acima citada é o fato de o autor, ao referir-se a Campinas, destacar uma certa “estabilidade” garantida pela “excelência de suas terras”. Acreditamos que a vida econômica do município manteve-se ainda dinâmica porque os setores industriais, comerciais e financeiros continuaram operando em uma posição de destaque dentro do complexo, ou seja, cada vez mais outras atividades que não o cultivo de café respondiam por uma maior participação na formação da renda do município, notadamente a indústria ligada à manutenção ferroviária e de maquinários agrícolas, construção civil e atividades ligadas ao comércio. A diversificação das atividades agrícolas corroborou tal dinamismo e manteve valiosas margens de negócios para os agricultores de Campinas que, anteendo a saturação do solo, a queda da produtividade dos cafeeiros e a queda dos preços internacionais, que se revelam claramente após a crise de vinte e nove, optaram pelos investimentos em outras culturas, destacadamente o algodão, conforme se depreende do gráfico abaixo.

¹¹⁰ Sérgio MILLIET. *Op, cit*, 1982, p. 48.

Gráfico 1



Fonte: Adaptado de Sérgio MILLIET. *Op. cit.* p. 46.

Não nos parece viável ligar a permanência de tal dinamismo econômico à continuidade da atividade cafeeira, pois, como veremos adiante, Campinas, há tempos, deixara de ser uma terra de fronteira agrícola e novas lavouras não eram formadas na região. Os dados de Milliet apontam o longínquo ano de 1886 como o ápice da produção de café no município, cerca de um milhão e meio de arrobas; como vimos acima Camargo nos evidencia uma clara tendência de perda de produtividade entre 1905 e 1920, reduzindo-se as quantidades produzidas a menos da metade neste intervalo; Bianconi afirma que o ano de 1905 marcou a estabilização da produção cafeeira de Campinas atingindo-se, neste ano, o número máximo de cafeeiros plantados no município. Tais assertivas nos levam a pensar que em 1917, marco inicial de nossas preocupações, os cafeicultores de Campinas já haviam enfrentado trinta e um anos de ininterrupta redução das quantidades produzidas¹¹¹ e doze anos de redução no número de cafeeiros plantados. Neste cenário talvez não fique tão difícil explicar porque foram encontradas tão poucas escrituras de café nas décadas de vinte e trinta, conforme evidenciamos nos primeiros parágrafos deste capítulo.

*

Warren Dean escreveu o trabalho sobre Rio Claro que alcançou maior projeção. O clássico “Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura” versa sobre a formação da

¹¹¹ Evidentemente a redução no número de arrobas produzidas em Campinas não se demonstra no Gráfico 1 que contempla a evolução das quantidades produzidas pela região Central em seu conjunto.

cafeicultura no município iniciando com as formas estabelecidas para a expropriação e concentração de terras, organização e montagem das fazendas, as condições do trabalho escravo, a crise da escravidão e o estabelecimento do trabalho assalariado na região de Rio Claro. Em termos de periodização Dean¹¹² circunscreve sua pesquisa entre os anos de 1820 e 1920, século no qual o município conheceu o auge e o declínio da atividade cafeeira. Na verdade, até a chegada da ferrovia em 1876, Rio Claro fora um destacado modelo de cafeicultura escravista no estado de São Paulo, mas diferenciando-se do Vale do Paraíba pelos índices de produtividade (muito superiores), pelo tipo de solo do planalto ocidental (com qualidade muito superior) e pela existência, naquele espaço, de experiências com o trabalho livre muito mais significativas¹¹³ do que no antigo Vale, de modo que a atividade cafeeira persistiu na região mesmo em um contexto de crise do escravismo deflagrado a partir de 1850.

Neste mesmo estudo Dean aponta que as condições de trabalho e as possibilidades de ascensão social eram reduzidas aos imigrantes que trabalhavam na lavoura. “Ainda que Rio Claro estivesse mais bem aquinhoadas com colônias patrocinadas pelo governo do que qualquer outro município de São Paulo [referindo-se às colônias de Cascalho e São José do Corumbataí e o posterior núcleo colonial Jorge Tibiriça], elas não contribuíram muito para o avanço da pequena propriedade¹¹⁴”. Em geral, prossegue o autor, “é altamente **otimista** o juízo sobre a capacidade dos imigrantes em realizar sua ambição de possuir terra, mas isso se baseia principalmente em aquisições individuais (...) o sucesso relativo dos imigrantes colonos não constitui, de qualquer maneira, medida da mobilidade social nas fazendas, pois eles formavam apenas um setor do proletariado rural, aliás, o mais privilegiado [referindo-se às diferenciações de mão-de-obra existentes nas fazendas de café, que relegaram os trabalhadores nacionais a condições ainda piores na condição de camarada]¹¹⁵”. Na linha de argumentação do autor, a massa de imigrantes encontrou no Brasil uma nova estrutura de classe, na qual eles se colocaram acima da população nativa de origem indígena ou africana

¹¹² Warren DEAN. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

¹¹³ Ver o trabalho de Julia Maria Leonor SCARANO. *O Imigrante: Trabalho, saúde e morte*. Florianópolis: UFSC, 1974. Tese de livre docência. Em especial o capítulo II: Contingente migratório e trabalho (Rio Claro 1875-1930).

¹¹⁴ Cascalho não oferecia terras satisfatórias para a cafeicultura, Corumbataí possuía lavouras falidas, de modo que segundo Dean a criação destes Núcleos Coloniais objetivava salvar membros falidos da elite rural, tais como Domingos Jaguaribe, genro do Barão de Porto Feliz.

¹¹⁵ Warren DEAN. *Op. Cit.*, p. 181.

e se assentaram sobre “vinte metros de terra roxa”. Atingiram um padrão de vida melhor do que na Europa, é verdade, mas era pouco o excedente produzido, além do nível de subsistência, enquanto permaneceram nas fazendas. Segundo o autor o fato de que alguns colonos atingiram a condição de pequenos proprietários não representa de forma alguma a garantia de superação da miséria e com o declínio da cafeicultura no município as condições de ascensão social ficaram ainda mais distantes.

O título de sua tese de doutoramento de Diana Diniz, defendida em 1973, nos sugere diretamente qual fora a temporalidade do café no município. “Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)” define claramente quais são os marcos adotados pela autora, partindo-se do período de expansão da cafeicultura no século XIX para o “oeste” paulista e terminando no contexto de crise da lavoura verificado a partir da administração de Campos Salles. Segundo a autora as fazendas de café beneficiaram-se de toda a estrutura produtiva canavieira criada na primeira metade do século dezenove (com a ressalva de que a fazenda canavieira, como unidade, era muito maior do que a fazenda cafeicultora), além de poder contar com condições geográficas mais propícias¹¹⁶. O município poderia abastecer as suas necessidade de mão-de-obra a partir de um tráfico interprovincial de escravos organizado, em São Paulo, pela cidade de Campinas, que pouco dista de Rio Claro, e possuía condições mais que suficientes para fornecer escravos, vindo de outras províncias, às regiões dinâmicas da cafeicultura¹¹⁷.

A autora perpassa toda a segunda metade do século dezenove apresentando-nos a conformação das propriedades, a estrutura fundiária, a maior “eficiência” das grandes unidades produtoras, a utilização do braço escravo e o trabalho dos imigrantes. As conclusões de Diniz apontam para um esgotamento das lavouras de café rioclareses no

¹¹⁶“Situado na depressão periférica, o município [Rio Claro] conta com um relevo suavemente ondulado, onde os problemas de erosão de solos, tão freqüentes no Vale do Paraíba, ocorriam em menor escala, desde que os cafezais plantados em condições técnicas precárias sempre deixavam o solo a descoberto e favoreciam os processos de lixivação. Por outro lado, as temperaturas encontradas na área, com médias anuais em torno de 20 graus, sem grandes excessos, permitiam o desenvolvimento da rubiácea, muito sensível às elevadas e baixas temperaturas. Essa área, por exemplo, não era muito sujeita às geadas, mantendo uma média anual de 1 ou 2 dias, pois esse fenômeno meteorológico é extremamente prejudicial aos cafezais. Outra condição ecológica muito favorável que o café encontrou na Depressão foram os solos férteis de terra roxa, com grande presença de matas, aos quais se adaptou perfeitamente. É claro que a terra roxa legítima ocorria sob a forma de manchas dispersas na área municipal embora fosse mais freqüente a presença de outro latosol menos fértil, popularmente conhecido como terra roxa misturada”. Cf: Diana Maria de Faro Leal DINIZ. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)*. Rio Claro: FFCL, 1973, p. 28.

¹¹⁷ Ver Ronaldo Marcos dos SANTOS. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo: IPE/USP, 1980. Série Ensaios Econômicos.

contexto da crise de superprodução verificado entre 1898 e 1906. Ambos os fatores, a decadência e a crise, confluem para o retrocesso da atividade cafeeira na região; já em 1905 encontravam-se mais de setecentos mil cafeeiros em estado de abandono:

“a única cultura explorada no município para a exportação é a de café, como se pode ver pelo registro [Imposto], o número de lavradores é de 361, o número de cafeeiros tratados é de 13.140.252, o de plantas novas que ainda não produzem é de 181.350. Acham-se abandonados 761.000 pés¹¹⁸”.

A crise que emergiu a partir de 1896 teve a superprodução como principal causa sendo a queda dos preços uma consequência da maior oferta, o problema de Rio Claro, contudo, era exatamente o contrário, a sub-produção, condição ligada à situação de “zona velha”. Num contexto de achatamento dos preços os sinais de esgotamento tornaram-se ainda mais visíveis pois se somava aos preços não favoráveis uma produtividade cadente que não reunia condições de suportar a queda mediante o aumento das quantidades transacionadas. Diniz aponta já em 1898 um cenário de fragmentação das principais fazendas cafeeicultoras com a emergência dos chamados “bairros rurais” compostos por pequenas propriedades voltadas ao cultivo de outras culturas, destacadamente o milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar. Neste cenário de crise Diniz aponta que muitas fazendas tradicionais foram leiloadas e muitas vezes sequer arrematadas, demonstrando as precárias condições financeiras da área. Em 1911 o “Alpha” publicava que “não havendo licitantes para a arrematação da fazenda Boa Vista, posta em praça pela terceira vez, foi a mesma adjudicada ao Banco de Crédito Real, em liquidação, credor hipotecário¹¹⁹”.

O estudo de Diniz aponta a crise de superprodução como o momento definitivo de declínio da cafeeicultura em grande escala no município de Rio Claro, o que não se explica necessariamente pela crise, mas pelas condições das lavouras naquele contexto. Conclui a autora: “Prolongou-se por várias décadas a situação de decadência desencadeada, atingindo o seu ápice com a crise econômica mundial de 1930. O município de Rio Claro, que no século passado [XIX] conheceu sua fase áurea, ocupa nos dias atuais [1973] uma posição secundária no contexto do estado líder do país¹²⁰”. Partindo-se das afirmações da autora não

¹¹⁸ Relatório da Câmara Municipal de Rio Claro para o ano de 1905. In: Diana Maria de Faro Leal DINIZ. *Op. Cit.*, p. 194.

¹¹⁹ O Alpha. 13/07/1911. In: Diana Maria de Faro Leal DINIZ. *Op. Cit.*, p. 199.

¹²⁰ Diana Maria de Faro Leal DINIZ. *Op. Cit.*, p. 202.

poderíamos mesmo esperar encontrar muitas escrituras de contratos de café nos cartórios de Rio Claro.

Fábio Alexandre dos Santos discute as transformações do espaço urbano rioclarense entre 1850 e 1906 considerando as obras públicas, a inserção dos imigrantes na sociedade, as profissões e demandas desenvolvidas com o trabalho livre, a diversificação das atividades econômicas e os conflitos e acomodações de um espaço que a partir da cafeicultura inseriu-se na modernidade. Neste processo, ganha destaque a chegada dos trilhos da Cia. Paulista em 1876 que tornou tributária do município toda a ulterior zona de expansão desta estrada de ferro.

A divisão dos capítulos da obra de Santos define-se pela condição do município em relação aos meios de transporte; no primeiro capítulo “A cidade da Fronteira” o autor delimita como marcos temporais o desenvolvimento da cafeicultura a partir de 1850 e a chegada da ferrovia em 1876, momento no qual Rio Claro deixa de ser o limite último da fronteira cafeeira por conta da superação das distâncias com a construção dos trilhos.

No segundo capítulo “A cidade ponta de trilho” (1876 a 1884) a cidade passou a atrair uma série de bens e serviços amplamente demandados pela vasta área a oeste da cidade, passando a ser a principal fornecedora da ampla zona que doravante se abriria, sediando-se em Rio Claro várias Casas Comerciais que operavam com café e um sem número de funções ferroviárias realizadas nas oficinas da Paulista. Entre 1872 e 1886 a “mancha urbana” cresceu 75%¹²¹.

A Cia. Paulista preferia expandir seus tentáculos por Brotas e Jaú, daí alcançando Araraquara, a nordeste. Evidentemente este traçado não tocaria em São Carlos, o que levou o Conde do Pinhal e o Visconde de Rio Claro, em conjunto com outros cafeicultores da região a se organizarem e formarem a Cia. Rio Claro de Estradas de Ferro por volta de 1879-80. Já em 1884 os trilhos chegaram a São Carlos e em janeiro de 1885 a Araraquara, ponto final da Companhia. Fora esta a primeira estrada de ferro construída sem privilégio de zona e sem garantias do governo imperial e provincial. A magnitude do empreendimento, a construção de uma linha férrea com mais de cem quilômetros de extensão sem nenhuma garantia revela a força da cafeicultura regional naquele momento, e

¹²¹ Fábio Alexandre dos SANTOS. *Rio Claro*. Uma cidade em transformação. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, p. 92.

a estrada de ferro, mediante lucros fabulosos, foi rapidamente vendida a ingleses e passou a denominar-se Rio Claro Railway Company, o que demonstra o “desinteresse dos cafeicultores acionistas em levar a cabo a administração da estrada de ferro¹²²”. Em 1892 a Cia. Paulista comprou o trecho do grupo inglês concluindo-se posteriormente as obras rumo a Jaboticabal, Santa Eudoxia e Ribeirão Bonito. Naquele momento a Cia. Paulista encontrava-se encurralada entre duas Companhias inglesas: a São Paulo Railway, em Jundiaí e a Rio Claro Railway, a partir de Rio Claro. A Paulista não tinha perspectiva de novos investimentos, logo, adquirir e administrar a linha a partir de Rio Claro seria a única possibilidade de garantir a primazia sobre a circulação de mercadorias das zonas em expansão. Santos destaca que por conta destes acontecimentos instalou-se na cidade de Rio Claro toda a administração do trecho que se seguia a partir desta estação, bem como oficinas de manutenção e serviços diretamente relacionados à ferrovia, sem contar o fato de que existia uma diferença de bitolas entre o trecho Jundiaí-Rio Claro (bitola larga 1,60m) e de Rio Claro em diante (bitola estreita 1,00 m), o que centralizou na cidade todas as operações de baldeação. Nas palavras de Santos:

“A influência da Cia. Rio Claro de estradas de ferro para a urbanização de São João Batista do Ribeirão Claro foi considerável. Em primeiro lugar, porque sua sede foi instalada na cidade; formou-se um entroncamento ferroviário na cidade para baldeação obrigatória entre as duas bitolas. Em segundo lugar, instalavam-se ali um dos mais importantes segmentos que vinha somar-se ao já expressivo número de serviços oferecidos à população. Em terceiro lugar, e extremamente importante, demandar trabalhadores e ampliar a oferta de trabalho, direta ou indiretamente ligados à Cia. Rio Claro (...) A Cia. Paulista aproveitou toda esta estrutura montada e ali instalou suas Oficinas de Reparo¹²³”.

No terceiro e último capítulo “A cidade intermediária (1884-1906) o autor discute a posição de Rio Claro num cenário onde os trilhos haviam avançado em direção a São Carlos e o município havia perdido a condição de “ponta de trilho”, entretanto, por todas as especificidades acima apontadas, a cidade ocupava uma estratégica posição no sistema de transportes ferroviários, o que de certa forma, para o autor, serviu de “retaguarda¹²⁴” econômica à cidade mesmo num contexto de crise da cafeicultura regional. Por isso, talvez,

¹²² Fábio Alexandre dos SANTOS. *Op. Cit.*, p. 109.

¹²³ Fábio Alexandre dos SANTOS. *Op. Cit.*, p. 110.

¹²⁴ Fábio Alexandre dos SANTOS. *Op. Cit.*, p. 194.

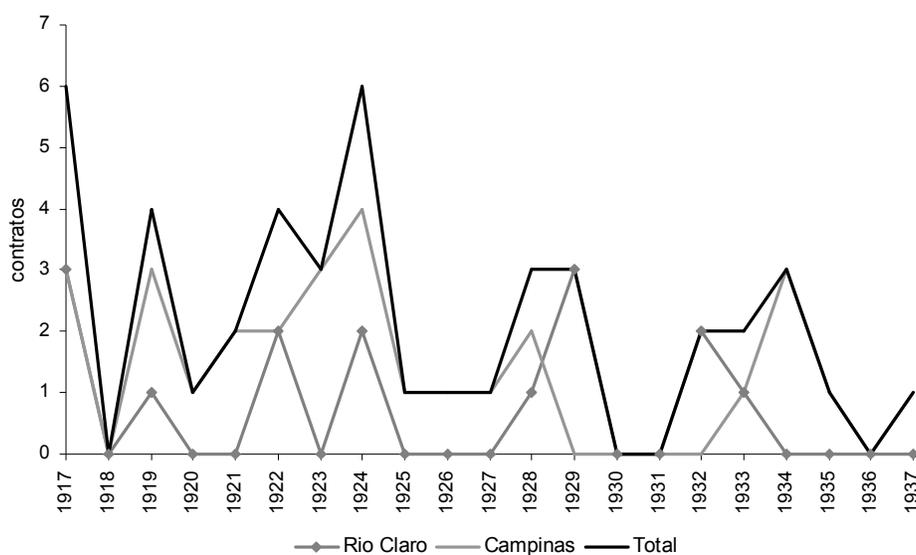
o esgotamento das lavouras de café do município e adjacências, verificado já nos anos iniciais do século vinte, não tenha se traduzido em involução urbana, econômica e redução da população. A dinâmica dos negócios girava em torno das atividades citadinas nucleadas pela ferrovia.

*

O gráfico abaixo revela o baixo número de escrituras de contratos de café registradas nas notas do primeiro ofício de Campinas e no segundo ofício de Rio Claro. Em 1924 foram encontradas seis escrituras, o ápice entre 1917 e 1937, o que pode ser explicado pelas definições da “defesa permanente” do café que deu à cafeicultura brasileira, com destaque à paulista, condições favoráveis nos mercados internacionais:

Gráfico 2

Contratos de Café - Região Central



Fonte: Livro de Notas do 1º Ofício Civil de Campinas. Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Rio Claro.

A definição dos mecanismos de defesa do café parece ter impactado de uma forma positiva na região Central, uma vez que os fazendeiros de Campinas e Rio Claro responderam a tal estímulo. Porém, tal “ressurgimento” foi muito tímido quando comparado ao das demais regiões pesquisadas, e foi incapaz de reverter a tendência de queda do número de arrobas produzidas entre 1905 e 1920, como vimos acima. Em 1934 o município de Campinas produziu 454.069 arrobas de café e em 1940 apenas 260.852, quase

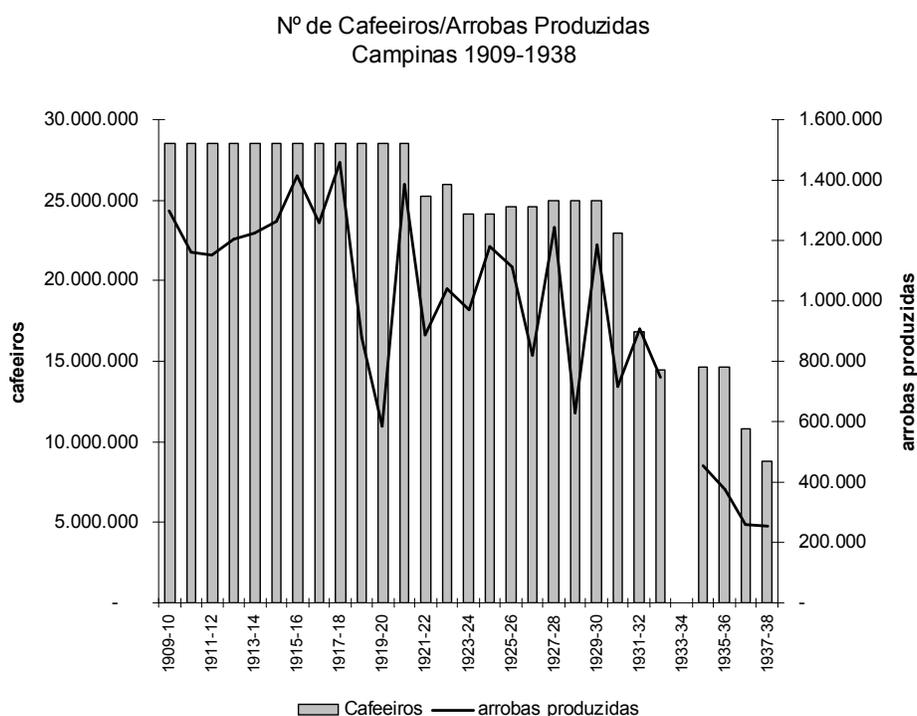
um sexto do volume produzido trinta e cinco anos atrás. Evidentemente as condições de esgotamento da atividade já estavam colocadas na região.

Nenhuma escritura de empreitada ou parceria foi lavrada em Campinas em 1918 e no intervalo 1929-1932, e apenas duas em Rio Claro neste mesmo período. O “vazio” de escrituras em 1918 pode ser explicado pelos danos causados pela geada que assolou o estado no inverno deste ano, reduzindo consideravelmente a oferta brasileira e gerando grandes incertezas aos produtores que em setembro, mês onde recorrentemente os contratos tinham início, optaram por não formar novos cafeeiros e não formalizar novas relações de trabalho. Por conta da redução da oferta e da intervenção do governo no mercado cafeeiro garantiu-se uma substancial melhora dos preços do café em 1919, o que se refletiu imediatamente no ano de 1919, onde foram registradas, nos municípios da região Central, quatro escrituras envolvendo o trato de cafeeiros, número que pode ser considerado alto para os padrões regionais. Já a lacuna percebida entre 1929 e 1932 em Campinas deriva da crise de grandes proporções que assolou a cafeicultura e a economia nacional e internacional neste período, que parece ter sido a “gota d’água” para a cafeicultura da Central. Após 1932 os contratos existentes versavam sobre parcerias em lavouras já constituídas, sendo este o momento final da viabilidade desta atividade econômica em Campinas e Rio Claro.

Apesar do pequeno número de escrituras encontradas a curva de evolução de contratos de formação e/ou trato de café parece corroborar o movimento mais amplo da cafeicultura no intervalo de nossas preocupações: percebemos no gráfico número dois a diminuição do número de contratos em 1918, o movimento ascensional entre 1924 e 1925, um último suspiro em 1928 e a *deblácle* final após 1929, porém, tais “subidas” e descidas” no número de contratos lavrados foram muito tímidas (apenas 44 escrituras pesquisadas), sendo a região Central a que tivera, dentre as sete regiões pesquisadas, a menor capacidade de resposta às defesas permanentes postas em prática na década de vinte. Desde o final do século XIX e início do século XX, os sinais de esgotamento dos solos e dos cafeeiros eram claros, Campinas e Rio Claro, entre 1917 e 1937, não eram “terras de fronteira”, sendo que apenas três empreitadas de formação de novos cafeeiros foram encontradas em cada um dos cartórios lá pesquisados, evidenciado que as condições para novos plantios ou mesmo para a renovação da cafeicultura local eram inviáveis naquele momento em função da

continuada queda de produtividade e do número de cafeeiros em produção verificadas nestes dois municípios, como podemos observar nos gráficos abaixo, que compreendem o período entre 1909 e 1938. Em 1909 se produzia em Campinas 45,5 arrobas por cada mil cafeeiros, número que se reduziu para vinte e nove em 1938, sendo que durante todo o intervalo a maior produtividade campineira foi registrada em 1932: 54,0 arrobas por cada mil pés. Em Rio Claro, se produziam 43,6 arrobas por cada mil cafeeiros em 1909, sendo de 45,3 a produtividade em 1938, a maior de todo o intervalo considerado. Convenhamos, estes números estão muito distantes das 109 arrobas por mil pés produzidas em São Manuel em 1909 ou das 99,7 produzidas em Pirajuí em 1928, por exemplo¹²⁵.

Gráfico 3

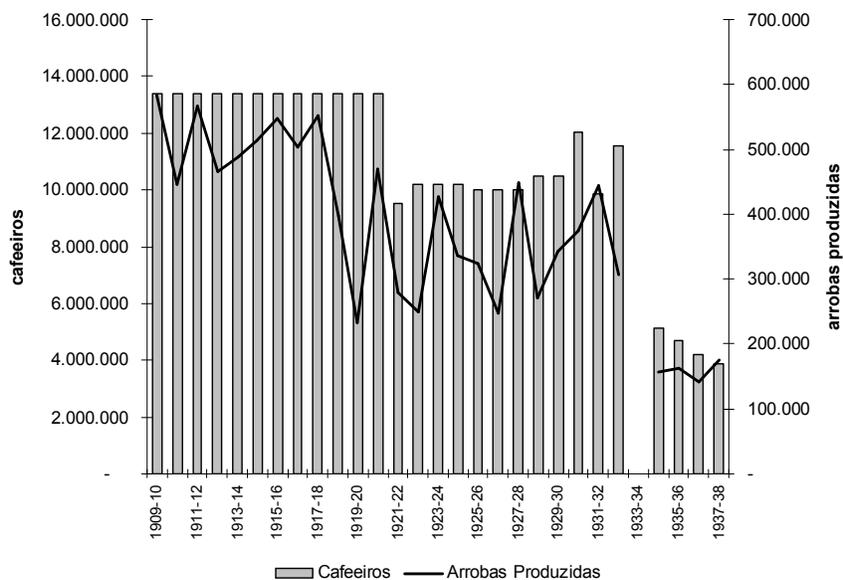


Fonte: *O café: estatística de produção e comércio*. São Paulo: Secretaria da agricultura, comércio e obras públicas, 1919, 1929 e 1938.

¹²⁵ *O café: estatística de produção e comércio*. São Paulo: Secretaria da agricultura, comércio e obras públicas, 1919, 1929 e 1938.

Gráfico 4

Nº de Cafeeiros/Arrobas Produzidas.
Rio Claro 1909-1938



Fonte: *O café: estatística de produção e comércio*. São Paulo: Secretaria da agricultura, comércio e obras públicas, 1919, 1929 e 1938.

Passemos agora à observação das condições de trabalho na desgastada região Central no intervalo de nossas preocupações. Segue-se a cópia de um contrato de parceria agrícola lavrado em Campinas em 1923:

“Escriptura de contracto de parceria agrícola que entre si fazem como colonos Santo Massa e outros e como proprietário Sylvio de Oliveira Andrade”.

*“Saibam quantos esta virem que no anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e vinte e três, aos cinco dias do mês de outubro nesta cidade de Campinas do estado de São Paulo, no cartório do Tabellião que esta subscreve em cuja presença eu Escrevente habilitado escrevo, compareceram as partes entre si justas e contractadas a saber: como outorgantes e reciprocamente outorgados de um lado como proprietário **Sylvio de Oliveira Andrade**, lavrador, e de outro como colonos parceiros **Santo Massa, João Marin, Joaquim Marin e Ângelo Hen**, colonos, italianos, todos maiores, lavradores, domiciliados nesta Comarca e reconhecidos pelos próprios de que se trata, por nós Escrevente e Tabellião bem como pelas partes duas testemunhas deste instrumento abaixo nomeados e ao fim assignados estas também nossas conhecidas do que tudo damos fé. E logo pelo proprietário Sylvio de Oliveira Andrade perante essas testemunhas nos foi dito que acha-se justo e contractado, por bem desta escriptura, e na melhor forma de direito, com os outorgados colonos acima mencionados **para entregar-lhes de parceria, cincoenta e oito mil e quinhentos pés de café** de sua propriedade agrícola denominada **“Matto Dentro”** situada na Estação de Carlos Gomes, deste município e Comarca, cafezal esse na secção chamada **“Capim Fino”** que já é conhecida dos referidos colonos que solidariamente respondem pelo fiel cumprimento deste contracto que se rege pelas cláusulas e condições seguintes: 1º **esses cincoenta e oito mil e quinhentos pés de café são divididos do seguinte modo: ficam a cargo do colono Santo Massa dezessete mil pés, a cargo de João Marin doze mil pés, a cargo de Joaquim Marin doze mil pés e a cargo de Ângelo Hen dezessete mil e quinhentos pés**, que entre si demarcarão como melhor lhes aprouver para delles ficarem e tratarem a meias*

durante o prazo **de seis annos** ou seis colheitas a partir de outubro corrente, isto é, depois de esparramado o cisco – cafezal este que lhe é entregue limpo, desbrotado e sem galhos seccos e assim deverá, no fim deste contracto, entrega-lo sendo que **o colono Santo Massa se obriga a formar e tratar nas mesmas condições e prazos mil e quinhentos e trinta pés de café, o colono João Marin se obriga a formar e tratar nas mesmas condições e prazos mil e oitenta pés, o colono Joaquim Marin se obriga a formar e tratar nas mesmas condições e prazos mil e oitenta pés e o colono Ângelo Hen se obriga a formar e tratar nas mesmas condições e prazos mil quinhentos e setenta e cinco pés de café, sendo este café plantado pela fazenda no primeiro ano e entregue aos referidos colonos.** 2º Os colonos parceiros se obrigam e se comprometem a dar no cafezal a que se refere este contracto, tanto formados como novos, cinco carpas ou limpar manualmente, nas épocas próprias e de acordo com as regras usadas na lavoura, abrindo covas e estercando-as nas falhas que houverem, dando a fazenda esterco nos carregadores, sendo as falhas plantadas pela fazenda no primeiro ano e entregue aos respectivos colonos. 3º Os colonos se obrigam mais: a) limpar os formigueiros que existam no cafezal avisando a administração da fazenda que providenciará para aplicação dos ingredientes usados para a extinção de formigueiros ficando entendido que tanto a aplicação como os ingredientes são por conta do proprietário; b) espalhar pelo cafezal de acordo com as instruções do administrador da fazenda esterco que por esta for collocado nos carregadores; c) iniciar todos os trabalhos e executá-los quando ordenados pelo administrador da fazenda, que terá direito a fiscalização em todos os serviços; d) a conservar a casa, paiol, chiqueiro e gallinheiros, que serão fornecidos pela fazenda, tudo limpo e em bom estado de conservação; e) a prestar serviços a qualquer hora do dia ou da noite, para recolher ou amontoar café no terreiro quando devido mal tempo se tornar preciso; f) consertar os carregadores e caminhos para o transporte de esterco e café; g) no caso de moléstia que venha atrasar o serviço auxiliar uns aos outros até pólos em dia; h) a pagar a fazenda, os carros de cereaes a rasão de dois mil reis por carreta, a pagar cem reis por alqueire de café que for transportado do cafezal para o terreiro, na parte que lhes tocar, assim como pagarão mais cem reis por alqueire pela medida da roça pela secagem e lavagem do café no terreiro, na parte que lhes couber, sendo recolhimento dessa parte por conta dos mesmos colonos; a pagar duzentos reis por arroba de café que a fazenda beneficiar, duzentos reis pelo transporte de cada sacca de café á estação caso vendam a estranhos; i) a conservar os feichos da internada, trazendo essas limpas sendo que as madeiras para os retoques de cercas e bem feitorias poderão tirar nos Mattos da fazenda sendo o transporte feito gratuitamente pela fazenda. Na internada terão os colonos os seus animais e no pasto da fazenda, cuja limpa se obrigam ajudar, poderão ter as vacas que estiverem dando leite, duas cabras, cada um dos colonos e porcos, digo leite, porcos e duas cabras, cada um dos colonos; j) a dar preferência na venda de seus cafés, preço por preço ao proprietário; 4º os colonos poderão plantar nos cafezaes formados uma carreira de milho nas replantas até dois annos, um pé de milho no vão das replantas, e poderão plantar tres carreiras de feijão nos cafezaes formados, e nos cafezaes novos poderão plantar duas carreiras de milho até a idade de tres annos, e o feijão que não prejudique o cafezal, e depois dessa idade apenas uma carreira de milho e o feijão nas mesmas condições. 5º como remuneração dos trabalhos prestados anualmente em virtude deste contracto **os colonos receberão metade dos fructos de café que produzirem os cafezaes na proporção de numero de pés para cada colono**, sendo essa divisão feita no terreiro depois de secco o café anualmente. 6º a fazenda só fará a planta nas falhas e a planta do cafezal novo, no primeiro anno, ficando entendido que as outras replantas serão por conta dos colonos nos demais annos deste contracto. E por todos os parceiros colonos na presença das mesmas testemunhas nos foi dito, digo contracto. 7º para o fiel cumprimento deste contracto, de comum acordo, proprietário e colonos estabelecem a multa de duzentos mil reis por cada mil pés de café, multa esta que será paga por quem der causa a recisão deste contracto, a quem o mantiver. Pelos colonos parceiros, perante as mesmas testemunhas nos foi dito que acceitavam esta escriptura em todos os seus termos, obrigando-se solidariamente a cumpri-lo em todas suas partes.....¹²⁶“(Sic.) (Documento ilegível a partir deste ponto).

¹²⁶ Livro de Notas n. 167, folha 32. 1º Officio Civil de Campinas 05/10/1923.

A escritura acima, lavrada entre o fazendeiro Sylvio de Oliveira Andrade e os parceiros Santo Massa, João Marin, Joaquim Marin e Ângelo Hen, todos italianos, exemplifica o tipo de relação contratual que fora dominante em Campinas e Rio Claro, parcerias típicas de regiões já desgastadas. As linhas acima definem as quantidades de café tratadas por cada colono, as obrigações da fazenda e dos trabalhadores e as formas de remuneração, bem como a punição em caso de não cumprimento das cláusulas estabelecidas. Em termos gerais, pouco se difere das parcerias encontradas nas demais regiões, sobretudo pelo fato de que as parcerias, em sua maioria, não mencionam nenhum tipo de remuneração em dinheiro, diferentemente do que ocorria em parte das empreitadas de formação de café pesquisadas em outras localidades. Por se tratar de lavouras já formadas os espaços disponíveis para a prática do plantio intercafeeiro são reduzidos, como podemos deduzir da quarta cláusula acima descrita, que garantia aos parceiros o direito de cultivar, até o segundo ano de idade, apenas uma carreira de milho nas replantas, duas carreiras de milho nos cafezais até a idade de três anos, e três carreiras de feijão nos cafezais formados. Depois destes estágios seria permitido aos parceiros o plantio de apenas uma carreira de milho e uma de feijão.

Em regiões mais novas, tais como Franca por exemplo, em função de um maior número de escrituras de formação de novas lavouras, setenta e uma empreitadas de formação, contra apenas três em Campinas e três em Rio Claro, a disponibilidade de espaços para o plantio intercafeeiro era bem mais considerável: “(...) no primeiro ano poderão plantar picado, isto é, sem alinhamento e será somente feijão, arroz, milho, batatas e fumo. b) Segundo e terceiro ano poderão plantar duas carreiras de milho em cada rua de café, quatro carreiras de feijão e arroz e uma linha de batatinhas e fumo em cada rua de café; c) nos quarto, quinto e sexto ano só será permitido plantar quatro carreiras de arroz, quatro de feijão ou uma de milho, sendo porém em todo tempo só permitido o plantio de feijão cafelista¹²⁷”.

As possibilidades de plantio intercafeeiro eram mais interessantes nos contratos que versavam sobre a formação de novos cafezais, justamente o tipo de escritura que raramente se encontrava nos municípios da região Central, em função do esgotamento acima descrito. Evidentemente a maior disponibilidade de espaço para o plantio intercafeeiro, em nossa

¹²⁷ Livro de Notas n. 97, folha 12. 2º Ofício Civil de Franca. 20/03/1920.

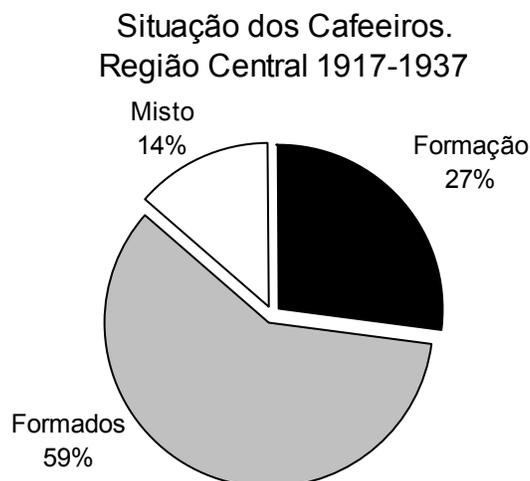
comparação, situava-se em Franca, onde, a bem da verdade, no primeiro ano de contrato nenhuma restrição ao cultivo de outras culturas era colocada, uma vez que os empreiteiros poderiam plantar várias culturas sem nenhum tipo de alinhamento definido. Em Campinas, como podemos observar na escritura acima reproduzida, mesmo no início do contrato, as restrições já eram sentidas pelos parceiros, uma vez que o contrato versava sobre cafeeiros velhos, replantas e lavouras por formar. Santo Massa, por exemplo, obrigatoriamente teria que cuidar de dezessete mil pés já formados e ainda formar 1.530, ou seja, na lavoura em formação tinha-se um reduzido número de cafeeiros, justamente o espaço onde poderia plantar, segundo o contrato, três carreiras de feijão e duas de milho, ao passo que em Franca o colono Luiz Gonzaga de Souza formaria e trataria de oito mil pés de café podendo contar, durante os seis anos, com as condições listadas acima. Em termos de volume é possível que o parceiro estabelecido em Campinas tivesse uma produção maior, já que tratava de um número de cafeeiros superior ao empreiteiro de Franca, mas se observarmos a razão entre cafeeiros contratados e plantio de outras culturas, podemos concluir que se ambos estivessem cuidando do mesmo número de cafeeiros o trabalhador alocado em Franca teria uma produção alimentícia muito maior e mais diversificada.

Por outro lado, o parceiro de Campinas concentraria uma quantidade de café superior ao de Franca já que as lavouras tratadas, por já estarem formadas, renderiam frutos desde o primeiro ano, e o empreiteiro estabelecido em Franca teria que esperar até o quarto ano para colher algum café, contudo, daí até o sexto ano toda a produção a ele pertenceria, ao passo que toda a produção de café dos parceiros contratados em Campinas seria dividida em duas partes iguais desde o início do contrato. Em suma, Santo Massa, um dos parceiros da escritura acima reproduzida, concentraria metade da produção de dezessete mil cafeeiros durante seis anos e o empreiteiro de Franca toda a produção de oito mil cafeeiros durante três anos, pesando a seu favor que por conta da juventude das plantas a produtividade de seus cafeeiros deveria ser substancialmente maior.

O grande diferencial entre as condições de trabalho nos exemplos acima listados em Franca e Campinas parece ser a condição dos cafeeiros contratados. Em Campinas e Rio Claro, dentre o conjunto das lavouras descritas nas escrituras lavradas entre 1917 e 1937, mais da metade já estava formada, ou seja, contratou-se no período, em grande medida, apenas o trato e manutenção de cafeeiros já adultos, novamente denotando que o vigor da

expansão da cafeicultura dos anos pouco demoveu os fazendeiros da Central a formar novas lavouras.

Gráfico 5



Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Campinas Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Rio Claro 1917-1937.

Na região de Franca (Mogiana), onde, como veremos adiante, o *boom* dos anos vinte foi muito mais intenso, apenas 29% dos cafeeiros contratados nas escrituras já estavam formados e 41% estavam em formação. Em Pirajuí, na Noroeste, típica região de fronteira, as empreitadas de formação respondiam por 69% das escrituras lavradas, proporções muito superiores às de Campinas (10,3%) e Rio Claro (20%), sendo que tais proporções representam 330 empreitadas em Pirajuí entre 1917 e 1937 e apenas seis nos municípios da região Central.

A proporção de cafeeiros já formados é muito maior em Campinas e Rio Claro do que nos exemplos citados, o que significa dizer que as relações de trabalho, frente a este diferenciado estágio das lavouras, assumiam condições diferentes, sendo dominantes as parcerias na região Central e as empreitadas em regiões mais novas. Consideremos agora as situações de um parceiro e de um empreiteiro alocados em fazendas de Campinas,

Em 1924 Gabriel de Oliveira Andrade, proprietário do sítio São Gabriel, contratou

com Francisco Keller o trato de nove mil cafeeiros já formados durante cinco anos¹²⁸. Tratava-se de uma parceria e a remuneração de Keller consistiria em metade do valor auferido pela venda da produção destes cafeeiros. Além disso, o “parceiro” poderia contar com metade da produção de dois quartos de cana-de-açúcar plantados na propriedade e dois terços da produção de algodão e cereais, plantados entre os cafeeiros ou num terreno de um alqueire que seria cedido pelo fazendeiro. É muito difícil, senão impossível, mensurar os valores recebidos pelo colono pela produção de algodão¹²⁹, cana-de-açúcar e cereais, uma vez que não conseguimos encontrar escrituras de compra e venda que nos fornecesse uma maior noção dos preços destes produtos. Sobre os preços do café conseguimos construir uma série numérica a partir dos dados de Ribeirão Preto¹³⁰, o que nos permitiu calcular aproximadamente o quanto Keller receberia pelo trato dessa lavoura.

Numa produtividade estimada em 48,88 arrobas por mil pés em 1925, 45,23 em 1926, 33,35 em 1927, 49,82 em 1928 e 25,21 em 1929, os nove mil cafeeiros produziram 439,94 arrobas em 1925, 407,03 em 1926, 300,15 em 1927, 448,34 em 1928 e 226,87 em 1929, das quais a metade anualmente pertenceria ao parceiro. Segundo as médias de preços extraídas das escrituras de compra e venda, pesquisadas também nos Livros Cartoriais de Ribeirão Preto, a arroba seria comercializada a 42\$410 em 1925, 27\$500 em 1926, 23\$800 em 1927, 28\$000 em 1928 e 29\$800 em 1929. O colono receberia então 9:328\$880 em 1925; 5:596\$690 em 1926; 3:571\$780 em 1927; 6:276\$770 em 1928 e 3:380\$380 em 1929, num total de **28:154\$151** durante os cinco anos. Evidentemente destes valores seriam abatidos os gastos com farmácia, médico, despesas no armazém da propriedade, ferramentas, multas, eventuais adiantamentos e empréstimos, gastos com o transporte da produção (geralmente os parceiros pagavam por carretos) e uma série de despesas das quais nossas estimativas em nada podem ajudar.

¹²⁸ Contrato de Parceria. Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas – Centro de Memória da Unicamp. Campinas, 15/09/1924. Além dos contratos encontrados no 1º Ofício Civil de Campinas, encontramos três contratos avulsos no Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, que se encontra no Centro de Memória da Unicamp.

¹²⁹ A dificuldade em se calcular os valores recebidos pelo cultivo do algodão reside no fato de que o contrato não nos revela a quantidade que foi plantada, já que, acompanhando as escrituras de compra e venda de algodão, podemos ter idéia dos preços praticados. Em 1934 uma arroba de algodão era vendida a 12\$000 e em 1936 a 15\$000. Cf: Livro de Notas n. 207 e 214 do 1º Ofício Civil de Campinas.

¹³⁰ Como em Ribeirão Preto encontramos grande volume de escrituras de compra e venda de café, e este município exercia uma preponderância mercantil em todo o interior paulista, utilizaremos sua curva de preços para todas as simulações de rendimentos de parceiros e empreiteiros feitas nesta pesquisa.

Sob uma segunda situação, num contrato de empreitada, façamos algumas inferências. Também em 1924 o espanhol João Rodrigues Fernandes contratou com os empreiteiros João Cearghincchi (russo) e Domingos Gabriel a formação de quatorze mil cafeeiros no Sítio Bela Vista¹³¹. Tal escritura vigoraria durante quatro anos e os empreiteiros receberiam 0\$500 por cada cova formada, além de toda a produção cafeeira do último ano, o direito de praticar o plantio intercafeeiro e um pasto para dez animais. Entre 1924 e 1928 receberiam 7:000\$000 pela formação e 19:527\$730 (cotação de 28\$000 para 1928 e produtividade de 48,82 arrobas para o mesmo ano) pela produção do último ano, contabilizando um saldo de **26:527\$730** ao final de quatro anos, além do que poderiam contar com um espaço intercafeeiro significativamente maior do que se tratasse de uma lavoura já formada, o que clarificaria um pouco mais a possibilidade de uma certa mercantilização da produção de alimentos por parte dos empreiteiros.

Em relação à parceria anteriormente citada Cearghincchi e Domingos Gabriel receberiam cerca de dois contos a menos, evidentemente teriam também mais trabalho pois a formação de quatorze mil pés demandaria mais trabalho do que o trato de nove mil pés já formados. O quadro abaixo compara a empreitada acima citada com os valores que seriam recebidos pelos trabalhadores em condições de parceria de quatorze mil cafeeiros no mesmo período, considerando uma produtividade de 20,5 arrobas por mil pés e os preços vigentes entre 1925 e 1928:

Tabela 1 – Estimativa de recebimentos em situações de Empreitada e Parceria em Campinas.

Ano	Empreitada (14.000 pés)	Parceria (9.000 pés)
1925	1:750\$000	9:328\$880
1926	1:750\$000	5:596\$690
1927	1:750\$000	3:571\$780
1928	19:527\$730	6:276\$770
1929		3:380\$380
Total	26:527\$730	28:154\$151

Fonte: Para os preços Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto. Para os índices de produtividade Boletim O café: estatística de produção e comércio. São Paulo: Secretaria da agricultura, comércio e obras públicas, 1919, 1929 e 1938. Para o contrato de Parceria Livro de Notas n. 41, folha 60. Tribunal de Justiça de Campinas. Centro de Memória da Unicamp 15/09/1924. Para o contrato de Empreitada Livro de Notas n. 168, fls. 85. 1º Ofício Civil de Campinas 18/03/1924.

Torna-se difícil qualquer comparação sobre o rendimento dos trabalhadores rurais nestes dois casos porque se tratava de escrituras completamente diferentes: uma parceria de

¹³¹ Livro de Notas n. 168, folha 85. 1º Ofício Civil de Campinas 18/03/1924.

nove mil cafeeiros durante cinco anos e uma empreitada de formação de quatorze mil cafeeiros durante quatro anos. Porém, percebe-se que mesmo proporcionando um valor monetário menor do que a parceria, os contratos de formação (empreitada) eram mais interessantes para os trabalhadores, pois, além de possuir rendimentos fixos oriundos de cláusulas monetárias definidas em contrato, o que teoricamente protegeria os empreiteiros das oscilações de preço do café no mercado, teriam direito a toda a produção do quarto ano e poderiam contar com uma maior disponibilidade de espaço entre os cafeeiros para realizar o plantio de alimentos, que certamente pesaria positivamente em suas contas. Conforme se pode observar na tabela acima, os valores supostamente angariados por parceiros e empreiteiros não eram tão discrepantes, porém depende-se do caso de Campinas o que já está consagrado pela bibliografia: é a maior possibilidade de produzir e mercantilizar culturas de alimentos um dos grandes diferenciais de renda entre empreiteiros e parceiros.

Façamos agora algumas inferências sobre uma escritura de parceria lavrada em Rio Claro entre o fazendeiro Baptista Seneda, dono da fazenda Boa Vista, e os parceiros Ângelo Minatel, Paulo Butião e Jacyntho Zaia, que teriam como remuneração a metade da produção de vinte e quatro mil cafeeiros entre as safras de 1924-25 e 1927-28, o que lhes renderia, considerando a curva de preços de Ribeirão Preto, os seguintes valores anuais:

Tabela 2 – Remuneração dos trabalhadores em Rio Claro 1924-1928.

<i>Rio Claro</i>	<i>@ por mil pés.</i>	<i>@ por mil pés x 12</i>	<i>Preço (@).</i>	<i>Remuneração</i>
1924-25	32,90	394,83	42\$410	16:744\$7400
1925-26	32,36	388,33	27\$500	10:679\$0800
1926-27	24,77	297,24	23\$800	7:074\$312
1927-28	44,75	536,96	29\$800	16:001\$410
Total				50:499\$540

Fonte: Adaptado de SÃO PAULO. O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1919, 1929. Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Rio Claro. Para a curva de preços: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto (1917-1937).

Evidentemente o cálculo realizado na tabela acima desconsidera os gastos que os parceiros tinham com a sua manutenção e com a manutenção das lavouras, uma vez que gastos como adubação, ferramentas, combate de pragas, contratação de trabalhadores para a colheita e/ou serviços eventuais como a carpa, “esparraçamento” do cisco, secagem, limpeza, beneficiamento e ensacamento corriam por conta dos parceiros. É necessário considerar também que fatalmente dívidas entre os parceiros e os fazendeiros seriam registradas, o que

certamente diminuiria a sua efetiva remuneração anual. Os preços acima considerados foram extraídos das escrituras de compra e venda de café de Ribeirão Preto, a partir das quais calculamos médias anuais, sendo o intervalo entre 1924 e 1928 um período de ótimos preços para os produtores. Cabe salientar que em muitos casos os próprios fazendeiros compravam a parte da produção que cabia aos parceiros e que muito provavelmente, nesta situação, não praticavam o preço de mercado, como veremos adiante. É provável que os fazendeiros intermediassem a venda da produção de seus parceiros e a partir desta arbitragem lucrassem com as diferenças de preço que interpunham entre produtores e compradores.

Ao final dos quatro anos de contrato os parceiros teriam recebido **50:499\$540**, quantia que certamente se reduziria debitando-se os gastos efetivados e os empréstimos existentes. O contrato não menciona a possibilidade do plantio intercafeeiro, denotando que, talvez, a plantação de outras culturas pouco somasse às contas dos parceiros, o mais provável era que minimamente bastassem à subsistência.

Sob as mesmas condições, ou seja, um contrato de parceria sobre vinte e quatro mil pés de café durante quatro anos, calculamos a remuneração dos parceiros em Campinas, Ribeirão Preto e Pirajuí, chegando-se aos seguintes valores:

Tabela 3 – Remuneração dos trabalhadores em Campinas 1924-1928

<i>Campinas</i>	<i>@ por mil pés.</i>	<i>@ por mil pés x 12</i>	<i>Preço (@).</i>	<i>Remuneração</i>
1924-25	48,88	586,58	42\$410	24:876\$860
1925-26	45,23	542,71	27\$500	14:924\$530
1926-27	33,35	400,20	23\$800	9:524\$760
1927-28	49,82	597,79	29\$800	17:814\$140
Total				67:140\$280

Fonte: Adaptado de SÃO PAULO. O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1919, 1929. Para a curva de preços: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto (1917-1937)

Tabela 4 – Remuneração dos trabalhadores em Ribeirão Preto 1924-1928

<i>Ribeirão Preto</i>	<i>@ por mil pés.</i>	<i>@ por mil pés x 12</i>	<i>Preço (@).</i>	<i>Remuneração</i>
1924-25	59,88	718,59	42\$410	30:475\$400
1925-26	44,86	538,28	27\$500	14:802\$700
1926-27	51,82	621,88	23\$800	14:800\$740
1927-28	57,26	687,12	29\$800	20:476\$180
Total				80:555\$020

Fonte: Adaptado de SÃO PAULO. O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1919, 1929. Para a curva de preços: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto (1917-1937)

Tabela 5 – Remuneração dos trabalhadores em Pirajuí 1924-1928

<i>Pirajuí</i>	<i>@ por mil pés.</i>	<i>@ por mil pés x 12</i>	<i>Preço (@).</i>	<i>Remuneração</i>
1924-25	58,75	705,02	42\$410	29:899\$900
1925-26	63,50	762,00	27\$500	20:955\$000
1926-27	28,48	341,77	23\$800	8:134\$126
1927-28	99,73	1.196,80	29\$800	35:664\$660
Total				94:653\$660

Fonte: Adaptado de SÃO PAULO. O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1919, 1929. Para a curva de preços: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto (1917-1937)

Nestes três casos também consideramos os preços da Praça de Ribeirão Preto entretanto, em função da diferença de produtividade, a remuneração dos parceiros se altera, consideravelmente. Se em Rio Claro os parceiros receberiam **50:499\$540** pelo trato de vinte e quatro mil cafeeiros, em Campinas, teriam recebido **67:140\$280** para a execução das mesmas tarefas. Em Ribeirão Preto Ângelo Minatel, Paulo Butião, Jacyntho Zaia teriam recebido **80:555\$020** e em Pirajuí, município da região Noroeste, teriam recebido **94:653\$660**, praticamente o dobro do que receberam de Baptista Seneda em Rio Claro.

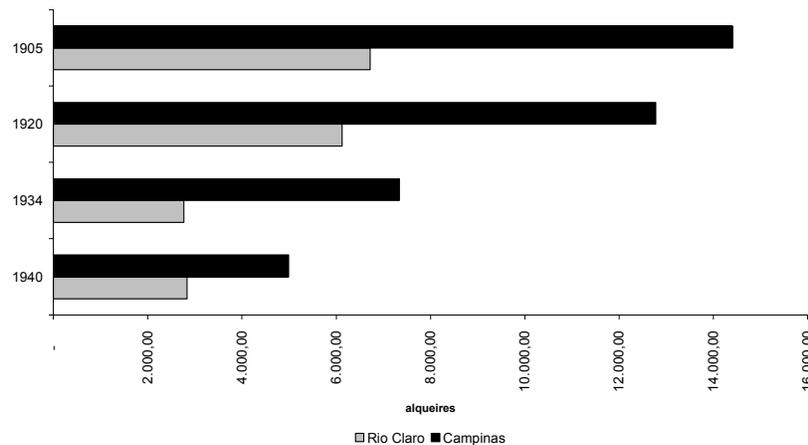
As restrições feitas aos cálculos do município de Rio Claro são válidas também para as simulações feitas em Campinas, Ribeirão Preto e Pirajuí, entretanto, acreditamos que é válida a diferença de valores uma vez que se tratava de regiões de diferentes produtividades, o que denota que não só um maior número de possibilidades estavam nas regiões mais novas (existência de um maior número de contratos) como também que lá estavam as melhores condições de remuneração. Entre 1917 e 1937 Rio Claro pouco ofereceria aos trabalhadores que sonhavam em “fazer a América”. O sonho estava na fronteira.

Na região Central os contratos de empreitadas, aqueles que forneciam um maior espaço intercafeeiro para as culturas de alimentos, foram muito escassos no intervalo de nossas preocupações. Estando as empreitadas concentradas nas regiões de avanço da cultura cafeeira, os trabalhadores de Campinas e Rio Claro, supomos, sucumbiam aos seus efeitos de atração da fronteira agrícola e em sua direção lotavam as locomotivas. Lá, dotados de um maior volume de produção de alimentos inseriam-se nos circuitos comerciais de pequeno raio, muito provavelmente localizado dentro da própria órbita da fazenda, e adquiriam melhores chances de aumentar a sua remuneração. Os dados sobre a área cultivada destinada à cafeicultura na região Central, presentes no gráfico abaixo,

evidenciam uma diminuição considerável das lavouras de café na região, notadamente entre 1920 e 1934. Nesta situação era reduzido o oferecimento de empreitadas de formação, tipo de contrato mais atrativo para os trabalhadores conforme vimos acima, informação a partir da qual inferimos que a lavoura de café de Campinas sofreu duramente os impactos oriundos do avanço da fronteira, e provavelmente deslocamentos da mão-de-obra com destino ao “oeste” se verificaram.

Gráfico 6

Cafecultura Região Central.
Área Cultivada (1905-1940)



Fonte: José Francisco de CAMARGO. *Op. cit.*, p. 92 e 108.

É justamente este o argumento de T. Holloway para quem a questão da fronteira agrícola merece destaque central nas interpretações que postulam condições positivas à ascensão social a partir das relações de colonato. Para este autor a fronteira agrícola em expansão criava uma instabilidade muito grande nas relações de trabalho estabelecidas entre fazendeiros e imigrantes nas zonas mais antigas, verificando-se um intenso deslocamento de famílias de trabalhadores para as regiões mais novas, virgens em produtividade tanto para o café, planta de caráter perene, quanto para as lavouras de alimentos. Outro fator a se considerar também é a disponibilidade de terras nas novas regiões a partir da qual os colonos poderiam ter acesso a maiores espaços intercafeeiros, o que correspondia a uma vantagem em relação às regiões de propriedades já consolidadas, com cafeeiros adultos e de solos já desgastados pelo café. “A partir deste mecanismo as

fronteiras criavam um efeito de atração quase que irresistível o que redundava, também nas zonas antigas, em melhorias nas condições de ascensão dos colonos¹³²”.

Maurício Font argumenta no mesmo sentido. A hipótese central desenvolvida pelo autor é que as combinações próprias das relações de colonato permitiram a alguns trabalhadores tornarem-se produtores independentes de mercadorias, provendo assim as bases que tornaram possível a mudança para a produção cafeeira independente. Além de garantir sua subsistência, o direito de usufruto da terra permitiu a produção de excedentes alimentícios que, naquele contexto de expansão da urbanização da economia paulista, se tornaria, cada vez mais, uma das fontes básicas de receita monetária¹³³.

Se estes autores estiverem corretos a mão-de-obra da região Central realmente seduziu-se pelas possibilidades da fronteira. Cabe salientar que poucos eram os contratos nesta região que versavam sobre a formação de novas lavouras, apenas 10,3% em Campinas e 20% em Rio Claro das escrituras tratavam de empreitadas, sendo o regime de parceria o mais recorrentemente oferecido ao trabalhador. Neste tipo de relação contratual os trabalhadores debatiam-se com a limitação da disponibilidade de terras, o que os levava a buscar melhores condições nas regiões em expansão e ávidas por formadores de cafezais. Por não se tratar de uma região na “crista” da fronteira a formação de novas lavouras era muito reduzida e o regime de parceria era avassaladoramente dominante, 84% das escrituras, o que, frente às condições expostas, reunia menor poder de atração de mão-de-obra.

Alguns fazendeiros, para garantir o trato de seus cafeeiros, cediam ao trabalhador um terreno extra para o cultivo de arroz, feijão, milho, da mamona e batata, como no caso de Gustavo Delfino Martins de Siqueira, que ao contratar sob regime de parceria, por quatro anos, Humberto Gamino e Paschoal Gamino, cedeu a estes “dois alqueires para o cultivo de milho e espaço intercafeeiro para o feijão¹³⁴”. Os parceiros teriam que tratar de 26.300 cafeeiros, sendo que metade da produção lhes pertenceria, e receberiam ainda 0\$150 por eventuais replantas, e caso as tarefas não fossem cumpridas a contento pagariam multa

¹³² Thomas H. HOLLOWAY. *Imigrantes para o café*. Café e sociedade em São Paulo 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

¹³³ Maurício FONT. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933. In: Bernardo SORJ, Fernando Henrique CARDOSO e Maurício FONT. (orgs.) *Economia e movimentos sociais na América latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 242 e seguintes.

¹³⁴ Livro de Notas n. 190. Fls 165. 2º Ofício Civil de Rio Claro. 29/08/1929.

de 0\$500 por cada pé de café. Contudo, o cultivo de lavouras de alimentos em terreno separado do cafezal não era interessante aos parceiros, pois significaria perda de potencial de trabalho da família, já que os membros seriam divididos entre uma lavoura e outra, ao passo que no cultivo conjugado de café com arroz, feijão e milho, os membros da família realizariam os trabalhos simultaneamente, otimizando sua capacidade. Há que se notar também que geralmente, quando se cediam terreno extra aos parceiros, na maioria das vezes tratavam-se de terras de pior qualidade (capoeiras), que certamente teriam uma produtividade muito inferior à dos solos de melhor qualidade ocupados pelo café. O fato é que em regiões onde não se verifica a formação de novas lavouras os mecanismos pelos quais os trabalhadores garantiam o acesso a terra para o cultivo de alimentos vão ficando engessados.

Em Rio Claro apenas três contratos versavam sobre a formação de novas lavouras. Nestas empreitadas os trabalhadores receberiam um valor pela formação e trato de cada cafeeiro, além da possibilidade do plantio intercafeeiro e de metade da produção dos cafeeiros envolvidos nas escrituras. Ângelo Furlan, por exemplo, receberia dos irmãos Seneda, proprietários de uma parte de terras na Fazenda Angélica¹³⁵, 1\$000 pela formação de cada um dos cinco mil cafeeiros contratados, além de toda a produção de café do quarto ano. Furlan teria direito também a praticar o cultivo intercafeeiro, do qual poderia auferir alguma renda¹³⁶. Nestas condições, a remuneração dos trabalhadores não era muito diferente do que era pago aos empreiteiros nas regiões de fronteira. Em São José do Rio Preto, também em 1928, os empreiteiros João Vicente Pereira, Osório Antônio de Oliveira, Joaquim Lopes e Antônio Felipe receberiam o mesmo valor, 1\$000, pela formação e trato de 21.000 cafeeiros¹³⁷, entretanto, em Rio Claro, com também em Campinas foram muito raras as chances de encontrar uma empreitada, ao passo que na fronteira as empreitadas de formação eram mais recorrentes, revelando que a diferença básica entre a remuneração nas regiões antigas e nas regiões de fronteira não se encontrava, necessariamente, nos valores pagos por cova, mas sim no número de contratos, nas quantidades contratadas e na produtividade dos cafeeiros, maior nas terras virgens.

¹³⁵ Esta fazenda, na sua origem, pertencia a Nicolau Campos Vergueiro, sendo batizada “Angélica” em homenagem a Maria Angélica de Vasconcellos, sua esposa. Cf: Fábio Alexandre dos SANTOS. *Op. Cit.*, p.27.

¹³⁶ Livro de Notas n. 187, folha 134. 2º Ofício Civil de Rio Claro. 04/09/4928.

¹³⁷ Livro de Notas n. 120, folha 114. 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto. 09/04/1928.

*

O gráfico abaixo nos fornece a evolução dos preços do café em Campinas no intervalo de nossas preocupações. Foram encontradas quarenta e cinco escrituras de compra e venda a partir das quais estabelecemos médias aritméticas anuais obtendo-se os valores que se seguem abaixo:

Gráfico 7

Preços do Café (@). Campinas 1917-1937



Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Campinas 1917-1937.

Perceba que o movimento dos preços é simétrico ao movimento de evolução das escrituras lavradas na região Central, encontrando-se os picos, em ambos os casos, entre 1924 e 1925, levando-nos a deduzir que aos aumentos no preço da arroba seguia-se um esforço para a ampliação da produção regional. Esta tendência também se verifica nos municípios onde encontramos quantidades significativas de escrituras de compra e venda de café (Ribeirão Preto, Franca e São Carlos).

Sobre as escrituras de compra e venda interessante notar que Campinas, dada a sua privilegiada posição no complexo cafeeiro, como vimos na parte inicial deste texto, mantém-se durante todo o período como um dos principais núcleos de comercialização de café. Nas escrituras lavradas neste município encontram-se compradores e vendedores de Jacutinga-MG, Itapira, Mogi Mirim, Leme, São Carlos, Itu, Santa Rita do Passa Quatro, Valinhos, Casa Branca, Barra Bonita, Amparo, Pirajuí, Socorro, Louveira, Itatiba, Serra Negra, Piracicaba e Barretos; o que demonstra que diversos produtores do estado

encontravam em Campinas um grande mercado para as suas arrobas de café, ou mesmo para financiamentos. A qualidade mais comumente comercializada era o tipo 4, definida a partir dos critérios da Bolsa Oficial de Santos, aliás, acreditamos que a real qualidade do grão deveria ser definida justamente no Porto, onde os exportadores tinham um maior conhecimento da potencialidade dos grãos no mercado internacional. Em Campinas, assim como nos demais municípios, dificilmente se encontravam tipos comercializados acima do tipo quatro (o tipo 3, por exemplo), o que pode demonstrar que os compradores de café sediados no interior, principalmente em Campinas, acumulavam ganhos de arbitragem por conta do diferencial de qualidade definido por eles na intermediação feita entre os produtores e os exportadores sediados em Santos e na capital.

Para se ter uma dimensão do que era o mercado campineiro de compra e venda de café destacamos a escritura lavrada em 27 de fevereiro de 1923 entre o vendedor Theófilo Gomes Barbosa, de Pirajuí, e o Cel. Benedicto Ferreira da Silva, que comprou, segundo este documento, vinte mil arrobas de café tipo quatro pela quantia de 420:000\$000¹³⁸. Negociações deste calibre eram feitas com frequência, demonstrando que tanto no sentido geográfico quanto nas quantidades a extensão deste mercado era considerável. Evidentemente a preponderância campineira, como também de Ribeirão Preto como veremos adiante, na negociação dos cafés do interior ligava-se diretamente à posição em relação às vias de transporte e a preponderância destes agentes na esfera do crédito e do financiamento.

As escrituras de compra e venda funcionavam da seguinte forma: os compradores adiantavam os valores (totais ou parciais) e tinham como garantia o fato de em setembro e outubro, depois de processada a colheita, os vendedores entregarem as sacas de café na estação ferroviária mais próxima. Tratava-se de um mercado de futuros, ou seja, no momento da colheita os valores já estariam definidos e os compradores conheciam exatamente as quantidades que receberiam. Os produtores, por outro lado, recebendo os adiantamentos dos compradores já se financiavam para as safras futuras, entretanto, em caso de não cumprimento dos contratos, multas eram aplicadas, geralmente um valor fixo cobrado pelas arrobas não entregues ou pelo embarque de qualidades inferiores às acertadas em cartório. Este tipo de negociação pressupunha que os compradores tivessem uma grande

¹³⁸ Livro de Notas n. 165, folha 141. 1º Ofício Civil de Campinas. 27/02/1923.

massa de dinheiro disponível para ser adiantada aos vendedores muitos meses antes da efetivação do negócio na época da colheita; às vezes os negócios eram fechados em dezembro sobre as sacas que seriam colhidas somente em setembro, ou seja, com quase um ano de antecedência. É o caso da José Cândido & Cia. que em dezembro de 1919 comprou de Hernani Duarte de Andrade sete mil sacas de café tipo quatro a 126:000\$000, pagos no ato¹³⁹. Difícil saber se estes compradores atuavam em nome de firmas exportadoras de café, ligadas ao capital internacional ou não, ou se estes agentes eram Comissários que, uma vez detentores das sacas de café, buscavam a melhor colocação do produto do mercado, o certo é que se configuravam como a grande fonte de financiamento da lavoura e, uma vez estabelecida a dependência dos fazendeiros para com os compradores (comissários ou representantes), muito provavelmente esta hierarquia se manifestava em preços favoráveis aos interesses destes agentes, denotando que no complexo cafeeiro os produtores assumiam uma posição totalmente subordinada ao capital mercantil, como seria de se prever numa economia agro-exportadora. Campinas, por concentrar grande parcela do sistema de financiamento do interior, composto por casas bancárias, comerciais, escritórios de representação e capitalistas de grande vulto, assumia uma posição prioritária no cenário dos negócios do café, e por isso a realização da produção de um grande número de municípios girava em sua órbita. O negócio do café, em medida considerável, era organizado por Campinas.

As escrituras de compra e venda também revelam o movimento dos preços entre 1917 e 1931. Após a intervenção no mercado feita pelo governo em 1921 os preços subiram para patamares mais altos, mas é notadamente após 1924 que as médias de preço atingiram o ápice com destaque para o ano de 1925 quando a arroba do tipo quatro foi comercializada a quase cinquenta mil réis. Verifica-se entre 1926 e 1929 descidas e subidas nos preços e a partir deste ano uma notável retração dos preços até o desaparecimento total das escrituras a partir de 1931. A tendência de preços percebida em Campinas manifesta-se também em Ribeirão Preto, São Carlos e Franca, denotando que o movimento do preço da arroba praticado as escrituras lavradas em cartórios acompanhava de perto os movimentos mais gerais da cafeicultura entre 1917 e 1937: o aumento dos preços no contexto da defesa permanente e a queda em virtude da grande depressão, seguida de um movimento

¹³⁹ Livro de Notas n.159, folha 07. 1º Ofício Civil de Campinas. 30/12/1919.

ascendente na década de trinta, se bem que tal movimento deve ser relativizado, pois se verificou uma grande desvalorização cambial neste período¹⁴⁰.

A crise de vinte e nove parece ter impactado diretamente na cafeicultura da região Central e isso pode ser notado nas escrituras de compra e venda, na redução da área cultivada destinada ao café, na redução do número de contratos e na redução das arrobas produzidas, informações que podem ser visualizadas nos gráficos acima. Cabe salientar que entre 1928 e 1933 nenhuma escritura de contrato de trabalho foi lavrada em Campinas e apenas duas em Rio Claro, e as que se sucederam a este período versavam sobre cafeeiros já formados, contratados em regime de parceria, o que significa que frente à crise os proprietários buscavam, por um lado, reduzir as quantidades de sacas às quais tinham direito, repassando o problema aos parceiros, e, por outro, reduzir custos monetários num momento de intensa descapitalização da lavoura. Os parceiros, por sua vez, mesmo num contexto de baixos preços, fechavam contratos porque visavam garantir a sua subsistência e comercialização de potenciais excedentes ou mesmo dedicarem-se ao cultivo conjugado de culturas como o algodão e a cana-de-açúcar, mais valorizadas naquele contexto.

Os contratos pós-crise de vinte e nove evidenciam alguns caminhos possíveis para a agricultura regional. Voltemos a observar o gráfico um. Foi justamente no período compreendido entre 1920 e 1935 que a produção de algodão ultrapassou a produção de café. Algumas escrituras lavradas no contexto pós-crise de vinte e nove “casavam” a produção de café com a produção de algodão: em 1934 Humberto Netto contratou quinze trabalhadores para tratarem de 83.710 pés de café em regime de parceria na fazenda Santana da Boa Vista, na Estação Anhumas¹⁴¹. Cada qual assumiria uma quantidade de pés de café de acordo com a capacidade familiar de trabalho¹⁴² e teria como remuneração metade da produção destas lavouras durante quatro anos. Entretanto, os parceiros

¹⁴⁰ Marcelo de Paiva ABREU (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana* (1880-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 387-414.

¹⁴¹ Livro de Notas n. 208, folha 68. 1º Ofício Civil de Campinas. 23/10/1934.

¹⁴² Paschoal Moreno (4.037 pés), Pedro Mogna (8.200 pés), Moisés Barbosa (5.394 pés), Sylvio Sarlini (9.297 pés), Massimo Brassani (4.299 pés), Rogério Patarro (6.496 pés), Eugênio Bassani (9.297 pés), João Ferrari (5.700 pés), Luiz Schinatto (3.200 pés), Antônio Burato (5.500 pés), Aurélio Bortolino (5.900 pés), Antônio Vascon (6.904 pés), Alquimi Pizarre (4.186 pés), Marcello Marcelino (1.300 pés), José Sarbini (4.000 pés).

receberiam também uma determinada quantidade de alqueires¹⁴³ para plantar algodão, também sob regime de parceria. A produção de algodão, assim como a de café, também seria dividida em duas partes iguais e os parceiros também teriam direito a dois terços da produção de cereais e a todo feijão plantado entre os cafeeiros. Podemos, a partir deste caso, pensar que no momento da crise do café os fazendeiros buscaram diversificar suas plantações optando evidentemente por aquelas mais rentáveis e viáveis naquele contexto. Dado o estrangulamento da capacidade de importação o Brasil vivia um processo de intensificação da capacidade industrial instalada e como a indústria nacional era composta basicamente pelo setor de bens não duráveis as demandas para o algodão ampliaram-se sobremaneira em virtude da dominância do setor têxtil. Em 1936 a arroba do algodão era vendida em Campinas a 15\$000¹⁴⁴, preço que a arroba do café não alcançava desde antes da crise de vinte e nove, sendo esta a motivação de fazendeiros como a Senhora Genoveva Nogueira de Camargo, proprietária da fazenda Santa Mônica, em Sousas, Campinas, que entre 1935 e 1937, em diversas escrituras, “casou” o cultivo de velhos e decadentes cafezais com a formação de lavouras de algodão.

O algodão, e em menor medida os cereais, apareceram então como principais opções dos fazendeiros frente à crise do café. Por conta dos melhores preços a cultura do algodão talvez fixasse um pouco mais a mão-de-obra na região de Campinas, até porque, num contexto de crise generalizada, novas lavouras não estavam sendo formadas em grande escala nos municípios do “Oeste”. Nestas escrituras que envolviam o algodão a parceria era também a relação de trabalho dominante; evidentemente seria difícil pensar uma outra forma de remuneração naquele momento, pois certamente os proprietários não reuniam maiores recursos em dinheiro e muito menos poderiam contar com um fornecimento de crédito por parte dos compradores de café já que a *débâcle* era generalizada. Nesta situação aos fazendeiros restava ir tocando os cafeeiros existentes, mantendo-os produtivos e esperando, no futuro, uma melhora nos preços. Para tal finalidade era indispensável que os parceiros continuassem tratando dos cafeeiros, dando as carpas necessárias, fazendo a “varreção” e “espalhando o cisco”, caso contrário a lavoura já formada se deterioraria e os

¹⁴³ Paschoal Moreno (2 al.), Pedro Mogna (2,5 al.), Moisés Barbosa (3,5 al.), Sylvio Sarlini (4,5 al.), Luiz Schinatto (3 al.), Antônio Burato (2,5 al.), Aurélio Bortolino (4 al.), Marcello Marcelino (1 al.), José Sarbini (2 al.), Rogério Patarro (2,5 al.), Eugênio Bassani (4 al.), João Ferrari (3 al.), Massimo Bassani (3 al.) e Antônio Vascon (2 al.), Alquimi Pisarde (2,5 al.)

¹⁴⁴ Livro de Notas n. 214, folha 25. 1º Ofício Civil de Campinas. 20/02/1936.

prejuízos poderiam ser ainda maiores. Visando manter as parcerias de café atrativas aos trabalhadores nesta região foi necessário também que estes dispusessem de uma outra fonte de receita: parte da produção de algodão. Em Campinas, na década de trinta vai-se o café e continuam as parcerias.

A diminuição das possibilidades fez-se sentir também em termos populacionais. A região de Rio Claro, que fora grande receptora de imigrantes no século XIX, sobretudo alemães e italianos, no século XX, em especial a partir de 1921, passou a atrair um volume irrisório de estrangeiro, diminuindo-se o número de entradas de imigrantes no município. Entre 1901 e 1910 chegaram neste município 3.302 imigrantes¹⁴⁵; de 1911 a 1920 3.877 imigrantes, de 1921 a 1930 1.238 imigrantes e de 1931 a 1940 397 imigrantes. Evidentemente, tal redução liga-se diretamente ao esgotamento do fluxo de imigração para o Brasil, entretanto, em municípios mais novos, verifica-se o contrário. Lins, por exemplo, recebera apenas 860 imigrantes entre 1911 e 1920, número que evolui para 16.783 entradas entre 1921 e 1930 e para 18.639 entre 1931 e 1940. É fato que o volume de entradas de imigrantes no país diminui gradativamente, entretanto, os que ainda cruzavam o Atlântico se dirigiam às regiões mais dinâmicas da cafeicultura, a fronteira por suposto.

*

Passaremos agora ao exame de uma documentação que julgamos muito importante e que foi pesquisada no Centro de Memória da Unicamp, mais especificamente no Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Trata-se de vinte Cadernetas de Colonos da Fazenda Pau d'Alho entre os anos de 1929 e 1931 que nos fornecem valiosas informações a respeito das condições de trabalho na fazenda, da composição da remuneração, do total recebido, dos gastos e dos saldos - o que nos permite ter uma melhor visão sobre as possibilidades de ascensão social a partir do trabalho nas lavouras de café em Campinas. Nem todas as cadernetas eram de colonos, algumas eram de camaradas que prestaram serviço por um ano ou alguns meses e não necessariamente na lavoura de café; em apenas

¹⁴⁵ Dos 3.302 imigrantes que desembarcaram em Rio Claro neste intervalo, 1.072 o fizeram em 1920, ano que contraria a tendência mais geral de redução do número de entradas de imigrantes no município de Rio Claro. Cf: Warren DEAN. *Op. Cit.*, p. 155. Em pesquisa que realizamos nos microfilmes da Hospedaria do Imigrante entre 1917 e 1920 descobrimos que, na verdade, o grande número de imigrantes que desembarcaram na Hospedaria com destino a Rio Claro em 1920 dirigiram-se para o Núcleo Colonial de Santa Gertrudes, 781 registros tinham aquele núcleo anotado no campo “destino”. Fora Santa Gertrudes um dos maiores receptores de imigrantes daquele ano no estado de São Paulo. Cf: Registros da Hospedaria do Imigrante (Microfilmes). Rolos n. 55, 56, 57. Arquivos Históricos - Centro de Memória da UNICAMP.

uma caderneta a contabilidade cobria um período de quatro anos, prazo geralmente praticado pelos contratos lavrados em cartório, mas recorrentemente as cadernetas pesquisadas cobriam o período entre setembro de 1929 e setembro de 1931. Partiremos agora à análise destas cadernetas.

As cadernetas custavam aos colonos 1\$500¹⁴⁶ e na parte inicial da brochura de capa dura constava obrigatoriamente a lei que regulava a utilização desta forma de controle dos haveres e deveres da relação fazendeiro-colono. Tratava-se da Lei n. 1299, de 27 de dezembro de 1911¹⁴⁷, a Lei do Patronato Agrícola, aprovada por Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, “presidente” do estado de São Paulo naquela data. O Patronato Agrícola¹⁴⁸ seria subordinado ao Secretário da Agricultura e, entre suas atribuições, destacamos:

- Promover por todos os meios ao seu alcance a fiel execução do decreto federal n. 6.437, de 27 de março de 1907, e mais disposições sobre colonização e imigração do estado, procurando, além disso, resolver, por meios “suasorios” quaisquer dúvidas que por ventura surjam entre os operários agrícolas e seus patrões;
- Intentar e patrocinar as causas para cobrança de salários agrícolas e para o fiel cumprimento dos contratos nos termos da legislação vigente;
- Fiscalizar as cadernetas dos operários agrícolas, afim de verificar si estas se revestem das formalidades prescritas pela lei federal n. 6.347 de 27 de março de 1907;
- Fiscalizar as agências e sub-agências de venda de passagens e de câmbio aos operários agrícolas;
- Levar ao conhecimento das autoridades competentes as queixas dos operários agrícolas relativamente a atentados contra sua pessoa, família e bens;

¹⁴⁶ Este valor foi lançado como “dever” aos colonos sob a discriminação “caderneta”, entretanto, segundo a Lei 1.299, capítulo II, as cadernetas deveriam ser fornecidas gratuitamente pela “Agência Oficial de Collocação” aos imigrantes em seu primeiro estabelecimento, o que demonstra que os colonos por nós pesquisados já estavam a algum tempo trabalhando na lavoura já que em todos consta o débito de 1\$500 referente á caderneta.

¹⁴⁷ A Lei n. 1.299 visava cumprir em nível estadual o Decreto Federal 6.437, de 27 de março de 1907, assinado pelo então presidente Affonso Penna, que “Aprova o regulamento para a execução das leis 1.150, de 05 de janeiro de 1904 e n. 1.607, de 29 de dezembro de 1906”, referentes a dívidas provenientes de salários de trabalhadores agrícolas. *In*: Caderneta de Colonos da Fazenda Pau d’Alho – Campinas. Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, Cx. 1, livros 01-20. Arquivos Históricos – Centro de Memória – UNICAMP.

¹⁴⁸ O Patronato Agrícola foi fundado em 1911 e tinha como finalidade “tornar efetivas as leis decretadas pela União Federal e pelo Estado de S.Paulo em favor do imigrante e outros operários agrícolas”.

- Promover a organização e fiscalizar o funcionamento de cooperativas entre os operários agrícolas para a assistência médica, a farmacêutica e o ensino primário.

Como documentos civis as cadernetas só tinham validade jurídica após o registro nas notas do Tabelião, o que, segundo a Lei 6.437, deveria ser feito gratuitamente. As cadernetas da Fazenda Pau d'Alho foram registradas nas notas do 4º Ofício Civil de Campinas e tal registro era feito no Termo de Abertura e após o lançamento dos débitos e créditos dos trabalhadores, formalizando-se os números constantes na contabilidade e caso existissem saldos a serem liquidados futuramente a própria caderneta se apresentava como um “título de dívida”, segundo o artigo quarto desta mesma lei. Era, no final das contas, o Tabelião que sacramentava a “oficialidade” de tal documento.

Acreditamos que a legislação que regulava as cadernetas possuía um duplo sentido. Primeiramente deve-se lembrar que em 26 de março de 1902 o governo italiano publicou o “Decreto Prinetti”, proibindo a imigração subsidiada de trabalhadores italianos para as lavouras do Brasil mediante as inúmeras denúncias das péssimas condições de vida que estes trabalhadores encontravam nas colônias. No mesmo sentido publicou-se na Espanha o “Real Decreto” de 26 de agosto de 1910, o que significa dizer que dadas as condições o governo brasileiro e o paulista encontravam obstáculos cada vez maiores para angariar as massas de trabalhadores necessárias ao complexo cafeeiro.

Talvez visando reverter este cenário e tentando garantir a continuidade da imigração em grande escala uma melhor regulamentação das relações de trabalho na lavoura foi buscada pelos governos federais e estaduais. Com as leis acima citadas objetivava-se ter um controle mais próximo das condições de remuneração a partir da emissão das cadernetas e de sua aceitação como comprovante básico da contabilidade dos colonos, tentando com isso evitar ou pelo menos minimizar os desmandos que certamente ocorriam em uma sociedade cujo passado sempre desvalorizara o trabalho e que certamente faziam ecos no exterior.

Com esta legislação os trabalhadores armavam-se de um documento público, por suposto registrado em cartório, que comprovava o real andamento dos deveres e haveres. Neste sentido, visando um melhor controle das relações de trabalho e da alocação da mão-de-obra, foi criada em 1906 a Agência Oficial de Colocação, desde então, responsável pelos destinos dos imigrantes que chegavam à Hospedaria e lá passavam os seus oito primeiros dias no Brasil. Existia também a Lei 673, de 09 de setembro de 1899, que garantia o

transporte da Hospedaria até a estação de trem mais próxima à fazenda, e em 1907 foi criada a Inspetoria da Imigração do Porto de Santos cuja finalidade era recepcionar os imigrantes recém chegados da viagem. Assistia-se no início do século XX a consolidação de todo um aparato institucional para receber, distribuir e transportar os trabalhadores do porto de Santos às lavouras de café, num grande esforço do poder público para viabilizar esta atividade econômica¹⁴⁹. Neste contexto insere-se a criação das cadernetas útil “retrato” da situação do trabalho em São Paulo.

Evidentemente, tais medidas, além de uma resposta das autoridades federais e estaduais frente aos abusos cometidos, tinham como objetivo garantir um fluxo contínuo e significativo de mão-de-obra para a economia cafeeira, e, mais do que isso, manter os níveis de oferta de trabalho superiores aos níveis da demanda, impedindo-se assim a prática de salários mais elevados, como poderíamos supor em um contexto de escassez de mão-de-obra¹⁵⁰. Os arranjos institucionais do início do século XX, entre estes as cadernetas, possuíam então uma dupla função: “melhorar” as formas de gerenciamento e alocação da mão-de-obra visando o reconhecimento internacional das “boas” condições de trabalho nas lavouras de café e manter os fluxos populacionais necessários para a viabilidade do café, fluxos estes consumidos em grande parte pelo avanço da fronteira agrícola. Do ponto de vista do trabalhador este esforço de legislação parecia garantir um conjunto de direitos anteriormente não existentes, já para os fazendeiros fornecia garantias de uma relação de trabalho mais estável, pois com a abertura das cadernetas e o registro em cartório criavam-se instrumentos que coíbiam a migração dos colonos para as regiões de fronteira.

¹⁴⁹ Em 1911, as tentativas de institucionalizar os serviços de imigração e de trabalho culminaram com a criação do DET – Departamento Estadual do Trabalho, que englobava a Inspetoria de Imigração no porto de Santos, a Hospedaria dos Imigrantes e a Agência Oficial de Colocação. Cf. Maria Theresa S. PETRONE. *Imigração*. In: *Historia Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, 2º vol., tomo III. São Paulo: Difel, 1978, p. 113-4.

¹⁵⁰ Se bem que Chiara Vangelista, ao fazer uma série de exercícios quantitativos sobre a oferta, demanda e salários no estado de São Paulo no final do século XIX e início do XX conclui ser impossível fazer uma relação direta e proporcional entre o número de entrada de imigrantes e os níveis salariais praticados. Segundo a autora “o incremento da mão-de-obra não parece corresponder a uma queda proporcional do salário nominal das ocupações mais ligadas à organização da fazenda; do mesmo modo, o incremento da oferta não apresenta relações significativas com o aumento dos salários nominais”. Cf. Chiara VANGELISTA. *Os Braços da lavoura. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, Instituto Italiano di Cultura, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991, p. 155.

Além dos artigos das legislações federal e estadual as cadernetas também continham um contrato de trabalho, elaborado pela Agência de Colocação. Segue abaixo um modelo de contrato:

AGÊNCIA OFFICIAL DE COLLOCAÇÃO

CONTRACTO

Caderneta n..... Do colono , precedente de ,
chegado em..... de..... de 19..... contractado com o Snr.....
proprietário da fazenda Município de..... Estação
de..... os quais, na qualidade de contractado e contractante, declaram nesta Agência
Official aceitar todas as condições abaixo transcriptas, quer geraes, quer particulares, comprometendo-se ao
fiel cumprimento de suas disposições.

Condições Gerais

Art 1º

Será fornecido gratuitamente ao colono, pelo proprietário da fazenda, meios de transporte para si, sua família e bagagens da estação próxima à fazenda, casa de moradia, pasto para um ou mais animais, segundo o número de pés de café que o mesmo tratar, e terreno para a plantação de mantimentos, em quantidade relativa com o mesmo número de cafeeiros.

Art 2º

O colono se obriga a tratar dos cafeeiros a seu cargo de modo a conserval-os sempre no limpo, a replantar as faltas que por ventura houver, tratar muito bem das replantas, tirar todos os brotos, cipós ou trepadeiras que forem saindo nos cafeeiros, fazer a varredura, colheita, espalhamento do cisco e montes de terra, do modo e na ocasião que lhe forem indicadas pelo proprietário ou pelo administrador.

Art 3º

O proprietário não fará adiantamento algum, salvo o que for estritamente necessário para a alimentação dos recém-chegados ou no caso de moléstia.

Art 4º

O colono fará, sem remuneração, o roçamento do pasto da colônia, concerto da cerca do mesmo, a fatura, uma vez por ano, do caminho para a próxima estação da estrada de ferro, carregadores, e a extinção de incêndios nas matas, cercas ou casas da fazenda devendo os referidos serviços ser feitos quando e como o determinar o proprietário ou o administrador.

Art 5º

Si o colono deixar de fazer qualquer dos serviços enumerados no art. 2º, o proprietário poderá mandal-os fazer por quem lhe convier, cobrando do colono a importância assim despendida.

Art 6º

O colono só poderá ter porcos ou cabras em pastos apropriados, por ele feitos e conservados, em lugar que para isso lhe for indicado pelo proprietário, ficando responsável pelos danos que possam por ventura esses animais causar.

Art 7º

Si o proprietário faltar ao cumprimento das disposições do presente contracto, ou si, antes de findar-se o serviço do ano agrário, que termina pelo espalhamento das varreduras, despedir o colono sem causa justificada, pagará a este além dos serviços feitos, metade do que ele houver ganhado nesse ano pelo serviço de tratamento do cafezal a seu cargo.

São consideradas causas para despedida:

- 1) Doença prolongada;
- 2) Malandrice ou continuada negligência no serviço;
- 3) Embriaguez habitual;
- 4) Insubordinação;
- 5) Falta de cumprimento das cláusulas do presente contracto.

Art 8º

O colono que, sem causa justificada, se retirar da fazenda antes de terminar o serviço do ano, perderá a metade do que houver ganho nesse ano.

São consideradas causas justificadas para a retirada:

- 1) Enfermidade que o prive do trabalho;
- 2) Maus tratos da parte do proprietário ou administrador;
- 3) Falta de cumprimento, por parte do proprietário, das cláusulas do presente contracto.

Art 9º

O proprietário que quiser dispensar os serviços do colono ao terminar o ano agrário, deverá avisal-o com trinta dias de antecedência; caso não avise, serão esses mesmos serviços considerados contractados para o ano seguinte e o colono ficará com o direito a indenização estipulada no art. 7º do presente contracto si for dispensado sem o aviso acima referido.

Art 10º

O colono que quiser retirar-se ao findar o ano agrário fica obrigado a partipal-o ao proprietário ou ao administrador, com trinta dias de antecedência, por falta do que será considerado como sujeito à prorrogação do mesmo contracto durante o ano seguinte e, caso se retire, incorrerá no disposto no art. 8º, do presente contracto.

Art 11º

Os animais, mantimentos e roças do colono são garantias do seu débito para com o proprietário, tendo este o direito de havel-os, ainda mesmo quando em mãos de terceiros.

Art 12º

O proprietário mandará lançar, mensalmente, na presente caderneta, que é propriedade do colono, com toda exatidão e clareza, todos os fornecimentos a este feitos, com sua importância, assim como a importância dos serviços por ele prestados na fazenda.

Art 13º

O colono poderá comprar os gêneros de que precisar onde lhe convier.

Art 14º

Todas as questões que se suscitarem na interpretação ou execução deste contracto serão resolvidas pelo juiz arbitral, que será formado do modo seguinte: Cada uma das partes nomeará um árbitro e se estes não forem nomeados ou não concordarem, será questão resolvida pelo Presidente da Comissão Municipal de Agricultura do Município a que pertencer a fazenda.

Art 15º

O operário agrícola, ora contractado e portador desta caderneta, obriga-se a entrar como sócio para a cooperativa médica, farmacêutica e de ensino, que prestar serviços à fazenda do contractante e tiver seus estatutos aprovados pelo Patronato Agrícola do Estado de São Paulo.

Condições Específicas

Art 16º

O proprietário se obriga a creditar ao colono, na presente caderneta:

- 1) Pelo tratamento de cada 1.000 pés de café, por ano:.....
- 2) Por carpa de cada mil pés de café:.....
- 3) Para cada 50 litros de café colhido:.....

Art 17º

Os fornecimentos de dinheiro por conta dos serviços prestados serão feitos à razão de para cada 1.000 pés de café tratados.

Art 18º

O pagamento final do ano e da colheita será feito pelo proprietário

Art 19º

Será permitido ao colono plantar:.....

Certifico que todas as condições do contracto acima, tanto gerais quanto particulares, com exceção das que vão por mim canceladas, foram aceitas pelo contractante e contractado, conforme consta da Procura de Colonos nº e do recibo de caderneta nº documentos arquivados nesta agência.

São Paulo, de..... de.....

Selo Federal: 1\$100

Selo Estadual: 1\$000

O Encarregado

Os artigos acima citados compunham o contrato de trabalho da caderneta, homogeneizando as relações submetidas a tais cláusulas, se bem que, em linhas gerais, os contratos da caderneta pouco diferem dos contratos encontrados nos cartórios onde também se definiam as formas de acesso a partes de terras destinadas ao plantio de alimentos, o pasto para animais, a remuneração pelo trato de cada mil pés, quais culturas poderiam ser cultivadas intercaladamente, as multas rescisórias e, no caso das parcerias, a formas de divisão do produto ou, no caso das empreitadas, o fornecimento da produção de café dos últimos anos ao colono.

Interessante notar no artigo terceiro a impossibilidade de avultados empréstimos de dinheiro aos colonos, sendo possível apenas o “estritamente necessário para a alimentação dos recém-chegados ou no caso de moléstia”. A bibliografia sobre o colonato, em especial Emília Viotti da Costa¹⁵¹, destacam que o endividamento para com o fazendeiro onerava sobremaneira os colonos, criando mecanismos que na verdade muito mais incentivavam a desistência do trabalho - ou até mesmo a própria fuga - ao invés de fixar a mão-de-obra na fazenda. Nas primeiras experiências com o trabalhador livre as despesas iniciais com transporte, alugueis, médicos e farmácia criavam débitos impossíveis de serem saldados, o que comprometia a futura renda dos colonos e abria espaço para os desmandos dos fazendeiros e o não reconhecimento de uma relação de trabalho estabelecida entre iguais, aproximando as condições do trabalho livre às condições da escravidão. Evidentemente, após a imigração subsidiada e todo o conjunto de leis acima citadas, as dívidas diminuíram sobremaneira, mas, endividamentos contraídos ao longo de quatro anos eram possíveis e mesmo recorrentes apesar dos subsídios. Talvez visando superar este entrave os contratos de caderneta evitavam endividamentos de grande monta, mais um indício de que a função primordial deste tipo de contrato era fixar a mão-de-obra e o cumprimento dos prazos estabelecidos e não necessariamente melhorar as condições de trabalho no campo. Ao limitar-se a possibilidade de empréstimos ao colono o fazendeiro também se protegia pois se o colono debandasse as perdas seriam minimizadas; temos que pensar que se tratava de um contexto de grande mobilidade de mão-obra, sobretudo nas regiões de mais antigo desenvolvimento do café, e que frente a esta característica a legislação buscava de todas as formas proteger os fazendeiros contra a temível possibilidade de escassez de mão-de-obra.

¹⁵¹ Ver Emília Viotti da COSTA. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1979.

Ainda neste sentido o artigo 8º previa punições ao trabalhador que não cumprisse os prazos estipulados, no caso, a perda de metade de tudo o que houvesse ganhado naquele ano agrícola, o artigo 11º previa também que os “animais, mantimentos e roças” que os colonos tivessem cultivado pertenceriam aos fazendeiros em caso de desistência destes, ou seja, o trabalhador que rompesse unilateralmente o contrato seria alienado de quaisquer direitos sobre a “remuneração invisível”, aquela composta pela produção de subsistência (e eventual mercantilização).

O artigo 13º traz um elemento interessante ao permitir que o colono possa comprar os gêneros de que precisar onde lhe convier. A existência de tal artigo indica que a prática do “monopólio” era recorrente nas fazendas de café e, segundo argumentação que desenvolvemos em outro estudo¹⁵², a partir das Mercarias existentes nas propriedades os fazendeiros estreitavam o mercado dos colonos impondo-lhes a obrigatoriedade de consumir naquele estabelecimento, e por outro lado, impunham-se como compradores dos gêneros produzidos pelos trabalhadores tais como arroz, milho, feijão e o próprio café que detinham em regime de parceria ou de empreitada. Acreditamos que os fazendeiros exerciam uma espécie de arbitragem, estabelecendo diferenciais nos preços de compra e venda extraindo ganhos sobre os colonos.

Evidentemente o contrato da caderneta abre condições legais de rompimento deste monopólio, entretanto, duvidamos que isso tenha se efetivado na prática, pois, se pensarmos na difusão espacial do meio rural, concluiremos que muitas vezes o “mercado” mais próximo estava muito distante dos colonos, que teriam que se deslocar para os arraiais mais próximos ou mesmo para a cidade para encontrar a possibilidade de preços mais satisfatórios. Outra característica do sistema de trabalho estabelecido e que corrobora a continuidade do “monopólio” das mercarias era o fato de em muitos casos os débitos do fazendeiro para com o colono não serem liquidados em dinheiro, mas em contas correntes nas mercarias. Transformavam-se as dívidas em créditos na mercearia da fazenda, impossibilitando o direito de escolha pressuposto no artigo 13º.

Temos que considerar também a existência de um complexo sistema de criação de “moedas locais” tais como vales, bilhetes e cartas de crédito assinadas pelos fazendeiros

¹⁵² Ver Rogério Naques FALEIROS. *Homens do café*: Franca 1880-1920. Campinas: IE/Unicamp, 2002. Dissertação de Mestrado. p. 39-44

que exerciam a função de “equivalente geral” circunscrita ao espaço da fazenda, e como tal, viabilizava o monopólio. Com estes “instrumentos” os fazendeiros liquidavam seus débitos sem contar necessariamente com o mil-réis já que eram lançados e depois retirados de circulação pela mercearia da fazenda. Muito provavelmente os débitos existentes entre os trabalhadores da mesma fazenda também fossem liquidados com os “vales do Coronel”, surgindo assim todo um sistema de circulação “monetária” entre os homens do café de uma determinada propriedade. Evidentemente, nos momentos de crise, o valor dos vales tendia a se deteriorar já que, no fundo, a sustentação de todo o sistema de liquidação de créditos e débitos esta embasada na credibilidade do emissor: o fazendeiro de café. Este sistema certamente extravasava as fronteiras da fazenda e atingia as vizinhanças compostas por pequenos sitiantes e agregados¹⁵³ que também tinham a mercearia da fazenda como principal fornecedor. O que estamos tentando dizer é que a sociedade clânica de Oliveira Vianna¹⁵⁴ se manifestava também sob o ponto de vista “monetário”, definindo-se a extensão da circulação de vales e bilhetes pela extensão da influência do poder do fazendeiro. Tais indícios nos levam a suspeitar da viabilidade e da aplicabilidade do 13º artigo do contrato.

Passemos agora para a análise das receitas e dos gastos dos colonos. Como dissemos anteriormente pesquisamos vinte cadernetas, dentre as quais existiam vínculos de colonos e de camaradas. A partir das cadernetas elaboramos gráficos constituídos pelas curvas de receita total, gastos totais e saldos. Com esta documentação acreditamos ser possível ter uma melhor noção das reais possibilidades de ascensão social dos colonos; até agora nos limitamos a algumas inferências sobre as relações de parceria e empreitada a partir das cláusulas estabelecidas em contrato que foram construídas a partir do estabelecimento de uma determinada produtividade (via dados de Camargo) e dos preços praticados nas escrituras de compra e venda de café, além, é claro, das remunerações estabelecidas em contrato quando tratavam de remuneração em dinheiro. Evidentemente

¹⁵³ Nomenclaturas extraídas de Maria Sylvia de Carvalho FRANCO. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª edição. São Paulo: Kairós, 1983.

¹⁵⁴ Francisco José de OLIVEIRA VIANNA. *Populações meridionais do Brasil*. Populações rurais do centro-sul. Vol. I. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Eduff, 1987. “Só a sombra patriarcal deste grande senhor de engenhos, de estâncias, de cafezais vivem o pobre e o fraco com segurança e tranqüilidade. Pela sua riqueza, pelo seu poder, pelo seu prestígio, mesmo pela sua força material, só ele é capaz, neste regime de pilhagem e prevaricação gerais, de reagir contra as arbitrariedades e as injustiças. Só ele, no mundo rural, tem meios para dar à sua patronagem uma eficiência prática que nem a patronagem do cura, ou do médico, ou do advogado, ou mesmo da autoridade local possui”. p. 142-3

não possuímos condições de realizar maiores apontamentos sobre a renda oriunda das lavouras de gêneros de subsistência, justamente por que é impossível inferir alguma coisa sobre as quantidades produzidas e também sobre os preços praticados.

As cadernetas, infelizmente, também não nos fornecem uma maior noção neste sentido, mas é bem provável que as rendas provenientes das lavouras de alimentos não fossem muito dilatadas já que todos os contratos de cadernetas, registrados entre 1927 e 1931, versam sobre lavouras já formadas cabendo aos colonos o plantio de apenas uma fileira de milho e quatro de feijão em cada rua do café e uma roça por fora cuja extensão era definida proporcionalmente ao número de cafeeiros contratados. Acreditamos que nestas condições a produção excedente de alimentos deveria ser muito diminuta o que pouco somaria às contas dos colonos, por isso, de agora em diante, as possíveis rendas oriundas das lavouras de subsistência serão desconsideradas.

Nas “condições específicas” dos contratos da Agência Oficial de Colocação, como no modelo acima exposto, definiam-se quais seriam as remunerações dos colonos. No caso das cadernetas que pesquisamos em todas a remuneração era a mesma: 37\$000 pelo trato de mil pés café, localizados na parte de terras denominada “Palmeiras” e 32\$000 pelo trato de mil pés de café na parte de terras denominada “Terra Roxa”. Os colonos receberiam também 1\$500 por cada alqueire de 50 litros colhido e 4\$500 por diárias de serviços extras executados. Como o período abrangido por esta documentação engloba uma crise de grande magnitude, veremos que a remuneração previamente definida foi rebaixada em quase todos os casos, o valor pago pelos alqueires colhidos após 1929 reduziu-se em um terço assim como também foi reduzido consideravelmente o valor das diárias de serviço.

Eram estas as principais remunerações dos colonos, que aliás, eram acertadas bimestralmente. Os gastos principais referiam-se a adiantamentos, médico, farmácia e principalmente às chamadas “Ordens”, gasto que não era discriminado separadamente, mas acreditamos ser composto pelos débitos acumulados nas mercearias das fazendas. Nas cadernetas, a palavra “ordem” vinha seguida de um número, muito provavelmente o número da folha do registro dos gastos do colono no livro do estabelecimento. Nestas condições conseguimos descobrir qual era o montante gasto mediante esta discriminação, mas não possuímos uma maior exatidão desagregada, o que se sabe é que as “ordens”

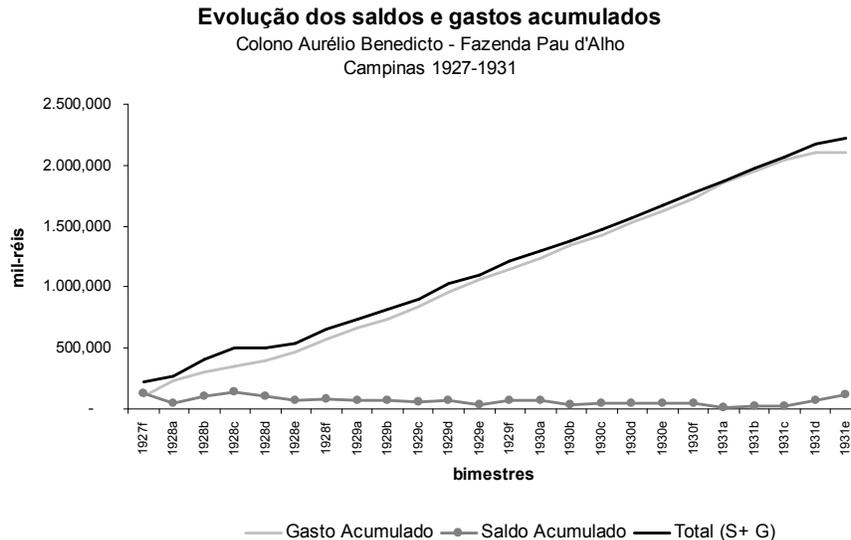
oneravam pesadamente as contas do colono, compondo de oitenta a cem por cento os gastos totais dos colonos.

As despesas médicas faziam-se presentes em todos os bimestres, custando 10\$000 aos colonos, as despesas com farmácia eram variáveis mas não oneravam muito o orçamento, girando em torno de 5\$000 a 10\$000 por bimestre. Como o artigo 15º do contrato da Agência de Colocação previa a formação de uma cooperativa médica e farmacêutica, acreditamos que os valores debitados com o serviço médico eram fixos por conta da existência de alguma forma de convênio que abatia bimestralmente um determinado valor das contas dos colonos precisando estes ou não do atendimento.

Os contratos também não explicitavam a quantidade de cafeeiros contratados, o que inferimos a partir das receitas dos colonos. Aliás, a forma de acerto com os colonos eram muito variadas, alguns recebiam por dias de serviço, outros pelo trato de mil pés, outros se remuneravam pelas duas formas; observemos o caso do colono Aurélio Benedicto, italiano, que entre 1927 e 1931 trabalhou na fazenda Pau d'Alho. No seu acerto bimestral contava a discriminação de tantos “dias de serviço” que variavam entre 3\$000 e 4\$000 antes da crise e entre 1\$670 e 3\$500 após abril de 1930¹⁵⁵. Em média o colono trabalhava cinquenta dias por bimestre, ou reunia sob seu comando esta capacidade de trabalho bimestral já que a expressão “colono” designava toda a família e a remuneração referia-se ao potencial de trabalho do grupo familiar. No caso deste colono o acúmulo de diárias compunham a base da sua remuneração. Vejamos abaixo a evolução de seus saldos entre 1927 e 1931:

¹⁵⁵ Caderneta do colono Aurélio Benedicto. Fazenda Pau d'Alho. Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Cx. 01, livros 01 a 20. Arquivos Históricos – Centro de Memória – UNICAMP.

Gráfico 8



Fonte: Caderneta do colono Aurélio Benedicto. Fazenda Pau d'Alho. (1927-1931). Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Cx. 01, livros 01 a 20. Arquivos Históricos – Centro de Memória – UNICAMP.

Interessante notar que de dezembro de 1927 a fevereiro de 1930 Benedicto recebia os saldos bimestrais em dinheiro. A partir desta data, em função da crise, o colono ao invés de receber os valores que lhe cabiam passaram a acumular saldos que eram transportados de um bimestre a outro, o que indica que no contexto de dificuldades econômicas as estratégias de “contabilidade” foram transformadas e, dadas as restrições do contexto, outras formas de remuneração se estabeleceram; muito provavelmente as ordens eram abatidas destes saldos e a relação de trabalho deixava de pressupor a existência real do dinheiro, exercendo este, neste momento, apenas a função de medida de valor, referenciando débitos e créditos, mas não sendo utilizado como meio de pagamento. A “engenhosa” contabilidade da fazenda se adaptara às condições estreitando a circulação do dinheiro no espaço dos cafezais.

Sobre os saldos deste colono, perceba no gráfico número quatorze que dificilmente ultrapassavam a casa dos 150\$000; entre dezembro de vinte e sete e abril de 1930 (quatorze bimestres) Benedicto recebeu 1:111\$750, numa média de 79\$410 por bimestre. A partir deste momento os saldos passaram a ser acumulados, aumentando ou diminuindo bimestralmente, contabilizando um saldo final de 112\$685. Se pensarmos que esta remuneração referia-se a toda a mão-obra familiar perceberemos que os valores dos saldos eram muito reduzidos em relação aos valores totais recebidos, demonstrando que os gastos

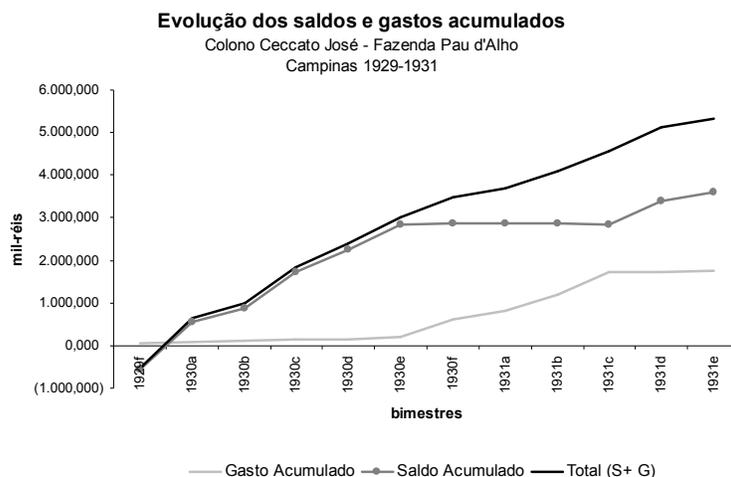
praticamente esterilizavam maiores possibilidades de acúmulo de dinheiro. Evidentemente temos que considerar que os colonos não possuíam despesas com moradia, gastos iniciais com deslocamento para a fazenda (já que eram subsidiados pelo governo) e gastos reduzidos com alimentação, já que tinham direito à produção de alimentos e à criação de alguns animais (galinhas, porcos e vacas, uma ou outra). Difícil, senão impossível, mensurar estes elementos, que certamente compunham a base de sustentação das relações de trabalho no campo, pois em termos de remuneração em dinheiro o que se conclui da observação é que colonos como Aurélio Benedicto possuíam mínimas possibilidades de ascensão social: em quatro anos de trabalho de toda a sua família recebeu aproximadamente 1:200\$000¹⁵⁶, o necessário para sua reprodução e perpetuação como colono.

A pesquisa com as cadernetas também evidenciaram um caso onde o colono conseguiu ao longo de dois anos acumular valores em dinheiro bem superiores ao caso de Benedicto. Trata-se de Ceccato José, também italiano, contratado para cuidar de oito a nove mil cafeeiros, conforme deduzimos da remuneração obtida pelas carpas no cafezal. Dentre todas as contabilidades pesquisadas esta foi a que apresentou os saldos mais consideráveis mesmo sendo os valores definidos para o trato, a colheita e as diárias literalmente iguais aos dos outros colonos. O que define, então, a diferença dos saldos de Ceccato José para com os saldos das outras contabilidades já que as remunerações são as mesmas? Ora, a diferença básica parece residir no tamanho do **grupo familiar**; chega-se a registrar no nome de Ceccato quase oitenta dias de serviço por bimestres e quantidades muito grandes de alqueires colhidos¹⁵⁷, além dos valores fixos estabelecidos pelos tratos dos cafeeiros.

¹⁵⁶ Cerca de oitenta e quatro dólares ao câmbio de 1931.

¹⁵⁷ Em agosto de 1930 registrou-se a colheita de 263 alqueires a 1\$000.

Gráfico 9



Fonte: Caderneta do colono Ceccato José. Fazenda Pau d'Alho. (1929-1931). Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Cx. 01, livros 01 a 20. Arquivos Históricos – Centro de Memória – UNICAMP.

No caso deste colono deve se considerar também que as despesas com as chamadas “ordens” só passam a vigorar a partir de dezembro de 1930, denotando que até esta data, por conta do número de braços na lavoura, a unidade familiar também conseguia minimizar os gastos na mercearia¹⁵⁸, pelo menos até esta data; daí em diante registram-se ordens de até 460\$000, avultada quantia que corrobora a hipótese de que se tratava de uma família extensa. Assim como os outros colonos Ceccato também se submeteu paulatinamente a uma diminuição do preço das tarefas; a diária foi reduzida de 4\$500 para 4\$000 e depois para 3\$000, o valor pago pela colheita do alqueire de 50 litros diminuiu dos 1\$500 estabelecidos em contrato para 1\$000 e o trato por mil pés de 37\$000 na Palmeiras e 32\$000 na Terra Roxa para 23\$000 e 20\$000 respectivamente. Também após abril de 1930 este colono deixa de receber pro bimestre e passa a acumular saldos com o fazendeiro que perfaziam 3:595\$519 ao final do contrato, excetuando-se deste valor os 558\$829 e os 533\$339 recebidos nos dois primeiros bimestres. Segue-se toda a contabilidade de Ceccato José durante a vigência do contrato, e justamente nos meses em que se credita o dinheiro referente às carpas anuais é que se registram os maiores saldos. Também há que se considerar o registro de serviços de selaria, o que demonstra que este núcleo familiar exercia funções fora do cafezal, notadamente serviços que exigiam uma certa qualificação.

¹⁵⁸ Este colono registra gastos com o pagamento de nove carretos de milho, evidenciando que a produção de alimentos desta família também deveria ser considerável.

Cabe considerar que o caso deste colono constitui uma louvável exceção num universo de observação onde os saldos eram muito reduzidos. Sua contabilidade, em comparação com as outras, nos demonstra a exatidão da tese de Verena Stolcke segundo a qual as melhores possibilidades de acúmulo de dinheiro concentravam-se nas famílias mais extensas, pois justamente este maior potencial de força de trabalho garantia ao chefe do grupo quantias mais significativas, conforme se deduz da tabela abaixo:

Tabela 6 – Rendimentos de três famílias de imigrantes em 1922.

	Família com 10 elementos	Família com 5 elementos	Família com 4 elementos
Nº de trabalhadores	6	2	1
Rel. consumidores/produtores	1.66	2.5	4
Cafeeiros por família	16.000	7.000	3.000
Rendimento das carpas anuais	2:400\$000	1:050\$000	450\$000
Ganhos com a colheita	480\$000	240\$000	70\$000
Trabalho extraordinário	600\$000	460\$000	120\$000
Gastos anuais	2:350\$000	1:130\$000	780\$000

Fonte: Verena STOLCKE. Cafeicultura. Homens, mulheres e capital. (1850-1980). Trad. Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 46.

Conforme assinala Chiara Vangelista¹⁵⁹, a economia cafeeira era composta por múltiplas demandas de mão-de-obra e múltiplos tipos de oferta de trabalho. Colonos, camaradas, trabalhadores individuais, imigrantes ou nacionais, ocupavam distintas funções na fazenda e na cidade. Isso se revela também nas cadernetas pesquisadas onde encontramos os camaradas, mão-de-obra extremamente fugidia, instável e incerta, utilizada durante poucos dias ou meses para específicas necessidades da fazenda. É o caso de Manoel Pedro, Francisco Braz, Ectore Campagnole e Marculino Moraes que foram contratados pela fazenda Pau d’Alho por períodos não superiores cinco meses. Difícil dizer se exerciam tarefas diretamente ligadas à lavoura de café pois as cadernetas registram apenas os dias de serviço não discriminando a atividade; os camaradas tanto poderiam ser alocados na colheita quanto em alguma etapa do beneficiamento (secagem, cata, ensacamento, etc.), poderiam também, eventualmente fazer a carpa ou derrubar matas, empilhar madeira, enfim, uma série de atividades de colocação não duradoura definidas a partir das necessidades imediatas. Em comum com os colonos possuem a recorrência de pequenos saldos acumulados durante o período de trabalho.

¹⁵⁹ Chiara VANGELISTA. *Op. cit.*, ver capítulo três: “Trabalho e retribuição”.

De uma forma geral as cadernetas parecem denunciar que as possibilidades de acúmulo de dinheiro por parte dos colonos eram diminutas, entretanto, tal afirmação deve ser relativizada por três motivos; primeiro, em caso de famílias mais numerosas o pai poderia “gerenciar” uma quantidade maior de mão-de-obra de modo a auferir um número maior de diárias, mais alqueires colhidos de café e a capacidade de tratar de um número maior de cafeeiros; em segundo lugar, deve-se considerar que as cadernetas cobrem justamente o momento mais agudo da crise cafeeira, contexto de visível redução das remunerações dos colonos e dos camaradas; em terceiro lugar, há que se considerar que não se tratava de contratos de formação de novos cafeeiros e sim do trato de lavouras já consolidadas, justamente por não ser Campinas, naquele momento, uma região de fronteira.

O conjunto destes fatores nos leva a concluir que as remunerações aos colonos naquele período não eram as mais atrativas, talvez por isso a recorrência dos saldos quase insignificantes registrados nas cadernetas. Nossa hipótese é que nas regiões de fronteira os contratos eram mais atrativos dada a maior produtividade dos cafeeiros e a maior disponibilidade de espaço para o plantio intercafeeiro, recorrente nas lavouras em formação e reduzida nas lavouras já formadas das regiões antigas. Sob o ponto de vista da remuneração em dinheiro intuimos que as diferenças dos valores pagos pelo trato, pela colheita e pelas diárias não deviam ser muito discrepantes entre as regiões mais antigas e as mais novas, pois não acreditamos que a maior lucratividade das fazendas da fronteira se revertesse em melhoras das cláusulas envolvendo dinheiro. Parece ser sim a disponibilidade de terra o grande atrativo para os trabalhadores que se dirigiam à fronteira.

-ANEXOS-

Contrato de parceria agrícola

Livro de Notas n. 62, folha 04. 2º Ofício Civil de Rio Claro. 24/05/1924

“Saibam quantos virem esta pública escritura que no ano no Nosso Senhor Jesus Cristo de 1924, aos vinte e quatro dias do mês de maio nesta cidade de Rio Claro, em meu cartório, ante mim tabelião compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: como **outorgante Baptista Seneda e como outorgados Ângelo Minatel, Paulo Butião, Jacyntho Zaia**, todos maiores domiciliados nesta comarca e reconhecidos pelos próprios de mim e das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas do que dou fé; perante as quais pelo outorgante me foi dito que a justo título é senhor e legítimo possuidor de uma pequena **fazenda denominada Boa Vista**, situada na estação de Morro Grande, desta freguesia e comarca, contendo diversas benfeitorias, cinquenta alqueires, mais ou menos de terras, em cafezal, cultura e pasto, e **vinte e quatro mil cafeeiros**, mais ou menos confrontando com Ernesto Bincoletto, Cyrilo Couvre, José Antonelli, Ribeirão Claro e outros; que por bem desta escritura, ele outorgante contratou com os outorgados, o tratamento, replanta e colheita de café mediante as seguintes condições: 1) o outorgante entrega aos outorgados, pelo **prazo de quatro anos**, a partir de primeiro de outubro do corrente ano, para que estes tratem do café existente, calculado em vinte e quatro mil pés, replantem em todas as falhas e promovam a colheita no fim do ano agrícola; 2) **O produto da colheita será dividido metade para o outorgante e a outra metade aos outorgados**, sendo que, a metade pertencente ao outorgante, os outorgados deverão entrega-la depois de lavado e seco; 3) os outorgados ficam obrigados a entregar ao outorgante, digo, a vender o seu café, ao outorgante, pelo preço corrente bem como se obrigam a fazer todas as replantas nos lugares em que houver falha; 4) Os outorgados poderão e se obrigam a dar cinco carpas no café, durante o ano, inclusive a da covação e esparramação, podendo os outorgados passar a carpideira duas vezes por ano, no café que se acha no plano; 5) os outorgados se obrigam a carpir o pasto uma vez por ano e a conservar a estrada que vai à estação e os carreadores do café; 6) o outorgante se obriga a conduzir o esterco ou qualquer outro adubo até os carreadores do cafezal, ficando obrigado os outorgados a enterrar este esterco ou adubo em redor de cada pé de café; 7) os outorgados se obrigam a consertar a cerca do mangueirão e as dos pastos, fornecendo o outorgante a madeira necessária que será conduzida no lugar preciso; 8) fica excluído do presente contrato um talhão de café calculado em três mil pés novos, cujo tratamento fica a cargo do outorgante; 9) O outorgante reserva o direito de residir na fazenda e fiscalizar o serviço, podendo os outorgados ocupar as demais benfeitorias e bem assim as terras de cultura e o pasto; 10) fica estipulada a multa de 2:000\$000 para cada um dos outorgados que infringir qualquer das cláusulas do presente contrato; 11) o outorgante se obriga a pagar a multa de 6:000\$000 aos outorgados no caso de por qualquer motivo ou pretexto infringir este contrato. Por todos os contratantes me foi dito que aceitavam a presente escritura em todos os seus termos sendo exibido 12\$000 em selo federal que abaixo vai colocado e inutilizado. A pedido das partes lavrei em minhas notas esta escritura a mim hoje atribuída, a qual, feita, sendo-lhes lida diante das testemunhas, aceitaram, outorgaram do que dou fé, e assinar com as mesmas testemunhas, que são: Décio Dias, Sizenando Miguel do Carmo, desta, maiores e minhas conhecidas. Eu, Francisco Mayer, ajudante, o escrevi. E eu, (ilegível) tabelião subscrevi”

Rio Claro, 24 de maio de 1924.

- III -

**Região Mogiana:
Ribeirão Preto e Franca**

A região Mogiana¹⁶⁰, aqui representada pelos municípios de Ribeirão Preto e Franca, revelou-nos duas situações bastante distintas: Em Ribeirão, onde prevaleceram propriedades de maior porte, foram registradas em cartório, entre 1917 e 1937, apenas sessenta e seis escrituras de formação e trato de cafeeiros. Já em Franca, onde predominavam unidades produtoras mais modestas, foram lavradas cento e oitenta e oito escrituras no mesmo período. Tal diferença talvez se explique, inferimos, pelas distintas escalas de capital investidas na cafeicultura dos dois municípios: a grande propriedade ribeirãopretana não resistira à continuada queda de produtividade registrada na década de vinte, ao passo que as pequenas e médias propriedades francanas mostraram-se mais resistentes à queda de produtividade, uma vez que os aportes de capital e os custos de produção eram menores neste perfil de propriedade, garantindo-se a viabilidade e a ampliação da cafeicultura em Franca no contexto das políticas de defesas do café.

Iniciemos nossa análise por Ribeirão Preto. Em 1913 este município respondia por quase um quinto de toda a produção cafeeira do estado de São Paulo¹⁶¹. Fora este o último grande momento do Eldorado do Café que a partir de então já começou a demonstrar evidentes sinais de cansaço: “entre 1920 e 1925 os cafeeiros deram rendimentos apenas normais, em contraste com a forte produtividade do período anterior, nos anos seguintes, após a crise capitalista de 1929, verificou-se sensível queda na produção, seguida de uma retomada no período que precedeu a última conflagração mundial¹⁶²”.

¹⁶⁰ Em nossa pesquisa a região Mogiana compreende os municípios de Amparo, Pedreira, Socorro, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Itapira, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, Vargem Grande do Sul, Águas da Prata, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Caconde, Tapiratiba, Mococa, São Simão, Santa Rosa do Viterbo, Serra Azul, Cajuru, Santo Antônio da Alegria, Ribeirão Preto, Cravinhos, Sertãozinho, Pontal, Batatais. Altinópolis, Brodósqui, Jardinópolis, Franca (e futuros desmembramentos), Patrocínio Paulista, Ituverava, Guará, Igarapava, Pedregulho, Nuporanga, Orlândia, São Joaquim da Barra, Morro Agudo, Serra Negra, Lindóia e Águas de Lindóia. Trata-se de toda a franja leste, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, partindo de Campinas e atingindo as barrancas do rio Grande.

¹⁶¹ Ary FRANÇA. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Guia da excursão n.3 realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: edição do conselho Nacional de Geografia, 1960, p. 174.

¹⁶² *Idem, ibidem*, p. 174.

Mapa 1 – Região Mogiana

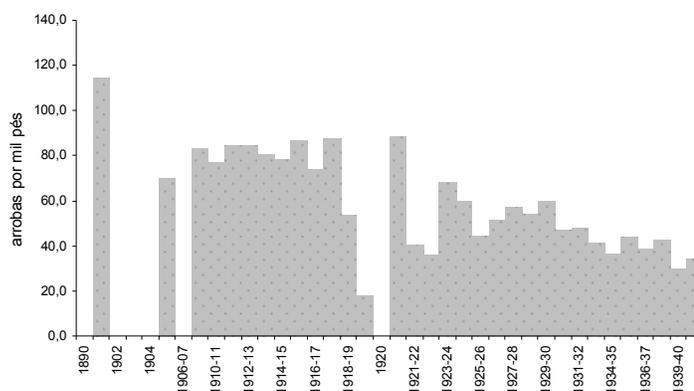


Fonte: elaboração própria

Este cenário de esgotamento das lavouras de café na região de Ribeirão pode ser verificado também nos dados da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pesquisados por Renato Leite Marcondes que apontam para uma considerável queda da produtividade da cafeicultura a partir da década de vinte

Gráfico 1

Produtividade dos cafeeiros. Ribeirão Preto 1890-1940.



Fonte: Adaptado de Renato Leite MARCONDES. *O café em Ribeirão Preto. Texto para Discussão n. 30 (Série Economia) Ribeirão Preto: FEARP/USP, 2000, p 13.*

Se estabelecermos como base 100 a produtividade do ano de 1890 (114,7 arrobas por mil pés) teríamos um índice de 72,58 na colheita 1909-10, 77,20 em 1920-21, 52,25 em 1929-30 e um índice de **26,15** na colheita de 1939-40 o que corrobora a afirmação de Ary

França de que a cafeicultura no município iniciou a década de 1920 já com produtividade decrescente em relação ao passado (excetuando-se a colheita de 1920-21). A produtividade das lavouras já tinha demonstrado uma considerável diminuição nas colheitas de 1917-18 e de 1918-19 em função da conhecida geada de 24 de junho de 1918¹⁶³. A partir destes números podemos considerar que no intervalo de nossa periodização circunscrita entre os anos de 1917 e 1937, temos em Ribeirão Preto um cenário onde não mais se verificava uma expansão das lavouras de café denotando que a região não mais se posicionava na fronteira agrícola naquele momento. O notável retrocesso da produtividade corrobora tal afirmação; neste intervalo verifica-se uma produtividade de 76,65 em 1917-18 e de apenas 37,11 em 1937-8.

Se observarmos o volume de arrobas produzidas, a média por estabelecimento e o número de cafeeiros plantados o perfil da cafeicultura entre 1917 e 1937, que tendia à involução no intervalo de nossas preocupações, torna-se mais claro:

Tabela 1 - Cafeeiros, arrobas produzidas e média por estabelecimento. Rib. Preto. 1905-1940.

<i>Ribeirão Preto</i>			
<i>Ano</i>	<i>Número de cafeeiros</i>	<i>Arrobas Produzidas</i>	<i>Média por Estabelecimento</i>
1905	29.094.365	2.040.036	84.324,1
1920	31.394.365	560.000	78.894,9
1934	28.685.817	1.052.419	43.305,9
1940	22.368.567	671.057	30.931,8

Fonte: José Francisco de CAMARGO. Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: FIPE/USP, 1981. Vol. II e III, p.100. Obs: na coluna “média por estabelecimento” computam-se os municípios de Ribeirão Preto, Cravinhos, Sertãozinho e Pontal.

Na coluna “arrobas produzidas” percebemos novamente os impactos da geada de 1918, que reduziram a produção registrada em 1920 a praticamente um quarto da produção de 1905, mesmo sendo o número de cafeeiros plantados superior em mais de dois milhões naquele ano, denotando uma clara perda de produtividade. Em 1934 o número de cafeeiros

¹⁶³ Devemos relativizar a produtividade dos cafeeiros de Ribeirão Preto em 1920 pois a redução do número de arrobas por mil pés foi conseqüência também da catastrófica geada de 1918, se bem que este município, na argumentação de Carlos A. P. Bacellar, foi menos prejudicado do que outros municípios da região. “Em São Simão os índices de produtividade para as safras imediatamente anteriores à geada somente foram retomados uma década mais tarde, na safra 1927-28; em Franca uma safra semelhante àquela anterior à geada (71,8 arrobas por mil pés) não mais se repetiria até o final do período observado (1933); Sertãozinho também sofreu com a geada, e os números expressivos da safra que antecedeu à geada (71,7 arrobas por mil pés) também não se repetem até 1932. Somente Ribeirão Preto parece ter escapado mais ou menos ileso do drama climático, recuperando, logo a seguir, índices iguais aos anteriormente observados”. Cf: Carlos A. P. BACELLAR & Lucila R. BRIOSCHI. *Na estrada do Anhanguera*. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 126.

plantados reduziu-se a uma quantidade menor do que a do início do século, demonstrando que mesmo na década de vinte, num contexto positivo para o aumento dos investimentos nas lavouras de café, nenhuma expansão substancial foi verificada, aliás, muito pelo contrário, o que se verificou foi uma redução do número de pés por propriedade, o que denota um movimento de fragmentação das unidades produtivas e/ou um abandono de grande parte de cafeeiros já corroídos pelo tempo e estéreis pelo desgaste dos solos. Existe uma diferença entre os dados de José Francisco de Camargo e de Renato Marcondes no que se refere à média produzida por estabelecimento:

Tabela 2 – cafeeiros, propriedades, produtividade e média 1890-1940.

<i>Ribeirão Preto</i>						
<i>Ano</i>	<i>Propriedades</i>	<i>Cafeeiros</i>	<i>Produção em arrobas</i>	<i>Produtividade</i>	<i>Índice (1890=100)</i>	<i>Média por Propriedade</i>
1890	100		235.430			-
1901	256	29.384.996	3.370.443	114,7	100,00	114.785
1902			1.685.350			
1903			2.312.024			
1904			1.833.732			
1904-05	254	29.094.365	2.040.036	70,1	61,13	114.545
1906-07			3.261.500			
1909-10		30.000.000	2.497.742	83,3	72,59	
1910-11		30.000.000	2.316.150	77,2	67,31	
1911-12		30.000.000	2.540.220	84,7	73,82	
1912-13		31.394.365	2.657.850	84,7	73,81	
1913-14		31.394.365	2.542.950	81,0	70,62	
1914-15		31.394.365	2.467.400	78,6	68,52	
1915-16		31.394.365	2.717.970	86,6	75,48	
1916-17		31.394.365	2.309.890	73,6	64,15	
1917-18		31.394.365	2.760.000	87,9	76,65	
1918-19		31.394.365	1.688.000	53,8	46,88	
1919-20	247	31.394.365	560.000	17,8	15,55	127.103
1920	141		741.080			
1920-21		31.394.365	2.780.000	88,6	77,20	
1921-22	108	31.395.000	1.270.000	40,5	35,27	290.694
1922-23	108	31.395.000	1.125.000	35,8	31,24	290.694
1923-24	202	31.395.000	2.147.000	68,4	59,62	155.421
1924-25	212	31.395.000	1.880.000	59,9	52,21	148.090
1925-26	212	29.427.000	1.320.000	44,9	39,11	138.807
1926-27	218	29.427.000	1.525.000	51,8	45,18	134.986
1927-28	218	29.427.000	1.685.000	57,3	49,92	134.986
1928-29	218	31.202.345	1.702.790	54,6	47,58	143.130
1929-30	218	31.202.345	1.870.000	59,9	52,25	143.130
1930-31	217	28.854.716	1.350.406	46,8	40,80	132.971
1931-32		32.614.205	1.558.176	47,8	41,65	
1932-33	217	32.630.787	1.351.605	41,4	36,11	150.372

1934-35		28.685.817	1.052.419	36,7	31,99	
1935-36	240	23.539.500	1.045.410	44,4	38,72	98.081
1936-37		22.863.658	891.657	39,0	34,00	
1937-38	263	19.218.655	818.045	42,6	37,11	73.075
1939-40	230	22.368.567	671.057	30,0	26,16	97.255
1940	193	12.795.832	440.267	34,4	30,00	66.300

Fonte: Adaptado de Renato Leite MARCONDES. Op. Cit., p. 13.

Camargo apresenta seguidamente um número médio de cafeeiros por propriedade menor do que o apontado por Marcondes. Para os anos comparáveis o número de pés plantados é rigorosamente o mesmo, entretanto, ao tratar da média por propriedade Camargo computa os municípios de Cravinhos, Sertãozinho e Pontal, o que nos leva a concluir que nestes municípios provavelmente se verificava a existência de lavouras menores que “puxavam” a média para baixo. Em termos de número de cafeeiros, arrobas produzidas e produtividade os valores são exatamente iguais, conforme se depreende das anotações em negrito na tabela acima. A média apresentada por Marcondes¹⁶⁴ me parece a mais adequada para Ribeirão Preto justamente por isolá-lo dos outros municípios da região, lá denotando uma intensa concentração de terras e cafeeiros conforme veremos adiante na comparação de Ribeirão com outras cidades. No que se refere à média de cafeeiros por propriedade, dentre os quatorze municípios por nós selecionados nesta pesquisa, apenas São Carlos se aproxima de Ribeirão Preto com 80.029,4 cafeeiros por estabelecimento em 1905, 79.774,5 em 1920, 31.615,2 em 1934 e 27.785,5 em 1940¹⁶⁵.

Em termos populacionais, a vertiginosa e notável expansão que se verifica em Ribeirão entre o final do século XIX e a década de vinte não se repete a partir deste momento; em 1886 a população era de 10.420 habitantes, subindo para 59.195 em 1900, 68.838 em 1920, 81.565 em 1934 e regredindo a 79.783 em 1940, ou seja, num intervalo de quarenta anos (1900-1940) a população cresceu 34,7%, valor que não se compara ao crescimento percentual verificado entre 1886 e 1900, 468% . A entrada de imigrantes no município, com o passar do tempo, também foi se reduzindo consideravelmente: 20.522

¹⁶⁴ Os dados apresentados por Marcondes em texto já citado foram extraídos da Ata n. 10 para o ano de 1890, depositada no Arquivo Municipal de Ribeirão Preto; Estatística Agrícola e Zootécnica de Ribeirão Preto, p. 6-7, para o ano de 1904-5; os dados da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (o Café: estatística de produção e comércio) para o intervalo 1906-38 e os dados do Recenseamento do Brasil para 1939-40.

¹⁶⁵ José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.*, p. 109.

entre 1901 e 1910, 16.627 entre 1911 e 1920, 11.310 entre 1921 e 1930 e 2.755 entre 1930 e 1940.

Seria indevido comparar qualquer município paulista em qualquer época com Ribeirão Preto no período compreendido entre 1886 e 1913 no que se refere à cafeicultura. Ali sim se verificavam as verdadeiras imagens do progresso e da modernização, tais como a urbanização em massa, a concentração de terras, o luxo, a galhardia, a cultura e a riqueza... Ali se estabeleceram as maiores unidades produtivas do período, para lá foram o cientista Luiz Pereira Barreto, Martinho Prado Jr. e personagens do mesmo calibre. Transformou-se a região num epicentro de pelejas¹⁶⁶ entre duas das principais companhias ferroviárias do país: a Mogiana (vencedora da disputa) e a Cia. Paulista (que pouco distava de Ribeirão), para lá foram os imigrantes, sobretudo italianos, trabalhadores rurais e urbanos, o sucesso e as possibilidades de “fazer a América”. Ali a fronteira se realizava e consolidava o “mar de café” na importante extensão de lençóis de lava básica, localizada entre os rios Mogi-Guaçu e Pardo, ampla área com solos de predileção para o café: a terra roxa¹⁶⁷.

Em 1886 a região Mogiana já representava 15,8% da população da Província de São Paulo¹⁶⁸ e respondia por 21,8% da produção cafeeira paulista, que já dominava o mercado nacional em 1890, transformado São Paulo no maior exportador de café do mundo. Naquele momento os cafeeiros desta região alcançavam uma produtividade de 100 arrobas

¹⁶⁶ Ver Pedro Geraldo TOSI & Rogério Naques FALEIROS. Nas Fronteiras do Capitalismo: a Mogiana e os (des)caminhos da expansão ferroviária. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 06, n.2, 2000, p. 111-26.

¹⁶⁷ “O derrame de lavas basálticas ocorrido na bacia do Paraná foi o mais extenso do globo, com uma área estimada entre 800.000 e 1.000.000 Km². Esparrama-se por boa parte dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, entretanto, cabe salientar a existência de uma alternância entre a sedimentação do arenito e derrames basálticos (lavas), estruturando o relevo em camadas (trata-se aqui de um vulcanismo de fissura, ou seja, as lavas basálticas irrompiam através de falhas e fraturas, inundando rapidamente as depressões existentes nos lençóis de areia, formando amplos lagos de rocha fundida que, ao consolidar-se, transformavam-se em vastas planícies negras. Esses derrames basálticos migravam de um para outro sistema de fraturas, devido ao tipo de atividade vulcânica que os originou, aflorando de maneira descontínua na superfície). Sob condições climáticas diversas ao longo do tempo geológico, as rochas basálticas provenientes desses derrames se transformaram num solo que, embora pobre em recursos minerais, é de excelente qualidade agrícola – a terra roxa (...). Devido ao afloramento ocasional das camadas, os solos de terra roxa legítima (diabásios, meláfiros calcíferos e basáltitos), também chamada de encaroçada, resultado do intemperismo das rochas basálticas, ocupam áreas esparsas constituindo as conhecidas ‘manchas de terra roxa’. Sua ocorrência varia de 2,0% a 2,5% no território paulista, ou seja, de 5.000 a 6.000 Km². É encontrada somente nas vertentes onde afloram as camadas de basalto; mais raramente nos planaltos. São os solos característicos de Cravinhos, Ribeirão Preto e seus arredores, com terrenos que propiciam o desenvolvimento da cafeicultura.” Sobre os aspectos geológicos da região da alta Mogiana ver Rosa Ester ROSSINI & Raimunda Maria de OLIVEIRA. Sociedade e Natureza. In: Carlos A. P. BACELLAR & Lucila R. BRIOSCHI. *Op. Cit.*, p. 25-33. Ver também Ary FRANÇA. *Op. Cit.*, p. 07-39.

¹⁶⁸ Em 1917 a região Mogiana abrigava 19% da população do estado, número que se reduz a 12,34% em 1937.

por cada mil pés, contra 30 ou 40 dos já desgastados cafeeiros do vale do Paraíba. Era a região Mogiana, e destacadamente Ribeirão Preto o eldorado do café em fins do século XIX e início do XX, mas isso não significa que toda a cafeicultura desta região tenha o mesmo perfil. Ribeirão, assim como Cravinhos, Sertãozinho e São Simão apresentavam propriedades de maior porte e possuíam quantidades de cafeeiros plantados muito superiores a municípios como Franca, Batatais, Ituverava e Igarapava. Num *rol* de 37 proprietários com mais de quinhentos mil cafeeiros em 1924, apresentados por Carlos Bacellar, um era de Batatais, um de Franca, um de Jardinópolis, quatro de Orlandia, quatro de Sertãozinho, quatro de São Simão, sete de Cravinhos e quinze de Ribeirão Preto, sendo a Companhia Agrícola Francisco Schmidt, sediada em Sertãozinho, a maior unidade produtora da região naquele ano com 3.710.609 cafeeiros em produção¹⁶⁹.

Tabela 3 – Ribeirão Preto: produtores com mais de 500 mil pés de café em 1924

Ribeirão Preto - 1924	
<i>Nome</i>	<i>Cafeeiros</i>
Cia. Agrícola Fazenda Dumont	2.500.000
Cia. Agrícola Guatapará	1.600.000
Cia. Agrícola Junqueira	1.176.000
Dr. Francisco Silveira do Val	1.100.000
Jacob Schmidt	850.000
Augusto Antônio e José Junqueira	812.000
Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira	711.000
Manoel Maximiano Junqueira	700.000
João Pereira Penteadado	700.000
Guilherme Schmidt	605.000
N. de Oliveira e Cia.	600.000
Dr. Henrique Dumont Villares	597.000
Cia. Agrícola Joaquim Firmino	580.000
Cel. Procópio de Araújo Carvalho	550.000
Cel. Francisco Maximiano Junqueira	535.000

Fonte: Carlos A. P. BACELLAR. Op. Cit., p. 129

Tratava-se de grandes propriedades com um enorme potencial produtivo, lavouras com mais de um milhão de pés de café que dificilmente seriam encontradas em outros municípios que não Cravinhos, Sertãozinho e São Simão, grandes unidades que puxavam para si os trilhos das ferrovias (Estação Francisco Schmidt, da Mogiana, por exemplo) e construía quase que um mundo independente dentro do espaço da propriedade. A fazenda São Martinho, de propriedade de Martinho Prado Jr., sediada em Sertãozinho, chegou a

¹⁶⁹ Carlos A. P. BACELLAR. Apogeu do café na Alta Mogiana. In: Carlos A. P. BACELLAR & Lucila Reis BRIOSCHI. *Op. Cit.*, p. 129.

possuir 3.400.000 pés de café (número que se reduz a 2.704.000 em 1924), quatorze mil alqueires e quatro mil trabalhadores¹⁷⁰, demonstrando claramente que uma das marcas indeléveis da cafeicultura destes municípios era a intensa concentração de terras, renda e lavouras púrpuras que se confundiam com o horizonte ao entardecer. Por conta da privilegiada condição dos solos, do clima, da vegetação e das temperaturas o município de Ribeirão Preto e circunvizinhanças foram palcos dos maiores investimentos “cafelistas” de que tivemos notícia no intervalo compreendido entre a década de 1880 e a década de vinte.

Outra informação que demonstra a magnitude das fazendas de café em Ribeirão Preto é a média de cafeeiros por propriedade registrada em 1933, onde verificamos que mesmo em uma conjuntura de crise, certamente seguida por um movimento de fragmentação das fazendas, conforme se depreende das tabelas 1 e 2, o município ainda apresentava, com certa folga, a maior relação de pés de café por propriedade da região, sem contar o fato de que nos municípios de Batatais, Pedregulho, Ituverava, Franca, Cajuru e Igarapava, existiam um número maior de propriedades do que em Ribeirão Preto.

Tabela 4 – Número médio de pés de café por propriedade em 1933

<i>Município</i>	<i>Propriedades</i>	<i>Nº. médio de pés</i>
Ribeirão Preto	214	152.480
Cravinhos	75	120.575
Serra Azul	25	110.120
São Simão	111	87.657
Sertãozinho	186	76.096
São Joaquim da Barra	127	58.078
Orlândia	205	57.964
Jardinópolis	133	52.125
Guaira	41	45.785
Batatais	249	38.227
Brodósqui	140	30.613
Altinópolis	158	27.270
Pedregulho	299	24.214
Guará	128	23.322
Patrocínio Paulista	137	21.701
Nuporanga	158	20.919
Ituverava	285	20.902
Franca	745	20.382
Cajuru	336	12.698
Santa Rosa do Viterbo	79	11.699
Igarapava	283	10.456

¹⁷⁰ Darrell E. LEVI. *A família Prado*. São Paulo: Cultura Livraria e Editora, 1977, p. 165. Outra grande fazenda da região, a Monte Alegre, de Francisco Schmidt chegou a ter 14.000 colonos em 1913.

Santo Antônio da Alegria	165	7.679
--------------------------	-----	-------

Fonte: *O Café – Estatística de Produção e Comércio, 1932-33. In: Carlos A. P. BACELLAR. Op. cit., p. 131.*

Ainda tentando dimensionar as fazendas produtoras de café em Ribeirão Preto observamos a partir da **tabela cinco** que neste município 39,7% das propriedades possuíam menos que dez mil pés de café¹⁷¹, muito provavelmente sítios, chácaras e partes de terras com extensões compreendidas entre cinco ou dez alqueires, no máximo vinte¹⁷². Este perfil de propriedade foi muito mais recorrentemente encontrado nos municípios de Franca, Ituverava, Igarapava, Cajuru e Santo Antônio da Alegria. A partir destes dados algumas características do período entre 1917 e 1937 vão se revelando: temos em Ribeirão Preto, nesta época, uma cafeicultura dominada pelas lavouras de grande porte que não renovaram seu potencial produtivo, denotando que os sinais de esgotamento da atividade cafeeira talvez já fossem claros mesmo antes da grande crise mundial de 1929. Só para se ter uma idéia em Franca, município da mesma região encontramos 188 escrituras de contratos de café neste período, enquanto em Ribeirão Preto encontramos 66 escrituras. Se por um lado o potencial produtivo deste município não se renova, ou melhor, até mesmo se reduz, já que o número de cafeeiros existentes em 1917 é menor do que o número existente em 1937, a cidade continuou exercendo uma função prioritária e dominante nos circuitos de comercialização do café e na expansão e formação das lavouras nas regiões da Alta Mogiana e da Noroeste, conforme veremos adiante.

Tabela 5 – pequenas lavouras de café. Alta Mogiana 1933.

<i>Município</i>	<i>propriedades com até 10 mil pés de café</i>	<i>% em relação ao total de propriedades</i>
Serra Azul	2	8,0
Guairá	13	31,7

¹⁷¹ Entre 1916 e 1917 48,6% dos proprietários possuíam menos do que dez mil pés de café plantados, percentual que se reduz a 41% em 1928. Neste sentido podemos pensar uma diminuição relativa no número de pequenos cafeicultores, não porque a terra estava sendo progressivamente concentrada, na verdade o que se percebe é o movimento contrário, mas muito provavelmente porque as lavouras, e também as pequenas, estavam sendo liquidadas. Tem-se então uma situação onde as grandes fazendas estavam sendo divididas, como veremos adiante, e as pequenas lavouras de café compondo um percentual cada vez menor, revelando que mesmo nas pequenas propriedades a atividade cafeeira estava em cheque. Dados extraídos de Renato Leite MARCONDES. *Op. Cit.*, p. 10.

¹⁷² O sistema de plantação de café utilizado naquela época era conhecido como “quadra”, ou seja, não se formavam fileiras de cafeeiros próximos uns dos outros acompanhando as curvas de nível e com espaço para os carreadores entre as fileiras como hoje conhecemos. Plantavam-se de três a cinco pés em uma cova a dois metros de distância, aproximadamente, uma da outra. Neste sistema era possível plantar em média de duas a duas mil e quinhentas covas de café por alqueire, conforme depreendemos das escrituras de contratos de café pesquisadas.

São Simão	43	38,7
Ribeirão Preto	85	39,7
Cravinhos	30	40,0
Batatais	103	41,4
Altinópolis	73	46,2
Patrocínio Paulista	64	46,7
Brodósqui	67	47,9
São Joaquim da Barra	62	48,8
Pedregulho	150	50,2
Jardinópolis	71	53,4
Nuporanga	86	54,4
Sertãozinho	104	55,9
Guará	72	56,3
Orlândia	125	61,0
Ituverava	179	62,8
Franca	470	63,1
Santa Rosa do Viterbo	57	72,2
Cajuru	251	74,7
Igarapava	217	76,7
Santo Antônio da Alegria	128	77,6

Fonte: *O Café – Estatística de Produção e Comércio, 1932-33. In: Carlos A. P. BACELLAR. Op. cit., p.132*

Renato Marcondes nos apresenta interessantes dados sobre a concentração da propriedade em Ribeirão. Em 1916-17, segundo o autor, 78,3% dos produtores possuíam até cem mil pés de café, possuindo 11,6% dos cafeeiros, 18,1% possuíam de 101 mil a 500 mil pés, 41,1% do total e **3,6%** possuíam mais de 501 mil pés de café, detendo **47,3%** dos cafeeiros plantados nos municípios. Ainda segundo o autor tal conformação, altamente concentrada, apresentava um índice de Gini de 0,812 naquele momento. Em 1934, período de clara depressão das lavouras regionais percebe-se, segundo Marcondes, uma redução na concentração de cafeeiros, entretanto, cabe salientar que mesmo assim 70,7% dos produtores possuíam menos de cem mil pés, sendo estes detentores de 10,5% dos cafeeiros, 23,3% possuíam de cem a quinhentos mil pés, possuindo 46% dos cafeeiros de Ribeirão e **6%** detinham mais do que quinhentos mil pés, dominando **43,5%** dos pés de café em 1934, sendo o índice de Gini de 0,750 para este ano. O autor conclui:

*“Notamos em Ribeirão Preto uma desigualdade entre os cafeicultores tanto em termos da produção como em relação aos cafezais **muito** elevada. A produção mostrou-se mais concentrada do que em outros municípios do oeste e até mesmo concernente ao Vale do Paraíba em sua época áurea. Contudo, o porte médio não se revelou distinto em relação a Campinas ou ao vale (...) De outro lado, houve abertura para a participação da faina cafeeira de um elevado número de pequenos cafeicultores. Ainda verificamos um processo de desconcentração da distribuição dos cafeeiros ao longo do tempo. Isto se deveu às dificuldades*

*vivenciadas pela cafeicultura, especialmente após a geada de 1918. Por fim, observamos um movimento de abandono da faina cafeeira – principalmente por parte dos **pequenos** agricultores – e fragmentação de algumas grandes propriedades. Ao final do período em estudo, o café de Ribeirão Preto evidenciou sinais claros de decadência, como ocorreu também em todo território paulista (...) e novas culturas empolgaram os agricultores do município, principalmente o algodão e a cana-de-açúcar¹⁷³”.*

A partir destas informações algumas inferências vão sendo construídas. Como vimos acima a produtividade dos cafeeiros já estava em queda na década de vinte, desconsiderando, evidentemente, a alternância típica dos cafeeiros entre colheitas de “ano bom” e “ano ruim¹⁷⁴”. Tal característica denota que rendimentos decrescentes certamente colocavam-se nos horizontes das fazendas da região, fossem elas de qualquer tamanho. Com a crise os prejuízos se precipitaram e verifica-se um processo de fragmentação das grandes propriedades, o que não significa dizer que os novos lotes adquiridos, provavelmente por ex-colonos, continuassem voltados à cafeicultura. Percebe-se, a partir dos dados de Marcondes, da tabela cinco e da nota de rodapé número doze, uma dupla redução: entre 1916 e 1934 diminui-se gradativamente a participação percentual das propriedades com até dez mil pés de café no conjunto das propriedades e diminui também, entre o mesmo intervalo, a porcentagem de cafeeiros detidos pelas propriedades com mais de quinhentos mil pés. Neste cenário pequenos proprietários estavam emergindo sobre os escombros das grandes fazendas e plantando em suas terras outras culturas que não o café, por isso a simultaneidade entre a redução do número de pequenos cafeicultores e a redução da concentração de cafeeiros demonstrada pelo índice de Gini. O que explica o achatamento destas duas faixas? Ora, a erradicação e o abandono das lavouras de café por ambas. A faixa intermediária composta por produtores que detinham entre cem e quinhentos mil pés de café, aumenta sua participação na composição percentual do número de cafeeiros, subindo de 41,1% em 1916-17 para 46% em 1934, corroborando a idéia de que as grandes unidades estavam reduzindo o seu potencial produtivo e inutilizando parte de seus cafezais.

¹⁷³ Renato Leite MARCONDES. *Op. Cit.*, p. 11.

¹⁷⁴ Segundo entrevista realizada com o cafeicultor Fernando Henrique Correa Lima dificilmente os cafeeiros alcançam em dois anos consecutivos ótima produtividade. As colheitas apresentam certa alternância intercalando colheitas boas com colheitas menos satisfatórias. Mesmo em situação de contínua queda de produtividade oriunda do esgotamento dos solos e dos cafeeiros, tal alternância é percebida.

Sobre os impactos do “crack” em Ribeirão Preto a literatura à qual tivemos contato é unânime em afirmar que fora o golpe final à atividade na região. Silvio Perini Zamboni, ao analisar os efeitos da crise sobre umas das maiores fazendas de café da região à época, a Fazenda Dumont, propriedade pertencente a um grupo inglês desde 1894, demonstra que esta passou por um intenso processo de fracionamento levado a cabo pela CAIC (Companhia Agrícola de Imigração e Colonização) a partir de 1940. A Dumont Coffe Company Ltd. ainda continuou se arrastando por toda a década de trinta registrando balanços negativos oriundos da retração do consumo mundial; nem mesmo as ações governamentais que visavam garantir a viabilidade da atividade cafeeira parecem ter resolvido a questão. Segue abaixo trechos das assembléias dos acionistas elucidativos para o quadro mais geral da cafeicultura da região naquele momento:

“(...) é fato público notório que as lavouras de café nesta zona do Estado de São Paulo se acham esgotadas, produzindo safras insignificantes, que não alcançam preços que cubram as elevadas despesas do custeio e bastem para remunerar o capital empregado”.

“Alexandre A. Smith disse que representando o maior acionista, desejava ponderar à Assembléia que dentre os motivos que levaram os acionistas a opinarem pela dissolução e liquidação da sociedade preponderará a depressão cambial do país, a qual agravou de tal sorte o patrimônio social, triplicando ou quadruplicando a sua dívida externa que, pode-se afirmar, o preço que alcançou na realidade do ativo, não bastaria para o integral pagamento dos debenturistas, cujos títulos são resgatáveis em ouro. Assim sendo, é sombrio o futuro da Cia. Agrícola Fazenda Dumont e para evitar maiores prejuízos e sacrifícios, pensa sua representada The Dumont Coffe Company Ltd. que se deve liquidar a Cia. Agrícola Fazenda Dumont¹⁷⁵”.

O processo de divisão e venda dos lotes da Fazenda Dumont, mediante uma comissão de 5% nas vendas, foi levado a cabo pela CAIC que, aliás, foi responsável por loteamentos na região da Paulista, da Alta Araraquarense, da Alta Paulista, da Noroeste e da Alta Sorocabana. Até 1955 esta companhia havia gerenciado a venda dos lotes das Fazendas Guarani, Palestina, Restinga, São Bento e Iracema, sediadas em Ribeirão Preto, e da fazenda São Martinho, localizada em Sertãozinho. A pesquisa de Zamboni nos evidencia que as grandes propriedades voltadas prioritariamente à cafeicultura, perfil que marcava indelevelmente a região, tornaram-se inviáveis na década de trinta e feneceram

¹⁷⁵ Trechos da Assembléia dos Acionistas de 15/05/1940 e de 30/08/1941 publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Apud: Silvio Perini ZAMBONI. *O Café no norte paulista: a crise de 1929 na fazenda Dumont*. Piracicaba: Esalq/USP, 1979, p. 36 e seguintes. Dissertação de Mestrado.

definitivamente no início da década de quarenta. Neste momento, pelo menos para a Fazenda Dumont, Zamboni evidencia que foram justamente os trabalhadores locais que adquiriram os lotes colocados à venda pela CAIC; de um total de 110 lotes, os compradores domiciliados na Dumont compraram 86, os domiciliados no município compraram oito lotes, compradores de Ribeirão Preto adquiriram nove lotes, de Sertãozinho três e foram registrados apenas quatro compradores de outras localidades, totalizando as cento e dez vendas¹⁷⁶. Segundo contrato firmado entre a CAIC e a Fazenda Dumont as terras de primeira qualidade deveriam ser vendidas a 1:500\$000 por alqueire (as áreas com cafezais, terras de cultura em geral e as terras com matas) e as terras de segunda categoria, que compreendiam os campos e porções inferiores, seriam vendidas a 500\$000 o alqueire. Para Zamboni os colonos da Dumont, sobretudo aqueles cujas famílias eram mais extensas, reuniam condições naquele momento de adquirir os lotes colocados à venda, abrindo-se aí a possibilidade de ascensão social dos colonos.

Júlio Manuel Pires argumenta no mesmo sentido do esgotamento da cafeicultura de Ribeirão no “pós-crise” de vinte e nove. Segundo o autor a produção cafeeira do município reduziu-se em 78,4% entre 1934 e 1950. “Somente na fazenda Dumont foram erradicados, dos cerca de oito milhões de pés de café existentes antes de 1929, 7,5 milhões até 1944. E, segundo notícias veiculadas em jornal de Ribeirão Preto (referindo-se ao Diário de Notícias de 1939), o município, que possuía cerca de trinta e cinco milhões de cafeeiros em 1928,

¹⁷⁶ Silvio Perini ZAMBONI. *Op. Cit.*, p. 55. O processo de fragmentação verificado na Dumont ocorreu também na fazenda São Martinho. O Jornal A Cidade assim noticiava o fato em 1933: “o Sr. Dr. Luiz da Silva Prado não há muito aprovou o interessante plano do Sr. Alberto Manias de dividir parte de sua propriedade agrícola São Martinho em fazendas menores”. Dessa maneira, duas das maiores propriedades agrícolas do Estado em número de pés de café, servidas pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro e pela Cia. Mogiana, tornaram-se núcleos de pequenos agricultores de São Paulo”.

viu tal número reduzido, onze anos depois, a treze milhões¹⁷⁷. Pires aponta que neste período verifica-se *vis à vis* à liquidação da cafeicultura a emergência do algodão e da cana-de-açúcar como lavouras prioritárias na região de Ribeirão Preto, tal como ocorrera em Campinas, mas relativiza o processo de fragmentação das propriedades afirmando que apesar da ocorrência do parcelamento da propriedade por um grande número de fazendeiros, a estrutura da posse da terra permaneceu ainda muito concentrada e no município 84,2% da área destinada à agricultura era cultivada em “grande escala”.

Jonas R. dos Santos, ao estudar a composição da riqueza dos cafeicultores de Ribeirão Preto entre 1920 e 1951, a partir de pesquisa em 108 inventários, aponta que os cafeeiros tinham uma participação cada vez menor nesta composição, sendo de 36% entre 1920-24, 45% entre 1925 e 1929, 24% entre 1930 e 1932, 20% entre 1933 e 1938, 15% entre 1939 e 1945 e 4% entre 1945 e 1951. Entretanto, é necessária a relativização desta redução por conta da metodologia adotada pelo autor. Neste estudo a riqueza dos proprietários foi dividida em dois grandes grupos de patrimônio: a) ativos característicos de uma economia capitalista exportadora (terra, cafeeiros, safra de café, benfeitorias da fazenda, animais, terras e dívidas ativas), b) ativos característicos de uma economia capitalista industrial (ações, dinheiro, máquinas, ferramentas, automóveis e imóveis urbanos). A redução da participação percentual dos cafeeiros na riqueza dos proprietários inventariados foi circunscrita ao primeiro grupo de patrimônio destacado.

Acreditamos que tal divisão prejudica o entendimento da questão na medida em que não podemos estabelecer claramente quais são os limites entre as formas de riqueza de uma economia agro-exportadora e as formas de riqueza de uma economia industrial. Admitir a separação feita significa afirmar que os cafeicultores, circunscritos a uma economia agro-exportadora, não detinham imóveis urbanos, ações, dinheiro, mercadorias, ferramentas e automóveis, ou, ao contrário, admitir que em uma economia industrial os homens das fábricas não pudessem deter riqueza em forma de terras, fazendas, dívidas ativas, animais

¹⁷⁷ Júlio Manuel PIRES. Crise e Recuperação: as décadas de 1930 a 1950. In: Carlos A. P. BACELLAR & Lucila Reis BRIOSCHI. *Op. Cit.*, p. 170-1. “Diante das adversidades, teve início a erradicação de cafezais e a sua substituição por outras culturas ou pela pecuária. Só no estado de São Paulo, entre 1935 e 1944, foram destruídos quase 550 milhões de pés de café. Aproximadamente dois terços desses cafeeiros encontravam-se em regiões mais antigas, tendo sido plantados por volta do início do século. No entanto, o restante compunha-se, basicamente, de cafeeiros plantados nas décadas de dez e vinte e que ainda se encontravam em fase produtiva. A produção do estado de São Paulo, que alcançara cerca de 22 milhões de sacas em 1933, viu-se então reduzida para algo em torno de sete milhões anuais, média calculada para o período de 1945-51”.

ou estoques de café, hipótese totalmente descabida que não considera as múltiplas imbricações dos negócios na economia paulista de então. Mais ainda, estabelecer diferenciações de riqueza segundo estes critérios significa adotar uma visão “etapista” onde uma forma de riqueza se sobrepõe à outra. Outro ponto onde metodologicamente discordamos do autor se refere ao fato de tratar da composição da riqueza de cafeicultores, ou seja, daqueles que possuíam cafeeiros como ativos. Muito provavelmente este foi o critério adotado para selecionar a amostra, entretanto, temos que considerar que muitos dos agentes daquela sociedade estavam imiscuídos nos negócios do café sem nunca terem plantado sequer um cafeeiro; se estes agentes tivessem sido considerados teríamos uma visão mais clara das (des)vinculações entre café e indústria no município de Ribeirão Preto.

Se o autor tivesse nos apresentado o conjunto do patrimônio dos inventariados teríamos uma visão mais completa do processo de transformação da riqueza. Evidentemente, com a crise de vinte e nove e a revolução de 30, transformaram-se sobremaneira as bases da economia e dos poderes nacionais. O núcleo da acumulação deslocou-se do café para a indústria, o que não necessariamente significa dizer que se deslocou **diretamente** dos cafeicultores para os industriais. Santos parece procurar na desconexão entre estes agentes mananciais suficientes para criticar as tradicionais teses que vinculam a industrialização à cafeicultura como se o fato de Ribeirão Preto não ter se tornado um centro industrial fosse suficiente para desfazer os nexos lógicos entre café e indústrias, amplamente descritos pela bibliografia¹⁷⁸. Esquece-se o autor que em função dos capitais, das transformações sociais e das demandas geradas pela atividade nuclear criaram-se possibilidades para o surgimento e ampliação do capital industrial que, em suas diferentes aplicações em algum ponto dos circuitos de valorização encontravam-se, inevitavelmente, com o setor que ditava a dinâmica da economia brasileira. O autor aponta que “os cafeicultores, apesar de investirem em outros setores, foram cautelosos com seus investimentos, pois continuaram entre 1930 e 1951 com a maior parte de suas riquezas aplicadas no setor rural da economia de Ribeirão Preto. Dessa forma, pode-se concluir,

¹⁷⁸ Tais como Celso Furtado, Caio Prado Jr., Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello, Liana Aureliano, Boris Fausto, Wilson Cano, Warren Dean, Wilson Suzigan e Sérgio Silva.

segue o autor, que eles aproveitaram as novas oportunidades de investimentos, mas foram cautelosos ao aplicar seu capital¹⁷⁹”. Por suposto, estavam falidos em grande medida.

As opiniões acima destacadas convergem na assertiva de que a crise de vinte e nove teve ares de “crônica de uma morte anunciada”, sendo este o momento final da viabilidade das lavouras de café na região. Os loteamentos da São Martinho e da Dumont aliados às drásticas reduções verificadas na atividade cafeeira “testemunhavam o progresso cigano, que um dia dali levantou acampamento deixando uma grandeza morta, resquícios do tempo feliz em que Ribeirão Preto era ali...”¹⁸⁰,

*

No Cartório do 1º Tabelionato de Notas de Ribeirão Preto¹⁸¹ pesquisamos 81 Livros de Notas e encontramos sessenta e seis contratos de formação e/ou trato de café e setenta e duas escrituras de compra e venda de café. Em 1918 encontramos onze contratos, o maior número verificado no intervalo de nossas preocupações, entretanto, o número de cafeeiros plantados no município permaneceu o mesmo, ou seja, não se trata aqui de uma reação positiva dos cafeicultores frente a um cenário de alta dos preços ou aumento do consumo, mas de um movimento de reposição de algumas das lavouras regionais. Em termos de produtividade verificamos novamente que um processo de renovação das lavouras e de aumento do potencial produtivo não se colocava naquele momento:

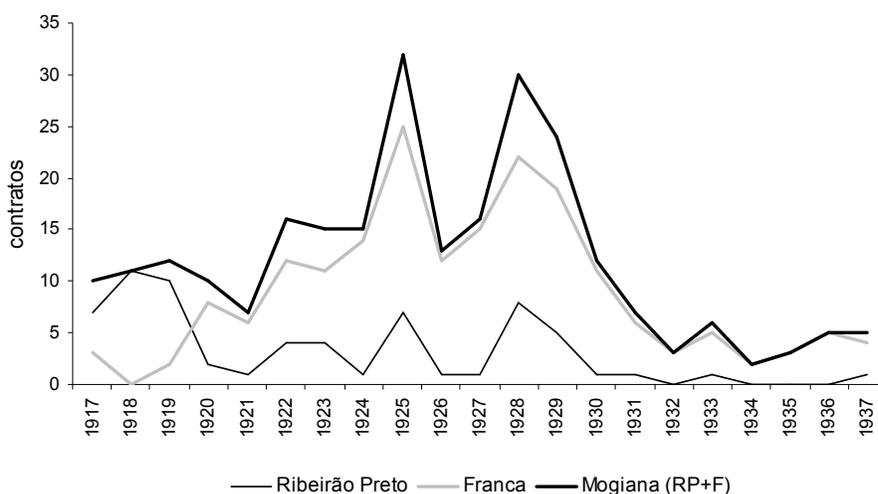
¹⁷⁹ Jonas Rafael dos SANTOS. *As Transformações da riqueza dos cafeicultores em Ribeirão Preto entre 1920 e 1951*. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – ABPHE. Caxambu: ABPHE, 2003, p. 17-8. CD-Room.

¹⁸⁰ José Bento MONTEIRO LOBATO. *Cidades Mortas*. 12ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1965, p.07.

¹⁸¹ Gostaria de agradecer à Tabeliã do 1º Ofício de Ribeirão Preto Silvia Maria Colavite Papassidero por ter autorizado a pesquisa no cartório e a Dezuíta dos Santos, Fabiana Clapis, Antônio Bídio, Edinaide Dias Gazeto, Alce Rodrigues e Edinês Santos pela ajuda e colaboração oferecidas. Consultamos do Livro n. 101 ao n. 182.

Gráfico 2

Contratos de Café. Região Mogiana 1917-1937



Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto. 1917-1937. Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Franca. 1917-1937.

Como explicar a existência de tantos contratos registrados em Ribeirão Preto 1918? Ora, em não se verificando um processo de expansão das lavouras poderíamos ponderar sobre a hipótese de que entre 1918 e 1919, em função da geada, algumas empreitadas e parcerias foram renegociadas em função da mudança dos termos de remuneração, diretamente ligados à produção dos cafeeiros. Tanto nas empreitadas quanto nas parcerias o fruto do café constituía boa parte, senão a maior parte, da remuneração dos trabalhadores. Com o “acidente climático”, os termos de remuneração precisavam ser refeitos e/ou os prazos dos contratos ampliados em função do atraso no desenvolvimento dos arbustos e mesmo das colheitas. Dos vinte e um contratos registrados nestes dois anos quatorze eram escrituras de empreitada, cinco de parceria e três compunham uma forma híbrida entre as duas relações anteriores, que aqui será chamada de contrato “misto”. Nas mesmas quatorze empreitadas foram estabelecidas remunerações em dinheiro por cada cova de café formada, o que não se verificou nas parcerias já que neste caso cabia aos contratados uma parte da produção anual dos cafeeiros, geralmente a metade. Em geral, nos contratos de empreitada estabeleciam-se as condições para o trato de lavouras em formação, e nas parcerias, também de uma forma geral, as cláusulas versavam sobre lavouras já formadas ou recém formadas, ou seja, com mais de quatro anos. Nos contratos mistos os trabalhadores

assumiam lavouras heterogêneas, tanto em formação quanto já formadas, recebendo a totalidade da produção das lavouras novas e metade das já formadas.

Apesar da predominância dos contratos de empreitada após a geada não podemos necessariamente afirmar que se tratava da formação de novas lavouras. É possível que tenha existido rearranjos e contratados tenham assumido lavouras muito jovens danificadas pela geada, operando as replantas necessárias e garantindo a retomada dos níveis de produtividade “pré-geada”. Parece plausível a hipótese de que rearranjos em maiores escalas tenham sido efetivados e recontrações sob novas condições de remuneração tenham existido, possibilitando aos cafeeiros danificados e/ou atrasados em sua formação a rápida retomada de volumes de produção próximos aos anos de 1916 e 1917.

Evidentemente não podemos descartar a hipótese de que se tratava realmente da formação de novas lavouras, mas nesse caso, é necessário considerar que entre as escrituras lavradas em 1918 e 1919 em apenas uma tem-se um número superior a cem mil cafeeiros. Trata-se do contrato lavrado entre o Cel. Arthur Ferreira Penteado com o empreiteiro japonês Katayama Noriol, para formar cento e vinte mil cafeeiros na fazenda Santana, localizada em São José do Rio Preto¹⁸², denotando que os grandes investimentos realizados em Ribeirão Preto para a formação de novas lavouras tinham a fronteira como área privilegiada. Além desta escritura outras versavam sobre propriedades localizadas em outros municípios tais como Jardinópolis, Taquaritinga, Ibitinga, Batatais e São Simão, mas em nenhuma delas se formavam lavouras com mais de cem mil cafeeiros, aliás, em todo o período observado (1917 a 1937) não registramos nenhuma outra escritura que envolvesse tantos pés de café. Concluindo, mesmo no período onde verificamos um maior número de escrituras em Ribeirão, justamente nos anos iniciais de nossa periodização, não se tratava diretamente de uma ampliação do potencial produtivo local, muito menos de uma renovação “em massa” dos cafeeiros, mas sim de recontrações em função da geada e contratos de empreitada que objetivavam a formação de cafeeiros nas novas regiões paulistas.

O volume de contratos registrados no 1º Ofício de Ribeirão Preto, apesar de reduzidos em relação a outros municípios pesquisados, mostrou-se extremamente sensível aos movimentos do mercado na década de vinte, ou seja, decresce com os efeitos da crise

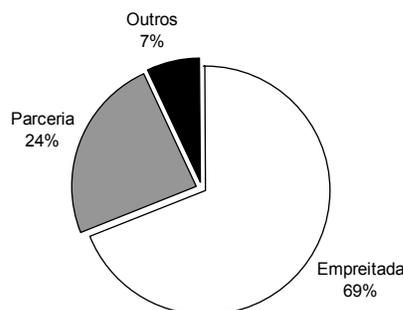
¹⁸² Livro de Notas n. 106, folha 198. 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto.

americana de 1921, se recupera a partir de 1925, no contexto da defesa permanente, e volta a avançar entre 1927 e 1929, contexto onde vigoraram preços altamente favoráveis à cafeicultura. Merece destaque também a “fatal” retração verificada a partir da crise de vinte e nove. Em nenhum momento da década de trinta a cafeicultura ribeirãopretana deu sinais de recuperação.

Observemos o gráfico abaixo. Mais de dois terços dos contratos de café lavrados entre 1917 e 1937 se referem a empreitadas de formação de novas lavouras, 24% constituem parcerias sobre lavouras já formadas (com mais de quatro anos) e 7% a outros tipos de contratos, notadamente contratos mistos¹⁸³.

Gráfico 3

Tipos de Contrato. Ribeirão Preto 1917-1937



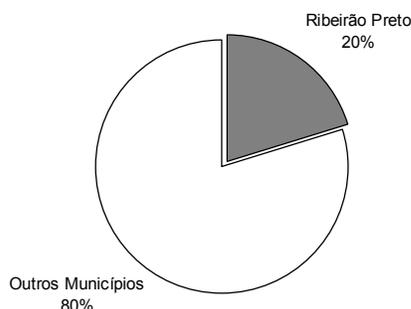
Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto. 1917-1937.

A preponderância das relações de empreitada pode nos dar a idéia de que existiam lavouras em formação em Ribeirão Preto no período em questão. Evidentemente, uma ou outra estava sim sendo formada no município, mas nada a partir do qual pudéssemos inferir sobre uma renovação da cafeicultura local. Na verdade, grande parte dos contratos de café, notadamente das empreitadas, versavam sobre a formação de cafeeiros em propriedades localizadas em outros municípios, como se depreende do gráfico abaixo:

¹⁸³ Em alguns contratos de empreitada os trabalhadores recebiam uma quantia fixa pela tarefa de formação das covas, mas na maioria dos contratos a eles cabia como remuneração unicamente a utilização da terra e os frutos do cafezal. “Pelos serviços com o plantio, tratamento e formação e outros decorrentes da presente empreitada a cada um dos contratados ficará pertencendo todos os frutos e cereais que forem colhidos e suas respectivas empreitadas durante a vigência deste contrato e por tais serviços não terão eles direito a nenhum outro pagamento ou indenização”. Livro de Notas n. 160, folha 266. 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto. 30/05/1929.

Gráfico 4

Contratos de Empreitada. Localização das propriedades
Ribeirão Preto 1917-1937



Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto. 1917-1937.

Oitenta por cento das empreitadas¹⁸⁴ de café registradas no 1º Ofício de Ribeirão Preto foram formadas nos municípios de Avanhandava, Araçatuba, Batatais, Ibitinga, Igarapava, Jardinópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Penápolis, São José do Rio Preto, São Simão e Taquaritinga. Tal configuração nos leva a pensar que os cafeicultores do município, em função do caráter itinerário do café, procuravam estabelecer novas lavouras em regiões de virgem fertilidade, notadamente na fronteira, certamente buscando compensar com estes investimentos a queda de produtividade de suas lavouras em Ribeirão Preto. Em abril de 1922 o Cel. João Ferreira Penteado contratou os colonos Pedro Ferrarin, Fausto Bertipaglia, João Bernarva, Luiz Bertipaglia, Luiz Bernarva, Antônio Bernarva, Pedro Gazoni e Ângelo Gallinari para formar 48.500 cafeeiros na fazenda Buenos Aires, localizada em Catanduva¹⁸⁵. O Coronel se responsabilizaria pela mudança das famílias de empreiteiros pagando as passagens de trem e a condução para as criações (exceto porcos e galinhas). Os colonos teriam como remuneração 0\$500 por cova formada ao final do prazo de quatro anos, além de 3\$000 pela diária de serviço quando necessário. Também teriam a possibilidade de receber três contos de réis pelos serviços de derrubada de matas, caso tal

¹⁸⁴ Se considerarmos também as parcerias a proporção se modifica para 44% das escrituras lavradas sobre fazendas sediadas em Ribeirão Preto e 56% em outros municípios, denotando que o tipo de relação contratual dominante no município àquela versava sobre lavouras já formadas.

¹⁸⁵ Quando pesquisamos os contratos de café lavrados no 2º Ofício Civil de Catanduva encontramos dez escrituras que envolviam a família Penteado, tanto na fazenda Buenos Aires quanto na Sant'Anna, denotando um exemplo típico de um grupo familiar que, frente ao desgaste das lavouras de uma região, no caso a Mogiana, migra com seus cafeeiros para as regiões de fronteira.

tarefa fosse acordada entre as partes Além disso, aos empreiteiros seria garantida a prática do cultivo intercafeeiro, nos moldes que abaixo se seguem:

“No primeiro e segundo ano, poderão plantar quatro carreiras de arroz, duas carreiras de feijão e duas carreiras de milho em cada rua. Nos dois últimos anos poderão plantar três carreiras de arroz, duas de milho podendo o feijão ser plantado com o milho em rua pulada e o arroz separadamente em rua vaga¹⁸⁶”.

Os empreiteiros depositaram ao proprietário a quantia de 2:000\$000, que seria devolvida no final do contrato caso todas as cláusulas fossem cumpridas a contento. Essa informação nos permite imaginar que estes trabalhadores foram agenciados na região de Ribeirão Preto, onde provavelmente já trabalhavam em alguma fazenda, quem sabe até em alguma propriedade do Cel. Arthur Penteado, e, conquistando certa poupança nesta condição, pré-requisito para as garantias exigidas nesta escritura, buscaram melhores condições de trabalho nas lavouras da fronteira. Poderíamos até pensar em uma forma de agenciamento de mão-de-obra intra-fazendas, onde, ao decidir implementar a cultura cafeeira em outra região, o fazendeiro buscava em seus próprios quadros, alocados nas propriedades mais antigas, a solução para o problema da mão-de-obra nas novas regiões.

Observando-se estas características podemos inferir que alguns cafeicultores de Ribeirão aproveitaram o favorável momento de expansão da cafeicultura na década de vinte e ampliaram suas lavouras de café construindo fazendas nas regiões que apresentavam condições mais favoráveis naquele momento. Como vimos acima a produtividade das lavouras do município era viável, porém decrescente, logo, os investimentos mais rentáveis nesta atividade situavam-se a oeste, sobretudo na Noroeste e na Alta Araraquarense. Ribeirão Preto parece ter assumido uma estratégica posição na marcha do café, organizando e definindo muitas das áreas de expansão. Para efeito de comparação, nas escrituras pesquisadas em Campinas notamos que em apenas três se formaram lavouras em outros municípios (Lençóis Paulista, Bauru e Jacutinga-MG); já nos contratos pesquisados em Franca percebemos que os investidores possuíam uma área de

¹⁸⁶ Livro de Notas n. 115, folha 276. 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto. 24/04/1922. Geralmente toda a produção de alimentos pertencia ao colono, mas no momento da comercialização dos prováveis excedentes os colonos se debatiam com alguns entraves: “o segundo contratante fica obrigado a ceder à fazenda vinte carros de milho por ano à razão de 50\$000 o carro, e caso a fazenda necessite de maior quantidade de milho esse excesso será pago ao empreiteiro ora segundo contratante, pelo preço corrente na ocasião com **abatimento** de 10\$000 por carro de milho que fornecer a mais. Se o preço for de 100\$000 para menos de 20\$000 por carro de milho que fornecer.. .” Cf: Livro de Notas n. 147, folha 362. 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto. 14/05/1927.

atuação mais regionalizada, voltada ao nordeste do estado, em municípios como Cristais Paulista, Ribeirão Corrente, Pedregulho, Rifaina, São José da Bela Vista, Restinga e Ituverava, ao triângulo mineiro (Sacramento e Conquista) e no sudoeste de Minas Gerais (Cássia e São Sebastião do Paraíso). Em nenhum destes casos a recorrência de investimentos na fronteiras paulistas do café se compara a Ribeirão Preto. Exemplo da importância dos cafeicultores de Ribeirão Preto na marcha do café foi o Cel. Francisco Schmidt, que além dos 4.232.000 cafeeiros plantados no município em 1919 possuía 372.000 pés de café em Franca e 220.000 em Pirajuí, região de fronteira servida pela estrada de ferro Noroeste do Brasil¹⁸⁷.

Uma coisa é afirmar que as lavouras da região já verificam certa decadência na década de vinte, outra coisa é afirmar que Ribeirão tenha perdido a preponderância nos negócios do café. Encontram-se nas escrituras de compra e venda de café lavradas no 1º Ofício Civil vendedores de café de vários municípios da região, tais como Franca, Batatais, Ituverava, Orlândia, Tambaú, Sales Oliveira, Cravinhos, Guará, São Simão, Brodósqui, Sertãozinho, Rifaina e São José da Bela Vista. Neste sentido, podemos inferir que na cidade de Ribeirão Preto realizava-se boa parte dos negócios do café na região Mogiana, o que se explica pelo fato de lá estarem representados ou até mesmo sediados grandes compradores e exportadores de café como a Theodor Wille & Cia. (Santos), a Ramos Jr. & Cia. (São Paulo), E. Johnston & Cia. (Londres), a Arantes, Barbosa & Cia. (Santos), F. Cota & Cia. (Santos) e o banqueiro local Dr. Jorge Lobato, responsável pelas maiores transações comerciais envolvendo café no período estudado¹⁸⁸, tanto em Ribeirão Preto quanto em Franca. Esta documentação denota certa preponderância das Casas Comissárias sediadas em Ribeirão Preto sobre toda a região da Alta Mogiana, sendo esta cidade o ponto de organização e realização de circuitos comerciais que envolviam lavouras de distintos municípios da Mogiana e provavelmente de alguns municípios mineiros.

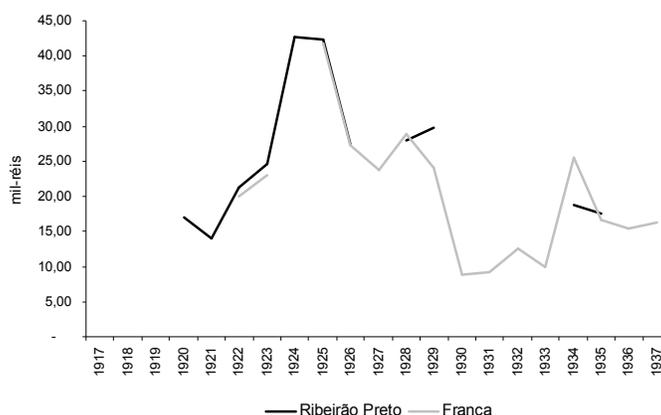
¹⁸⁷ SÃO PAULO. O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1919, p. 76,127 e 135. As propriedades agrícolas de Francisco Schmidt, no auge de sua riqueza, somavam 520.000 alqueires e seu quadro de funcionários girava em torno de vinte mil pessoas. Entre 1874 e 1899 o Coronel figurava como o maior comprador de propriedades em Ribeirão Preto, adquirindo 2.868:844\$748 em imóveis urbanos e rurais. Cf: Jorge Henrique Caldeira de OLIVEIRA & Renato Leite MARCONDES. *Negociantes de imóveis durante a expansão cafeeira em Ribeirão Preto (1874-1899)*. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – ABPHE. Caxambu: ABPHE, 2003, p. 19. CD-Room.

¹⁸⁸ Em 09/04/1929 Lobato comprou 40.000 arrobas de café tipo 4 da Cia. Viúva Ferraz & Bueno. Livro de Notas n. 161, folha 103. 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto.

Além de evidenciar o perfil dos compradores e vendedores, as escrituras de compra e venda de café fornecem elementos para a construção de uma série¹⁸⁹ de preços. Abaixo se apresentam as médias anuais estabelecidas a partir das setenta e duas escrituras pesquisadas, complementadas com as médias anuais do município de Franca. Infelizmente não conseguimos elaborar uma séria completa para o período já que em alguns anos não foram registradas escrituras de compra e venda de café. Cabe salientar também que desconsideramos as escrituras de penhor agrícola, que rebaixavam o preço da arroba, enforcando os devedores, e poderiam deturpar a construção da séria. As escrituras de compra e venda têm se mostrado uma fonte muito importante para nossa pesquisa, pois, a partir desta documentação, podemos calcular, por exemplo, o montante recebido em dinheiro por empreiteiros e parceiros. Certamente não faria muito sentido inferir alguma coisa sobre a rentabilidade destes trabalhadores de Ribeirão Preto, ou de Franca, ou de qualquer outro município, partindo-se de preços registrados no porto de Santos. Assim proceder significa desconsiderar as várias intermediações e arbitragens desfavoráveis aos produtores até a chegada do café aos consumidores.

Gráfico 5

Preços do Café (arrobas), 1917-1937



Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto e do 2º Ofício Civil de Franca, 1917-1937.

¹⁸⁹“Essa história (serial) reclama, exige a séria, que lhe dá seu nome e sua razão de ser, uma séria, quer dizer, uma sucessão coerente, ou tornada coerente, de medidas ligadas umas às outras, ou seja, uma função do tempo histórico cujo andamento deverá ser estabelecido com paciência, depois a significação, tanto mais quanto o traçado é por vezes incerto, quanto o cálculo que intervém na sua gênese jamais o fixa antecipadamente de maneira autônoma. (...) Função e explicação do tempo histórico? Essas imagens e essas fórmulas não são talvez suficientemente claras ou justas. Uma tal séria de cifras a exprimir medidas válidas, ligadas entre si, é também uma rota construída através de nossos conhecimentos incertos e que não permite quase nunca senão uma única viagem, mas privilegiada...”. Cf: Fernand BRAUDEL. *Para uma história serial: Sevilha e o Atlântico (1504-1604)*. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

A “Ramos Jr. & Cia”., sediada em São Paulo, era representada em Ribeirão pelo também cafeicultor João Pereira Ramos Jr., aliás, a partir das informações coletadas tanto nas escrituras de empreitada, quanto nas escrituras de compra e venda podemos realizar uma interessante inferência sobre a rentabilidade dos cafeicultores naquele momento. Em junho de 1922 este produtor contratou Orfio D’Antonio, de São Simão, para, durante quatro anos, formar de cinquenta a sessenta mil cafeeiros na fazenda Monte Belo, sediada em Batatais. D’Antonio receberia 0\$400 por cada cova formada, além de toda a produção de café neste período e de toda a produção oriunda do plantio intercafeeiro. Considerando apenas o valor pago pela formação o empreiteiro receberia **24:000\$000** (considerando que formaria sessenta mil cafeeiros) e João Pereira Ramos Jr., dada a produtividade do período contaria com uma lavoura que lhe renderia, a partir dos dados da tabela número um, uma produtividade de 51,8 arrobas por mil pés em 1926-27. Cabe considerar que esta produtividade, neste caso, está subestimada já que se trata de uma lavoura plantada em 1922, portanto, uma lavoura jovem que nas primeiras colheitas renderia um número muito superior de arrobas por mil pés. Mesmo se levando em consideração esta baixa produtividade assinalada na tabela o fazendeiro teria uma colheita de 3.108 arrobas, o que lhe renderia, pelos preços praticados em 1926, **85:470\$000**, sem contar o fato de que teria a partir dali, por pelo menos quinze anos, uma lavoura consideravelmente produtiva.

Evidentemente, esta inferência desconsidera os valores que o empreiteiro poderia acumular a partir da mercantilização dos excedentes de sua produção de alimentos, cultivados nas fileiras do café, pois esbarramos, neste ponto, com uma total ausência de informações para calcular os potenciais rendimentos dos trabalhadores. No caso de D’Antonio provavelmente ocorreriam redivisões e sub-contratações, uma vez que um trabalhador adulto conseguia “tocar” de dois a três mil pés de café, a menos que imaginássemos um grupo familiar com mais de vinte “enxadas” para cuidar da formação de sessenta mil cafeeiros. Certamente D’Antonio repassaria empreitadas para outras famílias, estabelecendo algum tipo de intermediação favorável. Este exemplo desconsidera também a produção de café, que pertencia ao empreiteiro, porém, era irrisória nos três primeiros anos de uma lavoura em formação.

Em termos de remuneração em café, típica forma praticada nas parcerias, aos poucos vamos angariando elementos para calcular a provável renda dos trabalhadores. Os

contratos de café nos fornecem a parcela da colheita que caberia aos parceiros, bem como as cláusulas que definiam as condições de trabalho e as possibilidades de plantio de outras culturas. Com o Boletim da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, intitulado “Café: Estatística de Produção e Comércio”, publicado anualmente entre 1909 e o final da década de trinta, conseguimos os valores referentes à produtividade anual das lavouras de todos os municípios paulistas neste período; com as escrituras de compra e venda construímos uma idéia dos preços praticados no mercado mais próximo dos trabalhadores. Fazemos agora o exercício de cotejar todas estas informações em torno de uma família de cinco elementos, em regime de parceria, que reuniria condições para tratar de sete mil cafeeiros já formados¹⁹⁰:

Tabela 6 – Parceria. Renda de uma família de cinco membros em Ribeirão Preto entre 1921 e 1925

<i>Ano Agrícola</i>	<i>1921-22</i>	<i>1922-23</i>	<i>1923-24</i>	<i>1924-25</i>
Produtividade (arrobas por mil pés)	40,5	35,8	68,4	59,9
Arrobas pertencentes aos colonos	141,8	125,3	239,4	209,6
Preço por arroba (mil-réis)	14\$000	21\$340	24\$650	42\$666
Dinheiro "recebido" pelos parceiros	1:984\$500	2:673\$900	5:901\$210	8:943\$670

Fonte: Livros de Notas do 1º ofício Civil de Ribeirão Preto e Renato L. MARCONDES. Op. Cit., p. 13.

Tabela 7 – Parceria. Renda de uma família de cinco membros em Ribeirão Preto entre 1930 e 1935

<i>Ano Agrícola</i>	<i>1930-31</i>	<i>1931-32</i>	<i>1932-33</i>	<i>1934-35</i>
Produtividade (arrobas por mil pés)	46,8	47,8	41,4	36,7
Arrobas pertencentes aos colonos	163,8	167,3	144,9	128,5
Preço por arroba (mil-réis)	13\$500	12\$600	10\$000	18\$750
Dinheiro "recebido" pelos parceiros	2:211\$300	2:107\$980	1:449\$000	2:408\$438

Fonte: Livros de Notas do 1º ofício Civil de Ribeirão Preto e Renato L. MARCONDES. Op. Cit., p. 13. A série de preços por arroba foi preenchida com dados de Franca para os anos de 1931-32 e 1932-33.

A relação de parceria, conforme podemos depreender das tabelas acima, era muito suscetível ao movimento de variação dos preços. Numa situação de preços ascendentes os parceiros teriam condições mais satisfatórias de auferir uma renda maior, entre 1921 e 1925 a família com cinco elementos, tratando de sete mil cafeeiros, receberia, neste período, **19:503\$280** pela venda das arrobas dos três mil e quinhentos cafeeiros dos quais detinham a produção. Numa situação de queda de preços, como a verificada após a crise de vinte e nove, a família receberia **8:176\$180** pelo mesmo trabalho.

¹⁹⁰ Proporção estabelecida por Verena STOLCKE. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital.* (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 46.

Segundo as estatísticas da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o preço do hectare em Ribeirão Preto em 1929 era de 600\$000, o **mais** valorizado de todo o estado de São Paulo, mesmo assim, os valores recebidos pelos colonos seriam suficientes para a aquisição de terras no município. Entretanto, temos aqui apenas um lado da questão. Qualquer inferência quantitativa sobre os gastos dos parceiros seria mera especulação, assim como também seria especulação qualquer tipo de assertiva sobre os rendimentos oriundos das lavouras de alimentos e da criação de animais. Sílvio P. Zamboni nos apresenta alguns indícios sobre a condição dos colonos da fazenda Dumont:

“... dessas atividades dos colonos [criação de animais e plantio de alimentos], a mais lucrativa era a criação de porcos, que eram vendidos fora da fazenda. O feijão era comprado pela própria companhia (C.A.F.D), que se encarregava de fazer a sua comercialização, obviamente lucrando com a transação. Além do feijão e da criação de porcos, parece não haver nenhum outro produto que pudesse assegurar algum ganho monetário para o colono. Os demais se destinavam apenas à manutenção dos colonos. (...) O trabalho nos cafezais era árduo e tomava a grande parte da jornada de trabalho dos colonos. Para poderem trabalhar nas suas culturas de subsistência e ainda conseguirem um excedente na produção, era necessário trabalhar muitas horas por dia. Em Dumont não era incomum os colonos aproveitarem as madrugadas claras e as noites enluaradas para trabalharem nas terras¹⁹¹”.

O autor também argumenta que no contexto da crise de vinte e nove as condições de ascensão dos colonos à condição de pequenos proprietários foi facilitada em virtude da política de liquidação e fragmentação das grandes propriedades da região de Ribeirão Preto, aliás, como destaca o autor, a conjuntura daquele momento gerou um impacto diferenciado: os grandes cafeicultores e as grandes companhias de exploração agrícola viram-se prejudicados pelos baixos preços e por condições de produtividade insatisfatórias em relação ao grande volume de capital investido; já aos colonos, sobretudo àqueles que detinham as maiores famílias e certa poupança, abriram-se naquele momento as oportunidades mais claras de se “fazer a América”.

Pelos números expostos nas tabelas acima e pelas condições daquele momento, poderíamos vislumbrar um cenário onde a aquisição de propriedades por parte dos colonos fosse uma certeza, entretanto, ainda nos faltam elementos mais consistentes para esta discussão, pois, se por um lado as grandes propriedades estavam sendo fragmentadas, por outro a renda dos colonos também estava sendo achatada conforme demonstramos. Como

¹⁹¹ Sílvio Perini ZAMBONI. *Op. Cit.*, p.30-31.

vimos em outro estudo¹⁹² nos momentos de crise os fazendeiros visavam liquidar os seus débitos com os trabalhadores rurais fornecendo-lhes lotes de terras e/ou abrindo mão de uma parcela da produção estabelecendo contratos de parceria, o que, convenhamos, em um momento de crise e de preços cadentes, significava livrar-se de um grande problema. Esta idéia vai ganhando força na medida em que nossas pesquisas cartoriais vão evoluindo e percebemos que nos anos que se sucederam à crise as relações de parceria tornaram-se esmagadoramente dominantes, ou seja, a remuneração dos trabalhadores consistiria em parte da produção de um produto altamente desvalorizado naquele contexto (vide os gráficos de preço da arroba de café) denotando que intensos achatamentos “salariais” foram promovidos. Se por um lado o acesso à terra fora facilitado, como apontou Zamboni, por outro as condições de remuneração se depreciaram.

Há que se pensar também nos mecanismos que estabeleciam termos de troca desiguais entre trabalhadores e fazendeiros. O armazém assumia um papel chave nesta questão já que poderia ser utilizado como um meio de endividamento dos parceiros e empreiteiros, que sacavam contra a fazenda lá deixando boa parte, senão todo o seu “dinheiro”, aliás, os próprios meios de pagamento que circulavam nas grandes propriedades já estabeleciam uma espécie de monopólio, pois, em muitos casos, os vales, talões e moedas só eram aceitos no espaço da propriedade, e, em sendo esta a forma de remuneração, não restavam muitas opções. No caso da Fazenda Dumont “o colono recebia seu saldo em dinheiro e em forma de talõezinhos de papelão impressos, que circulavam na propriedade como meio de pagamento no armazém, na estrada de ferro, etc. Até mesmo algumas casas comerciais de Ribeirão Preto aceitavam esses talõezinhos, que foram abolidos em 1928 devido a falsificações. Esse método não foi exclusividade dos ingleses da Dumont. O Coronel Schmidt também se utilizou dele nas suas propriedades, com a diferença de ser de metal, com monograma da propriedade estampado em uma das faces¹⁹³”. Evidentemente, no caso de propriedades deste porte, as moedas emitidas tinham um raio de circulação ampliado, o que provavelmente não se verificava em propriedades menores.

¹⁹² Rogério Naques FALEIROS. *Homens do Café: Franca 1880-1920*. Campinas: IE/UNICAMP, 2002. Dissertação de Mestrado.

¹⁹³ Sílvio Perini ZAMBONI. *Op. Cit.*, p. 28.

Por suposto, a criação de “moeda” era um poder delegado a poucos, somente os grandes senhores do café criavam talõezinhos e moedas metálicas de grande aceitação, somente eles, naquela sociedade, detinham o poder de “instalar moedas e suportar seus custos¹⁹⁴”. Mas, e os outros? Como as fazendas menores operavam? Como os armazéns destas fazendas eram abastecidos? Rodrigo da Silva Teodoro, num estudo que versa sobre Franca¹⁹⁵, apontou a existência de uma operação segundo a qual os produtos que abasteciam os armazéns saíam diretamente dos estabelecimentos comerciais das cidades para as fazendas sem necessariamente serem transacionados em dinheiro. “Certamente que se tratava de compras a prazo, mas até que ponto o comerciante poderia esperar pelos pagamentos? Na verdade nestas transações havia mais uma forma de se minimizar o uso da moeda que consistia em trocar alguns gêneros produzidos pelos colonos, como arroz, feijão e milho, por mercadorias que estes mesmos colonos necessitavam”. Pressupõe-se que os produtos que os fazendeiros levavam às Casas Comerciais da cidade eram produzidos pelos trabalhadores justamente nos espaços entre as fileiras dos cafezais determinados nas escrituras de contratos que normatizavam tal prática. Certamente o objetivo era o rebaixamento dos salários monetários, o que se completava não só pela garantia de subsistência possibilitada aos empreiteiros e parceiros, mas, também, via excedente levado ao armazém da fazenda e trocado por velas, querosene, sal, tecidos, farinha de trigo, etc. O fazendeiro intermediava esta relação e a partir dela estreitava o mercado para os seus subordinados; evidentemente lucrando com as condições de monopólio que impunham. Nestes termos, tanto os Barões quanto os fazendeiros de menor cabedal poderiam, via armazém, controlar mecanismos de espoliação dos trabalhadores estabelecendo uma intermediação entre o produzido e o consumido ou impondo uma moeda que lhes obrigava a se abastecer no “mercado” da fazenda. Tais práticas reclamavam, evidentemente, a existência de uma sociedade extremamente hierarquizada.

Em pesquisa¹⁹⁶ que realizamos a partir das cadernetas de colonos da Fazenda Pau d’Alho, sediada em Campinas, notamos que no contexto da crise os colonos, ao invés de receberem em dinheiro, iam acumulando saldos que muito provavelmente eram

¹⁹⁴ Fernand BRAUDEL. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Séculos XV-XVIII. Vol I. As Estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 402.

¹⁹⁵ Rodrigo da Silva TEODORO. *O crédito no mundo dos senhores do café*. Franca 1885-1914. Campinas: IE/UNICAMP, 2006. Dissertação de Mestrado.

¹⁹⁶ Ver capítulo sobre a “Região Central”. As cadernetas abrangem o período de 1927 a 1931.

posteriormente liquidados no armazém da fazenda. Difícil imaginar fazendeiros honrando seus débitos com os trabalhadores em dinheiro num contexto geral de descapitalização na lavoura. Vale lembrar também que os saldos acumulados pelos colonos eram muito reduzidos.

A partir da exposição destes mecanismos torna-se razoável pensar que talvez os valores expostos nas tabelas acima não fossem suficientes para a aquisição de propriedades por parte dos parceiros, sem contar o fato de que em grande parte das escrituras de contratos de café os fazendeiros a eles impunham a preferência de venda da parte da produção de café que lhes cabia, evidência a partir da qual podemos pensar que os valores pagos talvez fossem menores do que os praticados no mercado. Temos, com o exposto acima, condições de inferir alguma coisa sobre a remuneração dos trabalhadores do café, mas ainda carecemos de elementos que nos permitam ter uma maior noção sobre as formas de comercialização desta produção.

Façamos agora uma comparação entre algumas informações dos municípios selecionados para representar a região Mogiana: Ribeirão Preto e Franca. Apesar da proximidade verificam-se grandes diferenças geográficas entre ambos, tanto em termos de composição de solo como em relação à altitude, 546m e 996m respectivamente. A terra roxa apresenta índices de produtividade muito superiores ao latosolo vermelho-amarelo de fase arenosa, predominante na região de Franca. Entretanto, dadas as condições de temperatura, as condições pluviométricas e principalmente a altitude se verifica em Franca

a produção de grãos de altíssima qualidade¹⁹⁷. Entretanto, esta maior qualidade do grão não se traduziu em preços superiores no período de nossas preocupações, conforme se depreende da observação do gráfico **cinco**. Tanto em Franca quanto em Ribeirão negociavam-se o café tipo 4, e as curvas de preço, nos momentos em que são possíveis as sobreposições, apresentam uma incrível proximidade, revelando que talvez, no nível local, a melhor qualidade dos cafés de altitude ainda não fosse totalmente conhecida e destacada pelos negociantes, o que parece só ter ocorrido no cenário posterior à crise de vinte nove, como destaca Pedro Tosi:

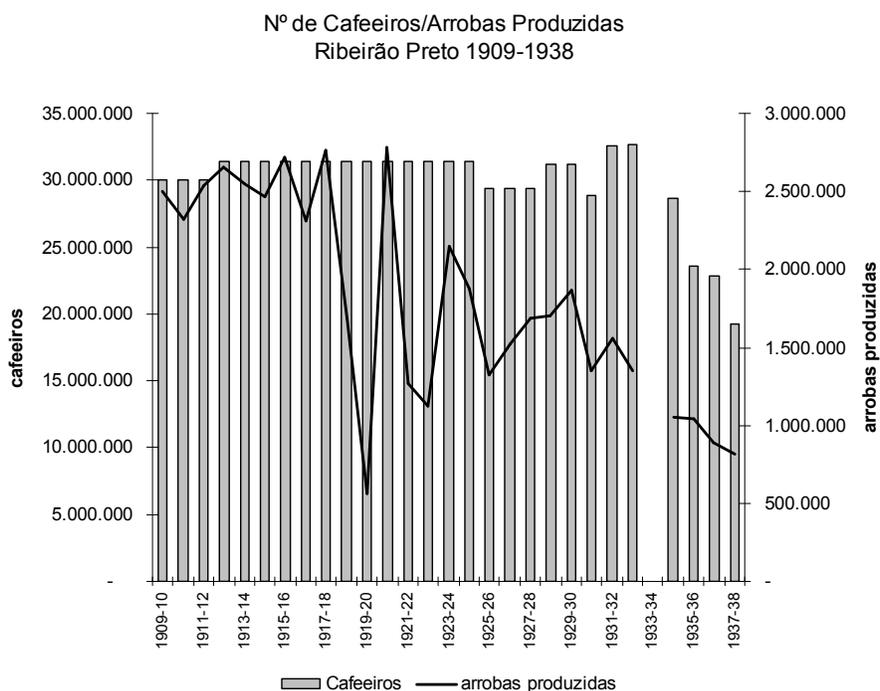
“Com a crise de 1929, os compradores, principalmente os voltados para o abastecimento do mercado americano, passaram a privilegiar ainda mais os café finos. Franca passou, então, a divulgar melhor seus cafés como parte de uma estratégia de sobrevivência da atividade frente a outros centros produtores, notadamente Ribeirão Preto na área Mogiana e outras cidades nas áreas da Sorocabana e da Noroeste. Os desdobramentos dessa estratégia de sobrevivência dos cafés francanos nos mercados internacionais incluíram, é óbvio, o destaque de sua qualidade e isso era assegurado, ainda, por um procedimento que ficou conhecido como rebeneficiamento do café, ou seja, os cafés já beneficiados passavam por um processo manual de escolha, no qual eram separados os melhores grãos dentre as melhores bebidas. Para que fosse possível desvincular e destacar o café francano do resto dos demais cafés da Mogiana, era necessário que houvesse a transferência de grande parte da comercialização deste e, principalmente, a de sua classificação, anteriormente feitos em Santos, para a própria cidade¹⁹⁸”.

¹⁹⁷ A qualidade do café francano é decorrência de uma combinação geográfica específica; apesar de o latosol vermelho-amarelo, fase arenosa, não ser um solo muito fértil (pobre em se falando da capacidade de retenção de nutrientes), e, portanto, não proporcionar uma grande produtividade, sendo esta classificada em “média-alta”, os índices pluviométricos e a temperatura contribuem em muito para a qualidade do grão. A precipitação anual ótima para esta cultura é de 1.700 mm, sendo a condição mínima de 1.200mm anuais. A estação seca não pode ser superior a 3 ou 4 meses e a precipitação mínima mensal admissível corresponde a 40 mm no inverno¹⁹⁷. São consideradas temperaturas ideais 26°C de dia e 20°C a noite; para plantas com mais de um ano as temperaturas ideais são 23°C durante o dia e 17°C durante a noite. Em Franca a temperatura média anual é de 23, 5° C e a precipitação anual gira em torno de 1.500 mm, ou seja, ambos os fatores estão na faixa entre as condições mínimas e máximas. Claro que as condições não ideais são compensadas em Ribeirão Preto pela melhor qualidade do solo; a terra roxa tem uma capacidade de retenção de água muito maior do que os solos arenosos, todavia concentra umidade no inverno criando as condições necessárias para o desenvolvimento de grãos ácidos, com menor aceitação no mercado. Quanto mais seco o inverno (marcada características das regiões mais altas), período de colheita, mais baixa será a acidez do grão, e é justamente esta a condição vigente em Franca, uma vez que o solo arenoso tem como característica uma retenção de água muito menor do que os solos com maior composição de argila, assim, na estação seca, os terrenos arenosos apresentam umidade bastante baixa proporcionando um grão de melhor qualidade. Cf: Rogério Naques Faleiros. *Homens do Café*. Franca 1880-1920. *Op. Cit.*, p. 135-6, 2002.

¹⁹⁸ Pedro Geraldo TOSI. *Capitais no Interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Franca: UNESP/FHDSS, 2003, p. 197.

O excerto acima exposto nos evidencia que o destaque auferido ao café francano consolida-se nas décadas de trinta e quarenta, portanto, talvez o argumento da melhor qualidade do café não seja suficiente para explicar o maior número de contratos registrados em Franca (188) do que os registrados em Ribeirão Preto (66) entre 1917 e 1937. Não obstante, em 1928-29, neste município registrava-se a existência de mais de trinta e um milhões de pés, enquanto em Franca existiam, no mesmo ano agrícola, cerca de quinze milhões de cafeeiros¹⁹⁹. A área agricultável destinada ao café em Ribeirão Preto manteve-se praticamente inalterada entre 1917 e 1937, por volta dos quinze mil alqueires, ao passo que em Franca existiam 5.907 alqueires ocupados por esta cultura em 1920, extensão que se ampliou para 10.902 mil alqueires em 1934, evidenciando que neste município, apesar de uma cafeicultura mais vigorosa existir desde a década de 1890, grande parte das terras ainda não haviam sido exploradas até a década de vinte, o que significou um aumento de 7,3 milhões de cafeeiros em 1916 para 16, milhões em 1935. Observemos os gráficos abaixo:

Gráfico 6

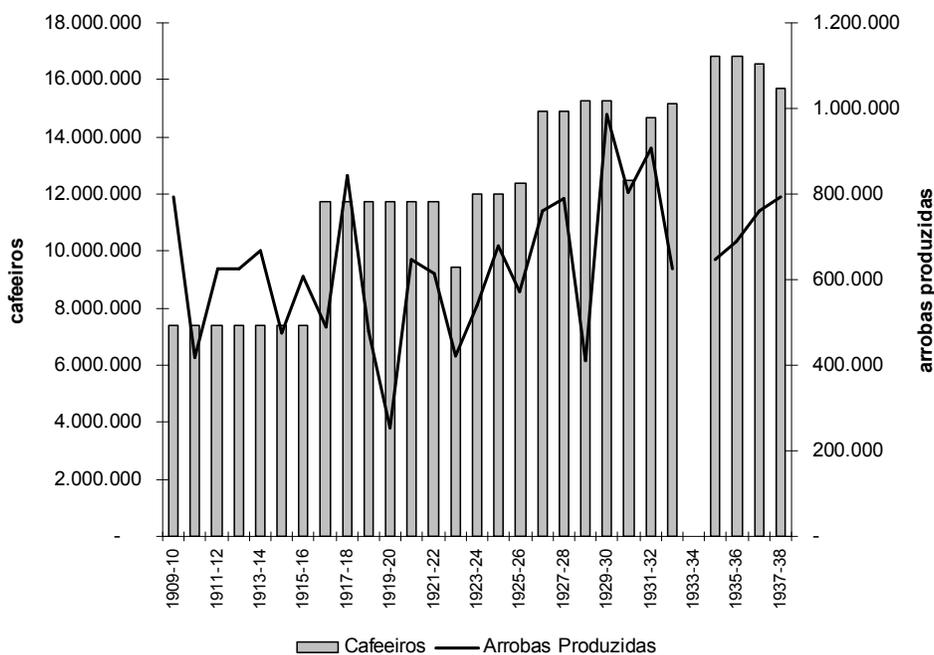


Fonte: *O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1919, 1929 e 1937-38*

¹⁹⁹ SÃO PAULO. *O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1929, p. 71 e 157.*

Gráfico 7

Nº de Cafeeiros/Arrobas Produzidas.
Franca 1909-1938



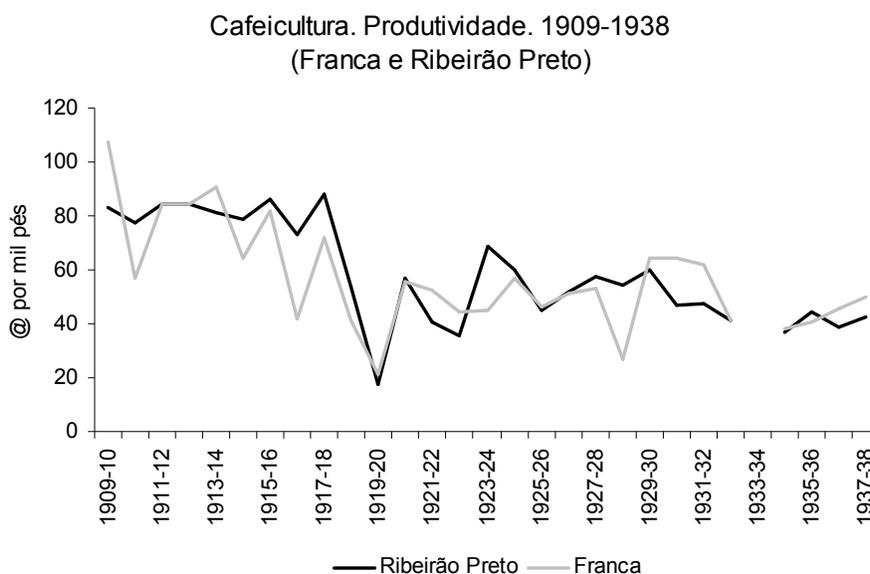
Fonte: *O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1919, 1929 e 1937-38*

Diferentemente de Franca o número de cafeeiros produtivos em Ribeirão, apesar de superior, permaneceu constante durante toda a década de vinte, informação que justifica o fato de termos encontrado um número de escrituras envolvendo café muito superior em Franca do que em Ribeirão Preto, como podemos ver no gráfico número dois.

Verificam-se assimetrias entre as duas curvas nas expansões de 1924-25, 1928-29 e na derrocada conjunta do número de escrituras após 1930. Depois da *deblácle* do capitalismo mundial, o número de cafeeiros existentes em Ribeirão Preto diminuiu paulatinamente, registrando-se a existência de “apenas” 19.218.565 cafeeiros em 1937-38, ao passo que em Franca se verificou uma redução muito tímida do número de cafeeiros produtivos nesta época, sendo que o município ainda contava com 15,7 milhões de pés de café em 1938. Neste ponto, uma questão se coloca: distintos foram os impactos da crise de vinte e nove nestes municípios? Aparentemente sim. Em termos de produtividade das lavouras as condições eram muito próximas, como podemos observar no gráfico abaixo.

Temos que pensar, então, no que significa uma determinada produtividade para uma grande propriedade e no significado desta mesma produtividade para uma pequena unidade produtora. A discussão sobre a rentabilidade da atividade cafeeira reclama que consideremos a conformação da propriedade nos dois casos aqui comparados. Conforme vimos nas tabelas quatro e cinco as propriedades destes municípios apresentavam um perfil muito distinto; em Ribeirão registrava-se uma média de 152.480 cafeeiros por propriedades, enquanto em Franca registrava-se 20.382; em Ribeirão 39,7% das propriedades detinham menos de dez mil pés de café, percentual que sobe para 63,1% em Franca. Em 1929, Múcio Withaker, o maior produtor francano, possuía 450.000 pés de café, o que nem de perto se comparava, por exemplo, à Cia. Agrícola fazenda Dumont, que no mesmo ano possuía 4,7 milhões de cafeeiros. Estes dados revelam que a propriedade da terra, pelo menos das porções dedicadas à cafeicultura, era muito mais concentrada em Ribeirão Preto do que em Franca, o que, inferimos, parece ter sido a característica determinante para os rumos tomados após a crise.

Gráfico 8.



Fonte: SÃO PAULO. *O café: estatística de produção e comércio*. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1919, 1929 e 1937-38. p. 76 e 135, 71 e 157, 79 e 181 respectivamente.

Podemos pensar que a produtividade das lavouras fosse satisfatória em relação aos níveis de investimentos demandados por propriedades de menor porte, que poderiam dispor da força de trabalho do grupo familiar e contar com certa renda auferida mediante a

plantação de outras culturas ou criação de animais. Nestes termos, há que se considerar que pequenas propriedades nunca tendem à monocultura, e sim a uma série de atividades que permitiam uma possibilidade de sobrevivência alheia aos movimentos dos preços das arrobas de café. Por outro lado, se pensarmos no grande volume de capital solicitado pelas grandes fazendas e companhias agrícolas, se perceberá que a produtividade auferida em Ribeirão Preto talvez não fosse suficiente para manter a viabilidade do negócio, o que nos ajudaria a explicar a estagnação das lavouras de café deste município na década de vinte e desintegração de quase todo o sistema produtivo da cafeicultura ribeirãopretana nas décadas seguintes. Nestes termos, os índices de produtividade dos cafeeiros apresentados no gráfico número **nove**, que revelam quantidades de arrobas produzidas por cada mil pés muito próximas para os dois casos, parecem ter sido suficientes, em um caso, para a manutenção da atividade, mas, em outro caso, não fora, justamente porque os baixos preços registrados após vinte e nove demandavam colheitas cada vez maiores para que a atividade fosse compensadora, justamente o que as lavouras de Ribeirão não ofereciam naquele momento. Franca, provavelmente já contando com melhores preços em função da qualidade destacada após a crise, manteve-se como um município cafeicultor e até os dias atuais alcança destaque como tal.

A questão da viabilidade da cafeicultura em pequenas propriedades não é válida somente para o caso de Franca²⁰⁰. Observemos a tabela abaixo. Os dados apresentados revelam que justamente nos municípios onde a posse da terra era mais fragmentada a atividade cafeeira foi expandida nos anos imediatamente posteriores à crise. Franca possuía quase dois milhões de pés de café em formação em 1932, enquanto Ribeirão Preto possuía apenas 44.200; aproximam-se da tendência de Franca, na Alta Mogiana, os municípios de Cajuru, Guará, Igarapava, Ituverava, Nuporanga, Pedregulho, Patrocínio Paulista, Altinópolis, Orlândia e São Joaquim da Barra, municípios que apresentavam, com exceção dos dois últimos, uma média de menos de trinta mil pés por propriedade²⁰¹. Guairá e Santo Antônio da Alegria constituíram tardias frentes de expansão nesta região, por isso o grande crescimento percentual registrado. Já os tradicionais e maiores municípios cafeicultores, justamente aqueles que comportaram, no passado, as grandes fazendas e companhias

²⁰⁰ A continuidade da cafeicultura nas décadas de vinte e trinta baseadas na pequena propriedade pode ser verificada também em Jaú e Botucatu.

²⁰¹ Vide tabela 4.

agrícolas, demonstraram um percentual muito baixo de crescimento denotando que nestas regiões não se verificou um movimento de renovação da cultura entre 1932 e 1933: tratam-se dos municípios de Cravinhos, Sertãozinho, São Simão e Ribeirão Preto. Cabe considerar que os pés em formação em 1932-1933 em grande parte foram plantados entre 1928 e 1929, como reflexo direto de uma conjuntura de recuperação dos preços após a queda verificada em 1927. Difícil imaginar que novas lavouras estivessem sendo formadas após a crise de vinte e nove; a evolução das curvas de Franca e Ribeirão Preto comprova uma queda substancial no número de escrituras, entretanto, os números abaixo revelam que nos anos imediatamente anteriores à crise a cafeicultura já não se renovava nos municípios de cafeicultura pautada em grandes unidades produtoras:

Tabela 8 – Perspectivas de expansão da lavoura cafeeira – 1932/1933.

<i>Municípios</i>	<i>1932</i>		<i>1933</i>	
	Pés novos não produtivos	% em relação aos produtivos	Pés novos não produtivos	% em relação aos produtivos
Altinópolis	842.500	23,4	25.500	0,6
Batatais	668.235	6,8	258.800	2,7
Brodósqui	387.301	9,4	210.600	4,9
Cajuru	827.050	20,1	329.600	7,7
Cravinhos	102.327	1,0	125.900	1,4
Franca	1.884.656	12,8	1.201.250	7,9
Guaíra	1.054.055	157,2	50.000	2,7
Guará	407.800	13,5	195.500	6,5
Igarapava	568.100	15,8	250.200	8,5
Ituverava	1.547.500	26,3	671.950	11,3
Jardinópolis	355.300	4,9	106.500	1,5
Nuporanga	395.410	11,7	189.900	5,7
Orlândia	1.453.150	12,2	225.500	1,9
Patrocínio Paulista	366.800	10,9	20.000	0,7
Pedregulho	751.000	11,6	205.000	2,8
Ribeirão Preto	44.200	0,1	155.334	0,5
Santa Rosa do Viterbo	63.050	6,1	85.600	9,3
Sto. Antônio da Alegria	659.100	69,8	294.400	23,2
São Joaquim da Barra	613.500	8,4	1.124.700	15,2
São Simão	477.100	4,7	358.407	3,7
Sertãozinho	466.000	2,7	221.000	1,6

Fonte: Carlos A. P. Bacellar. (org.). Op. Cit., p. 133.

A partir destas informações a idéia da viabilidade da cafeicultura em pequenas propriedades no contesto pós-crise vai ganhando força e pode ser extrapolada para outros municípios da Alta Mogiana que apresentavam esta configuração. Neste sentido, não só a qualidade dos grãos produzidos em Franca garantiu a viabilidade da cafeicultura, devemos

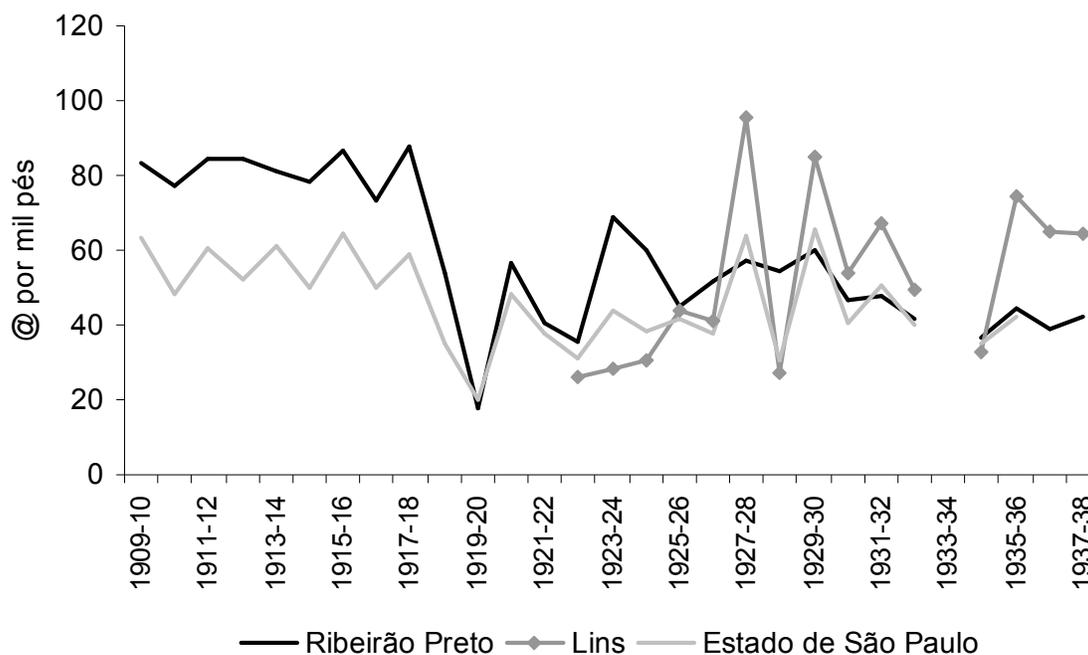
considerar também que a estrutura da posse da terra foi um fator determinante, justamente porque, por uma destas “ironias do destino”, os pequenos sítios, chácaras e parte de terras foram menos vulneráveis à crise e às oscilações de preço, bem como poderiam conviver com produtividades cadentes, porém, ainda viáveis.

Nestes termos, a produção de café em Franca cresceu 279,6% entre 1920 e 1950 e a de Ribeirão Preto diminuiu 59,4% no mesmo intervalo. A atividade monocultura, típica de grandes fazendas, não resistira à crise. Imaginemos os custos de transporte e ensacamento, de manutenção e operação de toda uma estrutura de beneficiamento, contratação de assalariados, manutenção de ramais ferroviários, aquisição de novas terras e adubação das já existentes. O capital já não mais se realizava naquela década de produtividade cadente, e, após a crise de vinte e nove, não resistira aos baixos preços.

Para se ter uma maior idéia da produtividade da cafeicultura de Ribeirão Preto no intervalo de nossas preocupações, abaixo a comparamos com a média do estado de São Paulo e com o município de Lins, a Rainha do Café, situado na frente de expansão da cafeicultura na década de vinte.

Gráfico 9

Cafeicultura - Produtividade 1909-1938



Fonte: SÃO PAULO. *O café: estatística de produção e comércio*. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1929 e 1937-38. p. 107 e 157, 121 e 181 respectivamente.

Evidentemente existiam regiões onde a cafeicultura estava mais desgastada tais como o Vale do Paraíba e a região Central, o que “puxava” para baixo a produtividade média dos cafeeiros do estado. Assim, Ribeirão Preto apresentava uma produtividade superior à do estado em seu conjunto, sendo o município superado apenas quando se registravam fabulosos índices de produtividade nos novos municípios, como ocorrera em Lins em 1926-27, 1930-31 e 1931-32. Nestas condições, podemos pensar que a cafeicultura em Ribeirão não apresentava uma produtividade “proibitiva”, aliás, o município ainda apresentava uma produtividade superior à de muitas regiões do estado. Dentre os quatorze municípios selecionados para nossa pesquisa, Ribeirão Preto, entre 1909 e 1938, apresentou a mais alta produtividade nos anos de 1910-11, 1912-13 (empatando com Franca), 1914-15, 1916-17, 1917-18, 1918-19, 1923-24, 1924-25 e 1928-29, salientando que a produtividade pode ser considerada alta até 1917-18 (vide tabela 2). Nos anos posteriores Ribeirão Preto apresentou uma produtividade menor, mas que se destacava no conjunto pesquisado, sobretudo nos anos de baixos níveis pluviométricos²⁰², quando os outros municípios, mesmo os situados na fronteira agrícola, sofriam quedas mais abruptas no número de arrobas de café produzidas por mil pés. A terra roxa de Ribeirão Preto possuía como característica marcante uma maior capacidade de retenção de umidade e nutrientes, sofrendo de maneira mais branda os efeitos da falta de chuvas entre outubro e março.

Apesar da existência de uma produtividade ainda considerável, o município apresentou a segunda maior produtividade anual média entre 1909 e 1938 (perdendo apenas para Jaú), e a quinta maior produtividade anual média entre 1917 e 1927 (perdendo apenas para Jaú, Pirajuí, Catanduva e Lins), o fato é que as arrobas produzidas por cada mil pés já eram insuficientes às necessidades da grande lavoura a partir da década de 1920. Por outro lado, enquanto Lins atingia uma produtividade de 95,3 arrobas por mil pés em 1926-27, Ribeirão Preto alcançou apenas 51,8, sem considerar o fato de que a tendência era a gradativa redução da produtividade nas zonas mais antigas. A cafeicultura praticada em

²⁰² “Exercem as chuvas influência primordial sobre a produção de café em nosso estado. Chuvas abundantes de outubro a março determinam grandes safras, sempre que a anterior foi moderada. Chuvas deficientes em tal período causam pequenas safras dois anos depois (...) a maior quantidade de chuvas caídas de outubro a março de 1904-05 coincide com a monstruosa safra de 1906-07 (15.392.170 sacas); a menor quantidade de chuvas no mesmo período de 1910-11 alinha-se com a pequena safra de 1912-13.” Cf: SÃO PAULO. *O café: estatística de produção e comércio*. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1919.

grandes escalas não mais encontrava em Ribeirão Preto as condições para a sua existência e reprodução, sendo necessário marchar para o “Oeste”. Os capitais se dirigiram à fronteira.

*

Em Franca, como já vimos, foram pesquisadas 188 escrituras de formação e trato de cafeeiros, lavradas entre os anos de 1917 e 1937, sendo que a grande maioria destas escrituras foi registrada no período compreendido entre 1925 e 1929 em função da defesa permanente e provavelmente da redução de produtividade das lavouras já existentes. Nestes contratos encontramos basicamente as cláusulas que regiam o acordo entre as partes, a partir das quais tomamos conhecimento das formas de plantio de café, do número de cafeeiros, dos tipos de remuneração, das condições de acesso ao plantio de alimentos, dos termos de garantia, das multas rescisórias praticadas, da distância entre os cafeeiros, dos valores pagos por pé formados e das fazendas e proprietários envolvidos. Segue-se abaixo um contrato de formação e trato de café lavrado em Franca:

“Escriptura de contracto para formação de café que faz o senhor Manoel Cardoso Queiroz Jr. com Sebastião Alves da Silva e outros.

*Saibam quanto este público instrumento de escriptura de contracto para formação de café, que no anno do nascimento do nosso senhor Jesus Christo de mil novecentos e vinte, aos vinte de março em cartório nesta cidade de Franca compareceram partes justas e contractadas como outorgante proprietário o Sr. **Manoel Cardoso Queiroz Jr.** e como outorgados empreiteiros os srs. **Sebastião Alves da Silva, Augusto Cardoso de Souza, Luiz Gonzaga de Souza**, todos lavradores residentes nesta comarca e reconhecido pelos próprios de mim Tabelião e das testemunhas abaixo assignadas do que dou fé. Então perante as ditas testemunhas pelo outorgante Manoel Cardoso Queiroz Jr. me foi dito que sendo senhor e possuidor com livre e geral administração sem ônus algum da **fazenda denominada Pitangueiras do districto de São José da Bela Vista** desta comarca município e freguesia de Franca, tem justo contracto com os outorgados **o plantio e formação de vinte mil pés de café** nessa fazenda, como de fato vim reduzir esse contracto a público instrumento para que exerça todos os seus efeitos legais sob as seguintes cláusulas e condições: 1º O proprietário Manoel Cardoso Queiroz Jr. entrega nesta data aos outorgados Sebastião Alves da Silva, Augusto Cardoso de Souza, Luiz Gonzaga de Souza um terreno de cultura em mattas tanto quanto seja suficiente para o plantio e formação de vinte mil covas de café na dita fazenda de propriedade dele outorgante, para que os ditos outorgados plantem e formem nesse terreno as vinte mil covas de café tudo por conta exclusiva delles outorgados empreiteiros sendo a cada um na proporção abaixo. 2º Os empreiteiros se obrigam a derrubar o matto, queimar e preparar o terreno, fazer a plantação e formação do referido cafetal contendo vinte mil covas e obrigam a dar esse café formado observando em tudo as regras da boa agricultura, tudo por conta deles empreiteiros, **no prazo de seis annos a contar de primeiro de setembro do corrente anno, sendo que eles empreiteiros terão como remuneração pelo plantio e formação desse cafetal somente o desfructo do terreno durante todo esse prazo de seis annos e também todo o fructo que produzir o cafetal dentro do mesmo praso, não tendo o proprietário obrigação alguma de fazer qualquer pagamento em dinheiro a elles empreiteiros.** O praso do presente contracto será de seis annos a contar de primeiro de setembro do corrente anno em diante até primeiro de setembro de mil novecentos e vinte e*

seis. **O proprietário fornecerá mais aos empreiteiros para que estes morem durante o prazo deste contracto três casas que se acham em mal estado ficando os empreiteiros a retocarem por sua conta as ditas casas assim como também o proprietário se obriga a dar pasto necessário para os animaes de custeio dos colonos empreiteiros, isto é, na proporção de dois animaes por cada três mil pés, não podendo porém esses animaes serem éguas ou cavalos inteiros. Fica salvo ao proprietário o direito de fiscalisar, por si ou por seu preposto, todo o serviço de plantio e formação do dito cafestal. Os empreiteiros ficam com o direito de desfructar do terreno onde plantarem esse cafestal pelo dito prazo de seis anos e tudo quanto plantarem e colherem neste terreno durante o dito prazo de seis annos pertencerá exclusivamente a elles empreiteiros, inclusive o café que produzir o cafestal até o fim do sexto anno deste contracto, sendo que o plantio de cereais no terreno deverá obedecer as seguintes exigências: a) no primeiro anno poderão plantar picado, isto é, sem alinhamento e será somente feijão, arroz, milho, batatas e fumo. b) Segundo e terceiro anno poderão plantar duas carreiras de milho em cada rua de café, quatro carreiras de feijão e arroz e uma linha de batatinhas e fumo em cada rua de café. c) Nos quarto, quinto e sexto anno só será permittido plantar quatro carreiras de arroz, quatro de feijão ou uma de milho, sendo porém em todo tempo só permittido o plantio de feijão cafelista. O café será plantado e formado debaixo das seguintes exigências: a) as covas terão vinte centimetros de profundidade, por trinta de comprimento e vinte e cinco de largura; b) a distância de uma a outra cova será de desessete palmos; c) cada cova conterà de três a quatro cafeeiros cada um em um canto; d) as covas serão embaladas e cobertas cada uma com cinco achas de madeira. O proprietário poderá fechar um pasto de cinco alqueires para os animais dos colonos, mas não terão mais obrigações de fornecer outro pasto senão esse e neste caso os empreiteiros colonos ficam obrigados a zelar dos tapumes deste pasto assim como também zelar dos tapumes do cafestal, zelar das casas e mais benfeitorias, e do carreador. **Tudo quanto os empreiteiros colherem na lavoura, no caso que seja para vender, será em primeiro lugar oferecido ao proprietário que terá preferência pelo preço corrente na occasião. Caso os empreiteiros não estejam ocupados em suas empreitadas serão obrigados, nessa occasião que não tenham serviço a trabalharem na fazenda para o proprietário recebendo pelos dias de serviço o preço corrente na vizinhança. Os empreiteiros não poderão dar pousada a pessoas que tenham de por animais no pasto sem a autorização do proprietário ou seu representante, salvo se for pessoa da familia dos empreiteiros ou de muita intimidade dos mesmos. Ficam os empreiteiros proibidos de dar tiros na fazenda por vadiação e se embriagar por hábito, assim como ainda ficam proibidos de trabalhar fora da fazenda sem autorização do proprietário e ainda não poderão ter na fazenda animais que prejudiquem os outros. O proprietário terá direito á metade da madeira de angico, cedro e aroeira que der o matto que vai ser pelos colonos derrubado e nas demais madeiras terão direito ao necessário para seu gasto. Os empreiteiros serão obrigados a replantar o café tantas vezes quantas sejam preciso assim como também zelar da ordem do cafestal de modo a entrega-lo perfeitamente formado no fim dos seis annos. Nenhum pagamento ou indenisação terão os empreiteiros direito pelo plantio e formação do cafestal como acima ficou dito pois que os empreiteiros ficam pagos de todos os seus serviços pelo desfructo do terreno e pelas safras que produzir o cafestal até o sexto anno inclusive. No caso de venda da fazenda o proprietário será obrigado a salvar este contracto, ficando o mesmo em pleno vigor. **Ao proprietário fica salvo o direito de receber a lavoura a qualquer momento que lhe convir até o quarto anno do contracto e neste caso será obrigado a pagar aos empreiteiros os serviços existentes à razão de um mil réis por cada cova de café que esteja em bom estado e de quatro annos e nessa proporção os cafés de menos idade. Caso os empreiteiros faltem com este contracto ou com alguma de suas cláusulas ficará o mesmo contracto desde logo rescindido tomando o proprietário imediatamente conta da lavoura sem a mesma obrigação de pagar qualquer quantia aos empreiteiros pois que estes com a falta do cumprimento perderão o direito a tudo quanto alli tenham feito e plantado. Pelos outorgados empreiteiros: Sebastião Alves da Silva, Augusto Cardoso de Souza, Luiz Gonzaga de Souza foi dito perante as ditas testemunhas que se assim si acham contractados para esta formação e plantação de café e portanto aceitam a presente escriptura e promettem cumprir todas as suas cláusulas tudo na seguinte proporção: Sebastião Alves da Silva assume a responsabilidade sobre sete mil covas, Augusto Cardoso******

de Souza sobre cinco mil covas e Luiz Gonzaga de Souza sobre oito mil covas. E assim assume toda a responsabilidade deste contracto. Assim disseram e dou fé e me apresentaram o selo federal sobre cinco contos de réis cujo valor dão a este contracto para todos os effeitos legais. E para firmeza de todo este público instrumento que lavrei e li perante as partes e testemunhas pelas partes foi aceito outorgaram e assignam José Ferreira Telles, pelos empreiteiros que não sabem escrever, com as testemunhas perante mim Jonas Vilhena, Tabelião.” (SIC.)

Dos 188 contratos pesquisados em Franca, 92 eram parcerias e 71 empreitadas, das quais 51 envolviam pagamentos em dinheiro. Discorramos primeiro sobre as escrituras que não envolviam pagamentos em dinheiro, tais como o acima reproduzido. Trata-se o contrato acima de uma empreitada, onde por um determinado serviço (a formação e o trato dos cafeeiros) os trabalhadores receberiam como pagamento a utilização das faixas intercafeeiras, a própria produção de café dentro do prazo estipulado, no caso seis anos, cinco alqueires para criação de animais, numa quantidade proporcional ao número de cafeeiros assumidos individualmente pelos contratados, além de parte da madeira extraída do processo de formação da lavoura. Percebe-se que todo o trabalho seria executado e os trabalhadores nada receberiam em dinheiro, salvo os trabalhos eventuais remunerados “ao preço pago na vizinhança” e exercidos sob o comando do fazendeiro. Na maioria dos casos estes trabalhos eventuais se referem à construção de cercas, limpeza e construção de estradas e carreadores. Esporadicamente os colonos trabalhariam na colheita de outros cafeeiros que não os acertados em contrato.

Neste tipo de contrato garantia-se aos trabalhadores o acesso a terra, pagando-se tal acesso, ao final do contrato, com a formação da lavoura de café, remetendo-nos assim ao trabalho de Brasília Sallum Jr.²⁰³, que discute o caráter das relações de trabalho no contexto do colonato, segundo o qual tanto os fazendeiros quanto os empreiteiros assumiriam uma dupla face ao lavrarem um contrato de café. Aos primeiros caberia a função de capitalista e proprietário e aos segundos a função de assalariados e arrendatários, numa complexa vinculação de relações capitalistas (salários) e pré-capitalistas (renda) de produção.

Em geral os contratos de empreitada tratam de lavouras em formação, cuja dedicação do trabalhador tem que ser maior, pois se exige a derrubada de matas (em alguns casos), o plantio das covas, a cobertura das covas com achas de madeira e palhas de milho,

²⁰³Brasília SALLUM JR. *Capitalismo e Cafeicultura*. Oeste Paulista: 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

o cuidado de manutenção, a replanta visando diminuir o número de falhas, a proteção das covas contra enxurradas, enfim, toda a responsabilidade pelo futuro potencial produtivo da lavoura. Mas apesar das dificuldades e “melindrosidades” de uma lavoura em formação os trabalhadores preferiam este tipo de contrato, pois a disponibilidade de terras entre os cafeeiros era muito maior se comparada a uma lavoura já formada, sem contar o fato de que muitas vezes tratava-se de uma terra virgem ou pouco explorada, ou seja, com níveis de fertilidade e produtividade bem acima das terras já cultivadas.

Com acesso garantido às faixas intercafeeiras os trabalhadores plantavam arroz, milho, feijão e eventualmente batatas, mandioca e fumo entre os cafeeiros, que, na média, distavam entre si 16 palmos. Em parte dos contratos os fazendeiros exigiam dos trabalhadores certa “preferência de venda” destas produções, o que muito provavelmente não significava que os preços pagos assemelhavam-se aos preços praticados no mercado urbano. Termos de troca desiguais muito provavelmente operavam por trás da dita “preferência”, como já indicamos anteriormente. Mesmo com esta ressalva é necessário destacar que os valores produzidos pela mercantilização da produção de alimentos assumiam posição muito importante na composição da renda dos trabalhadores. Do ponto de vista dos fazendeiros o fornecimento de espaços de terra aos trabalhadores significava a redução dos custos monetários de produção das lavouras de café. Ao final do período de contrato poderiam contar com uma lavoura em franca produção com gastos quase inexistentes, salvo nos casos em que quantias por cova formada eram definidas em contrato, como foi o caso de Delcídes Sandoval, que ao contratar José Fortunato Rosa para formar cinco mil covas de café na fazenda Santa Luiza, em Jeriquara, em 1922, acertou um pagamento de quinhentos réis por cova bem formada ao final de quatro anos, ou seja, dois contos e quinhentos mil réis a Fortunato no final de quatro anos, além da renda oriunda do plantio de alimentos, de impossível mensurabilidade, e um pasto para um cavalo e uma vaca²⁰⁴. De todos os contratos pesquisados em apenas 27,1% definiram-se valores pagos por cova formada. Por que em algumas empreitadas se definiam remuneração suplementar em dinheiro e em outras não? A única relação aparentemente possível é que nos principais anos de expansão da lavoura cafeeira na região de Franca, 1925 e 1928²⁰⁵, o número de

²⁰⁴ Livro de Notas n. 106, fls 35. 2º Ofício Civil de Franca. 06/06/1922.

²⁰⁵ De acordo com os livros cartoriais do 2º Ofício Civil de Franca foram registrados vinte e cinco contratos em 1925 e vinte e dois contratos de formação e/ou trato de café em 1928.

contratos com remuneração em dinheiro por cova formada foi maior do que nos outros anos, nove e onze, respectivamente, o que nos leva a concluir que nestes momentos de expansão da cafeicultura as condições eram mais satisfatórias para os trabalhadores por conta do aumento da procura por mão-de-obra e da tentativa dos fazendeiros de não perder braços para as lavouras mais promissoras da fronteira paulista.

Os contratos de parceria agrícola foram os mais recorrentes em Franca (48,9%). Em comum possuíam a ausência freqüente de remuneração em dinheiro. Nas parcerias, ao final de um período pré-determinado, a produção seria dividida e uma parte caberia ao fazendeiro e outra ao parceiro. É o caso de Avelino Wenceslau de Campos, que em 1926 contratou com João Cândido Cardoso o trato de trinta mil cafeeiros na fazenda Boa Vista²⁰⁶. Durante os seis anos de contrato a produção destes cafeeiros seria dividida em duas partes iguais, sendo esta a única forma de remuneração do trabalho de Cardoso. O contrato também previa o plantio intercafeeiro de outras culturas, mas em reduzidas quantidades, uma vez que a lavoura de café já estava formada, reduzindo os espaços entre as fileiras púrpuras. Se utilizarmos os dados do Boletim O Café: estatísticas de produção e comércio sobre a produtividade dos cafeeiros de Franca para os respectivos anos de contrato, bem como a curva de preços de Ribeirão Preto, João Cândido Cardoso receberia 19:016\$250 em 1926, 18:207\$000 em 1927, 22:218\$000 em 1928, 11:979\$600 em 1929, 8:514\$000 em 1930 e 13:000\$500 em 1931²⁰⁷, totalizando cerca de noventa e três contos de réis ao final de seis anos. Estes números não nos permitem construir uma maior noção da possibilidade de acumulação dos trabalhadores, uma vez que para tal necessário seria ter uma mínima idéia dos gastos efetivados tais como endividamento com o fazendeiro, despesas com medicamentos e ferramentas, gastos com manutenção e replanta das covas, contratação de trabalhadores eventuais para a colheita, gastos na mercearia da fazenda e compras na cidade.

Aparentemente os contratos de parceria agrícola possuíam uma vantagem. Nos momentos de alta do preço do café os trabalhadores poderiam ampliar sobremaneira a sua quantidade de dinheiro e, contanto com boas condições de procura, os valores acumulados

²⁰⁶ Livro de Notas n. 128, fls. 74. 2º Ofício Civil de Franca. 12/04/1926.

²⁰⁷ A produtividade considerada foi de 46,1 arrobas por mil pés em 1926, 51 em 1927, 52,9 em 1928, 26,9 em 1929, 64,5 em 1930 e 64,2 em 1931, e os preços por arroba de 27\$500, 23\$800, 28\$000, 29\$800, 8\$800 e 13\$500, respectivamente. Cf: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto. 1917 -1937.

pelos trabalhadores poderiam proporcionar a tão sonhada ascensão social. Por outro lado, ao menor sinal de variação dos preços para baixo, as condições se depreciariam automaticamente, explicitando as vicissitudes de quem tinha o destino ligado à realização da produção de café.

Pode-se dizer que nos momentos de alta de preços as parcerias mostrar-se-iam mais atrativas para o trabalhador, uma vez que lhe cabia parte da produção de café. Geralmente os valores acumulados com a venda de sua parte seriam suficientes para cobrir os gastos com a manutenção da lavoura (adubos, mudas, etc.) e ainda garantir uma certa quantia em dinheiro, muito provavelmente usada na aquisição de partes de terras mais distantes²⁰⁸. Durante grande parte da década de vinte os fazendeiros e trabalhadores, sobretudo no período entre 1921 e 1925 contaram com um movimento ascensional dos preços, o que pode ser explicado pelo aumento da demanda internacional e pelas políticas de valorização do café. Não por acaso em 1925 tem-se o maior número de contratos lavrados em Franca.

Já nos contratos de empreitada que contavam com a monetarização das cláusulas verifica-se que os empreiteiros teriam um rendimento em dinheiro menor do que se contassem com parte da produção de café, tal como nas parcerias. Vejamos o exemplo de Alcebiades do Couto Rosa, que em 1928 lavrou um contrato de empreitada com os trabalhadores José Augusto Borges e Orestes Cheli²⁰⁹ para a formação de quinze mil pés de café na fazenda Buritys do Rio Grande, ao valor de 1\$000 por cova formada, podendo ainda os contratados contar com o plantio intercafeeiro, um pasto e toda a produção de café num prazo de quatro anos. Difícil, senão impossível, mensurar a renda auferida pelo plantio de lavouras entre o café. Sobre a produção cafeeira, se pensarmos que um cafeeiro só começa a dar frutos no quarto ano de idade poderíamos inferir, a partir de uma produtividade de 61,8 arrobas por mil pés para o ano de término do contrato, que a produção do quarto ano renderia aos trabalhadores a quantia de 11:680\$200 em 1932, ano final do contrato.

Ao final dos quatro anos os trabalhadores receberiam 15:000\$000 pelo serviço de formação das covas e 11:680\$200 pela venda da produção do quarto ano, um montante de 26:680\$200. Vimos acima que se somarmos os valores anuais recebidos pelo parceiro no

²⁰⁸ Nos municípios vizinhos de Restinga e São José da Bela Vista, por exemplo.

²⁰⁹ Livro de Notas n. 149, folha 10. 2º Ofício Civil de Franca. 16/07/1928.

contrato acima citado, lavrado entre Avelino Wenceslau de Campos e João Cândido Cardoso, veremos que no final de seis anos ele teria recebido cerca de noventa e três contos, bem mais do que os **26:680\$200** recebidos por José Augusto Borges e Orestes Cheli na sua empreitada. É claro que na parceria de João Cândido Cardoso tratava-se de trinta mil pés de café já formados, enquanto na empreitada de Borges e Cheli deveriam ser formados apenas quinze mil pés, porém, por outro lado, estes teriam maiores possibilidades para produzir excedentes de alimentos, uma vez que dispunham de maior área para o cultivo intercafeeiro.

Imaginemos agora os mesmos contratos numa situação de baixa dos preços. Se a parceria de João Cândido Cardoso sobre os mesmo trinta mil pés tivesse sido lavrada em 1932 com término em 1937 ele receberia, pela metade das arrobas produzidas, considerando as produtividades destes anos, 11:680\$200 em 1932, 6:150\$000 em 1933, 11:531\$250 em 1934, 9:509\$250 em 1935, 11:222\$550 em 1936 e 11:222\$550 em 1937, num total de **60:173\$250**, uma redução de aproximadamente 35,2% em relação aos cerca de noventa e três contos de réis que teriam sido recebidos ²¹⁰ pelo parceiro no período entre 1926 e 1931. Já a empreitada de Borges e Cheli, se tivesse vigorado entre 1934 e 1937, renderia os mesmos quinze contos de réis pela formação das covas e 11:222\$550 pela venda da produção de café do quarto ano, recebendo pelo trabalho desenvolvido durante quatro anos uma quantia de **26:222\$550**, quase a mesma quantia que receberiam se a empreitada tivesse vigorado entre 1928 e 1932.

A partir deste “exercício de imaginação” verifica-se que neste caso a empreitada de formação de café ofereceria aos empreiteiros rendimentos menores do que os da parceria, porém, há que se considerar que os parceiros trabalhariam por seis anos, e os empreiteiros por quatro anos, e que os parceiros assumiriam o dobro de cafeeiros para tratar, entretanto,

²¹⁰ Se observarmos o valor da moeda nacional em relação ao dólar, veremos que em 1931 a cotação era de 14,3 dinheiros por dólar e que em 1937 era de 11,3 dinheiros por dólar. Logo, os valores acumulados em 1931 por Cândido Cardoso quase que empatariam com os valores de 1937, sendo a conversão de 6.048,25 dólares e de 5.325,00 dólares respectivamente. Na verdade, tal conversão não possui nenhuma aplicação prática já que os parceiros não recebiam em moeda internacional, mas vale o exercício e a ponderação da renda frente ao movimento de valorização e desvalorização da moeda. Percebe-se que apesar da considerável redução da renda em moeda nacional, em termos de moeda internacional, as alterações foram menores. No caso dos empreiteiros Borges e Cheli, além de um aumento de cerca de 6% em moeda nacional, registra-se também um aumento em termos de moeda internacional, de US\$ 1.865\$748 em 1932 para US\$ 2.361\$110 em 1937. Cotação moeda nacional/dólar extraída de Marcelo de Paiva ABREU. *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana (1880-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 387-414.

o importante a se reter neste exercício é que as empreitadas ofereciam maior segurança. Percebemos nas projeções que fizemos que a variação dos rendimentos é muito maior nos contratos de parceria porque eram mais suscetíveis tanto aos movimentos de subida e queda dos preços quanto à queda de produtividade. Nas empreitadas os valores pagos pela formação das lavouras eram definidos previamente e, teoricamente, os trabalhadores receberiam o dinheiro que lhes cabia em qualquer situação.

Consideremos agora a mesma quantidade de pés de café em uma parceria e em uma empreitada. Mantendo-se o exemplo de Borges e Cheli imaginemos, em termos comparativos, uma parceria sobre quinze mil pés de café já formados. Nesta situação os parceiros teriam como remuneração a produção oriunda de sete mil e quinhentos cafeeiros. Na tabela abaixo consideramos o intervalo entre 1928 e 1932 e mantivemos uma produtividade constante de 21,5 arrobas por mil pés assim como, pelas médias de preços por nós extraídas das escrituras de compra e venda de café, inferimos quais seriam os valores recebidos:

Tabela 9 – Valores recebidos sobre Empreitada e Parceria de 15.000 pés de café

Ano	Empreitada	Parceria
1929	3:750\$000	5:989\$800
1930	3:750\$000	4:257\$000
1931	3:750\$000	6:500\$250
1932	15:430\$200	5:840\$100
Total	26:680\$200	22:587\$150

Fonte: Para a Empreitada: Livro de Notas n. 149, fls 10. 2º Ofício Civil de Franca. 16/07/1928

Nesta situação, além de toda a segurança já listada anteriormente, os empreiteiros formadores de uma nova lavoura receberiam um valor superior aos parceiros, além do que poderiam contar com um maior espaço entre as fileiras do café, sobretudo nos primeiros anos, onde os pés de café ainda estariam pequenos e sobraria mais espaço entre as fileiras para o plantio de arroz, milho e feijão.

Uma família se pudesse escolher entre formar quinze mil pés ou tratar à meia da mesma quantidade de cafeeiros com certeza escolheria a primeira hipótese, que lhe garantiria um dinheiro “constante”, oriundo de cláusulas monetárias definidas em contrato e por suposto mais segurança, uma maior disponibilidade de terras para o cultivo intercafeeiro e ainda toda a produção do quarto ano da lavoura de café. Deduz-se desta comparação que quanto maior fosse o movimento de formação de novas lavouras mais uma

região atrairia mão-de-obra. Não por acaso a fronteira agrícola exercia um efeito de atração sobre os trabalhadores.

Outro tipo de relação contratual envolvendo café que verificamos em Franca foram os “arrendamentos”, que compuseram 10% dos contratos lavrados no período. Neste tipo de vínculo os proprietários alugavam a fazenda, o sítio ou a chácara para uma outra pessoa, que, durante um prazo determinado, administraria a propriedade. Em 1929 Tobias Soares de Oliveira arrendou uma parte de terras localizada na fazenda “Bom Jardim” a Mathias Gutierrez²¹¹. Durante um prazo de seis anos Gutierrez desfrutaria de toda a propriedade arrendada composta por lavouras, benfeitorias, casas e pastos e ao final deste período teria que formar oito mil cafeeiros e pagar ao proprietário a quantia de 8:000\$000. Neste caso a remuneração de Oliveira era constituída por dinheiro e pela formação dos cafeeiros, que, após os seis anos de vigência do aluguel, passaria a pertencer à propriedade. Já a remuneração de Gutierrez era de difícil mensuração, uma vez que desfrutaria de toda a propriedade arrendada e auferiria lucros das lavouras de alimentos, pomar, das pastagens (que poderiam ser subarrendadas) e muito provavelmente da produção de queijos, leite e da própria produção dos cafeeiros que haveria de formar.

Mas nem todas as escrituras de arrendamento definiam valores monetários para o pagamento do aluguel. Em alguns o arrendatário não efetuaria pagamentos e sim liquidaria seus débitos com a formação de lavouras de café. É o caso do espanhol Domingos Arroio Rubio que em 1929 arrendou parte de terras na fazenda Santa Maria, antiga Agudinho, de Hercílio de Oliveira Lima²¹². O espanhol desfrutaria de oito alqueires durante seis anos e pagaria, ao final do aluguel, a quantia de 20:000\$000, valor pelo qual se mensurou a formação de vinte mil covas de café, ou seja, o aluguel, apesar da definição de uma quantia, não seria pago em dinheiro, mas sim em “lavoura formada”.

Dentre as 188 escrituras pesquisadas dezoito foram de arrendamento²¹³ e dentre estas mais da metade foi registrada entre 1929 e 1931. Talvez pudéssemos pensar que frente à queda dos preços e a acentuação da crise nos anos iniciais da década de trinta os proprietários utilizaram-se do “arrendamento” como forma de minimizar os prejuízos nos

²¹¹ Livro de Notas n.157, fls. 10. 2º Ofício Civil de Franca. 01/06/1929.

²¹² Livro de Notas n.156, fls. 15. 2º Ofício Civil de Franca. 25/05/1929.

²¹³ Em nossa pesquisa, as escrituras de arrendamento foram classificadas como “mista”, categoria na qual encaixamos 25 das 188 escrituras pesquisadas em Franca.

negócios do café. Frente às dificuldades de realização da produção dispor de uma parte de terras mediante a um valor significava possuir uma rentabilidade, senão muito alta, pelo menos constante e segura. Provavelmente arcar com as despesas de formação de novos cafeeiros não se constituía como uma possibilidade naquele momento, aliás, tal atitude talvez agravasse ainda mais a crise por conta das projeções de aumento da oferta e de queda dos preços. Arrendar uma propriedade significava poder contar, ao final de um certo período, com o recebimento de um certo valor em dinheiro, o que era muito mais atrativo do que deixar as lavouras às traças ou as terras incultas durante quatro ou seis anos, o que não traria rentabilidade alguma. Vendê-las também não devia ser uma saída atraente já que, com a crise, a desvalorização da terra e das lavouras foi crescente. Para os casos de arrendamentos pagos com a formação de novos cafeeiros me parece que a lógica dominante primava pela ausência de custos ao proprietário neste empreendimento já que todas as despesas correriam por conta dos arrendatários. Aos proprietários descapitalizados e com poucas condições de diversificar suas lavouras o arrendamento pago com a “formação” parece ter sido uma saída para minimizar as perdas num contexto de grandes dificuldades. Ao final do arrendamento, restaria aos proprietários torcer por uma melhora nas condições do mercado cafeeiro e, neste momento, contar com uma lavoura jovem com alta produtividade, de modo a novamente retomar a acumulação.

Um aspecto em comum entre as parcerias e as empreitadas reside na responsabilidade pelos gastos da lavoura. Diferentemente da igualdade que o termo “parceiro” pode sugerir, as despesas com a manutenção da lavoura de café corriam todas por conta do trabalhador: a colheita, a secagem e o transporte eram claramente definidos como responsabilidade dos contratados. Geralmente o transporte era feito pelo próprio fazendeiro, que cobrava uma quantia pré-definida pelos carros de café e alimentos. Em se tratando de café cobrava-se por saca transportada, já para o transporte de alimentos cobrava-se por “carrada”, como no caso de Maria Christina de Jesus que estipulou em contrato a cobrança de 0\$500 por saca de café transportada para a cidade e de 1\$000 por carro carregado de alimentos que fosse levado à urbe²¹⁴. Recorrentemente cobrava-se também pelo transporte dos carregadores até o terreiro de secagem, ou seja, o próprio

²¹⁴ Livro de Notas n.108, fls. 31. 2º Ofício Civil de Franca. 25/11/1922.

deslocamento da produção dentro da fazenda e desta para a cidade constituía um mecanismo a partir do qual os fazendeiros exploravam os trabalhadores.

Os contratantes também impunham aos contratados o monopólio do beneficiamento. Em grande parte dos casos as fazendas eram equipadas com máquinas de beneficiamento utilizadas para tirar as cascas dos grãos. Toda a produção da fazenda, dos sítios e das chácaras circunvizinhas necessariamente era levada à máquina e o fazendeiro cobrava uma quantia pelo serviço de beneficiamento. Muitas vezes o preço do beneficiamento era definido em contrato estabelecendo-se diferenças de preços entre o benefício na máquina indicada e em outra máquina qualquer. É o caso de Galdino Rosa Lima que ao contratar os espanhóis João Fernandes Fernandes e Manuel Bernabé Crisol estipulou o preço de 1\$000 pelo beneficiamento de cada saco de 60 kg desde que fosse realizado na máquina de Luiz Chrisógono de Castro²¹⁵. Caso o beneficiamento fosse feito em outra máquina os trabalhadores teriam que pagar 2\$000 pela mesma operação. Inviabilizando o beneficiamento em outras máquinas os fazendeiros garantiam para si uma grande demanda que mantinha a viabilidade da estrutura montada na fazenda.

Outro aspecto a se destacar nos contratos é a construção de casas e benfeitorias. Em parte dos casos pesquisados o fazendeiro cedia ao trabalhador uma casa de morada para a família, que assumia a responsabilidade pela manutenção e conservação do imóvel, porém, também percebemos que em se tratando de lavouras novas cabia aos contratados a construção das casas: o fazendeiro fornecia as telhas, material mais caro da construção porque muitas vezes feito nas olarias fora das fazendas, e os contratados entravam com o trabalho e com os outros materiais. As casas eram feitas de pau-a-pique, casas de colônia feitas de tijolo eram raras, geralmente possuíam quatro cômodos, de chão batido. As madeiras eram extraídas da própria fazenda, geralmente da derrubadas de matas para a formação de novas lavouras e, depois de montada, as paredes de madeira eram “barreadas”. É o caso dos trabalhadores César e Vicente Paulino, que ao serem contratados pelo Coronel Joaquim Pereira Goulart em 1923, obrigaram-se contratualmente a construir as casas em que morariam e um pasto para quarenta animais²¹⁶. Além da construção da casa os trabalhadores responsabilizavam-se pela construção de benfeitorias como o mangueirão

²¹⁵ Livro de Notas n.124, fls. 68. 2º Ofício Civil de Franca. 01/10/1925.

²¹⁶ Livro de Notas n.111, fls. 18. 2º Ofício Civil de Franca. 28/07/1923.

para os porcos, cercar e formar pastos para o número de animais estipulados em contrato, construção de paiol, tulha e manutenção das estradas da fazenda. Por estes mecanismos o fazendeiro equipava e desenvolvia a estrutura da fazenda sem custo algum, e nos contratos futuros poderia negociar em melhores condições já que toda a estrutura de habitação dos trabalhadores já estaria montada.

Outro ponto a partir do qual os fazendeiros exploravam os trabalhadores era na produção de alimentos. Contratualmente esta produção pertencia aos contratados, a partir da forma do plantio retroativo intercafeeiro:

“... No primeiro ano milho, duas carreiras, distante uma da outra de seis a sete palmos, arroz e feijão picado, respeitando uma extensão de um e meio palmos em volta de cada cova de café. No segundo ano uma carreira de milho distante seis a sete palmos uma da outra, cinco carreiras de arroz e seis carreiras de feijão. No terceiro e quarto ano uma carreira de milho distante seis a sete palmos uma da outra, quatro carreiras de arroz e quatro carreiras de feijão. As plantações baixas poderão ser feitas de acordo com o proprietário (...)²¹⁷”

Na grande maioria dos contratos a forma de plantio entre os cafeeiros se assemelhava à acima descrita. Na medida em que o café ia crescendo os espaços para outras lavouras ia diminuindo. Em lavouras já adultas o plantio de outras culturas era quase insignificante, com exceção do milho, que se adaptava bem ao plantio entre os pés de café já formados. Também na ampla maioria das escrituras toda a produção de alimentos cabia aos trabalhadores, o que significava, inferimos, uma parte importante da composição da renda destes. Mas há que se destacar também que nestas mesmas escrituras estabelecia-se a chamada “preferência de venda” ao fazendeiro, o que não significa que estes efetuavam pagamentos à altura dos preços praticados no mercado. Muitas vezes em dívida com os fazendeiros em função dos adiantamentos iniciais ou das dívidas contraídas ao longo dos contratos os trabalhadores tinham um reduzido potencial de negociação que talvez não lhes garantisse o melhor preço pelas sacas de feijão, milho e arroz. Verificava-se então o que poderíamos chamar de “estreitamento de mercado” que tinha como consequência a redução do raio de manobra dos trabalhadores no que se refere à procura de outras “procuras” e a concentração de parte da produção de alimentos nas mãos dos fazendeiros a baixo preço. É difícil mensurar tal mecanismo, seria necessário comparar os preços praticados no mercado com os preços pagos pelo fazendeiro ao trabalhador. Quanto aos preços de mercado, os jornais locais poderiam nos fornecer informações interessantes quanto aos preços que

²¹⁷ Livro de Notas n.115, fls. 65. 2º Ofício Civil de Franca. 26/04/1924.

vigoravam nos armazéns e nas casas comerciais de Franca; já captar os valores praticados no espaço da fazenda entre as partes contratantes é uma tarefa mais difícil.

Um indício interessante sobre a concentração da produção de alimentos nas mãos dos proprietários é a escritura lavrada entre Antônio Petraglia e os trabalhadores Waldemar Berdini e Marcelino Miguel Berdini, em 1923. Neste contrato os Berdini se obrigavam a tratar de oito mil cafeeiros, já plantados na chácara Vila Euphrásia, recebendo 0\$400 por cada cova formada corretamente, além de toda a produção de café num prazo de quatro anos. Possuíam também o direito de exercer o plantio intercafeeiro e direito a um pasto, mas obrigatoriamente teriam que ceder a Petraglia um carro de milho e um saco de feijão por ano, gratuitamente²¹⁸. David Bernardes e João Lombardo, por exemplo, teriam que ceder ao Capitão Manoel Alves Pereira metade da produção de bananas e laranjas²¹⁹. Nestes casos, a participação dos fazendeiros na produção de alimentos dos colonos foi registrada na escritura, mas inferimos que na maioria dos casos, registrando-se em contrato ou não, era recorrente a concentração da produção de alimentos pelos proprietários, seja pela via do endividamento do trabalhador ou por uma espécie de renda-extra cobrada pelo plantio dessas lavouras.

Os contratos de formação de novos cafeeiros estão concentrados entre os anos de 1923 e 1929, das 71 escrituras de formação, 65 foram lavradas neste período. A partir da crise de 1929 escrituras que versavam sobre a formação de novas lavouras quase não foram lavradas, salvo em duas situações: em 1931 Odorico Barboza contratou Antônio de Oliveira e Manoel de Oliveira²²⁰ para a conclusão da formação de 35.000 covas na Fazenda Pratas, localizada no município de Cristais Paulista, que muito provavelmente devem ter sido abandonadas pelo contratado anterior em função da queda dos preços do café; e em 1937 Joaquim Teodoro de Lima contratou os irmãos Egydio e João Liporoni para dar fim à formação de uma lavoura de 12.000 cafeeiros na fazenda Macaúbas Alegres²²¹, formação esta também abandonada em função dos baixos preços que vigoraram entre 1935 e 1937 e retomada nesta escritura. Feitas estas ressalvas de recontrações de lavouras por formar podemos dizer que o último contrato para a formação de novos cafeeiros em Franca foi

²¹⁸ Livro de Notas n.109, fls.80. 2º Ofício Civil de Franca.16/07/1923.

²¹⁹ Livro de Notas n.145, fls.70. 2º Ofício Civil de Franca.05/05/1928.

²²⁰ Livro de Notas n.167, fls.99. 2º Ofício Civil de Franca.12/03/1931.

²²¹ Livro de Notas n.200, fls 79. 2º Ofício Civil de Franca.19/06/1937.

lavrado em três de fevereiro de 1930, quando Nagib Bichir contratou Francisco José Pereira e Brexó Antônio Pereira para a formação de uma lavoura de dez mil covas de café na fazenda Boa Esperança, outrora São João Baptista, em Patrocínio Paulista²²². Desta data em diante não registramos mais nenhum contrato de formação de novos cafeeiros, senão as recontrações acima citadas.

As parcerias foram predominantes nas escrituras lavradas no contexto pós-crise justamente porque, ao mesmo tempo, desoneravam os fazendeiros de custos de produção e mantinham as lavouras tratadas, bem como atenuava o problema do acúmulo de sacas sem colocação no mercado. Neste sentido, dados os preços não atraentes após a crise de 1929 e a dificuldade de comercialização, os fazendeiros se desocuparam da colocação do café no mercado, dividindo não mais as sacas ao final do beneficiamento, mas sim a divisão dos lucros após a venda. O fato é que diferentemente da estratégia utilizada num contexto de preços satisfatórios, não compensava mais para o fazendeiro acumular sacas de café. Em 1933, num dos momentos mais agudos da crise cafeeira, Catharina Galo Posteraro fechou um contrato de parceria de três anos sobre mil pés de café formados com Mário Felício²²³. A produção na sua totalidade deveria ser vendida pelo “parceiro” sendo o lucro auferido dividido em duas partes iguais, jogando o ônus e a dificuldade de negociação, naquele momento, também nas mãos do trabalhador. Em 1934 João Pires Monteiro fechou uma parceria com José Faleiros do Nascimento sobre 58.000 cafeeiros “abandonados e quase imprestáveis²²⁴”. Tratava-se de uma parceria condicional, se a saca de 60 kg de café fosse vendida por 80\$000 ou menos (20\$000 a arroba) toda a produção pertenceria ao “parceiro”, mas se as condições melhorassem e Faleiros do Nascimento vendesse as sacas por um valor maior o lucro seria dividido em duas partes iguais. Ao final de quatro anos Pires Monteiro teria uma lavoura revitalizada com o trato do “parceiro” na fazenda Engenho e, num posterior movimento de subida dos preços, num desses altos e baixos do mundo das *commodities*, teria se reerguido da crise e reconstituído a capacidade produtiva de seus cafeeiros sem custo algum neste processo de recuperação. Todos os ônus desta retomada cairiam sobre o “parceiro” cuja única atitude possível seria esperar por preços melhores, mas nem tanto, senão teria que dividir os lucros com o fazendeiro, e contar com a produção

²²² Livro de Notas n.161, fls. 14. 2º Ofício Civil de Franca. 03/02/1930.

²²³ Livro de Notas n.182, fls. 24. 2º Ofício Civil de Franca. 18/09/1933.

²²⁴ Livro de Notas n.184, fls. 25. 2º Ofício Civil de Franca. 27/02/1934.

das lavouras intercafeeiras e do terreno extra que recebeu de Pires Monteiro, durante quatro anos, no ato de registro desta escritura.

Nos Livros de Notas do 2º Ofício Civil pesquisamos também oitenta e nove escrituras de compra e venda de café lavradas em Franca entre 1920 e 1937. Nestas escrituras compradores e vendedores definiam o preço da arroba, o tipo de café negociado, as quantidades e as formas de pagamento. Os compradores eram cafeicultores locais de maior calibre como João de Faria, Luiz Chrisógono de Castro, Joaquim Orlik Luz e Fernando Faleiros Lima, Firmas Comerciais com sede na própria cidade, como a Netto & Irmão, representantes de Casas Comerciais sediadas em Santos como Theodomiro Ramos e, em alguns casos, as próprias Casas Comerciais santistas operavam as transações diretamente com os produtores, tais como a Moura. Andrade & Cia. e a J. Aron & Cia. Negociantes de Ribeirão Preto também se faziam presentes no mercado local, tal como Jorge Lobato, destacado comprador de grãos na região. Vejamos como funcionavam estas escrituras.

Em vinte e um de dezembro de mil novecentos e vinte e oito Urias Carlos de Vilhena vendeu à Firma Moura. Andrade & Cia. cinco mil arrobas de café beneficiado por 125:000\$000, 25\$000 por cada quinze quilos²²⁵. A qualidade dos grãos era definida segundo a classificação da Bolsa Oficial do Café, sediada em Santos, e na maioria dos casos o café negociado era do tipo 4, uma mistura entre grãos de boa qualidade (chato e Mooca) e grãos miúdos, geralmente 10% do total, excluindo-se os cafés ardidos, úmidos de chuva ou depreciados por qualquer motivo. O embarque das cinco mil arrobas começaria em junho de 1929 devendo terminar em trinta de outubro do mesmo ano; neste período o vendedor se obrigava a embarcar a produção na estação Franca da Mogiana, segundo as cotas definidas pelo Instituto do Café, criado em 1924, que limitavam as quantidades de embarques de sacas de café em todo o interior paulista. Neste caso, cabia a Urias Vilhena conseguir as cotas de embarque para viabilizar a transação. Conseguidas as cotas o vendedor submetia as sacas à análise da qualidade e do tipo do café feita pelo representante do comprador e, aprovando-se a transação, o vendedor receberia os “conhecimentos de embarque”, emitidos pela Companhia Mogiana, a partir dos quais os compradores faziam o lançamento do crédito na conta corrente do vendedor. Definiam-se também muitas

²²⁵ Livro de Notas n.153, fls. 05. 2º Ofício Civil de Franca. 28/12/1928.

contratuais, que eram aplicadas caso os vendedores não cumprissem com os termos acordados. Neste caso, se Urias Vilhena não embarcasse a correta quantidade de café, pagaria uma multa de 25:000\$000 por cada mil arrobas contratadas.

Se por algum motivo as quantidades acordadas não fossem embarcadas entre junho e outubro ou a qualidade dos grãos não fosse aceita, o vendedor arcaria com as penalidades estabelecidas em contrato. As possibilidades de aplicação de multas eram consideráveis já que os fazendeiros estavam sujeitos a problemas com as colheitas, com a mão-de-obra, com acidentes naturais como fogo, geadas e pragas que a qualquer momento poderiam investir contra os cafeeiros. Caso um desses percalços ocorresse os fazendeiros teriam dificuldades em honrar a escritura de compra e venda, ainda mais quando estas escrituras previam adiantamentos nos pagamentos, o que piorava a situação já que além de não arcar com as sacas definidas em contrato o vendedor assumiria uma dívida que muito provavelmente não poderia saldar. Nestes casos mais do que contratos de compra e venda estas escrituras configuravam-se como um mecanismo de adiantamento de dinheiro aos fazendeiros, melhor dizendo, empréstimos que possuíam as sacas de café como garantia.

Em caso de queda dos preços as conseqüências também seriam drásticas ao fazendeiro do ponto de vista da realização da produção. Ao formar uma lavoura de café em 1927, por exemplo, o fazendeiro muito provavelmente contava com um determinado preço, no caso 23\$800 por arroba de café tipo 4, mas em 1931, quando estes cafeeiros estivessem iniciando o seu ciclo de produção, o preço poderia sofrer uma variação, como realmente sofreu, caindo para 9\$230 de acordo com as médias anuais de preço verificadas em Franca. Isso significa que as “expectativas” do fazendeiro bem como os gastos realizados em função destas não corresponderiam ao lucro efetivamente gerado, o que de certo causaria problemas e dificuldades em arcar com os compromissos estabelecidos, tais como os empréstimos adquiridos e os pagamentos programados em virtude dos investimentos realizados: compra de novas terras, arrendamentos, pagamentos em dinheiro para os trabalhadores, aquisição de maquinário, enfim, dispêndios efetivados para a formação de uma estrutura produtiva. Frente a tal fragilidade era de se esperar que as fazendas de café sucumbissem à depressão dos preços, mesmo que na base da atividade cafeeira se verificasse uma certa “solidez” das fazendas em função das relações básicas de produção: a parceria e a empreitada, que representavam baixíssimos custos monetários.

Além das escrituras de compra e venda de café e das escrituras de formação e trato de cafeeiros, encontramos em Franca escrituras de rescisão de contratos. Ao todo encontramos trinta e nove rescisões nos Livros de Notas do 2º Ofício Civil entre 1917 e 1937. Destas, quatorze se referem a contratos lavrados em outro ofício e vinte e cinco são rescisões do ofício que pesquisamos. Logo, dos 188 contratos que contabilizamos, 13,2% não vingaram, com exceção de uma escritura de rescisão, que na verdade tratava-se de uma liquidação de contrato. Este foi o único caso em que dispomos do contrato de trabalho e da liquidação do mesmo contrato, quase que um elo perdido entre tantas inferências e apontamentos que fizemos acima. Em 1927 João de Faria fechou uma escritura de empreitada com Armando Fernandes, para formar quatro mil pés de café, na Fazenda Bananal. Ao final de quatro anos Fernandes receberia 1\$000 por cada cova formada (4:000\$000 ao todo) além de poder contar também com o plantio intercafeeiro e um pasto para dois animais²²⁶.

A empreitada previa também uma multa de 2\$000 por cova falhada ou de 2:000\$000 em caso de rescisão antes do prazo estipulado. A empreitada foi liquidada em 26 de novembro de 1931 e, descontadas as falhas, Fernandes recebeu 2:800\$000 pelo trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos²²⁷. Tanto no contrato quanto na rescisão nada consta a respeito de empréstimos realizados de Faria para Fernandes, logo, acreditamos que a diferença entre os quatro contos estipulados inicialmente e a quantia de fato recebida (2:800\$000) deriva de um mau desempenho do desenvolvido das covas, a partir destes valores estipulamos que cerca de seiscentas tenham “falhado”, mas isso não pode ser apontado com muita exatidão uma vez que o valor das multas por falhas na formação eram proporcionais ao estágio de desenvolvimento. Sobre uma cova de “meia forma” (considerada de dois anos), por exemplo, seria cobrada uma multa de 1\$000, ou sobre uma cova considerada de três anos seria cobrada uma multa de 0\$500 e assim sucessivamente.

Este “elo perdido” nos permite fazer uma conexão entre o que foi contratado e o que realmente aconteceu no momento de liquidação, o que nos alerta para o fato de que todas as nossas ilações sobre os rendimentos dos trabalhadores feitas acima, apesar de elucidativas, podem não corresponder ao que realmente eles receberam, o que nos evidencia os limites

²²⁶ Livro de Notas n. 138, fls. 48. 2º Ofício Civil de Franca. 23/07/1927.

²²⁷ Livro de Notas n.172, fls. 162. 2º Ofício Civil de Franca. 26/11/1931.

de nossas interpretações. Em se tratando das rescisões verificamos que em muitas delas as multas estipuladas em contrato não eram efetivadas. Na grande maioria das escrituras de empreitada, parceria e arrendamento eram estipuladas multas rescisórias proporcionais à quantidade de cafeeiros contratada. Em 1925 José Ultramari lavrou um contrato de parceria com Lúcio Egéa Gonçalves e Aurélio Prieto para tratar de oito mil cafeeiros plantados na fazenda Bom Jardim²²⁸. A escritura previa uma multa de 10:000\$000 e a remuneração dos trabalhadores consistiria em metade da produção de café e de toda a produção de lavouras plantadas entre as fileiras e em um terreno extra que poderia ser utilizado durante um período de quatro anos. Entretanto este contrato foi rescindo em cinco de agosto de 1927, em comum acordo, e tanto o fazendeiro quanto os trabalhadores não pagaram nenhuma multa²²⁹.

Aliás, em apenas duas escrituras as multas contratuais foram aplicadas. Numa delas o fazendeiro Sérgio de Paula Silveira pagou a Antônio Morales uma multa rescisória de 10:000\$000, com juros de 6% ao ano com previsão de um ano para efetuar o pagamento. As partes haviam firmado uma parceria para a formação de 5.000 cafeeiros na fazenda Jaboticabal, em Igarapava, em quinze de março de 1929, mas já em quatorze de novembro do mesmo ano haviam rescindido o contrato²³⁰. Como a multa estipulada em contrato foi realmente cobrada inferimos que Paula Silveira decidiu acabar com a parceria muito provavelmente em função da crise de 1929, que estourara em outubro e imediatamente representou uma queda significativa do café brasileiro, obstando a formação de novos cafezais. Em outro caso de cobrança de multa o contratado Domingos Nogueira pagou ao fazendeiro José Fernandes de Oliveira a quantia de 3:500\$000 pela rescisão do contrato lavrado em vinte e cinco de agosto de 1928; Nogueira tinha a responsabilidade pela formação de aproximadamente sete mil covas mas desistira da empreitada em março de 1929.

Excetuando-se estes dois casos verificamos que as multas rescisórias dificilmente eram aplicadas. O que se fazia, geralmente, era um acerto de contas e pendências entre as partes contratantes tais como o pagamento de telhas fornecidas aos trabalhadores para

²²⁸ Livro de Notas n.123, fls. 23. 2º Ofício Civil de Franca. 06/06/1925.

²²⁹ Livro de Notas n.138. 2º Ofício Civil de Franca. 05/08/1927.

²³⁰ Livro de Notas n.158, fls 86. 2º Ofício Civil de Franca. 14/11/1929.

construção de casas, pagamento pelas benfeitorias realizadas pelos trabalhadores, pagamento de empréstimos realizados com o fazendeiro, enfim, liquidavam-se os débitos e créditos criados no decorrer da relação contratual.

Se relacionarmos o número de rescisões aos períodos de ascensão e crise da cafeicultura em Franca alguns apontamentos se tornam possíveis. Das trinta e nove escrituras de rescisão contratual vinte e duas foram lavradas entre 1924 e 1929, período de expansão dos preços e da cafeicultura, e dezessete entre 1930 e 1937, período de crise do café. São muitas as contingências que acompanham as rescisões tais como discordâncias posteriores sobre as cláusulas estabelecidas, problemas na condução do trabalho, descontentamentos com a qualidade da terra (alguns contratos duraram apenas dois meses) de modo que qualquer inferência realizada pode não resistir a evidências mais robustas. Entretanto seria de se imaginar que o número de rescisões crescesse conforme a crise fosse aumentando a partir do final de 1929, aliás, acreditamos que as rescisões lavradas a partir deste período são confissões evidentes dos impactos do “crack” de Wall Street sobre a cafeicultura regional, mas curiosamente o maior número de rescisões registradas encontra-se no período de expansão entre 1924 e 1929 e não no período pós-crise.

Esta informação permite-nos imaginar que justamente em virtude da expansão da cafeicultura os contratos não estavam sendo levados a cabo, melhor dizendo, os trabalhadores, ávidos por melhores condições de trabalho, talvez estivessem desistindo de seus compromissos em Franca e buscando vínculos contratuais nas promissoras regiões de São José do Rio Preto, Lins, Pirajuí, Catanduva, enfim, nas virgens terras do “Oeste Paulista” que ofereciam as melhores condições de fertilidade, produtividade e disponibilidade de terras para o plantio intercafeeiro. Se este apontamento estiver correto, então se torna possível, a partir das escrituras de rescisão de contratos, verificar o efeito de atração exercido pelo avanço da Fronteira.

-ANEXO-

Ribeirão Preto. Livro 42, folha 129-133. 28/05/1926. 1º Ofício Civil.

Contrato de Empreitada para plantação e formação de café que entre si fazem o Doutor Elisaldo Ferreira Goyos e José Guedes da Rocha como abaixo se declara:

“Saibam quanto este público instrumento de escritura bastante virem que no ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e vinte e seis, aos vinte e oito dias do mês de maio do dito ano, nesta cidade de Ribeirão Preto, no cartório do Tabelião que esta subscreve por ser-lhe distribuído hoje, ali, perante mim, primeiro escrevente habilitado, o mesmo Tabelião e as suas testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, compareceram partes entre si justas e contratadas, outorgantes e reciprocamente outorgados, a saber: de um lado, como proprietário o **Doutor Elisaldo Ferreira Goyos**, médico e proprietário domiciliado nesta cidade, e de outro lado, como empreiteiro **José Guedes da Rocha**, lavrador, domiciliado no município de **Cafelândia**, neste estado; os presentes maiores, meus conhecidos, do Tabelião e das testemunhas, pelos próprios, dou fé. E perante o Tabelião e as referidas testemunhas pelo outorgante proprietário Doutor Elisaldo Ferreira Goyos, me foi dito que a justo título tornou-se senhor e **legítimo possuidor de 500 alqueires de terras no município e comarca de Araçatuba**, deste estado, às quais deu a denominação de Fazenda Perobal, imóvel esse que divide com Benedicto Duarte Passos, com a “A. Rural (Empresa de Terras e Colonização)” e com quem de direito, cujo imóvel acha-se livre de desembaraço de qualquer ônus, e assim sendo contratou com o empreiteiro José Guedes da Rocha dar em empreitada ao mesmo **o plantio e formação de 50.000 pés de café** em dita fazenda como de fato ajustado e contratado tem por esta escritura e nos melhores de direito e debaixo das seguintes cláusulas e condições, a saber:

I – O outorgante proprietário entrega ao empreiteiro em sua dita fazenda uma área de terra de 50 alqueires em mata virgem, na vertente do Rio Feio ou Aguapehy, no espigão divisor, com o Tietê, águas nascentes do Ribeirão 15 de janeiro para que o empreiteiro faça nessa área de terra a plantação de 50.000 cafeeiros e os entregue devidamente formados dentro do prazo de 04 anos a contar do dia primeiro de novembro do corrente ano. **II** – O empreiteiro fica obrigado a, dentro do prazo máximo de vinte dias, a contar desta data, iniciar a roçada e concluída esta prosseguir nos demais trabalhos de queima do mato existente na área destinada ao plantio do café, fazendo logo em seguida o preparo do terreno, abertura das covas que deverão distar 17 palmos umas das outras, e a competente plantação do café, cujas sementes serão fornecidas pelo outorgante proprietário, devendo ainda o empreiteiro fazer a cobertura das covas com achas de lenha de produção da respectiva derrubada. **III** – O prazo do presente contrato é o de 04 anos e 5 meses, contados do dia primeiro de junho do corrente ano e a findar-se em trinta e um de outubro de mil novecentos e trinta, ficando, porém, salvo ao proprietário o direito, digo, ao empreiteiro, o direito de permanecer em dita propriedade até que seja terminada a colheita e partilha do café que for produzido no último ano pelos cafeeiros de dita empreitada. **IV** – O empreiteiro fica ainda obrigado a plantar e formar dentro do primeiro ano de vigência deste contrato, um pasto com área de cinco alqueires, dentro das terras que ora lhe são entregues cujo pasto deverá ser devidamente fechado e dele o empreiteiro poderá se utilizar para pastagens de seus animais. **V** – Durante a vigência deste contrato o empreiteiro será obrigado a tratar e zelar, convenientemente tanto do pasto como dos cafeeiros objeto deste contrato, fazendo as competentes roçadas e queimadas no pasto e dando as carpas necessárias na lavoura de café, e trazendo esta sempre no limpo, podando e desbrotando os cafeeiros nas precisas épocas, fazendo as necessárias replantas, tudo de acordo com o sistema usual naquela zona. **VI** – O empreiteiro fica obrigado a sempre manter um canteiro de mudas de café em balainhos próprios, para serem aplicadas nas replantas que se tornarem necessárias. **VIII** – Por todos os serviços a que o empreiteiro fica obrigado por força do presente contrato, compreendendo derrubada, roçada, queimada, preparo do terreno, covação, plantação, tratamento e formatura do café, formação de pastos e outros decorrentes do presente contrato, terá o mesmo no vencimento do presente contrato direito dos seguintes pagamentos: a) por cada cova que contiver no mínimo quatro mudas de café devidamente formadas e com a idade de quatro anos o outorgante proprietário pagará ao mesmo a razão de **2\$500 por cova**; b) as covas que também contiverem no mínimo quatro mudas de café, cada uma, porém de idade inferior serão pagas na seguinte base: a razão de 1\$500 por cova para o café de três anos de idade; de

1\$000 por cova para o café de dois anos de idade e de 0\$500 por cova para o café de um ano de idade, nada recebendo o empreiteiro pelas covas que contiverem menos de quatro mudas de café ou que as respectivas plantas sejam de idade inferior a um ano pois estas serão consideradas como falhas e ficam compreendidas na cláusula seguinte. Além desses pagamentos o empreiteiro terá ainda direito à safra que for produzida pelos cafeeiros da empreitada do terceiro para o quarto ano até quarenta arrobas por mil pés, porém, se essa safra for além de quarenta arrobas por mil pés o excesso que for verificado ficará pertencendo ao outorgante proprietário que o receberá seco no terreiro da seca. **IX** – No fim do prazo contratual as falhas existentes na lavoura do café, bem como as covas consideradas como falhas o empreiteiro paga-las-á ao proprietário a razão de 5\$000 por cova. **X** – Ao empreiteiro fica facultado o direito de fazer plantação de arroz e de feijão na lavoura de café durante este contrato pela forma seguinte, isto é, a partir do dia primeiro de novembro do corrente ano: no primeiro ano duas carreiras de arroz em cada rua e na rua que não plantar arroz poderá plantar duas carreiras de feijão; no segundo ano duas carreiras de arroz ou de feijão em rua pulada ou uma carreira de arroz ou de feijão em todas as ruas, e no terceiro ano uma carreira de arroz ou de feijão em rua pulada sendo que as sacas de arroz deverão ser arrancadas logo após a respectiva colheita, não podendo o empreiteiro fazer plantação de espécie alguma na lavoura de café durante o quarto ano. **XI** – O empreiteiro obrigar-se a fazer à sua conta própria, em dita fazenda, ranchos provisórios que sirvam para si e seu pessoal, durante a empreitada, e bem assim manguieirões para os porcos, sem direito a qualquer indenização por tais serviços pois que, toda e qualquer benfeitoria que o empreiteiro fizer em dita propriedade ficarão incorporadas ao imóvel, não poderão ser desmanchadas nem retiradas e findo o prazo contratual ficarão pertencendo ao proprietário, salvo o zinco ou telhas que poderão ser retiradas pelo empreiteiro si ao proprietário não convier, digo, não convir, ficando elas pelo valor da ocasião. **XII** – O empreiteiro fica obrigado a concluir a plantação dos referidos 50.000 pés de café até o dia trinta e um de outubro do corrente ano. **XIII** – O outorgante proprietário fica com o direito de por si ou por seu preposto fiscalizar os serviços da presente empreitada e sempre que os serviços de tratamento estiverem em grande atraso ou feitos fora da regra usual o proprietário poderá mandar executá-los por terceiros correndo as respectivas despesas por conta do empreiteiro, e cujos pagamentos serão efetuados pelo proprietário sendo a importância respectiva descontada no pagamento imediato que este tenha de fazer ao empreiteiro por conta do adiantamento de que trata a cláusula VX deste contrato. **XIV** – Toda a madeira de lei que for produzida na derrubada das matas compreendidas na área objeto desta empreitada ficará pertencendo ao proprietário e as demais madeiras e lenha ficarão pertencendo ao empreiteiro que das mesmas poderá dispor como bem entender. **XV** – Por conta dos preços estipulados na cláusula oitava deste contrato, o outorgante proprietário obriga-se a fazer um **adiantamento de 90:000\$000** ao empreiteiro em 13 prestações assim distribuídas: 5:000\$000 neste ato, 10:000\$000 depois de terminada a derrubada do mato, 15:000\$000 depois de terminada a plantação de café, 5:750\$000 no último dia de cada um dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 1927, 5:000\$000 no último dia de cada um dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 1928 e 8:500\$000 no último de cada um dos meses de abril e outubro de 1929, sendo as três primeiras parcelas correspondentes a 0\$600 por cova, no vencimento de cada uma dessas prestações o outorgante proprietário terá sempre mais um prazo de tolerância de quinze dias para entrar com as respectivas importâncias, e cujo adiantamento será debitado na conta do empreiteiro para no fim do prazo contratual ser deduzido do pagamento a que o mesmo então tiver direito nos termos da cláusula oitava deste contrato. **XVI** – O empreiteiro só poderá transferir o presente contrato a outrem com o consentimento escrito do proprietário. **XVII** – No fim do presente contrato o empreiteiro fica obrigado a entregar a lavoura do café no limpo, com o cisco espalhado, replantada e devidamente desbrotada. **XVIII** – Ficam estipuladas para o outorgante proprietário as seguintes multas: a) de 1:000\$000 sempre que deixem de efetuar o pagamento das prestações estipuladas na cláusula quinze dentro dos prazos estabelecidos, b) de 10:000\$000, caso faça venda do citado imóvel sem ressaltar os direitos do empreiteiro ou no caso de se arrepender do presente contrato até o segundo ano de vigência deste contrato; c) de 20:000\$000, se o arrependimento se der no terceiro ano; d) 40:000\$000 se esse arrependimento se der no quarto ano, multas essas que reverterão em benefício do empreiteiro. **XIX** – Para o empreiteiro ficam estipuladas as seguintes multas: a) de 20:000\$000, caso abandone a empreitada até o segundo ano de vigência deste contrato; b) de 10:000\$000 caso esse abandono se de no segundo ao quarto ano; c) de 5:000\$000, todas as vezes que o mesmo fizer plantações na lavoura de café além do que lhe é permitido pela cláusula décima deste contrato e neste caso o empreiteiro ainda perderá o direito sobre tais plantações que poderão ser arrancadas pelo proprietário se este assim preferir. **XX** – O empreiteiro só poderá ter cabras e outros animais em lugares devidamente fechados de modo que as mesmas não possam danificar a lavoura do café. **XXI** – Dos 50 alqueires de terra ora entregues ao empreiteiro em empreitada, depois de terminada a plantação do café e a formação dos cinco alqueires de pasto de que trata este

contrato, o empreiteiro poderá aproveitar as terras que sobrarem para plantação de cereais, formação de pastos, ou da melhor forma que entender, sendo que todos os cereais que o empreiteiro plantar e colher tanto na lavoura como fora dela e o produto de outras culturas que o mesmo queira explorar fora da lavoura ficarão pertencendo ao mesmo durante a vigência deste contrato, de cujos produtos o empreiteiro poderá livremente dispor, ficando, porém, obrigado a deixar ditas terras formadas em pastos de Jaraguá ou capim fino. **XXII** – No caso de geada no segundo ou terceiro ano que danifique os cafeeiros fica o presente contrato prorrogado por mais um ano para o seu vencimento em trinta e um de outubro de 1931; neste caso, o proprietário pagará ao empreiteiro, como auxílio para o custeio da lavoura durante o prazo da prorrogação, a importância de 10:000\$000 em quatro prestações iguais, de 2:500\$000, cada uma vencível no último dia de cada um dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 1931, sendo que nos vencimentos dessas prestações o proprietário terá o mesmo prazo de tolerância estabelecido na cláusula décima quinta deste contrato e no caso de se dar tal prorrogação será o quinto ano considerado como o quarto para efeito de partilha de café de acordo com o que ficou estabelecido no final da cláusula oitava deste contrato. Caso essa geada se dê no quarto ano, correrão os riscos da mesma por conta do proprietário que receberá a lavoura do café e os pastos como formados, porém, neste caso, o café que então foi produzido será partilhado em partes iguais entre o outorgante proprietário e o empreiteiro e mais como ficou estipulado na cláusula oitava. Pelo empreiteiro José Guedes da Rocha então foi dito, ante o Tabelião e as testemunhas, que aceita este contrato tão inteiramente como nele se contém e declara, por estar ele de perfeita conformidade com o que havia justo e contratado com o outorgante proprietário, cuja outorga faz sua, e, assim sendo, obriga-se a cumprir o presente contrato como nele se contém e declara, aceitando como aceita todos os encargos e obrigações que por ele lhe são atribuídas, sob as penas combinadas. A presente escritura está isenta de selo de acordo com a lei e regulamento do selo federal em vigor. E, por assim estarem justos e contratados e de como disseram dou fé me pediram e lavrei a presente que, em seguida, sendo lhes lida, ante as testemunhas, Luiz Carlos de Medeiros e Nelson da Costa, moradores, pessoas idôneas, domiciliados nesta cidade e a tudo presentes, declararam as partes estarem em tudo conforme me haviam ditado, pelo que, a outorgarem, aceitam e assinam com ditas testemunhas, dou fé. Eu, Francisco dos Santos Bonfim, 1º Escrevente, escrevi. Em tempo. “Pelo empreiteiro José Guedes da Rocha me foi dito mais e pelo outorgante proprietário a quantia de 5:000\$000, em moeda corrente do país, corresponde à primeira prestação do adiantamento referido na cláusula décima quinta deste contrato, desse recebimento dava quitação do proprietário para não mais repetir”. Lido este adendo as partes e testemunhas foi aceito e achado conforme dou fé. Eu, Francisco dos Santos Bonfim, 1º Escrevente, escrevi”. (SIC.)

Ribeirão Preto, 28 de maio de 1926.

- IV -

**Região Paulista:
São Carlos e Araraquara**

O número de contratos de formação e/ou trato de café encontrados nos cartórios de São Carlos²³¹ e Araraquara²³², cinquenta e duas e cinquenta e três, respectivamente, assim como os dados sobre a produtividade dos cafeeiros, encontrados nos Boletim O Café: Estatísticas de Produção e comércio, publicado pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas entre 1909 e 1938, revelam: entre 1917 e 1937 a região Paulista, ou pelo menos sua porção mais antiga, compreendendo, além destes municípios, Rio Claro²³³, Araras, Leme, Limeira, Jaboticabal, Descalvado, Pirassununga, Porto Ferreira e Santa Rita do Passa Quatro, já vivenciava a decadência e/ou a estagnação das lavouras de café existentes, ou seja, a não ampliação do número de cafeeiros plantados e a continuada queda de produtividade. Alheios a esta realidade situavam-se os municípios mais novos tributários da Cia. Paulista de Estradas de Ferro: Monte Azul (1914), Viradouro (1916), Olímpia (1917), Guariba (1917), Colina (1925), Cajobi (1926) e Guairá (1928), assim como Barretos e Bebedouro, municípios que mesmo fundados nas décadas de 1880 e 1890 atingiram maior volume de produção apenas na década de vinte.

Conforme salientou José Francisco de Camargo a “Paulista”, ou “Baixa Paulista”, foi uma das zonas de agricultura mais desenvolvida do estado de São Paulo no final do século XIX e início do século XX. Em 1905 o número de cafeeiros plantados era de 150 milhões, alcançando uma produção de 7,5 milhões de arrobas, volume que se reduziu à metade em 1920, embora o número de cafeeiros tenha aumentado²³⁴, denotando considerável perda de produtividade dos cafeeiros e/ou a expansão das lavouras por terrenos de pior qualidade. Exemplificando esta tendência, no Boletim publicado pela

²³¹ Gostaria de agradecer ao Tabelião Rubens Fabrício Barboza e à Escrevente Léia Borghesan Albertini Fabadessa, pela autorização e auxílio à consulta dos Livros de Notas do 2º Ofício Civil de São Carlos.

²³² Gostaria de agradecer ao Tabelião Lucas Sandro Ribeiro Soares e à Escrevente Cleide Aparecida de Moura Pradela, pela autorização e auxílio à consulta dos Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Araraquara.

²³³ Em nossa pesquisa o município de Rio Claro é representativo da Região Central.

²³⁴ José Francisco de CAMARGO. Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: FIPE/USP, 1981, p. 35. Vol. I.

Secretaria de Agricultura Comércio e Obras Públicas em 1919 as terras de São Carlos foram descritas da seguinte maneira: “roxas, arenosas e misturadas, em geral boas”, enquanto as terras de Barretos foram classificadas como “arenosas, campos e cerrados²³⁵”, tipos menos apropriados ao café. O diferencial da qualidade das terras expressava-se também no preço do alqueire, duzentos mil réis em São Carlos e quarenta mil réis em Barretos.

De uma forma geral, os indicadores corroboram a hipótese de que a expansão da cafeicultura para o norte na região Paulista deu-se sobre solos de pior qualidade. O mesmo Boletim acima citado aponta que em São Carlos doze milhões de cafeeiros já estavam em decadência em 1919, enquanto em Barretos existiam cerca de cinco milhões de cafeeiros novos, que justamente por serem novos, alcançavam uma elevadíssima produtividade nas primeiras colheitas, mas que logo se esvaía com o passar dos anos: registrou-se em Barretos uma produtividade de 111,7 arrobas por cada mil cafeeiros em 1909-10, reduzindo-se tal volume para 60 arrobas por mil cafeeiros em 1915-16, apenas cinco anos depois.

Mapa 1 – Região Paulista



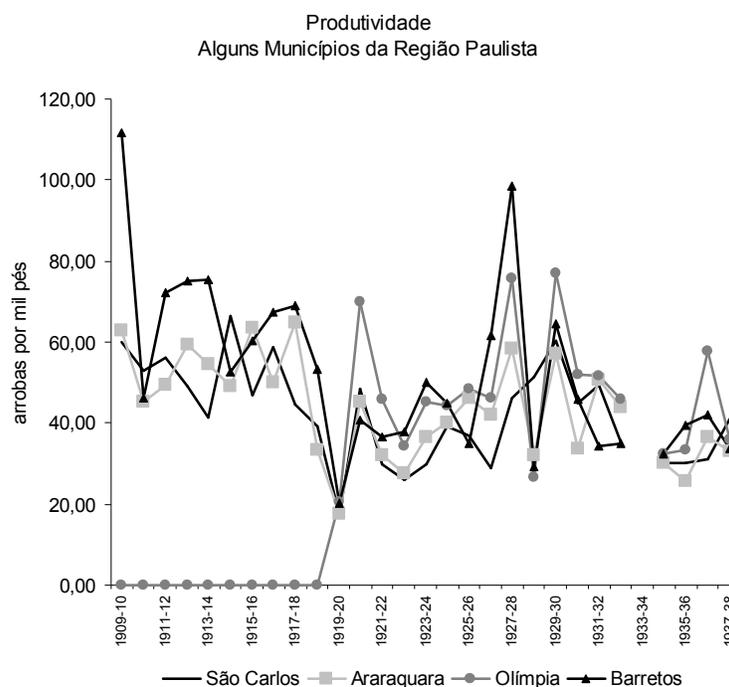
Fonte: Elaboração própria

Indicadores de produtividade da cafeicultura paulista em tão remota época podem ser temerários, pois a quantidade de arrobas produzidas por cada grupo de mil cafeeiros é muito oscilante, alternando-se em “anos bons” e “anos ruins” em total consonância com o regime pluviométrico, as temperaturas, altitudes e a idade dos cafeeiros. Portanto, é

²³⁵ O Café. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1919, p. 46 e 151.

possível que regiões com solos piores apresentem uma produtividade superior em um determinado ano ou período em virtude da ausência de geadas, das chuvas e de sua distribuição durante o ano, condições que, em sendo “generosas”, potencializariam a produtividade dos cafeeiros mais novos existentes nas Fronteiras. Já nas zonas mais antigas, com cafeeiros já envelhecidos, as mesmíssimas condições climáticas certamente teriam conseqüências diferenciadas e não proporcionariam impactos tão satisfatórios, uma vez que a “capacidade de resposta” dos cafeeiros de vinte, vinte e cinco anos de idade é bem reduzida se comparada à de cafeeiros com seis, sete anos de idade. Assim, ao se considerar apenas a produtividade como um indicador de terras de melhor qualidade, pode-se incorrer no erro de subestimar as outras condições necessárias para uma maior ou menor colheita, mais que isso, aceitar a premissa de que os cafeeiros mais produtivos estão alocados nas melhores terras. Observemos o gráfico abaixo:

Gráfico 1



Fonte: O Café. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1919, 1929 e 1937-8

A produtividade dos municípios de cafeicultura nova, Barretos e Olímpia, no período compreendido entre 1909 e 1938 foi sempre superior à produtividade de Araraquara e São Carlos, municípios de cafeicultura mais antiga. Observe que nos “anos bons” os picos das curvas de Olímpia e Barretos são mais acentuados, enquanto nos

municípios mais antigos a “capacidade de resposta” a que nos referimos anteriormente foi consideravelmente menor. Em termos de produtividade média, neste período, os cafeeiros de São Carlos alcançaram 42,53 arrobas anuais, os de Araraquara 43,58, os de Barretos 52,32 e os de Olímpia 46,85 (neste município considerando-se o intervalo entre 1919 e 1938). Estes números significam que as terras destes municípios novos são superiores? Não necessariamente. A variável determinante é a idade dos cafeeiros, e tanto Araraquara quanto São Carlos, municípios com os solos de melhor qualidade na Paulista, já apresentavam cafeiculturas decadentes, iniciadas na “longínqua” década de 1880. Reside aí uma das dificuldades de comparação entre regiões novas e antigas, pois para termos uma idéia mais exata dos diferenciais de produtividade oriundos da qualidade do solo e do tipo de clima ter-se-ia que comparar regiões no mesmo estágio de evolução, ambas com cafeeiros novos, o que se torna impossível dadas as diferentes temporalidades de desenvolvimento da cafeicultura entre estes distintos municípios da Paulista. De uma forma geral, o que podemos afirmar é que em solos piores os cafeeiros degradam-se mais rapidamente e, no máximo em duas décadas, os índices de produtividade equiparam-se ao de regiões mais antigas com solos melhores, ou tornam-se até inferiores.

É este o caso da região da Alta Araraquarense (compreendendo a Douradense). O “antigo” município de Jaú, fundado em 1866, com “terra roxa em quase toda a sua extensão”, apresentou uma produtividade média de 57,6 arrobas por mil pés entre 1920 e 1937, ao passo que o município de Catanduva, fundado em 1918 e dotado de “terras arenosas e misturadas, havendo também massapé”, atingiu uma média de 52,1 arrobas no mesmo período, evidenciando que quando consideramos um período maior de tempo²³⁶, e não somente as primeiras colheitas das novas lavouras da fronteira, as terras mais antigas e de melhor qualidade podem apresentar uma produtividade superior. Jaú possuía os solos de predileção da cafeicultura, característica assinalada por autores como Milliet, Monbeig e Camargo, ao passo que em Catanduva predominavam solos arenosos e uma baixa vegetação arbustiva, denunciando a falta de água e a baixa capacidade de retenção de nutrientes da terra, o que tornava este município menos apto à cafeicultura. Os solos de Araraquara e São Carlos não eram de primeira qualidade como os de Jaú, Ribeirão Preto e

²³⁶ Considerando-se alguns anos isoladamente, Catanduva alcançou uma produtividade superior, como em 1929-30, quando os cafeeiros produziram 77,6 arrobas por mil pés, enquanto Jaú, no mesmo ano agrícola, produziu 54,4. Daí a importância, ao se tratar de “produtividade”, de considerar intervalos de tempo maiores.

São Manuel, contudo, reuniam potencialidades e até uma certa recorrência de terras roxas, sendo também, como no caso de Jaú, superiores às Bocas de Sertão da década de vinte, denotando que a expansão das fronteiras agrícolas muitas vezes era feita em terras de pior qualidade, aonde o café, em pouco tempo, cederia lugar às pastagens.

Esta constatação, verificada na Paulista e na Alta Araraquarense, pode ser estendida para a região da Noroeste (além de Cafelândia e Lins) e para a Sorocabana (além de São Manuel). Exceção a esta “regra” fora a região Mogiana, aonde o avanço da cafeicultura deparou-se com as fertilíssimas terras de Ribeirão Preto, Cravinhos, São Simão e Ituverava, superiores às de Campinas, Amparo, Mogi-Mirim e Casa Branca. A lógica do avanço imediatista e indiscriminado incorporou as “areias da fronteira²³⁷”, e as primeiras colheitas de cafeeiros lá plantados criaram muitas das fantasmagorias do “ouro verde”, que povoavam o imaginário de aventureiros, colonos e fazendeiros. Tempos depois estes agentes teriam que cumprir, novamente, o seu desiderato: caminhar adiante e adiante, como se o deslocamento fosse a sua razão de ser, pois a paisagem marcada pelos úberes cafeeiros de outrora rapidamente definharia, erodiria, e as pequenas e insatisfatórias colheitas, com grãos igualmente definhados e de baixa qualidade, não seriam viáveis economicamente, substituindo-se o café nessas regiões pelas invernadas e pelas culturas menos exigentes, tais como a cana de açúcar.

*

Os municípios de Araraquara e São Carlos, fundados respectivamente em 1832 e 1865, adquiriram maior importância no cenário do complexo cafeeiro nas duas últimas décadas do século XIX, concomitante à expansão da cafeicultura para os demais municípios da Baixa Paulista e para a Mogiana. Estes dois municípios, assim como Ribeirão Preto, Araras, Limeira, Jaboticabal, Amparo e tantos outros “surgidos” no final do século XIX, possuem uma característica em comum: vincularam-se aos mercados exportadores num momento de crise do escravismo, situação na qual os habitantes e o governo de São Paulo promoveram rearranjos produtivos com vistas à superação dos entraves colocados à produção. Em maior ou menor grau, o “oeste paulista” do final do século XIX (falamos aqui de uma área - um losango - que ao norte se estendia até Franca,

²³⁷ Alusão à expressão cunhada por Pierre Monbeig: “A franja pioneira é o domínio da areia”, referindo-se aos arenitos (Bauru e Botucatu) que predominam na paisagem do interior paulista. Cf: *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984, p. 79.

para o oeste alcançava Jaú e Botucatu, ao sul delimitava-se com Sorocaba e Itu, e a leste com Amparo, Mogi-Mogi Mirim e Casa Branca) fora palco de múltiplas formas de organização do trabalho que envolvia a utilização da mão de obra livre nacional²³⁸, da mão-de-obra escrava²³⁹ (em grande medida oriunda do Nordeste) e, aos poucos, a utilização da mão de obra imigrante, que em massa era dirigida para os principais centros cafeeiros de então: Ribeirão Preto, Jaú, Campinas e São Carlos.

São Carlos vivenciou, assim como os principais municípios daquele momento, um considerável aumento do número de escravos. Em 1874 São Carlo detinha o 41º plantel de escravos do estado de São Paulo, alcançando a oitava posição em 1887. Observe a tabela abaixo:

Tabela 1 - Municípios que apresentaram maior crescimento no plantel de escravos (1874-1887)

Município	1874	1885	1887	% de crescimento 1874-1887
São Carlos	1.568	3.774	3.726	137,63
Dois Córregos	287	580	602	109,76
Ribeirão Preto	663	1.557	1.379	107,99
Descalvado	1.307	2.658	2.182	66,95
Casa Branca	2.260	4.535	3.004	32,92
Jaú	1.091	1.843	1.384	26,86
Jaboticabal	689	972	767	11,32
Pirassununga	1.591	3.005	1.749	9,93
Araraquara	1.626	1.811	1.627	0,06
Est. de São Paulo	166.399	153.864	107.329	- 35,6

Fonte: Adaptado de Ronaldo Marcos dos SANTOS. Op. cit., p. 20-21. Para São Carlos e Araraquara, adaptado de Oswaldo TRUZZI. Café e Indústria. São Carlos 1850-1950. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea UFSCar, 1986, p. 40.

Selecionamos nesta tabela, a partir dos dados fornecidos por Ronaldo Marcos dos Santos e Oswaldo Truzzi, os municípios do “oeste paulista” onde os plantéis de escravos²⁴⁰ mais cresceram entre 1874 e 1887, exceção feita a Araraquara. Dentre os municípios

²³⁸ A discussão sobre a utilização da mão de obra livre nacional no complexo cafeeiro, no contexto da crise da escravidão, foi amplamente discutida, sob vários aspectos, por autores como Emília Viotti da Costa (1979), Paula Beiguelman (1978), Maria Lúcia Lamounier (1986), Ademir Gebara (1986), Peter Eisenberg (1989), Chiara Vangelista (1991) e Rosane C. Messias (2003).

²³⁹ Em termos de magnitude dos plantéis de escravos, destacavam-se no interior paulista os municípios de Campinas (14.372 escravos), Bananal (6.464), Piracicaba (5.533), Guaratinguetá (4.851), Rio Claro (4.709), Amparo (4.246) e Casa Branca (4.535), que juntos detinham cerca de 30% da escravaria paulista em 1885. Cf: Ronaldo Marcos dos SANTOS. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo: IPE/USP, 1980.

²⁴⁰ Marcel Mano chama a atenção para o fato de que as primeiras experiências com a escravidão nos Campos de Araraquara envolviam os indígenas “apresados” no sertão, já registrados pelos incipientes “censos demográficos” de então (1811). Cf: Os Campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista. Campinas: IFCH/Unicamp, 2006, p. 50. Tese de Doutorado.

considerados na tabela, Casa Branca fora um importante mercado abastecedor de escravos para todo o interior paulista²⁴¹, municípios como Jaú, Dois Córregos, Jaboticabal, Descalvado e Pirassununga nunca foram grandes centros escravistas em termos absolutos, figurando na tabela por conta do considerável crescimento relativo de seus plantéis no intervalo considerado. Já Ribeirão Preto e São Carlos possuem uma característica em comum: a recorrência de fazendas de médio e grande porte, suficientemente grandes e capitalizadas para ampliar a utilização do braço escravo num momento de continuada subida dos preços dos cativos²⁴².

Somente grandes unidades “especializadas”, com grandes escalas de produção e consideráveis taxas acumulação seriam capazes de adquirir escravos naquele momento, tanto que no estado de São Paulo como um todo, sobretudo nas regiões de decadente cafeicultura do Vale do Paraíba e em alguns municípios da região Central, especializados na produção de açúcar, tratando-se nos dois casos de atividades econômicas com taxas de acumulação menos vigorosas, verificou-se uma acentuada queda nos plantéis de escravos: 69,7% em Sorocaba, 65,0% em Porto Feliz, 65,5% em Itapetininga, 63,4% em Itu, 66,5% em Mogi das Cruzes e 61,3% em São Luís do Paraitinga²⁴³. Em municípios do “oeste paulista” onde a propriedade e/ou a posse era mais fragmentada, como em Franca, o plantel de escravos reduziu-se 64,1% entre 1874 e 1885²⁴⁴. Talvez seja esta a explicação para a não ampliação do número de escravos em Araraquara neste mesmo período, pois neste município a posse e/ou propriedade da terra era menos concentrada do que em São Carlos e Ribeirão Preto, como veremos adiante.

Estes deslocamentos de escravos das regiões de menor dinamismo econômico para as regiões de fronteira da cafeicultura, sobretudo para os municípios com solos de melhor qualidade, indicam uma concentração de cativos nas regiões mais estreitamente ligadas ao

²⁴¹ “Casa Branca, nos anos anteriores a 1885 foi o centro distribuidor de braços através de seu mercado de leilões de escravos provenientes de Minas Gerais e do Norte”. In: Roberto SIMONSEN. Aspectos da História Econômica do Café. Contribuição para o Congresso de História Nacional promovido pelo IHGB em outubro de 1938. Apud: Ronaldo Marcos dos SANTOS. *Op. Cit.*, p. 20-1.

²⁴² Um escravo masculino com idade entre 15 e 29 anos, que em 1850 custava 650\$000, chegou a custar 2:300\$000 em 1880. Cf: Zélia Maria CARDOSO DE MELLO. *Metamorfoses da riqueza em São Paulo. 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985, p.160.

²⁴³ Ronaldo Marcos dos SANTOS. *Op. Cit.*, p. 20-1.

²⁴⁴ Neste município, 84,1% dos 620 proprietários de escravos possuíam menos de cinco cativos, 9% possuíam entre seis e dez cativos e o restante mais de dez cativos, sendo que apenas dois possuíam mais de trinta cativos. Cf: Rogério Naques FALEIROS. *Homens do Café: Franca 1880-1920*. Campinas: IE/Unicamp, 2002, p. 34.

mercado exportador no final do século XIX. Os municípios com maior potencial produtivo para a cafeicultura, marcados pela recorrência de grandes unidades produtoras, são também os mesmos que vivenciaram o maior crescimento relativo das escravarias entre as décadas de 1870 e 1880: Campinas e Rio Claro (que já eram centros exportadores destacados), Ribeirão Preto e São Carlos, onde por conta da aproximação das ferrovias (Mogiana e Paulista, respectivamente), e das ótimas potencialidades naturais, estabeleceram-se grandes unidades inicialmente tocadas pelo braço escravo em determinadas etapas do “processo produtivo²⁴⁵”. Cabe salientar, entretanto, que apesar deste processo de concentração de escravos nas regiões mais dinâmicas, grande parte dos municípios do estado de São Paulo sofreu uma rápida diminuição de seus plantéis e o problema da mão-de-obra tornava-se cada vez mais presente, pois o número de cafeeiros no estado duplicou entre 1876 e 1883.

Como solução à crise do escravismo as elites regionais buscaram saídas próprias. Em São Paulo foi implementado um grande “programa” com vistas a viabilizar a imigração de trabalhadores europeus. O governo do estado em associação com a Sociedade Promotora da Imigração proporcionou o desembarque em Santos de enormes contingentes de italianos, espanhóis e portugueses, que deste momento em diante dedicar-se-iam ao trabalho nas lavouras de café. Enumerar os municípios mais procurados pelos imigrantes corresponde a repetir a lista dos centros cafeicultores de maior destaque na ordem de sua importância. De um total de 123.069 imigrantes distribuídos pelas fazendas de café entre 1898 e 1902, um pouco mais da terça parte (49.799) concentraram-se em apenas cinco municípios: Ribeirão Preto (14.293), São Simão (7.837), São Carlos (7.739), Araraquara (7.679) e Jaú (6.191)²⁴⁶. Novamente, assim como no caso da escravidão, os principais fluxos de imigrantes destinados à lavoura foram para os principais centros cafeicultores do interior no final do século XIX, onde se localizavam as fazendas de maior porte com melhores condições para oferecer um contrato e a infra-estrutura necessária para a alocação dos novos trabalhadores.

Dados os esforços do poder público paulista o problema econômico da deterioração do escravismo foi superado e o desenvolvimento da cafeicultura nas regiões Paulista,

²⁴⁵ A existência de um maior número de escravos não significa que as formas pretéritas de produção foram abandonadas. Ainda existiam nas fazendas de café atividades cuja execução cabia aos trabalhadores livres nacionais, tais como a derrubada de matas, cultivo de mudas, a formação das lavouras, trabalho no beneficiamento, transporte das sacas, etc. Os escravos eram mais corriqueiramente utilizados no trato dos cafeeiros (carpa, esparramação do cisco, replantas e desbrotas), na colheita e na secagem.

²⁴⁶ Pierre MONBEIG. *Op. Cit.*, p. 172.

Mogiana, de parte da Sorocabana e de parte da Douradense fora resolvido, de modo que a marcha do café nestas paragens seguiu em frente pautada no trabalho livre, assinalando-se, neste momento, mudanças estruturais na forma de desenvolvimento da economia brasileira assentadas no trabalho predominantemente livre, diferenciando esta fase de expansão da fronteira agrícola das expansões pretéritas no Vale do Paraíba e na Região Central, já em decadência no momento da abolição da escravidão e das políticas de imigração em massa.

A região Paulista, durante esta transição, figurou como uma das principais receptoras de contingentes de imigrantes. São Carlos, por exemplo, entre os anos de 1884 e 1903 figurou entre os cinco principais centros receptores de estrangeiros, sendo o primeiro em 1894²⁴⁷. Em 1899 a população rural do município era composta por 10.396 italianos, 1.356 espanhóis, 1.242 brasileiros “pretos”, 1.028 brasileiros brancos, 886 portugueses, 447 austríacos, 211 alemães, 119 polacos e 03 franceses²⁴⁸. Em geral, os imigrantes assumiam a condição de colonos, o que, segundo Truzzi, significava uma posição superior dentre as funções exercidas na fazenda. Numa camada inferior ficava o escravo negro e depois vinham os camaradas, brasileiros quase sempre, que recebiam algum tipo de salário ou pagamentos “*in natura*” para a execução de trabalhos, eventuais em alguns casos²⁴⁹.

Com a abolição da escravidão pode-se inferir que os ex-escravos tenham assumido funções típicas dos camaradas nas fazendas, entretanto, dada a falta de estudos sobre a situação do ex-escravo no complexo cafeeiro, notadamente no interior paulista, torna-se impossível qualquer afirmação mais aprofundada sobre seu destino. Muitas vezes, tem-se a impressão de que os imigrantes e o trabalho livre suprimiram outros grupos sociais e outras formas de organização do trabalho, entretanto, há que se considerar que a transição ao trabalho livre foi marcada por diferentes arranjos que variavam de região para região. Em São Paulo, especificamente no interior, em regiões como a de Araraquara e São Carlos, outras atividades produtivas preexistiram à cafeicultura e com ela passaram a coexistir no momento de sua instalação. Araraquara por exemplo, fundada em 1832, e provavelmente o posto mais avanço rumo ao oeste naquela época, assumia estratégica posição para o

²⁴⁷ Oswaldo TRUZZI. *Op. Cit.*, p. 67. Em 1915 o município foi o terceiro maior receptor de mão-de-obra estrangeira.

²⁴⁸ Entre 1901 e 1930 entraram em São Carlos cerca de 19.332 imigrantes. Cf: Vilmo Guimarães MELO. *A imigração italiana e a transformação da estrutura econômico-social do município de São Carlos*. Marília: FFCL/Unesp, 1975. Tese de doutoramento, p. 111.

²⁴⁹ Oswaldo TRUZZI. *Op. Cit.*, p. 70.

comércio paulista com outras províncias, tais como Mato Grosso e Goiás. Exercia esta Freguesia, a mais importante dos Campos de Araraquara²⁵⁰, uma importante função como entreposto comercial e como pousada para as tropas que comercializavam gado, couramas, porcos, alimentos, ferramentas rústicas e algumas pedras preciosas oriundas das Minas de Cuiabá e Goiás, contrabandeadas, por suposto. Os Campos também se ligavam ao transporte de cargas via rio Tietê²⁵¹.

Um povoamento mais intenso nesta região remonta à primeira metade do século XIX, com a abertura de algumas fazendas. Segundo Vladimir Benincasa as primeiras fazendas construídas na região eram, em geral, muito simples, construídas segundo os padrões da arquitetura tradicional mineira e paulista. Não eram construções muito avantajadas, dada a falta de recursos dos fazendeiros, sendo recorrentes as casas de pau-a-pique cobertas de sapé ou folhas de coqueiro²⁵². Os fazendeiros estabeleciam no sertão diferentes níveis de interdependência em relação aos caixeiros viajantes e aos tropeiros. Os primeiros acolhiam os viajantes e acomodavam-lhes durante certo tempo, suprindo as suas mais diversas necessidades; por outro lado os fazendeiros deles dependiam para o seu abastecimento e manutenção. Necessário destacar também a importância destes contatos para o estabelecimento de laços mais estreitos com os centros mais desenvolvidos, tais como Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, sazonalmente visitados pelos tropeiros. Em suma, viagens até Cuiabá seriam impensáveis sem os pousos existentes nos Campos de Araraquara, e as fazendas pioneiras desta região nem sequer teriam sido erigidas caso os tropeiros por lá não circulassem.

Estas primeiras fazendas dedicavam-se prioritariamente à criação de gado vacum e cavalar que se destinariam ao suprimento das tropas, seriam utilizados nos trabalhos da decadente mineração mato-grossense e goiana, e abasteceriam os engenhos do chamado “quadrilátero do açúcar” (Campinas, Itu, Piracicaba e Sorocaba). Existiam cerca de 287

²⁵⁰ Os Campos de Araraquara incluíam as atuais Araraquara, Jaú, Jaboticabal, São Carlos, Brotas e Dois Córregos, sem limite sertão adentro. Cf: Rosane Carvalho MESSIAS. *O cultivo de café nas bocas do sertão paulista*. Mercado Interno e mão-de-obra no período da transição 1830-1888. São Paulo: Unesp, 2003, p. 22.

²⁵¹ “As terras de São Carlos eram cortadas desde 1799 pelo chamado ‘picadão de Cuiabá’. Essa estrada saía de Piracicaba, que era também boca de sertão, atravessava os campos do Córrego do Feijão e rompia a mata densa do Pinhal atingindo extensos cerrados dos Campos de Araraquara, até a margem direita do Rio Tietê”. Cf: Rosane Carvalho MESSIAS. *Op. Cit.*, p. 23.

²⁵² Vladimir BENINCASA. *Velhas fazendas*. Arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara. 1830-1930. São Paulo: Edufscar/Imprensa Oficial, 2003, p. 235. Segundo o autor, o modo rústico e despojado das construções perdurou até 1870, como atestam vários inventários do período.

cabeças de gado cavalariço, 2.667 cabeças de gado vacum e 5.883 porcos. Contudo, segundo Messias, alguma produção dos chamados “gêneros do país” já fora registrada por Daniel Pedro Muller em 1836-7: 440 arrobas de açúcar, 1.735 alqueires de arroz, 3.654 alqueires de feijão, 61.131 alqueires de milho, 157 alqueires de fumo, 84 alqueires de algodão em rama e 70 canadas de aguardente²⁵³. Evidentemente, à época, os volumes produzidos por municípios como Campinas, Porto Feliz e Piracicaba²⁵⁴ eram muito superiores aos de Araraquara, entretanto, os dados acima citados evidenciam a formação e um certo grau de desenvolvimento econômico em Araraquara²⁵⁵, o que significa afirmar que de alguma forma estas produções vinculavam-se a circuitos comerciais cada vez mais amplos, certamente polarizados por Campinas (no caso da produção de alimentos) e Sorocaba (no caso da criação de animais), destinados ao abastecimento do mercado interno (como demonstra Messias) e também, suponho, ao provimento das atividades de alguma forma ligadas à exportação, tanto na província de São Paulo (açúcar) como nas de Mato-Grosso e Goiás (mineração).

Rosane C. Messias assim sintetiza as atividades econômicas existentes nos Campos de Araraquara anteriores à cafeicultura:

“Diferentemente do que se imaginava, não eram apenas paragens e freguesias fragilmente erguidas longe dos mais antigos e prósperos centros urbanos ou agrários. Destinadas inicialmente a atender viajantes e tropeiros, com uma população instável e itinerante, dedicada ao cultivo de roças de subsistência e criação de gado, elas foram se transformando ao longo do século XIX e consolidando uma economia própria, como uma economia diversificada, próspera, com uma dinâmica integrada às necessidades do mercado interno. Esse desenvolvimento contribuiu para moldar uma estrutura fundiária baseada nas pequenas e médias propriedades [ou posses]. Essa estrutura de certa forma viria a condicionar as bases das relações de trabalho que continuaram a perdurar posteriormente, quando a expansão cafeeira atingiu a região integrando-a a economia agro-exportadora”²⁵⁶

As palavras da autora indicam que a cafeicultura, ao expandir-se para a região de Araraquara e São Carlos, encontrou uma formação econômica robusta, diversificada e

²⁵³ Rosane Carvalho MESSIAS. *Op. Cit.*, p. 29.

²⁵⁴ Campinas, por exemplo, em 1836-7 produzia 8.801 arrobas de café, 158.447 arrobas de açúcar, 7.399 canadas de aguardente, 3.672 alqueires de arroz, 21.015 alqueires de feijão, 96.786 alqueires de milho e 358 arrobas de milho. Cf. Rosane Carvalho MESSIAS. *Op. Cit.*, p. 29.

²⁵⁵ Em 1854 existiam em Araraquara doze engenhos de açúcar, cuja produção era estimada em cinco mil arrobas.

²⁵⁶ Rosane Carvalho MESSIAS. *Op. Cit.*, p. 48.

preponderantemente voltada ao mercado interno²⁵⁷. Mais que isso, afirma que algumas características dessa formação econômica anterior ao café marcaram indelevelmente o processo de integração econômica mais intenso que se seguiu à chegada da ferrovia (1884) e ao cultivo do café em grande escala, tais como as pequenas e médias propriedades e/ou posses. Concordamos com a autora. O desenvolvimento do complexo cafeeiro agro-exportador não deve ser entendido como algo que destrói e se impõe sobre as formas pretéritas de organização social e econômica, muito pelo contrário. Deve-se, quando possível, reconstituir os pontos de intersecção, as continuidades, complementaridades e rupturas estabelecidas.

Messias afirma também que por volta da década de 1870, as bocas de sertão de Araraquara e São Carlos começavam lenta e timidamente a participar do mercado externo, mantendo, ao mesmo tempo, seus setores econômicos voltados para o mercado interno. Segundo a autora este é um ponto significativo, pois o café não substituiu os setores econômicos já estabelecidos, mas dividiu espaço com os seguimentos voltados para o mercado interno que possuíam grande peso. Formações econômicas não se sobrepõem pura e simplesmente umas às outras. Não se tratava de um “jogo de soma zero”, ou seja, o desenvolvimento da cafeicultura não obstaría atividades pretéritas, e a permanência destas atividades não seria um entrave à implementação de uma cultura de exportação (grandes escalas), ainda mais em se tratando de uma região de fronteira, onde boa parte das terras ainda estava disponível à exploração agrícola, pois eram parcamente aproveitadas pelas lavouras de alimentos e pela criação de gado.

Evidentemente, a partir da consolidação do café nesta região na década de 1890, não se poderá negar o papel “autárquico” exercido por esta cultura. A cafeicultura nucleava uma série de outras atividades, melhor dizendo, o café constituía-se como o núcleo básico da acumulação de capitais, o núcleo de todo um complexo econômico - o complexo cafeeiro. O avanço da fronteira e a ampliação das lavouras criavam as possibilidades necessárias para uma série de atividades complementares e fundamentais ao funcionamento da economia cafeeira, tais como alguns ramos industriais, sistemas de transporte,

²⁵⁷ Formação econômica semelhante se deu em Franca, região que desde o final do século XVIII esteve vinculada aos circuitos comerciais de alimentos, sal e gado que ligavam Goiás e o Triângulo mineiro ao Rio de Janeiro, Campinas e São Paulo. Ver CHIACHIRI FILHO (1986), TOSI (2003) e OLIVEIRA (1997 e 2003).

maquinários para beneficiamento e o próprio estabelecimento de um mercado de gêneros alimentícios, condição essencial para uma sociedade que tendia ao assalariamento.

Acreditamos não ser possível traçar uma nítida separação entre unidades produtoras de café (voltadas à exportação), e unidades que priorizavam a produção de outras culturas, supostamente direcionadas ao mercado interno. Assumir tal separação significa desconhecer os mecanismos de formação dos cafezais, pois na medida em que iam se plantando novas lavouras de café os espaços existentes entre os pés eram utilizados para o plantio de outras culturas, destacadamente o milho, o arroz e o feijão, como veremos adiante. Assim, com o advento do café criaram-se novas possibilidades de ampliação para as outras culturas: ao se queimar e derrubar as matas nativas, avançando a fronteira agrícola cafeeira, concomitantemente se aumentavam os espaços para as culturas de alimentos, redundando em considerável ampliação das quantidades produzidas, o que também era muito interessante para os fazendeiros, que centralizavam e organizavam a colocação dos excedentes destas produções nos mercados.

A “cultura principal”, o café, certamente destinava-se à exportação, assim como a produção de alimentos era consumida internamente, pelo menos em sua maior parte. Entretanto, não se trata aqui de estabelecer diferenciações do tipo “atividade voltada para fora” ou atividade voltada para dentro”, mas considerar que ambas coexistiram no complexo cafeeiro porque eram rentáveis, vinculadas a mercados distintos, evidentemente, mas ambas propiciando aos fazendeiros e/ou comerciantes os mecanismos necessários para a reprodução da sua riqueza.

Difícilmente se encontraria na região de Araraquara e São Carlos, como em quase todo interior paulista²⁵⁸, fazendas especializadas somente na produção de café. Nas fazendas de maior dimensão uma parte das terras sempre era destinada à produção de “cereais²⁵⁹”. Lá também, ao lado dos terreiros, das tulhas e das casas de máquinas,

²⁵⁸ Trabalhos como os de André Argolo (2004) para a região de Campinas, o de Vladimir Benincasa (2003) para a região de Araraquara, e o de Lélío Luiz Oliveira (2003) para a região de Franca indicam esta fusão entre a arquitetura do café e elementos e construções próprias de outras atividades agrícolas e criatórias.

²⁵⁹ A fazenda Atalaia, de propriedade de Dona Herminia Ferraz Borba, é assim descrita no álbum de Araraquara para o ano de 1915: “Tem a área de 600 alqueires, na quase totalidade de terras roxas, dos quais 240 plantados com 436.000 pés de café; 100 em pasto com 100 cabeças de gado bovino, 45 muaras, 30 éguas, 06 cavalos e 01 jumento; **60 alqueires para plantação de cereais** e 200 para extração de madeiras”. Cf: *Álbum de Araraquara para o ano de 1915*. Araraquara: Câmara Municipal de Araraquara, 1915, p. 167. Supomos que estes sessenta alqueires destinavam-se em parte aos colonos da fazenda cujos cafeeiros sob sua responsabilidade encontravam-se formados. Lá plantavam as lavouras necessárias para sua subsistência e

avistavam-se monjolos para pilar o milho, moinhos para a produção de fubá, pilão para “socar” o arroz, pastos para as criações e carroças para transportar toda esta produção para as vendas, cidades e estações. Nos sítios e chácaras algumas partes das terras, como também as próprias fileiras do cafezal, destinavam-se ao plantio de outros gêneros, tendendo esta faixa de propriedades mais claramente à policultura, resguardando-se, evidentemente, a dominante posição da cafeicultura. O café e as outras culturas conviveram e se viabilizaram mutuamente²⁶⁰.

*

Um duplo movimento marcou o processo de formação das propriedades em São Carlos e Araraquara. Ao lado dos pequenos posseiros, voltados para a produção de excedentes para o mercado interno, existiram grandes domínios, tais como as sesmarias de José Ignácio Ribeiro Ferreira e de Carlos Bartholomeu de Arruda, avô do futuro Conde do Pinhal²⁶¹, “arrematadas” no final do século XVIII, definindo-se desde o início do povoamento dos Campos de Araraquara a heterogênea estrutura agrária com a qual o café se depararia.

Em 1831 foram plantados os primeiros cafeeiros na sesmaria do Pinhal, ao lado de outras culturas à época mais importantes, tais como a cana-de-açúcar. Contudo, a primeira grande empreitada para a formação de cafeeiros na fazenda do Pinhal foi lavrada em 1862, visando o plantio de sessenta mil cafeeiros, que seriam tocados pelos quarenta e nove escravos existentes na propriedade. Ao lado destas propriedades de maior porte, o café aos poucos ia se tornando uma cultura também recorrente nas propriedades²⁶² de menor porte,

gerando também algum excedente, provavelmente expropriado pelo fazendeiro. Esta idéia foi desenvolvida em Pedro Geraldo TOSI, Rogério Naques FALEIROS e Rodrigo da Silva TEODORO. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/São Paulo 1890-1914. *Revista História*, São Paulo, vol. 24, n. 02, p. 291-327, 2005.

²⁶⁰ No município de São Carlos, destacado centro produtor de café do estado de São Paulo, a cafeicultura ocupava uma área de 12.523 alqueires em 1905, enquanto a cultura do milho ocupava 9.252,5 alqueires e o feijão 4.061,25 alqueires. Cf: Estatística Agrícola e Zootécnica de São Carlos do Pinhal par ao ano agrícola de 1904-05. *Apud*: Oswaldo TRUZZI. *Fontes estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos. 1873-1940*. São Carlos: Edufscar, 2004, p. 101.

²⁶¹ Oswaldo TRUZZI. *Op. Cit.*, p. 08. “Em 1781 foram concedidas três léguas de terra ao cirurgião-mor do Regimento de Voluntários Reais de São Paulo que, cinco anos depois, vendeu-a ao Capitão Carlos Bartholomeu de Arruda, sargento-mor de Itu”. Muito recorrentes eram os casos de se negociarem as sesmarias sem o menor conhecimento da área e da região por parte dos sesmeiros, configurando-se neste momento os primeiros casos de especulação fundiária do interior paulista.

²⁶² Evidentemente, nem todas as glebas de terras daquele período poderiam ser chamadas de propriedades, pois em inúmeros casos, senão na maioria (sobretudo nas menores porções de terra) tratava-se de apossamentos cuja propriedade legal ainda não havia sido registrada. Usamos o termo “propriedade” em seu

inicialmente cultivado como uma lavoura entre as demais e aos poucos se tornando a cultura principal.

Conforme verificamos em estudo anterior²⁶³, não só trabalhadores livres e pobres (agregados, camaradas) e escravos compunham a mão-de-obra necessária para a ampliação das lavouras de café nas propriedades de maior porte nos anos anteriores à abolição e à imigração em massa. Os pequenos proprietários e/ou posseiros, genericamente chamados de sitiantes, estabeleceram complementaridades com os fazendeiros de maior cabedal, aproveitando-se deste momento de expansão das lavouras de café – de maior demanda por trabalho - para ampliar sua capacidade de geração de excedentes alimentícios, cultivando arroz, milho e feijão nas fileiras dos cafezais em formação. Assim, poderiam auferir uma maior renda na comercialização destes excedentes e, quiçá, ampliar as suas posses e/ou propriedades e sua capacidade de cultivá-las, comprando alguns poucos escravos e rezes.

No município de Franca, justamente neste período, entre 1874 e 1879²⁶⁴, encontramos cerca de trinta escrituras de formação de café onde cabia aos sitiantes contratados oferecer as garantias (terras e escravos) aos contratantes, caso as lavouras não fossem formadas a contento. A questão é: por que recaía sobre os contratados o ônus das garantias? Ora, porque estes mobilizavam seus poucos recursos com vistas à ampliação dos excedentes produzidos, pois, segundo estes contratos, cabia aos contratados toda a produção oriunda das terras contratadas (exclusive café) durante o prazo determinado em contrato. Já o contratante, com custos reduzidos ou quase nulos, ao final de quatro ou cinco anos, possuiria cafezais em franca produção, que daí em diante seriam tocados pelo braço escravo ou pelos imigrantes recém desembarcados, e, caso fossem recorrentes falhas na formação e no trato dos cafeeiros, executariam as garantias. Este mecanismo evidencia que se estabeleceu uma complexa complementaridade entre diferentes faixas de proprietários num contexto de escassez de mão-de-obra.

Acreditamos que tal mecanismo possa ser estendido à região ora em foco, sendo suplementar ao trabalho escravo, de modo que já em 1878 o município de São Carlos

sentido mais amplo e genérico, qual seja, faixa territorial ocupada por uma determinada pessoa ou a ela pertencente por uma série de fatores que não a escritura registrada em cartório.

²⁶³ Rogério Naques FALEIROS. *Homens do Café: Franca 180-1920*. Campinas: IE/Unicamp, 2002. Dissertação de mestrado, p. 13 e seguintes.

²⁶⁴ Livros de Notas dos 1º e 2º Ofícios Cíveis de Franca/SP. Ver apêndice documental em Rogério Naques FALEIROS. *Op. Cit.*, 2002, p. 179.

contava com mais de seis milhões de cafeeiros, dos quais um terço já estava pronto para a produção, e Araraquara possuía cerca de setecentos mil pés de café formados, contando ainda com um milhão e trezentos mil pés em formação.

Apesar de situadas na mesma região e com características históricas e geográficas muito semelhantes, São Carlos e Araraquara, pelo que indicam as evidências, apresentavam um perfil diferenciado no que se refere à dimensão das propriedades. Conforme vimos acima o município de São Carlos possuía 1.568 escravos em 1874, população que cresceu para 3.726 em 1887. Em Araraquara o número de escravos neste intervalo permaneceu praticamente inalterado, 1.626 e 1.627, respectivamente. Para o ano de 1886, segundo José Francisco de Camargo, registrou-se no município de São Carlos a entrada de 2.051 imigrantes, e nenhuma entrada foi registrada em Araraquara. No mesmo ano, a população de São Carlos era de 16.104 habitantes e a de Araraquara 9.559. Infere-se destes dados, que São Carlos foi um pólo de atração tanto de mão de obra escrava quanto, posteriormente, de mão de obra imigrante, denotando, conforme argumentamos acima, que as propriedades aí possuíam uma maior dimensão, sendo fortes o suficiente para adquirir escravos num contexto de subida dos preços e para polarizar boa parte da oferta de estrangeiros, sobretudo a partir da década de 1890.

Outro dado importante é a média de cafeeiros por propriedade nos dois municípios. Ainda com os dados de Camargo, esta média era de 80.029,4 cafeeiros por propriedade em São Carlos em 1905, ao passo que a média araraquarense para o mesmo ano era de 40.292. Em 1920 a média são-carlense permaneceu quase inalterada, 79.774,5 cafeeiros, enquanto a média de cafeeiros por propriedade em Araraquara diminuiu para 24.347,7. Existiam pequenas propriedades em São Carlos, contudo, a média de cafeeiros por propriedade, neste caso, era “puxada” para cima pelas grandes fazendas que detinham centenas de milhares de cafeeiros, o que parece não ter ocorrido em Araraquara, onde o número de propriedades de maior porte era reduzido, mas o número total de propriedades que produziam café era superior em 1905: 452 contra 313 em São Carlos²⁶⁵.

Esta tendência parece ter se perpetuado no tempo. Segundo o Boletim *Café: Estatística de Produção e Comércio* existiam em São Carlos, para o ano de 1919, 303 contribuintes para o imposto sobre cafeeiros, enquanto existiam 519 em Araraquara. O

²⁶⁵ José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.*, p. 109. vol. 3

maior cafeicultor são-carlense à época era o Dr. Alfredo Ellis, que possuía 1.271.000 cafeeiros na Fazenda Santa Eudóxia, enquanto a Cia. Agrícola P. Almeida, com 840.000 cafeeiros, detinha a maior lavoura de café em Araraquara. A média de cafeeiros entre os vinte maiores produtores de São Carlos era de 418.100, sendo a média araraquarense, nesta mesma faixa de proprietários, de 340.300. Estes dados indicam que havia um maior número de propriedades de menor porte em Araraquara, e que as fazendas que poderiam ser consideradas grandes neste município, referindo-se aqui ao número de cafeeiros, eram menores do que as grandes propriedades cafeeiras de São Carlos.

Outras fontes também apontam evidências que corroboram a diferenciação do perfil dos proprietários entre um município e outro.

Tabela 2 – Cafeeiros por propriedade. Araraquara e São Carlos

Araraquara (1915)			São Carlos (1916)		
Nº de cafeeiros	Cafeicultores	%	Nº de cafeeiros	Cafeicultores	%
01 mil a 5 mil	116	29,07	01 mil a 5 mil	42	14,38
06 mil a 15 mil	126	31,58	06 mil a 15 mil	75	25,68
16 mil a 30 mil	46	11,53	16 mil a 30 mil	56	19,18
31 mil a 60 mil	38	9,52	31 mil a 60 mil	24	8,22
61 mil a 101 mil	36	9,02	61 mil a 101 mil	22	7,53
101 mil a 250 mil	30	7,52	101 mil a 250 mil	50	17,12
251 mil a 500 mil	07	1,75	251 mil a 500 mil	21	7,19
501 mil a 800 mil	00	0,00	501 mil a 800 mil	02	0,68
Total	399	100,00	Total	292	100,00

Fonte: Para Araraquara: Álbum de Araraquara para o ano de 1915. Araraquara: Câmara Municipal de Araraquara, 1915, p. 112-17. Para São Carlos: Franklin CASTRO (org.). Almanack – Álbum de São Carlos 1916-1917. São Carlos: Typographia Artística, 1917. In: Oswaldo TRUZZI. Fontes estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos. 1873-1940. São Carlos: Edufscar, 2004, p. 25. Estes dados também foram encontrados em Rosane C. MESSIAS. Op. Cit., p. 73-4.

A fragmentação das terras foi maior em Araraquara (60,65% das propriedades possuíam menos de quinze mil cafeeiros) do que em São Carlos, onde cerca de 40% das propriedades se situavam nesta mesma faixa. Em contrapartida, cerca de 32% das lavouras são-carlenses possuíam mais de sessenta mil cafeeiros, com destaque para as propriedades situadas na faixa entre cem e duzentos e cinquenta mil cafeeiros, ao passo que em Araraquara apenas 18,29% das propriedades possuíam mais de sessenta mil cafeeiros²⁶⁶.

²⁶⁶ Conforme aponto MESSIAS, ao se estudar o tamanho das propriedades cafeeiras é inevitável deparar-se com a dificuldade de classificá-las, pois estas não apareciam dispostas pelo seu tamanho em alqueires, mas sim pelo número de pés de café, ou, em alguns casos, pela produção cafeeira. Cf: Rosane Carvalho MESSIAS. Op. Cit., p. 72. A autora deparou-se com essa dificuldade ao estudar o século XIX, contudo, em trabalho anterior que versava sobre o município de Franca já no século XX, deparamo-nos com a mesmíssima

Para ambos os casos o que se percebe é a formação e permanência de uma estrutura marcada pela heterogeneidade da dimensão das propriedades e do respectivo potencial produtivo. Esta “convivência” entre grandes, médias e pequenas propriedades parece ter sido recorrente na maior parte do “Oeste Paulista²⁶⁷”, corroborando tese já conhecida na historiografia que destaca a viabilidade da cafeicultura em pequenas e médias unidades produtivas, a despeito de modelos interpretativos baseados somente nas chamadas *plantations*. Este parece ser um “ponto pacífico” entre os especialistas, entretanto, ao meu ver, ainda carecemos de informações e estudos sobre a viabilidade econômica destas pequenas propriedades, como se financiavam²⁶⁸, como se comportavam em momentos de crise, como comercializavam seus cafés (direta ou indiretamente), como organizavam a mão-de-obra, enfim, informações que nos permitam descobrir como os negócios eram geridos cotidianamente nesta faixa de proprietários.

As diversas informações acima aludidas corroboram a hipótese de que em Araraquara, apesar da recorrência de grandes lavouras de café, predominavam as pequenas propriedades. Esta predominância tornou-se ainda mais latente nas décadas de vinte e trinta, quando do esgotamento das lavouras na região. Como vimos acima, em 1919 existiam no município 519 proprietários de unidades produtivas de café, número que subiu para 634 em 1929 e para 734 em 1938, ano em que o maior cafeicultor do município detinha 400.000 pés, menos da metade do que possuía o maior cafeicultor em 1919²⁶⁹.

Em São Carlos, de acordo com Regina Devescovi, no momento em que a produtividade tornou-se decrescente, marcadamente a partir de 1918, ocorreu uma reestruturação da produção agrária no estado de São Paulo, como também no perfil dos proprietários. Segundo a autora: “o mercado urbano crescente para produtos de outras

lacuna no que diz respeito à extensão das propriedades. Assim como Messias utilizamos a quantidade de cafeeiros como critério para diferenciar as propriedades, dada a inexistência de séries e informações sobre a tamanho das propriedades também na região de Franca. Cf: Pedro Geraldo TOSI, Rogério Naques FALEIROS e Rodrigo da Silva TEODORO. *Op. Cit.*, 2005.

²⁶⁷ Ou, pelo menos, foi percebida, em maior ou menor grau, em todos os municípios pesquisados: Campinas, Rio Claro, Ribeirão Preto, Franca, Araraquara, São Carlos, Botucatu, São Manuel, Jaú, Novo Horizonte, São José do Rio Preto, Catanduva, Lins e Pirajuí.

²⁶⁸ Neste sentido, importantes esforços foram realizados por Rodrigo da Silva TEODORO. *O crédito no mundo dos senhores do café. Franca: 185-1914*. Campinas: IE/Unicamp, 2006. Dissertação de Mestrado, e por Valdir Geraldo FERREIRA. *Homens do Crédito: o fabriqueiro da Igreja e a acumulação em Franca (1880-1929)*. Franca: FHDSS/Unesp, 2005. Dissertação de Mestrado.

²⁶⁹ O Café. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1919, 1929 e 1937-8.

culturas que não o café viabilizava a existência de pequenos proprietários. Deste modo, na esteira do café transformava-se a estrutura agrária: aumentava o número de pequenas propriedades, diversificava-se a pauta de produção agrícola e aumentava a pecuária de leite²⁷⁰. Entretanto, observemos a tabela abaixo:

Tabela 3 – Cafeeiros por propriedade. São Carlos 1916 e 1928.

1916			1928		
Nº de cafeeiros	Cafeicultores	%	Nº de cafeeiros	Cafeicultores	%
01 mil a 5 mil	42	14,38	01 mil a 5 mil	65	19,76
06 mil a 15 mil	75	25,68	06 mil a 15 mil	90	27,36
16 mil a 30 mil	56	19,18	16 mil a 30 mil	51	15,50
31 mil a 60 mil	24	8,22	31 mil a 60 mil	34	10,33
61 mil a 101 mil	22	7,53	61 mil a 101 mil	31	9,42
101 mil a 250 mil	50	17,12	101 mil a 250 mil	45	13,68
251 mil a 500 mil	21	7,19	251 mil a 500 mil	11	3,34
501 mil a 850 mil	2	0,68	501 mil a 850 mil	2	0,61
Total	292	100,00	Total	329	100,00

Fonte: Oswaldo TRUZZI. Fontes estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos. 1873-1940. São Carlos: Edufscar, 2004, p. 25-33.

Em 1916 São Carlos não poderia ser considerado um município de cafeicultura nova, dos cerca de vinte e cinco milhões de cafeeiros existentes, metade já estava em decadência. Contudo, estes cafeeiros ainda apresentavam uma produtividade que variava em média entre 45 e 65 arrobas por mil pés no período anterior à drástica geada de 1918. Já em 1928, é plausível afirmar que a cafeicultura são-carlense estava em franco retrocesso. Existiam no município cerca de dezenove milhões de cafeeiros (cerca de um quarto dos cafeeiros já havia sido destruído), e a produtividade dos existentes girava em torno de trinta e cinco arrobas por mil pés na década de vinte. Nos anos subseqüentes a produtividade das lavouras são-carlenses subiu, alcançado um patamar de quarenta e oito arrobas, em média, no intervalo 1929-1933, denotando que os cafeeiros desgastados e improdutivos foram paulatinamente derrubados: em 1937 o município possuía cerca de onze milhões e meio de cafeeiros, menos da metade do número existente em 1927.

Os dados nos informam que uma aguda crise se abateu sobre a cafeicultura deste município, notadamente na segunda metade da década de vinte, entretanto, ao observarmos a tabela 3, percebemos que a estrutura fundiária de unidades destinadas ao cultivo do café

²⁷⁰ Regina C. Balieiro DEVESCOVI. Urbanização e acumulação. Um estudo sobre a cidade de São Carlos. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea da UFSCar, 1987, p. 712.

pouco se alterou. Num período de doze anos (1916 a 1928), o número de propriedades aumentou em apenas trinta e sete, subindo de 292 para 329, e as faixas de propriedade mantiveram proporções muito semelhantes. Onde está, então, a tendência mais geral de fragmentação da estrutura fundiária descrita por Devescovi? Ela pode ser percebida em São Carlos?

O número de propriedades aumentou de 315 em 1924 para 481 em 1934²⁷¹, tanto por conta de um certo fracionamento das grandes propriedades, tanto por conta da atuação de Companhias de Colonização, tais como a CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização²⁷²) que chegou a possuir 1.342 alqueires na região de São Carlos em 1951. Neste sentido (número de propriedades), parece ter havido uma tendência à fragmentação. Poderíamos pensar então, frente a esta fragmentação e o correlato esgotamento da cafeicultura, que outras lavouras ocuparam uma posição mais destacada no município, como ocorrera, por exemplo, em Araraquara. Porém, conforme aponta Truzzi, este processo de fragmentação “pós-café” foi muito **tímido** em São Carlos, pois a estrutura agrária era muito rígida e os “latifúndios” cafeeiros apresentaram resistência ao fracionamento, contribuindo para um desenvolvimento pouco expressivo da policultura. “A pequena propriedade parece ter se difundido neste município com muito maior lentidão do que nas regiões vizinhas. No ano de 1937, momento onde a inviabilidade da cafeicultura na Baixa Paulista já era evidente, São Carlos possuía apenas 115 propriedades com menos de cinquenta alqueires, ao passo que Araraquara possuía 584 e Rio Claro 844²⁷³”.

A ausência de uma reestruturação mais vigorosa da propriedade agrícola teve como resultado um desempenho menos expressivo no que se refere à produção de gêneros alimentícios no contexto posterior à crise do café, como se observa na tabela abaixo:

Tabela 4 – Principais produtos agrícolas - 1939

Município	arroz (t)	feijão (t)	Mandioca (t)	milho (t)	cana (t)	algodão (t)
Araraquara	1.346	372	665	6.382	20.645	10.430
São Carlos	678	357	163	5.415	1.379	5.388

²⁷¹ Cf: Vilmo Guimarães MELO. *Op. Cit.*, p. 99. Regina Devescovi levanta a possibilidade de que na década de trinta vários posseiros resolveram regularizar as suas propriedades em face da pressão dos “grileiros” da cidade, sugerindo-nos que muitas dessas “novas” propriedades não surgiram da fragmentação da posse da terra, mas sim da legalização de propriedades que efetivamente já existiam. *Op. Cit.*, p. 73-4.

²⁷² Tal Companhia, criada em 1928, se especializou em fracionar e comercializar lotes de variados tamanhos oriundos de grandes propriedades inviabilizadas pela crise do café. A CAIC também atuou em Ribeirão Preto.

²⁷³ Oswaldo TRUZZI. *Op. Cit.*, 1986, p. 136.

Município	banana (cacho)	batata (t)	café (t)	laranja (cento)	mamona (t)
Araraquara	400.640	25	5.230	151.190	5
São Carlos	131.367	17	459	429.153	1

Fonte: Oswaldo TRUZZI. *Op. Cit.*, 1986. p. 139.

Os números apóiam a idéia do baixo dinamismo da policultura em São Carlos. A produção deste município foi inferior à de Araraquara em quase todos os gêneros alimentícios citados na tabela, exceção feita à laranja. Uma questão se coloca: Por que tamanha resistência das grandes propriedades num contexto de crise generalizada? Ora, esforços para uma maior fragmentação da terra foram implementados no município, haja vista a atuação da CAIC, especializada em promover a venda de lotes para ex-colonos e/ou ex-parceiros de melhor sorte, então, porque a propriedade da terra continuou concentrada?

Talvez a resposta esteja ligada à oferta e demanda por terras naquele momento. Quem compraria um lote de terras já desgastadas e mais caras do que as terras disponíveis na fronteira? Ora, em 1929 um hectare em São Carlos custava em média 400\$000, ao passo que em Novo Horizonte, município com pouco mais de dez anos, pagava-se 150\$000 por terras virgens, de pior qualidade, evidentemente; porém virgens. Em Marília, município fundado em 1928, onde algumas manchas de terra roxa eram recorrentes, os preços variavam entre 200\$000 e 500\$000. Os homens dotados de algum pecúlio, ávidos por pequenas e produtivas porções de terras, certamente se interessariam pelas melhores possibilidades e preços praticados nas novas zonas. Anúncios como os que se segue, exaltando as qualidades das terras novas, pululavam nos jornais:

“Terras para café – 4 mil alqueires”.

“Vende-se na melhor zona da Paulista, perto da estação de Marília, alto cafezal; está livre e desembaraçada e registrada há mais de 40 anos. Preço de 400\$000 a 800\$000 o alqueire. Em Presidente Wenceslau, três mil alqueires, linha Sorocabana distante 7 quilômetros da estação; preço 200\$000 o alqueire. Facilita-se a metade do pagamento. Informações em São Paulo, com os proprietários Srs. J. Teixeira & Cia, rua Benjamim Constante, n. 20; em Marília com o Sr. Horácio R. da Luz, no Hotel Lisboa em Wenceslau com o sr. Rodolpho Belloto, em São Carlos com os irmãos Paino, rua General Osório n. 169, e em Chavantes com os Srs. Camago & Pilon²⁷⁴”.

²⁷⁴ Jornal *Correio de São Carlos*. 09/04/1927.

Percebam neste anúncio que “Companhias de Colonização”, tais como a J. Teixeira & Cia, abocanhavam parcelas de terras e depois estabeleciam escritórios em diversas cidades do estado. Neste caso, sediados na capital, os sócios desta companhia aproximavam-se da “demanda” com representações em Marília, Presidente Wenceslau, São Carlos e Chavantes, com vistas a fechar negócios com os possíveis compradores interessados em lotes nas fronteiras, preferidos pelos novos proprietários em potencial. As estatísticas captaram esta preferência: segundo Milliet, em 1930, existiam na Alta Araraquarense 15.997 propriedades consideradas pequenas, número que subiu para 24.540 em 1936²⁷⁵; na Noroeste o número de pequenas propriedades elevou-se de 6.505 para 28.641 no mesmo período. Em contrapartida, na Paulista o crescimento das pequenas propriedades foi bem mais tímido, de 8.012 em 1930 para 11.395 em 1936, e na Mogiana de 11.041 para 14.421, evidenciando que a demanda por terras nesta faixa (01 a 25 alqueires) estava concentrada nas regiões mais novas e não nas zonas já decadentes, o que talvez explique o pouco entusiasmo e interesse pelas terras são-carlenses por parte dos possíveis compradores. Por conta destas condições, a população rural de São Carlos reduziu-se pela metade, passando de 30.829 habitantes para 15.028 no intervalo compreendido entre os anos de 1935 e 1950²⁷⁶. Deduz-se que tal redução populacional possa explicar a pouca expressividade da policultura em São Carlos nos anos posteriores à crise da cafeicultura, corroborando a hipótese de um deslocamento populacional para a fronteira partindo também deste município.

Já em Araraquara, a partir dos dados anteriormente citados, inferimos que a pequena propriedade sempre ocupou um papel de destaque, compondo, como vimos, mais de 60% das propriedades existentes neste município em 1915. Este perfil de propriedade parece ter sido mais flexível às mudanças de cenários e se adaptado melhor ao cultivo de outras lavouras, o que justifica as quantidades de gêneros alimentícios produzidas no município em 1939 (tabela 4), superiores às de São Carlos. Por conta das menores escalas de

²⁷⁵ O autor define a pequena propriedade como as porções inferiores a vinte e cinco alqueires. Cf: Sérgio MILLIET. O desenvolvimento da pequena propriedade no estado de São Paulo. In: *Roteiro do Café e outros ensaios*. São Paulo: Coleção do Depto. De Cultura, 1939.

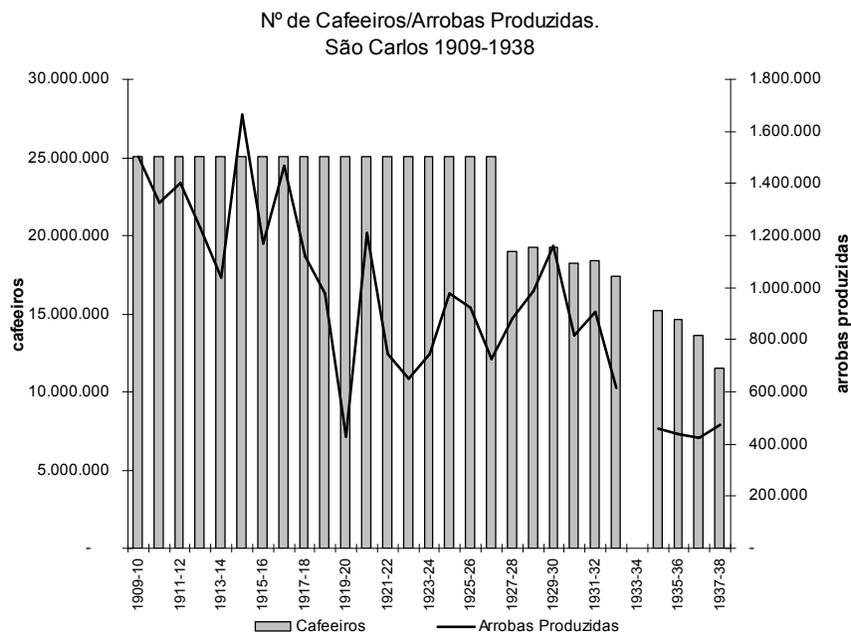
²⁷⁶ Oswaldo TRUZZI. *Op. Cit.*, p. 143. Tal redução explica o autor, pode ter ocorrido por conta do deslocamento de trabalhadores rurais para a cidade, pois a população urbana elevou-se de 20.791 para 32.703 habitantes no mesmo período. O autor indica que a pecuária teve um lugar de destaque no município a partir da década de 1930, contudo, esta atividade não tivera o fôlego necessário para a recuperação econômica do município, que viera, segundo Truzzi, a crescer dali em diante sob bases industriais, não mais ligadas diretamente à agricultura.

investimento, as propriedades de menor porte reuniam uma maior possibilidade de suportar uma seguida queda de produtividade, como a que ocorreu na década de vinte na Paulista; Além disso, em momentos de queda dos preços das sacas de café, elas certamente seriam mais flexíveis, concentrando e direcionando a mão de obra (notadamente familiar) para o cultivo de outras lavouras mais favoráveis. Evidentemente os cafeeiros seriam mantidos e tratados, quiçá ampliados, esperando os proprietários que num momento de subida dos preços as lavouras se encontrassem em condições satisfatórias de produtividade. No momento de recuperação dos preços, as outras culturas poderiam sofrer uma retração, mas nunca a ponto de não se garantir a subsistência da família.

Em fazendas de grande porte²⁷⁷ tal flexibilidade não poderia ser atingida, pois, dados os custos fixos de produção, tais como o pagamento dos salários dos colonos e demais trabalhadores das fazendas, os financiamentos de grande magnitude (às vezes pendentes), e os custos variáveis elevados (compra de ferramentas e equipamentos, adubação periódica, aquisição de sementes e mudas), toda a força de trabalho deveria dedicar-se prioritariamente ao trabalho vinculado à cultura de exportação: o café. Mais que isso, as tarefas ligadas ao trato dos cafeeiros (limpezas, carpas, adubação e desbrotas) deveriam ser intensificadas na medida em que os cafeeiros fossem mais antigos, buscando-se com isso minorar os efeitos da queda de produtividade. Mesmo com a intensificação dos cuidados, a uma certa idade os cafeeiros não resistem e a tendência de produção decrescente se confirma, tornando-se a atividade, a partir de um determinado ponto, inviável às grandes unidades produtoras de café.

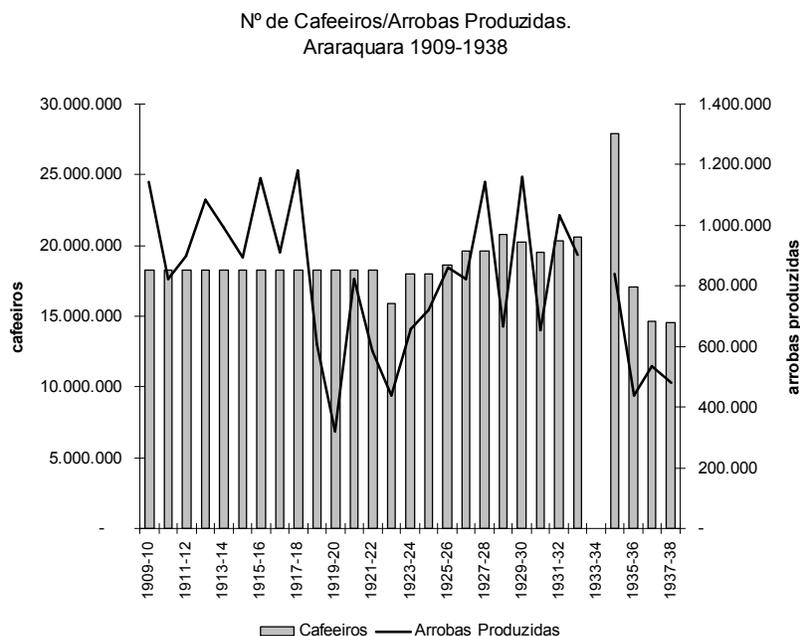
²⁷⁷ Segundo Sérgio Milliet, fazendas com extensão superior a quinhentos alqueires. Cf: Sérgio MILLIET. *Op. Cit.*, 1939.

Gráfico 2.



Fonte: *O Café: Estatística de Produção e Comércio. Op. Cit., 1919, 1929, 1937-8.* A legenda “cafeeiros” refere-se ao número de cafeeiros em produção.

Gráfico 3



Fonte: *O Café: Estatística de Produção e Comércio. Op. Cit., 1919, 1929, 1937-8.* A legenda “cafeeiros” refere-se ao número de cafeeiros em produção.

Em momentos de crise restavam duas saídas aos grandes fazendeiros: a) dispensar os colonos e assim abandonar os cafezais; b) ampliar o número de cafeeiros a baixo custo, ou seja, formar novas lavouras de café oferecendo aos colonos contratos de empreitada,

onde a única remuneração (não monetária) consistia na autorização para se utilizar os espaços intercafeeiros para o plantio das lavouras de alimentos, ampliados, certamente, por se tratar de uma lavoura nova. Esta estratégia, adotada em alguns casos, revela o pensamento imediatista de alguns cafeicultores, que, em contexto de baixas, formavam novas lavouras para compensar as perdas com o aumento do *quantum* produzido, sem pensar que, ao fazê-lo, estariam contribuindo para uma depressão ainda maior dos preços²⁷⁸.

Em São Carlos optou-se pelo extermínio das lavouras, como se depreende da observação do *gráfico 2*. A partir de 1926 os cafeeiros começaram a ser exterminados, e nem mesmo as políticas de defesa do café foram capazes de estimular a recuperação desta atividade no município. Esta tendência de deterioração da cafeicultura se acelerou após a crise de 1929, resguardando-se evidentemente, as lavouras mais produtivas. A quantidade de arrobas produzidas não mais alcançou o patamar registrado em 1915-16, sendo sua evolução também decrescente a partir daí, respeitando-se, evidentemente, a alternância de anos bons e ruins própria da lavoura cafeeira.

Em Araraquara verificou-se uma tendência contrária; o número de pés de café se ampliou paulatinamente a partir de 1922-23, ano em que, provavelmente, liquidaram-se os cafeeiros prejudicados pela geada de 1918 (*gráfico 3*). Esta ampliação do número de cafeeiros na segunda metade da década de vinte nos sugere que a definição dos mecanismos permanentes de defesa do café - a política de valorização - levou alguns cafeicultores a aumentarem suas lavouras, porém, timidamente até 1927. Ampliação mais vigorosa se verificou a partir de 1928-29, redundando no considerável aumento do número de cafeeiros produtivos em 1934-35 (provavelmente também no ano anterior). O número de arrobas produzidas foi crescente a partir de 1922-23, contudo, mesmo com a renovação das lavouras decorrente dos novos plantios de 1928-29, o número de arrobas produzidas decresceu abruptamente a partir de 1931, evidenciando que nem mesmo esta renovação fora capaz de reverter a perda de produtividade no cenário pós-crise. Dois processos parecem ter ocorrido a partir de 1930: a) as lavouras foram abandonadas ou extinguidas,

²⁷⁸ Os dados sugerem que esta estratégia foi tomada pelos cafeicultores de São Manuel, onde, entre 1934 e 1940, a área destinada à cafeicultura aumentou de 14.176 alqueires para 47.640, e o número de cafeeiros plantados subiu de vinte e cinco milhões para setenta e um milhões no mesmo intervalo. Cf: José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.*, p. 132-3. Vol. II-III. Em Araraquara, o aumento do número de cafeeiros produtivos em 1934 indica que tal estratégia fora utilizada também neste município a partir de 1929 (vide *gráfico 3*).

hipótese mais plausível nas grandes fazendas e verificável também no “*gráfico 3*”; b) o desgaste das lavouras mais antigas se acentuou neste momento, de modo que nem os novos cafeeiros puderam compensar as perdas e reverter esta tendência, vide a quantidade de arrobas produzidas pelos quase trinta milhões de pés de café existentes em Araraquara em 1934, muito inferior à produção dos dezenove milhões de cafeeiros existentes em 1929.

Destacamos acima diferenças consideráveis entre estes dois municípios em termos de estrutura fundiária. Estes distintos perfis parecem ter definido a “capacidade de resposta” de cada um deles ao contexto favorável da década de vinte. Em São Carlos a cafeicultura não sinalizou positivamente, mais que isso, “desintegrou-se” por conta da queda de produtividade, tendo como consequência a redução do número de cafeeiros e das quantidades produzidas. Em Araraquara ocorreu o crescimento do número de cafeeiros produtivos, sobretudo a partir de 1928, sinalizando uma expectativa positiva dos cafeicultores locais em relação às políticas de defesa do café e ao contexto econômico mais geral; porém, tal reação fora interrompida pela *débâcle* mundial do capitalismo. Verificou-se neste município um aumento paulatino das quantidades de café produzidas e do número de propriedades que produziam a rubiácea (de 634 em 1929 para 734 em 1938). Paralelo a estas tendências, observou-se também o incremento da produção de outros gêneros alimentícios no município (vide tabela 4), denotando que a policultura subsistiu ao café.

Apesar dessa reação positiva da cafeicultura araraquarense, não se pode desconsiderar que a Baixa Paulista como um todo já era uma região antiga, ou pelo menos “madura”, nas décadas de vinte e trinta, o que se evidencia na pequena quantidade de contratos de formação e/ou trato de cafeeiros lavrados neste período, como veremos a seguir.

*

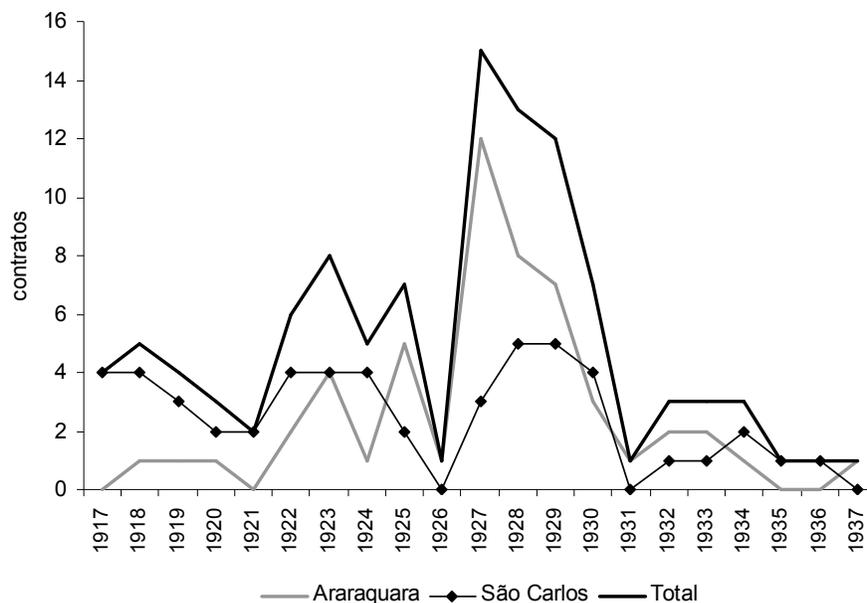
O pequeno número de contratos para formação e/ou trato de cafeeiros encontrados nos cartórios de São Carlos e Araraquara²⁷⁹ corrobora a argumentação acima desenvolvida: a Paulista já era uma região em vias de decadência da cafeicultura no período compreendido entre 1917 e 1937. Das 1.754 escrituras pesquisadas até o presente momento, apenas 105 foram registradas nestes municípios, perfazendo 5,9% do total. Em comparação com os municípios da região Mogiana, cujo desenvolvimento da cafeicultura

²⁷⁹ Em Araraquara pesquisamos 74 Livros Cartoriais, em São Carlos 52.

fora simultâneo, o número de contratos também foi menor: lá encontramos 254 escrituras de formação e/ou trato de café (14,5% do total), das quais 188 registradas em Franca e 66 em Ribeirão Preto. Em termos de número de escrituras lavradas a Paulista foi superior apenas à Central, a mais “antiga” dentre as regiões pesquisadas.

Gráfico 4.

Contratos de Café. Região Paulista 1917-1937



Fonte: Livros 2º Ofícios Cíveis de São Carlos e Araraquara.

Encontramos em São Carlos um número maior de escrituras nos anos iniciais do intervalo. Isto ocorreu por conta de uma série de redefinições de cláusulas contratuais (recontratação) feitas em virtude dos drásticos efeitos da geada de 1918 na região; muitas empreitadas e parcerias tiveram os prazos estendidos e as condições revistas, como na escritura lavrada entre Joaquim Alves Ferreira, dono da Fazenda Figueira, e Paschoal Martim²⁸⁰. Nesta escritura Martim assumiu, durante **dez** anos, o trato de treze mil cafeeiros danificados pela geada, e a sua remuneração estaria vinculada à produtividade dos cafeeiros: se a produção fosse inferior a mil arrobas anuais, pertenceria a ele na sua totalidade. Contudo, na medida em que a lavoura fosse se recuperando e atingisse este patamar, um terço das arrobas produzidas pertenceria ao fazendeiro, e, daí em diante, nos anos seguintes, a produção seria dividida em duas partes iguais. Ao estabelecer este

²⁸⁰ Livro de Notas n. 69, fls. 30. 2º Ofício Civil de São Carlos. 17/02/1919.

mecanismo de remuneração e estender o prazo do contrato, Joaquim Alves Ferreira visava manter ativo os cuidados com uma lavoura improdutiva (ou de baixa produtividade) justamente no momento em que os cafeeiros mais precisavam de atenção para se recuperar. Porém, para alcançar este objetivo, teria que abrir mão da parte da produção que lhe pertencia, pelo menos enquanto o volume de arrobas não fosse satisfatório. Martim, por sua vez, teria direito a um alqueire para o cultivo de cereais, além de contar com parte da produção de café, evidentemente. Sob o ponto de vista das duas partes contratadas a extensão do prazo seria estratégica; para o fazendeiro porque garantiria a possibilidade de recuperação da lavoura (inviável se esta fosse abandonada), e para o contratado porque garantiria o acesso ao plantio de outras culturas numa extensão considerável (01 alqueire), além do que abocanharia um número considerável de sacas de café, mesmo com os cafeeiros danificados, porque não precisaria dividir a produção com o fazendeiro enquanto a lavoura não se recuperasse.

Outra estratégia utilizada para garantir a “reciclagem” das lavouras era o estabelecimento de contratos mistos, oferecendo aos trabalhadores o cultivo casado de lavouras novas e lavouras danificadas. É o caso da escritura lavrada entre Vicente Ferreira da Silva e Gabriel Massa, onde, entre “novos e danificados”, o italiano assumiria seis mil cafeeiros, cabendo-lhe como remuneração toda a produção de café até o terceiro ano e metade da produção no último ano. Massa teria ainda três alqueires para plantar algodão em parceria com o fazendeiro, sendo que, se os preços fossem favoráveis, acima de 10\$000 a arrobas, Massa se comprometeria a cultivar algodão em mais dois alqueires²⁸¹. Neste caso a estratégia consistiu em utilizar-se da ampliação do número de cafeeiros como forma de se recuperar os danificados, oferecendo ao trabalhador um contrato de formação (os mais atrativos) e um extenso espaço para o cultivo de algodão. Escrituras como estas, onde se redefiniam as cláusulas por conta dos efeitos da geada, foram predominantes nestes primeiros anos, sobretudo em São Carlos, onde os estragos foram maiores do que em Araraquara.

Interessante notar no gráfico a reação dos municípios da Paulista às políticas de valorização do café implementadas no período em questão, sobretudo a partir de 1924. Cabe notar que um maior número de contratos para a formação de lavouras foi lavrado nas

²⁸¹ Livro de Notas n. 14-A. fls. 126. 2º Ofício Civil de Araraquara. 11/09/1918.

regiões de fronteiras (Lins com 252 escrituras, Pirajuí com 482, Catanduva com 209 e São José do Rio Preto com 292), sendo que nas regiões mais antigas, dentre as quais a Paulista, a reação ao contexto positivo “estabelecido” nos anos vinte foi muito mais tímida. Percebiam no gráfico que um maior número de contratos foi lavrado em 1927, sobretudo em Araraquara (doze contratos), entretanto, este número foi muito inferior ao verificado em outros centros cafeicultores, tais como Pirajuí (93 contratos em 1928), denotando que uma maior ampliação das lavouras não era cabível naquele momento na Paulista, provavelmente em função do desgaste dos solos.

Este ímpeto iniciado em 1927 e que se estendeu até 1929, ainda que tímido em relação às outras regiões, conforme salientamos, respondeu pela ampliação do número de cafeeiros produtivos em Araraquara a partir de 1933, como demonstra o gráfico 3. Já em São Carlos o pequeno número de escrituras lavradas neste intervalo certifica as informações acima arroladas de que a cafeicultura são-carlense estagnou em termos de número de cafeeiros produtivos, observando-se, então, distintas situações: em Araraquara a pequena reação fora bruscamente interrompida pela crise, ao passo que em São Carlos, pelo menos sob o ponto de vista da formação de novas lavouras, um impacto muito reduzido, ou quase nulo, se verificou (voltaremos a este ponto). A partir de 1931, o que se observou foi uma redução ainda maior do número de contratos, parcerias em sua maioria, denunciando a decadência e a crise final de uma cultura já esgotada na região.

O baixo número de escrituras registradas entre 1917 e 1937 se explica também por outros fatores que não só o esgotamento dos solos e a crise econômica. Por se tratar de uma zona já consolidada, onde existiam grandes e médias propriedades, é provável que as lavouras já formadas fossem tocadas por colonos, que recebiam um salário como remuneração dos serviços referentes ao trato dos cafeeiros, assumidos em quantidades compatíveis com a capacidade de trabalho da família²⁸². Os saldos ou débitos bimestrais eram registrados nos Livros de Conta Corrente das Fazendas, assim como nas cadernetas dos colonos, tais como as que vimos no capítulo sobre a região Central (Fazenda Pau d’Alho, Campinas).

²⁸² Oswaldo Truzzi, a partir dos livros de conta corrente da Fazenda Palmital, em São Carlos, aponta que um colono, em 1918, recebia 100\$000 por cada mil cafeeiros tratados, 1\$000 por cada saco de café colhido e 2\$000 por cada diária de serviço prestado à fazenda. Cf: Oswaldo TRUZZI. *Op. Cit.*, p. 73.

Cabe salientar que, segundo a Lei n. 1299 de 27 de dezembro de 1911, a caderneta vinha acompanhada por um contrato impresso, posteriormente registrado em cartório adquirindo assim validade pública. Nestes casos não eram lavradas escrituras de empreitada ou de parceria agrícola, tratando-se de uma forma de alocação do trabalho **não** sensível à nossa metodologia. O fato de existirem poucas escrituras lavradas em Araraquara e São Carlos neste período não significa que as fazendas estivessem despovoadas, porém, torna-se muito difícil angariar informações referente aos colonos e demais trabalhadores do café, uma vez que se tratava de documentação privada arquivada na própria fazenda, e, por isso, passível de ser extraviada e/ou destruída. Poucos são os registros desta natureza ainda existentes e disponíveis aos pesquisadores.

O Álbum de Araraquara para o ano de 1915 também captou a presença dos colonos nas principais fazendas desta região²⁸³. O livro está repleto de “áulicas” descrições das propriedades, sendo que tais descrições são acompanhadas por fotos dos “coronéis”, das lavouras, das criações e das benfeitorias. Chamam a atenção fotografias dos casarões cercados por colonos, assim como as fotos das casas da colônia (benfeitoria existente em todas as propriedades), evidenciando o grande número de famílias que residiam nas fazendas à época, contrastando com o pequeno número de escrituras encontradas. Cabe salientar também que as pequenas propriedades, recorrentes na região, dependiam essencialmente da mão-de-obra familiar, e por conta disso também não registravam escrituras em cartório.

Enfim, quem registrava escrituras em cartórios? Os colonos que assinavam os “contratos de caderneta” assumiam lavouras já formadas pelo prazo de um ou dois anos, recebendo salários (ou crédito nas Vendas), ao passo que quando se tratava da formação de novas lavouras, que envolviam riscos mais amplos e uma duração maior, ia-se aos cartórios para se definir as exatas condições da empreitada (garantias, remuneração, quantidades, definição dos trabalhos, etc.). Quando do término do contrato, quatro, cinco anos depois, os colonos entravam em cena, “tocando” os cafeeiros formados. Assim, as escrituras lavradas em cartório constituem um excelente indicador de movimentos de expansão-estagnação

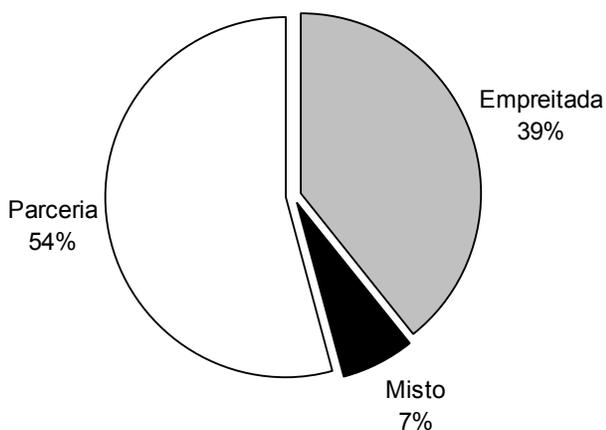
²⁸³ Álbum de Araraquara. *Op. Cit.*, p. 153-275. A descrição da Fazenda Alpes, propriedade de Bento de Abreu Sampaio Vidal que continha 355.000 mil cafeeiros, é acompanhada por uma foto onde cerca de cem colonos, entre homens, mulheres e crianças, se posicionam à frente da sacada da sede da fazenda. Sobre Sampaio Vidal, ver o trabalho de Cláudia Regina VARGAS. *As várias faces da cidade: Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916)*. Franca: Unesp/FHDSS, 2000. Dissertação de Mestrado.

da cafeicultura, mas não da totalidade da mão de obra utilizada nas fazendas, pois as escrituras referem-se, em média, a quatro ou cinco anos de duração, e uma lavoura de café pode ser produtiva por mais de trinta anos. Deste modo, a mão de obra que cuidava de uma lavoura já formada, ao ser arrematada, não deixava rastros nos cartórios, residindo aí um dos limites da documentação por nós utilizada.

Já nos contratos de parceria, a natureza do vínculo era diferenciada, pois não se tratava única e exclusivamente de uma relação patrão-empregado, mas sim de uma relação entre iguais, entre parceiros, pressupondo-se a divisão da colheita, o que envolvia uma série de garantias mútuas e o estabelecimento das condições desta divisão, prazos e formas de entrega, bem como a definição sobre a quem cairiam os ônus da produção, tais como a secagem, o beneficiamento, o ensacamento, o transporte, etc. Assim como os colonos das fazendas, os parceiros assumiam lavouras já formadas, sendo este tipo de contrato mais recorrente nas zonas antigas. Na região Paulista este tipo de contrato, onde os contratados possuíam como única remuneração metade da produção dos cafeeiros, foram predominantes, como se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 5

**Tipo de Contrato.
Região Paulista 1917-1937**



Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de São Carlos e Araraquara

Assim como nas regiões Mogiana, Central e Alta Sorocabana, o número de contratos de parceria agrícola na Paulista superou o número de empreitadas que envolviam a formação de novos cafeeiros. O predomínio das parcerias ratifica o fato de que a

cafeicultura desta região não foi renovada no período compreendido entre 1917 e 1937, ou, pelo menos, fora renovada muito timidamente. O argumento é que nas regiões de cafeicultura mais antiga percebe-se um retrocesso (ou uma involução) dos pagamentos pelo trabalho envolvendo dinheiro, que tendem a ser substituídos pelas parcerias, a divisão da produção, na medida em que as lavouras contratadas já estão formadas.

Este ponto é de suma importância, pois parte da bibliografia reconhece nas relações de colonato um embrião das relações de produção especificamente capitalista no Brasil²⁸⁴. Contudo, o que temos constatado é que esta relação de trabalho, que envolvia salários anuais, ganhos por diárias de serviços e acesso a terra, poderiam retroceder à parceira. As pesquisas com as escrituras de formação e/ou trato de café tem nos indicado que as relações de produção no campo não apresentavam uma linearidade evolutiva, do tipo “parceria-colonato-assalariamento”, mas que foram marcadas por diferentes formas de organização do trabalho que variavam em função do estágio de evolução da cafeicultura, tendendo a uma maior monetarização nas regiões de fronteira, e à parceria (ausência de remuneração em dinheiro) nas regiões mais antigas.

Contratos como o lavrado entre os fazendeiros Emílio Martins e Flausino Marques com o empreiteiro Ernesto Cantieri para a formação de 6.000 cafeeiros, na Fazenda Santa Mariazinha, mediante o pagamento de 270\$000 anuais por cada mil pés, foram mais raros na Paulista do que nas regiões de fronteira²⁸⁵. Em São Carlos, as empreitadas que envolviam cláusulas monetárias perfaziam 29% do total e em Araraquara apenas 13%, ao passo que em Pirajuí, na Noroeste, cerca de 60% das escrituras envolviam pagamentos em dinheiro. Há que se considerar também que dentre as poucas empreitadas envolvendo dinheiro, lavradas na Paulista, algumas se referiam ao plantio de café em municípios mais novos, tais como Boa Esperança, Taquaritinga, Araçatuba, Birigui, Penápolis, Ibitinga, Monte Aprazível, Itápolis e Pederneiras, indicando que as melhores possibilidades em termos de remuneração em dinheiro se encontravam nas fronteiras. O fato de fazendeiros de São Carlos e de Araraquara lavrarem escrituras de formação de lavouras na fronteira indica que partira destes municípios, como também de Campinas e Ribeirão Preto, a iniciativa para o desbravamento destas novas zonas, certamente motivada pelo desgaste dos cafeeiros

²⁸⁴ José de Souza MARTINS. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1979.

²⁸⁵ Livro de Notas n. 80. fls. 74. 2º Ofício Civil de São Carlos. 01/09/1928. Ernesto Cantieri receberia também 1\$000 por cada alqueire de café colhido.

antigos, buscando-se compensar a perda de produtividade com a abertura de novas lavouras na Noroeste, na Douradense e na Alta Araraquarense.

Apesar de encontrarmos escrituras que envolviam pagamentos em dinheiro, estas não foram predominantes. Na maioria das empreitadas de formação de novas lavouras, cabia aos empreiteiros, como remuneração, toda a colheita dos cafeeiros contratados, bem como o usufruto do espaço intercafeeiro para o plantio de milho, arroz e feijão. Mesmo com a ausência de remuneração em dinheiro, as empreitadas deste tipo parecem ter sido mais atrativas aos trabalhadores do que as parcerias, pois, por se tratar da formação de uma lavoura, a disponibilidade para o cultivo intercafeeiro era maior. Vejamos o exemplo abaixo:

Em 1920 o Major Theóphilo Novaes de Aguiar contratou Alexandre Faccaroli para formar 10.000 cafeeiros na Fazenda Barraca, em Boa Esperança, durante um prazo de quatro anos²⁸⁶. O empreiteiro receberia como remuneração toda a produção de café ao final deste período e poderia contar ainda com o plantio intercafeeiro retroativo, assim definido em uma das cláusulas desta escritura:

“O outorgado poderá plantar no café, objeto deste contrato feijão ou arroz no primeiro ano à vontade, devendo este último cereal ser nos anos subseqüentes, plantado em terras à parte fornecidas pelo outorgante. No segundo ano o outorgado poderá plantar duas carreiras de milho em cada rua do café e um pé em cada espaço. No terceiro ano duas carreiras de milho em cada rua e no quarto apenas uma podendo todavia plantar feijão durante os quatro anos²⁸⁷”

Neste contrato, os cafeeiros distariam dezoito palmos entre si, expandindo-se o espaço destinado às culturas de alimentos. A partir desta cláusula toda a capacidade de trabalho ficaria concentrada em um mesmo terreno, e quando o espaço intercafeeiro começasse a se reduzir, os contratados disporem de um terreno extra para compensar tal perda. O cultivo simultâneo tende a aumentar a produtividade das famílias, pois ao ocupar-se com as culturas intercalares, os trabalhadores cuidariam também do café e, vice versa, ao executarem as tarefas de replanta, adubação, esparramação do cisco e as carpas dos cafeeiros, estariam também se dedicando aos cuidados exigidos pelas outras culturas, o que redundaria numa lavoura de melhor qualidade, onde a existência de ervas daninhas e capim

²⁸⁶ Livro de Notas n. 701. fls. 93. 2º Ofício Civil de São Carlos. 30/06/1920.

²⁸⁷ Livro de Notas n. 701. fls. 93. 2º Ofício Civil de São Carlos. 30/06/1920.

seriam diminutas, dada a execução cotidiana das atividades. O plantio conjunto era interessante também para a recuperação do solo, pois culturas como as do feijão “nitrogenavam” o solo, e as de arroz e milho, e também o feijão, forneciam matéria orgânica que poderia ser utilizada na adubação dos cafeeiros juntamente com o esterco das criações.

Já nos contratos de parceria, como as lavouras já estavam formadas, o espaço destinado a outras culturas era reduzido, inviabilizando a prática do plantio intercafeeiro. Nestes casos os contratados parceiros utilizavam unicamente os terrenos extras fornecidos temporariamente pelos fazendeiros, onde plantariam suas culturas, o que era prejudicial aos colonos por dois motivos: a) dividiria a força de trabalho do núcleo familiar, pois alguns membros teriam que se ocupar do trato dos cafeeiros e outros do cultivo de alimentos; b) supomos que as terras fornecidas aos parceiros para o plantio de alimentos eram de pior qualidade (capoeiras, baixadas e mesmo pastos), pois as mais produtivas estariam ocupadas pelo café, o que significaria uma menor produtividade.

Um exemplo desta “dissociação” do espaço entre as lavouras de café e de alimentos nas parcerias é o caso de Durval Acioli, que em 1923 lavrou uma escritura com Geraldo Berri Bieli na qual este “tocaria” vinte e cinco mil cafeeiros, sendo a sua remuneração composta por metade da produção desta lavoura. Além disso, Bieli “teria direito a cultivar todas as terras fora do café para suas plantações, não lhe sendo permitidas plantações no cafezal²⁸⁸”. Neste caso podemos pensar em duas possibilidades: a) o parceiro chefiava uma família extensa, pois assumiu o trato de vinte e cinco mil pés, número considerável; b) o parceiro poderia ter repassado parte destes cafeeiros a outro grupo familiar, estabelecendo algum tipo de mediação favorável.

Em se concretizando esta possibilidade, Bieli passaria da posição de parceiro à de “intermediário”, ou executaria as duas funções simultaneamente, o que seria o mais provável. Evidentemente teria que garantir ao suposto “sub-parceiro” o acesso a terra para o plantio de alimentos, contudo, este repasse de terras poderia não ser igual à proporção entre café e lotes de terra definida pelo fazendeiro Acioli na escritura, abundante por sinal, como nos sugere o trecho “o direito a cultivar **todas** as terras fora do café para suas plantações”. Isto não nos dá nenhuma indicação sobre a dimensão dos lotes destinados às culturas

²⁸⁸ Livro de Notas n. 74 A. fls. 67. 2º Ofício Civil de São Carlos. 16/08/1923.

alimentares assumidos por Bieli, se existiria alguma relação com o número de cafeeiros contratados ou não, mas pode-se pensar que Bieli poderia estabelecer algum tipo de arbitragem onde repassaria determinado número de cafeeiros a outra pessoa sendo que este repasse não seguiria a proporção inicial definida entre ele e o fazendeiro, aumentando-se assim a extensão a si disponível para a plantação de alimentos, permitindo-lhe aumentar suas possibilidades de auferir renda com o cultivo de arroz, milho e feijão. A hipótese é que uma escritura lavrada em cartório, dependendo da quantidade de cafeeiros envolvidos, podia se desdobrar em uma série de outras relações de trabalho, estabelecida entre os empreiteiros ou parceiros com terceiros não citados em cartório.

Em termos de condições para o plantio intercafeeiro as empreitadas, pelos motivos acima expostos, parecem ter sido superiores às parcerias do ponto de vista dos trabalhadores. Mas o foram em termos de remuneração em dinheiro? Difícil tecer uma resposta conclusiva, contudo, segue abaixo uma simulação que fizemos dos prováveis rendimentos de um parceiro e de um empreiteiro em Araraquara entre os anos de 1926 e 1929, considerando a curva de preços de Ribeirão Preto.

Tabela 5 – Estimativa dos rendimentos. 5.000 cafeeiros. Araraquara 1926-1929.

Ano	Preço Arroba (Ribeirão Preto)	Produtividade (@ por mil pés)	Empreiteiro	Parceiro
1926	27\$500	46,24	0	3:178\$763
1927	23\$800	42,04	0	2:501\$429
1928	28\$000	58,37	0	4:085\$714
1929	29\$800	32,02	9:387\$000	2:385\$586
Total			9:387\$000	12:151\$490

Fonte: Para os preços: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto 1917-1937. Médias de preços anuais construídas a partir de setenta e uma escrituras de compra e venda de café. Para a produtividade: Boletim O Café. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1937.

Nos dois casos trata-se de contratos de quatro anos de duração envolvendo cinco mil cafeeiros. Os parceiros receberiam como remuneração a metade da produção anual durante este período, enquanto os empreiteiros receberiam toda a produção de café do último ano de contrato. Multiplicamos os indicadores de produtividade pela quantidade de mil cafeeiros que caberia aos parceiros (2,5), multiplicando-se novamente este valor pelo preço

da arroba praticado em Ribeirão Preto²⁸⁹. Ao final dos quatro anos os parceiros teriam recebido 12:151\$490.

Já os empreiteiros não receberiam nenhum tipo de remuneração monetária nos três primeiros anos, entretanto, ficariam com toda a produção dos cinco mil cafeeiros no último ano de contrato. Como neste caso se trata de uma lavoura em formação, não faz muito sentido aplicar ao cálculo dos rendimentos a produtividade média do município para o ano de 1929 (32,02), momento no qual as lavouras já apresentavam um certo desgaste. Portanto, consideramos para o quarto ano desta empreitada uma produtividade de sessenta e três arrobas, uma vez que era este o volume produzido por cada mil pés em Araraquara em 1909-10, quando as lavouras ainda não estavam desgastadas e uma boa parte destas eram recém formadas.

Duas ressalvas devem ser feitas neste ponto. Há que se considerar que no quarto ano os cafeeiros ainda não atingem seu máximo potencial, o que ocorre entre o sexto e o décimo ano, o que significa que estamos superestimando a produtividade de uma lavoura de apenas quatro anos ao aplicarmos a produtividade de sessenta e três arrobas. Porém, por outro lado, tal superestimação pode ser compensada por uma subestimação, oriunda do fato de que a produtividade que utilizamos se refere à *média* das lavouras em 1909, o que também envolvia cafeeiros já desgastados que certamente puxavam para baixo a produtividade das lavouras novas, de modo que parece ser razoável utilizar o índice de sessenta e três arrobas por mil pés para uma lavoura recém formada, com quatro anos de idade, em 1929.

Feitas estas ressalvas, o empreiteiro receberia 9:387\$000 ao final dos quatro anos, valor inferior ao recebido pelo parceiro segundo as nossas simulações: 12:151\$490. Cabe notar, porém, que se a empreitada durasse mais um ano a renda auferida pelo empreiteiro a partir do café seria superior à do parceiro, e que somente o valor da produção do quarto ano equivalia a três quartos da soma dos valores produzidos durante os quatro anos da parceira. Conforme notamos acima, nas empreitadas as condições para o plantio de outras culturas eram mais satisfatórias, o que supostamente renderia valores superiores aos empreiteiros.

²⁸⁹ Conforme explicamos em outros capítulos, utilizamos os preços praticados em Ribeirão Preto pois lá encontramos um número considerável de escrituras de compra e venda de café, o que nos permitiu construir uma série histórica. Acreditamos que se considerássemos os preços praticados em Santos, para os quais existem vários dados, não captaríamos os preços praticados de fato, pois em Santos acresce-se a estes, muitas vezes, comissões de comerciantes, fretes, etc., e por isso, não se capta o preço diretamente pago ao produtor.

Tal renda suplementaria o dinheiro oriundo do café e tornaria as empreitadas mais interessantes do que as parcerias, e, conseqüentemente, a fronteira mais atrativa do que as regiões mais antigas, como se observa na tabela abaixo.:

Tabela 6 – Estimativa dos rendimentos. 5.000 cafeeiros. Pirajuí e São Carlos 1926-1929.

Ano	Preço Arroba (Ribeirão Preto)	São Carlos (@ por mil pés)	Empreiteiro Pirajuí	Parceiro São Carlos
1925-26	42,41	36,93		3:915\$090
1926-27	27,5	28,94		1:989\$770
1927-28	23,8	46,27		2:753\$040
1928-29	28	51,25	9:100\$000	3:587\$250
1929-30	29,8	60,20	9:685\$000	4:485\$160
Total			18:785\$000	16:730\$320

Fonte: Para os preços: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto 1917-1937. Médias de preços anuais construídas a partir de setenta e uma escrituras de compra e venda de café. Para a produtividade: Boletim O Café. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1937.

Comparamos acima os rendimentos entre os tipos de contratos dominantes na região Paulista (parceria) e na região Noroeste (empreitada). Evidentemente estas duas regiões se situavam em diferentes estágios de evolução no período considerado, tratando-se de uma zona antiga e outra de fronteira. Nesta condição, não faria muito sentido estabelecer comparações entre contratos iguais, pois nas zonas antigas com cafeeiros já formados predominavam as parcerias, e nas zonas novas, cujos cafeeiros estavam em formação, predominavam as empreitadas, remuneradas ou não.

Temos na tabela acima a produtividade anual das lavouras de São Carlos, sobre as quais calculamos o rendimento dos parceiros. Para os rendimentos dos empreiteiros de Pirajuí utilizamos a produtividade registrada no ano de 1917, sessenta e cinco arrobas por mil pés, buscando com isso separar os cafeeiros recém formados dos demais, ou seja, considerando um momento onde a maior parte dos cafeeiros do município possuía menos de dez anos. Os parceiros teriam como remuneração metade da produção anual, enquanto os empreiteiros ficariam com toda a produção de café nos cinco anos de contrato, o que resultaria em um montante de 16:730\$320 e 18:785\$000, respectivamente. Acrescente-se a esta diferença os ganhos oriundos das lavouras de alimentos, superiores no caso das empreitadas (mas de difícil quantificação), e também a remuneração em dinheiro definida em cláusulas monetárias, que eram, como vimos acima, mais recorrente nas fronteiras²⁹⁰.

²⁹⁰ Ver capítulo sobre a região Noroeste.

Isso nos leva a concluir que os contratos que envolviam a formação de novas lavouras eram mais atrativos aos trabalhadores, mesmo que estes chegassem a ficar até três anos sem nenhuma receita oriunda do café, período de formação dos cafeeiros.

Oswaldo Truzzi argumenta no mesmo sentido. Segundo o autor boa parte dos colonos acompanhou o movimento da marcha do café em direção ao Oeste, na medida em que a frente de cultura se deslocava em direção às terras de Jaú, Matão e Ibitinga. “A diminuição da renda familiar dos colonos fixados por vários anos numa mesma região era um indício de que as terras se empobreceram, fazendo com que a produtividade ficasse aquém das expectativas”. Neste caso, prossegue o autor, “a busca por solos mais férteis que oferecessem uma maior produtividade ou mesmo a procura por propriedades que concedessem uma área maior para o plantio de subsistência dos colonos determinariam uma intensa mobilidade da força de trabalho²⁹¹.”

Sobre a questão da ascensão social de trabalhadores do campo, cabe salientar que vários fatores têm de ser considerados: época em que determinado colono trabalhou no café, num contexto favorável ou não, a dimensão do núcleo familiar, a quantidade de cafeeiros assumida, proporcional ao tamanho da família, região da fazenda, nível de produtividade, qualidade da terra, formas de acesso às outras culturas, condição de comercialização destas culturas (grau de autonomia), remuneração em dinheiro, tempo de permanência como colono, etc. Justamente por envolver um grande número de “variáveis” o estudo da “mobilidade” se demonstra muito complexo ao pesquisador, de modo que modelos pré-concebidos podem mais confundir do que esclarecer a questão. Apesar da dificuldade de se resolver o problema, Truzzi nos fornece elementos suficientemente consistentes para tratarmos da questão em São Carlos. Ao discutir as trajetórias sociais dos imigrantes bem sucedidos no espaço urbano, aponta que nenhum destes teve a sua origem ligada ao trabalho no campo, seja como empreiteiro, como parceiro ou como colono. Afirma o autor: “Em São Carlos, praticamente nenhum dos imigrantes bem sucedidos no comércio ou na indústria empregaram-se inicialmente como colonos (...). A maior parte dentre os bem sucedidos provinham do meio urbano, pertenciam a famílias de classe média, carregavam consigo alguma instrução técnica ou algum traquejo no comércio, ou algum capital, ainda empregaram-se junto a firmas de propriedade de parentes ou

²⁹¹ Oswaldo TRUZZI. *Op. Cit.*, p. 93.

compatriotas²⁹²». As conclusões de Truzzi apontam para o fato de que a parceria não evoluiu para a pequena propriedade, mas ao contrário, na maioria dos casos os parceiros foram reduzidos à condição de meros assalariados.

Vilmo Guimarães Melo, ao estudar a imigração italiana e a transformação da estrutura sócio-econômica do município de São Carlos, apontou que este município cresceu economicamente com a participação dos imigrantes italianos e com sua paulatina inserção no meio urbano, desempenhando atividades industriais, comerciais e exercendo profissões liberais (em menor escala, evidentemente). O autor reconhece que os imigrantes chegaram ao Brasil e à região da Paulista num momento de rápido processo de crescimento econômico, de modo que o contexto favorável aliado às aspirações sociais dos imigrantes, motivou atitudes de grande mobilidade espacial, de máxima organização do trabalho e de poupanças familiares [prodigalidade] para o aproveitamento de todas as oportunidades de ascensão social²⁹³.

O autor reconhece que muitos dos trabalhadores urbanos (autônomos ou não) originalmente se dirigiram ao campo, exercendo funções ligadas à cafeicultura, ou seja, diferentemente de Truzzi, considera que a trajetória de muitos dos homens bens sucedidos na *urbe* tivera origem no trabalho como colono. Melo reconhece também que italianos empregados nas fazendas tornaram-se posteriormente proprietários de terra. A partir da consulta aos Livros de Registros de Casamentos do Cartório de Registro Civil de São Carlos (os cônjuges declaravam as profissões), Melo demonstra que 76,76% dos imigrantes italianos declararam-se “Colonos” entre 1890-95, ao passo que apenas 9,38% declararam exercer tal função entre 1921-25. Em contrapartida, entre 1890-95 apenas 0,93 dos italianos declararam-se “Lavradores” (posição social de maior status, pois envolvia a propriedade da terra), porcentagem que subiu para 47,83% entre 1921-25, o que evidenciaria, segundo o autor, um processo de ascensão social do elemento italiano e, mais do que isso, dos colonos do café²⁹⁴.

Porém, esquece-se o autor, que no período agregado 1890-1930, a população de “Colonos” foi de 2.060, e a de “Lavradores” foi de 391, indicando que apesar da redução percentual da ocupação dos italianos como colonos, eles compuseram, em 1930, mais de

²⁹² Oswaldo TRUZZI. *Op. Cit.*, p. 219-20.

²⁹³ Vilmo Guimarães MELO. *Op. Cit.*, p. 149-50.

²⁹⁴ Vilmo Guimarães MELO. *Op. Cit.*, p. 182.

50% da população italiana do município. Há que se questionar também se estes imigrantes que atingiram a condição de “Lavradores” vivenciaram reais processos de ascensão social, pois não se deve confundir a propriedade da terra com a melhora do padrão de vida, pois os italianos poderiam estar assumindo terra de pior qualidade, já desgastadas por anos de cafeicultura, e, portanto, pouco rentáveis, o que significaria a dependência constante de financiamentos e hipotecas hercúleas, que fatalmente rebaixariam ainda mais a viabilidade destas propriedades.

Passemos agora à descrição de alguns mecanismos de expropriação que os fazendeiros impunham aos parceiros e aos empreiteiros, que nos levam a duvidar, ou pelo menos relativizar, a possibilidade de trajetórias de enriquecimento pessoal fundadas originalmente no trabalho no café.

*

Apesar das diferenças existentes entre as parcerias e empreitadas, muitos aspectos semelhantes relativos às formas de exploração do trabalhador foram encontrados nas escrituras pesquisadas. Listaremos agora alguns destes mecanismos, que envolviam o rebaixamento dos preços nas relações de compra e venda estabelecidas entre fazendeiros e trabalhadores, a utilização da máquina de beneficiar para se extrair dinheiro dos parceiros e empreiteiros, o repasse de parte da produção de alimentos sem custos ao fazendeiro, bem como o trabalho gratuito na fazenda, a construção de benfeitorias sem remuneração, o estabelecimento de garantias em forma de cauções que proibiam os trabalhadores de retirar da fazenda toda a sua produção, como também termos de rescisão contratual extremamente prejudiciais aos trabalhadores.

Em 1934, Pedro Altenfolden Cintra Silva contratou Rosalino Bellini para tratar de trinta mil e oitocentos cafeeiros abandonados, em regime de parceria, na Fazenda Nossa Senhora da Solette. Bellini receberia como remuneração dois terços da produção desta lavoura, e também teria direito ao plantio intercafeeiro²⁹⁵. Chama a atenção neste caso o fato de Cintra e Silva estabelecer em contrato a compra da produção do contratado a 80% do valor de mercado na ocasião da venda, revelando ser plausível a hipótese de os trabalhadores se submeterem a estreitamentos de mercado, sendo esta prática recorrente em outras regiões, conforme já destacamos em outros momentos deste estudo. Caso os

²⁹⁵ Livro de Notas n. 93. fls. 111. 2º Ofício Civil de São Carlos. 21/08/1934.

trabalhadores estivessem endividados por conta dos adiantamentos e das compras realizadas nas “Vendas”, estes estreitamentos poderiam ser ainda maiores, de modo que boa parte da produção que lhe cabia nem sequer chegava em suas mãos.

Outro mecanismo utilizado para se diminuir o número de sacas de café que pertenceriam aos trabalhadores era o estabelecimento de taxas para a utilização da máquina de beneficiamento, que eram pagas com café. Em alguns casos, eram aplicadas multas se o empreiteiro beneficiasse seus cafés em máquinas de outras fazendas ou mesmo na cidade. É o caso da escritura lavrada entre a “Fazenda Reunidas Irmãos Camargo”, sediada na capital do estado, e os empreiteiros Antônio Piccoli, João Pires, José Pardo, Raphael Carvalho, Felix Pardo, Antônio Domingues, Izaías Domingues, Rogério Moura, José Antônio Domingues, João Adobbo, Gabriel Moralez e João Mascarin, que teriam que formar setenta e nove mil cafeeiros na Fazenda Salto, em São Carlos, durante seis anos²⁹⁶. Os empreiteiros receberiam como remuneração toda a produção desta lavoura, e também poderiam utilizar os pastos da fazenda para suas criações e plantar cereais nas fileiras do café. Por outro lado toda a produção dos colonos teria que ser obrigatoriamente beneficiada na Fazenda ao preço de 0\$400 por arroba. Considerando que a produtividade em São Carlos para o ano de 1918 era de 45 arrobas por mil pés, por este mecanismo o fazendeiro embolsaria cerca de um conto e quinhentos mil réis anuais, cerca de 4:550\$000²⁹⁷ entre 1922 e 1924, anos produtivos dos cafeeiros formados em 1918.

Outra forma de se extrair excedentes dos trabalhadores era obrigá-los a ceder gratuitamente parte da produção de alimentos. Na escritura lavrada entre Francisco Guzzo e Miguel Rubi (espanhol), “obrigava-se o outorgado a dar ao outorgante, por ano, das plantações que tiver, quatro sacos de milho debulhado, quatro sacos de feijão e dois sacos de arroz limpo²⁹⁸”. Pode parecer uma quantidade irrisória (quatro sacos anuais), porém, imagine as quantidades de alimentos acumulados pelo fazendeiro ao estabelecer este tipo de expropriação com todos os trabalhadores da fazenda? Certamente o objetivo prioritário de tais cláusulas era minorar os gastos do fazendeiro com a compra destes alimentos nos mercados citadinos, tornando-se o casarão da fazenda praticamente em uma unidade auto-

²⁹⁶ Livro de Notas n. 67. fls. 95. 2º Ofício Civil de São Carlos. 03/08/1918.

²⁹⁷ Consideramos a produtividade do ano agrícola de 1921-22, de 48 arrobas de café por cada mil pés.

²⁹⁸ Livro de Notas n. 69. fls. 73. 2º Ofício Civil de São Carlos. 03/08/1919.

sustentável, bem como o palacete ou a casa construída no espaço urbano. Pode-se pensar também que, de alguma forma, caso angariasse grandes quantidades de alimentos, o fazendeiro poderia organizar a colocação desta produção no mercado, abastecendo as vendas rurais e as casas de comércio localizadas na cidade, auferindo lucros a partir de um circuito promissor (dado o avanço da urbanização) a custo zero. Esta espécie de “*talha*” praticada na cafeicultura fora recorrente em outras escrituras, variando-se as quantidades repassadas gratuitamente ao fazendeiro. Lázaro Carlos Gonçalves, por exemplo, ao contratar Constante Pope para “tocar” em parceria os cafeeiros da Fazenda São João da Boa Vida, em São Carlos, estendera a divisão igualitária da produção também para o arroz, o milho, feijão e demais culturas, beneficiando-se de culturas que eram reconhecidamente pertencentes aos trabalhadores, conforme indica parte da bibliografia²⁹⁹.

Outra forma de exploração dos colonos era a obrigatoriedade de exercer funções de manutenção da fazenda sem o recebimento de nenhuma remuneração. Esta espécie de “*corvéia*” se referia às funções de manutenção e formação de pastos, conserto de cercas, abertura de estradas e construção e, em alguns casos, o trabalho na própria colheita, caso fosse necessária uma mão de obra suplementar. Emílio Martins, ao contratar Flauzino Marques e João Link para a formação de cinco mil cafeeiros na Fazenda Santa Mariazinha, em São Carlos, definiu a seguinte cláusula na escritura: “o empreiteiro se obriga a trabalhar na fazenda dos proprietários no roçamento de pastos sem receber remuneração nenhuma³⁰⁰”. Neste caso trata-se dos serviços de manutenção dos pastos, mas poderia ser qualquer outro, o importante é que os trabalhadores cediam dias de trabalho gratuito aos fazendeiros, explicitando a relação desigual travada entre ambos.

Neste sentido, podemos destacar as escrituras onde o ônus da construção de benfeitorias recaía sobre os trabalhadores. Em 1928 Deocleciano Rodrigues Seixas contratou Faustino Martins para formar vinte e cinco mil cafeeiros na Fazenda Boa Vista, em Araraquara, durante quatro anos. Receberia como remuneração 1\$300 por cada cova formada ao final do período, além de toda a produção de café, contudo, caso fizesse alguma benfeitoria na propriedade, não seria ressarcido, mesmo que estas construções fossem fundamentais para o bom andamento da empreitada, tais como terreiros, tulhas, curvas de

²⁹⁹ Ver os trabalhos de Emília Viotti da Costa (1979), Thomas Holloway (1984), Maurício Font (1985) e Brasília Sallum Jr. (1986).

³⁰⁰ Livro de Notas n. 99. fls. 95. 2º Ofício Civil de São Carlos. 24/01/1928.

nível para as enxurradas, etc. Definiu-se a seguinte cláusula entre as partes: “Quaisquer benfeitorias, pastos, estradas, ranchos, plantações, e tudo quanto mais o segundo contratante haver necessidade de fazer ou construir no imóvel, inclusive cercas, mangueirões, poços, etc., findo o presente contrato passarão a pertencer ao outorgante independente de qualquer pagamento ou indenização³⁰¹”.

Numa outra escritura, lavrada em Araraquara em 1929, Salim Abujamra contratou seus parentes Melhem e Nemer Abujamra, Miguel Nassif e Calil Buasar para formarem 250.000 cafeeiros, durante quatro anos na Fazenda Macahúbas ou Alambary, localizada em Monte Aprazível. Os empreiteiros receberiam 3\$000 por cada cafeeiro formado ao final do período e mais 1\$000 por cada um dos já plantados, além de toda a produção das culturas intercalares. Porém, eles também se responsabilizariam, sem por isso nada receber, pela construção de uma casa para a administração, as casas de colonos que fossem necessárias, um moinho de fubá, uma olaria, abertura de poços artesianos, formação de um pasto e uma estrada, um pontilhão e uma balsa para a travessia do rio Tietê³⁰². Neste caso, não se tratava apenas da formação de uma lavoura de café, mas de toda a propriedade, todas as suas construções, ao custo aproximado de 700:000\$000, pagável em **menos de dois anos** de produção desta nova lavoura³⁰³. Cabe notar que os empreiteiros, responsáveis pela formação da propriedade e das lavouras, poderiam reduzir seus custos adquirindo os materiais de construção (telhas, por exemplo) e imputando aos trabalhadores, contratados para a lida no cafezal, provavelmente sem remuneração monetária, a obrigação de construir suas casas e benfeitorias, aumentando-se assim as margens de lucros dos intermediários da formação³⁰⁴.

Outra forma de se extrair parte da produção de café que supostamente pertenceria ao trabalhador era o estabelecimento de garantias na forma de caução, onde uma parte do café, ou uma quantia em dinheiro, era depositada na conta do fazendeiro. Em 1925 José Torresan contratou Manoel Digas Martins para tratar de nove mil cafeeiros durante seis anos,

³⁰¹ Livro de Notas n. 32. fls. 95. 2º Ofício Civil de Araraquara. 19/06/1928.

³⁰² Livro de Notas n. 33. fls. 12. 2º Ofício Civil de São Carlos. 14/01/1929.

³⁰³ Considerando-se neste cálculo a produtividade de Monte Aprazível para o ano de 1929-30, de 86,5 arrobas por cada mil pés, sendo o preço da arroba cotado em 29\$800, segundo a série de preços de Ribeirão Preto.

³⁰⁴ Em escrituras lavradas nas fronteiras, em municípios como Catanduva e São José do Rio Preto, por exemplo, recorrentemente o ônus da construção das casas da colônia recaía sobre os trabalhadores. Nos primeiros dias estes trabalhadores arranchavam-se em construções provisórias, e depois erguiam quatro paredes de pau-a-pique, divididas em cruz, formando-se quatro cômodos depois cobertos com as telhas fornecidas pelos fazendeiros. Ver capítulo sobre a região Alta Araraquarense.

cabendo a cada uma das partes contratadas a metade das sacas produzidas. Porém, logo após as vendas das sacas, “o parceiro outorgado seria expressamente obrigado a depositar a quantia de cinco contos de réis, ou o seu equivalente em cafés, imediatamente após a colheita e divisão dos cafés produzidos, pelos referidos cafeeiros que lhe foram entregues, a fim de garantir o cumprimento deste contrato, depósito esse que poderá ser feito em estabelecimento bancário ou em mãos de pessoa idônea, a juízo do proprietário³⁰⁵”. Ao final dos seis anos de contrato o parceiro teria depositado trinta contos de réis na conta do fazendeiro ou o equivalente desta quantia em café. Tal caução seria repassada ao parceiro ao final do contrato, entretanto, percebam que tal cláusula de garantia forçava-o a um rebaixamento de sua receita corrente, o que certamente levaria a um maior endividamento com o fazendeiro. De uma receita anual oriunda do café presumível em 7:632\$000 (considerando a produtividade anual e os preços de Ribeirão Preto em 1925), cinco contos ficariam com o fazendeiro e, caso os preços caíssem, como realmente caíram entre 1925 e 1927, a situação se deterioraria ainda mais, a ponto de o colono não conseguir ao menos sustentar a caução com a produção do café, como, nestes termos, ocorreria em 1927, quando a receita estimada seria de 4:502\$484, tendo de ser suplementada pela renda oriunda de outras atividades. A idéia é que as cauções estrangulavam os trabalhadores, de modo que, ao final do contrato, não conseguiriam reaver as sacas retidas ou o dinheiro depositado, pois se encontrariam altamente endividados.

Exemplos como este foram recorrentes em nossa consulta às escrituras cartoriais. Em 1937 Maria de Freitas Martins contratou Augusto Marques e Manoel Ferreira para “tocarem” 21.500 cafeeiros, à meia, na Fazenda Paiva, sendo que 30% da colheita seria retida pela fazendeira. A mesma situação fora encontrada na escritura lavrada entre Manoel Martins e os parceiros Antônio Cavizze e Antônio Rofini, que teriam que depositar na tulha da fazenda sessenta sacas por ano oriundas dos dezoito mil cafeeiros envolvidos no contrato, o que corresponderia a três quartos das arrobas que lhes pertenceriam em regime de parceria³⁰⁶. Em 1928 Manoel de Agrella Reis contratou Josino José de Lima para “tocar” à meia quatorze mil cafeeiros na Fazenda Pinheirinhos, tendo que depositar anualmente vinte sacas de café em coco³⁰⁷.

³⁰⁵ Livro de Notas n. 26A. fls. 133. 2º Ofício Civil de Araraquara. 11/03/1925.

³⁰⁶ Livro de Notas n. 42 S/T. fls. 64. 2º Ofício Civil de Araraquara. 03/11/1923.

³⁰⁷ Livro de Notas n. 46 S/T. fls. 134. 2º Ofício Civil de Araraquara. 24/10/1928.

Outro aspecto a se notar nas escrituras de formação e/ou trato de café era a aleatoriedade das condições de rescisão, que resguardavam ao fazendeiro o direito de interromper o contrato a qualquer momento. Numa escritura lavrada entre José Ferraz de Matos e o parceiro Luís Pope, para o trato de treze mil cafeeiros durante quatro anos na Fazenda São João, define-se a seguinte cláusula: “Se decorridos os dois primeiros anos deste contrato, o outorgante quiser rescindi-lo, seja por encontrar quem lhe ofereça maiores vantagens sobre o tratamento da lavoura referida, seja por qualquer outro interesse de ocasião, poderá fazê-lo sem ter que pagar nenhuma multa³⁰⁸”. Ou seja, caso o fazendeiro encontrasse alguém disposto a cuidar do café em condições mais vantajosas para si, Luís Pope ou teria que se adequar às novas condições, menos favoráveis, evidentemente, ou seria substituído por um outro parceiro, sem nenhum motivo justo ou aparente tais como a má execução de suas funções, embriaguez ou “mau comportamento”.

Os exemplos acima citados revelam que, tanto nas parcerias quanto nas empreitadas, a igualdade entre as partes contratantes residia apenas no campo jurídico, pois contratos públicos pressupõem a liberdade e a igualdade entre as partes. No entanto, o que vimos reflete a extrema diferenciação social que permeava as relações estabelecidas entre fazendeiros e trabalhadores no interior paulista no período estudado, vivas e presentes nos mecanismos de expropriação pelos quais estes se usavam do poder e da propriedade da terra para imporem seus interesses sobre aqueles.

*

As escrituras de formação e trato de café pouco revelam sobre os impactos da crise de 1929 na cafeicultura local, pois praticamente deixaram de se lavrar contratos a partir de então. As poucas encontradas nos cartórios de São Carlos e Araraquara versavam sobre parcerias, onde o intuito do fazendeiro era manter ativos os cuidados das lavouras a baixo custo (sobretudo em se tratando de um contexto de grande depressão dos preços). Ao repassar aos “parceiros” a metade da produção dos cafeeiros, os fazendeiros livravam-se de uma boa parte da colheita que reunia mínimas possibilidades de colocação no mercado, o que, trocando em miúdos, significava para o fazendeiro transferir aos trabalhadores parte do

³⁰⁸ Livro de Notas n. 66. fls. 28. 2º Ofício Civil de Araraquara. 04/12/1917.

ônus da desvalorização. A arroba de café tipo 4, que em 1929 chegou a custar 25\$000, reduziu-se para 10\$000 em 1933³⁰⁹.

A aposta de alguns cafeicultores (principalmente médios e pequenos produtores) era de que no futuro, com a melhora dos preços - a dimensão da crise era desconhecida para muitos - possuísem lavouras satisfatoriamente produtivas e pudessem aproveitar ao máximo tal situação. Contudo, ao mesmo tempo, necessitavam reduzir seus custos de produção imediatos, sobretudo os custos monetários, e daí a “opção” pelos contratos de parceria, aonde a renda dos parceiros, como vimos, consubstanciava-se na forma de café. Essa estratégia parece ter sido amplamente utilizada, pois contratos com remuneração em dinheiro não foram lavrados entre 1930 e 1937, assim como ficaram “suspensas” formações de novas lavouras. A hipótese é que, quando possível, fazendeiros continuaram “tocando” o café, visando com isso minimizar a perda de produtividade, porém, tal estratégia só seria viável em unidades que operavam com pequenas despesas, derivando desta assertiva, talvez, o fato de que a redução do número de cafeeiros produtivos foi mais rápida e acentuada em São Carlos do que em Araraquara, onde predominavam as pequenas propriedades (vide gráficos 2 e 3).

De uma forma geral, o que as estatísticas registraram foi uma redução do número de cafeeiros produtivos nos municípios da Paulista, denotando que a cafeicultura regional fora duramente constrangida pela *débâcle* mundial. Tratava-se de uma região em vias de esgotamento da cafeicultura: as quantidades produzidas paulatinamente frustravam os investimentos realizados, especialmente nas maiores fazendas, tornando o negócio inviável. Nos anos do “pós-crise” as lavouras de São Carlos e Araraquara produziam cerca de trinta e cinco arrobas por cada mil cafeeiros, o que significava que a queda dos preços não poderia nem mesmo ser compensada com uma maior produtividade, estratégia sobejamente utilizada na fronteira. Frente a estas condições, restava o abandono dos cafeeiros, ou mesmo a destruição e a substituição destas lavouras por algodão, cana de açúcar, bananas e pastagens.

As pesquisas cartoriais indicam a redução do ritmo de formação de novas lavouras (vide gráfico 4), porém não revelam muita coisa além disso. E as lavouras já maduras? Qual o impacto da crise, uma vez que em 1929 São Carlos ainda possuía cerca de dezenove

³⁰⁹ Livros de Notas do 2º Ofício Civil de São Carlos. 1917-1937.

milhões de cafeeiros produtivos e Araraquara cerca de vinte milhões? Quais as estratégias adotadas? Recorremos a outras fontes documentais para tatearmos estas questões.

Consultamos o Jornal Correio de São Carlos buscando reconstituir o posicionamento dos cafeicultores no momento da eclosão da crise. O primeiro impulso foi convocar pelo periódico uma reunião entre os lavradores: “A exemplo do que se tem feito em diversos municípios, convido os srs. lavradores deste município para uma reunião que se realizará no edifício da Câmara Municipal, no dia 09 do corrente [novembro], às quinze horas. O fim desta reunião será para tratar-se de assuntos referentes à lavoura cafeeira, em face da situação por que passa a mesma no momento. São Carlos, 07 de novembro de 1929. Paulino Botelho de Abreu Sampaio, prefeito municipal³¹⁰”. Na ata desta reunião, publicada no jornal, as preocupações dos cafeicultores concentravam-se em dois pontos principais: a questão do embarque da produção de 1929-30 e a redução dos salários dos colonos. Começamos pelo primeiro ponto.

O governo favorecia o embarque dos cafés de melhor qualidade (série A), contudo, esta medida, segundo a intervenção do fazendeiro José Maria Carneiro da Cunha na reunião, não trazia vantagem alguma aos lavradores, pois os cafés finos, em sua quase totalidade, estavam nas mãos dos comissários. Defendiam os cafeicultores a criação de séries intermediárias, constituídas por grãos de menor qualidade, ou seja, séries de cafés que estivessem em seu poder, visando com isso minimizar os efeitos da escassez generalizada de numerário.

As evidências confirmam a concentração dos cafés de melhor qualidade na mão dos comissários. Estes, ao lavrarem escrituras de compra e venda, eram muito criteriosos com os cafés embarcados, estabelecendo punições em caso de não atendimento aos critérios de

³¹⁰ Jornal Correio de São Carlos. 07/11/1929. Atenderam a esta convocação e participaram da reunião Paulino Botelho de A. Sampaio (presidente), Durval Accioly (Secretário), João Manoel de Campos Penteado, Silvano Ferreira Pacheco, João Baptista de Toledo, Joaquim Caetano de Mendonça, Carlos de Arruda Campos, Raphael Dorsa, Domingos de Sampaio Leite, José Maria Carneiro da Cunha, Manoel Covas Raia, Alfredo Yasbek, Carlos Padilha, Antônio Carlos Gonçalves, Salvador de Cresci, Mansueto Luporini, Ettore Reali, José Antônio Mattos Netto, Nicolau Sallum, Antônio Valério, Miguel Ângelo Ciarlo, José Luiz de Oliveira, Emílio Martins Marques, Waldomiro Caleiro, Atílio Crivellari, Luiz Roher, João de Souza Brito, Antônio Pereira Mendes, José Felício Halkad, Pedro Penteado, Antônio Spaziani, Antônio Queiroz do Amaral, Benedicto Doria, Elicio de Cresci, Elias Augusto de Camargo Salles, Marino B. Penteado, Joaquim Evangelista de Toledo, Elias Augusto de Camargo Salles, Antônio Carlos de Arruda Botelho, Condessa do Pinhal, Manoel Alves Carneiro, João Neves Carneiro, Francisco Pulcinelli e Sebastião Pulcinelli.

qualidade e mesmo uma banca de árbitros para analisar as divergências entre o estabelecido e o realizado:

“1) O outorgante Dr. Rômulo Carneiro da Cunha vende aos outorgados Theodor Wille & Cia, oito mil arrobas de café beneficiado, representados por duas mil sacas de sessenta quilos cada uma, sendo o café ora vendido da safra pendente a ser colhida no corrente ano na propriedade agrícola denominada “Divina ou Laranjal”, situada neste município de São Carlos e pertencente ao outorgante. Este café deve ser de qualidade “chato”, com dez por cento de moca, média tipo 4, não abaixo do tipo cinco, em exceção de dez por cento de chatinho nada abaixo do tipo da Bolsa de café de Santos. As remessas de café abaixo do tipo quatro sofrerão desconto, por ocasião do último pagamento, após a verificação, assim como as de café acima do tipo quatro, receberão a respectiva bonificação, sendo que tanto o desconto quanto a bonificação são calculados na base de seis mil réis por tipo e por saca. 2) O vendedor obriga-se a só remeter para o cumprimento deste contrato café de qualidade estipulada na cláusula primeira e nunca cafés sujos, mal secos, mofados de chuva, de varrição etc. Os cafés remetidos devem ser de boa torração com exceção do café chatinho. 3) A sacaria necessária para o bom condicionamento do café ora vendido será fornecida pelos outorgados compradores (...) 6) Os compradores podem, no ato do pagamento, deduzir do preço o valor da diferença do produto, verificado pela classificação, tendo em vista o estipulado. 7) Todas as divergências que surgirem entre as partes quanto à classificação do café remetido, serão resolvidas por dois árbitros, os quais escolherão um terceiro para desempatar. Os árbitros serão escolhidos pelos contratantes dentro de cinco dias na cidade de Santos e se qualquer das partes não fizer sua escolha, a outra o fará afim de que em quinze dias haja, em qualquer caso, o laudo do qual as partes se submeterão.³¹¹”.

Rígidas cláusulas referentes à qualidade dos grãos foram recorrentes em todas as quarenta e sete escrituras de compra e venda de café pesquisadas em São Carlos. Os comissários e Casas Comerciais localizadas em Santos beneficiavam-se da compra adiantada das safras, entregando aos lavradores metade do dinheiro no ato da escritura e o restante mediante a apresentação dos conhecimentos de embarque, de modo que antes mesmo da colheita os lavradores já se encontravam capitalizados para a colheita seguinte, garantido, assim, maior segurança para a continuidade dos negócios. A contrapartida da venda futura era que em caso de uma variação positiva nos preços, os lavradores não se beneficiariam, pois já teriam assumido o compromisso de venda antecipada a um determinado preço, por outro lado, em caso de uma variação negativa, perderiam menos, pois os preços já haviam sido pré-estabelecidos nas escrituras. Sob o ponto de vista dos comissários, o objetivo era garantir a quantidade de sacas de café necessárias ao abastecimento do mercado, como também concentrar cafés de melhor qualidade e colocação.

³¹¹ Livro de Notas n. 87, fls. 20. 2º Ofício Civil de São Carlos. 18/04/1931.

Sabemos todos nós que os cafés finos, num contexto de crise, são os últimos a se desvalorizar, assim como são os primeiros a recuperar preço quando a economia volta a avançar. Reside aí uma das principais insatisfações dos cafeicultores são-carlenses, pois no momento da crise todo o estoque de cafés “série A” pertencia ou pelo menos já estava comprometido com os comissários, dotando-os de melhores condições no ato da comercialização. Daí a insatisfação dos lavradores na reunião de nove de novembro. Quando a crise se instaurou, dadas as incertezas do momento e o acúmulo de estoques, os comissários reduziram bruscamente suas compras de café, descapitalizando toda a lavoura, que a partir de então passou a vivenciar agudos problemas de falta de dinheiro.

Outro ponto discutido nesta reunião dos principais fazendeiros são-carlenses foi a redução dos salários dos colonos. O argumento era de que, mediante a queda dos preços os custos de produção deveriam ser diminuídos. Como os custos eram compostos em grande medida pelos salários dos colonos, recairia sobre eles o ônus do **ajuste**. A proposta era a redução de 40% dos valores pagos pelo trato de cada mil cafeeiros, redução de 6\$000 para 5\$000 nas diárias de serviço e a diminuição do valor pago pelo alqueire colhido, de 1\$500 para 1\$000³¹². A redução dos salários monetários parece ter sido uma estratégia tomada em diferentes municípios, tais como: São Joaquim da Barra, Jaú, São Manuel, Orlândia, Barra Bonita, Anápolis (atual Analândia), Ipaussú, Batatais, Jardinópolis, Limeira, Glicério, Ourinhos, Marília, Rio Claro, Guariba, Sertãozinho, Amparo e Ribeirão Preto, que, segundo os jornais, “continuaram o ano agrícola de 1929-30 quase sem perda de famílias, destarte a redução de trinta a cinquenta por cento nos salários³¹³”. Segundo o Jornal Correio de São Carlos “em Botucatu e São Manoel o preço do trato anual baixou de 450\$000 para 300\$000, em Pederneiras, em certas lavouras muito produtivas, de 600\$000 para 400\$000; da mesma forma baixaram os salários das colheitas e dos serviços pagos nos pontos mais afastados das estradas Noroeste, Paulista (ramal de Marília) e Sorocabana³¹⁴”.

O esforço dos periódicos (muitas vezes pertencentes a lavradores) era evidenciar uma redução generalizada dos salários nas diversas regiões de São Paulo, tanto nas novas quanto nas antigas, visando desmotivar o abandono das lavouras e a perda de famílias. O intuito era deixar os colonos sem opções de destino, esvaziando as suas esperanças de uma

³¹² Jornal Correio de São Carlos. 10/11/1929.

³¹³ Jornal Correio de São Carlos. 15/11/1929.

³¹⁴ Jornal Correio de São Carlos. 15/11/1929.

melhor colocação. Buscava-se também demonstrar que tal redução era consensual entre fazendeiros e colonos, como se depreende das palavras de Bento de Abreu Sampaio Vidal, presidente da Sociedade Rural Brasileira, “no interior tem havido **facilidade** no reajustamento do trato dos colonos, porque já se criou o espírito de que é preciso uma baixa generalizada de salários para a pontualidade do pagamento³¹⁵”.

Uma estratégia largamente utilizada para se garantir a mão de obra para o trato das lavouras foi a ampliação do espaço disponível ao colono para as culturas intercalares, autorizando-os a utilizar as terras das lavouras abandonadas e concedendo mais terras para o plantio de arroz, algodão, batatas, amendoim, mandioca, etc. Segundo o jornal “a plantação de feijão foi, na maioria dos casos, deixada à vontade dos colonos e, por toda parte, estavam os fazendeiros se esforçando no sentido de fornecerem sementes selecionadas aos colonos, adquirindo-as do Estado ou particulares³¹⁶”. A hipótese é que a ampliação do acesso a terra para os colonos amortecia a queda da remuneração em dinheiro, garantindo aos fazendeiros, por um lado, a continuidade do trato das lavouras e, por outro, a redução dos custos monetários, como se depreende do anúncio de jornal abaixo transcrito:

Colonos:

“precisa-se de boas famílias de colonos, em uma fazenda distante desta cidade meia hora de trem, paga-se 350\$000 por mil pés de café, podendo plantar no cafezal. Damos terra para fora, como queiram, plantas, pagamentos garantidos. Esta fazenda não está com nenhum de seus pagamentos atrasados. O pagamento será feito de trinta dias. Lugar de saúde, boas terras e bom poço de água pura. Facilita-se alguns adiantamentos. Para maiores informações, dirijam-se ao Senhor J. Rodrigues Guimarães. Rua Floriano Peixoto, 59. São Carlos³¹⁷.” (Sic.)

Percebam neste anúncio a “flexibilização” do usufruto da terra oferecida aos colonos, presente na expressão “damos terra como queiram”. Outro chamariz era o fato de a fazenda não possuir nenhum de seus pagamentos atrasados, o que certamente atrairia colonos, cotidianamente endividados pelo atraso dos pagamentos recorrente na maioria das fazendas naquele período³¹⁸. A “facilitação” dos adiantamentos agiria também neste

³¹⁵ Jornal Correio de São Carlos. 21/11/1929.

³¹⁶ Jornal Correio de São Carlos. 15/11/1929.

³¹⁷ Jornal Correio de São Carlos. 21/11/1929.

³¹⁸ Ver capítulo sobre a região central, em especial tópico sobre as cadernetas dos colonos, que revelaram que no momento da crise os pagamentos em dinheiro foram substituídos pelo registro de saldos do colono contra o fazendeiro, indicando o endividamento.

sentido. Por outro lado, a fazenda se propunha a pagar um valor reduzido pelo trato de cada mil cafeeiros (350\$000), consoante à redução generalizada que se verificava.

Evidentemente um certo deslocamento da mão de obra foi visto neste período, sobretudo para as atividades que dependiam diretamente da remuneração em dinheiro, como os camaradas. Os periódicos assim narraram o seu êxodo: “De algum tempo os colonos percebem a redução de outros empregados da fazenda. Nas estações eles vêm passar, nos trens que se destinam à Capital, inúmeros camaradas avulsos que regressam às suas terras³¹⁹”. Em relação aos colonos, a postura indicada nos jornais era de não resistir à sua saída da fazenda. A “indicação” era de permitir o seu deslocamento, pois as vagas logo seriam preenchidas por trabalhadores vindos de outras zonas, acreditando os fazendeiros que a estratégia **conjunta** da redução dos salários nas fazendas do interior paulista inibiria a migração.

Nos casos em que não foi possível segurar a mão de obra, o abandono das lavouras de café foi uma atitude largamente praticada. O próprio Departamento Estadual do Trabalho forneceria, a pedido dos fazendeiros, transporte para as famílias despedidas até o ponto escolhido por elas, com direito a duzentos, trezentos quilos de bagagem, desonerando-os destas despesas, uma vez que se tratava de fazendas descapitalizadas e sem acesso ao crédito. Nestes casos, a fragmentação das fazendas também foi uma das estratégias econômicas levadas a cabo pelos fazendeiros naquele contexto. Frente à queda de preços e a diminuição da produtividade muitas fazendas de café foram divididas em pequenos lotes para a venda³²⁰, como no caso da Fazenda Santo Antônio:

“Fazenda Santo Antônio”:

“O proprietário desta importante fazenda, tendo resolvido retalhá-la e vendê-la em pequenos lotes, avisa aos interessados que se acha todos os dias com o engenheiro Dr. Denis Merin, encarregado do serviço técnico, à disposição dos pretendentes, à rua Major José Ignácio 128, das 12 às 16 horas. Cada lote compreenderá no mínimo cinco mil pés de café formados, terreno para a plantação de cereais, pasto e casa de morada. O preço do cafeeiro varia de acordo com o lote. As entradas no ato da escritura de compromisso serão módicas e o restante a prazo e à combinar³²¹”.

O número de cafeeiros produtivos em São Carlos reduziu-se de dezenove milhões no ano da crise para onze milhões em 1938, indicando que a estratégia da fragmentação das

³¹⁹ Jornal Correio de São Carlos. 15/11/1929.

³²⁰ Ver trabalho de Sílvio Perini ZAMBONI. *O café no norte paulista: a crise de 1929 na fazenda Dumont*. Piracicaba: Esalq/Usp, 1979.

³²¹ Jornal Correio de São Carlos. 21/11/1929.

fazendas de café, e a posterior substituição desta lavoura por outras atividades, possa ter ocorrido em boa parte das fazendas regionais, lembrando que em Araraquara, num prazo de apenas quatro anos, o número de cafeeiros produtivos reduziu-se de vinte e sete milhões em 1934 para quatorze milhões em 1938. Estas reduções indicam, como vimos acima, o constrangimento da cafeicultura no contexto pós-crise, sendo a fragmentação a imagem máxima da decadência das grandes unidades produtoras, tal como ocorrera, por exemplo, em Ribeirão Preto. A débâcle mundial parece assinalar claramente o fim das grandes fazendas cafeicultoras nas regiões mais antigas, sobrevivendo esta atividade econômica, nestas paragens, em unidades produtoras mais modestas e não prioritariamente voltadas à cafeicultura, o que ocorrera em maior medida em Araraquara e em menor medida em São Carlos.

ANEXOS

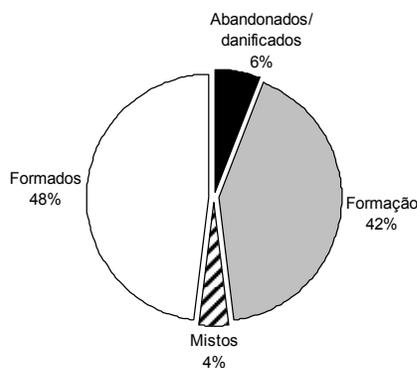
Tabela 7 – Faixas de cafeeiros contratados.

Araraquara	Contratos	%	São Carlos	Contratos	%
até 5.000 pés	6	11,32	até 5.000 pés	13	25,00
5.001 a 10.000	16	30,19	5.001 a 10.000	9	17,30
10.001 a 20.000	13	24,53	10.001 a 20.000	16	30,76
20.001 a 50.000	12	22,64	20.001 a 50.000	11	21,15
50.001 a 100.000	5	9,43	50.001 a 100.000	3	5,76
mais de 100.000	1	1,89	mais de 100.000	0	0
Total	53	100	Total	52	100

Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Araraquara e São Carlos

Gráfico 6

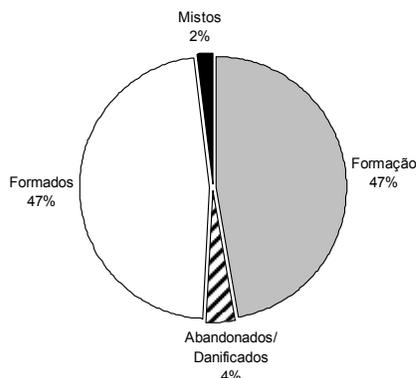
Situação dos Cafeeiros.
São Carlos 1917-1937.



Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Araraquara e São Carlos

Gráfico 7

Situação dos Cafeeiros.
Araraquara 1917-1937



Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Araraquara e São Carlos.

-ANEXO-

Parceria Agrícola São Carlos L. 67, fls. 95. 03/08/1918

Escritura de contrato de parceria agrícola que fazem entre si a Companhia Fazendas Reunidas “Irmãos Camargo” e Antônio Piccoli e outros, como abaixo se declara:

Saibam quantos esta escritura que no ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristode um mil novecentos e dezoito, aos três dias do mês *de julho, nesta cidade de São Carlos, em cartório perante mim, tabelião interino, compareceram como outorgante proprietária a Companhia Fazendas Reunidas ‘Irmãos Camargo’ sociedade anônima com sede na capital deste estado e representada neste ato por Doutor-Presidente José Franco de Camargo, e como outorgados empreiteiros ou parceiros, Antônio Piccoli, João Pires, José Pardo, Raphael Carvalho, Felix Pardo, Antônio Domingues, Izaías Domingues, Rogério Moura, José Antônio Domingues, João Adobbo, Gabriel Moralez e João Mascarim, colonos, os presentes conhecidos, bem como digo colonos domiciliados nesta Comarca, conhecidos meus e das testemunhas abaixo nomeadas e no fim desta assinadas, do que dou fê. E em presença das mesmas testemunhas pela outorgante Companhia Fazenda Reunidas “Irmãos Camargo”, por seu representante legal presente me foi dito que tendo convencionado com os outorgados nomeados a formação de setenta e nove mil cafeeiros na “Fazenda Salto”, situada nesta freguesia e comarca de São Carlos, pela presente que na presente escritura e na melhor forma de direito reduzem a outorgante e os outorgados tal convenção, sociedade ou contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes: Primeira: O presente contrato, que vigorará por seis anos, terá principio de execução no mês de setembro do corrente ano e terminará em mil novecentos e vinte e quatro, depois do esparramamento do cisco; Segunda: O outorgante entrega, nesta data, aos empreiteiros Antônio Piccoli – dez mil cafeeiros, João mPires – quatro mil e quinhentos cafeeiros, José Pardo – cinco mil cafeeiros, Raphael Carvalho – cinco mil e quinhentos cafeeiros, Felix Pardo – cinco mil cafeeiros, Antônio Domingues – sete mil cafeeiros; Izaías Domingues – dez mil cafeeiros, Rogério Moura – quatro mil cafeeiro, José Antônio Domingues – oito mil cafeeiros; João Adobbo – quatro mil cafeeiros, Gabriel Moralez – quatro mil cafeeiros e João Mascarim – doze mil cafeeiros, cafeeiros estes num total de setenta e nove mil e que são entregues plantados e nas suas atuais condições de conservação; Terceira: Pelo tratamento e conservação dos cafeeiros a seu cargo nenhuma remuneração perceberão os empreiteiros, já em dinheiro, ou sob qualquer outra forma de pagamento; Quarta: Os empreiteiros se obrigam a dispensar à sua empreitada nas mais assíduas e constantes unidades, dela não se afastar sob qualquer pretexto. Os cafeeiros deverão se conservar constantemente limpos de matos ou quaisquer outras plantas daninhas. Os empreiteiros se obrigam mais a tirar-lhes os brotos, cipós ou trepadeiras, fazendo na época apropriada as varreduras, colheitas, esparramamento de cisco e de montes de terra e a dispensar-lhes, enfim, todos os demais

benefícios convenientes à prática geralmente adotada. Findo o quarto ano do presente contrato, a Companhia outorgante se reserva o direito de mandar tirar ou não, pelos próprios empreiteiros, a “saia” dos cafeeiros, sem dispêndio para ela por força desse trabalho; Quinta: As replantas deverão ter cuidado especial e ser feitas à proporção que se verificarem as falhas, considerando-se como tais as covas que contiverem menos de quatro mudas em pleno desenvolvimento. As falhas verificadas na terminação deste contrato serão cobradas do empreiteiro à razão de mil e quinhentos cada uma, preço esse que ficará reduzido a um mil réis pelas replantas de um ano e quinhentos réis para as de dois anos. Excetua-se a ocorrência de geada que as queime, caso esse em que os empreiteiros nada pagarão pelas falhas que se verificarem em lugares em que se encontrarem (Ilegível), nada pagando também o empreiteiro ao outorgante por tais falhas que se verificarem em cada cem cafeeiros; Sexta: A companhia outorgante se obriga a fornecer aos empreiteiros e suas famílias casa de moradia, terrenos, mangueirão para porcos e o pasto da fazenda “Santa Maria” para os seus animais, com a condição de ser este fechado na parte que demanda consertos, por conta dos empreiteiros, ficando a Companhia apenas com o encargo de fornecer gratuitamente o arame e pregos para tal necessários. Findo o prazo do presente contrato, o empreiteiro deverá restituir à Companhia os imóveis ora recebidos em perfeito estado de conservação, obrigando-se ainda a conservar os terrenos sempre limpo de matos, e asseadas, e os pastos e mangueirão devidamente fechados; Sétima: Aos empreiteiros fica facultada a (ilegível) de plantar no cafezal de sua empreitada, o milho, o feijão, tanto da seca como das águas, o arroz, e demais cereais. O milho nos dois primeiros anos poderá ser plantado em duas carreiras, e uma só carreira nos quatro anos restantes. A soqueira do arroz deverá ser amarrada logo após a colheita; Oitava: A extinção de formigueiros, assim como a eliminação de gafanhotos ou outros quaisquer insetos nocivos aos cafeeiros, deverão ser feitas por conta dos empreiteiros e pelos processos mais eficazes, ficando a outorgante as máquinas necessárias a tal fim; Nona: Fica ainda aos empreiteiros o encargo de roçarem uma extensão nunca inferior a vinte palmos, as divisas de terrenos de sua empreitada, assim como a limpar o córrego que banha os referidos terrenos, abrindo as necessárias valetas destinadas ao escoamento não só das suas águas, como ainda das pluviais. Os carregadores de sua empreitada deverão se conservar permanentemente limpos e consertados e bem assim o caminho que vai à colônia “Lavrador”, sede de sua residência; Décima: Todas as vezes que não haja serviço em suas empreitadas poderão os empreiteiros trabalhar na fazenda “Salto, de propriedade da outorgante, para a colheita, em turmas separadas das dos colonos, pelo preço regularmente em vigor, não podendo os mesmos empreiteiros em preço algum fazer serviços a pessoas estranhas e nem tão pouco a fazendas vizinhas, salvo tendo autorização do outorgante. Décima Primeira: Durante a vigência do presente contrato pertencerá aos empreiteiros todo o café que produzirem os cafeeiros, podendo vendê-los a quem quiser, ficando, porém, a Companhia com a preferência de adquiri-los em igualdade de preços. O benefício só poderá ser feito nas máquinas da outorgante, que cobrará, por tal serviço, quatrocentos réis por arroba. O café colhido, com exclusão do de pano, deverá ser lavado pelos empreiteiros onde melhor lhe convier; Décima Segunda: Ficam os empreiteiros obrigados a participar, gratuitamente, de todo o serviço de caráter fortuito ou inadiável, como sejam extinção de incêndios ou outros de igual natureza que ocorrerem na “Fazenda Salto”. Outrossim, ficam obrigados a fazer os consertos de caminhos determinados pela Câmara Municipal de sua circunscrição; Décima Terceira: Para as vendas de cereais e animais, os empreiteiros deverão, quando se tratar de venda superior a vinte mil réis, a consultar a outorgante, a qual terá preferência em igualdade de preço e condições. O comércio de mercadorias estranhas à sua empreitada, salvo consentimento especial do outorgante. Décima Quarta: O outorgante sempre que a ele for possível, fornecerá aos empreiteiros os carros necessários, cobrando-lhes os preços que na ocasião vigorarem, podendo o pagamento se feito em dinheiro ou cereais, conforme melhor combinarem; Décima Quinta: Caso os empreiteiros, ou algum deles, deixe de executar uma ou qualquer das obrigações estipuladas nas cláusulas anteriores, a outorgante mandará executá-las, cobrando-lhes a importância que então despende. Décima Sexta: Não caberá aos empreiteiros nenhuma indenização por prejuízos ou lucros (ilegível), caso abandonem a empreitada antes da conclusão do presente contrato; Décima Sétima: O outorgante reserva-se o direito de fiscalizar a empreitada durante a vigência deste contrato, por si ou pessoa por ela designada; Décima Oitava: Fica estabelecida a multa de cem mil réis por mil pés de café, para qualquer das partes que deixar de cumprir as cláusulas do presente contrato; Décima Nona: Fica facultado aos empreiteiros o direito de penhorarem os cereais que produzirem, tanto quantos sejam necessários para as suas necessidades durante o ano que decorrer, com autorização expressa da outorgante; Vigésima: Para garantia da boa execução do presente contrato os empreiteiros oferecem à outorgante todos os produtos que venham a tirar das terras que ora lhes são dadas em empreitadas. Em seguida pelos outorgados empreiteiros nomeados foi dito em presença das mesmas testemunhas, aceitarem esta escritura como nela se declara, assumindo todas as responsabilidades

*decorrentes do contrato dela constante. E de como assim o disseram dou fé, tendo sido lavrada esta escritura, tendo-me apresentado as partes o selo federal de folhas, que vai ao final. Lida esta as partes em presença das testemunhas, que são José de Arruda Campos e Francisco Luiz Gonçalves, pessoas conhecidas minhas e pelas partes, assinando-a com as mencionadas testemunhas, fazendo-o a rogo dos outorgados João Pires, Raphael Carvalho, Felix Pardo, Rogério Moura e Gabriel Moralez, que não sabem escrever. Perante mi, Pêrsio do Amaral Pacheco, tabelião interino que a escrevo, resalvando a entrelinha que diz: *digo Agosto.*

São Carlos, 03 de julho de 1918.

-ANEXO-

Parceria agrícola Araraquara. Livro 38 A. 03/01/1934.

Escritura de parceria agrícola.

Saibam quantos esta virem que aos três de janeiro de mil novecentos e trinta e três, digo, trinta e quatro, nesta cidade de Araraquara, em cartório ante mim tabelião e as duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas, compareceram como outorgante parceiro, digo, outorgante proprietário o Cel. Osvaldo Martins das Chagas, e, como outorgado parceiro David de Andrade Câmara, casados, brasileiros, proprietários, o primeiro nesta residente e o segundo na comarca de Ibitinga, deste estado e conhecido meu, bem como das aludidas testemunhas, do que dou fé. Diante dessas testemunhas, pelo outorgante proprietário me foi dito que é senhor e legítimo possuidor do imóvel agrícola denominado “Guaraçu” situado no município comarca e circunscrição de Ibitinga, com cem mil cafeeiros mais ou menos, confinando em sua integridade com propriedades de Augusto Pinto da Costa, Manoel Joaquim, com o córrego Santo Antônio e outros, que, pela presente escritura cede ao outorgado, em parceria agrícola, o imóvel acima descrito, mediante as cláusulas e condições seguintes: 1ª) o prazo desta parceria é de quatro anos, a contar do dia 1º de outubro de 1933, terminando em igual dia e mês do ano de 1937, independente de qualquer notificação ou aviso; 2ª) o outorgante obriga-se, nesse prazo, a tratar convenientemente dos cem mil cafeeiros, segundo os usos e costumes da lavoura previstos, mantendo-os no limpo, replantando-os, e etc., 3ª) Em retribuição aos seus serviços, perceberão o outorgado parceiro setenta por cento dos produtos dos cafeeiros, pertencendo os restantes trinta por cento ao outorgante proprietário; 4ª) A parte pertencente ao outorgante proprietário no produto dos cafeeiros lhe será entregue pelo outorgado parceiro depois de beneficiado o café sem qualquer despesa para o outorgante proprietário; 5ª) Fica facultado ao outorgado parceiro utilizar-se da máquina de beneficiar café existente no imóvel descrito, devendo entretanto conservá-la bem como seus pertences em perfeito estado de funcionamento; 6) incumbe também ao outorgado parceiro zelar de todas as benfeitorias do imóvel conservando sempre em bom estado as casas, pastos, cercas, etc. e procedendo também a extinção de formigueiros; já, no caso de uma grande geada fica rá no fim do ano agrícola em que isso se verificar rescindido o presente contrato, podendo, caso convenha a ambas as partes, entrarem estas em novas combinações para a continuação da parceria. 8ª) o outorgado parceiro poderá dispor de uma parte do produto dos cafeeiros para ocorrer às despesas de custeio do imóvel, independentemente de consentimento do outorgante proprietário. 9ª) Os impostos a que estiver sujeito o imóvel correrão por conta exclusiva do outorgante proprietário. 10ª) O outorgado parceiro não se responsabiliza pela reposição ou reconstrução das benfeitorias que forem inutilizadas por tempestades ou furacões, 11ª) O outorgado parceiro poderá explorar a lenha existente no imóvel para beneficiar as cafeeiros em mau estado e que nada produzirem. 12ª) O outorgante proprietário confere ao parceiro o direito de toda a administração do imóvel “Guaraçu”, bem como usar durante a vigência deste contrato dos móveis, semoventes, pertences, utensílios e acessórios do mesmo imóvel, para a boa administração deste; 13ª) Fica estabelecida a multa de dez contos de, digo, multa de cinco contos de réis (5:000\$000), que será paga à parte que infringir qualquer cláusula deste contrato; 14ª) Para todos os efeitos as partes dão ao presente contrato o valor de dez contos de réis (10:000\$000). Pelo outorgado parceiro foi dito, ante as testemunhas, aceitar esta escritura, a mim distribuída, e me exibiram o selo federal de 1\$000 e o de edificação de 0\$200 adiante colados, e inutilizados. Lida às partes, ante as testemunhas Osório de Souza Mello e Manoel dos Santos Machado, desta e minhas conhecidas, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinaram com elas, que dou fé. Eu, Valdomiro Blundi, escrevente, escrevi. Eu, digo, escrevi de acordo com a minuta apresentada. Eu, (Ilegível) Ferreira, tabelião, subscrevo.

Araraquara, 03 de janeiro de 1934.

- V -

**Região Alta Sorocabana:
Botucatu e São Manuel**

A região da Alta Sorocabana, que se estende de Botucatu até as barrancas do Rio Paraná, confrontando-se ao sul com o Rio Paranapanema e ao norte com o Rio do Peixe, apresenta uma grande diversidade temporal em relação à data de fundação dos municípios que a compõem. Encontram-se nesta região municípios como Lençóis Paulista e Botucatu, erigidos por volta de 1850 com grandes extensões de terra, como também os municípios de Presidente Wenceslau (1926), Presidente Bernardes (1935) e Martinópolis (1938), oriundos de desmembramentos e situados na região conhecida como “Pontal”. Trata-se a Alta Sorocabana de uma região híbrida, tanto “velha” quanto “nova”.

Mapa 1 – Região Alta Sorocabana



Fonte: elaboração própria

Entretanto, talvez não possamos considerar a existência de uma pujante fronteira da cafeicultura nos municípios mais novos desta região, tal como ocorrera na Noroeste e na Alta Araraquarense. Os centros cafeicultores de maior relevância entre 1917 e 1937 continuaram sendo os municípios mais antigos como São Manuel (fundado em 1885, com

setenta e um milhões de cafeeiros em 1940), Avaré (fundado em 1875, com cerca de vinte e três milhões de cafeeiros no mesmo ano, mas que possuía apenas quatro milhões em 1934) e Botucatu (fundado em 1855, com doze milhões de cafeeiros no final da década de trinta). Municípios novos como Assis, Presidente Prudente, Quatá, Ourinhos, Ipaussú, Paraguaçu Paulista, Presidente Wenceslau, Santo Anastácio, Chavantes, Rancharia e Oleo, apesar de considerável importância, nunca sobrepujaram, no intervalo de nossas preocupações, os principais pólos cafeeiros tributários da Estrada de Ferro Sorocabana³²², tais como Botucatu e São Manuel (este, um dos principais pólos produtores de café de todo o estado) .

José Francisco de Camargo nos sugere que o desenvolvimento demográfico e econômico desta região se processou devido à introdução da cafeicultura: a população decuplicou entre 1886 e 1940, ultrapassando os 720.000 habitantes; a produção de café subiu de quatro milhões de arrobas em 1905 para dez milhões em 1940, tendo o número de cafeeiros se elevado ao quádruplo no decorrer do mesmo período³²³. Porém, tal como na Paulista, na Alta Sorocabana a expansão das lavouras na década de vinte deu-se pela incorporação de solos de pior qualidade, notadamente arenitos cretáceos (série Bauru), que apesar de garantir uma certa produtividade, não se constituem como solos de predileção dos cafeeiros, esgotando-se rapidamente. Conforme destaca Ary França, as regiões de Santa Rita do Passa Quatro, Ribeirão Bonito, Brotas, Jaú, São Carlos, Ibitinga, São Manuel e outras ainda menores, apresentam extensões fragmentadas de terra roxa, verdadeiras manchas isoladas, de fertilidade incomparável³²⁴. Em Botucatu e Avaré, municípios próximos a São Manuel, se verificam a ocorrência (reduzida) de terras roxas, tornando-se estas cada vez mais escassas em todo o prolongamento da Alta Sorocabana rumo ao pontal. O fato é que nesta região as terras de melhor qualidade se situam nas porções de mais antiga ocupação; São Manuel e cercanias destoavam das demais paisagens da Alta Sorocabana, de modo que reside na geografia uma das explicações para a cafeicultura de menor fôlego praticada nos municípios mais novos.

³²² José Francisco de CAMARGO. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE, 191. Vol. II e III, p. 132-33.

³²³ José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.*, Vol. I, p. 205-06.

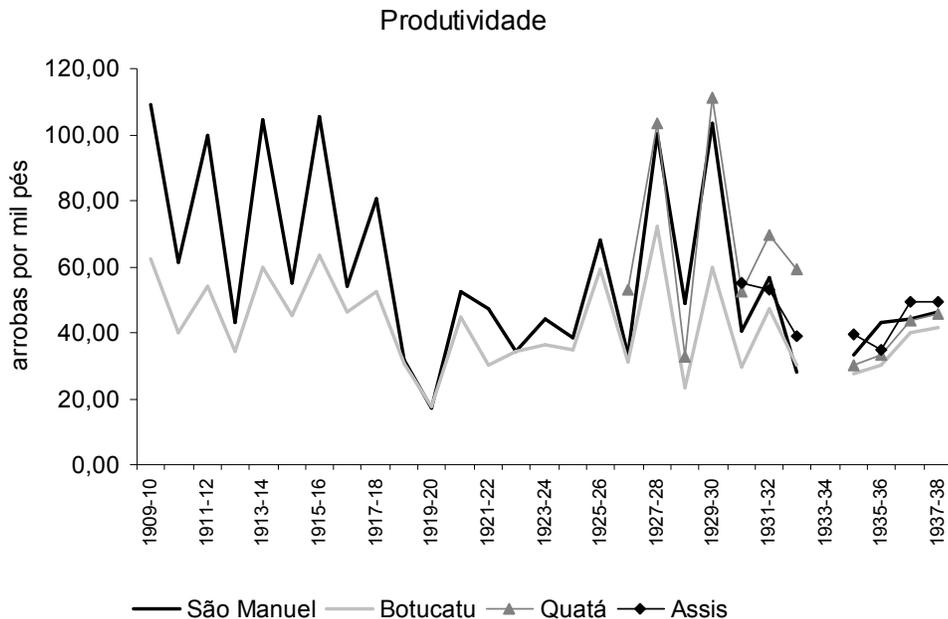
³²⁴ Ary FRANÇA. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro: Conselhos Nacionais de Geografia, 1960, p. 145-46. as maiores e mais contínuas extensões de terra roxa do estado encontram-se na região de Ribeirão Preto.

O gráfico com a curva de produtividade de alguns municípios desta região corrobora nossa opinião. Perceba que em municípios mais novos como Quatá a produtividade se assemelha à produtividade de São Manuel, sendo que os cafeeiros deste município já estavam em franca produção a pelo menos trinta anos, visto que o município fora fundado em 1885. Em geral, as lavouras recém-formadas possuem uma produtividade superior às antigas, contudo, dada a diferença de qualidade dos solos, isso não se verificou, por exemplo, na comparação entre São Manuel e Quatá a partir de 1926. Cabe lembrar que sempre é muito difícil cotejar a produtividade de dois municípios de formação histórica tão distinta, pois se encontravam em diferentes estágios de desenvolvimento da cafeicultura: enquanto Quatá “surgia” para o café na década de vinte, uma parcela das lavouras são-manuelenses passava por um processo de renovação, sobretudo após a geada de 1918.

Há que se notar que tal renovação não abarcou a totalidade dos cafeeiros sendo que árvores mais antigas continuaram produtivas neste município, o que certamente puxava para baixo a média de arrobas produzidas por cada mil pés. Tais diferenciais de desenvolvimento indicam que se comparássemos somente as lavouras mais jovens destes dois municípios, a produtividade de São Manuel seria superior à de Quatá, evidenciando as maiores potencialidades da terra roxa para a cafeicultura. As curvas são semelhantes entre estes municípios a partir de 1926, denotando-se a mediocridade dos solos incorporados à oeste. Já Botucatu sempre possuiu uma produtividade inferior a São Manuel, e a região de Assis nunca possuiu nenhum destaque referente à cultura do café.

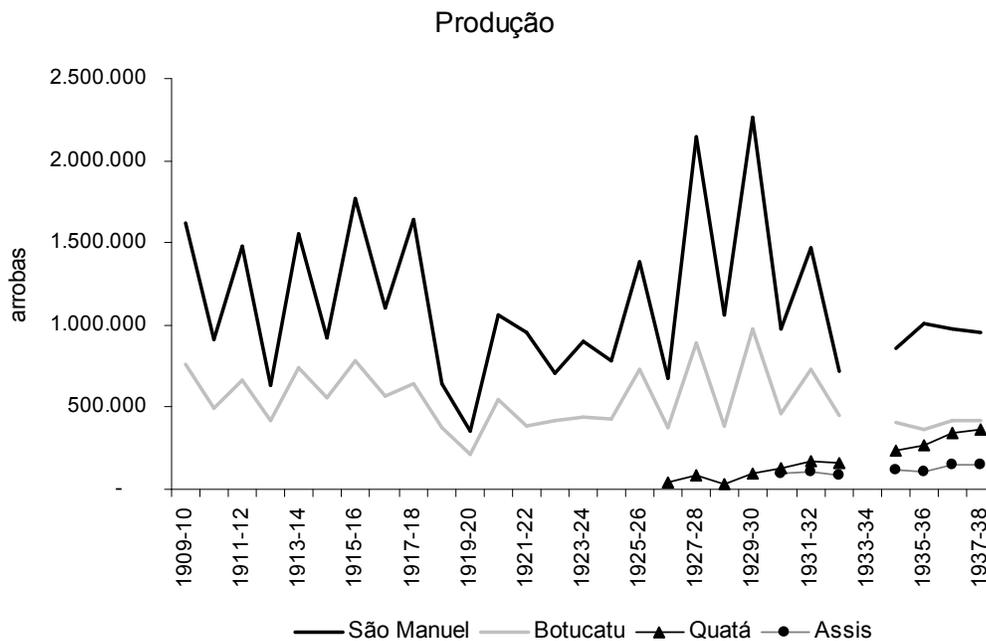
Já em termos de número de cafeeiros, a diferença entre os municípios mais antigos e os mais novos torna-se ainda mais evidente. No início dos anos vinte muitos dos municípios da Alta Sorocabana não existiam, ao passo que São Manuel já possuía cerca de vinte milhões de cafeeiros produtivos e Botucatu cerca de doze milhões. Quinze anos depois, Assis e Bernardino de Campos possuíam apenas três milhões de cafeeiros, Presidente Bernardes e Quatá sete milhões de cafeeiros cada e Presidente Prudente oito milhões, ao passo que São Manuel possuía vinte e cinco milhões de pés em 1935. Observemos os gráficos abaixo:

Gráfico 1



Fonte: *O Café. Estatística de Produção e de Comércio*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1929, 1937-8.

Gráfico 2



Fonte: *O Café. Estatística de Produção e de Comércio*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1929, 1937-8.

Os volumes produzidos na porção mais antiga da Alta Sorocabana foram superiores aos das regiões mais novas durante todo o intervalo, de modo que, a partir dos dados

expostos acima, a idéia de uma fronteira agrícola cafeeira que se sobrepõe às decadentes zonas antigas, tornando-se o centro dinâmico de toda a produção cafeeira regional, aqui deve ser relativizada. Justamente por isso, elegemos São Manuel e Botucatu como os municípios representativos desta região, pois, em nossa periodização, definida a partir das políticas de valorização implementadas pelo governo, permaneceram como os principais pólos cafeeiros, pelo menos até 1937.

Não se trata de afirmar que as regiões novas da área de expansão da Ferrovia Sorocabana rumo ao Rio Paraná não tenham sido incorporadas à produção capitalista, muito pelo contrário. Foram incorporadas, mas lá ocorrera um processo distinto, lá a fronteira guardou especificidades, pois a “colonização” foi pautada em uma maior diversificação da produção e numa maior fragmentação das propriedades, como também, por outro lado, por uma maior concentração de glebas para a especulação e para a pecuária, como indicam Camargo e Pierre Monbeig.

Camargo demonstra que em Presidente Prudente, Santo Anastácio, Regente Feijó, Martinópolis e Presidente Bernardes 70% das propriedades agrícolas pertenciam a estrangeiros, notadamente italianos, japoneses e espanhóis³²⁵, que teriam trabalhado como colonos em fazendas de regiões mais antigas ou mesmo emigrado para o Brasil com algum pecúlio. Esta trajetória indica uma maior fragmentação da terra, que correria paralelamente à expansão da ferrovia, que viabilizava a ocupação de paragens tão distantes.

Monbeig afirma que a Alta Sorocabana “fora uma região quase que inteiramente povoada por sitiantes, devendo-se esta originalidade ao fato de que o avanço da linha férrea coincidiu com a chegada de um novo tipo de imigrante [que detinha algum pecúlio] ocorrendo também uma coincidência entre a colonização da região e a subida de preços do café”. Enquanto a construção da Noroeste começou em fase de pleno marasmo econômico, e, conseqüentemente, os salários dos colonos eram relativamente baixos, a inauguração das estações da Alta Sorocabana foi acompanhada por dez anos de prosperidade. Seduzidos pela situação favorável do café, os colonos vieram juntar-se aos imigrantes, na corrida aos loteamentos desta região³²⁶. Aventamos também a hipótese de que muitos dos imigrantes

³²⁵ José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.*, p. 249. Vol. I.

³²⁶ Pierre MONBEIG. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984, p. 202. Vide o caso dos loteamentos de Regente Feijó, Álvares Machado, Santo Anastácio, Piquerobi e Presidente Wenceslau.

que se estabeleceram na Alta Sorocabana vieram “fugidos” da degradante situação vivenciada em outras regiões, como evidencia o depoimento de Choso Nisato:

“Quando nós viemos pra cá (Fazenda Concórdia, Paraná), nós achava que ia derriçar café, no Japão a gente achava que ia derriçar café e ganhar muito dinheiro. Nós trabalhamos seis meses lá na fazenda, e quando a gente ia pedir o pagamento, o dono falava que nós estava devendo. Então, desse jeito, não dá e nós viemos embora para a fazenda do Jacintho Sá (localizada em Ourinhos). Saímos fugidos de noite. Trabalhei trinta anos na lavoura, e depois fui comprar terra na Água da Prata, dezesseis alqueires (...) plantei café, milho e arroz³²⁷.” (Sic.)

Como veremos nos capítulos referentes às regiões Alta Araraquarense e Noroeste, as fazendas mais novas se encontravam em melhores condições para atrair trabalhadores para o café, pois ofereciam contratos para a formação de novas lavouras, o que significava uma maior possibilidade para o plantio de outras culturas em solo intercafeeiro, bem como empreitadas com remuneração em dinheiro, mais satisfatórias do que as parcerias vigentes em regiões de cafeicultura “adulta”. Maurice Font aponta a existência de uma “disputa” por trabalhadores entre os fazendeiros. Uma vez estabelecidas estas disputas por mão-de-obra ampliavam-se os direitos de plantio como forma de atraí-los. Essa concorrência tornou-se uma fonte fundamental de atrito entre os fazendeiros: “A imensa maioria das queixas registradas por fazendeiros contra outros fazendeiros, no Patronato Agrícola durante a década de 1920, concernia ao ‘aliciamento’ de colonos (55%) e ao não pagamento de antigas dívidas dos colonos por eles contratados (42%)³²⁸.” O endividamento, assim como as melhores condições de remuneração nas novas fazendas, parecem ter sido as principais motivações para o estabelecimento de trabalhadores nacionais e imigrantes nas fronteiras da Alta Sorocabana.

Para Pierre Monbeig os cafeicultores de Araraquara, Ribeirão Preto e Jaú manifestaram pouco interesse pela região, tanto por causa das distâncias e da inexistência de ramais ferroviários na região (a estação de Presidente Prudente foi inaugurada somente em 1919), quanto por causa dos litígios pelos títulos de propriedade que depunham contra a reputação da Alta Sorocabana. “Ninguém ignorava que os títulos de propriedade eram mais duvidosos ali do que em qualquer outro lugar, de modo que era pouco tentador ao agricultor

³²⁷ “De Okinawa ao cafezal”. In: Jefferson Del Rios. *Ourinhos. Memórias de uma cidade paulista*. Ourinhos: prefeitura Municipal, 1992, p. 114-15.

³²⁸ Maurício FONT. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933. In: Bernardo SORJ, Fernando Henrique CARDOSO e Maurício FONT. (orgs.) *Economia e movimentos sociais na América latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 227.

arriscar-se em uma região que parecia mais fértil em produzir demandas do que cafeeiros. Conhecia-se mal esta região afastada, que interessou mais aos loteadores do que aos fazendeiros³²⁹”.

Estes autores demonstram que empreendimentos cafeicultores de maior porte nesta região foram obstaculizados por conta da logística do transporte e dos problemas com a regulamentação das propriedades. Assim, a maior parte da região fora franqueada à atuação dos especuladores, que se resumia à venda de lotes para pequenos compradores ávidos por terras virgens e mais baratas. Excetuando-se as regiões mais diretamente voltadas à pecuária, tais como Presidente Wenceslau, onde cerca de **70%** das propriedades tinham mais de mil alqueires, parece ter sido a pequena propriedade predominante na Alta Sorocabana desde a sua formação. Os dados de Sérgio Milliet corroboram tal assertiva. Segundo o autor existiriam cerca de quatorze mil pequenas propriedades na Alta Sorocabana em 1930, número que subiu para dezoito mil em 1936; já na região Noroeste, o número de pequenas propriedades seria de 6.500 em 1930 subindo para cerca de vinte e oito mil em 1936³³⁰. Isso significa que uma maior fragmentação da terra ocorrera na Noroeste em função da crise do café e da liquidação de grandes unidades produtoras, ao passo que na Alta Sorocabana a estrutura fundiária pouco se alterou naquele contexto, denotando que a propriedade da terra fora fragmentada desde sempre.

Este perfil de propriedade implica em pequenas possibilidades de se manter uma produtividade satisfatória. Vimos acima que a região além de Botucatu não reúne solos de predileção da cafeicultura (excetuando-se parcas recorrências de terra roxa entre Ourinhos,

³²⁹ “Duas grandes empresas possuíam (com as reservas que era preciso fazer na região ao verbo possuir) extensões fabulosas de florestas. Uma, dirigida pelo Coronel José Soares Marcondes, operava, de um lado, com as terras situadas entre a linha férrea e o Rio do Peixe e, de outro lado, com as que ficavam entre a mesma linha e o Rio Paranapanema, na altura de Presidente Prudente. A outra Companhia, chamada dos Fazendeiros de São Paulo, tinha em mãos 238.000 alqueires, a partir de Regente Feijó, entre a ferrovia, o Rio Paraná e o Paranapanema. Os dois grupos se fundiram em 1923”. Cf. Pierre MONBEIG. *Op. Cit.*, p. 203.

³³⁰ O autor define a pequena propriedade como as porções inferiores a vinte e cinco alqueires. Cf. Sérgio MILLIET. O desenvolvimento da pequena propriedade no estado de São Paulo. In: *Roteiro do Café e outros ensaios*. São Paulo: Coleção do Depto. De Cultura, 1939. Os litígios pela propriedade da terra no Pontal do Paranapanema continuam ocorrendo na região.

Oleo, Chavantes e Piraju³³¹), de modo que a obtenção de colheitas mais significativas exigiria maiores gastos com adubação e trato dos cafeeiros, o que era difícil de se esperar de pequenos proprietários descapitalizados. O futuro sitiante esgotava seu capital no ato da compra de um lote, pouco restando para a derrubada, construção de casas, compra de sementes ou mudas, dos instrumentos de trabalho necessários, etc. de modo que geralmente contraía dívidas que cada vez mais o estrangulavam³³².

Neste cenário, difícil pensar na formação de lavouras de qualidade em solos e condições não propícias, redundando na pouca expressividade que os municípios da Alta Sorocabana atingiram no cenário mais geral da cafeicultura paulista. Flávio Saes, ao debruçar-se sobre as ferrovias Paulista, Mogiana e Sorocabana, aponta que nas duas primeiras o embarque de café chegou a representar cerca de 50% da quantidade total transportada entre os anos de 1901 e 1910, ao passo que na Estrada de Ferro Sorocabana, o ápice da participação do café em relação ao total embarcado nas estações fora de 27,5% no período compreendido entre 1901 e 1905, sendo decrescente a partir de então, revelando a menor expressividade da cafeicultura nesta zona. A partir da década de vinte, quando entraram em produção os cafeeiros formados a oeste de Botucatu, notadamente na região além de Ourinhos, a participação do café no cômputo geral de mercadorias embarcadas tornou-se ainda menos significativa: 8,16% entre 1921 e 1925 e 11,3% entre 1926 e

³³¹ “Segundo estimativas de Theodoro Sampaio, o Vale do Paranapanema podia ser dividido em três zonas: a região da mata, a região dos campos e a região das terras altas, com mais de 650 metros de altitude. A chamada zona da mata representava 30%, na parte paulista, mas na realidade era mais extensa, considerando o vale inteiro. Essa zona apresentava solo de boa qualidade, quer pela terra roxa, proveniente da decomposição de rochas eruptivas basálticas, quer pela presença de copioso húmus: era sem dúvida uma das melhores terras para a lavoura em geral. Entretanto, a sua fraca altitude, 450 metros, no máximo, com poucas exceções, fazia esse tipo de terra mais apropriado à cultura de cereais em geral do que ao plantio do café”. Cf: Maria do Carmo Sampaio DI CREDDO. *Terras e índios no Vale do Paranapanema*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003, p. 83.

³³² “Comprando a terra, o futuro sitiante esgota seu capital. Não só ele deixa uma quantia grande nas mãos do loteador, como deve fazer frente a toda espécie de despesas, como as da mudança e do custo das novas instalações. É excepcional que possa derrubar a floresta somente com a cooperação da família e será preciso engajar alguns ‘derrubadores’ e os pagar. A construção da casa e a compra das sementes e dos instrumentos de trabalho roem os magros recursos. Assim, desde a instalação, o sitiante pioneiro é obrigado a contrair empréstimos. Desencadeia-se, dessa forma, o mecanismo de uma armadilha de que os desafortunados não sairão jamais e que, de qualquer forma, amarrará por muito tempo o pioneiro, por mais corajoso e empreendedor que ele seja. Terá de viver de empréstimos onerosos [empréstimos pessoais, na maioria dos casos]”. Cf: Pierre MONBEIG. *Op. Cit.*, p. 224.

1930³³³, ao passo que na Paulista, região já decadente neste período, como vimos em outro capítulo, a participação do café no total de embarques foi de 23% no mesmo período.

Por conta dos fatores acima citados, a fronteira de expansão do café nesta região não se sobrepôs aos antigos pólos produtores, levando-nos a considerar um município fundado em 1855 (Botucatu) e outro fundado em 1885 (São Manuel), como os representantes regionais no “longínquo” intervalo compreendido entre 1917 e 1937.

*

Botucatu aparece na história paulista como ponto de partida para a penetração e conquista do sertão do Paranapanema. Inúmeros e sucessivos caminhos que se dirigiam ao oeste por lá passavam, sendo os principais os de “Iguatemi”, que ia bater no forte e presídio homônimo, no Mato Grosso, e o caminho do “Peabirú³³⁴”, rota indígena que alcançava o Paraguai e que posteriormente foi utilizada pelos jesuítas e bandeirantes. O ponto de partida desta rotas era quase sempre Sorocaba, a mais avançada das cidades.

O sertão começou a ser dividido no início do século XVIII, mais precisamente em 1709, com a concessão de uma sesmaria a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, nas proximidades do atual município de Botucatu, posteriormente doada, em parte, aos Jesuítas. Tratava-se esta sesmaria de um ponto isolado no sertão, parcamente povoado naquele momento. Entre 1740 e 1780 foram concedidas aproximadamente doze sesmarias, referenciadas pelos principais rios que cortavam a região: Alambari, Tietê, Claro, Palmital,

³³³ Flávio Azevedo Marques de SAES. *As ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981, p. 93.

³³⁴ “Caminho pré-colonial que ligava as tribos do centro às do litoral americano, passava por estes lugares, senão a linha principal, ao menos um dos dois ramos mais importantes desta estrada larga e batida. Mais de um aventureiro, seguindo os indígenas, passou por Guareí no século XVI, viajando de São Vicente ao Paraguai e vice-versa. O traçado era convidativo e fácil: São Paulo, serra do Jaraguá à direita, vale do Anhembi, Araçariguama, Apotribú, Sorocaba, Ipanema, Itapetininga, Guareí, Botucatu (serra) e Paranapanema. Balizado por altos montes – atalhas da solidão, correndo quase só pelos campos e não precisando vadear senão ribeirões ou pequenos rios até o Paranapanema, o caminho seguia depois o vale deste rio até o Guairá, atravessando o Paraná acima das Sete Quedas. O Peabirú, que os jesuítas teriam denominado ‘Caminho de São Tomé’, esteve presente nos primeiros fatos que interessaram o europeu no continente. Foi esse o caminho percorrido por Ulrich Schmidel no limiar da segunda metade do século XVI, quando, do Paraguai, quis atingir a costa vicentina. Foi esse o caminho percorrido por aventureiros, entrandistas e jesuítas nos primeiros tempos. É interessante o fato de que os primeiros documentos que comprovam a sua utilização pelo europeu revelam o domínio de viagens na direção do litoral, a partir da mesopotâmia paraguaia, testemunho, sem dúvida, de um tempo em que se sentia, ainda, o caráter continental do povoamento a que o caminho estava relacionado. Myriam Ellis, escrevendo sobre o apresamento dos indígenas e o transporte a pé, demonstra que: ‘de Piratininga a Guairá, por exemplo, pelo caminho do Peabirú, havia uma distância de 750 quilômetros, os quais eram percorridos a pé em 47 dias’. Cf: Leovigildo DUARTE JR. *Pequeno glossário para conviver no São Paulo do Brasil Colonial e melhor entender os documentos da época e os escritos posteriores sobre seus fatos e feitos*. Sumaré: mimeo, 2002, p. 294.

Pardo, Turvo e do Peixe, sendo beneficiários os grandes proprietários de Sorocaba, Itu, Ararituaba (Porto Feliz) e São Paulo. Estes primeiros sesmeiros não deixaram nenhum rastro de ocupação efetiva³³⁵.

Segundo Pupo e Ciaccia entre 1808 e 1821 as terras localizadas nas proximidades de Botucatu, Lençóis e Paraíso (atual São Manuel) sofreram grande valorização, sendo que os compradores visavam, de fato, povoar e ocupar o sertão, como se depreende do fato de que várias fazendas foram formadas na região à época, tais como a Monte Alegre, Capão Bonito, Pedras, Morrinhos e Três Pontes. Dada a maior população - concentrada nas fazendas, evidentemente - fundou-se em 1843 o Patrimônio de Nossa Senhora de Santana, por doação do Capitão José Pinheiro Velloso, erigindo-se em seu entorno os primeiros vestígios de uma maior aglomeração populacional. Estas primeiras fazendas voltavam-se à produção de gêneros alimentícios e a criação de gado, conectando-se ao circuito das tropas de Sorocaba.

Sorocaba, como assinala Herbert Klein, serviu, a partir de meados do século XVIII, como ponto terminal da estrada aberta pelo governo para estabelecer e suprir, por terra, as regiões fronteiriças de Curitiba, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com o passar dos anos estas áreas começaram a criar gado e produzir couro e carne seca, destinando-se estas produções aos mercados da Europa, Caribe e América do Norte (por via marítima) e a Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (por terra). O comércio de mulas destacava-se neste circuito, oriundas, em sua grande maioria, do Rio Grande do Sul, mas também da Argentina e do Uruguai³³⁶. Em torno deste “caminho”, que ligava as zonas produtoras aos mercados setentrionais, foram se estabelecendo as estações (pontos de pastagens), sendo a última delas Sorocaba, situada a noventa quilômetros ao sul da capital da Província, onde se encontravam as últimas planícies abertas e os bons campos de pastagem da rota para o norte.

Nesta rota, Klein distinguiu uma tríplice divisão do trabalho, que se consolidou ao longo do século XIX: os gaúchos eram quase que exclusivamente criadores de mulas e de cavalos, os paranaenses eram invernistas e também criadores de segunda instância, e aos

³³⁵ Trajano Carlos de Figueiredo PUPO & Paulo Pinheiro Machado CIACCIA. *As primeiras fazendas da região de Botucatu*. Botucatu: Prefeitura Municipal de Botucatu, 2005, p. 07.

³³⁶ Herbert S. KLEIN. A oferta de mueres no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. São Paulo: *Estudos Econômicos*, vol. 19, n. 2, p. 347-72, 1989, p. 350.

paulistas cabia a organização desta rede comercial, concentrando-se aí os maiores lucros, evidentemente. Dadas as dimensões alcançadas pela praça mercantil de Sorocaba, os governos imperial e provincial decidiram estabelecer uma alfândega interna na cidade, cobrando-se uma taxa de trânsito ou imposto de barreira³³⁷ sobre todo cavalo, mula ou vaca que passasse pela cidade, exigindo-se que as operações de compra e venda de muarens na província de São Paulo se concentrassem obrigatoriamente nesta praça.

Neste contexto Botucatu assumiu estratégica importância, pois se colocava como um caminho alternativo à cobrança de impostos e taxas. Conforme nos sugere Maria Do Carmo Sampaio Di Creddo:

“O povoado de Botucatu se constituiu em parada de comércio de animais em direção a Sorocaba. Uma das atividades mais rendosas na época era o contrabando de animais, que, do sul, direcionava-se para as fazendas do norte da província. Normalmente, todos os fazendeiros e comerciantes eram obrigados a abastecer-se de animais de carga e montaria nas feiras de Sorocaba, que rendiam vultosos direitos para os cofres públicos, devido aos impostos cobrados, desde o mercado inicial aos campos do Rio Grande do Sul. Os vendedores logo perceberam que um caminho desdobrado antes de Itapetininga, e que passava por Botucatu, atingiria os centros interessados no norte, Rio Claro e Franca, com lucros para os compradores, que assim não precisariam descer até Sorocaba. Estabeleceu-se, portanto, o contrabando de animais³³⁸”

A inserção desta região nos circuitos de comércio interno deu origem a um crescimento demográfico significativo vinculado às atividades criatórias e/ou de invernada e à produção de gêneros de subsistência, subsidiária à atividade nuclear. Destacara-se à época o deslocamento de mineiros para a região que, munidos de algum pecúlio, adquiriram posses no sertão e estabeleceram, a partir de Botucatu, as condições iniciais de penetração na região do Paranapanema. É o caso de Francisco de Assis Nogueira, natural de Baependi, que após erigir fazendas em São José do Rio Pardo e Caconde, adquiriu terras nesta região, formando a Fazenda Taquaral, que dera origem ao futuro Patrimônio de Assis (atual Assis)³³⁹. Nogueira também tivera destacada atuação na Vila de Botucatu, ponto a partir do qual “gerenciava” os seus negócios e aquisições nas regiões situadas mais à oeste.

Di Creddo identifica ligações entre os pioneiros e suas famílias ainda residentes em Minas Gerais, mediante as quais estes atraíam seus conterrâneos oferecendo moradias e

³³⁷ Ver o trabalho de Hernani Maia COSTA. *As barreiras de São Paulo*. (estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX). São Paulo: FFLCH, 1984. Dissertação de Mestrado.

³³⁸ Maria do Carmo Sampaio DI CREDDO. *Op. Cit.*, p. 59.

³³⁹ Maria do Carmo Sampaio DI CREDDO. *Op. Cit.*, p. 73.

terras. Tratava-se de uma estratégia pela qual os fazendeiros visavam ocupar as terras, facilitando-se assim o processo de reconhecimento das posses, cujos títulos de propriedade, quando existentes, eram extremamente duvidosos. Assim, tal como ocorrera em outras regiões do interior paulista, a maioria da população que afluía para os sertões do Paranapanema era mineira, que marchava em grandes grupos, compostos de criadores e de agricultores com todos os seus bens e quinquilharias, escravos (poucos), animais e algum dinheiro: “quem se aventurasse a abrir o sertão tinha que ter posses, pois teria que trazer tudo o quanto se fizesse necessário para viver independentemente. Equipavam carros de boi, tirados a doze, quatorze ou dezesseis cada um. E mais, tropas de burros, equipados para cargueiros, os melhores cavalos e muares de sela. Por esse meio, conduziam mantimentos para um ou dois anos, além de sementes, mudas de espécies mais indispensáveis, bem como rebanhos de gado, ovinos, suínos, com suas crias, e aves domésticas. Levavam também ferramentas, que eram as mais rudimentares e indispensáveis, como a foice, machado, enxadas, picaretas, facões e armas de fogo com munição³⁴⁰”.

Desta maneira, as famílias mineiras mais abastadas foram invadindo o sertão e se confrontando, inevitavelmente, com os índios Chavantes, Caiuás e Coroados em intestinas batalhas que só foram “resolvidas” com as políticas de aldeamento³⁴¹. Situada acima da *cuesta*, Botucatu figurava como um posto avançado em terras indígenas, sendo, portanto, uma região de intenso litígio. Este acidente geográfico marcava a divisão entre as terras habitadas pelos “brancos” (depressão periférica) e as terras habitadas pelos índios serra acima, e, na medida em que o povoamento se processava ao longo do século XIX os indígenas foram cada vez mais comprimidos a oeste, afastando-se das terras mais férteis de Botucatu, Lençóis, São Manuel e Avaré³⁴².

Paralelo a este tipo de colonização baseada na formação de grandes fazendas (quarenta, sessenta mil alqueires), tais como as de Felizberto Antônio Machado, João Cruz e o próprio Francisco de Assis Nogueira, verificava-se nesta região a atuação dos caipiras,

³⁴⁰ Maria do Carmo Sampaio DI CREDDO. *Op. Cit.*, p. 94.

³⁴¹ “O processo de formação da grande propriedade no Vale do Paranapanema foi fortalecido com a adoção da política dos aldeamentos. Esta, em última instância, objetivava retirar o indígena das áreas consideradas férteis, facilitando o estabelecimento dos povoadores”. Ver capítulo “A política de aldeamentos e as bandeiras”. *In*: Maria do Carmo Sampaio DI CREDDO. *Op. Cit.*, p. 86.

³⁴² Em 1850 os Caiuás foram massacrados pelo grupo liderado pelo posseiro José Theodoro de Souza na região onde hoje se localiza o atual município de Avaré. As proximidades do atual município de Agudos eram conhecidas como “ninho da bugrada”.

homens dotados de poucos recursos que ocupavam pequenas áreas (parcamente exploradas) e conviviam com os indígenas. Estes homens dirigiam-se para rincões isolados e pouco ou quase nenhum contato travavam com os centros urbanos mais desenvolvidos. Estes posseiros eram também bastante vulneráveis à atuação dos formadores de fazendas³⁴³, sendo que, assim como os índios, deslocavam-se cada vez mais a oeste, imiscuindo-se nas matas e levando a vida errante de sempre. Restava-lhes como única alternativa a esta forma de vida no sertão agregar-se aos maiores posseiros ou proprietários, desempenhando tarefas incertas, tais como a derrubada de matas, abertura de picadas e auxílio aos trabalhos de reconhecimento da região ou de agrimensores.

Por estas vias de “colonização” a população paulista no Vale do Paranapanema, conforme o recenseamento de 1872, era de 57.406 habitantes, número que subiu para 89.840 habitantes em 1890, segundo a Comissão Central de Estatística. Esta população encontrava-se irregularmente distribuída por uma extensão territorial muito vasta, sendo a densidade demográfica de apenas três habitantes por quilômetro quadrado. Os municípios mais antigos (Avaré, Lençóis e Botucatu) concentravam uma boa parte desta população, verificando-se verdadeiros desertos demográficos além das cabeceiras do Paranapanema. Botucatu, por exemplo, possuía uma população de 16.000 habitantes em 1886, aproximadamente 18% de toda a população regional. Neste município as pessoas se dedicavam ao comércio, à criação bovina, à cana de açúcar, ao plantio de cereais e vinculavam-se aos mercados exportadores via produção de café, que rendia, segundo Di Creddo, algo em torno de 300 arrobas por cada mil cafeeiros, atestando-se a qualidade das terras roxas, sobretudo ao norte do município³⁴⁴. A cidade de Botucatu constituía-se também como o principal núcleo abastecedor do sertão do Paranapanema, ligando-se por estradas às localidades de Santa Cruz do Rio Pardo, São Manuel, Aparecida, Espírito Santo do Turvo (município extinto), Lençóis, e São Pedro do Turvo.

³⁴³ Como no caso da disputa por terras entre os descendentes de Francisco de Assis Nogueira, portanto pioneiros, e o posseiro Bernardo Tavares da Cunha. O Diretor Geral de Terras Públicas argumentou que os herdeiros de Assis Nogueira eram possuidores, por títulos de compra, das terras em questão, dando-lhes a vitória na peleja por estas terras. Cf. Maria do Carmo Sampaio DI CREDDO. *A propriedade da terra no Vale do Paranapanema. A Fazenda Taquaral (1850-1910)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1987. Tese de doutoramento, p. 186 e seguintes.

³⁴⁴ Maria do Carmo Sampaio DI CREDDO. *Op. Cit.*, p.95. Trata-se de uma produtividade superestimada, mesmo para as ubérrimas terras de São Manuel.

O avanço demográfico sobre a região de Botucatu e do Paranapanema foi marcado, deste o início, por uma grande heterogeneidade fundiária. Para lá se dirigiram homens dotados de recursos que adquiriram (legalmente ou não) grandes extensões de terras, assim como também os “homens esquecidos”, posseiros que nenhuma riqueza possuíam e que ocupavam glebas de pequenas extensões. Cabe lembrar que, além de Botucatu, boa parte das propriedades permaneceram incultas até as primeiras décadas do século XX, sendo mais efetivamente povoadas e exploradas somente com o advento da cafeicultura. Nas paragens de povoamento mais antigo da “Alta Sorocabana”, na área compreendida entre Botucatu, Avaré, Lençóis e São Manuel, estabeleceram-se, em princípio, formações econômicas voltadas prioritariamente ao abastecimento dos centros de maior produção cafeeira do século XIX, tais como Campinas e Rio Claro, e também ao abastecimento dos centros de produção açucareira: Piracicaba, Porto Feliz e Itu.

Conforme diagnosticaram Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, na medida em que as atividades voltadas à produção de açúcar e café foram se dinamizando, a população da província de São Paulo, notadamente a população do “oeste paulista”, aumentou sobremaneira, verificando-se também transformações na proporção entre cativos e libertos:

“The growth commercial sugar and coffee exports and the increasing commercialization of traditional food and animal products was accompanied by a major change in the population of the province. The new wealth being generated brought in ever larger numbers of African slaves. At the same time, the opportunities offered by these new commercial crops for the development of food production, craft activities, and even for the expansion of the grazing industry encouraged the migration of free laborers to settle the frontier zones³⁴⁵”.

Estes incrementos populacionais, como nos evidenciam os autores, foram mais significativos nas zonas diretamente voltadas à produção de gêneros de exportação, verificando-se uma menor intensidade de povoamento nas regiões mais afastadas que se ligavam indiretamente aos mercados centrais. Vejamos alguns indicadores. Na categoria “Oeste Paulista”, os autores indicam que em 1829 77% dos cativos foram utilizados nas atividades diretamente vinculadas à produção de açúcar, portanto vinculadas à exportação, enquanto 20% dos cativos se ocupavam da plantação e colheita de gêneros alimentícios. Na

³⁴⁵ Francisco Vidal LUNA & Herbert S. KLEIN. *Slavery and the Economy of São Paulo 1750-1850*. Califórnia: Stanford University Press, 2003, p. 107. No “Oeste Paulista”, os escravos representavam 20,7% da população em 1777, 25,8% em 1804 e 34,95% em 1829, sendo maior a proporção de escravos nos mais destacados centros de produção açucareira.

categoria “Caminho do Sul”, que incluía Curitiba, Itapetininga e Sorocaba, apenas 12% dos escravos se ocupavam com o fabrico de açúcar, enquanto 64% dos cativos trabalhavam na produção de alimentos³⁴⁶, indicando a vinculação indireta ao mercado exportador. No “Oeste Paulista” a população de cativos era de 8.766 em 1803, 13.449 em 1817 e de 26.814 em 1836, ao passo que no “Caminho do Sul” a população cativa, para os mesmos anos, era de 7.975, 8.198 e 12.314³⁴⁷, evidenciando que na medida em que a produção de açúcar e de café foi se desenvolvendo nos municípios de Campinas, Itu, Jundiaí e cercanias, a população cativa sofrera um sensível aumento, o que não ocorrera em Itapetininga e Sorocaba, que à época permaneceram como zonas voltadas ao comércio de animais e produtoras de alimentos, verificando-se um crescimento menos significativo da escravaria.

Dada sua formação histórica ligada às feiras de Sorocaba, acreditamos que a região de Botucatu aproximava-se mais do que Luna & Stein chamaram de “Caminho do Sul” do que do “Oeste Paulista” propriamente dito. Os produtores locais dedicavam-se prioritariamente à produção de gêneros alimentícios e ao comércio de animais, conforme nos demonstrou acima a alocação dos cativos nas atividades econômicas desenvolvidas nesta região. A este tipo de “especialização”, pautada na produção de alimentos, correspondia, evidentemente, um determinado perfil de posse de cativos. Enquanto em Campinas 54,1% da população era composta por escravos³⁴⁸ em 1829, nas paragens do “Caminho do Sul” percebia-se um diminuto peso dos cativos no total de habitantes: “Sorocaba, importante centro de comércio de animais, apresentava os indicadores mais expressivos da região: porcentagem de fogos³⁴⁹ com escravos de 21,7%; média de escravos por fogo de 1,2 e participação dos escravos na população de 26,5% em 1829, contra apenas 16% nos dois períodos anteriores: 1777 e 1804. Itapetininga, também situada nesta região, mostrava o menor peso dos cativos dentre as vinte e cinco localidades estudadas, sendo de

³⁴⁶ Francisco Vidal LUNA & Herbert S. KLEIN. *Op. Cit.*, p. 124.

³⁴⁷ Francisco Vidal LUNA & Herbert S. KLEIN. *Op. Cit.*, p. 108.

³⁴⁸ Itu 51,2%, Porto Feliz 51,0% e Jundiaí 35,6% em 1829.

³⁴⁹ “Fogo: Domicílio composto pelo núcleo familiar de seu chefe (pais e filhos e podendo haver, ademais, dependentes e/ou escravos). A noção de Fogo coincide, portanto, com o conceito de Domicílio, Alojamento, Casa, empregado na demografia corrente”. Cf: Leovigildo DUARTE Jr. *Op. Cit.*, p. 187.

apenas 10,8% em 1804 e 1829³⁵⁰”.

Fontes de outra natureza, como os Processos-Crime trabalhados por César Mucio Silva, atestam o fato de que prevaleceu em Botucatu, assim como nas demais localidades do “Caminho do Sul”, a posse de pequenos plantéis de cativos. Segundo este autor a região de Botucatu “não girava na órbita daquelas com população escrava muito expressiva, com grandes propriedades rurais e cultura voltada à exportação³⁵¹”. Correlata a esta configuração, teria ocorrido em Botucatu um certo afrouxamento da vigilância sobre os escravos, bem como um menor grau de exploração dos cativos, que gozavam até de uma certa liberdade neste município. Segundo Mucio Silva: “a busca incessante de sobretrabalho escravo que se processava nas regiões de maior destaque (Campinas, Ribeirão Preto) parece não ter se repetido com a mesma intensidade em Botucatu³⁵²”.

O autor, em suas conclusões faz uma relação entre grau de “desenvolvimento econômico” e “grau de violência”, sinalizando que nas regiões mais proximamente voltadas à exportação, a violência contra os escravos, que decorreria de uma maior “preocupação” com o sobretrabalho, seria mais intensa, *vis a vis*, em Botucatu, região de menor importância dentro do quadro econômico da província de São Paulo, estabeleceu-se um afrouxamento da vigilância e da violência, como também da exploração. Sendo esta a conclusão do autor, poderíamos imaginar que nas regiões voltadas prioritariamente ao mercado interno os escravos trabalhavam menos. Será? Não parece ser possível realizar este tipo de inferência, porém, o estudo demonstra claramente a predominância de pequenos plantéis na região de Botucatu, corroborando a argumentação acima realizada, e também uma maior aproximação entre senhores e escravos, dada a “ausência do feitor³⁵³”.

³⁵⁰ Francisco Vidal LUNA. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). São Paulo. *Estudos Econômicos*, vol. 28, n.01, p. 99-169. 1998, p. 107. As localidades pesquisadas foram: Vale do Paraíba: Areias, Cunha, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba e São Luís do Paraitinga. Região da Capital: Atibaia, Cotia, Guarulhos, Mogi das Cruzes, São Paulo. Oeste Paulista: Campinas, Itapeva, Itu, Jundiaí, Mogi Mirim e Porto Feliz. Caminho do Sul: Curitiba, Itapetininga e Sorocaba. Litoral: Cananéia, Iguape, Santos, São Sebastião.

³⁵¹ César Mucio SILVA. Processos-crime. Escravidão e violência em Botucatu. São Paulo: Alameda, 2004, p. 49.

³⁵² César Mucio SILVA. *Op. Cit.*, p. 66.

³⁵³ Referência ao trabalho de Leila Mezan ALGRANTI. *O feitor ausente* – estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Vozes: Petrópolis, 1988. Contudo, diferentemente do que aponta Mucio Silva, que assinala um abrandamento da violência nas regiões de pequena escravaria, a autora reconhece que nas cidades, onde também predominavam pequenos plantéis, a escravidão não teria tido caráter mais brando, mas, muito pelo contrário, a especificidade da escravidão urbana demonstra que os caminhos da dominação foram tortuosos, como também foram diversas as formas através das quais dominadores e dominados interagiram no passado.

Ronaldo Marcos dos Santos, a partir dos Relatórios da Comissão Central de Estatística, aponta que o município possuía em 1872 uma população total de 9.434, sendo a população escrava mensurada no ano de 1874 em 1.434 (15,2%). Já na década de 1880, no contexto de crise do escravismo, a população total de Botucatu para o ano de 1887 era de 15.985, enquanto foram registrados, para este ano, 820 escravos (5,1%), lembrando que em 1885, apenas dois anos antes, a população escrava era de 1.604, revelando-nos a rápida liquidação dos plantéis de escravos em Botucatu no momento de superação do escravismo. Num total de sessenta municípios listados por este autor, a escravaria de Botucatu era a 39ª em 1885, revelando a pouca expressividade do número de escravos existentes neste município em relação aos demais situados no interior paulista. Com as referências bibliográficas acima listadas, esperamos ter conseguido caracterizar a região de Botucatu no contexto anterior à instalação da cafeicultura de maiores escalas na região, o que ocorreu no final do século XIX e início do século XX, com o advento da ferrovia.

Segundo Dióres Santos Abreu a Estrada de Ferro Sorocabana foi criada com o intuito de escoar a produção de ferros e ferragens da fábrica de São João do Ipanema, localizada em Sorocaba, para a capital paulista e para os mercados estrangeiros. Pelas leis n. 34 de 24 de março de 1870 e n. 33 de 29 de março de 1871, o Governo Provincial de São Paulo concedeu à Cia. Sorocabana o privilégio exclusivo, durante noventa anos, para a construção, custeio e gozo de uma via férrea desde a fábrica até São Paulo, passando por Sorocaba e São Roque, num total de 132 km de extensão, com garantia de juros de 7% sobre o capital de 4.000:000\$000. Foram emitidas ações no valor nominal de 200\$000 cada uma, sendo os estatutos desta companhia aprovados pelo Governo Imperial pelo decreto 4.729 de 24 de maio de 1871³⁵⁴.

O avanço do café pelo planalto ocidental paulista ocorrido no final do século XIX levou a Cia. Sorocabana a dedicar-se também às atividades agro-pastoris, buscando a expansão de suas linhas à região de Tietê, Tatuí e Botucatu, município cujo ramal fora inaugurado em 1889, iniciando-se nesta zona intensa rivalidade com a Cia. Ituana. Criada em 1873, por iniciativa de cafeicultores de Itu, esta companhia ligava este município a Jundiá e Mairinque, onde os trilhos se articulavam com a Cia. Sorocabana. A partir de Itu,

³⁵⁴ Dióres Santos ABREU. Formação Histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCL, 1972, p. 39.

numa outra direção, os trilhos iam até Campinas, Piracicaba e São Pedro, tendo a partir deste ponto acesso à navegação do rio Tietê. Em 1892 estas duas companhias se fundiram, surgindo a Cia. União Sorocabana e Ituana, submetendo-se todo tráfico entre os municípios acima citados à supervisão desta companhia.

A expansão dos trilhos para o oeste, rumando para o rio Paranapanema e para Itararé foi garantida pelo decreto n. 10.090 de 24 de novembro de 1888, entretanto, dada a crise da cafeicultura ocorrida no final do XIX, a Cia União Sorocabana e Ituana não realizou obras de expansão até 1904, ano em que foi levada a leilão sendo arrematada pelo governo federal e repassada para o governo paulista. Por sua vez, os paulistas contraíram um empréstimo de 3.800.000 libras junto ao Dresdner Bank de Berlim e já em 1907 o governo do estado havia arrendado a Cia. Sorocabana a um sindicato franco-norte-americano, liderado por Percival Farquhar. A ferrovia passou a se chamar Sorocabana Railway Company Limited, voltando para as mãos do governo paulista em 1919³⁵⁵.

Mesmo com todas as mudanças ocorridas na diretoria desta estrada de ferro os objetivos de prolongamento rumo ao oeste nunca foram esquecidos. Sabiam os investidores e o poder público que as terras do Paranapanema reuniam potencialidades para a cafeicultura, pecuária e mesmo para a especulação. A expansão dos trilhos deu-se em duas frentes: por um lado, partindo-se de Tatuí, alcançou-se Itararé, na divisa com o estado do Paraná, ligando-se à ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, por outro, os trilhos, partindo de Botucatu, demandariam o Paranapanema a oeste, trecho que ficou conhecido como ramal de Tibagi. A lógica do prolongamento da ferrovia nestas frentes não obedecia simplesmente a condições econômicas, mas também a aspectos estratégicos e militares, pois permitiria uma maior ligação com o Mato Grosso, alcançando-se a partir daí o coração da América do Sul. Inicialmente, o ramal de Tibagi tinha sido projetado para dirigir-se, a partir de Botucatu, para a confluência deste rio com o Paranapanema, para depois chegar ao rio Paraná via navegação fluvial, porém, descobriu-se que tanto o Paranapanema quanto o Tibagi não eram rios navegáveis, mudando-se os planos de prolongamento, que a partir de então correria pelo espigão que divide os rios Feio e Paranapanema, alcançando-se o rio Paraná com a estrada de Ferro descartando-se a navegação pelos rios, o que oferecia vantagens em termos de salubridade e condições de preservação e manutenção da estrada,

³⁵⁵ Dióres Santos ABREU. *Op. Cit.*, p. 41.

que seria construída em terrenos mais altos e menos propícios à erosão. Chegar ao rio Paraná era essencial para a Sorocabana, pois lá “a direção da estrada contava com os estabelecimentos que a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso possuía para o negócio de gado vindo de Vacaria-RS, com seus vapores para a navegação do grande rio e de seus afluentes, através dos quais se alcançaria Porto Murtinho e o Paraguai³⁵⁶”. Em 1922, foi inaugurada a última estação da Sorocabana, em Presidente Epitácio.

*

Silêncio. Deparamo-nos com o silêncio da bibliografia acadêmica mais recente no que se refere à formação e ao desenvolvimento da cafeicultura na região de Botucatu e São Manuel. As principais referências, novamente, são os trabalhos de Sérgio Milliet, Pierre Monbeig e José Francisco de Camargo, sendo a Alta Sorocabana uma das regiões constituintes de seus objetos de estudo, assim como o trabalho de Flávio Saes, que pesquisou, ao lado da Paulista e da Mogiana, o movimento de cargas da Estrada de Ferro Sorocabana. É notória a carência de estudos mais específicos sobre esta região no contexto da cafeicultura. Por outro lado, tentando preencher a lacuna de informações, conseguimos levantar uma bibliografia de cunho memorialista, tais como os almanaques e publicações locais³⁵⁷.

Sérgio Milliet, ao tratar da pequena propriedade³⁵⁸ na região da Alta Sorocabana, destaca que este perfil, ao lado das médias propriedades, fora mais recorrente nas regiões de Botucatu, Lençóis e São Manuel, ao passo que nas regiões de Presidente Prudente, Santo Anastácio e Presidente Wenceslau, têm-se uma maior participação, ao lado das pequenas propriedades, dos latifúndios destinados à pecuária e à especulação, tendência que se verificou mais claramente nesta região a partir de 1935-36³⁵⁹.

³⁵⁶ Dióres Santos ABREU. *Op. Cit.*, p. 42.

³⁵⁷ Refiro-me aqui ao trabalho de João Netto CALDEIRA. *As nossas riquezas*. Município de São Manuel. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1928, e ao *Almanaque de Botucatu*. Botucatu: Ano I, num. 01, 1920. Agradeço a colaboração de Paulo Pinheiro Machado Ciaccia. Em texto de natureza memorialista, para o município de Ourinhos, existe o trabalho de Jefferson Del Rios. *Ourinhos. Memórias de uma cidade paulista*. Ourinhos: Prefeitura Municipal, 1992.

³⁵⁸ Lembrando que para o autor, classificam-se como pequenas as propriedades cuja extensão é menor do que vinte e cinco alqueires, as médias situam-se entre vinte e seis e cem alqueires. São consideradas grandes propriedades as superiores a cem alqueires e acima de quinhentos alqueires as propriedades são classificadas como “latifúndios”.

³⁵⁹ Sérgio MILLIET. O desenvolvimento da pequena propriedade no estado de São Paulo. In: *O Roteiro do Café e outros ensaios*: São Paulo: Depto. De Cultura 1939, p. 105-06.

Os dados fornecidos por José Francisco de Camargo corroboram a assertiva de Milliet. Segundo o autor a média de cafeeiros por propriedade em Botucatu era de 14.902 em 1905, 32.243,8 em 1920 reduzindo-se para 5.784,6 em 1934 e 10.615,8 em 1940, uma das menores médias de cafeeiros por propriedade dentre todos os municípios considerados nesta pesquisa³⁶⁰. Estes dados nos levam a concluir que a pequena propriedade, considerando-se como pequenas as propriedades que possuíam menos de trinta mil pés, foram predominantes neste município. Já em São Manuel observa-se a existência de lavouras de maior porte, uma vez que em 1905 a média de cafeeiros por propriedade era de 43.017,0, de 50.611,4 em 1920, de 36.927,9 em 1934 e de 148.844,3 em 1940. A diferença de médias existentes entre estes municípios se explica pela melhor qualidade dos solos de São Manuel, que atraía os maiores investimentos necessários para a formação de grandes cafezais. Observemos as tabelas abaixo:

Tabela 1 – Maiores Cafeicultores. São Manuel 1928.

Cafeicultores São Manuel - 1928	Cafeeiros
Rodrigues Alves & Cia. Agrícola	1.597.000
Cia. Agrícola Araquá	1.359.700
Vicente Soares de Barros	870.000
José E. de Barros	655.000
Barros & Cia.	570.000
José Mathias de Godoy	500.000
Viuva Simões & Filhos	456.000
Lupercio Teixeira de Camargo	432.000
Alfredo Pujol	420.000
Maria da Silva Simões	408.000
Viúva Baptista Martins	400.900
Ferreira & Penteadó	395.000
Martins de Almeida & Cia.	380.000
Elyseu Teixeira & Irmão	367.000
Amando Simões	357.000
José Antônio Villas Boas e Irmãos	350.000
Manoel Sampaio Barros	309.000
Luiz Reginatto	304.000
Antonio E. de Barros	300.000
Francisco Gonçalves Negreto	300.000

Fonte: João Netto CALDEIRA. Op. Cit., p. 125-35.

³⁶⁰ Ver José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.*, p. 92-133.

Tabela 2 – Maiores Cafeicultores. Botucatu 1920.

Cafeicultores Botucatu - 1920	Cafeeiros
João Baptista da Rocha Conceição (dr.) Fazenda Lageado	600.000
Cia. Agrícola Botucatu	450.000
Cia. Cafeeira Paulista (Pratânia)	320.000
Manoel Ernesto Conceição	315.000
Ulhôa Cintra	260.000
Theóphilo Moraes Martins	250.000
João Rodrigo de Souza Aranha	240.000
Villas Boas & Irmão	230.000
José Cardoso de Almeida	205.000
Manoel Ernesto Conceição	200.000
Joaquim Franco de Mello	194.000
Narcisa Reis	180.000
Irmãos Pereira Pinto & Barros	168.000
Gustavo de Lara Campos	156.000
Joaquim Gonçalves da Silva (Faz. Barra Mansa)	150.000
Joaquim Gonçalves da Silva (Faz. Capão Bonito)	150.000
Lunardi, Dinucci, Pardini & Bismara	150.000
João Cândido Villas Boas e Irmãos	140.000
Costa & Cia.	120.000

Fonte: *Almanaque de Botucatu. Botucatu: Ano I, num. 01, 1920, p. 228-235*

As tabelas acima nos dão uma noção do diferente perfil de cafeicultura existente entre São Manuel e Botucatu. Ao passo que os maiores cafeicultores do primeiro município, companhias agrícolas por sinal, possuíam mais de um milhão de cafeeiros em 1928, João Batista da Rocha, o maior cafeicultor de Botucatu, residente da Fazenda Lageado, possuía seiscentos mil pés em 1920, justamente no momento onde este município apresentava a maior concentração de cafeeiros por propriedade de sua história. Como vimos anteriormente, a produtividade das lavouras existentes em São Manuel fora sempre superior à de Botucatu, o que decorria, evidentemente, da maior fertilidade da terra roxa. O preço do hectare evidenciava a diferença de qualidade da terra; em 1919, enquanto um hectare em Botucatu alcançava o valor de 120\$000, em São Manuel era negociado a 800\$000, sendo ainda maior o valor das terras ditas superiores neste município³⁶¹. Por isso, dadas as maiores potencialidades do solo para a cafeicultura, a região de São Manuel fora “alvo” de investimentos “cafelistas” de maior dimensão, tais como a Cia. Rodrigues Alves, a Cia. Agrícola Araquá e a Villas Boas & Irmãos que lá operavam, em grandes associações

³⁶¹ SÃO PAULO: *O café: estatística de produção e comércio*. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1919, p. 54 e 158.

de capitais típicas das principais regiões cafeeiras do estado de São Paulo, tais como Ribeirão Preto, São Carlos e Jaú. Abaixo, a descrição de uma das grandes propriedades existentes em São Manuel:

“A Fazenda São João do Paraíso, composta de 160 alqueires de terra roxa superior, pode servir de modelo, como um estabelecimento rural perfeito, graças à inteligente direção do proprietário, sempre atento a tudo. Vicejam fortes e bem tratados 250.000 pés da famosa rubiácea, tendo sido de 28.000 arrobas a safra do ano findo [112 arrobas por cada mil cafeeiros], o que bem atesta a pujança da terra e o capricho da cultura. Para tratamento dos cafezais, são empregadas 46 famílias de colonos, que residem em 36 grupos de casas, esmeradamente construídas, dotadas de iluminação elétrica e água encanada (...) O preparo do café para a exportação é realizado pelos melhores métodos, passando em terreiros ladrilhados, com lavadores e iluminação elétrica, para depois destinar-se à máquina, que é combinada, com capacidade para o benefício de 600 arrobas diárias (...) A máquina de café é acionada por usina pertencente à fazenda e instalada aproveitando magnífica queda d’água, no ribeirão Paraíso, que atravessa a propriedade. Esse salto tem oito metros de altura, resultando uma força de 45 HP efetivos (...) A água é de superior qualidade, canalizada para todos os serviços...”³⁶²”

Evidentemente o tipo de solo não era o único fator responsável pela maior qualidade e produtividade do café são-manuelense. Há que se considerar também a melhor estrutura física das grandes unidades produtoras lá existentes, tais como o excerto acima evidencia, produzindo-se assim, na média, cafés de tipos superiores. A idéia é que, em unidades produtoras mais modestas, com baixa taxa de capitalização, os fazendeiros dispunham de menores recursos para formar e cuidar das lavouras a contento, beneficiar e transportar o café, redundando isto em um produto inferior. É claro que em Botucatu, como nos mostra a tabela acima, e como em qualquer outro lugar, também existiam fazendas de médio e grande porte que seriam capazes de despender um maior cuidado aos cafeeiros e aos frutos produzidos, porém, tal raciocínio se aplica, genericamente, à proporção de grãos produzidos por grandes fazendas em um determinado município, maior nuns do que em outros. O argumento é que um maior investimento poderia ter como resultado um café de melhor qualidade. Observe a tabela abaixo:

³⁶² João Netto CALDEIRA. *Op. Cit.*, p. 136.

Tabela 3 - Faixas de cafeicultores. Botucatu (1920) e São Manuel (1928)

Botucatu			São Manuel		
1.000 cafeeiros	Cafeicultores	%	1.000 cafeeiros	Cafeicultores	%
1 a 5	244	45,86	1 a 5	139	29,02
6 a 15	150	28,20	6 a 15	180	37,58
16 a 30	58	10,90	16 a 30	58	12,11
31 a 60	41	7,71	31 a 60	40	8,35
61 a 100	17	3,20	61 a 100	20	4,18
101 a 250	17	3,20	101 a 250	17	3,55
251 a 500	4	0,75	251 a 500	20	4,18
mais de 501	1	0,19	mais de 501	5	1,04
Total	532	100,00	Total	479	100,00

Fonte: Almanaque de Botucatu. Botucatu: Ano I, num. 01, 1920, p. 228-235. João Netto CALDEIRA. Op. Cit., p. 125-35.

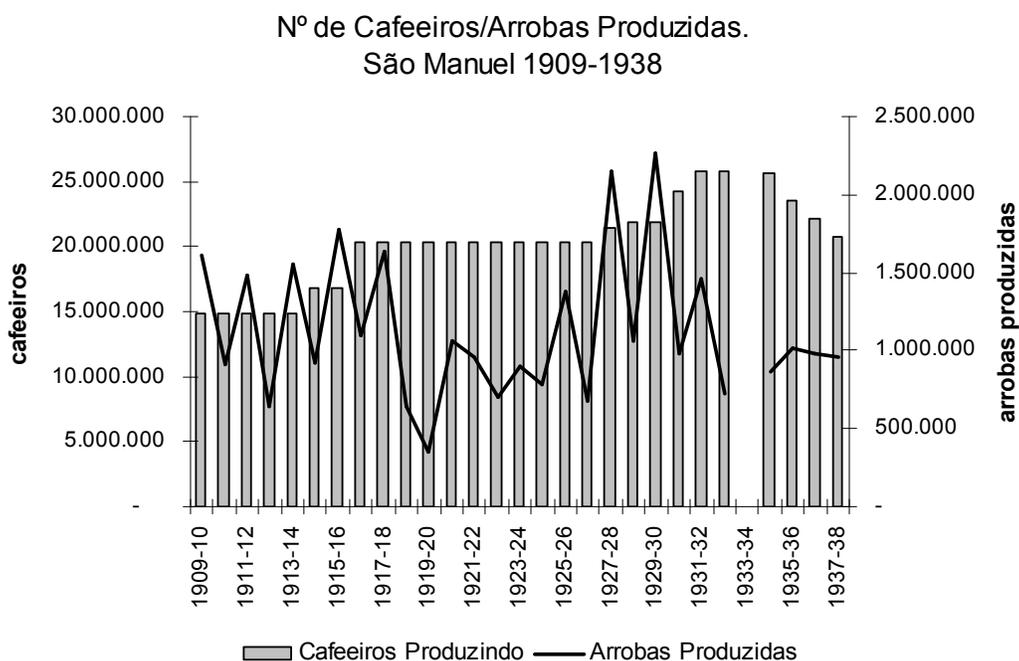
Perceba que quase a metade dos cafeicultores de Botucatu possuía menos de cinco mil cafeeiros, ao passo que em São Manuel 30% se situavam nesta mesma faixa; por outro lado, eram mais recorrentes em São Manuel as lavouras compostas por no mínimo seis mil e no máximo por quinze mil cafeeiros (cerca de 37% do total), situando-se nesta mesma faixa 28% dos cafeicultores de Botucatu. A diferença do perfil de cafeicultura existente entre os dois municípios se revela mais claramente quando observamos as maiores lavouras: em Botucatu apenas 0,75% dos cafeicultores possuíam entre 250.000 e 500.000 pés, sendo que somente 0,19%, apenas um cafeicultor, possuía mais do que quinhentos mil cafeeiros. Os percentuais de cafeicultores nestas faixas são bem mais expressivos em São Manuel: 4,18% possuíam entre 250.000 e 500.000 cafeeiros e 1,04% possuíam mais de quinhentos mil pés de café, seis cafeicultores.

São Manuel sempre fora o principal município cafeeiro da Alta Sorocabana. Em 1920, segundo José Francisco de Camargo, esta região possuía cerca de setenta e sete milhões de cafeeiros produtivos, dos quais pouco mais de vinte milhões se encontravam neste município. Neste mesmo ano existiam em Botucatu cerca de doze milhões de cafeeiros, dos quais 3,5 milhões já se encontravam em decadência, o município de Lençóis possuía cerca de seis milhões de cafeeiros, assim como Piraju, e registrava-se em Avaré a existência de cinco milhões de cafeeiros produtivos³⁶³. Assim, dentre os principais pólos cafeeiros da Alta Sorocabana, São Manuel constituía-se como o mais importante, possuindo também a maior população regional neste mesmo ano: 39.427 habitantes.

³⁶³ SÃO PAULO: *O café: estatística de produção e comércio*. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1929, p. 27, 41, 105, 141, 178.

Tal situação de liderança regional não se alterou no intervalo de nossas preocupações, compreendido entre 1917 e 1937, como se depreende da observação dos gráficos abaixo. O número de cafeeiros produtivos tanto em São Manuel quanto em Botucatu se alterou neste período apenas a partir de 1927-28, certamente como consequência da definição do caráter permanente das políticas de defesa do café em 1924, momento no qual as expectativas positivas levaram os cafeicultores a ampliarem ou mesmo renovarem suas lavouras. Entre 1924 e 1928 foram plantados em São Manuel cerca de cinco milhões de cafeeiros, e em Botucatu cerca de quatro milhões de pés de café. Em ambos os casos a quantidade de arrobas produzidas, bem como a produtividade cresceu consideravelmente entre 1928 e 1930, alcançando-se em São Manuel a produção de 103,5 arrobas por cada mil cafeeiros e de 72,3 arrobas em Botucatu:

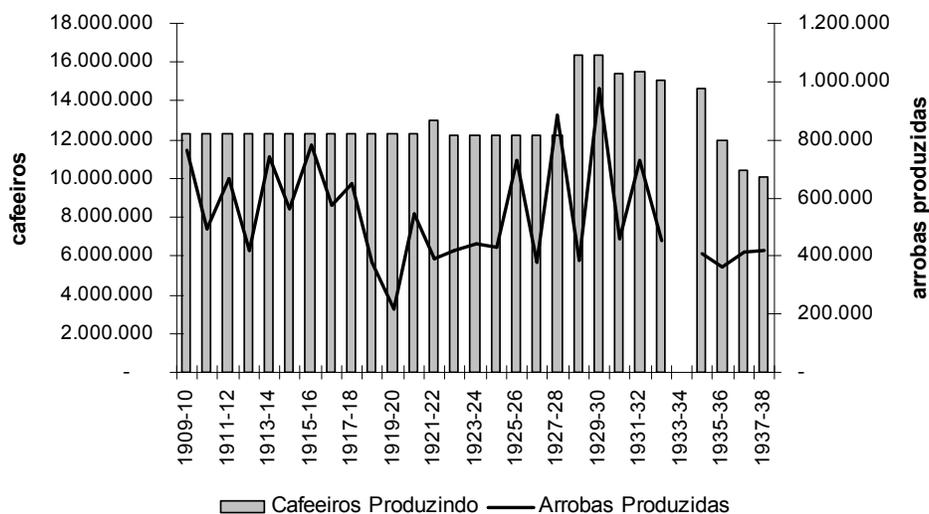
Gráfico 3



Fonte: SÃO PAULO: *O café: estatística de produção e comércio*. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1919, 1929 e 1937-8.

Gráfico 4

Nº de Cafeeiros/Arrobas produzidas.
Botucatu 1909-1938



Fonte: SÃO PAULO: *O café: estatística de produção e comércio*. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1919, 1929 e 1937-8.

O pico de produtividade alcançado nos anos finais da década de 1920 logo se esvaiu, tanto pelas características naturais do cafeeiro, que sempre alternam anos de boas colheitas com anos de colheita ruim, quanto por conta do abandono de algumas lavouras no contexto da crise mundial de 1929. A redução paulatina da produtividade dos cafeeiros na década de trinta, que pode ser percebida nos gráficos acima, parecem evidenciar uma perda de qualidade no que se refere ao trato das árvores, certamente decorrente das dificuldades encontradas pelos fazendeiros naquela época. A formação de novas lavouras a partir de 1924 teve como consequência a ampliação da área cultivada de 9.799,2 alqueires em 1920 para 14.176,00 em 1934 no município de São Manuel, ao passo que em Botucatu a área destinada à cafeicultura foi ampliada de 4.998,8 para 8.011,25 alqueires no mesmo período³⁶⁴.

*

Pesquisamos trinta Livros de Notas no 1º Ofício Civil de São Manuel³⁶⁵, onde encontramos apenas vinte escrituras de formação e/ou trato de café. Em Botucatu, em

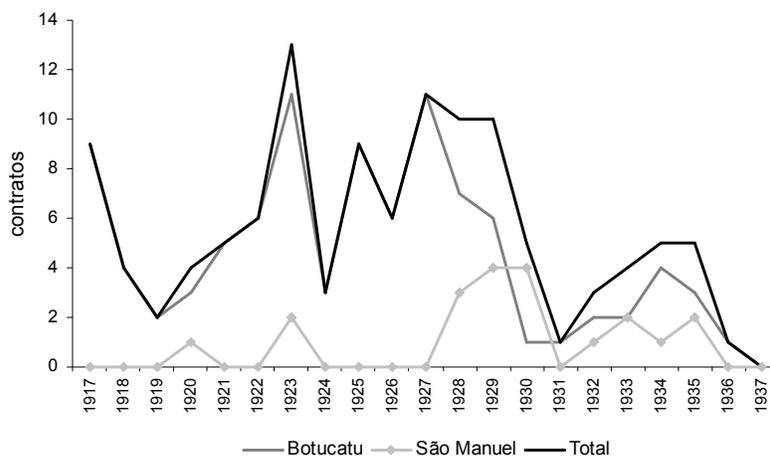
³⁶⁴ José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.*, p. 132.

³⁶⁵ Gostaria de agradecer a José Antônio Justo, Tabelião do 2º Ofício Civil de São Manuel, e a Geni Gonçalves Garcia, Tabelião do 1º Ofício Civil desse município.

consultada realizada em cinquenta e quatro Livros Cartoriais do 1º Ofício Civil³⁶⁶, encontramos noventa e seis escrituras envolvendo a formação e o trato de cafeeiros entre 1917 e 1937. Observemos o gráfico abaixo:

Gráfico 5

Contratos de Café.
Região Alta Sorocabana 1917-1937.



Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de São Manuel. Livro de Notas do 1º Ofício Civil de Botucatu.

Nossas expectativas em relação ao número de escrituras encontradas em São Manuel não se realizaram. Dada a importância deste município no cenário estadual da cafeicultura, esperávamos um número de contratos muito superior, ainda mais quando se observa que o número de cafeeiros produtivos nesta localidade subiu de vinte e cinco para expressivos setenta e um milhões entre 1934 e 1940, e a área destinada a esta cultura elevou-se de 14.176 alqueires para 47.640 no mesmo intervalo. Supomos que este crescimento se explica por três fatores: a) dada a maior fertilidade das terras e a maior qualidade do grão, a cafeicultura persistiu neste município, sendo esta cultura muito importante até os dias de hoje; b) com a política de concorrência estabelecida a partir de 1937, a produção de cafés finos foi incentivada, beneficiando-se a produção regional, por isso a expansão das lavouras no contexto pós-crise de 1929; c) existiam em São Manuel, ainda na década de vinte, imensas áreas não exploradas pela cafeicultura, aproveitadas na década de trinta em função da destacada qualidade do café. Contudo, tal expansão não foi captada pela documentação cartorial consultada, o que nos leva a supor que o aumento do

³⁶⁶ Gostaria de agradecer a José Carlos Antunes, Tabelião do 1º Ofício Civil de Botucatu, e aos funcionários Wilson Antunes e Roberto de Camargo, pela estimada ajuda.

número de cafeeiros produtivos deve ter sido feito justamente pelas grandes Companhias Agrícolas, num tipo de contrato de trabalho que não passava pelos cartórios, ou por pequenas unidades produtoras, “tocadas” pelo trabalho familiar.

A curva dos contratos de Botucatu revela dois momentos de ascensão: um a partir de 1918 e outro a partir de 1925. Este primeiro pico se explica em parte pelos efeitos da geada de 1918, que atingiu duramente as lavouras desta região, levando os fazendeiros a redefinirem os termos contratuais mediante a nova situação. Para termos uma idéia, tanto em Botucatu quanto em São Manuel, a produtividade caiu abruptamente no ano agrícola de 1918-19 e 1919-20, girando em torno de trinta arrobas por cada mil pés no primeiro ano e dezessete arrobas no segundo. A escritura lavrada entre Amador Bueno da Ribeira e Luiz Pinheiro Machado atesta o estrago sofrido pelas lavouras botucatuenses naquele período. Nesta escritura, com duração de um ano, o contratado se responsabilizava pela colheita recebendo 1\$500 por cada saco de cem litros de café, além disso, deveria plantar algodão e cereais no lugar dos cafezais danificados pela geada³⁶⁷. Assim como esta, tantas outras escrituras lavradas entre 1918 e 1922 tratavam da reformulação dos termos de remuneração e da extensão dos prazos, em função do acidente climático ocorrido em junho de 1918.

A geada fora, na verdade, um duplo problema para a cafeicultura da Alta Sorocabana. Por um lado, arruinou um número considerável de cafeeiros, e, por outro, revelou o problema da falta de braços. Qualquer tentativa de recuperação das árvores danificadas passaria necessariamente pela intensificação do trato, demandando assim um número maior de trabalhadores para as atividades de desbrotas, limpeza e adubação dos cafeeiros. A safra do café para o ano de 1920-21 foi assim descrita pelo jornal “O Movimento”, de São Manuel:

*“Em princípio do corrente mês, ficou concluída a avaliação da safra de café para 1920-21, trabalho esse feito por quatro funcionários da Diretoria de Indústria e Comércio da Secretaria da Agricultura, com o concurso dos prefeitos municipais e dos presidentes das comissões de Agricultura. Avaliadas em 8.618.000 sacas as entradas prováveis em Santos, a safra pode ser considerada boa. Na zona Mogiana, que menos sofreu com a geada de 1918, é que a colheita se mostrou melhor. Em geral, nota-se que os estragos desse fenômeno natural estão desaparecendo e em muitos municípios os cafeeiros danificados já produzem no corrente ano. **Há porém, extraordinária falta de braços que sacrificou o tratamento dos cafezais e pode determinar algumas perdas no café a colher.** Embora a safra esteja com um aumento de 50 a 60 por cento sobre a anterior, que foi mínima, a situação do café continua excelente.*

³⁶⁷ Livro de Notas n. 106, fls. 71. 1º Ofício Civil de Botucatu. 01/08/1918.

O consumo do ano findo (1919-20) atingiu 19.405.000 sacas em todo o mundo e isto absorveu quase todos os estoques anteriores. A produção atual, portanto, encontrará escoadouro fácil, apesar de ser mais forte.³⁶⁸

Dois anos após a geada os cafeeiros da Alta Sorocabana já apresentavam franca recuperação, porém, o problema da falta de braços tornara-se latente. Em artigo do dia cinco de setembro de 1920, intitulado “O despovoamento das fazendas”, Veiga Miranda, vereador por vários mandatos em Ribeirão Preto e ministro da Marinha no governo de Epitácio Pessoa, apontava a falta de braços como o principal obstáculo das fazendas produtoras de café no interior paulista. Para o autor, as causas de tal “despovoamento” ligavam-se ao afluxo populacional direcionado aos grandes centros urbanos e à “deserção” de colonos que, ao angariarem algum pecúlio, “migravam para os extremos das linhas férreas³⁶⁹”. A solução proposta era o investimento na imigração de estrangeiros, aproveitando-se da crise europeia do pós-guerra; para Miranda a entrada de novos trabalhadores seria uma forma de contrabalançar os efeitos “deletérios” que a incorporação de novas terras exercia sobre as fazendas já estabelecidas, tais como as existentes em São Manuel na década de vinte. Talvez a escassez de trabalhadores tenha sido uma das responsáveis pelo pequeno número de contratos registrados em São Manuel, apenas vinte em todo o período, porém, o mais provável é que Veiga Miranda estivesse defendendo a imigração em massa para criar um exército de trabalhadores suficientemente grande para rebaixar ainda mais os níveis salariais, ou também, dada a urgente necessidade de cuidados com os cafeeiros após as geadas, a necessidade de trabalhadores tenha sido mais sentida, levando o político a manifestar-se nos jornais.

Chama a atenção neste momento o investimento que alguns cafeicultores dos municípios da Alta Sorocabana fizeram na fronteira. Em 1923 o Cel. Amando Simões

³⁶⁸ Jornal O Movimento. São Manuel. 18/07/1920.

³⁶⁹ Jornal O Movimento. São Manuel. 05/09/1920.

contratou o empreiteiro japonês Ozaki Magosaburo³⁷⁰ para formar duzentos mil cafeeiros, durante quatro anos, na Fazenda Independência, em Cafelândia. Os cafeeiros seriam plantados a dezessete palmos de distância, sendo o espaço existente entre as covas destinado ao plantio de outras culturas. Magosaburo receberia também 0\$600 por cada cova formada e toda a produção de café³⁷¹. É bem plausível a hipótese de que ele oferecesse a subempreiteiros o espaço intercafeeiro e a produção de café como remuneração, embolsando os valores oriundos das cláusulas monetárias do contrato estabelecido com Simões, que renderia, neste caso, 120:000\$000 num prazo de quatro anos. Também em 1923, Caio Simões, deputado federal, médico e filho do Cel. Amando Simões, contratou com Yoshinaga Numeyoshi e Ozaki Magosaburo, novamente, a formação de cinquenta mil pés na fazenda São José do Paraíso, em Pirajuí, sob as mesmas condições da escritura lavrada por seu pai³⁷². Estas escrituras evidenciam que a Noroeste fora uma ponta de lança de investimentos de cafeicultores da Alta Sorocabana, sobretudo de São Manuel.

Entre 1925 e 1928 o número de contratos lavrados nos cartórios de Botucatu e São Manuel voltou a crescer, timidamente no caso de São Manuel, pois o número de escrituras encontradas foi muito baixo, e mais claramente em Botucatu. Os estímulos para contratar a formação de novas lavouras ou mesmo garantir o trato das já existentes, via contratos de parceria, certamente derivaram das políticas de defesa do café, que passaram a vigorar permanentemente a partir de 1924. Em São Manuel, apesar do reduzido número de contratos, o número de cafeeiros em produção aumentou de cerca de 20,3 milhões em 1924 para 25,8 milhões de pés em 1932, denotando que a cafeicultura do município se ampliou sobremaneira neste período. Decisões como as de Emílio Stanzioni, que em 1928 contratou

³⁷⁰ Como veremos adiante, na Noroeste, como na Alta Araraquarense, empreiteiros japoneses foram contratados para formar fazendas na fronteira. É provável que se tratasse de pessoas ligadas aos mecanismos de imigração japonesa e que circulassem pelos corredores da KKKK, instituição responsável pelo recebimento e alocação de imigrantes no interior paulista, aliciando famílias de trabalhadores auferindo ganhos na arbitragem entre fazendeiros e trabalhadores. Ver Célia SAKURAI. *Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada* 1908-1941. XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT 09 – Imigrações Internacionais. Caxambú-MG, 1998. Japoneses também foram responsáveis pelo envio de imigrantes desta mesma nacionalidade para as fazendas e lotes existentes no norte do Paraná: “A primeira caravana de compradores de terras [referindo-se à Cia. De terras Norte do Paraná] chegou em dezembro de 1929 e era composta de oito japoneses que vieram acompanhados pelo ‘notável’ pioneiro e agenciador de terras da Companhia, sr. Hikomo Udihara”. Cf: Rubens Rodrigues dos SANTOS. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Publicação comemorativa do cinquentenário da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. Londrina: CMNP, 1975, p. 70.

³⁷¹ Livro de Notas n. 91, fls. 01. 1º Ofício de São Manuel. 25/02/1923.

³⁷² Livro de Notas n. 91, fls. 04. 1º Ofício de São Manuel. 25/02/1923.

Antônio Martins da Costa para formar dez mil cafeeiros na fazenda São Roque, ao preço de 1\$000 por cada cova formada³⁷³, devem ter sido tomadas coletivamente, sendo que dali a quatro anos verificar-se-ia o aumento das lavouras regionais.

Em Botucatu o número de cafeeiros produtivos se ampliou de 12,2 milhões em 1924 para 16,3 milhões em 1930. Algumas empreitadas para a formação de novas lavouras foram registradas na segunda metade da década de vinte, tais como a estabelecida entre Alonso Dias Rodrigues e Bento Alves para formar doze mil pés de café na fazenda Cabeceira do Alambary, pagando 100\$000 por cada mil cafeeiros formados³⁷⁴, porém chama a atenção o estabelecimento de escrituras de caráter misto, onde se definiam simultaneamente o trato de cafeeiros já adultos, em regime de parceria, e a formação de novas lavouras, em regime de empreitada. É o caso de Ângelo Fanan, que em 1926 contratou com Augusto Donini a formação e trato de cinco mil cafeeiros num sítio localizado em Rubião Júnior³⁷⁵. Donini formaria três mil cafeeiros, mediante o pagamento de 1\$000 por cada cova, e trataria de dois mil cafeeiros já formados, sendo a sua remuneração composta por metade da produção destes pés de café, contando ainda com a possibilidade do plantio intercafeeiro e com pasto para a criação de animais.

A estratégia de estabelecer contratos mistos pode ser entendida como uma reação das regiões mais antigas num contexto de grande demanda por trabalhadores, notadamente na segunda metade da década de vinte. Os proprietários não poderiam correr o risco de ficar sem mão-de-obra para o trato e colheita das lavouras já formadas, contudo, oferecendo somente contratos de parceria, menos atrativos e mais arriscados, poder-se-ia verificar uma evasão dos cafezais. Para barrar tal possibilidade, oferecia-se aos contratados a formação de novos cafeeiros, onde o plantio intercafeeiro era ampliado e no final de quatro ou cinco anos eles receberiam uma quantia em dinheiro pelo trabalho e toda a produção dos pés formados. Tecnicamente os contratados organizavam seu trabalho da seguinte forma: dedicavam-se cotidianamente ao trato dos cafeeiros em formação, que exigem maior cuidado, bem como ao plantio de arroz, milho e feijão, destinado tanto ao consumo diário quanto à comercialização. Em geral, nos cafeeiros formados, fazia-se a carpa duas ou três

³⁷³ Livro de Notas n. 102, fls. 46. 1º Ofício Civil de São Manuel. 24/10/1928.

³⁷⁴ Livro de Notas n. 120, fls. 68. 1º Ofício Civil de Botucatu. 18/09/1926.

³⁷⁵ Livro de Notas n. 121A, fls. 172. 1º Ofício Civil de Botucatu. 01/10/1927.

vezes ao ano, espalhando-se o cisco posteriormente, tarefa que consumia provavelmente toda a força de trabalho do núcleo familiar, que neste momento se concentrava neste serviço. Terminado este trabalho, os componentes do núcleo familiar voltavam-se às lavouras de alimentos, plantadas tanto nos cafeeiros formados quanto nos cafeeiros por formar, em maior quantidade, evidentemente, como aos cuidados com as lavouras em formação. Eles retornariam aos cafeeiros formados na ocasião da colheita, tarefa mais melindrosa que exigia a participação da família por um período de tempo maior. Colhidos, secos e beneficiados, os grãos eram divididos anualmente em duas partes iguais, o que significava que os trabalhadores teriam, anualmente, uma renda em café e uma renda em alimentos, e, ao final do contrato, receberiam ainda o dinheiro da empreitada e toda a produção dos cafeeiros formados. O fazendeiro, por sua vez, teria garantido, a um custo mínimo, o trato e colheita de suas lavouras já formadas, bem como a ampliação do número de cafeeiros produtivos em sua fazenda. Aventamos a possibilidade de que muitas vezes os fazendeiros não tinham interesse em ampliar suas lavouras, porém, para evitar a desorganização da produção e o abandono dos cafeeiros, o faziam, buscando fixar os trabalhadores na terra. Por outro lado, num cenário de intervenção pública no mercado cafeeiro, como o que ocorrerá a partir de 1924, e com a certeza de que as arrobas produzidas teriam destino, a escolha de plantar ou não pés de café tornava-se menos importante.

A expansão das lavouras de São Manuel e Botucatu foi abruptamente interrompida pela *débâcle* mundial de 1929. Percebam no gráfico **cinco** que a partir de 1930 o número de contratos lavrados diminuiu, indicando que os cafeicultores, em sua grande maioria, vetaram a formação de novos cafezais e diminuíram ou mesmo abandonaram o trato de lavouras produtivas, uma vez que o número de parcerias lavradas também foi reduzido. Como vimos em outros capítulos, este fenômeno foi recorrente em todas as regiões paulistas, o que significa que os fazendeiros da Alta Sorocabana não se viam na obrigatoriedade de formar novas lavouras para segurar os trabalhadores, já que nas regiões de fronteira, notadamente na Noroeste e na Alta Araraquarense, não estavam sendo lavradas novas empreitadas de formação. Isto significa que a concorrência por mão-de-obra, sempre deletéria às regiões mais antigas, deixou de pressionar os fazendeiros, que passaram então a não abrir novas lavouras, o que anteriormente faziam mesmo atuando com produtividades cadentes e solos

já parcialmente esgotados. A idéia é que a redução do número de contratos lavrados na fronteira no contexto da crise de vinte e nove colaborou para o não crescimento das regiões de cafeicultura “adulta”.

Nenhuma empreitada de formação foi lavrada em São Manuel e Botucatu após a crise. Os contratos de parceria foram absolutos a partir deste momento, o que significava, para o fazendeiro, a possibilidade de “dividir” os problemas com os parceiros, que por sua vez se beneficiavam pelo fato de contar com sessenta, setenta por cento da produção, e não mais com apenas metade, e também com a ampliação dos espaços destinados ao plantio intercafeeiro. Exemplificando esta assertiva, temos a escritura lavrada entre Lauro Sodré Ribeiro e José Januário, que tocava na fazenda Santa Maria, em Bofete, trinta e cinco mil cafeeiros em parceria, sendo a sua remuneração composta por 60% da produção de café durante os dois anos de vigência do contrato. Januário teria à sua disposição durante este prazo dez alqueires para a produção de cereais e pasto para a criação de animais, lembrando que o contratado parceiro ficaria também com 60% destas lavouras³⁷⁶.

Rearranjos como estes foram percebidos também em São Manuel. Em 1935 Domingos Sanches contratou o espanhol Miguel Garcia para tratar de quinze mil cafeeiros na fazenda Santa Izabel, em Igarassú (atual Igarapu do Tietê), durante um prazo de quatro anos. Neste contrato Garcia teria direito à metade da produção de café, 80% do dinheiro oriundo da criação de duzentos porcos e 80% da produção das outras culturas (arroz, mamona, milho e feijão³⁷⁷). Por um lado, os fazendeiros buscavam ampliar as rendas não monetárias dos trabalhadores com vistas à manutenção dos cafeeiros, por outro, com este tipo de contrato, que também diversificava as suas próprias rendas, uma vez que teriam participação na produção de outras lavouras e nas criações, buscavam compensar as duras perdas sentidas na cafeicultura.

Aventamos também a possibilidade de que alguns fazendeiros tenham simplesmente abandonado suas lavouras a partir de 1930. É o que denota a abrupta queda de produtividade dos cafeeiros de Botucatu e São Manuel após a crise de vinte e nove. Em 1929-30, cada mil cafeeiros plantados em Botucatu produziam 59,7 arrobas, ao passo que em 1934-35 a produção se reduziu para 27, 6 por cada mil pés. Em São Manuel a queda foi

³⁷⁶ Livro de Notas n. 128^a, fls. 150. 1º Ofício Civil de Botucatu. 22/12/1936.

³⁷⁷ Livro de Notas n. 111, fls. 49. 1º Ofício Civil de São Manuel. 21/08/1935.

ainda mais acentuada, reduzindo a quantidade de arrobas por mil pés de 103,5 em 1929-30 para 33,4 em 1934-35³⁷⁸. A expressiva queda de produtividade neste município talvez se explique pelos mesmos motivos ocorridos em Ribeirão Preto. Em São Manuel, assim como na “capital do café”, estabeleceram-se grandes unidades produtoras em função da terra roxa, tais como a Cia. Agrícola Araquá e a Cia. Agrícola Rodrigues Alves. As maiores fazendas, por conta do maior aporte de capitais, não resistiram à queda de produtividade, que proporcionava lucros cada vez menores. A idéia, novamente, é que as menores fazendas, dada a queda da produção dos cafeeiros, transitavam mais facilmente a outras produções e operavam com menores custos (trabalho familiar), o que as levava a suportar a baixa produtividade mesmo com os lucros reduzidos, evidentemente. As Fazendas existentes em São Manuel, tais como a S. João do Paraíso (250.000 cafeeiros), a Fazenda Saltinho (456.000 cafeeiros), Fazenda Salto (503.000 cafeeiros³⁷⁹) e tantas outras, necessitavam cobrir os salários dos colonos, a manutenção do maquinário, os custos de transporte, os financiamentos, hipotecas, etc., de modo que a produção de outros gêneros agrícolas não reuniria condições de cobrir as despesas e gerar lucros. A saída era o abandono dos cafeeiros e a fragmentação em lotes. Interessante a forma com que o jornal “O Movimento”, de São Manuel, alardeava a venda de lotes em Santo Anastácio, próxima a Presidente Prudente:

“Colonos! O vosso melhor negócio, o mais certo, o que mais vos convém é, sem dúvida, a compra das férteis terras de Santo Anastácio! Essas terras estão sendo vendidas pelo menor preço possível. E sabem por que? Porque a crise é só para os ricos, e eles estão vendendo barato o que vendiam caro. Amanhã, quando já não houver crise, não podereis mais comprar terras porque elas ficarão novamente caras e só será negócio para quem tem muito dinheiro! A ocasião é única! Colono que aproveitar a ocasião não será mais colono: será dono, proprietário, pequeno lavrador, independente! Informações: João B. Corrêa e Domingos de Castro Peres, nos baixos do Clube³⁸⁰.”

Realmente, a crise era para os ricos. Claro que afetava a todos, porém, as propriedades de menor porte, aquelas que não ultrapassavam os vinte, trinta mil cafeeiros poderiam suportar as dificuldades dedicando-se a outras culturas, com lucros menores,

³⁷⁸ SÃO PAULO: *O café: estatística de produção e comércio*. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1937-8, p. 48 e 204.

³⁷⁹ João Netto CALDEIRA. *As nossas riquezas*. Município de São Manuel. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1928, p. 152-64.

³⁸⁰ Jornal O Movimento. São Manuel. 19/01/1930.

certamente, mas que garantiriam algum dinheiro. Pensemos: estas unidades operavam com trabalho familiar e produziam sua subsistência, cobrindo assim a maior parte de seus gastos, logo, poderiam continuar tocando os cafeeiros e esperar por preços melhores.

Nas grandes fazendas, sobretudo naquelas afundadas em hipotecas, maneira típica de financiamento no oeste paulista, esperar poderia significar a falência. Aos colonos que detivessem alguma economia naquele momento, o acesso a terra seria facilitado, pois a oferta de terrenos aumentara sobremaneira em função da fragmentação de grandes unidades produtoras, ao lado da atuação das companhias de colonização.

Os colonos que estavam presos aos fazendeiros e não tinham condições de adquirir um lote de terras sofreram reduções em seus pagamentos. Ocorreria em São Manuel e Botucatu o mesmo que em outros municípios paulistas: redução salarial a troco de vantagens para o cultivo de outras culturas. Num comunicado assinado por Marcello Piza, diretor do Departamento Estadual do Trabalho informa-se:

“A redução [dos salários] se opera por toda parte, com o máximo êxito e sem o menor atrito (...) O preço do café deixou de ser altíssimo e não se sabe ao certo senão que será bastante reduzido. Como os fazendeiros, tem os colonos, nesta emergência, a visão clara de que a lavoura não poderá pagar-lhes os salários em vigor (...) A redução operada no preço do trato anual de mil cafeeiros varia entre trinta e cinquenta por cento, à troco de pequena vantagem concedida pelos fazendeiros (...) Em Botucatu e São Manuel o preço do trato anual baixou de 450\$000 para 300\$000 (...). Da mesma forma baixaram os salários das colheitas e dos serviços pagos por dia³⁸¹”.

Para todas as “categorias” de trabalhadores, a crise de 1929 significou perdas em termos de renda monetária e renda em café. Aos parceiros cabia metade ou às vezes uma fatia maior da produção das lavouras sob seus cuidados; aos empreiteiros a totalidade da produção do café ao final do contrato e, dada a queda de preços, a parcela dos rendimentos diretamente ligada ao café fora fatalmente deprimida. Os parceiros, em geral não recebiam salários em dinheiro, o que significa que não foram impactados pelas reduções ocorridas em todo o estado, por outro lado, empreiteiros cujos contratos envolviam pagamentos em dinheiro e os colonos que recebiam uma determinada quantia pelo trato anual sentiram diretamente os efeitos, um porque empreitadas com cláusulas envolvendo dinheiro

³⁸¹ Correspondência do departamento Estadual do Trabalho: redução dos salários rurais e migração. 04/11/1929. In: Valdeir Agostinelli PEREIRA. *Formação política de Marília: terra e poder na frente pioneira paulista (1924-1937)*. Assis: FCL/UNESP, 1990, p. 238. Dissertação de Mestrado. Esta carta foi enviada a vários prefeitos municipais, e também a encontramos reproduzida no Jornal O Movimento, de São Manuel, em 24/11/29, no Jornal Correio de S. Carlos, em 15/11/29 e no Jornal Comércio de Jaú, em 12/11/29.

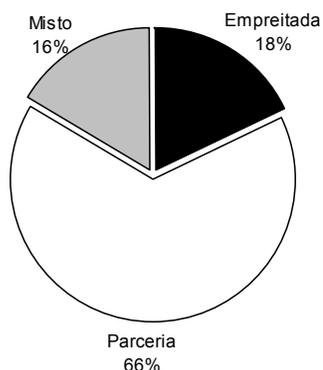
deixaram de ser lavradas e outros porque dependiam dos pagamentos efetivados pelos fazendeiros ao final de cada bimestre, sendo que para os colonos a situação era ainda pior, pois não contavam com amplo espaço para o plantio de alimentos, uma vez que, em geral, assumiam o trato de cafeeiros já formados.

*

Os contratos de parceria foram predominantes em São Manuel e Botucatu entre 1917 e 1937, evidenciando que neste intervalo tais municípios não estavam mais situados na fronteira de expansão da cafeicultura, mas constituíam uma zona intermediária, situada entre os “velhos” cafeeiros da região Central e as fronteiras da Noroeste, e da própria Alta Sorocabana. Ao todo foram lavradas 116 escrituras nos municípios representativos desta região, quantidade muito inferior aos 734 lavrados na Noroeste e aos 501 lavrados na Alta Araraquarense, porém superior aos 44 lavrados em Campinas e Rio Claro. Com um número de escrituras superior ao da Alta Sorocabana aparecem ainda a Douradense (293) e a Mogiana (254), sendo a região da Paulista a que mais se aproximou em número de escrituras lavradas (105). A baixa quantidade de contratos e a predominância do regime de parceria entre as escrituras lavradas indicam que a capacidade de resposta dos municípios da Alta Sorocabana ao contexto favorável da década de vinte foi reduzida. Observemos os gráficos abaixo:

Gráfico 6

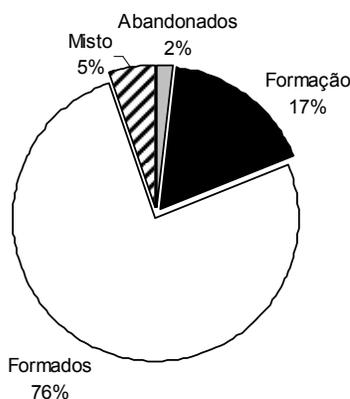
Tipos de Contrato.
Região Alta Sorocabana 1917-1937



Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de São Manuel. Livro de Notas do 1º Ofício Civil de Botucatu

Gráfico 7

Situação dos Cafeeiros.
Região Alta Sorocabana 1917-1937



Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de São Manuel. Livro de Notas do 1º Ofício Civil de Botucatu

A maioria dos cafeeiros envolvidos nas escrituras já se encontrava formada, sendo, conseqüentemente, predominantes os contratos de parceria, como podemos acima observar. Apenas 18% das escrituras referiam-se a empreitadas e 17% envolviam a formação de novos cafeeiros, evidenciando a pequena renovação das lavouras destes municípios. Novos cafeeiros estavam sendo plantados, sobretudo entre 1925 e 1929, como vimos anteriormente, porém, a proporção entre parcerias e empreitadas e entre cafeeiros formados e em formação, indicam que a cafeicultura em Botucatu e São Manuel já havia alcançado um estágio onde não seria mais viável o investimento em novos cafeeiros, provavelmente por conta da perda de produtividade e do esgotamento dos solos. Por outro lado, seria muito danoso desfazer-se das lavouras já formadas, sendo melhor mantê-las sobre trato constante via contratos de parceria, que significavam custos mínimos de produção aos fazendeiros.

Para os trabalhadores do café, a predominância dos contratos de parceria na Alta Sorocabana significava que os seus rendimentos seriam menores do que se fossem para as fazendas da fronteira, onde predominavam contratos de formação (Em Lins, por exemplo, 69% das escrituras tratavam-se de empreitadas), sendo este tipo de contrato mais rentável. Fazemos agora uma simulação comparando uma parceria em Botucatu com uma empreitada em Pirajuí, na Noroeste, ambas sobre cinco mil cafeeiros, considerando-se os

preços praticados em Ribeirão Preto, vigentes nas escrituras de compra e venda de café, lá pesquisadas:

Tabela 4 – Rendimentos de Parceria em Botucatu e Empreitada em Pirajuí (1925-28)

Ano	Produtividade Botucatu	Produtividade Pirajuí	Preço (Mil-réis)	Rendimento Parceiro Botucatu	Rendimento Empreiteiro Pirajuí
1925	34,94	58,75	42,410	6.229,104	-
1926	59,39	26,82	27,500	1.843,691	-
1927	31,02	28,48	23,800	1.694,630	-
1928	72,33	99,73	28,000	6.981,314	13.962,627
Total				16.748,739	13.962,627

Fonte: Para os preços: Livro de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto (1917-1937). Para os índices de produtividade (@por mil pés) utilizamos o Boletim Café: estatísticas de produção e comércio. Op. Cit., 1929.

Na tabela acima, consideramos que o parceiro teria como remuneração metade da produção anual de café, ao passo que ao empreiteiro caberia como remuneração a totalidade da produção no último ano. Estamos aqui considerando que os trabalhadores venderiam a parcela da produção que lhes cabia pelos preços vigentes no mercado, desconsiderando qualquer tipo de arbitragem que pudesse ser colocada em prática pelos fazendeiros. Aparentemente, o rendimento de um parceiro em Botucatu, entre 1925 e 1928 seria maior, de 16:748\$739 contra 13:962\$627 auferidos por um empreiteiro em Pirajuí no mesmo período. Porém, na fronteira, em boa parte dos contratos, principalmente na Noroeste, vigiam cláusulas monetárias que definiam um determinado valor pago por cada cova formada, em geral 1\$000. Assim, acresça-se à remuneração do empreiteiro cinco contos de réis, ou mais, se tratasse de uma empreitada que envolvesse a derrubada de matas. Apenas por conta deste acréscimo a remuneração do empreiteiro na Noroeste já seria superior, contudo, há que se considerar também que o espaço intercafeeiro destinado ao plantio de outras culturas era mais amplo em lavouras em formação do que em lavouras já formadas, tais como as assumidas em parceria, predominantes em Botucatu.

Procurava-se compensar esta diferença oferecendo aos parceiros terrenos fora do cafezal. É o caso da escritura lavrada entre João Baptista da Silva e Domingos Matollo, para o trato de dez mil cafeeiros, na fazenda Capão Bonito em Botucatu. Matollo não poderia contar com o espaço existente entre os cafeeiros, porém o proprietário lhe oferecera em escritura dois alqueires e meio de terras para o plantio de cereais³⁸². Os contratos que

³⁸² Livro de Notas n. 114ª, fls. 54. 1º Ofício Civil de Botucatu. 01/09/1923.

ofereciam um terreno extra para os parceiros não eram os mais atrativos, pois significava a divisão da força de trabalho familiar, pois parte tomaria conta dos cafeeiros e parte das lavouras de alimentos, ao passo que no cultivo intercafeeiro as tarefas seriam feitas simultaneamente, ampliando a capacidade de trabalho da família. Outra consideração a ser feita é o fato de que os melhores terrenos estivessem ocupados com o café, restando para as demais plantações solos de pior qualidade (capoeiras) ou já esgotados, que renderiam uma produção menos satisfatória. Há que se considerar também que em municípios como Botucatu, com lavouras mais velhas, a tendência de queda da produtividade estava mais próxima, o que no futuro comprimiria ainda mais os ganhos dos parceiros.

As empreitadas, apesar demais satisfatórias, também impunham grandes dificuldades aos trabalhadores, pois apesar de o cafezal produzir já no terceiro ano, em virtude da terra virgem, as colheitas mais expressivas só ocorreriam a partir do sexto ano de idade, quando a lavoura formada era passada para as mãos do fazendeiro. Durante a fase de formação os empreiteiros se viravam com as colheitas que faziam para seu sustento e para a venda, além da comercialização de aves e porcos, o que, evidentemente, não proporcionava o mesmo lucro que o café. Dióres Santos Abreu aponta que esta era a causa pela qual o empreiteiro não capitalizava o suficiente para adquirir sua própria terra, sendo obrigado a continuar como colono ou partir para uma nova empreitada mais adiante, às vezes ainda endividado com o fazendeiro, que lhe fizera adiantamentos nas épocas de carestia. Para o autor, o sistema do “mato em pé e a água do córrego” era altamente vantajoso para o proprietário, que com poucas despesas tinha o cafezal formado³⁸³. Em muitos casos, como veremos adiante, os empreiteiros se enfurnavam nas matas e arranchavam-se em moradias provisórias, pois nem as casas de colônia e nem mesmo a fazenda existiam³⁸⁴.

³⁸³ Dióres Santos ABREU. *Op. Cit.*, p. 102.

³⁸⁴ Tanto em São Paulo, como no Paraná, o início da vida na fronteira não era fácil. Um trecho do relato de George Graig Smith, retratando a vida dos pioneiros da Cia. Norte do Paraná poderia muito bem ser válido para as fronteiras paulistas. “Aqui começam as terras da Cia. De Terras Norte do Paraná. Descarregamos os burros no meio daquela floresta densa e assustadora e amarramos os animais para não que não fugissem. Sem perda de tempo, o sr. Alberto Loureiro, homem dinâmico, ordenou que seus camaradas, com foices e machados, fizessem uma pequena clareira e construíssem os dois primeiros ranchos. Isso foi na tarde do dia 21 de agosto de 1929. Os troncos rachados longitudinalmente, serviram para construir os ranchos e para fazer as camas. As folhas eram utilizadas para cobrir os ranchos, as camas e para alimentar os animais. A mata nos dava tudo e acredito que usufruíamos da primeira dádiva generosa daquelas terras férteis. A primeira noite foi um suplício devido aos mosquitos, tanto assim que fomos obrigados a fazer uma fogueira dentro de cada rancho para afastar os insetos com a fumaça”. *In*: Rubens Rodrigues dos SANTOS. *Op. Cit.*, p. 66.

As escrituras de contratos de café lavradas em São Manuel e Botucatu, assim como no restante do estado, revelam inúmeros mecanismos pelos quais os fazendeiros exploravam os trabalhadores, sendo eles parceiros ou empreiteiros. Uma das formas mais utilizadas era a concessão de adiantamentos, que diminuía a capacidade de negociação do trabalhador no momento de liquidação do contrato. Em 1930 Luiz Bezerra Castro contratou os irmãos José, Antônio e Miguel Marchetti para tratar de 18.900 cafeeiros em regime de empreitada no sítio Bairro Paraíso, em Igarapu do Tietê. Fora aberto aos parceiros um crédito na mercearia de 300\$000 para que estes cobrissem as despesas iniciais do contrato, que correriam por sua conta. Seria-lhes cobrado uma taxa de juros de 8% ao ano, de modo que junto com a parceria “carrera” um contrato de empréstimo, que comprometeria parte da futura renda dos Marchetti, pois a dívida seria abatida da parcela da produção que lhes cabia³⁸⁵. O mesmo expediente fora usado por Jacob Murbach, que ao fechar uma empreitada com Victorio Silvestrim para a formação de 5.500 cafeeiros no Sítio Palmeiras, em Botucatu, adiantou-lhe 1:000\$000³⁸⁶, e também por Lauro Sodré Ribeiro, que ao acertar uma parceria sobre a produção de 35.000 pés de café e dez alqueires de cereais com José Januário, na fazenda Santa Maria, em Bofete, forneceu-lhe 300\$000 a título de empréstimo³⁸⁷. Os empréstimos e adiantamentos eram amplamente recriminados pela Agência Oficial de Colocação, órgão criado para normatizar as relações de trabalho no campo (vide capítulo sobre a região central), pois estabeleciam dependências dos trabalhadores em relação aos fazendeiros tornando-os assim mais suscetíveis a aceitarem termos de negociação não favorável, como por exemplo vender sua parcela da produção de café e cereais a preços abaixo do mercado. Tais dependências se tornavam ainda mais explícitas quando percebemos que o fazendeiro constituía a única e exclusiva fonte de crédito, sendo que temos que considerar também que em muitos casos os empréstimos e adiantamentos não significavam que o trabalhador teria acesso à “dinheiro vivo”, mas disporia de um crédito aberto na mercearia da fazenda, onde seria novamente explorado.

Outro mecanismo utilizado era o estabelecimento de depósitos em caução como forma de garantia. Em 1925 Primo Bacchiega contratou José Bassinelli e José Zemarian

³⁸⁵ Livro de Notas n. 105, fls. 188. 1º Ofício Civil de São Manuel. 19/11/1930.

³⁸⁶ Livro de Notas n. 123A, fls. 28. 1º Ofício Civil de Botucatu. 29/11/1928.

³⁸⁷ Livro de Notas n. 128A, fls. 150. 1º Ofício Civil de Botucatu. 22/12/1936.

para tratarem em parceria de trinta mil cafeeiros formados na fazenda Vargem Grande, em Botucatu, durante oito anos. Os parceiros depositaram dois contos de réis como garantia, sendo que receberiam este dinheiro ao final do contrato, sem nenhum tipo de correção³⁸⁸. Imaginemos que Bacchiega estabelecesse cauções com todos os parceiros da fazenda, e que todos os contratos tivessem uma longa duração. Nestes termos, poderia angariar recursos de longo prazo e investi-los na abertura de novas fazendas ou mesmo em negócios urbanos, sendo que dali a algum tempo os parceiros seriam restituídos com uma parcela da produção cafeeira do fazendeiro ou mesmo com dinheiro.

Em algumas parcerias dividiam-se também criações e outros gêneros alimentícios. É o caso da escritura lavrada entre Joaquim Francisco Rodrigues Cezar e Arthur Vieira Pinto. O parceiro se responsabilizara pelo trato de vinte mil cafeeiros, à meia, durante três anos na fazenda Paiol Velho, em Botucatu. Vieira Pinto teria que tomar conta também de todo o gado leiteiro, fornecendo ao fazendeiro metade da produção de leite³⁸⁹. Numa parceria semelhante, Antônio Mori e Henrique Bertochi contrataram Fernando e Eduardo Maurique para tratar de vinte mil cafeeiros, sendo também dividida em partes iguais toda a produção das cem vacas leiteiras, dos eucaliptos e de todas as lavouras de cereais plantadas pelos parceiros. Contratos como estes apontam para o fato de que nem toda a produção de alimentos e as criações pertenciam unicamente aos trabalhadores, mas que os fazendeiros exerciam algum domínio e exploravam-nos também quando estes produziam gêneros que inicialmente tinham a função de rebaixar os custos monetários de formação e trato dos cafezais.

³⁸⁸ Livro de Notas n. 117A, fls. 197. 1º Ofício Civil de Botucatu. 27/06/1925.

³⁸⁹ Livro de Notas n. 111, fls. 72. 1º Ofício Civil de Botucatu. 30/05/1922.

-ANEXO-

Escritura Parceria Agrícola Botucatu. 09/09/1918. Livro 106, fls.88.

“Saibam quantos esta virem que no ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e dezoito, aos nove dias do mês de setembro, nesta cidade de Botucatu, em meu cartório, sendo esta distribuída compareceram partes entre si justas e contratadas, sendo como outorgante e reciprocamente outorgado, de um lado Francisco Botti e Mansueto Linardi, residentes nesta cidade, e de outro lado Francisco Ramirez e Caetano Garcia, operários, residentes nesta comarca, todos conhecidos meus e das testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, do que dou fé; perante as quais pelos primeiros outorgantes Francisco Botti e Mansueto Linardi me foi dito que estando na posse da fazenda Boa Vista, desta comarca, penhorada a José (Ilegível) de Amado Leite e sua mulher, no exercício hipotecário contra os mesmos atestado pelo Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, tem celebrado com os segundos um contrato de empreitada de replanta e tratamento de café e de parceria de algodão, sob as cláusulas seguintes, que reciprocamente estipularam e aceitaram: I) o primeiro dos segundos contratantes – de nome Francisco Ramirez desde já toma sob seus cuidados cinco mil cafeeiros da dita fazenda e o segundo – de nome Caetano Garcia, três mil e quinhentos cafeeiros, obrigando-se ambos, cada um no que lhe diz respeito e sem solidariedade de obrigação, a tratar de seus respectivos talhões de café pelo tempo de um ano, a começar de agora com todas as regras da lavoura, replantando-lhes todas as falhas existentes e zelando-as convenientemente até o fim do prazo contratual. II) os segundos contratantes, sob pena de rescisão, plantarão cada um no seu talhão de café – algodão ainda este ano e obrigam-se tratar convenientemente dessa cultura e fazer na devida época a respectiva colheita, plantação que não poderá ser mais nem menos de duas carreiras em cada rua de café e um pé em cada vão. III) os segundos contratantes perceberão dos primeiros a quantia de cento e cinqüenta réis de cada cova de café que replantarem, mas nada perceberão pelo tratamento do cafezal, além do que o mesmo produzir em cereais, que poderão plantar e colher para si, e além da parte que lhes couber do algodão, conforme a cláusula seguinte; IV) o algodão que for plantado nos talhões de café a cargo dos segundos contratantes deverá depois da colheita e de recolhido o produto à tulha, ser este dividido em partes iguais, tocando metade para os primeiros outorgantes e metade para os segundos, entendido sempre, em relação a estes últimos, que não há entre eles nenhuma comunhão ou solidariedade, recebendo cada um metade do produto do algodão que plantar e colher; V) os primeiros outorgantes fornecerão aos segundos nas épocas de pagamentos da fazenda a, a começar de outubro próximo, um pequeno custeio em dinheiro, sendo setenta mil réis a Francisco Ramirez e cinqüenta mil réis a Caetano Garcia, mensalmente, sendo esses fornecimentos pagos afinal por estes últimos àqueles, em dinheiro ou em algodão, depois de descontado o salário pelas replantas. VI) Os segundos outorgados terão direito de uso, enquanto durar o contrato, de uma casa, cada um, e do pasto para seus animais indispensáveis e os primeiros outorgantes lhes fornecerão gratuitamente todos os carros de que necessitem, não só para os produtos da lavoura, como para transporte das mudanças para a fazenda e, depois, para desocupá-la. VII) os primeiros outorgantes obrigam-se ainda a fornecer aos segundos, além das mensalidades em dinheiro, mais alguma coisa em mantimentos, sempre nas épocas de pagamento – para ser tudo afinal descontado. VIII) os paus para cobrir as covas de café que forem replantadas serão fornecidos pelos primeiros contratantes. IX) o ano do contrato reputar-se-á terminado logo que se concluir a colheita do algodão e então os segundos contratantes deixarão a fazenda, tendo porém a obrigação de entregar o cafezal completamente limpo e com as enxurradas. Pelos segundos outorgantes Francisco Ramirez e Caetano Garcia, ante as testemunhas, foi dito que aceitam este contrato em todos os seus termos, dando-lhe, para os efeitos fiscais, o valor de um conto de réis. Nada mais e lavrei esta escritura, que lhes sendo lida, aceitaram, outorgaram e assinaram com as testemunhas a tudo presentes – José de Andrade e Antônio Augusto Conceição, perante mim Agnello Villas Boas, Tabelião, que escrevi”.

Botucatu, 09 de setembro de 1918.

-ANEXO-

Escritura Parceria Agrícola São Manuel. 19/11/1930. Livro 105, Fls. 188.

Saibam quantos esta virem que no ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e trinta, aos dezenove dias do mês de novembro, nesta cidade de São Manoel, em meu cartório perante mim tabelião, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber como outorgante proprietário Luiz Bezerra Castr, e como outorgados incumbidos da cultura José Marchetti, Miguel Marchetti e Antônio Marchetti, colonos domiciliados nesta comarca, maiores, meus conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas do que dou fé, na presença das quais por ambas as partes me foi dito queentre si ajustaram e ora reduzem a escritura pública o contrato de parceria agrícola, constante das seguintes cláusulas, a saber: 1) O outorgante Luiz Bezerra Castro, proprietário de um sítio no Bairro Paraizo, distrito de Igarassú, município e comarca de São Manoel, com vinte e quatro alqueires de terra mais ou menos, dividindo com propriedades de Domingos Sanches, Olivo Martini, Conrado di Marchi e o Rio Lençóis, entrega-o em parceria agrícola aos colonos José Marchetti, Miguel Marchetti e Antonio Marchetti, os quais por esta escritura ficam incumbidos da cultura de dezoito mil e novecentos pés de café ali existentes; 2) Os meeiros, se digo, os colonos incumbidos da cultura se obrigam como meeiros a tratar dos ditos cafés pelo prazo de quatro anos, a começar de primeiro de novembro do corrente ano e a terminar em primeiro de novembro de mil novecentos e trinta e quatro, conservando os cafeeiros sempre no limpo, mediante cinquenta por cento do que se apurar nas colheitas; 3) Os meeiros se obrigam mais a tratar a tropa composta de quatro animais e zelar pelas replantas do café; 4) Se terminado o prazo deste contrato faltarem pés de café, pagarão os meeiros dois mil réis por pé que faltar; 5) O café colhido será seco no terreiro pelos meeiros e postos na tulha; 7) o proprietário se obriga a dar-lhes um recibo da quantidade de sacas colhidas; 8) os meeiros se obrigam mais a concertar as cercas, carpir os pastos, roçar as beiradas da mata, a planta de cereais no cafezal, tudo de acordo com o proprietário; 9) O proprietário se obriga a fornecer de trezentos mil réis a quatrocentos mil réis por sessenta dias de gêneros, ao preço corrente do dia que pagarão com juros de 8% (oito por cento), em café ou dinheiro corrente; 10) Os meeiros se obrigam a conservar as benfeitorias que fizerem que ficarão pertencendo ao proprietário sm direito a indenização alguma; 11) Fica estipulada uma multa de cinco contos de réis para a parte que não cumprir as cláusulas deste contrato até o final; 12) O proprietário fica com direito de fiscalização; 13) Os colonos meeiros darão conta do serviço a seu cargo empregando o seu próprio trabalho ou dos camaradas necessários contratados por sua conta e não poderão remover sítio suas criações, sua mudança e tudo mais que ali tiverem, antes de darem cumprimento a este contrato. Finalmente por ambas as partes foi dito que reciprocamente estipulam e aceitam as cláusulas acima declaradas, dando a este contrato o valor de cinco contos de réis, exclusivamente para o efeito do pagamento do selo federal. E de como assim o disseram do que dou fé, pediram-me que lhes lavrasse esta escritura hoje a mim distribuída a qual lhes sendo feita e lida em presença das testemunhas Domingos Sanches e Antonio Gimenes Filho acharam conforme, aceitaram e assinaram com as mesmas testemunhas assinando a rogo de Antonio Marchetti, que declarou não saber escrever, João Baptista Sobrinho, todos maiores, aqui residentes e conhecidos de mim tabelião do que dou fé. Eu, Joaquim Ferreira Netto, ajudante habilitado, escrevi. Eu Raphael (ilegível) Campos, tabelião, a subscrevi.

São Manuel, 19 de novembro de 1930.

- VI -

**Região Douradense:
Jaú e Novo Horizonte**

Segundo os clássicos critérios de regionalização de José Francisco de Camargo³⁹⁰ e Sérgio Milliet³⁹¹ a zona que aqui nomeamos de “Douradense”, por ser tributária da Cia. Estrada de Ferro do Dourado, está inserida, em conjunto com a Araraquarense e a Paulista (tronco oeste), na sexta zona, imensa porção de terras que se estende de Brotas até as barrancas do rio Grande, a noroeste. Porém, acreditamos que se trata de uma zona com características históricas e geográficas distintas, uma vez que temos, ao sul, imensas manchas de terra roxa em Jaú e Dois Córregos, entendendo-se até São Manuel, na Alta Sorocabana, e ao norte solos de pior qualidade, verdadeiros domínios de areia na expressão de Pierre Monbeig³⁹².

Diferenças também se registram em relação aos distintos períodos de incorporação destas regiões ao mercado de exportação, pois municípios como Jaú, Bariri e Boa Esperança foram fundados na segunda metade do século XIX, ao passo que os municípios situados ao norte, diretamente tributários da Estrada de Ferro Araraquarense, possuem uma formação política bem mais recente. Segundo Camargo, a Douradense constituía-se economicamente como um prolongamento da Paulista, com a qual se ligava em Ribeirão Bonito e Jaú, e fundia-se com a Araraquarense à medida que avançava para o norte, baldeando com tal estrada de ferro em Tabatinga. Necessariamente a produção da zona douradense seria escoada por uma destas ferrovias, mas acreditamos que este fator é insuficiente para não considerarmos a Douradense como uma região “autônoma” marcada por especificidades. Se assim fosse, teríamos que considerar a região Araraquarense como pertencente à Paulista, ou a zona Noroeste como pertencente à Alta Sorocabana ou mesmo à Paulista, pois por estas estradas sua produção era escoada. Apesar de “encravada” entre a

³⁹⁰ José Francisco de CAMARGO. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

³⁹¹ Sérgio MILLIET. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Coleção do Depto. De Cultura, 1939.

³⁹² Pierre MONBEIG. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 79. A discussão sobre a pior qualidade dos solos incorporados à produção capitalista no prolongamento da E.F. Araraquarense será feita adiante, no capítulo referente a esta região.

Paulista e a Estrada de Ferro Araraquara, por um lado, e pela Noroeste e Alta Sorocabana, por outro, acreditamos ser imprecisa uma regionalização que submeta os municípios da Douradense a uma outra zona, tal qual fizera Camargo: em 1905, Jaú produzia 1,5 milhões de arrobas de café, enquanto Rio Preto (atual São José do Rio Preto) produzia cerca de vinte mil arrobas, evidenciando o distinto período de desenvolvimento da cafeicultura nestas paragens, situando-se Rio Preto, bem como toda a Alta Araraquarense, numa zona de fronteira por excelência no intervalo de nossas preocupações (1917-37), ao passo que a Douradense agregava municípios “velhos” e “novos”³⁹³.

Mapa 1 – Região Douradense



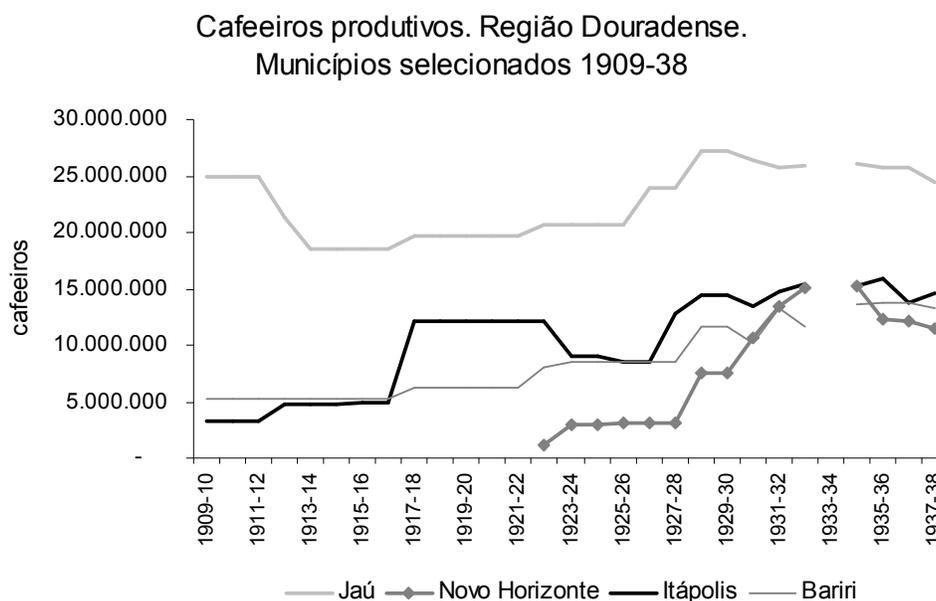
Fonte: elaboração própria

Para captar esta distinta conformação da Douradense, selecionamos os municípios de Jaú e Novo Horizonte como representantes desta região; Jaú fora um dos principais centros cafeeiros do interior paulista, constituindo-se como zona de fronteira agrícola nas décadas de 1890 e 1900, ao passo que Novo Horizonte fora um destacado pólo regional de produção cafeeira nas décadas de vinte, trinta e quarenta. É fato que o

³⁹³ Em nosso estudo compõe a Douradense os municípios de Ribeirão Bonito, Dourado, Boa Esperança do Sul, Nova Europa, Tabatinga, Ibatinga, Itápolis, Borborema, Novo Horizonte, Bocaina, Bariri e Jaú. O número de municípios que compõe esta região aumentou em função dos desmembramentos, evidentemente, surgindo municípios como Nova Europa, Gavião Peixoto, Nova Paulicéia, Trabijú, Itapuú, Sales e Boracéia.

município de Jaú fora atingido pela Cia. Rio-clarense de Estradas de Ferro em 1887³⁹⁴ (trecho posteriormente encampado pela Cia. Paulista em 1892), e pela Douradense (ramal de Bariri, estação do Jaú-dourado) somente em 1913, o que significa que durante a fase áurea de produção os fretes gerados pelo município foram embolsados unicamente pela Paulista, e que Novo Horizonte só foi agraciado com um ramal da Douradense em 1939, mesmo estando os projetos de expansão esboçados desde 1913, sendo este município uma espécie de “fronteira da fronteira” do centro-oeste paulista. Porém, tanto Jaú como Novo Horizonte constituem “limites” dentro desta região: de um lado um município de cafeicultura mais antiga, com predominância da terra roxa, tendo-se como referência a periodização proposta neste estudo, e de outro lado um município de cafeicultura novíssima, vivenciando os demais municípios desta região situações intermediárias dentro deste espectro. Vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico 1



Fonte: *O café: estatística de produção e comércio*. São Paulo: Secretaria da agricultura, comércio e obras públicas, 1919, 1929 e 1938.

O número de cafeeiros produtivos em Jaú reduziu-se entre 1913 e 1926, alcançando-se no final da década de vinte uma quantidade de pés de café pouco superior à existente em

³⁹⁴ “A viação férrea foi inaugurada em Jahu no dia 19 de fevereiro de 1887. Houve grande festa, organizada por uma comissão composta pelos Srs. José Ferraz do Amaral Gurgel, Dr. Barros e Azevedo, Antônio Alves Martins, João Lourenço de Almeida Prado, Manoel José Coimbra e Bento Lourenço de Almeida Campos”. Cf: *Almanack do Jaú para o ano de 1902*. Jaú: Correio do Jahu, 1902, p. 98.

1909-10, denotando que neste município não se verificou um “boom” cafeeiro no intervalo de nossas preocupações, porém Jaú foi, durante todo o período considerado, o principal pólo cafeeiro da Douradense. Bariri (fundada em 1890) e Itápolis (fundada em 1891) apresentaram um aumento crescente no número de cafeeiros produtivos praticamente durante todo o período; em 1909 Bariri possuía cerca de 5,3 milhões de árvores em franca produção, número que subiu para 13,2 milhões em 1938, já Itápolis abriu este mesmo intervalo com 3,3 milhões e o fechou com 14,5 milhões de pés, denotando que nos municípios “intermediários” da Douradense, a cafeicultura ampliou-se substancialmente a partir da inauguração das respectivas estações ferroviárias em 1911 e 1915. Novo Horizonte configura-se como um caso específico, pois em 1923, ano de sua fundação, as estações mais próximas eram as de Catanduva, na Araraquarense e de Ibitinga, na Douradense, inaugurada em 1910, ambas situadas cerca de sessenta quilômetros de distância. Mesmo sem ser agraciada por um ramal (o que só ocorreu em 1939) a cafeicultura novo-horizontina expandiu-se no período considerado no gráfico acima, aumentando-se o número de cafeeiros produtivos de 1,1 milhões em 1923 para 15,2 milhões em 1935, reduzindo-se o número de pés para 11,5 milhões em 1938, provavelmente em função da crise de vinte e nove e do abandono de algumas lavouras. Tratava-se de um município situado numa zona inteiramente nova, o que renderia importantes dividendos à E. F. do Dourado como veremos na seqüência, e a aproximação dos trilhos viabilizava o estabelecimento de lavouras voltadas à exportação nesta paragem. Com os municípios considerados no gráfico acima esperamos ter conseguido sintetizar a situação da cafeicultura douradense entre 1909 e 1938, composta tanto por municípios cujas lavouras pouco cresceram neste período quanto por municípios que neste contexto surgiram para o café.

Conforme afirma Ivanil Nunes, as estradas de ferro pouco haviam avançado em direção ao oeste paulista no final do século XIX. Dentre as ferrovias estabelecidas à época a Sorocabana e a Paulista foram as únicas que ampliaram as suas linhas naquela direção, a primeira ampliando sua linha-tronco de Botucatu até Assis, em 1889, construindo também os ramais de Bauru em 1905, numa extensão de 122 quilômetros, de Piraju (1906) e de Santa Cruz do Rio Pardo (1908), e a segunda, por volta de 1891, possuía em tráfego um total de 295 Km de linhas férreas, das quais os trechos entre Jundiaí e Rio Claro e entre

Cordeirópolis e Descalvado eram considerados os principais³⁹⁵. A expansão da Cia. Paulista a partir de Rio Claro era barrada pela existência da Estrada de Ferro Rio Claro, problema superado em 1892 com a compra desta ferrovia³⁹⁶. Neste momento a paulista optou por avançar seus trilhos em direção a Bauru, passando por Jaú e tendo o Mato Grosso, como destino³⁹⁷ e, num outro sentido, avançou ao norte alcançando Barretos e Colômbia, nas margens do Rio Grande.

As outras estradas de ferro que se dirigiram ao oeste paulista entre 1890 e 1915 foram a E.F. Araraquara, em 1898, demandando Rio Preto e o norte do estado, a E.F. São Paulo-Goiás (1910), com origem em Bebedouro, dirigindo-se até Nova Granada, e a Noroeste do Brasil (1905), que partindo de Bauru seguia para Araçatuba, para o rio Paraná e atingia o Mato Grosso. Definidas estas áreas de prolongamento dos trilhos, as áreas compreendidas entre Ribeirão Bonito, Dourado, Itápolis, Bariri e Novo Horizonte não seriam contempladas pelas principais rotas abrindo-se espaço para a criação da Estrada de Ferro do Dourado em 1900, com sede em Ribeirão Bonito.

Nunes ressalta a importância da Lei n. 30, de 13 de junho de 1892, que passou a regular a concessão de estradas de ferro no estado de São Paulo rompendo na prática com o privilégio de zona no estado³⁹⁸. Esta lei criou as condições legais para a organização de uma outra companhia ferroviária, a Douradense, que abarcaria uma zona que poderia ser considerada como “privilégio” da Paulista ou mesmo da E. F. Araraquara. Assim, naquele

³⁹⁵ Ivanil NUNES. *Douradense: a agonia de uma ferrovia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005, p. 56.

³⁹⁶ “De 1880 a 1892 a Paulista esteve impedida de ser prolongada devido ao privilégio de zona. Em Porto Ferreira estava limitada pela Mogiana, e em Rio Claro pela E.F. Rio Claro. Uma das alternativas pensadas foi a implementação da navegação a vapor no rio Mogi-Guaçu, num trecho de 200 Km entre Porto Ferreira e Pontal (confluência dos rios Mogi Guaçu e Pardo), passando a puxar para as suas linhas os transportes das novas zonas agrícolas de Rincão, Guariba, Jaboticabal, Bebedouro e até mesmo São Carlos e Araraquara, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Ribeirão Preto e Sertãozinho. No entanto, em 1892, a Paulista comprou a E.F. Rio Claro-Araraquara, ampliando suas linhas em mais de 303 Km, ficando sob seu controle 159 Km do ramal Rio Claro a Rincão e 144 Km do ramal de Jaú. Cf: Ivanil NUNES. *Op. Cit.*, p. 57. Sobre a Cia. Rio Claro ver o trabalho de Guilherme GRANDI. *A Companhia Rio Claro de estradas de ferro e a expansão da fronteira do café no oeste paulista*. 1880-1892. Araraquara: FCL-UNESP, 2002. Dissertação de Mestrado.

³⁹⁷ Os trilhos da Paulista chegaram a Panorama, na divisa com o Mato Grosso do Sul em 1962.

³⁹⁸ “A estrada de ferro gozar de uma zona garantida de cem metros de cada lado, reduzida a cinquenta metros nas gargantas e declives de serras (...) dentro da qual nenhuma outra estrada de ferro poderá receber gêneros ou passageiros; salvo o caso de outras ou mais estradas terem o mesmo ponto inicial e terminal; (...) poderá qualquer outra (ferrovia) atravessar a mesma zona, cruzando a linha, sujeita, porém, ao ônus proveniente do cruzamento”. São Paulo, lei n.39, 13/06/1892. In: Ivanil NUNES. *Op. Cit.*, p. 58.

momento, de intensa crise da cafeicultura³⁹⁹, fundou-se a nova ferrovia que ligaria um conjunto de municípios que reuniam potencialidades para o café à malha de transporte paulista. Uma vez inaugurada a Estrada de Ferro do Dourado passou a ligar Ribeirão Bonito a Dourado, num trajeto de pouco mais de vinte quilômetros, aproveitando-se da desistência por parte da Cia. Paulista em realizar a concessão recebida. Cyro Marcondes de Rezende, em 1896, adquiriu a licença para o prolongamento além de Ribeirão Bonito e já em 1902 uma nova concessão autorizava a Douradense a se expandir até Boa Esperança, sessão que foi inaugurada no ano seguinte, passando esta estrada ferro a contar com 42 km de extensão.

“Entre 1903-10, continuaram a se expandir os trilhos da Douradense, cujos diretores referiam-se com otimismo ao ‘auspicioso futuro da companhia em direção natural às margens do rio Tietê. Graças às novas linhas seriam servidos, de imediato, os recém inaugurados núcleos coloniais e os municípios de Boa Esperança (Trabijú), Bocaina e Bariri, já produtores de café, assim como cerca de quase cem quilômetros navegáveis do Tietê⁴⁰⁰”. Ainda segundo Nunes, entre 1908-10 ocorreu a grande expansão da Douradense: na linha-tronco foram inauguradas as estações de Tabatinga (1909) e Ibitinga (1910), e a Douradense passou a medir 122 km de extensão a partir do ponto inicial; em 1910, com início em Trabijú e destino em Jaú, foi construído o ramal de Bariri com a inauguração das estações de Pedro Alexandrino, Bocaina, Izar, Posto Rangel, Taboca, Santa Eulália e Bariri, numa extensão de 62 km (um aumento de 125 km em dois anos).

A abertura de novas estações estava em sintonia com desenvolvimento da cafeicultura nesta região: “No mesmo ano da inauguração das estações de Java, Ponte Alta, Gavião Peixoto, Nova Paulicéia e Nova Europa na linha tronco, em 1908, à exceção de Nova Paulicéia, quatro delas foram classificadas dentre as dez estações de maior receita da

³⁹⁹ Construir uma nova estrada de ferro em São Paulo, à época, significava “abrir” uma nova região para o café, e os acionistas, muitos dos quais membros da elite econômica e política paulista, sabiam disso tornando inoperante as indicações e decretos elaborados que visavam coibir o plantio de novos cafeeiros num contexto de superprodução. Talvez as condições internacionais do mercado de café não expliquem unicamente o fenômeno do avanço da fronteira. “Apesar da crise na qual estava inserida a economia cafeeira, houve expansão agrícola para as novas zonas no estado de São Paulo. A região central do estado, entre o Tietê e a E.F. Araraquara, atendida pela Douradense, representava uma das áreas mais férteis para a cultura do café, influenciando o governo a implantar no início do século importante sistema de utilização de terras por meio de núcleos coloniais de Nova Europa, Gavião Peixoto e Nova Paulicéia [hoje um bairro rural pertencente ao município de Gavião Peixoto]”. Cf: Ivanil NUNES. *Op. Cit.*, p. 60.

⁴⁰⁰ Ivanil NUNES. *Op. Cit.*, p. 61.

companhia. Representavam, juntas, mais de 25% da receita total da empresa e mais de 30% do frete total proveniente do café. Em janeiro de 1909, duas estações foram inauguradas, e no final de 1910, foram abertas dez estações (ramal de Bariri); estas novas estações arrecadaram, em 1911, 50% da receita total e 60% do frete obtido pela Companhia com o transporte de café: apenas três das novas estações (Bocaina, Bariri e Ibitinga) arrecadaram juntas 45% da receita total da Douradense⁴⁰¹”.

O otimismo tomara conta dos administradores e acionistas da Douradense no início da década de 1910. As estações inauguradas teriam condições de pagar os empréstimos feitos para os investimentos (trilhos, mão-de-obra, carros, vagões e locomotivas), além de viabilizar os investimentos em trechos considerados promissores. Segundo Nunes: “em 1909 a companhia havia lançado na praça um empréstimo de três mil contos de réis, em debêntures, a juros de 8% ao ano, para a construção das linhas de bitola de um metro; em 1910 foi feita uma nova emissão no valor de oito mil contos de réis, resgatando-se integralmente a emissão anterior⁴⁰²”.

Porém, a 1ª Guerra Mundial e o correlato crescimento das despesas impuseram dificuldades à companhia, sendo que até 1925 ficaram suspensos os serviços dos juros e cupons, créditos e amortizações. A aposta da CEFD era que mediante a suspensão dos serviços da dívida, pudesse continuar os investimentos para o prolongamento de 40km da linha de Novo Horizonte, beneficiando-se também dos saldos oriundos do desenvolvimento geral da zona. A companhia conseguiu cumprir parte de seus objetivos entre 1918 e 1925, qual seja, o alargamento a bitola de parte de suas linhas, de 0,6 para um metro, porém, o prolongamento ao norte não se efetivou. A economia gerada pela suspensão dos pagamentos foi insuficiente, sendo que a companhia também foi vitimada pelos efeitos da geadada de 1918: Bariri, por exemplo, um dos promissores centros de produção cafeeira da Douradense, teve a produtividade de seus cafeeiros reduzida de 66,6 arrobas por cada mil pés em 1918 para 17,0 em 1920. Em Ibitinga, neste mesmo intervalo, a redução foi de 68,0

⁴⁰¹ Ivanil NUNES. *Op. Cit.*, p. 61.

⁴⁰² Ivanil NUNES. *Op. Cit.*, p. 66. Em 1912 a diretoria foi autorizada em assembléia a emitir novas debêntures, por intermédio da Casa Bancária parisiense Louis Dreyfus & Cia, no valor de trinta milhões de francos franceses, para o resgate dos títulos em circulação (emitidos em 1910). Em 1914 o passivo da Douradense alcançava mais de oitenta mil contos de réis, e em 1915 a empresa entrou em concordata e em 1916 a dívida era vinte vezes superior à arrecadação anual da CEFD. Em 1920 a dívida foi renegociada e reescalada com os credores parisienses, suspendendo-se os serviços de pagamentos de juros e cupons até 1925.

arrobas por mil pés para 17,3. O que se percebe, a partir da observação do Boletim O café: estatísticas de produção e comércio, é uma redução generalizada nas lavouras da Douradense em função deste acidente climático. Outro fato a se considerar é que a produtividade manteve-se diminuta por pelo menos até 1927, momento no qual, em função de novos plantios, supõe-se, aumentaram-se as quantidades de arrobas produzidas por cada mil pés⁴⁰³.

O fato é que a Cia. Douradense manteve-se praticamente paralisada entre 1910 e 1927, sendo que, no momento em que teria receita suficiente (ou uma maior capacidade de capitalização em função das arrecadações) para expandir seus trilhos deparou-se com uma crise de proporções mundiais em 1929. Mais que isso, a Douradense nunca pode contar com receitas consideráveis provenientes do transporte do café produzido na região de Jaú, pois a maior parte desta produção era escoada pelas estações de Jaú, Banharão, Ave Maria e Ayrosa Galvão, todas situadas no tronco oeste da Cia. Paulista.

Planos de prolongamento só foram rediscutidos a partir de 1934, ano em que a receita total da companhia sofreu um aumento considerável em função da melhora da atividade cafeeira, notadamente nas regiões mais novas, e no aumento do número de passageiros transportados. Neste momento quatro possibilidades de extensão dos trilhos se colocavam: a) prolongamento da linha de Ibitinga até Borborema e Novo Horizonte, com possibilidade de ampliação até o município de José Bonifácio; b) prolongamento, a partir de Itápolis, para Itajobi, paralelamente à E.F. Araraquara; c) prolongamento até Pirajuí, passando por Iacanga e Batalha (estação da Paulista próxima a Agudos); d) prolongamento de Ribeirão Bonito até Charqueada, município próximo a São Pedro, objetivando encontrar a Sorocabana que a essa altura já discutia seriamente a construção de um ramal ligando mairinque a Santos. Ora, se todos estes projetos de prolongamento tivessem se efetivado, a Douradense “invadiria” áreas tradicionalmente submetidas à E.F. Araraquarense, Noroeste e Paulista. Os objetivos da Douradense parecem ter sido motivados pela busca de novas regiões para o café, pouco exploradas ou mesmo inexploradas na década de trinta e também pela busca de conexões com as principais ferrovias do estado, garantindo-lhe uma posição estratégica nas baldeações de passageiros e cargas.

⁴⁰³ SÃO PAULO. *O Café*: estatística de produção e comércio. São Paulo: Secretaria da agricultura, comércio e obras públicas, 1919, 1929 e 1938.

Porém, de todas as possibilidades de prolongamento, apenas a linha de Novo Horizonte tornou-se realidade, mas não chegou a alcançar o município de José Bonifácio. Convenhamos, a uma “pequena” ferrovia como a Douradense a captação dos recursos necessários para projetos tão ambiciosos seria difícil, ainda mais no contexto da década de trinta, onde os negócios do café, de uma forma geral (exceção, talvez, às regiões novas) enfrentavam uma dura retração. Por outro lado, agravando ainda mais o problema, verificava-se nos anos trinta uma enorme retração dos fluxos internacionais de capital, obstando esta possibilidade à CEFD⁴⁰⁴. Os objetivos se tornaram inviáveis com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, condenando definitivamente a Douradense à sua “agonia”: a impossibilidade de prolongar-se. No final da década de quarenta, então com 317 km de extensão, a Douradense foi comprada pela Cia. Paulista⁴⁰⁵.

A extensão dos trilhos até Novo Horizonte, último passo da Douradense, confirmou as expectativas da diretoria à época. No ano de 1937, a estação de Borborema representou um acréscimo de 14,7% na receita, tornando-se a terceira maior estação arrecadadora da CEFD naquele ano. De toda a arrecadação deste município, 22,9% eram provenientes do frete do café, sendo naquele momento a maior estação em termos de volume transportado neste quesito. Em 1939 a estação de Novo Horizonte, recém inaugurada, passou a ocupar o segundo lugar dentre as estações de maior rentabilidade, correspondendo a 14,1% da receita total da empresa tornando-se a principal estação em termos de embarques de café. Neste ano, a soma da receita destas duas estações equivalia a 26% do total e, em 1941, somente a estação de Novo Horizonte, nova ponta de linha, arrecadou 25% de toda a receita da Douradense, sendo que, em termos de embarque de café, representava, sozinha, 39% do total.

O fato é que cada vez mais a companhia tornava-se dependente da receita oriunda dos fretes de suas estações mais novas, o que, convenhamos, promovia uma receita muito incerta, em virtude da própria instabilidade das safras, que alternam anos bons e anos ruins. Ao lado desta dependência, há que se considerar que num contexto de desvalorização cambial, tal qual o que imperava naquele momento, a dívida em moeda estrangeira, que

⁴⁰⁴ Ver Barry EICHENGREEN. *A globalização do capital*. Uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2002. Capítulo 3.

⁴⁰⁵ Nesta mesma época a Paulista adquiriu a E.F. São Paulo-Goiás, a E.F. Morro Agudo, a E.F. Barra Bonita e a E.F. Jaboticabal. A Douradense foi incorporada à V Divisão da Paulista com sede em São Carlos, de onde eram administrados os ramais de Ribeirão Bonito e Água Vermelha. Cf: Ivanil NUNES. *Op. Cit.*, p. 72.

representava considerável parcela da dívida de qualquer ferrovia, tornava-se “asfíxiante”, sendo a produção das fronteiras atingidas pela Cia. Douradense insuficiente para frear o seu desiderato. A Cia. Paulista, também beneficiária dos fretes oriundos das safras embarcadas em Borborema e Novo Horizonte, baldeadas em Ribeirão Bonito, ao optar pela compra da CEFD, drenou para si, agora diretamente, toda a produção daquela região, garantindo ainda a possibilidade de ampliar seus trilhos até José Bonifácio e a Goiás⁴⁰⁶, o que de fato nunca ocorrera.

*

Flávia Arlanch Martins de Oliveira destaca que a região de Jaú, no período anterior ao café, por volta de 1850, já apresentava certa fragmentação fundiária, oriunda da ocupação dos posseiros, notadamente mineiros da porção sul deste estado (província à época) e paulistas das paragens de povoamento mais antigo, tais como Piracicaba, Campinas e Porto Feliz. Dentre as atividades exercidas pelos “pioneiros” destacavam-se a pecuária suína, o plantio de cana de açúcar e a lavoura do fumo⁴⁰⁷.

A pecuária suína esteve presente na região desde a fase inicial da ocupação, sendo uma atividade comum nas regiões em fase de abertura, pois, implantada extensivamente, possibilitava ao posseiro assegurar grandes extensões de terra, como também rendia algum dinheiro ou viabilizava trocas diretas nos mercados regionais ou mesmo no litoral. Em 1874 o município de Jaú possuía um rebanho de trinta mil cabeças. Nos processos de divisão de terras analisados pela autora, mencionava-se a existência de chiqueiros para a engorda de porcos no valor de um a dois contos de réis, e isso já em 1910, denotando que atividade continuo sendo exercida mesmo com o advento do café⁴⁰⁸.

O plantio da cana de açúcar também despontou na fase inicial de ocupação da região. A época da chegada dos primeiros habitantes nas décadas de 1830 e 1840 coincidiu com o desenvolvimento da lavoura canavieira em São Paulo. Muitos dos homens haviam

⁴⁰⁶ “Outros dois fatores parecem ter sido decisivos para a realização da operação de compra da Douradense pela Paulista. O primeiro diz respeito ao projeto da Sorocabana de ligar suas linhas com a E.F. Araraquara, ambas do governo do estado de São Paulo, por meio da linha que partiria do ramal de São Pedro de Piracicaba [atual São Pedro]. (...) O segundo refere-se à importância crescente da contribuição da Douradense à receita da Paulista, já que praticamente todo o tráfego proveniente de suas linhas ou a elas destinado dava-se em tráfego mútuo com a Paulista, o que a tornava, do ponto de vista físico, uma extensão da Paulista a partir de Ribeirão Bonito”. Cf: Ivanil NUNES. *Op. Cit.*, p. 73.

⁴⁰⁷ Flávia Arlanch Martins de OLIVEIRA. *Faces da dominação da terra (Jaú 1890-1910)*. Marília: Unesp-Marília Publicações; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 15 e seguintes.

⁴⁰⁸ Flávia Arlanch Martins de OLIVEIRA. *Op. Cit.*, p. 16.

migrado de regiões produtoras e certamente conheciam as técnicas de cultivo da cana e da produção de açúcar e aguardente. Oliveira aponta que os detentores de maiores recursos tiveram condições de derrubar matas, plantar cana, montar engenhos e alambiques, porém, o desenvolvimento desta atividade não fora suficientemente forte para integrar Jaú num comércio de raio mais amplo voltado à exportação. Supõe-se que a produção destinava-se predominantemente ao mercado interno⁴⁰⁹ e que a cana de açúcar figurava como a principal atividade econômica desta região, pelo menos até a década de 1880. “Em 1874 produziam-se em Jaú seiscentas pipas de aguardente e, no ano de 1887, 186.723 quilos de açúcar⁴¹⁰”. Outra atividade de destaque regional foi o cultivo de fumo, praticado a longa data, mas que se expandira nas décadas de 1870 e 1880. Em 1877 O município produziu 52.000 quilos e em 1885 87,3 toneladas do “famoso fumo jauense, comercializado em diferentes lugares de São Paulo⁴¹¹”, verificando-se a partir de então uma retração nesta atividade.

Os parágrafos acima evidenciam que a realidade econômica de Jaú no período anterior à instalação da cafeicultura (como também dos demais municípios do “oeste” paulista descritos pela bibliografia, tais como Araraquara, Botucatu e Franca⁴¹²), era marcada por uma diversificada produção agrícola, pela existência de pequenos posseiros (entendemos ser temerária a aplicação do termo “proprietário”), e pela produção de gêneros que circulavam prioritariamente em mercados locais e extraordinariamente em mercados mais distantes, salvo alguns circuitos eventualmente polarizados por municípios do interior, como o caso do comércio de sal em Franca. Com o avanço de pesquisas mais localizadas hoje podemos perceber que as características acima citadas foram muito mais recorrentes, abrangentes e importantes do se poderia supor partindo-se das análises pautadas no binômio latifúndio-monocultura. O que estamos querendo dizer é que o caso de Jaú no período anterior à cafeicultura converge com o dos demais municípios que se situavam na fronteira

⁴⁰⁹ Ver o trabalho de Flávia ARLANCH. Formação do mercado interno em São Paulo: o exemplo de Jaú (1870-1914). São Paulo: FFLCH-USP, 1977. Dissertação de Mestrado.

⁴¹⁰ Flávia Arlanch Martins de OLIVEIRA. *Op. Cit.*, p. 17.

⁴¹¹ Sebastião TEIXEIRA. *Jahu em 1900*. Apud: Flávia Arlanch Martins de OLIVEIRA. *Op. Cit.*, p. 21.

⁴¹² Ver os trabalhos de César Mucio SILVA. *Processos-crime*. Escravidão e violência em Botucatu. São Paulo: Alameda, 2004; de : Rosane Carvalho MESSIAS. *O cultivo de café nas bocas do sertão paulista*. Mercado Interno e mão-de-obra no período da transição 1830-1888. São Paulo: Unesp, 2003; de Lélío Luiz OLIVEIRA. *Ao lado do café: produção de exportação e de abastecimento*. Franca 1890-1920. São Paulo: FFLCH-Usp, 2003. Tese de doutoramento; e de Renato Leite MARCONDES. *Desigualdades Regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. Ribeirão Preto: FEA-Usp, 2005. Tese de Livre Docência.

à época, tornando-se as especificidades deste caso, como dos demais, uma “regra geral”. Neste cenário, peculiares talvez sejam as regiões marcadas unicamente pela existência de grandes propriedades em São Paulo... talvez Ribeirão Preto. A historiografia, que se auto-impõe o revisionismo como missão às vezes ultraja o real significado da palavra “específico”.

A questão que se coloca a todos os municípios é: em que medida as atividades econômicas consolidadas sobreviveram, se articularam e se dinamizaram a partir das ferrovias e da cafeicultura? Em Jaú, município ora considerado, o que os dados de Oliveira apontam é uma redução das produções de fumo e de cana de açúcar por volta da segunda metade da década de 1880, momento no qual os circuitos comerciais locais foram reordenados pela aproximação da ferrovia. Por outro lado, se ampliaram as lavouras de café e das culturas plantadas entre as fileiras dos cafeeiros: arroz, milho, feijão e mamona.

Em função da cafeicultura a quantidade de escravos no município também se ampliou, porém, timidamente se comparada com outras localidades: em 1874 viviam em Jaú 1.091 escravos, a população cativa se ampliou para 1.843 em 1885 e diminuiu para 1.384 em 1887, numa variação positiva de 26,86% no período considerado⁴¹³. O baixo crescimento da população cativa no contexto do crescimento da cafeicultura na década de 1880 está evidentemente ligado à crise do escravismo, porém, pode também estar relacionado ao perfil fundiário jauense. No município de São Carlos, onde existia um maior número de grandes fazendas a população cativa cresceu 137,63 no mesmo período e a plantel municipal era composta por cerca de 3.700 escravos, evidenciando que estas maiores fazendas, com maior capitalização e com acesso aos sistemas de crédito, adquiriram um maior número de cativos, sendo tocadas, nas fases iniciais de instalação da cafeicultura, pelo braço escravo. A tímida ampliação dos plantéis de escravos pode estar ligada ao baixo poder aquisitivo das pequenas e médias fazendas, ainda mais num contexto de continuado aumento dos preços dos escravos.

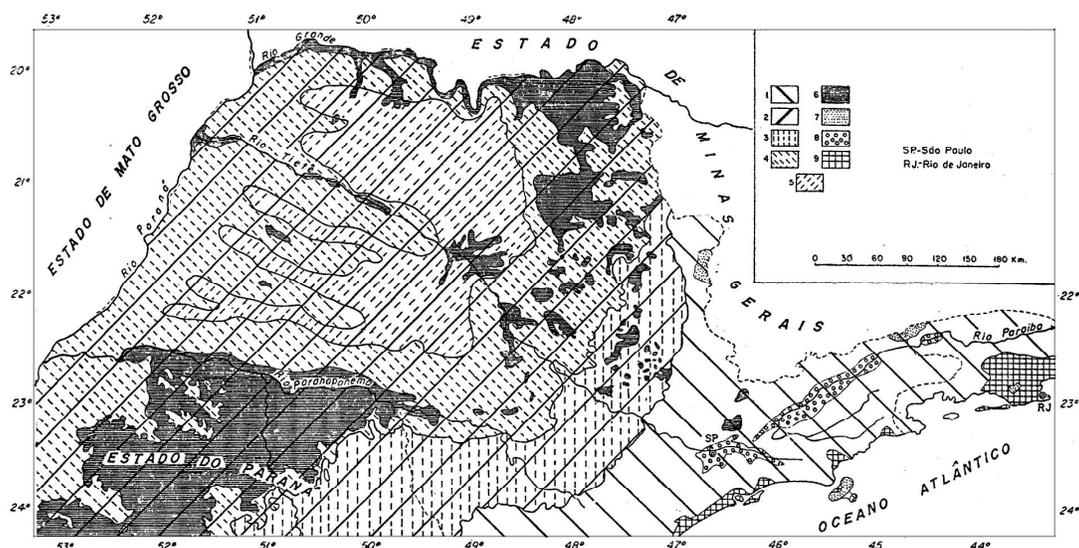
Oliveira nos sugere que apesar da retração verificada no cultivo de cana de açúcar e do fumo, estas culturas permaneceram existindo ao lado do café, o que, segundo a autora,

⁴¹³ Ronaldo Marcos dos SANTOS. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo: IPE/USP, 1980. Ver tabela número 01 no capítulo sobre a região Paulista.

explica-se por fatores históricos da ocupação econômica da região: “Por muito tempo impossibilitado de integrar-se na produção destinada à exportação, face às dificuldades de transportes e à distância do porto de Santos, organizou-se no município de Jaú uma economia que conseguiu criar um mercado cativo a nível regional, permitindo a sua sobrevivência ao lado da economia cafeeira, o que garantia outras fontes de rendimentos econômicos a muitos dos pequenos proprietários⁴¹⁴”. A afirmação da autora torna-se ainda mais plausível quando consideramos que o cafeeiro demorava em média sete anos para atingir sua produtividade máxima, inviabilizando assim uma tendência à monocultura nas pequenas fazendas, dominantes no cenário regional. Pode-se assim pensar na hipótese de que os pequenos e médios lavradores, mediante as novas possibilidades geradas pela ferrovia, foram aos poucos destinando áreas cada vez maiores ao plantio de café, porém, mesmo com esta ampliação, continuaram sobrevivendo com as rendas geradas pelas culturas já instaladas e pelas culturas intercafeeiras.

A continuidade das demais culturas, porém, não se explica apenas pelo perfil fundiário. Há que se considerar a diversidade dos tipos de solos que formam a região de Jaú. Observemos o mapa abaixo:

Mapa 2 – Esboço Geológico Geral do estado de São Paulo.



Legenda: 1-Planalto Cristalino; 2-Planaltos Sedimentares; 3-Depressão Paleozóica; 4-Depósitos Triássicos; 5-Depósitos Cretáceos; 6-Eruptivas Basálticas; 7-Eruptivas Alcalinas; 8-Depósitos Cenozóicos; 9-Planícies Pleistocênicas (Baixadas do litoral).

Fonte: Ary FRANÇA. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960, p. 25.

⁴¹⁴ Flávia Arlanch Martins de OLIVEIRA. *Op. Cit.*, p. 22.

As manchas mais escuras no mapa demonstram as regiões do estado onde se localizam as terras roxas, solos de predileção da cultura cafeeira. Cabe salientar que as manchas mais escuras não se referem unicamente à terra roxa legítima, aquelas cuja composição possui mais de 60% de material argiloso, mas também à terra roxa de campo e à terra roxa misturada, que apresentam maior composição de arenitos. Perceba que este tipo de solo é mais recorrente na região de Ribeirão Preto e ao norte, abarcando as regiões de Ituverava e São Joaquim da Barra até as barrancas do rio Grande. Extensões de terras roxas (eruptivas basálticas) também são encontradas em grandes extensões no norte do Paraná e nas regiões próximas a Chavantes, Ipaussú, Piraju e Ourinhos, na Alta Sorocabana. Podemos notar também algumas manchas esparsas na região “baixa” Mogiana (Campinas, Mogi Mirim) e na Paulista, nas proximidades dos municípios de Araraquara e São Carlos. Observamos também manchas de menores extensões localizadas na região mais central do estado, tratando-se das manchas de Ibitinga e de outros municípios da Douradense. A sudeste desta região, localiza-se as manchas de Jaú e de São Manuel.

O mapa nos revela que Jaú apresentava uma diversidade de tipos de solo, localizando-se as manchas de terra rocha mais ao sul do município. Oliveira, em seu estudo, trabalhou com processos de divisão de terras de cinco fazendas de Jaú: Araras, Barra Mansa, Furquilha Grande, São João e Monte Alegre. A fazenda Monte Alegre se localizava ao sul da cidade e constituía uma área essencialmente cafeeira (terra roxa); nela predominavam as grandes e médias unidades produtoras, incluindo uma das maiores fazendas do município, a Fazenda Alzira, da família Andrade Coutinho, com 2.071 hectares. “Era ali que a racionalidade da organização do espaço produtivo em termos capitalistas estava mais presente⁴¹⁵”.

Na fazenda Barra Mansa, localizada a oeste, portanto com solos de pior qualidade para o café, continuaram predominando as pequenas e médias fazendas. Numa área mais de três vezes inferior à fazenda Monte Alegre existia, em 1909, o dobro de quinhões estabelecidos e, apesar de também ocupada pelo café, perduravam ali a cana de açúcar e as chamadas culturas de subsistência, evidenciando um menor grau de especialização da produção *vis a vis* à existência de menores fazendas (sítios e chácaras). Na fazenda São

⁴¹⁵ Flávia Arlanch Martins de OLIVEIRA. *Op. Cit.*, p. 153.

João, localizada a leste da cidade de Jaú, apesar da recorrência de grandes propriedades, o café pouco penetrou. Nesta área, assinala Oliveira, “condições físicas e históricas marcaram não somente o tipo de lavoura como também a forma de produção: a área canavieira resistiu à entrada do café e a utilização da mão-de-obra imigrante era ali uma exceção⁴¹⁶”.

O estudo de Oliveira evidencia que a ocupação do espaço rural jauense não ocorreu de forma homogênea, apresentando as distintas regiões deste município, em função dos tipos de solos, maior ou menor disposição para a transição à cafeicultura em maiores escalas, mantendo-se uma estrutura fundiária marcada pela presença de pequenas, médias e grandes unidades produtoras. Evidentemente, a cafeicultura era viável em todo o município, mas as fazendas de maior destaque localizavam-se ao sul, região que recebera a maior parte dos grandes investimentos realizados para a cafeicultura, inclusive os trilhos da Cia. Paulista, o que não significa que lavouras de outros gêneros não fossem cultivadas nesta área. Nas demais regiões, apesar da existência de uma certa potencialidade para a cultura cafeeira, superior até à de solos posteriormente incorporados à produção capitalista na fronteira, a produtividade alcançada não seria compatível com inversões de grande monta, existindo ali o café em lavouras raramente superiores a trinta mil cafeeiros.

O fato é que mesmo com a existência de regiões não ótimas à cultura do café e com a recorrência de pequenas e médias unidades produtoras, Jaú transformou-se, em virtude da terra roxa, num dos principais pólos produtores do interior paulista, num dos principais entroncamentos ferroviários e num dos principais destinos dos imigrantes no final do século XIX e início do século XX. Vejamos sumariamente como isto ocorreu.

Paulo Pedro Perides assinala que foram três as origens do capital investido na cafeicultura jauense. Uma primeira origem se refere aos antigos proprietários rurais que já se encontravam na região antes da grande expansão cafeeira, e que acumularam algum capital a partir de uma economia de excedentes e/ou a partir das primeiras tentativas ligadas

⁴¹⁶ Flávia Arlanch Martins de OLIVEIRA. *Op. Cit.*, p. 153.

à cana-de-açúcar e ao café, investindo gradativamente na expansão desta cultura⁴¹⁷. Uma segunda origem dos cafeicultores se refere. Uma segunda origem do capital investido na cafeicultura local estaria ligada ao grande capital cafeeiro, oriundo de uma poderosa burguesia já existente, instalada na retaguarda de Jaú, e que apropriou terras em abundância não apenas para fins produtivos, mas também especulativos e também montou na fronteira uma gama de investimentos necessários e complementares à atividade nuclear: bancos, indústrias, ferrovias, comércio de café, etc. Este grupo, segue Perides, não necessariamente fixou residência em Jaú, e se confundia com a alta camada da burguesia paulista. Uma terceira origem do capital invertido na cafeicultura jauense está ligada à apropriação de terras na região mediante poupança prévia realizada por trabalhadores rurais oriundos de outras paragens, notadamente por colonos italianos⁴¹⁸.

As potencialidades para o estabelecimento da cafeicultura em Jaú já eram amplamente conhecidas, tanto que na década de 1850 a família Almeida Prado adquiriu a fazenda Pouso Alegre, numa sociedade composta por quatro irmãos e dois cunhados. Um outro ramo desta família adquiriu em 1868 as fazendas Campo Alto e Santa Cruz, em Mogi Mirim e na década de 1880 as fazendas Guatapará e Albertina, nas imediações de Ribeirão Preto⁴¹⁹. Estas aquisições revelam que poderosas famílias, originárias de regiões mais “antigas” do estado de São Paulo, buscaram adquirir propriedades nas ubérrimas terras do interior, privilegiando as extensões de terras roxas, vislumbrando, certamente, a possibilidade de estabelecer nestas paragens promissoras fazendas de café. Em Jaú as terras adquiridas foram divididas entre os adquirentes, porém, não de imediato uma cafeicultura de maiores proporções foi implementada. Tal hipótese se clareia quando pensamos na influência política e econômica que a família Prado possuía junto ao governo provincial (posteriormente estadual) e na administração de poderosas ferrovias tais como a Paulista e a Mogiana, de modo que suas decisões teriam enorme peso sobre a definição dos traçados e

⁴¹⁷ Segundo Perides estes antigos proprietários, ao participarem da transição ocorrida em Jaú, que de uma economia de excedentes transformou-se numa economia predominantemente cafeeira, acabaram sofrendo, eles mesmos, um processo de transformação social originando daí parte da burguesia agrária cafeicultora local. Esta abordagem, segue o autor, “nos mostra que não houve necessariamente uma desvinculação entre a figura do antigo proprietário que estaria ligado simplesmente a uma economia de excedente, e a figura do proprietário ligado à economia cafeeira”. Cf.: Paulo Pedro PERIDES. *Um exemplo de processo de organização territorial: A sub-região de Jaú (1830-1930)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1980, p. 143. Tese de doutoramento.

⁴¹⁸ Cf.: Paulo Pedro PERIDES. *Op. Cit.*, p. 145.

⁴¹⁹ Darrel Erville LEVI. *A família Prado*. São Paulo: Cultura Livraria e Editora, 1977, p. 165.

das rotas de prolongamento. Assim como Martinho Prado Jr. influenciou diretamente a mudança do traçado original da Mogiana, dando-se uma guinada à esquerda atingindo Ribeirão Preto⁴²⁰, a família Prado de Jaú certamente devem ter “costurado” algum tipo de manobra entre o governo estadual, a Cia. Rio Claro e a Paulista, trazendo para seus domínios os trilhos desta companhia⁴²¹.

A elite paulista, no caso a família Almeida Prado⁴²², adiantara-se ao movimento de avanço da fronteira, reservando para si as melhores terras do interior e definindo que os trilhos por Jaú passariam. Dali a alguns anos, com a melhora nos preços internacionais, a cafeicultura expandiu-se grandemente em Jaú, estabelecendo neste município aquilo que Oliveira chamou de “uma maior racionalidade capitalista”. Já em 1905 a cafeicultura deste município era comparável à dos maiores centros cafeicultores paulistas do momento, tais como Ribeirão Preto, Campinas e São Carlos: neste ano existiam em Jaú 22.449.494 cafeeiros em produção, 29.094.365 em Ribeirão Preto, 28.518.100 em Campinas e 25.049.217 em São Carlos. Em termos de área destinada ao café os números também se aproximavam: 11.961,75 alqueires em Jaú, 15.210,00 em Ribeirão Preto, 14.410,00 em Campinas e 12.521,00 em São Carlos, salientando que dentre estes municípios, apenas em Jaú a área destinada ao café aumentou na década de vinte, existindo 15.820,05 alqueires ocupados pela cultura do café em 1934⁴²³.

Jaú fora também um dos principais destinos dos imigrantes no final do século XIX e início do século XX. Entre 1901 e 1910 o registrou-se no município a entrada de 10.581 estrangeiros, em Ribeirão Preto, o principal destino dos imigrantes no interior, registrou-se no mesmo período a entrada de 20.522 estrangeiros. Entre 1911 e 1920, registrou-se em Jaú

⁴²⁰ Ver Pedro Geraldo TOSI & Rogério Naques FALEIROS. Nas fronteiras do Capitalismo: A Mogiana e os (des) caminhos da expansão ferroviária. *Locus: Revista de História.*, v.06, n.02. Juiz de Fora: UFJF, 2000, p. 111-126.

⁴²¹ O que pode incluir, supomos, a própria venda da Cia. Rio Claro a um consórcio inglês e o posterior repasse para a Cia. Paulista em 1892.

⁴²² Alguns outros exemplos de grandes personagens e famílias do café que estabeleceram negócios em Jaú foram Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, proprietário de oito fazendas em Jaú, além de ter investido em ferrovias, bancos e indústrias, Manuel Ferraz de campos Salles, que possuía no município de Jaú 170 alqueires e 190.000 pés de café, Leão Cerqueira, acionista do banco melhoramentos de Jaú e , Toledo Piza, de Capivari, que possuía duas fazendas totalizando 825 alqueires e 540.000 cafeeiros, e José Estanislau do Amaral, um dos principais acionistas da Estrada de Ferro Mogiana, que possuía em Dois Córregos estabelecimentos rurais que totalizavam 1.165 alqueires e 398.000 pés de café. Cf: Paulo Pedro PERIDES. *Op. Cit.*, p. 145.

⁴²³ José Francisco de CAMARGO. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 1981, p. 92, 100,108 e 116..

a entrada de 12.406 imigrantes e 16.627 entradas em Ribeirão Preto. Estes dois municípios foram os principais centros receptores de mão de obra estrangeira do interior paulista nas duas primeiras décadas do século XX, sendo a grande parte destes trabalhadores destinadas ao trabalho nas lavouras de café. Abaixo, a descrição de uma das fazendas de Jaú, destino de alguns imigrantes que lá foram alocados:

“Fazenda São João:

É esta uma das fazendas mais importantes do nosso município. Basta dizer que a safra do ano passado atingiu 40.000 arrobas, o bastante para em outros tempos fazer a independência de um homem [o almanaque foi escrito em 1902]. Possui uma imensa colônia e um estupendo panorama que se desdobra a muitas léguas do rio Tietê. (...). A fazenda possui 400 alqueires de terras, 300 mil pés de café e uma produção de 40 mil arrobas, sessenta e oito casas de colonos e uma população, entre adultos, crianças e camaradas, que se eleva a seiscentas e poucas almas, em geral italianos e espanhóis. Dispõe de máquinas aperfeiçoadíssimas para o benefício do café, diversas tulhas, excelentes animais e veículos para o custeio, estrebarias, boa e abundante água. O seu embarcadouro é a estação de Campos Salles [Cia. Paulista, ramal de Agudos], da qual dista cerca de dois quilômetros...⁴²⁴”

A descrição e os números acima destacados corroboram a hipótese de que mesmo com uma determinada área do município destinada historicamente às demais lavouras e marcada por uma maior fragmentação da terra, estabeleceram-se no município fazendas suficientemente fortes para projetar Jaú à condição de um dos principais pólos cafeeiros do interior e, correlatamente, um dos principais destinos dos imigrantes ávidos por “fazer a América”. A aparente contradição que poderia existir entre estas duas características se desfaz quando pensamos que a estrutura agrária de Jaú era muito heterogênea e que os solos apresentavam diferenciadas potencialidades para o café. Também temos notado em nossa pesquisa que o café não foi, em nenhuma área do interior paulista uma cultura exclusiva, pois seu melindroso cultivo concentrava-se nos espigões, restando as áreas de baixadas e capoeiras para culturas que ali melhor se ambientavam. Há que ressaltar também que o cultivo de outras culturas era plenamente viável e até desejável nos espaços intercafeeiros. A idéia é que a cafeicultura não inviabilizava as demais lavouras, porém destinava-se prioritariamente à exportação, ao passo que as demais produções voltavam-se prioritariamente para o mercado interno, sobretudo para as cidades em acelerado processo de crescimento. Evidentemente o café era autárquico, dada a maior rentabilidade deste

⁴²⁴ *Almanack do Jaú para o ano de 1902*. Jaú: Correio do Jahu, 1902, p. 97-8

mercado, porém seria incorreto, supomos, pensar numa plena especialização das unidades produtoras, o que redundaria em aumento dos custos de produção e intensas dificuldades em momentos de crise do café.

Buscando atestar a posição jauense como um dos principais municípios do café os grandes produtores locais implementaram projetos de modernização no espaço urbano, como demonstra Negreiros de Paiva⁴²⁵. Tal como ocorrera nas demais cidades cafeeiras paulistas, em Jaú foram implementadas reformas urbanísticas inspiradas nos principais centros do capitalismo mundial, redefinindo práticas e costumes da localidade *vis a vis* à redefinição do espaço. Os chamados “agentes modernizadores”, na expressão da autora, situavam-se no comércio, na lavoura e exerciam profissões liberais. A outra face do projeto modernizador foi a manutenção e ampliação do coronelismo na política local e a exclusão de ampla parcela da população das áreas “modernizadas”. Marcadas por características ambíguas, próprias do processo de modernização do Brasil, a *urbe* jauense se adaptou às transformações econômicas em curso, aproximando a feição da cidade à posição ocupada pelo município no complexo cafeeiro.

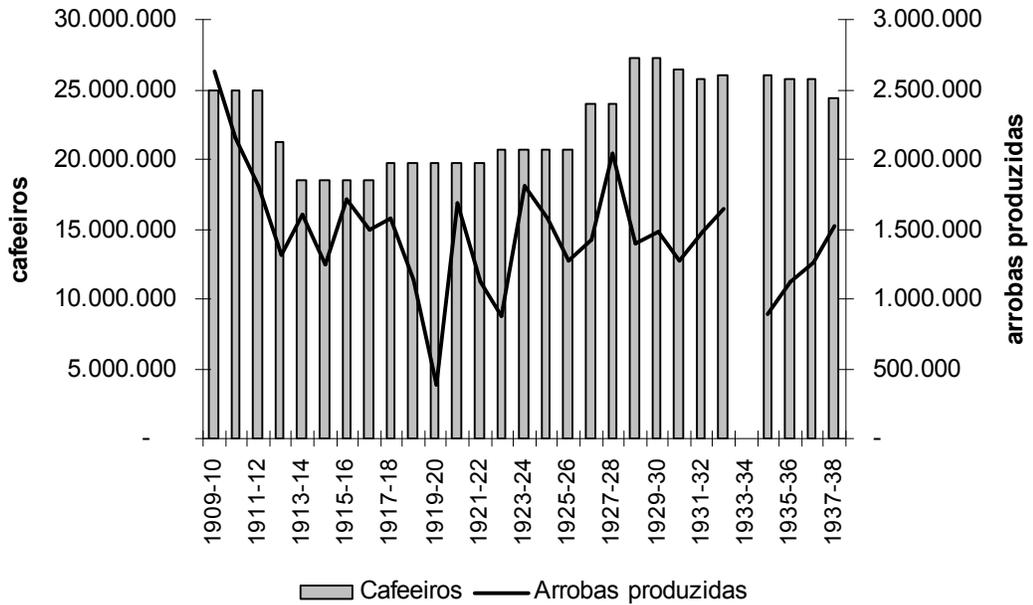
*

No intervalo de nossas preocupações, situado entre 1917 e 1937 percebe-se claramente a diversidade de situações existente entre Jaú e Novo Horizonte, municípios que aqui representam a região Douradense. Tem-se em Jaú uma cafeeicultura já madura, cujo número de cafeeiros produtivos pouco se alterou entre 1909 e 1938: este município possuía vinte e cinco milhões de cafeeiros no início deste período e 24,3 milhões em 1938. Por outro lado, em Novo Horizonte, observa-se neste período a incorporação destas paragens à produção voltada à exportação, o avanço da fronteira agrícola, e o município que não possuía sequer um cafeeiro em 1922, segundo as estatísticas disponíveis, chegou à casa dos 15,2 milhões de pés em 1934-35.

⁴²⁵ Maria Beatriz Vidal Negreiros de PAIVA. *O projeto urbanístico em Jaú*. A ação política e os desdobramentos sócio-culturais. Assis: UNESP, 2001. Dissertação de Mestrado.

Gráfico 2

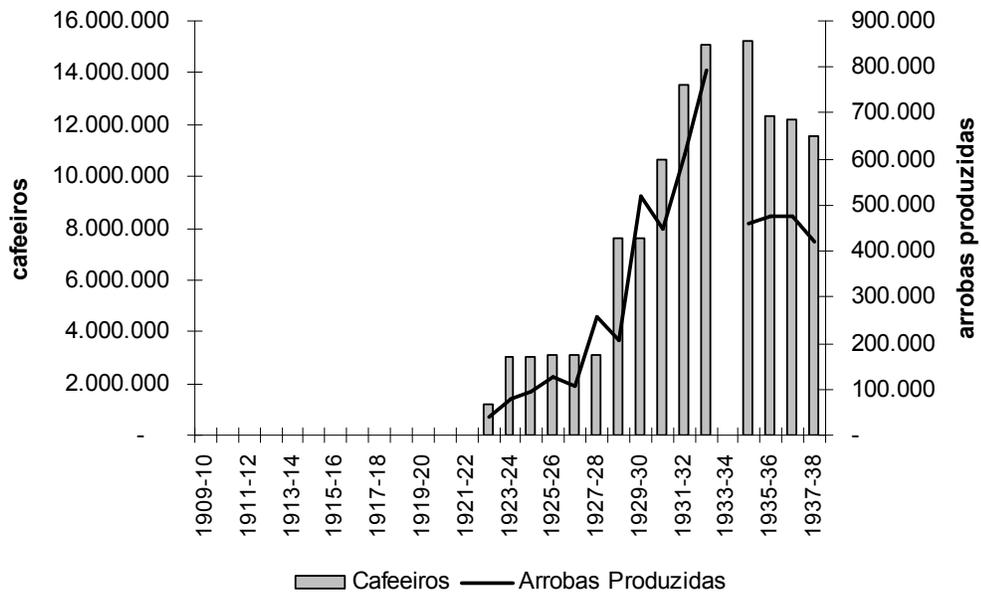
Nº de cafeeiros x Arrobas Produzidas.
Jaú 1909-1938



Fonte: O café: estatística de produção e comércio. São Paulo: Secretaria da agricultura, comércio e obras públicas, 1919, 1929 e 1938.

Gráfico 3

Nº de cafeeiros x Arrobas produzidas.
Novo Horizonte 1909-1938



Fonte: O café: estatística de produção e comércio. São Paulo: Secretaria da agricultura, comércio e obras públicas, 1919, 1929 e 1938.

O fato de não verificarmos uma expansão mais vigorosa da cafeicultura jauense entre 1917 e 1937 está longe de significar que esta atividade encontrava-se esgotada à época, tal como verificamos em Campinas e Rio Claro, por exemplo. Muito pelo contrário. Jaú apresentava índices de produtividade, que apesar de marcarem uma tendência decrescente ao longo do período eram plenamente viáveis, superiores à produtividade de boa parte dos municípios considerados nesta pesquisa. Nas colheitas de 1920-21, 1921-22, 1923-24, 1924-25 e em 1932-33, Jaú alcançou a maior produtividade dentre os quatorze municípios, sendo a quantidade de arrobas produzidas por cada mil pés de 85,3, 56,9, 87,3, 76,4 e 63,4 respectivamente. Entre os anos de 1909 e 1938, Jaú alcançou nestas cinco ocasiões a maior produtividade, sendo superada apenas por Ribeirão Preto e São Manuel, que por sete vezes registraram a maior produtividade, e empatando com Pirajuí, na fronteira da Noroeste, que também por cinco vezes alcançou a maior produtividade dentre os casos aqui considerados⁴²⁶. Estes apontamentos corroboram a idéia de que Jaú ainda era na década de vinte, trinta anos após o estabelecimento desta cultura na região em 1890, um centro produtor com grandes potencialidades, certamente em função da terra roxa. Apesar de não se situar numa região com elevada altitude (541m) o município de Jaú, por conta do inverno bastante seco (mês menos chuvoso com precipitação inferior a 60mm), produzia grãos de destacada qualidade, sendo este um dos fatores explicativos da continuidade e certa expansão da cafeicultura local. Aventamos também a hipótese de que a continuidade da cafeicultura em Jaú na década de vinte liga-se à estrutura fundiária, destacadamente marcada pela predominância de pequenas unidades produtoras, mais resistentes à queda de produtividade por conta do pequeno aporte de capitais necessário para sua manutenção.

Em Novo Horizonte, típico município de fronteira, o que se verifica em termos de produtividade se assemelha muito aos municípios da Alta Araraquarense: um elevado número de arrobas produzidas por cada mil pés, que rapidamente declina verificando-se já na década de trinta uma produtividade inferior até mesmo do que em regiões com cafeeiros mais antigos: em 1937-8 Jaú produziu 62,3 arrobas por mil pés, e Novo Horizonte apenas 36,4. Vale neste caso a assertiva de Pierre Monbeig de que o avanço da fronteira agrícola na década de vinte fez-se, em grande medida, sobre solos de pior qualidade e de poucas

⁴²⁶ Franca e Lins registraram a maior produtividade por três vezes, e os demais municípios nenhuma vez se destacaram no intervalo considerado. Cf. *O Café, estatística de produção e comércio. Op. Cit.*, 1919, 1929 e 1937-8.

potencialidades para o café⁴²⁷, ainda mais quando do abandono de algumas lavouras ocorrido após a crise de 1929, que antecipou a queda da produtividade nas novas regiões.

Às diferentes condições destes municípios corresponderam distintos tipos de contratos. Consultamos 137 Livros de Notas no Cartório do 2º Ofício Civil de Jaú e encontramos 171 escrituras de formação ou trato de café, lavradas entre 1917 e 1937⁴²⁸. Em Novo Horizonte consultamos 48 Livros de Notas e encontramos 122 escrituras de mesma natureza, lavradas entre 1923 (ano de fundação do município) e 1937⁴²⁹.

Em Jaú predominaram as escrituras de parceria agrícola, 56% do total, ao passo que em Novo Horizonte predominaram as empreitadas, 62% do total. Aplica-se neste a idéia que temos desenvolvido em toda a pesquisa: as parcerias sucederam-se às empreitadas nas regiões mais antigas, demonstrando que as cláusulas que envolviam pagamentos em dinheiro ou mesmo em espécie, típicas das zonas com cafeeiros em formação, foram substituídas pela simples divisão da colheita em duas partes iguais, sendo esta a única remuneração dos parceiros, além das rendas auferidas a partir das lavouras de alimentos e criações, reduzidas em função de se tratar de cafeeiros já adultos. A predominância das parcerias recorrentemente tem sido um atestado de maioria das regiões paulistas. Já as escrituras de empreitada foram amplamente dominantes nas regiões de fronteira na década de vinte, uma vez que se tratava da inserção de novas áreas e conseqüentemente da formação de novas lavouras, o que poderia envolver pagamentos em dinheiro ao empreiteiro ou não.

Como uma tendência mais geral, podemos dizer que as empreitadas envolviam à parceria, reiterando no cenário rural paulista relações de trabalho de cunho pré-capitalista não necessariamente permeadas pela existência de salários em dinheiro. Porém, não podemos afirmar peremptoriamente que existiam empreitadas somente nas fronteiras e parceria somente nas regiões mais antigas, pois, após formadas mediante uma empreitada de quatro ou cinco anos de duração, as lavouras na fronteira ou seriam tocadas por colonos assalariados ou por parceiros, também contratados em alguma outra escritura, ao passo que

⁴²⁷ Pierre MONBEIG. *Op. Cit.*, 1974.

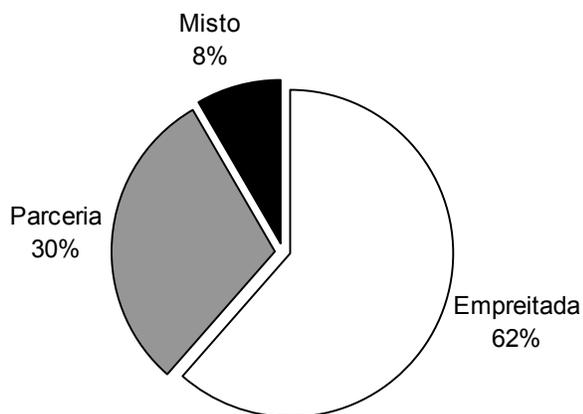
⁴²⁸ Gostaria de agradecer ao Tabelião Paulo Henrique Fusinato e aos funcionários Gilberto Menha, Murilo Arlanch, João Ribeiro de Paula e Walmir Ribeiro de Paula pelo auxílio e autorização à consulta dos Livros Cartoriais do 2º Ofício Civil de Jaú.

⁴²⁹ Gostaria de agradecer ao Tabelião José Renato Torres e aos funcionários Ana Lúcia Torres e Juliano de Moraes Boni pelo auxílio e autorização à consulta dos Livros Cartoriais do 2º Ofício Civil de Novo Horizonte. Neste município os Livros do 2º Ofício encontram-se arquivados no 1º Ofício Civil.

extensões de terras consideráveis permaneceram incultas até a década de vinte, estabelecendo-se empreitadas para a formação de lavouras, o que parece ter ocorrido mais claramente em Jaú, Franca e Botucatu, como veremos no capítulo nove. Observemos os gráficos abaixo:

Gráfico 4

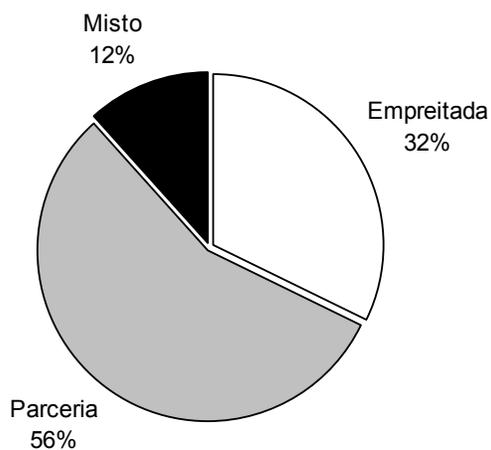
Tipos de Contratos.
Novo Horizonte 1917-1937



Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Novo Horizonte. 1923-1937.

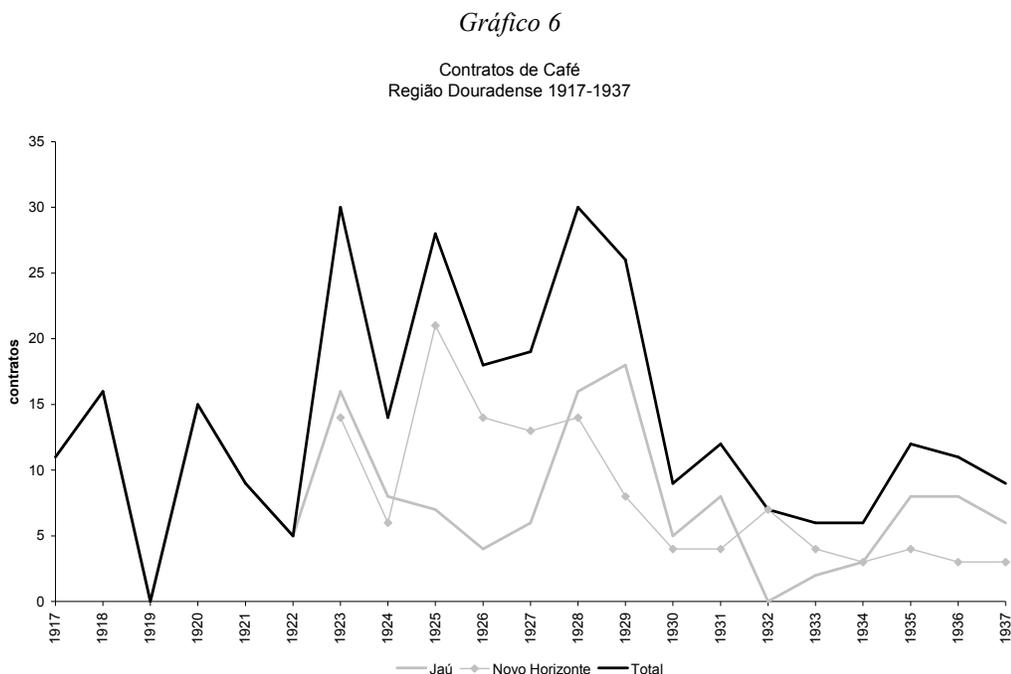
Gráfico 5

Tipos de Contrato.
Jaú 1917-1937



Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Jaú. 1917-1937.

Assim como ns demais regiões pesquisadas, a evolução temporal dos contratos lavrados em Jaú e Novo Horizonte nos fornece um fidedigno retrato da dinâmica da cafeicultura na Douradense. Observemos o gráfico abaixo:



Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Jaú. 1917-1937. Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Novo Horizonte. 1923-1937

Após a geada de 1918 muitas das escrituras versavam sobre o trato de cafeeiros danificados. Em grande medida o número de contratos lavrados em Jaú entre 1918 e 1921 aumentou em função de redefinições de prazos e termos de remuneração, sendo este o caso de Carlos Pereira Ribeiro - cujos quinze mil cafeeiros foram prejudicados pelo acidente climático de junho - que contratou os irmãos Domingos, Antônio e José Priore para recuperar os cafeeiros na fazenda Bica da Pedra, em Pederneiras. O contrato vigoraria por cinco anos, sendo a remuneração dos parceiros composta pela metade da produção de café⁴³⁰. Na mesma situação Alfredo de Oliveira Guerra contratou Fioravante Basso para recuperar 9.619 cafeeiros danificados pela geada na fazenda Barra da Estrela durante quatro anos. Basso receberia 0\$400 por cada cafeeiro, além da possibilidade do plantio intercafeeiro⁴³¹. Optando ora pela parceria, ora pela empreitada, os cafeicultores locais procuraram se refazer das drásticas conseqüências da geada para as lavouras locais. A

⁴³⁰ Livro de Notas n. 98. fls. 93. 2º Ofício Civil de Jaú. 15/08/1918.

⁴³¹ Livro de Notas n. 107. fls. 76. 2º Ofício Civil de Jaú. 05/04/1920.

produtividade, medida em arrobas por cada mil pés, diminuiu de 80,3 em 1917-18 para 19,7 em 1919-20, sendo que a produtividade pretérita só foi recuperada em 1921 e 1922, recuperação esta viabilizada pelos investimentos dos fazendeiros nos cafeeiros danificados. Assim, este primeiro “pico” que se verifica no gráfico, referente unicamente aos contratos lavrados em jaú, se explica pela intensificação do trato dos cafeeiros com vistas à sua plena recuperação.

Observamos no gráfico acima um novo aumento no número de contratos lavrados nos municípios representativos da Douradense em 1923, o que se explica pela fundação do município de Novo Horizonte, e a fundação dos respectivos cartórios e pela ampliação da cafeicultura jauense a partir deste ano. Superado os efeitos deletérios da geada, os cafeicultores, conforme nos indica as quinze escrituras lavradas neste ano (8,7% do total) apostaram na ampliação das lavouras. Destas escrituras, quatro tratavam-se de empreitadas e quatro de contratos mistos, onde os contratados se responsabilizavam tanto por cafeeiros já formados quanto pela formação de novos pés. Na verdade, como já vimos, o estabelecimento de contratos mistos era importante para os fazendeiros porque lhes garantia, mediante a formação de novos cafeeiros, o trato dos já formados. Para o contratado, formar novas lavouras também era muito interessante, pois disporia de uma maior área para o plantio de outras culturas bem como teria uma renda anual oriunda da metade da produção dos cafeeiros formados, além de toda a produção dos cafeeiros por formar ao final do prazo de contrato.

Aventamos a hipótese de que o estabelecimento de contratos mistos cumpriu importante função na fixação da mão-de-obra nas regiões mais antigas, evitando-se assim a desorganização do trabalho nas lavouras já em franca produção e que demandavam carpas anuais e intenso trabalho na colheita. Foi este o caso da escritura lavrada entre Saverio Braggione e os contratados Pedro Geraldino e Narciso Ferrari, que em 1923 assumiram 4.500 cafeeiros para formar e 8.500 já adultos, sendo a sua remuneração composta por 0\$500 por cada cova formada, metade da produção anual dos já formados e toda a produção dos novos cafeeiros⁴³². A decisão de plantar novos pés, neste caso, era diretamente influenciada pela garantia do trato das lavouras adultas, mais até do que por preços favoráveis praticados no momento.

⁴³² Livro de Notas n. 134. fls. 72. 2º Ofício Civil de Jaú. 23/04/1923.

A existência de quatro empreitadas de formação de cafeeiros neste ano indica que em Jaú ainda havia espaço para o plantio de novas lavouras. Os fazendeiros sempre reservam algumas extensões de terra em suas posses para explorá-las em momento oportuno, o que parece também ter ocorrido em 1923. Não obstante a melhora dos preços do café por conta da recuperação da economia americana da depressão de 1921-22, acompanhada pela redução da oferta nos anos posteriores à geada, a decisão de plantar cafeeiros pode ter sido uma estratégia para contrabalançar a perda de produtividade das lavouras mais antigas, que pode ser percebida pela diminuição da quantidade de arrobas produzidas verificada no gráfico número dois. Parece ter sido este o pensamento de Luiz Pereira Gonçalves Campanha, membro de tradicional família jauense e muito provavelmente envolvido com o café desde seus primórdios na região, que em 1923 contratou José Teixeira Cintra para formar sete mil cafeeiros na fazenda Anhumas, recebendo por esta empreitada 1\$000 por cada cova formada, além de toda produção dos cafeeiros no quarto ano de idade e da possibilidade do plantio intercafeeiro. Teixeira Cintra também teria como remuneração metade da aguardente que produzisse, evidenciando que não se tratava de uma fazenda unicamente voltada à produção de café⁴³³. Neste caso, podemos levantar duas hipóteses: a) existiam áreas incultas na propriedade; e b) o aumento do número de cafeeiros se fez às expensas da cultura da cana-de-açúcar, possibilidade que julgamos menos plausível uma vez que se a fazenda produzia aguardente era porque possuía toda estrutura para tal (engenho) e não faria muito sentido reduzir a área do canavial. Em Novo Horizonte, neste mesmo ano, a esmagadora maioria das escrituras lavradas versava sobre a formação de novas lavouras (empreitadas).

Entre 1924 e 1928 verifica-se uma expansão do número de contratos lavrados na Douradense, com leve diminuição em 1926 e 1927. Basicamente, quem responde por esta ascensão é o município de Novo Horizonte, onde a lavoura cafeeira ampliou-se sobremaneira neste intervalo, certamente influenciada pelo estabelecimento da Defesa Permanente do Café em 1924: entre este ano e 1932 o número de cafeeiros produtivos subiu de três milhões para cerca de quinze milhões. Os contratos típicos desta fase de ascensão da cultura cafeeira em Novo Horizonte foram as empreitadas, basicamente aquelas em que a remuneração do empreiteiro era constituída pela totalidade da produção

⁴³³ Livro de Notas n. 133. fls. 87. 2º Ofício Civil de Jaú. 10/04/1923.

dos cafeeiros e pelo acesso a terra para outros plantios, tal como na escritura lavrada entre Luiz Timos e Lázaro Barbosa de Lima, para formar doze mil cafeeiros na fazenda Ponte Alta em 1927 durante cinco anos⁴³⁴. Dos 122 contratos pesquisados em Novo Horizonte apenas em vinte e quatro estipularam-se cláusulas que previam pagamentos em dinheiro, 19,6% do total, proporção muito abaixo da verificada nos municípios da Noroeste (como veremos adiante) e próxima à proporção de contratos envolvendo pagamentos em dinheiro encontrada em São José do Rio Preto (13,9%) e Catanduva (10%), ambos situados na Alta Araraquarense, como também veremos adiante.

Apesar de o número de escrituras ter se reduzido em Jaú entre 1923 e 1927, como podemos observar no gráfico número seis, a cafeicultura local estava passando por uma ampliação. Segundo o almanaque de Jaú para o ano de 1926, existiam à época 1.787.630 cafeeiros novos. Havia vinte e dois milhões de cafeeiros produtivos no município neste ano, divididos entre 771 cafeicultores, porém, chama-nos a tenção o fato de que a formação de novas lavouras estava ocorrendo principalmente entre os cafeicultores médios e pequenos. Na tabela abaixo, construída a partir dos dados do almanaque de Jaú e do Boletim “O Café: estatística de produção e comércio”, percebe-se que no seletto grupo dos sessenta cafeicultores que possuíam mais de cem mil pés de café se verifica uma ampliação muito tímida no número de cafeeiros possuídos entre 1926 e 1929, e, em alguns casos, até mesmo uma diminuição. Destacamos alguns destes cafeicultores na tabela abaixo:

Tabela 1 – Maiores Cafeicultores de Jaú. 1926-1929.

Cafeeiros		
Produtor	1926	1929
Francisco de Andrade Coutinho	1.080.000	1.250.000
Cia. Agrícola João Ribeiro	650.000	700.000
Afrodísio Sampaio Coelho	520.000	500.000
Alfredo Sérvulo Romão	300.000	240.000
Cia. Pedro João	478.000	605.000
José Galdino do Amaral Carvalho	362.000	330.000
Cel. Marcello de Almeida Prado	327.000	316.000
Carlos Amadeu de Arruda Botelho	310.000	304.000
Ricardo Auller	226.000	229.000

Fonte: Almanaque de Jaú para o ano de 1926. Jaú: Prefeitura Municipal, 1926. O café: estatística de produção e comércio. São Paulo: Secretaria da agricultura, comércio e obras públicas, 1929, p. 96.

⁴³⁴ Livro de Notas n. 21. fls. 19. 2º Ofício Civil de Novo Horizonte. 17/12/1927.

Ora, se o número de contratos de empreitada e de parceria foi reduzido neste intervalo (vide gráfico número seis) e os maiores cafeicultores não ampliaram suas lavouras, quem então responderia pelos quase 1,8 milhões de pés em formação em 1926? Aventamos a hipótese de que os pequenos e médios cafeicultores, aqueles que detinham menos de cinquenta mil cafeeiros e que mantinham incultas partes de suas terras preencheram-nas com novas lavouras, ou, que agricultores que se dedicavam a outras atividades, sentiram na segunda metade da década de vinte a segurança necessária para investir em novos cafeeiros, ampliando a área agricultável destinada à cafeicultura: em 1920, 9.330,6 alqueires estavam ocupados por esta cultura, extensão que subiu para 15.820,5 em 1934. O número de cafeeiros produtivos, neste mesmo intervalo, aumentou de 19,6 milhões para 26,08 milhões, reduzindo-se para 17,09 milhões em 1940⁴³⁵. Uma coisa é fato: nem toda a área agricultável do município de Jaú estava ocupada pela cafeicultura na década de vinte, denunciando estratégia amplamente utilizada pelos fazendeiros, qual seja, reservar áreas dentro de suas propriedades para expansões futuras, garantindo assim “mini-fronteiras” de expansão em zonas já maduras⁴³⁶.

O reduzido número de contratos pode ser explicado pelo fato de que os pequenos cafeicultores empregavam o trabalho familiar nas lavouras, ou membros dos círculos de relações sociais mais próximas (vizinhos, parentes de segundo grau), de modo que as escrituras cartoriais não captam estes tipos de arranjos, pois aconteciam à margem de qualquer formalização. A hipótese de que eram os pequenos cafeicultores os responsáveis pela expansão da cafeicultura jauense na segunda metade da década de vinte ganha plausibilidade quando consideramos que se tratava de um contexto de queda de produtividade (com picos de ascensão num ano ou noutro), incompatível com investimentos de maior monta, de modo que a capacidade de respostas da pequena cafeicultura aos estímulos criados pela Defesa Permanente na segunda metade da década de vinte parece ter sido mais vigorosa do que a dos maiores cafeicultores.

Frente à queda de produtividade, uma estratégia utilizada por grandes cafeicultores jauenses se referia à associação de fazendas, montando-se o que eram conhecidas como

⁴³⁵ José Francisco de CAMARGO. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 1981, p. 116

⁴³⁶ O que parece também ter ocorrido na Mogiana, especialmente nas regiões de Franca, Altinópolis e Morro Agudo, e na Alta Sorocabana em São Manuel e Botucatu.

Companhias Agrícolas. Encontramos no cartório do 2º ofício civil de Jaú uma escritura de constituição de uma sociedade anônima em 1923. Tratava-se da Cia. Agrícola João Ribeiro, unindo as fazendas São João (255.000 cafeeiros), Brejão (83.000), Regato (55.000), Ponte Alta (127.000) e Boracéia (121.000). O capital desta sociedade estava estimado em 3.800:000\$000, subdivididos em dezenove mil ações de 200\$000, assim distribuídas: Rita Olympia de Barros (9.500 ações), Abílio Ribeiro de Barros (5.657 ações), João de Barros Júnior (3.308 ações), Justino Ribeiro de Barros (500 ações), Joaquim Ribeiro de Barros (dez ações), Alcides Ribeiro de Barros (cinco ações), Sebastião Sampaio de Almeida Prado (dez ações), João Rodrigues de Miranda Júnior (cinco ações) e Orozimbo de Moraes Navarro (cinco ações). A duração desta sociedade seria de vinte anos, sendo indicado para a presidência Abílio Ribeiro de Barros, segundo maior acionista, e anexo à escritura de constituição da empresa segue-se o estatuto, onde se apresentam os termos desta junção⁴³⁷.

Ora, por que destacados cafeicultores regionais decidiram fundir-se em uma sociedade com mais de seiscentos mil cafeeiros em 1923? O objetivo desta sociedade, segundo a escritura de constituição, era “a exploração do plantio e cultura do café e subsidiariamente a de outros produtos agrícolas e mesmo industriais⁴³⁸”, o que significava que mesmo sendo o café a principal atividade, a Cia. Agrícola João Ribeiro não dispensaria lucros advindos das culturas de alimentos e da própria cana-de-açúcar e de seus derivados. As descrições das fazendas que se fundiram nesta sociedade revelam que estas já possuíam uma grande infra-estrutura para produzir café, tais como inúmeras casas de colonos, paióis, máquinas para beneficiar, casas-sede, casas para a administração, meios de transporte e principalmente cafeeiros já formados, além de moinhos e máquinas para picar cana. Entre 1923 e 1929, verifica-se aumento no número de cafeeiros produtivos (vide tabela número um), de cerca de seiscentos para setecentos mil pés, o que nos evidencia que o potencial de produção desta companhia timidamente se ampliou nos favoráveis anos vinte. A hipótese mais plausível é que a formação de companhias agrícolas deste tipo tenha ocorrido na região de Jaú mais como uma estratégia de defesa frente à queda de produtividade, buscando-se compensá-la com o aumento do *quantum* produzido (daí as

⁴³⁷ Livro de Notas n. 144, fls. 01-19. 2º Ofício Civil de Jaú. 26/11/1923.

⁴³⁸ Livro de Notas n. 144, fls. 01-19. 2º Ofício Civil de Jaú. 26/11/1923.

fusões), do que se pensando na expansão das lavouras do café. Cafeeiros mais antigos unir-se-iam a cafeeiros mais novos, de modo que a produtividade média seria maior, beneficiando todos os acionistas. Há que se considerar também que uma Cia. Agrícola deste porte reuniria maiores condições de contrair financiamentos favoráveis, dada a extensão de seu patrimônio.

As evidências expostas acima revelam dois distintos caminhos da cafeicultura jauense na década de vinte, definidos em função da queda de produtividade: os maiores produtores locais pouco ampliaram suas lavouras, ou mesmo as reduziram, por outro lado, os pequenos e médios cafeicultores, aparentemente, foram os principais responsáveis pelos quase dois milhões de cafeeiros plantados em Jaú entre 1926 e 1929, como vimos acima. A resposta para esta dupla estratégia adotada, supõe-se, está ligada novamente à questão dos aportes de capitais: pequenas lavouras com baixos custos de manutenção (trabalho familiar) seriam viáveis naquele contexto, contudo, investimentos de grande monta não seriam remunerados a contento por conta da menor quantidade de arrobas produzidas por cada mil cafeeiros em Jaú na segunda metade da década de vinte. Abaixo tabela com o perfil da cafeicultura deste município:

Tabela 2 – Cafeicultores de Jaú

Cafeeiros	Produtores	%
1.000 a 5.000	253	33,47
5.001 a 10.000	150	19,84
10.001 a 20.000	106	14,02
20.001 a 50.000	105	13,89
50.001 a 100.000	61	8,07
100.001 a 200.000	59	7,80
200.001 a 500.000	18	2,38
500.001 a 1.000.000	3	0,40
mais de 1.000.000	1	0,13
Total	756	100,00

Fonte: Jornal Commercio do Jahu. 15/11/1929.

Nesta tabela foram considerados 756 produtores, porém, a própria notícia do Jornal “*Commercio do Jahu*” adverte aos leitores que 127 contribuintes (produtores) deixaram de comparecer à Tesouraria da Câmara Municipal. Assim, sendo, é provável que as proporções de pequenos cafeicultores sejam ainda maiores se somarmos os produtores não contabilizados. Perceba na tabela acima que 67,33% dos proprietários possuíam menos de vinte mil cafeeiros, evidenciando a dominância do perfil de cafeicultura baseada no

trabalho familiar no cenário em questão. Numa comparação com os outros municípios, percebe-se que em Jaú a pequena cafeicultura assumia um lugar de destaque: Em Ribeirão Preto, em 1933, 39,7% dos produtores possuíam menos que dez mil cafeeiros, contra 53,31% em Jaú em 1929 e 63,1% em Franca também em 1933. Em Araraquara, em 1915, 60,6% dos produtores possuíam menos que quinze mil cafeeiros e em São Carlos, em 1916, 40% dos produtores se situavam nesta faixa⁴³⁹. Jaú aproxima-se mais do perfil de Franca e Araraquara, onde a pequena cafeicultura também fora amplamente dominante, como também na proporção de grandes fazendas cafeiculturas (aquelas com mais de cem mil pés de café) existentes: 10,7% em Jaú e 9,25% em Araraquara. Não dispomos de dados para Franca.

Num exame sobre as benfeitorias existentes nas unidades produtoras jauenses, apontava-se no jornal a existência de 97 propriedades com máquinas de beneficiar café, 09 com serrarias, 140 com terreiros ladrilhados, 95 com iluminação elétrica e 82 com telefone, concluindo-se que “Tais benfeitorias parecem poucas para o elevado número de propriedades existentes no município. Acentue-se, porém, que das 756 propriedades arroladas 614 são [eram] de menos de 50.000 pés de café, restando apenas 142 com capacidade econômica para permitir melhoramentos dispendiosos⁴⁴⁰”.

A tabela acima também revela que existiam no município em 1929 grandes unidades produtoras de café, 81 com mais de cem mil cafeeiros (10,7% do total), propriedades estas que projetaram Jaú à condição de um dos principais centros produtores de café do interior paulista. Contudo, como notamos anteriormente, esta faixa de propriedades pouco expandiu suas lavouras nos bons anos da segunda metade da década de vinte. Mediante a queda de produtividade, cafeicultores jauenses investiram na formação de lavouras nas fronteiras, e não na sua própria região, que à época possuía pouco mais de 10% de sua área total em capoeiras e matas⁴⁴¹. Encontramos escrituras, lavradas em Jaú, que versavam sobre a formação de novos cafeeiros em Pederneiras (1917,1926), em Presidente Alves (1918), São Pedro (1918,1925), Bariri (1920), Bauru (1920), Bocaina (1923), Agudos (1925), Potunduva (1936) e Iacanga (1925), municípios relativamente

⁴³⁹ Ver capítulos sobre as regiões Mogiana e Paulista.

⁴⁴⁰ Jornal Commercio do Jahu. 15/11/1929.

⁴⁴¹ Jornal Commercio do Jahu. 15/11/1929.

próximas a Jaú, e Pirajuí (1920), Cafelândia (1929), Penápolis (1929) na Noroeste, Santa Cruz do Rio Pardo (1935), na Alta Sorocabana e Jataí (1927), Tibagi (1928-29), São Jerônimo (1929) e Avahy (1931) no Paraná. Assim como Ribeirão Preto, São Carlos e Campinas, Jaú fora um dos centros que “moveu” a fronteira, de lá partindo significativos investimentos nas novas regiões. Exemplificando, em 1929 Francisco De Lucca contratou Modesto Zorzan para formar 35.000 cafeeiros na fazenda Boa Vista, em Cafelândia, que teria como remuneração 1\$600 por cada cova formada, além de toda a produção de café e das culturas de alimentos plantadas no espaço intercafeeiro. Ao final dos quatro anos de duração de contrato De Lucca pagaria 56:000\$000 pela formação desta lavoura⁴⁴². Numa outra escritura Vicente Bassan contratou João Pisado para formar vinte mil cafeeiros, na fazenda Santa Luzia em São Jerônimo-PR, durante quatro anos, pagando-lhe 250\$000 por cada cinco mil cafeeiros/ano, num total de 4:000\$000. Além disso, Pisado formaria um pasto de cinco alqueires, recebendo 600\$000 por cada alqueire, além de toda a produção de café. Nestes dois exemplos percebe-se uma discrepância muito grande no valor pago por cova formada, 1\$600 num caso e 0\$250 noutro, o que se explica, talvez, pelo fato de um contrato envolver a derrubada de matas e outro não.

A motivação para esta expansão nas fronteiras, impetrada pelos jauenses, se explica tanto pelas condições satisfatórias dos preços e da segurança aos investimentos criada pelas sucessivas defesas do café, quanto pela queda de produtividade nas lavouras locais, projetando os cafeicultores adiante. Já no caso das quatro escrituras lavradas em Novo Horizonte que versavam sobre a formação de cafeeiro em regiões de fronteira, Itápolis e Borborema na própria Douradense, Glicério (Noroeste) e Marília (Alta Paulista), a motivação direta parece ter sido a segurança e a melhora dos preços, e não a queda de produtividade, pois se tratava também de uma região nova. Numa destas escrituras, aliás a única em que foram contratados mais de cem mil pés, dentre as 122 pesquisadas, Diogo Cardoso de Castilho contratou Hirato Sato, empreiteiro japonês de Glicério, para formar neste município 300.000 cafeeiros na fazenda Água Limpa, pagando-lhe 0\$400 por cada cova formada, além de 150\$000 por cada mil cafeeiros pela derrubada e toda a produção de café⁴⁴³. Podemos aventar a hipótese de que em Novo Horizonte os investimentos de grande

⁴⁴² Livro de Notas n. 179, fls. 84. 2º Ofício Civil de Jaú. 14/05/1929.

⁴⁴³ Livro de Notas n. 18, fls. 117. 2º Ofício Civil de Novo Horizonte. 27/06/1927.

monta na formação de lavouras não eram viáveis, dada a baixa qualidade da terra, classificadas pelo Boletim *O Café: estatísticas de produção e comércio* como “terras arenosas e misturadas”, e que por isso fazendeiros locais optavam por formar grandes lavouras em regiões mais promissoras, como a Noroeste. Há que se destacar também que apenas seis produtores de Novo Horizonte possuíam mais de cem mil pés de café em 1938, e que o maior produtor de 1929 possuía 88.000 cafeeiros⁴⁴⁴.

Voltemos ao gráfico número seis para discorrer sobre os impactos da crise de 1929 na cafeicultura da Douradense. O que se verifica a partir da débâcle mundial é uma diminuição do número de escrituras lavradas tanto em Jaú quanto em Novo Horizonte; em Jaú de 18 escrituras lavradas em 1929 para nenhuma em 1931, e em Novo Horizonte de oito escrituras lavradas em 1929 para quatro em 1930-31, com uma recuperação em 1932 (sete escrituras). Nos dois casos as escrituras de parceria foram preponderantes a partir de 1930, salvo nos casos em que se tratava da formação de lavouras nas regiões mais novas. Como ocorrera nas demais regiões, os produtores optaram pela “precavida” parceira, objetivando garantir o trato das lavouras já formadas a custos mínimos de produção, uma vez que todas as despesas e tarefas correriam por conta dos parceiros. Ao final do ano agrícola, a produção seria dividida em duas partes, desonerando os fazendeiros de estoques indesejáveis. Na verdade, lavrar contratos de parceria à época da crise significava dividir com os parceiros os problemas da superprodução, garantindo a viabilidade da lavoura e uma satisfatória produtividade quando da melhora das condições de negociação da produção. Cláusulas monetárias foram praticamente “varridas do mapa”, pois se traduziam em custos monetários insuportáveis naquele momento.

Em Jaú, membros da elite local procuraram se articular junto ao governo pressionando por uma solução ao problema da crise. Já em trinta de novembro foram aos jornais e publicaram uma moção de solidariedade ao Dr. Júlio Prestes:

“Assinada por setenta lavradores domiciliados nesta cidade, foi dirigida ontem ao Exmo. Sr. Dr. Júlio Prestes, presidente do estado, a seguinte moção de solidariedade ao seu governo: Os abaixo assinados, lavradores no município de Jahu, filiados ao Partido Republicano Jahuense, têm a satisfação de declarar a V. Excelência que nunca duvidaram so seu patriotismo e da sua energia em relação à situação do café e confiam na ação do governo tão interessado como

⁴⁴⁴ SÃO PAULO. *O Café: estatística de produção e comércio*. São Paulo: Secretaria da agricultura, comércio e obras públicas, 1929 (p. 121) e 1938 (p.139).

os próprios lavradores na salvação da maior riqueza do Brasil. Assim, reafirmam a sua solidariedade política de V. Excelência, certos de que a lavoura não está e não ficará desamparada⁴⁴⁵.

Os maiores cafeicultores tinham motivos para se preocupar e buscar alguma forma de apoio dos representantes do café no governo. Não podemos nos esquecer que as grandes unidades produtoras operavam com custos de produção muito elevados, tais como o pagamento de colonos, manutenção de maquinário, despesas de manutenção, transporte, ferramentas, etc. Há que se considerar que em função das principais formas de financiamento vigentes, no momento da colheita os fazendeiros já se encontrariam endividados, pois haviam acertado previamente contratos de compra e venda com algum comissário ou casa exportadora, dando a propriedade como garantia, tal como veremos adiante no capítulo sobre a região Noroeste. Tratava-se basicamente de crédito hipotecário, assim, no momento de eclosão da crise, os grandes fazendeiros se encontrariam estrangulados não só pelos custos e pela queda do preço e pela ineficácia dos mecanismos de defesa, mas também pela impossibilidade de financiamento da lavoura futura, levando-o a não saldar as dívidas na praça. Neste cenário, em todo estado, os colonos sofreram com atrasos nos pagamentos e muitas hipotecas foram liquidadas.

De uma forma geral, podemos dizer que os cafeeiros menos produtivos foram destruídos, porém a diminuição da quantidade de cafeeiros produtivos em Jaú fora reduzida (vide gráfico número dois), caindo-se o número de pés de café de 27 milhões em 1929 para

⁴⁴⁵ Jornal Commercio do Jahu. 30/11/1929. A moção foi assinada por Alfredo S. de Oliveira Romão (e família), Antônio de Almeida Pacheco, Sebastião Sampaio de Almeida Prado, Francisco Prado A. Pacheco, Octávio Pacheco A. Prado, Francisco Sampaio Ferraz, Umbelina de Almeida Barros, Galdino do Amaral Carvalho, Gumercindo do Amaral Carvalho, José Galdino do Amaral Carvalho, Ignácio de Paula Almeida Prado, Honor Luiz Brandão, Francisco Alípio de Almeida Prado, Jarbas Portella, José Calmon Nabuco de Araújo, Thomaz Antônio, Ismael de Arruda Rocha, Alda Brandina de Almeida Prado, João Prado de A. Pacheco, Antônio Pacheco de A. Prado, Luiz Calmon Nabuco de Araújo, Alberico Pacheco de A. Prado, José Francisco Ribeiro, Joaquim de Almeida Campos, Franklin Machado, José de Almeida Lemes do Prado Jr., Osório Martins Pontes, Lourenço Ferraz de Almeida Prado, João Cauby de Almeida Prado, Antonio Augusto de Camargo Prado, Nassif Abib, Abrão Nassif e Nunes Nassif, França & Irmão, Joaquim Luiz Brandão, Francisco de Paula Brandão, João Adelino de A. Prado, Lourenço Avelino de A. Prado Netto, Marcello de Almeida Prado, Francisco de Paula Almeida Prado, Cláudio Furquim de Almeida Prado, Benedicto de Paula Almeida Prado, João Pacheco de Almeida Prado, Lourenço de Almeida Prado, João da Costa Sampaio, Mario de Almeida Prado, José Dias Ferraz de Arruda, Luciano de Almeida Pacheco Prado, Lourenço Prado de A. Pacheco, Antonio Caruso Netto, Pio de Almeida Prado, Bernardo Zuliani, José Américo Sampaio, Affonso Mendes Braga, José Chuffi, João de Barros Jr., João Pires de Campos Netto, João Pires de Campos Jr., Germano de Oliveira e Souza, Plínio de Almeida Prado, João Pacheco de A. Prado Filho, Vicente de Aguirra Teixeira, José de Assis Bueno, Antônio Neves de Almeida Prado, Lázaro do Camargo Freitas, Francisco de Paula A. Prado Sobrinho, Valentim Rett, Sebastião de Oliveira Penteado, Torello Denucci, José Sampaio Bueno. Estas pessoas respondiam por 41% da cafeicultura local.

24 milhões em 1938. Para explicarmos essa “pequena” redução do número de cafeeiros em Jaú temos que considerar que parte da cafeicultura jauense fora renovada durante a década de vinte, notadamente entre 1925 e 1929, encontrando-se assim em franca produção nos anos posteriores à débâcle mundial. Certamente o trato de algumas lavouras foi abandonado, uma vez que a produtividade caiu bastante em 1935-36, porém, não se verifica em Jaú uma diminuição tão acentuada do número de cafeeiros após a crise tal como ocorrera em Ribeirão Preto, São Carlos, Campinas, Rio Claro e Lins, na fronteira. Mesmo em Novo Horizonte, município de cafeicultura novíssima na década de trinta, se verifica uma diminuição mais acentuada do que em Jaú a partir de 1935, após grande crescimento do número de cafeeiros e da área agricultável destinada ao café entre 1929 e 1933. O que explicaria a continuidade da cafeicultura jauense mesmo num contexto de crise e de queda da produtividade? A resposta, supõe-se, liga-se novamente à questão do perfil fundiário regional. O fato é que os pequenos cafeicultores poderiam suportar a crise dedicando-se a outras culturas cuja comercialização direcionava-se ao mercado interno: mamonas, arroz, milho, feijão, leguminosas, ou mesmo às atividades criatórias: porcos, gado de corte e gado leiteiro. Não se deve perder de vista que as pequenas unidades produtoras reuniam condições de, no limite, garantir a sua subsistência e comercializar excedentes, “tocando-se a vida” desta maneira até uma melhora das condições do mercado cafeeiro, possibilidade vedada às grandes fazendas com maior grau de “especialização”. Assim, nas pequenas propriedades as lavouras de café seriam mantidas num contexto de crise, mesmo com a aparente redução dos cuidados, tais como a diminuição do número de carpas anuais (o que explica a queda de produtividade). Nas regiões já maduras com predominância da pequena propriedade, tais como Jaú e Franca, não se verifica uma grande retração da atividade cafeeira em termos de número de arbustos produtivos mas, por outro lado, se verifica uma diminuição do número de cafeeiros por propriedade no contexto da década de trinta: em Jaú, a média de cafeeiros por propriedade era de 31.000 em 1934, caindo para 19.630 em 1940; em Franca a média manteve-se em torno de quatorze mil cafeeiros neste mesmo intervalo. A débâcle de vinte e nove representou para a cafeicultura jauense o constrangimento das grandes fazendas e a redefinição desta atividade em nível local, pautada desde então *unicamente* nas unidades produtoras mais modestas.

Em Novo Horizonte, como nos demais municípios da fronteira, o que se verifica é a ampliação do número de cafeeiros produtivos, decorrente dos plantios feitos em 1928 e 1929. Assim, quando da eclosão da crise, simultaneamente, municípios como Pirajuí, Lins, Catanduva, São José do Rio Preto e Novo Horizonte atingiram o ápice de sua capacidade de produção, tornando ainda mais agudos os efeitos da crise. De uma forma geral, o que se observa é uma rápida diminuição do número de cafeeiros produtivos: Em Novo Horizonte, em 1929, existiam 7,6 milhões de cafeeiros produtivos, número que subiu para 15,2 em 1935, em função dos plantios de 1928 e 1929, e que já em 1938 diminuiu para 11,5 milhões. A queda de produtividade neste município atesta o abandono de parte das lavouras locais, como também as pequenas potencialidades do solo local, como de toda a fronteira, para a sustentação da produtividade dos cafeeiros já com uma certa idade.

*

Façamos agora uma simulação acerca dos rendimentos das parcerias em Jaú e das empreitadas em Novo Horizonte, tipos de contratos dominantes nestes dois municípios. Na simulação abaixo, assim como em todas feitas neste trabalho, utilizamos o preço da arroba vigente em Ribeirão Preto, localidade onde encontramos um maior número de escrituras de compra e venda de café⁴⁴⁶. Consideramos abaixo contratos envolvendo a formação e o trato de cinco mil cafeeiros, com quatro anos de duração, além da produtividade dos dois municípios envolvidos nesta simulação. Nestas condições, seriam estas as respectivas remunerações:

Tabela 3 – Rendimentos de parceria em Jaú e empreitada em Novo Horizonte

5.000 cafeeiros					
Ano	Jaú (produtividade)	Novo Horizonte (Produtividade)	Preços (Rib. Preto) (mil-réis)	Jaú Rendimentos Parceiro	Novo Horizonte Rendimentos Empreiteiro
1925	76,45	32,00	42\$410	8:105\$259	-
1926	61,54	40,38	27\$500	4:231\$179	-
1927	59,57	33,97	23\$800	3:544\$712	-
1928	85,24	82,69	28\$000	5:966\$665	11:576\$923
Total				21:847\$815	11:576\$923

Fonte: Para o preço do café: Livro de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto. Para os índices de produtividade Boletim O Café: estatística de produção e comércio. São Paulo: Secretaria da agricultura, comércio e obras públicas, 1919, 1929 e 1939.

⁴⁴⁶ Acreditamos que não faz muito sentido considerar o preço do café praticado na praça de Santos, uma vez que comissários e casa comerciais, naquele momento da comercialização, já teriam realizado intermediações favoráveis, não sendo os preços lá praticados aqueles que efetivamente iriam para a mão dos produtores.

O parceiro de Jaú receberia metade da produção anual dos cinco mil cafeeiros já formados durante o período de vigência de contrato, o que lhe renderia 21:847\$815 ao final de quatro anos. Como em Novo Horizonte, em apenas 19,6% das empreitadas praticaram-se pagamentos em dinheiro por cada cova formada, como vimos anteriormente, desconsideramos este tipo de rendimento, sendo a renda do empreiteiro oriunda de toda a produção de café no último ano, momento no qual os cafeeiros em formação renderiam alguma colheita, diminuta se comparada com a produção do sétimo ou oitavo ano de idade do arbusto. O empreiteiro receberia 11:576\$923 ao final do contrato. Aparentemente a parceria em Jaú seria mais vantajosa do que o trabalho na fronteira, porém, observe a tabela abaixo:

Tabela 4 – Plantio intercafeeiro em Jaú e Novo Horizonte

Contrato	Novo Horizonte (1930)	Jaú (1931)
1º Ano	Uma carreira de milho, duas carreiras de feijão, e três de arroz	Duas carreiras de feijão, uma de amendoim e uma de batatinha
2º Ano	Duas covas de milho no vão de cada quatro pés de café, duas carreiras de feijão e três carreiras de arroz	Duas carreiras de feijão, uma de amendoim e uma de batatinha
3º Ano	Duas covas de milho no vão de cada quatro pés de café, duas carreiras de feijão e três carreiras de arroz	Duas carreiras de feijão, uma de amendoim e uma de batatinha
4º Ano	Duas covas de milho no vão de cada quatro pés de café, duas carreiras de feijão e três carreiras de arroz	Duas carreiras de feijão, uma de amendoim e uma de batatinha

Fonte: Livro de Notas n. 27, fl. 122. 2º Ofício Civil de Novo Horizonte. 24/04/1930. Livro de Notas n. 198, fl. 37. 2º Ofício Civil de Jaú. 24/11/1931.

Percebe-se na tabela acima que a área destinada às demais culturas seria mais ampla em Novo Horizonte, em função da pouca idade dos cafeeiros. Assim, teoricamente, os empreiteiros reuniriam maiores possibilidades para produzir excedentes comercializáveis, o que certamente pesaria positivamente em suas contas. O fato de estas lavouras serem cultivadas juntamente como café agradava aos empreiteiros, pois enquanto cuidavam das lavouras de alimentos simultaneamente davam atenção aos cafeeiros, o que representava ganho de produtividade do trabalho do núcleo familiar. Em Jaú, onde as parcerias foram predominantes, usava-se a estratégia de fornecer aos parceiros terrenos extras para o plantio de alimentos. É este o caso da escritura de parceria agrícola lavrada entre a Romão & Irmãos e Ângelo e Narciso Padovan, onde as partes acertaram o trato de vinte e um mil cafeeiros, tendo os parceiros o direito de, durante quatro anos, usufruir de 1/8 de alqueire por cada mil cafeeiros contratados para o plantio de milho, o que significaria que os

Padovan necessariamente teriam que dividir a força de trabalho da família, o que poderia significar uma perda de potencial: na época em que os cafeeiros demandassem maiores cuidados, o milho seria esquecido, ao passo que na ocasião do trato e da colheita do milho, os cafeeiros seriam deixados de lado⁴⁴⁷. Nestes termos, as empreitadas seriam favoráveis não só porque o espaço destinado às outras culturas entre as fileiras do café seria mais amplo, mas também porque o cultivo conjugado e simultâneo facilitaria a organização do trabalho familiar. É provável que por conta destas condições as empreitadas tenham sido mais favoráveis do que as parcerias, sem contar o fato de que nas terras virgens da fronteira a produtividade fosse também maior para as culturas de arroz, feijão, as leguminosas e o milho, e de que, por outro lado, nas regiões mais velhas, fornecia-se terrenos extras de pior qualidade (capoeiras) para o parceiro prover a sua subsistência, reduzindo ainda mais a produtividade do trabalho familiar.

A simulação feita acima desconsidera uma pergunta elementar: seriam os trabalhadores do café, tanto empreiteiros como parceiros, realmente livres para comercializar o café e os alimentos que produziam? Assim como as escrituras dos demais municípios pesquisados já revelaram, em Jaú e Novo Horizonte algumas escrituras sugerem que se estabeleciam mecanismos de expropriação também sobre a produção de alimentos dos colonos. Em escritura lavrada em Jaú em 1936, Arthur Lopes Nogueira contratou Francisco Royo e José Lobo para cuidar dos cafeeiros da fazenda Recreio, em Pederneiras. Tratava-se de uma parceria, onde os contratados teriam direitos sobre 50% da produção de café e 80% da produção das demais lavouras, sendo o restante pertencente ao fazendeiro, ou seja, a parceria se estenderia também às demais plantações, contrariando bibliografia que credita aos trabalhadores direito sobre tudo o que produzissem além do café⁴⁴⁸.

As despesas com transporte e beneficiamento atuavam como mecanismos que beneficiavam os fazendeiros em sua relação com os trabalhadores do café. Em empreitada lavrada em 1935, Sebastião Botelho acertou a formação de 63.000 cafeeiros com José Bordim e outros na fazenda São João, localizada em Santa Cruz do Rio Pardo. Os empreiteiros receberiam 0\$800 por cada cova formada e toda a produção de café, além do

⁴⁴⁷ Ampla bibliografia discute esta questão, apontando consensualmente que os trabalhadores do café preferiam as lavouras conjugadas. Ver o trabalho de Thomas HOLLOWAY. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo 1866-1934*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

⁴⁴⁸ Livro de Notas n. 220, fls. 31. 2º Ofício Civil de Jaú. 20/07/1936.

direito de cultivar arroz, milho e feijão nas fileiras do cafezal, porém, teriam que pagar 2\$000 por cada carroto do talhão até o terreiro de secagem, sem falar na taxa de 4\$000 sobre cada carro estranho à fazenda que adentrasse a porteira, inibindo a negociação da sua produção com outros compradores⁴⁴⁹. Em escritura lavrada em 1926 Nassif Abib definiu em contrato cláusulas que impunham a meação das lavouras de milho e mamona (além do café) e uma taxa de 2\$000 por cada carroto e de 2\$000 por cada saca beneficiada⁴⁵⁰. Numa outra escritura, lavrada entre Romão & Irmão e José Del Vaz, para o trato de 16.300 cafeeiros, novamente o valor de 2\$000 pelo beneficiamento de cada saca foi registrado em caráter obrigatório⁴⁵¹. Estas evidências indicam que os fazendeiros da Douradense, assim como das demais regiões pesquisadas, utilizavam a estrutura montada na fazenda para abocanhar uma parcela maior das produções dos trabalhadores, impondo o monopólio do beneficiamento e do transporte das sacas. A escritura lavrada entre a firma Romão & Irmãos e Antônio Castello indica que os trabalhadores eram submetidos a uma série de taxas na ocasião da colheita: o parceiro teria que pagar 2\$400 pelo beneficiamento de cada saca e ainda 1\$000 por cada saca beneficiada para o custeio de “despesas diversas” não discriminadas em contrato⁴⁵².

Muitas vezes, esta estrutura utilizada para expropriar ainda mais os trabalhadores era construída por eles próprios, como indica a escritura lavrada entre Paula Victória Barrancos e Euselino Soares Ribeiro. Neste contrato de empreitada, lavrado em Novo Horizonte, Soares Ribeiro teria como remuneração toda a produção de café ao final de quatro anos, sendo que *“o proprietário nada pagaria ao segundo contratante pela formação dos quatro mil pés de café, e demais benfeitorias que o mesmo tenha feito em sua propriedade”*⁴⁵³. Por se tratar da formação de uma lavoura numa região de fronteira, é bem provável que na fazenda ainda não existissem casas para moradia, pastos cercados, chiqueiros para os porcos, pomares e hortas, de modo que para garantir a viabilidade de sua existência, o empreiteiro teria que construir todas estas benfeitorias sem nada receber, como indica o excerto acima. A idéia é que não só os cafeeiros eram formados a baixíssimo custo,

⁴⁴⁹ Livro de Notas n. 215, fls. 21. 2º Ofício Civil de Jaú. 27/07/1935.

⁴⁵⁰ Livro de Notas n. 219, fls. 67. 2º Ofício Civil de Jaú. 29/06/1936.

⁴⁵¹ Livro de Notas n. 196, fls. 56. 2º Ofício Civil de Jaú. 28/11/1931.

⁴⁵² Livro de Notas n. 218, fls. 11. 2º Ofício Civil de Jaú. 16/11/1935.

⁴⁵³ Livro de Notas n. 13, fls. 92. 2º Ofício Civil de Novo Horizonte. 04/03/1926.

mas também uma significativa parte da estrutura de produção da fazenda, destacadamente aquelas diretamente ligadas ao rebaixamento dos custos monetários dos fazendeiros.

Na verdade, os fazendeiros buscavam incessantemente a redução destes custos, desonerando-se de suas obrigações até em caso de geada, como no caso da escritura lavrada entre Alfredo de Oliveira Guerra e Fioravante Bosso, para formar 9.600 cafeeiros na fazenda Barra da Estrela, em Jaú, pagando-se 0\$400 por cada cova formada. Guerra estipulou a seguinte cláusula em contrato: *“no caso de haver geada que possa queimar o cafezal durante a vigência do contrato [04 anos] de maneira a não permitir a entrega do mesmo devidamente formado, o primeiro outorgante não fica por isso obrigado a pagar coisa alguma ao segundo outorgante, salvo se houver cafeeiros formados imunes de geada⁴⁵⁴”*. Assim, em caso de geada, o fazendeiro se livraria dos custos de formação transferindo ao trabalhador o ônus causado por este acidente climático. Numa reminiscência das relações feudais, Carlos Magri impôs ao empreiteiro Indallecio Ignácio Bueno, em Novo Horizonte, numa espécie de corvéia, o trabalho gratuito durante quatro dias ao ano no período de vigência do contrato (05 anos), sendo este trabalho concentrado na manutenção de estradas, cercas e reparos na fazenda⁴⁵⁵.

Em algumas escrituras, os fazendeiros reservavam para si o direito de dar o calote e manter o trabalhador na fazenda. É o caso do contrato de empreitada lavrada em Jaú entre Luiz Pereira Gonçalves Campanha e José Teixeira Cintra, no qual pagar-se-ia 1\$000 por cada cova formada (7.000 cafeeiros) e o empreiteiro receberia, além disso, toda a produção de café. Neste contrato foi registrada a seguinte cláusula: *“caso o primeiro outorgante não possa pagar ao segundo no fim deste contrato [4 anos] o preço da plantação e formação do cafezal, este fica obrigado a continuar no imóvel como colono, para ser pago com o produto dos frutos que produzir o colono no cafezal”*. Imaginemos a situação onde Teixeira Cintra tivesse arduamente trabalhado durante quatro anos, acumulando um saldo de 7:000\$000 com o fazendeiro, e, no momento da liquidação deste débito fosse surpreendido pelo “calote” de Gonçalves Campanha. Pior do que isso, imagine que ele seria obrigado, nesta situação, a permanecer na fazenda Anhumas, a cuidar dos mesmos cafeeiros, a receber a parca remuneração de um colono e a esperar que algum dia uma

⁴⁵⁴ Livro de Notas n. 107, fls. 76. 2º Ofício Civil de Jaú. 05/04/1920.

⁴⁵⁵ Livro de Notas n. 8, fls. 2556. 2º Ofício Civil de Novo Horizonte. 06/07/1925.

parcela da futura produção destes cafeeiros lhe fosse repassada para saldar a dívida do fazendeiro. É preciso muito esforço para conceber que se trata de uma relação travada entre partes iguais.

Há que se destacar também que em algumas escrituras, como a lavrada em Novo Horizonte entre Santo Nava e Antonio Dicheli, o fazendeiro reservava para si até o direito de impor um código moral (restrição a festas e bebida alcoólicas) e definir as visitas que o empreiteiro poderia receber, tal como na cláusula que se segue: “*o proprietário reserva para si o direito de impedir a entrada em sua propriedade de quem julgar conveniente, em dias de semana, bem como o de não consentir que o meeiro saia da propriedade para trabalhar a outrem, uma vez que sua empreitada não esteja em condições como manda a boa regra da lavoura*”⁴⁵⁶. A grande preocupação era que os trabalhadores fossem seduzidos por propostas mais tentadoras ou mesmo que travassem relações comerciais fora da fazenda, por isso, pelo que indica esta cláusula, os contatos com o “mundo exterior” eram restringidos.

Numa escritura lavrada em 1923 entre o proprietário João Vilar Martinez e os parceiros João Rupião e Augusto Rosa, o primeiro se responsabilizava pela venda de toda a produção, inclusive da parte que cabia aos parceiros (50%) e depois lhes repassaria o dinheiro. Será que tal negociação seria feita às claras? Os parceiros teriam como saber se lhes havia sido repassado uma quantia menor do que a efetivamente paga pelos compradores? Difícil dizer, pois nesta escritura nenhuma forma de consenso em relação à venda ou algum tipo de controle ou acompanhamento fora definida, dando-nos margem para pensar na possibilidade do estabelecimento de uma intermediação favorável ao fazendeiro⁴⁵⁷.

Outro artifício utilizado pelos fazendeiros na Douradense foi o estabelecimento de cláusulas de preferência de venda tanto de café quanto de alimentos aos fazendeiros. Numa escritura de empreitada lavrada entre Justino Ribeiro de Barros e João Canova e outros, registrou-se a seguinte cláusula contratual: “*os outorgados não poderão vender milho de sua colheita sem consultar o primeiro outorgante, que abastecerá, primeiramente, a sua fazenda, pagando o preço que estiver correndo na ocasião*”⁴⁵⁸. Pode-se pensar, num

⁴⁵⁶ Livro de Notas n. 22, fls. 156. 2º Ofício Civil de Novo Horizonte. 24/09/1928.

⁴⁵⁷ Livro de Notas n. 132, fls. 47. 2º Ofício Civil de Jaú. 27/01/1923.

⁴⁵⁸ Livro de Notas n. 92, fls. 23. 2º Ofício Civil de Jaú. 22/03/1917.

primeiro momento, que se trata de uma cláusula razoável, pois o fazendeiro se propunha a pagar o preço de mercado vigente no momento da comercialização, porém, pensemos nos custos de transporte, nas sobretaxas cobradas pela entrada de carros estranhos às fazendas e, principalmente, caso se encontrassem endividados, na perda de capacidade de negociação que fatalmente sofreriam, repassando em condições desfavoráveis suas produções agrícolas ao fazendeiro. Numa outra escritura, lavrada em Novo Horizonte, Antônio José Nunes impôs a Marito Lizendo dos Santos a seguinte cláusula contratual: “*Por ocasião das colheitas, terá obrigação de oferecer os cereais e o café ao proprietário pelo preço corrente, só podendo vendê-los a terceiros com permissão dele proprietário*”⁴⁵⁹. Frente a estes indícios, recorrentes em todas as regiões pesquisadas, difícil sustentar a hipótese de que os trabalhadores do café eram livres para negociar o que produziam, e mesmo que o fossem, como no caso da escritura lavrada em Novo Horizonte entre Victor Garbarino e Ângelo Soffa, seriam obrigados a beneficiar a produção obrigatoriamente nas máquinas da fazenda, pagando-se o preço vigente na ocasião⁴⁶⁰.

Funcionavam como um eficaz mecanismo de exploração dos trabalhadores os empréstimos fornecidos pelos fazendeiros. Apesar de serem tolhidos pela Lei do Patronato Agrícola de 1911, como vimos no capítulo da região Central, eram amplamente praticados entre as partes contratantes, e funcionavam diretamente como uma forma de rebaixar os valores pagos pelas produções de alimentos e café dos empreiteiros e parceiros, como se depreende desta cláusula registrada em escritura lavrada entre o fazendeiro Júlio da Silva Rocha e Rodrigo Migliano Martim e José Chica: “*o proprietário fica obrigado a fornecer crédito para os parceiros no primeiro ano, esperando as colheitas de cereais, e que as quantias fornecidas pelo proprietário aos parceiros para o custeio dos mesmos, serão acrescidas de juros de 8% ao ano*”⁴⁶¹. Não bastasse o potencial rebaixamento dos preços quando se tem, frente a frente uma parte credora e outra devedora, a escritura estipulava a cobrança de juros, evidência clara de que parte da produção seria abocanhada unilateralmente pelo fazendeiro. Na Douradense, como nas demais regiões, mecanismos de expropriação e de “estreitamento de mercado” para os trabalhadores foram captados pela

⁴⁵⁹ Livro de Notas n. 02, fls. 129. 2º Ofício Civil de Novo Horizonte. 25/08/1923.

⁴⁶⁰ Livro de Notas n. 04, fls. 75. 2º Ofício Civil de Novo Horizonte. 17/05/1924.

⁴⁶¹ Livro de Notas n. 184, fls. 57. 2º Ofício Civil de Jaú. 14/10/1929.

consulta realizada nos Livros Cartoriais de Jaú e Novo Horizonte, evidenciando relações de trabalho formalizadas sobre uma rígida hierarquia que possibilitava ao fazendeiro estipular e impor cláusulas contratuais amplamente favoráveis aos seus interesses.

-ANEXO-

*Escritura de Empreitada. Novo Horizonte.
Livro de Notas n. 27, fls. 122 a 124. 2º Ofício Civil de Novo Horizonte.*

Escritura de contrato agrícola que entre si fazem Henrique Michelletti e Sérgio Pinheiro Torres, na forma abaixo:

Saibam quantos este público instrumento de escritura virem que no ano de mil novecentos e trinta do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo, aos vinte e quatro dias do mês de abril, nesta cidade de Novo Horizonte, em cartório por me ser esta distribuída, hoje, aqui, perante mim ajudante habilitado, e as duas testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado como outorgante empreiteiro, digo, proprietário Henrique Michelletti, italiano, maior, casado, lavrador; de outro lado como outorgado o empreiteiro Sérgio Pinheiro Torres, brasileiro, lavrador, e ambos domiciliados nesta comarca, reconhecidos pelos próprios de que trato de mim ajudante habilitado, do tabelião substituto que esta subscreve e das mesmas testemunhas, dou fé. Perante estas, pelo outorgante Henrique Michelletti, me foi dito que sendo senhor e legítimo possuidor de uma propriedade agrícola nesta comarca de Novo Horizonte, situada na fazenda Ponte Alta, tem justo e contratado com o outorgado empreiteiro Sérgio Pinheiro Torres, para nela tratar e formar 4.650 pés de café, pelas condições e cláusulas seguintes: 1ª) O prazo do presente contrato é de quatro anos a começar do dia 30 de agosto corrente, terminando em igual data e mês do ano de 1934; 2ª) O empreiteiro obriga-se a tratar, zelar e formar os referidos 4.650 pés de café, que se acham sob o seu poder pelo espaço de tempo retro referido, trazendo-os sempre no limpo e fazendo as desbrotas necessárias, conservando-os enfim cuidadosamente. 3ª) O empreiteiro perceberá a título de remuneração dos seus trabalhos e formação dos cafeeiros, quinhentos réis (0\$500 por cada cova verde) contendo no mínimo duas hastes em cada cova em franca produção, bem assim, os frutos que os mesmos produzirem até o fim deste contrato; 4ª) Obriga-se o empreiteiro a zelar e conservar trazendo sempre em bom estado de conservação as benfeitorias que ora recebe e as que futuramente construir para seu uso, entregando-as afinal ao proprietário sem direito a indenização alguma pelas mesmas. 5ª) O empreiteiro obriga-se por sua conta própria a extinguir os formigueiros que venham danificar a lavoura a seu cargo, fornecendo para isso a formicida que for necessária para essa extinção; 6ª) O proprietário obriga-se a formar o pasto necessário para quatro cabeças de criações grandes, para o seu custeio, tais como cavalos, vacas, com exclusão de éguas; 7ª) Obriga-se o empreiteiro a auxiliar anualmente o proprietário a roçar todo o pasto ocupado com as suas criações; 8ª) O empreiteiro poderá plantar então no terreno ocupado pela lavoura a seu cargo no primeiro ano, uma carreira de milho, duas carreiras de feijão casadas e três de arroz em cada rua de café; do 2º ao 4º ano duas covas de milho no vão de cada quatro pés de café, feijão duas carreiras cruzadas e arroz três carreiras em cada rua de café, ficando compreendido que, onde for plantado arroz, não poderá plantar outro cereal. 9ª) Obriga-se o empreiteiro a arrancar as toças de arroz logo após a colheita do mesmo, afim de não estragar a terra; 10ª) O empreiteiro poderá vender a sua empreitada a outrem, mas mediante prévio consentimento do proprietário; 11ª) O proprietário reserva para si o direito da fiscalização da lavoura objeto da presente escritura e também se abriga a, no caso de venda da propriedade em que se acham plantados os cafeeiros, fazer a seu sucessor assumir os compromissos deste; 12ª) No caso do empreiteiro ficar doente que o impossibilite temporariamente de tratar da lavoura, fica com o direito de mandar fazer a limpa necessária, debitando a quantia despendida ao empreiteiro. Fica estipulada a multa de R\$ 2:000\$000 que será aplicada a qualquer um deles contratantes, proprietário e empreiteiro que faltar com o cumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, além de multa de 20% sobre a mesma a título de honorários de advogado no caso de intervenção judicial, ficando compreendido que se a infração se der por parte do proprietário, este ficará obrigado a pagar além da multa acima estipulada mais todas as benfeitorias feitas em sua propriedade e o café por formado e se a mesma se der por parte do empreiteiro, perderá este em benefício do proprietário todo o serviço feito além da multa supra citada. Por ambos os contratantes, proprietário empreiteiro, me foi dito ante as mesmas testemunhas que aceitavam a presente escritura em todos os seus termos, tal como nela se contém e declara e me foi presente a selo federal proporcional a multa que vai adiante aderido e inutilizado. E por assim estarem justas e convencionados e me haverem pedido, lhes lavrei a presente escritura a qual lhes sendo lida em alta voz, em presença das testemunhas Bertaldo Leite Machado, Antonio Casimiro Machado, minhas conhecidas e residentes nesta cidade, acharam-na em tudo conforme outorgaram, aceitaram e assinaram com eles, do que de tudo dou fé. Eu, Joaquim Satzu Filho, escrevente habilitado que a escrevi. Eu, Anísio Castilho Fonseca, segundo tabelião a subscrevi. (Sic.)

Novo Horizonte, 24 de abril de 1930.

-ANEXO-

*Escritura de Parceria Agrícola .Jaú.
Livro de Notas n. 139, fls. 96 a 99. 2º Ofício Civil de Jaú.*

Escritura Pública de contrato de parceria agrícola que entre si fazem Gabim Antonio e Luiz Zanellato, como abaixo se declara.

Saibam quantos virem esta pública escritura de contrato de parceria agrícola que, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e vinte e três, nesta cidade de Jaú e cartório do tabelião Caetano Pereira, que esta subscreve, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: como primeiros outorgantes e reciprocamente outorgados Gabim Antonio e sua mulher Dona Magdalena Fernese, proprietários; e como segundo outorgante e reciprocamente outorgado Luiz Zanellato, todos italianos, domiciliados neste município de Jaú, sendo o último lavrador; os presentes conhecidos pelos próprios do mesmo tabelião, de mim quarto escrevente e das testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, do que damos fé. E, perante as testemunhas, nos foi dito por ambas as partes contratantes, que ratificam com a presente escritura, o contrato de parceria agrícola entre si celebrado, sob as cláusulas seguintes: Primeira: os outorgantes proprietários entregam aos parceiros quatorze mil cafeeiros, sendo seis mil formados e oito mil novos, todos no sítio de sua propriedade, sito na fazenda “Água Comprida” da antiga comunhão da fazenda “Ave Maria”, situado nesta freguezia, município e comarca de jaú; entrega também uma casa de morada, pastos e mangueiro para porcos, fechados a arame e a pau a pique. Esse sítio acha-se completamente livre de ônus ou hipoteca de qualquer natureza; confronta com Bellino Begosso, Pedro Begosso, Jacob Begosso, Santo Cuiffa e outros. Segunda: O segundo outorgante Luiz Zanellato tratará e secará seus furtos sob as condições seguintes: a) os cafeeiros serão conservados sempre no limpo, sendo feitas nas ocasiões próprias as podas, desbrotas e replantas, todo o esterco que for produzido dentro do sítio será distribuído na lavoura; as colheitas serão cuidadosamente feitas e a secagem do café efetuada com o máximo cuidado; b) o tratamento dos cafeeiros e todos os serviços de colheita e secagem do café correrão exclusivamente por conta do segundo outorgante Luiz Zanellato, sem qualquer pagamento por parte dos proprietários Gabim Antonio e sua mulher; c) o segundo outorgante entregará aos primeiros, em cada safra, a metade do produto da colheita do café. Terceira: Ambas as partes contratantes se obrigam por si e por seus sucessores a respeitar e fazer firme o presente contrato até a data de sua extinção. Quarta: os primeiros outorgantes, caso resolvam vender o sítio em que estão plantados os cafeeiros deste contrato, ficam obrigados a fazer respeitar pelo comprador ou compradores o presente contrato enquanto ele estiver vigorando, sob pena de responderem pela multa adiante estipulada e ficando o segundo outorgante ainda com direito a retirada de suas plantações ou colheita dos cereais que tiver plantado. Quinta: Este contrato entrará em vigor no dia cinco de novembro próximo futuro e terminará no dia cinco de novembro de mil novecentos e vinte e sete, mas, si nessa época a colheita não estiver concluída e a esparramação de cisco não estiver acabada os proprietários não dificultarão esses serviços. Os segundos outorgantes, porém, empregarão na colheita pessoal suficiente para que a mesma não seja retardada. Sexta: O outorgante parceiro Luiz Zanellato poderá fazer plantações nas seguintes condições: nos seis mil cafeeiros formados, duas carreiras de feijão, uma de amendoim, e uma de batatinha, durante os quatro anos; nos oito mil cafeeiros novos: nos dois primeiros anos, duas carreiras de milho e duas de mamona, e nos dois últimos anos, uma carreira de milho, duas de feijão e duas de mamona. Os proprietários fornecerão ao segundo outorgante, fora do cafezal, um alqueire de terras para o mesmo plantar cereais. Os cereais que o segundo outorgante plantar lhe pertencerão exclusivamente. Sétima: Ambos os contratantes poderão criar porcos nos pastos cercados d epau a pique. Oitava: as cercas serão cuidadosamente conservadas por ambas as partes, assim como a limpeza dos grandes pastos e de um rego de água que serão também feitas por ambas as partes. Nona: os proprietários serão obrigados a construir na casa de moradia do segundo outorgante um puxado dividido em dois compartimentos; e o segundo outorgante fica obrigado à conservação da referida casa e demais benfeitorias de que se utilizar. Décima: Todos os serviços do segundo outorgante serão fiscalizados pelos primeiros ou por seus prepostos. Undécima: O segundo outorgante fica obrigado a se portar convenientemente no imóvel, respeitando sempre as ordens dos proprietários, quando justas. Décima segunda: Se durante a vigência deste contrato houver geada que occasiona a morte ou aniquilamento completo do cafezal, o segundo outorgante fica com o direito de fazer plantação no meio de todo o cafezal, de cereais, enquanto não for restaurado o cafezal, cereais que ficarão pertencendo ao mesmo segundo outorgante. Décima terceira: sempre que o cafezal exija ser arado, se comprometem os outorgantes proprietários a fornecer ao parceiro trabalhador o respectivo instrumento e um burro arreado. Décima

quarta: o café será repartido no terreiro, depois da secagem, e a parte dos outorgantes proprietários ser-lhes-á entregue na tulla. Décima quinta: Este contrato de parceria não poderá ser rescindido por nenhuma das partes contratantes, e deverá ser fielmente cumprido por ambos, ficando sujeita à multa de oito contos de réis, ou seja, dois contos de réis por cada ano ou fração de ano que faltar para completar o prazo de duração da parceria ora estabelecida incorrendo nesta indenização estabelecida aquela das partes que violar no todo ou em qualquer das suas cláusulas; no caso de violação, este contrato ficará imediatamente rescindido e em consequência, todos os cereais que o parceiro trabalhador tiver por colher pertencerão aos proprietários, embora seja a violação de sua parte. Décima sexta: Para os efeitos de direito, as partes contratantes dão à presente parceria o valor de vinte contos de réis, em quanto calculam a renda dos quatro anos de sua duração. Por ambas as partes contratantes, nos foi dito que aceitavam esta escritura em todos os seus termos. Apresentaram a distribuição desta, com data de hoje. E de como assim disseram damos fé; e nos pediram, fazendo-o a rogo dos primeiros outorgantes Gabim Antonio e Magdalena Fernese que declararam não saber escrever Pedro Zanellatto e a rogo do parceiro trabalhador Luiz Zanellatto pelo mesmo motivo João Schefer, maior com as testemunhas nossas conhecidas, presentes a tudo João Camillo de Siqueira e André Martins de Quadros. Eu Hermenegildo Pinto Guimarães, 4º Escrevente, escrevi. Eu, Caetano Pereira, tabelião que a subscrevi e assino.

Jaú, 21 de outubro de 1923.

- VII -

**Região Alta Araraquarense:
São José do Rio Preto e Catanduva**

Estamos na fronteira. Tudo é novo. O prolongamento da estrada de ferro além de Araraquara nomeia a vasta região que dali se estende até o Rio Grande e a oeste atinge os atuais municípios de Votuporanga, Fernandópolis e Jales⁴⁶². Em 1910 inaugura-se a Estação da Araraquarense em Vila Adolfo, atual Catanduva, e em 1912 os trilhos⁴⁶³ chegaram a Rio Preto (atual São José do Rio Preto), viabilizando a inserção desta vasta área na economia mundial via comércio de exportação de café. A região também era tributária das estradas de ferro Douradense (que alcançava Novo Horizonte) e Paulista, sendo a porção meridional desta região já era explorada pela cafeicultura desde o final do XIX. Municípios como Brotas (1859), Boa Esperança (1898) e o pujante centro cafeeiro de Jaú

⁴⁶² Segundo a pesquisa de José Francisco de Camargo, realizada em 1952 a partir dos dados dos censos de 1905, 1920, 1934 e 1940, compunham a região Alta Araraquarense (a 6ª Região) os municípios de Monte Alto (1895), Pirangi (1935), Ariranha (1918), Tabapuã (1919), Jaú (1866), Barra Bonita (1912), Itapuí (1913), Bariri (1890), Boa Esperança (1898), Brotas (1859), Torrinha (1922), **Rio Preto** (1894), Cedral (1929), Mirassol (1924), Monte Aprazível (1924), Tanabi (1924), Nova Granada (1925), Potirendaba (1935), Uchoa (1925), José Bonifácio (1926), Ibirá (1921), Palestina (1936), Paulo de Faria (1938), Dourado (1897), Dois Córregos (1874), Mineiros (1898), Pederneiras (1891), Ibitinga (1890), Tabatinga (1925), Matão (1898), Santa Adélia (1916), Pindorama (1935), Ribeirão Bonito (1890), **Catanduva** (1917), Bocaina (1891), Taquaritinga (1892), Fernando Prestes (1935), Itápolis (1891), Borborema (1925), Novo Horizonte (1916), Itajobi (1918) e Mundo Novo (1928). Cf: José Francisco de CAMARGO. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 1981, p. 39-40. Vol. I. Cabe lembrar que em nossa pesquisa, subdividimos este imenso território em região da Alta Araraquarense, referindo-se aos municípios fundados efetivamente nas áreas de expansão da Estrada de Ferro Araraquarense e região Douradense, referindo-se aos municípios tributários da Estrada de Ferro do Dourado e da Paulista, aqui representados por Jaú e Novo Horizonte.

⁴⁶³ “Em 1895, a estrada de ferro Araraquarense começou a ser construída a noroeste de Araraquara. No ano seguinte teve início um prolongado período de preços baixos para o café, e a obra progrediu em etapas irregulares. O primeiro trem só alcançou o objetivo, São José do Rio Preto, em 1912. Rio Preto fora uma boca de sertão por muitos anos, e algum café crescera ao longo das terras altas entre os rios Tietê e Turvo, mas a zona da Alta Araraquarense ainda era em grande parte território virgem antes da construção da ferrovia. Por volta do fim do século, a estrada de ferro Douradense encetou a construção de uma rede secundária, que se estendia na direção oeste a partir de São Carlos, para servir a parte ocidental desta zona.” Cf: Thomas H. HOLLOWAY. *Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo 1866-1934*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984, p. 41. Rio Preto perdeu como ponto final desta linha até 1931, quando a Interventoria do estado autorizou o prolongamento até Mirassol. Somente oito anos mais tarde, pelo decreto n. 10.104 de 05/04/39, foi autorizada a extensão até o Porto Presidente Vargas, na divisa com o então estado do Mato Grosso. Cf: Henry Marcelo Martins da SILVA. *O imigrante na urbanização cafeeira de São José do Rio Preto (1912-1940)*. Franca: FHDSS/UNESP, 2002, p. 31. Dissertação de Mestrado.

(1866), como vimos no capítulo referente à Região Douradense, há um certo tempo já estavam inseridos no complexo cafeeiro. Estes municípios ao lado de Taquaritinga, Bariri, Bocaina e Dois Córregos foram prósperas regiões cafeeicultoras na virada do século. O município de Jaú, já em 1905, possuía 22.749.494 cafeeiros, com uma produção aproximada de 1,5 milhões de arrobas, entretanto, a maior parte da Alta Araraquarense foi desbravada nas décadas de 1910 e 1920, sendo os municípios de Rio Preto e Catanduva representativos desta segunda onda de desenvolvimento da cafeeicultura nesta região.

Mapa 1 – Região Alta Araraquarense



Fonte: elaboração própria

O vertiginoso crescimento populacional desta região impressiona. Em 1886 possuía apenas três municípios com uma população total de 33.151 habitantes, número que entre este ano e 1900 multiplica-se por quatro. “De 1900 a 1920 a população regional novamente mais do que se quadruplicou, com 148.400 habitantes em 1900, possuía 879.532 em 1934, número ao qual se acresce 7,3% em 1940, residindo ali 13% da população paulista, a segunda região mais populosa do estado depois da zona da capital⁴⁶⁴”. Rio Preto é a síntese do espetáculo demográfico verificado nesta região nas primeiras décadas do século XX. Em 1900 o município contava com 3.221 habitantes, número que cresceu para 126.796 em 1920. Entre 1920 e 1934, a sua população, aumentada de 149,5%, espalhar-se-á pelos

⁴⁶⁴ José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.*, p. 92-3. Vol. I.

novos municípios de Cedral, Mirassol, Monte Aprazível, Tanabi, Nova Granada, Potirendaba, Uchoa, José Bonifácio e Ibirá. Em 1940, com a criação dos municípios de Palestina e Paulo de Faria, a população deste bloco colossal alcançara 388.166 habitantes. Catanduva também sofrera um acelerado processo de povoamento. Criado em 1917, tinha o município, em 1920, pouco mais de 16.000 habitantes, população que aumenta 154,7% até 1940 ultrapassando a casa dos 40.000 habitantes. A região da Alta Araraquarense apresenta a maior população dentre as regiões por nós pesquisadas, subindo de 500.000 habitantes para quase um milhão entre 1917 e 1937, intervalo de nossas preocupações. Entre 1900 e 1940 795.432 indivíduos passaram a residir na região. As regiões de mais antiga ocupação (Central, Mogiana e Paulista) demonstraram, neste período, certa estabilidade em termos de crescimento populacional, ao passo que nas regiões de fronteira á época, a Alta Araraquarense, a Noroeste e a Alta Sorocabana (sobretudo nas regiões a oeste de Botucatu) percebe-se uma arrancada demográfica sem paralelo paulista naquele momento⁴⁶⁵.

O grosso da população regional residia na zona rural sendo a atividade econômica predominantemente agrícola. Sendo a Alta Araraquarense em sua grande parte uma zona “nova”, assumia aí grande importância a contribuição dos imigrantes e dos trabalhadores nacionais: 174.014 dirigiram-se à região entre 1900 e 1940, 13,15% do total do estado de São Paulo. Certamente a cafeicultura fora o grande promotor destes deslocamentos populacionais já que a área cultivada aumentou de 47.862,75 alqueires em 1905 para 240.398,75 em 1940. Nos municípios novos o aumento da área cultivada fora ainda mais notável; em Rio Preto o número de alqueires cultivados subiu de 172,5 em 1905 para 14.943,2 em 1940, em Catanduva de 1.463,6 em 1920 para 13.304,91 em 1940. O café parece ter ocupado a maior parcela da área cultivada já que a produção desta vasta zona aumentou consideravelmente, subindo de 739.000 arrobas em 1920 para 3.600.000 em 1940.

Nos municípios mais antigos da região, como vimos em outro capítulo, tal tendência ascendente não se verificou. Em Jaú, por exemplo, a área cultivada girava em torno de onze mil alqueires em 1905 mantendo-se a mesma área para o ano de 1940⁴⁶⁶. Mesmo sendo a Alta Araraquarense uma região “híbrida”, no sentido de que congregava municípios

⁴⁶⁵ José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.*, p. 09. Vol. II e III.

⁴⁶⁶ José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.*, p. 116. Vol. II e III.

“antigos” e “novos”, e justamente por isso adotamos, neste caso, um outro critério de divisão regional, o que percebemos de uma forma preponderante é que a fronteira agrícola ainda não havia alcançado boa parte desta zona na década de vinte, e por isso, em nosso estudo, consideramos a Alta Araraquarense como uma região de fronteira naquele período. Aliás, em se tratando de evolução populacional e agrícola naquela região, devemos considerar que municípios como Votuporanga (1937), Fernandópolis (1944) e Jales (1941) nem constavam nos censos utilizados por Camargo, denotando que parte da região ainda se situava na crista da fronteira (agrícola e/ou pastoril) mesmo em épocas posteriores à periodização por nós estabelecida.

Evidentemente nem todos os imigrantes e brasileiros que se deslocaram para a fronteira da Alta Araraquarense empregaram-se no trabalho agrícola. Henry Silva discute justamente a inserção dos estrangeiros, prioritariamente os italianos, espanhóis (o maior contingente em 1920) e árabes (sírio-libaneses) nas ocupações urbanas em São José do Rio Preto demonstrando que exerciam variadas atividades na cidade tais como comércio, indústria e “profissão”, referindo-se a alfaiates, padeiros, carpinteiros, etc. Evidentemente a “cosmopolita” Rio Preto beneficiava-se da condição de “boca de sertão”, congregando e organizando um comércio de amplo raio que dali se estendia às paragens de Mato Grosso, Goiás e Triângulo Mineiro e na cidade encontrava os trilhos da Estrada de Ferro Araraquarense tomando o rumo dos grandes centros consumidores⁴⁶⁷. São José do Rio Preto passou a exercer a função de capital regional, cuja primeira função é ser o nó de comunicação e posteriormente centro comercial, drenando a produção de sua área de influência e se colocando na posição de mercado de abastecimento para os municípios e regiões à sua órbita. Soma-se a esta posição as atividades financeiras, administrativas, hospitalares, religiosas e educacionais, concentradas nas maiores cidades.

Segundo Thomas Holloway a Alta Araraquarense, na cronologia do café, é uma região intermediária entre as velhas áreas de fronteira da Mogiana e da Paulista e as zonas mais novas, a oeste. A pesquisa que realizamos nos cartórios de São José do Rio Preto e Catanduva evidencia justamente tal processo. Conforme já demonstramos⁴⁶⁸ parece ter existido um movimento de apropriação da terra e posterior formação das lavouras de café

⁴⁶⁷ Henry Marcelo Martins da SILVA. *Op. Cit.*, capítulo III.

⁴⁶⁸ Ver Capítulo sobre a Região Mogiana.

que partiu da região Mogiana em direção à Alta Araraquarense, movimento este capitaneado por Ribeirão Preto como se depreende dos contratos lavrados por João, Carlos e Arthur Ferreira Penteado nas fazendas Buenos Aires e Sant'Anna, sediadas em Catanduva. As escrituras que envolviam esta família (onze) foram lavradas em cartórios de Ribeirão e Catanduva entre 1918 e 1924, momento de formação de novas lavouras na região, o que nos leva a inferir que os cafeicultores da Mogiana foram também responsáveis pela “abertura” desta zona.

Valdir Geraldo Ferreira também nos trás um exemplo elucidativo desta inferência sobre a possibilidade de homens da Mogiana adquirirem títulos de propriedade nas zonas do oeste. Em 1921 o Padre Alonso Ferreira de Carvalho, “fabiheiro da Matriz”, residente em Franca, comprou oitocentos alqueires no Vale do Aguapehy, então freguesia de Penápolis. A fazenda compunha-se de terras de cultura em mata virgem. Adquiriu também a fazenda Mandaguary, de 200 alqueires, localizada na comarca de Araçatuba, de terras arenosas e propícias para o plantio de café⁴⁶⁹.

Evidentemente para uma maior validade da afirmação de que parte da “colonização” das zonas Noroeste e Alta Araraquarense partira da Mogiana e da Paulista (estendendo o argumento) seria necessário um aguçado exame de escrituras de compra e venda registradas nos cartórios das zonas de fronteira, entretanto, os exemplos da família Ferreira Penteado, de Ribeirão Preto, do Padre Alonso, de Franca, e mesmo de Francisco Schmidt, o rei do café de Ribeirão Preto, que possuía fazendas de café em Pirajuí⁴⁷⁰, indicam que este movimento com certeza fora significativo.

Já no intervalo de tempo posterior ao ano de 1924, o que se percebe é a existência de cafeicultores da própria região da Alta Araraquarense lavrando escrituras de formação de lavouras de café em municípios como Lins, Araçatuba e Penápolis, denotando que dali partira um dos fluxos de colonização dos sertões da Noroeste. Em junho de 1925 o Dr. Fernando Gomes contratou o empreiteiro Fulgêncio Leão para formar cem mil cafeeiros,

⁴⁶⁹ Valdir Geraldo FERREIRA. *Homens do Crédito: O Fabiheiro da Igreja e acumulação em Franca (1880-1929)*. Franca: FHDSS/UNESP, 2005. Dissertação de Mestrado, p. 146-48. A Fábrica da Igreja foi uma instituição que surgiu no contexto da separação entre Igreja e Estado, com o advento da República, e tinha como objetivo salvaguardar os interesses pecuniários da Igreja e regularizar o patrimônio eclesiástico. Sobre a propriedade adquirida na comarca de Penápolis cabe lembrar, como evidenciou Ferreira, que o Padre perdeu as glebas compradas, pois o título de propriedade de quem as vendeu, Manuel Bento da Cruz, era falso.

⁴⁷⁰ SÃO PAULO. *O Café: estatística de produção e comércio*. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1919, p. 127.

num prazo de quatro anos, na fazenda Baguaçu, sediada em Araçatuba. O empreiteiro receberia 1\$600 por cada cova formada de acordo com as exigências do contratante, além de uma gratificação de 10:000\$000 (se o serviço fosse executado a contento) e de toda a produção dos cafeeiros nos últimos dois anos⁴⁷¹. Em Catanduva o espanhol Antônio Vasquez Carrion contratou Deocleciano Lopes e Manuel da Silva para formar 150.000 cafeeiros na fazenda “Pasquerê”, sediada no município de Penápolis. Nesta escritura, lavrada em 1928, os empreiteiros receberiam 0\$500 por cada cova formada, além de 300\$000 por cada alqueire “derrubado”, referindo-se à extinção da mata local⁴⁷². No mesmo ano Carrion também contratou os empreiteiros Benedicto Narciso e José Ferraz Negrão para formar vinte mil cafeeiros na fazenda “Pasquerê”, sediada, esta, em Lins, serviço pelo qual receberiam 0\$450 por cova formada e os mesmos 300\$000 pelo alqueire derrubado⁴⁷³.

A partir destas escrituras de empreitada podemos inferir que no intervalo de nossa periodização, circunscrito entre os anos de 1917 e 1937, a região da Alta Araraquense fora palco de lavouras formadas por fazendeiros oriundos da região Mogiana e muito provavelmente da Paulista e que da Alta Araraquense partiram muitos dos cafeicultores que formaram cafezais nos novíssimos municípios da Noroeste. Na itinerante trajetória do café a Alta Araraquense assumiu, como afirmou Holloway, uma posição intermediária sendo esta condição apreendida a partir da observação das áreas geográficas envolvidas nos contratos. Esta região talvez seja, nesta pesquisa, a única região que oferece ao observador a possibilidade de percepção de duas situações distintas: a de fronteira nos anos iniciais de nossa periodização e a de “ponta de lança” rumo à região Noroeste na segunda metade da década de vinte.

*

⁴⁷¹ Livro de Notas n. 96, folha 31. 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto. 05/06/1925.

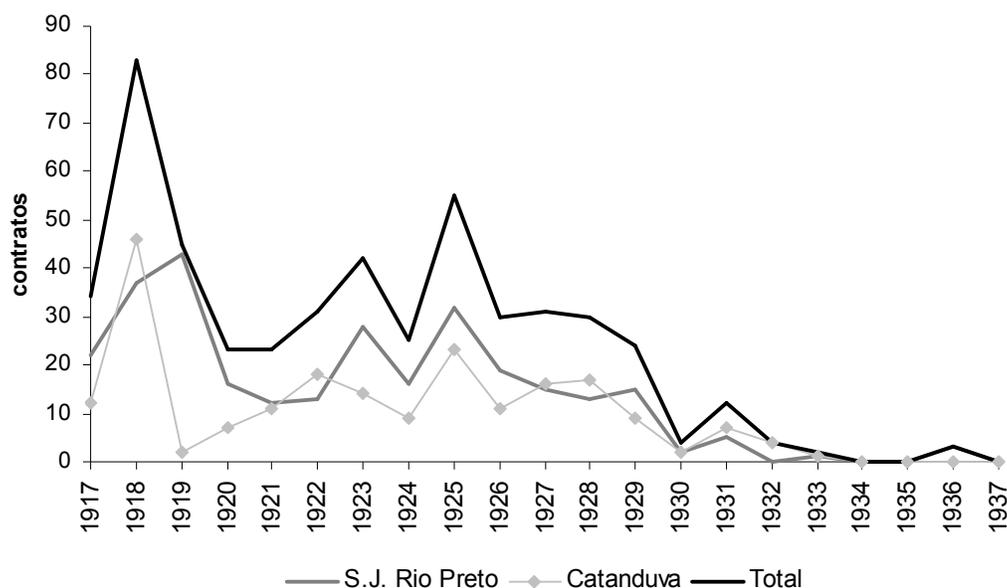
⁴⁷² Livro de Notas n. 26, folha 181. 2º Ofício Civil de Catanduva. 13/04/1928.

⁴⁷³ Livro de Notas n. 27, folha 164. 2º Ofício Civil de Catanduva. 26/03/1928. Não podemos afirmar com certeza se estas escrituras tratavam de uma mesma propriedade localizada em municípios diferentes. Caso fosse uma mesma unidade a fazenda “Pasquerê” situar-se-ia, hoje, ou no município de Avanhandava, ou Guaiçara ou Promissão, cidades posteriormente fundadas entre Penápolis e Lins.

Em São José do Rio Preto pesquisamos cento e trinta Livros de Notas no Cartório do 2º Ofício Civil⁴⁷⁴ e encontramos 292 escrituras envolvendo formação e/ou trato de café. Em Catanduva pesquisamos noventa e seis Livros de Notas no cartório do 2º Ofício Civil⁴⁷⁵ e encontramos 209 escrituras envolvendo formação e/ou trato de café. O gráfico abaixo demonstra a evolução anual das escrituras entre 1917 e 1937:

Gráfico 1

Contratos de Café.
Região Alta Araraquarense 1917-1937



Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto e Catanduva

No intervalo de nossas preocupações a região Alta Araraquarense destacou-se pelo número de contratos lavrados, destaque este que poderia ser maior caso tivéssemos encontrado os livros de notas do ano de 1919 em Catanduva, que infelizmente não se encontravam no 2º Ofício Civil desta cidade. Feita esta ressalva existe uma grande sincronia entre a curva de contratos dos dois municípios que constituem a amostra desta região, conforme se depreende do gráfico acima. A curva de contratos da Alta

⁴⁷⁴ Gostaria de agradecer à colaboração do Tabelião Luiz Arão Mansor e do funcionário Aparecido Antônio de Castilho Zaniboni, que autorizaram a consulta aos Livros de Notas do 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto.

⁴⁷⁵ Gostaria de agradecer à colaboração do Tabelião Vanderlei Carlos Facchin e dos funcionários Luís Carlos Colombo, Edison Ribeiro da Silva Jr., Carlos Roberto Trazzi e Rodrigo Aparecido Marchesin que autorizaram a consulta aos Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Catanduva.

Araraquarense é um espelho fiel da conjuntura econômica do período, com a rápida retomada da formação de lavouras após o desfecho da primeira grande guerra, uma queda em 1921, em virtude da recessão americana, retomada a partir de 1925 e queda abrupta a partir de 1930, quando os efeitos da crise já eram sentidos entre os cafeicultores. Deste momento em diante percebe-se que a formação de novas lavouras na região não foi retomada.

Nos anos iniciais do intervalo o gráfico evidencia a movimentação da fronteira e são duas as causas desta movimentação: a curva ascendente dos preços no pós-guerra e a curva descendente dos rendimentos das regiões mais antigas. Entretanto, como assinala Monbeig, “as terras virgens, as dos espigões de Olímpia, da Alta Araraquarense, da Noroeste e da Alta Sorocabana, estavam longe de equiparar-se à terra roxa deixada para trás em Ribeirão Preto, Jaú e São Manuel. O aumento dos cafezais na região de Barretos-Olimpia correspondeu a uma baixa de 20% nos rendimentos, enquanto na Alta Sorocabana e na Noroeste a quebra foi de 10%⁴⁷⁶”. A não ser em fazendas particularmente bem dirigidas, jamais os rendimentos atingiram os das primeiras plantações nas terras roxas. Excetuada a sua introdução no norte do estado do Paraná, o café penetrava na década de vinte em uma zona menos propícia e a marcha pioneira se deparou com condições podológicas cada vez mais desfavoráveis.

Com exceção dos derrames basálticos (as manchas de terra roxa), o planalto ocidental paulista é composto, em sua maior parte, pelos solos de arenito⁴⁷⁷: o Bauru e o Botucatu, este o mais impróprio à cafeicultura, formando cinturões improdutivos. O arenito Bauru se divide em inferior (que aparece na parte baixa das encostas e dos vales) e superior (recorrente em manchas estreitas e de comprimento variável no alto dos espigões). Por suas qualidades físicas e químicas (presença de calcário, fósforo e magnésio, sendo o pH médio de 6,4, contra 4,3 no inferior) o Bauru superior é, entre os solos dos planaltos ocidentais, o que, depois da terra roxa legítima, oferece as melhores condições à agricultura. Dentre as novas regiões colonizadas a Alta Araraquarense apresentava as florestas mais medíocres,

⁴⁷⁶ Pierre MONBEIG. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. Op. Cit.*, p. 192.

⁴⁷⁷ “Turbilhões de areia levantados pelo vento, estradas em que os caminhões encalham durante a estação seca, ravinações nas encostas arenosas, são visões mais freqüentes do que os belos coloridos da terra roxa sob um por do sol. A franja pioneira é o domínio da areia, de tal forma que, nas ruas sem iluminação das pequenas cidades poder-se-ia facilmente crer que se está numa praia”. Cf: Pierre MONBEIG. *Fazendeiros e pioneiros de São Paulo. Op. Cit.*, p. 79.

não por acaso um município foi denominado Catanduva, palavra que designa uma formação mais baixa do que a mata propriamente dita, onde os cipós e as parasitas são mais raros, e que não possui as espécies lenhosas e sublenhosas dos campos cerrados. As árvores na Alta Araraquarense dificilmente alcançavam mais de vinte metros de altura e os testemunhos vegetais de maus solos eram mais recorrentes ali do que ao sul do Tietê, como o faveiro, o ipê e o angico, este sempre indicando uma terra mal provida em água.

Os solos da Alta Araraquarense, sobretudo os localizados mais ao norte como Catanduva, Rio Preto e circunvizinhanças, apresentavam uma produtividade que nunca se destacara no cenário paulista, entretanto, a fronteira para lá caminhava, sobretudo no imediato pós-guerra, quando explode o número de contratos para formação de novas lavouras. Entretanto, algo precedia o plantio dos cafezais, eram as empreitadas de derrubadas, onde, por alguns meses, os fazendeiros contratavam trabalhadores que com seus machados e queimadas abriam clareiras na floresta virgem, como podemos observar na escritura que se segue, lavrada em Catanduva:

*“Ao primeiro dia do mês de maio de mil novecentos e dezoito, do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, nesta cidade e município de Catanduva, comarca de Rio Preto, no cartório e perante mim que compareceram como locador Naoqui Namura e como locatários Antônio Calixto Tanajura e Benedicto Pedro dos Santos, maiores, empreiteiros, residentes nesta comarca, reconhecidos de mim pelos próprios bem como das testemunhas adiante nomeadas e assignadas, perante as quais, pelo locador foi dito que, por escritura pública de dezesseis de **março** do corrente ano, tem convencionado com o senhor (Ilegível) Ferreira Penteado, a plantação e formação de trezentos e cinqüenta a quatrocentos mil cafeeiros na fazenda Itajuby, de sua propriedade, no município e comarca de Itápolis e que tem convencionados com os locatários a **derrubada de cinqüenta alqueires de mata**, na dita fazenda, para satisfação dessa empreitada, mediante as cláusulas seguintes: A) os locatários se comprometem a derrubar cinqüenta alqueires de mata na dita fazenda, no lugar que lhes será oportunamente determinado; B) Não poderão os locadores deixar nessa derrubada em pé pau algum que meça mais de oito palmos de altura; C) o preço combinado é de **cento e trinta mil réis por alqueire**, pagáveis: em sete do corrente mês, um conto de réis (1:000\$000): em vinte e oito de junho mais um conto de réis (1:000\$000): em vinte e oito de julho mais um conto de réis (1:000\$000) e o restante no final da empreitada; D) Si não houver na ocasião de serem feitos os pagamentos serviços que os remunerere, não será obrigado o locador a faze-los; E) fica salvo aos locatários o direito de entregarem o serviço terminado antes do prazo estipulado, vencendo-se neste caso este contrato na ocasião da entrega e sendo o locador obrigado a efetuar todo o pagamento que haja por fazer até o final; F) os locatários se obrigam a fazeros aceros de trinta palmos para evitar fogos de outras matas: G) Este contracto entra em vigor hoje e os locatários **se obrigam a fazer a derrubada até quinze de agosto do corrente ano**; H) Si entre os contratantes no decurso deste contrato surgir alguma dúvida que não possa ser resolvida pelas cláusulas desta escritura, será ela submetida a arbitragem de duas pessoas idôneas, nomeadas pelas partes; I) Fica convencionada a recíproca multa de dois contos e quinhentos mil réis (2:500\$000) que será paga pela parte que infringir qualquer das cláusulas retro e mais o adicional de vinte por cento em caso de intervenção judicial; J) Além dos, digo, judicial. Em seguida pelos locatários me foi dito que aceitava esta escritura em todos os seus termos. De como assim o disseram e reciprocamente assumiram*

seus compromissos, lhes lavrei esta escritura, que lida acharam conforme, aceitaram e assinaram, com as testemunhas Camilo Ramalho e Alípio Camargo, maiores, presentes, dou fê: Eu Renato Bueno Netto, tabelião interino por lei a escrevi”.

A primeira fase do desbravamento consiste em cortar as lianas, as árvores pequenas, numa espécie de limpeza que dava aos lenhadores o lugar necessário para abater as árvores maiores. Em seguida eram abatidas as árvores grandes, o que se denominava derrubada. É durante a estação seca que começa a derrubada, seguida pela roçada, isto é, a derrubada de árvores e a limpeza de cipós e arbustos. Quando os restos amontoados no solo, formando “coivaras”, estão suficientemente secos, num período de duas a três semanas, só resta tocar fogo. No final da estação seca, a fumaça das queimadas turvava a atmosfera. Em cada derrubada o fogo extingue-se lentamente durante alguns dias e acaba apagando. Não resta senão plantar nas cinzas ainda quentes, entre os tocos e troncos que acabaram de queimar e os que vão apodrecendo no chão. Raramente as madeiras eram aproveitadas (peroba, ipê, jacarandá, canela, faveiro, angico e muitos outros), senão nos casos onde a facilidade nos transportes permitisse o deslocamento. Os documentos que narram a derrubada de florestas no interior paulista constituem importante testemunho do caráter extensivo da cafeicultura naquele período, aliás, como veremos adiante, as próprias relações de trabalho dependem desta forma de crescimento.

Na escritura acima citada o japonês Naoqui Namura, empreiteiro da família Ferreira Penteadado, contratou dois brasileiros para derrubar cinquenta alqueires de floresta em Itápolis. Muito provavelmente eles iriam formar levadas de trabalhadores volantes (camaradas) para realizar a derrubada e posteriormente seus serviços seriam descartados, testemunhando o caráter errante deste tipo de mão-de-obra⁴⁷⁸. Poderíamos pensar também na possibilidade de agenciamento de caipiras para o serviço de “derrubada”, contudo, os registros literários existentes não nos permitem validar a hipótese de que estes posseiros errantes, que viviam pelo inóspito sertão em condições de aguda pobreza material, tenham se submetido à tão árdua tarefa⁴⁷⁹.

⁴⁷⁸ Sobre a segmentação do mercado de trabalho e da mão de obra em São Paulo ver Chiara VANGELISTA. *Os braços da lavoura. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, Instituto de Cultura Ítalo-Brasileiro, 1991.

⁴⁷⁹ Sobre os caipiras em São Paulo ver Antônio CÂNDIDO. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001. Em especial o capítulo cinco: “O caipira e sua cultura”, onde o autor destaca a “desnecessidade do trabalho num universo relativamente fechado e homogêneo de uma cultura rústica em território vasto”. Outra referência

Após os três meses da derrubada os camaradas saem de cena e chegam à fronteira os exércitos de colonos italianos, espanhóis e japoneses, cuja função é a formação e/ou o trato de lavoura de café que no solo ainda quente começam a semear. Naoqui Namura, provavelmente uma pessoa especializada em formar fazendas, agenciando japoneses recém chegados ao Brasil, em nome da família Ferreira Penteadado novamente recruta os trabalhadores para formar os cafeeiros:

*“Escritura de contrato para formatura de café. Aos primeiro dia do mês de julho de mil novecentos e dezoito, nesta cidade, distrito e municipio de Catanduva, comarca de Rio Preto, em cartório e perante mim compareceram como locatário Namura Naoqui e como lavradores Maeda Faigi, Heamaguti Yasukana, Myada Naohati, Tazaqui Iakushi, Najamura Itiró, Shirakawa Garó, Fuditá Iacuemonu, Guediy Teizi, Murayama Itizi, Katura Kamaku, Okamoto Yomozo, Miy Yosaburo, Kamomata Hinzi, Yuada Suematu, Iokoodi Katuziro, Kimura Duikiti, Morita Harosigue, Erosito Masaitiro, Forigani Tokusaburo, Simomura Itiró, Yamamoto Aquematu, Ito Yuakiti, Eseki Ytosaburo, Sato Kamami e Mudo Toku, maiores, lavradores, domiciliados nesta comarca, reconhecidos de mim pelos próprios, bem como das testemunhas adiante nomeadas e assinadas perante as quais pelo locatário me foi dito que, por escritura pública lavrada em São Paulo, em dezesseis de março do corrente ano, contratou com o senhor (Ilegível) Ferreira Penteadado o plantio e formatura de trezentos e cinqüenta a quatrocentos mil cafeeiros, na fazenda da Cubatão de propriedade deste e, que para satisfação dessa empreitada, contratou com os lavradores o plantio e formatura de **duzentos e cinqüenta e sete mil e quinhentos cafeeiros**, mediante as cláusulas seguintes: a) o locatário entrega aos locadores **terreno queimado** para o plantio desses cafeeiros indicando aos locadores o local dessas terras e lhes entregando: b) o locatário fará o alinhamento das colônias e cafezal em local que o mesmo locatário designar: c) o mesmo locatário fornecerá as sementes necessárias para o plantio dos cafeeiros à medida que forem solicitadas pelos empreiteiros: d) o locatário obrigar-se-á a fazer os carros de transporte da estação de Pindorama ao local da fazenda, para a mudança dos locadores e o material necessário à construção da fazenda: e) **os cereais e os frutos dos cafezais durante a vigência deste contracto pertencerão aos empreiteiros locadores, os quais deverão fazer as devidas apanhas com os cuidados costumeiros da lavoura**: f) os locadores farão à sua própria custa o plantio dos cafeeiros, plantaço essa que terá dezessete palmos uma cova da outra e as dimensões seguintes: cada cova terá quarenta centímetros de comprimento, vinte e cinco centímetros de largura e trinta centímetros de profundidade, devendo ser coberta com seis, oito, ou mais paus, devidamente partidos e com travesseiros: g) os carregadores terão trinta e quatro palmos de largura e serão feito de acordo com o mapa fornecido pelo proprietário, sendo que os tocos de madeira serão aparados rente a terra e movida toda madeira devendo ficar bem desembaraçado o trânsito: h) **é facultado aos locadores o plantio de cereais no terreno do cafezal, nas seguintes proporções: primeiro e segundo ano: duas carreiras de milho e quatro de feijão, ou em vez desses cereais quatro carreiras de arroz em cada rua: terceiro ano e quarto: uma carreira de milho e duas de feijão, ou duas de arroz em cada rua**: i) os locadores ficam obrigados a conservar a sua empreitada sempre no limpo, nunca deixando mato amadurecer, pois, o caso de atrasar ou fazer as carpas, prejudicando assim o desenvolvimento dos cafeeiros, o proprietário mandará carpir esses cafezais, **correndo as despesas por custa dos locadores**, que as pagará a dinheiro imediatamente, ou em cereais da colheita do ano, sob pena do vencimento do presente contrato, com todas as suas combinações, bem como a extinguir convenientemente os formigueiros e quaisquer outras pragas que surjam: j) os locadores são obrigados a fazer no mínimo três replantas*

com mudas por ano, bem como a conservar devidamente limpas as covas dos cafeeiros, sendo que caso não faça, o proprietário poderá mandar fazê-lo de acordo com a cláusula i: k) os caminhos para a estação da estrada de ferro e dos cafezais para a colônia serão conservados pelos locadores, sob pena que fica estipulada nas cláusulas l e j: l) o locatário por si ou por seu preposto, fica com o direito de fiscalizar o serviço dos locadores, bem como a fazer com que **sejam observados a ordem moral** na mesma propriedade agrícola: m) os locadores não poderão ter menos de um trabalhador de idade de quinze anos para cima, para cada dois mil e quinhentos cafeeiros: n) os locadores se obrigam também, ao fiscalizar este contrato, a entregar estes cafezais devidamente limpos, o cisco esparramado e todo o serviço em conveniente ordem: o) se durante a vigência deste contrato o cafezal for atingido por geada, por chuvas de pedras, ou por incêndio em nada ficarão alteradas as obrigações dos locadores, que terão que cumpri-lo como está estabelecido: p) os locadores terão a seu cargo pés de café nas seguintes proporções: ao primeiro sete mil pés, ao segundo sete mil, ao terceiro trinta e cinco mil, ao quarto vinte e cinco mil, ao quinto dez mil, ao sexto quinze mil, ao sétimo dez mil, ao oitavo dezesseis mil, ao nono dez mil, ao décimo seis mil, ao décimo primeiro sete mil e quinhentos, ao décimo segundo cinco mil, ao décimo terceiro cinco mil, ao décimo quarto dez mil, ao décimo quinto dez mil, ao décimo sexto seis mil, ao décimo sétimo sete mil, ao décimo oitavo nove mil, décimo nono nove mil e quinhentos, ao vigésimo dez mil, ao vigésimo primeiro sete mil e quinhentos, ao vigésimo segundo quatro mil, ao vigésimo terceiro cinco mil, ao vigésimo segundo quatro mil, ao vigésimo terceiro cinco mil, ao vigésimo quarto onze mil e ao vigésimo quinto dez mil: q) se os locadores abandonarem a empreitada terão que pagar mil e duzentos réis por cada cafeeiro de sua, digo, cafeeiro que tratar, a título de indenização, e mais vinte por cento em caso de intervenção judicial: r) se qualquer dos contratantes não cumprir qualquer das cláusulas deste contrato, incorrerá na multa de seiscentos réis por cada cafeeiro, sem prejuízo do que se estipulou na cláusula antecedente: s) **qualquer benfeitoria que façam os locadores na fazenda, pertencerá na finalização do contrato ao proprietário**, que por isso não terá de fazer indenização de espécie alguma, não dando, pois, direito de retenção aos empreiteiros: t) este contrato vigorará pelo **prazo de seis anos** a contar desta data, e a terminar em trinta de outubro de mil novecentos e vinte e quatro u) **o locatário fornecerá o pasto necessário para os animais dos locadores** e estes se obrigam às construções necessárias para a sua habitação. Em seguida, em presença das mesmas testemunhas pelos locadores me foi dito que aceitaram esta escritura em todos os seus termos. De como assim o disseram e outorgaram lhes lavrei esta escritura, que lida acharam conforme, aceitaram e assinaram com as testemunhas Cornélio Ramalho e Alípio Camargo, fazendo a rogo dos primeiro, segundo, sétimo, oitavo, décimo segundo, décimo quinto, décimo sexto, vigésimo, vigésimo primeiro e vigésimo segundo locadores por serem analfabetos, o senhor Basílio Nimo, todos maiores, presentes, dou fé. Eu Renato Bueno Netto, interino tabelião por lei a escrevi. Em tempo: **do quarto ano em diante o locatário fornecerá aos locadores um alqueire de terra para cada dez mil cafeeiros que tratarem, para o plantio de cereais, e se houver tempo aos locadores dará estas terras deste o primeiro ano**⁴⁸⁰”.

Após a queimada iniciava-se a formação das lavouras. No caso da escritura acima transcrita se tratava do agenciamento de um grupo composto por vinte e cinco famílias de japoneses, uns maiores e outros menores, como se depreende ao observar a “cláusula p”, onde a quantidade de cafeeiros assumidos por grupo familiar varia de quatro a trinta e cinco mil cafeeiros. Uma coisa chama a atenção nesta escritura: em nenhum momento se estabelecem remunerações em dinheiro. A não ser nas cláusulas referentes a multas e

⁴⁸⁰ Livro de Notas n. 4 (Vila Adolpho). Fls. 61. 2º Ofício Civil de Catanduva. 01/07/1918.

punições o dinheiro parece simplesmente não existir, o que significa que a remuneração dos colonos consistia somente na utilização retroativa da terra para as culturas intercafeeiras (arroz, milho e feijão), na produção cafeeira durante os seis anos de contrato e no cultivo de cereais, que os trabalhadores plantariam nos terrenos extras fornecidos nos dois últimos anos, na proporção de um alqueire de terras para cada dez mil pés de café contratados. Além disso, poderiam auferir algum ganho da criação de animais uma vez que a escritura permitia a criação, notadamente porcos e vacas leiteiras, que, ao ultrapassarem as necessidades da subsistência, poderiam gerar alguma renda ao vender-se banha, toucinho, leite e carne aos armazéns.

Por outro lado, caberiam aos trabalhadores todas as tarefas necessárias para a formação dos cafezais tais como arar, covar, proteger as covas com achas de madeira, espalhar o cisco, manter os carregadores limpos, etc., bem como todas as despesas proporcionadas pelas lavouras como adubação, aquisição de mudas ou sementes para replanta, necessidade de trabalhadores extras nas épocas de colheita, construção de cercas e transporte da produção. Caso estas tarefas não fossem cumpridas a contento Naoqui Namura, empreiteiro que advogava os interesses da família Ferreira Penteado, se reservava o direito de contratar o pessoal para tais atividades correndo as despesas por conta dos contratados, como se observa na “cláusula i”, pagando-se o serviço em dinheiro ou em cereais.

Evidentemente, por ser tratar de uma escritura estabelecida posteriormente à derrubada de uma floresta, não existiam ali benfeitorias necessárias ao trabalho tais como casa de morada, terreiro, tulha, cercas dividindo as plantações e os pastos, estradas de circulação e carregadores. Conforme se verifica na “cláusula s” todas as benfeitorias construídas pelos contratados pertenceriam automaticamente ao proprietário no fim do contrato, ou seja, toda a estrutura física da fazenda seria construída pelos trabalhadores, desonerando o proprietário destas despesas. Nestes termos, fica bem clara a intenção do fazendeiro ao lavrar este tipo de escritura: reduzir ao máximo possível os gastos em dinheiro necessários para a formação dos cafezais. Ao final de seis anos de contrato a fazenda Cubatão, localizada em Pindorama, teria, só com esta escritura, duzentos e cinqüenta e sete mil cafeeiros formados, certa estrutura montada (pastos, cercas,

carreadores, estradas) com um mínimo de gastos em dinheiro efetivados, nem com a mão-de-obra nem com a construção das benfeitorias.

Outro exemplo da redução dos gastos monetários para a formação da fazenda é o contrato lavrado em São José do Rio Preto, em 1925, entre o fazendeiro Francisco Ferreira do Nascimento e o empreiteiro Paulo de Oliveira. Nesta escritura Oliveira se comprometia a formar 50.000 cafeeiros durante oito anos, sendo sua remuneração composta por toda a produção de café deste período e por toda a produção de alimentos. Além de formar os cafeeiros cabia ao empreiteiro construir todas as benfeitorias necessárias à fazenda tais como casa para morada, casa para futuros colonos, engenho de cana, plantar os pastos de capim jaraguá, etc⁴⁸¹. Ao final do contrato Francisco Ferreira do Nascimento teria uma fazenda montada e uma lavoura de café em plena produção, sem gastar um só centavo para tal. O que sustentava este tipo de relação contratual? O monopólio da terra, muito provavelmente adquirida de maneira escusa pela ação de grileiros, ou, talvez, pelo simples estabelecimento da posse por meio da violência e do poder. Cabe salientar que segundo o primeiro artigo do contrato de trabalho da Agência Oficial de Colocação, impresso nas cadernetas dos colonos, os fazendeiros se comprometeriam a fornecer aos colonos as casas de morada e não a onerá-los com a construção da mesma⁴⁸².

Contratos deste tipo compõem a maioria das escrituras pesquisadas em Catanduva: de um total de 209 contratos, 107 são de empreitada para formação de cafezais, destes, apenas nove envolvem dinheiro, geralmente um valor fixo estabelecido por cada cova formada, que variava entre 0\$400 e 0\$600. Nas outras 97 escrituras de empreitada, no campo “valor por pé (cova) formado” lia-se a expressão “quesito não monetarizado”. No mesmo município pesquisamos ainda 76 contratos de parceria. Geralmente, nestes contratos, a lavoura já estava formada, e cabia aos parceiros cerca de metade da safra anual de café, mantendo-se ainda a possibilidade do cultivo intercafeeiro (reduzido em função da pouca disponibilidade de espaço) e da utilização de pastos para a criação de animais. Existia ainda uma espécie de contrato que mesclava “parcerias e empreitadas”, que

⁴⁸¹ Livro de Notas n. 91, fls. 108. 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto. 16/03/1925.

⁴⁸² Ver capítulo sobre a região Central. Agência Oficial de Colocação. Contrato. Artigo 1º: “Será fornecido gratuitamente ao colono, pelo proprietário da fazenda, meios de transporte para si, sua família e bagagens da estação próxima à fazenda, casa de moradia, pasto para um ou mais animais, segundo o número de pés de café que o mesmo tratar, e terreno para a plantação de mantimentos, em quantidade relativa com o mesmo número de cafeeiros”. *In*: Caderneta de Colonos. Fazenda Pau d’Alho. Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Cx. 01, livros 01 a 20. Arquivos Históricos – Centro de Memória – UNICAMP.

denominamos contratos mistos, onde o contratado assumia uma lavoura com arbustos em diferentes estágios, alguns já formados e outros por formar. Na verdade, tratava-se de um expediente utilizado pelos fazendeiros para garantir o trato das lavouras já formadas, casando a contratação destes cafeeiros com a formação de novos. Neste caso, sobre os cafeeiros já em idade adulta, cabia ao trabalhador metade da produção, ao passo que nos cafeeiros por formar ele teria direito sobre toda a produção quando estes proporcionassem as primeiras colheitas. É o caso de José Gonçalves Ribeiro, que em 1925 contratou Luiz Biazon para formar e tratar de dezessete mil cafeeiros, na Fazenda “Córrego dos Coqueiros”, durante cinco anos. A remuneração do colono seria constituída por metade da produção dos dez mil cafeeiros já formados e por toda a produção dos sete mil cafeeiros por formar, além de autorizada a prática do cultivo de culturas intercafeeiras e um pasto para seis animais⁴⁸³. Em tese, os contratos mistos poderiam ser entendidos tanto como contratos de empreitadas (lavouras por formar), quanto como contratos de parcerias (lavouras já formadas), por isso optamos por criar esta categorização híbrida. Registramos também a existência de um arrendamento, totalizando as 209 escrituras pesquisadas em Catanduva. Destas escrituras, apenas 10% envolviam dinheiro como remuneração, sendo o acesso a terra a prática mais recorrente no que se refere à remuneração do trabalho rural neste município.

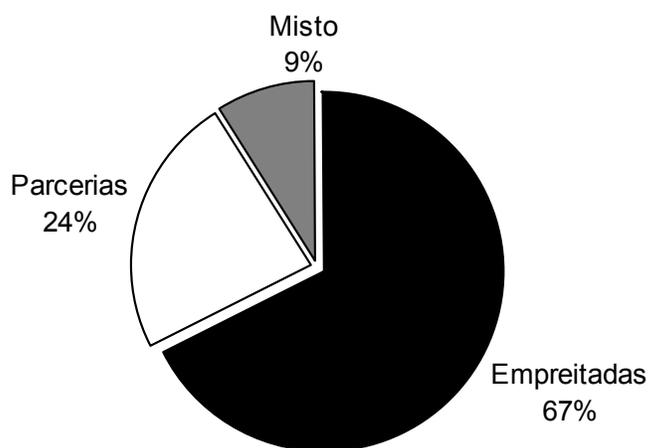
Em São José do Rio Preto as empreitadas para a formação de novas lavouras predominaram de uma forma notável. Das 294 escrituras pesquisadas no 2º Ofício Civil, 197 tratam de contratos para a formação de novas lavouras e destes apenas 28 envolvem valores monetários estabelecidos como remuneração para cada cova formada. Assim como em Catanduva predominam as escrituras de contrato que não envolvem dinheiro como remuneração, mas tão somente a utilização da terra e a produção cafeeira durante todo o tempo de contrato. A grande maioria destes contratos durava entre quatro e sete anos, dificilmente menos ou mais e a totalidade das safras de café neste período pertenceria ao trabalhador. Em contrapartida, o fazendeiro herdaria dali em diante um cafezal formado que praticamente não lhe onerou em nada, em termos monetários, evidentemente. Neste município encontramos também 69 contratos de parceria, onde os colonos assumiam cafeeiros já formados e 26 contratos mistos de parceria e empreitada, totalizando as 292

⁴⁸³ Livro de Notas n. 11, fls. 04. 2º Ofício Civil de Catanduva. 28/03/1925.

escrituras. Em raríssimas situações os trabalhadores que se comprometiam com contratos de “parceria e empreitada” recebiam dinheiro, entretanto, alguns foram registrados, como o exemplo de Miguel Veiga, Antônio Brambila, Guilherme Carbonez e João Brigatto, que em 1926 assinaram com o fazendeiro José Scaff a formação e trato de 37.596 cafeeiros mistos durante quatro anos. Receberiam 0\$450 por cova formada (9.807), além de toda a produção destes cafeeiros, e teriam direito à metade da colheita anual dos 27.789 já formados⁴⁸⁴. Exceção à regra, apenas 14,04% dos contratos de formação e/ou trato de café envolviam remuneração em dinheiro pelo trabalho, reiterando-se em Rio Preto a tendência verificada em Catanduva de fornecer o acesso a terra como forma predominante de remuneração.

Gráfico 2

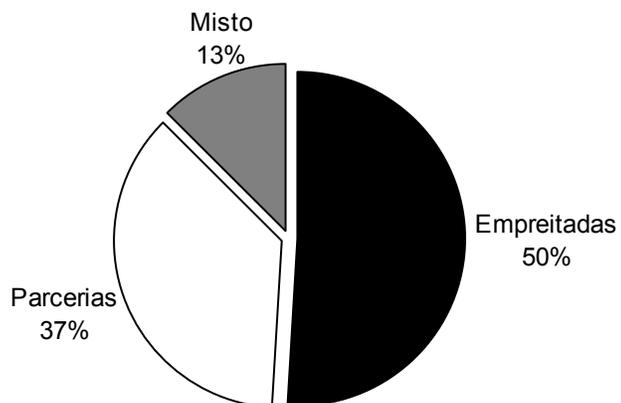
**Tipos de Contrato.
São José do Rio Preto 1917-1937**



*Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto
Gráfico 3*

⁴⁸⁴ Livro de Notas n. 100, fls. 92. 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto. 06/03/1926.

Tipos de Contrato.
Catanduva 1917-1937



Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Catanduva.

Tabela 1 – Evolução dos tipos de contrato em São José do Rio Preto

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO			
Ano	Empreitadas	Parcerias	Misto
1917	20	1	1
1918	25	5	7
1919	39	3	1
1920	10	2	4
1921	6	3	1
1922	12	1	0
1923	21	6	1
1924	7	9	1
1925	22	6	3
1926	12	5	2
1927	5	10	0
1928	8	5	0
1929	6	7	2
1930	1	0	1
1931	3	0	2
1932	0	0	0
1933	0	1	0
1934	0	0	0
1935	0	0	0
1936	0	5	0
1937	0	0	0

Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto

Tabela 2 – Evolução dos tipos de contrato em Catanduva

CATANDUVA			
Ano	Empreitadas	Parcerias	Parcerias e Empreitadas
1917	11	1	0
1918	34	6	6
1919	2	0	0
1920	6	1	0
1921	4	4	2
1922	17	1	0
1923	11	3	0
1924	4	3	2
1925	6	12	5
1926	3	7	1
1927	2	12	2
1928	5	12	0
1929	2	6	1
1930	0	2	0
1931	0	3	4
1932	0	3	1
1933	0	1	0
1934	0	0	0
1935	0	0	0
1936	0	0	0
1937	0	0	0

Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Catanduva

As tabelas um e dois apresentam a evolução dos tipos de contrato entre 1917 e 1937. Significativas são as conclusões que podemos auferir desta sistematização. Nos anos iniciais deste intervalo predominam de uma maneira esmagadora os contratos de empreitada, que, como vimos acima, estabelecem as cláusulas para a formação de novas lavouras. Justifica esta predominância o fato de entre 1917 e 1924-25 a Alta Araraquarense ser alcançada pela fronteira agrícola, logo, em sendo o primeiro “rush” cafeicultor da região evidentemente se trataria de contratos para a formação de novas lavouras. Aos poucos este ímpeto vai diminuindo e os contratos de parceria, mesmo que em menor medida, passam a dominar, transição que se verifica em 1925 em Catanduva e alternadamente em Rio Preto a partir de 1927.

Podemos inferir que nem todas as lavouras formadas em empreitadas foram posteriormente recontratadas em escrituras de parceria, a transição de uma a outra forma não me parece imediata. Parte das lavouras já formadas deve ter sido entregues a trabalhadores que foram agenciados de outras formas que não o registro em cartório, quem

sabe, talvez, os fazendeiros, proprietários de cafezais já formados, não entregaram suas lavouras a trabalhadores assalariados (colonos) que recebiam uma quantia fixa pelo trato, já que agora, não se tratava de um investimento em longo prazo, mas de um cafezal já formado que certamente lhe garantiria uma renda anual, suficientemente grande para cobrir, com sobras, os custos da remuneração pelos serviços de tratamento fixados em mil-réis. Podemos pensar que registros de trabalhadores em cadernetas, conforme as que pesquisamos na fazenda Pau d'Alho, em Campinas⁴⁸⁵, fossem também utilizados nas fazendas da Alta Araraquarense e que mediante estes registros fossem pagos salários fixos pelas diárias, pela carpa, “espalhamento do cisco” e “varreção”, e pela colheita de cada alqueire de cinquenta litros.

Outra possibilidade é que os cafeeiros formados fossem tocados “à meia”, mas que a relação de trabalho não fosse registrada em cartório, hipótese que devemos sempre considerar, pois acreditamos que as escrituras públicas não abarcavam o conjunto das relações de trabalho estabelecidas nas lavouras de café da Alta Araraquarense e das demais regiões. Muitos destes acordos, conforme expressão típica da região, eram feitos no “bigode”. De qualquer forma, a disposição temporal dos tipos de contratos estabelecidos revela que gradativamente a parceria vai se impondo à empreitada de formação, transição que se processa na medida em que uma região vai deixando de se situar na fronteira. Em Campinas, por exemplo, município que entre 1917 e 1937 já apresentava lavouras decadentes, as parcerias compõe 89,6% das escrituras de contratos de café, contra 24% em São José do Rio Preto e 37% em Catanduva, logo, pode-se pensar que, na medida em que os anos vão passando, a parceria torna-se dominante naquelas regiões onde outrora prevalecera a empreitada. Predomínio das Parcerias parece ser um testemunho, um dos primeiros sinais de que uma região ou município deixou de compor a franja pioneira.

As relações de trabalho expostas até aqui se diferenciam da relação de trabalho apontada por Thomas Holloway. Segundo o autor os salários em dinheiro vinham de três fontes diretas: o trato por cada mil pés, a colheita e os trabalhos ocasionais (fonte de receita muito menos importante). Os colonos recebiam também remunerações não monetárias como moradia e terrenos para o cultivo de alimentos. Em muitos casos, os cereais e animais proporcionavam uma importante fonte adicional de dinheiro. O autor possui uma visão

⁴⁸⁵ Ver capítulo sobre a Região Central.

positiva sobre as possibilidades dos trabalhadores rurais no contexto do colonato: “As vantagens que o contrato de colono idealmente oferecia ao trabalhador imigrante incluíam razoável segurança de uma receita anual mínima, a redução de despesas de manutenção por meio da moradia grátis e a quase auto-suficiência em produtos alimentícios, a perspectiva de acumular economias através de rendimentos monetários e poucas despesas em dinheiro e a possibilidade de maximizar a receita da família, pela utilização de todos os membros. A mesma combinação de vantagens potenciais não podia ser encontrada nem na parceria nem nos sistemas de trabalho de salário fixo⁴⁸⁶”.

Em geral, nos contratos que pesquisamos na Alta Araraquarense, não podemos considerar o estabelecimento de remunerações em dinheiro como uma realidade. Neste sentido, a remuneração não monetária pesava decisivamente nas contas dos trabalhadores, pois, basicamente, era a **única** forma de remuneração que lhes cabia. Como vimos acima somente 10% e 14,04% das escrituras lavradas em Catanduva e São José do Rio Preto, respectivamente, pagavam em dinheiro por cada cova formada, ou um valor fixo por cada grupo de mil cafeeiros. Por outro lado, na sua definição de colonato, Holloway não considera a participação do colono em parte da produção de café, e, como vimos, nos contratos de empreitada a totalidade dos frutos cabia aos colonos e nas parcerias cerca de metade das sacas pertenceriam aos trabalhadores. Podemos até considerar que deter participação nos resultados da colheita seja mais vantajoso ao parceiro do que receber salários fixos por tarefas pré-estabelecidas, entretanto, ao submeter-se a um contrato de parceria ou de empreitada, aumentava-se sobremaneira as incertezas para os trabalhadores. Na verdade, Holloway está descrevendo um tipo de relação de trabalho diferente das por nós pesquisadas em cartório. Captamos em nossa pesquisa informações referentes a contratos de empreitada e parceria, ao passo que este autor se voltou para as relações de colonato, justamente aquelas estabelecidas nas grandes fazendas posteriormente à formação das lavouras.

Comparemos então o quanto receberia um trabalhador sob regime de colonato e quanto receberia um parceiro na Alta Araraquarense em 1925. Holloway nos apresenta os salários dos colonos da fazenda Estrela do Oeste, sediada em São Simão, imaginemos que o

⁴⁸⁶ Thomas H. HOLLOWAY. *Op. Cit.*, p. 133.

colono cuide de 5.000 cafeeiros, recebendo 310\$000 pelo trato de cada mil pés⁴⁸⁷. Por conta deste salário o colono receberia 1:550\$000, somando-se a este valor a colheita de quinhentos alqueires de cinqüenta litros a 1\$000 o alqueire, 500\$000 para o bolso do colono. Além disso, digamos que o colono tivesse trabalhado trinta dias de serviços variados ao fazendeiro, recebendo 4\$000 pela diária, ou seja, 120\$000 ao final do ano. Somando-se estes valores o colono teria recebido, ao final do ano agrícola de 1925, **2:170\$000**. Já um trabalhador de Catanduva, que em regime de parceria cuidasse de 5.000 cafeeiros, teria direito a metade da produção, ou seja, aproximadamente 142 arrobas, o que lhe renderia, aos preços praticados em Ribeirão Preto, **6:022\$220**. A produtividade média naquele município para o ano de 1925-265 era de 56,79 arrobas por cada mil pés⁴⁸⁸ sendo a arroba comercializada em Ribeirão Preto a 42\$410 em 1925⁴⁸⁹.

A diferença de remuneração que constatamos a partir dos dados de Holloway e dos dados por nós pesquisados pode nos dar a impressão de que o regime de parceria era mais rentável ao trabalhador, entretanto, se considerarmos um ano de baixa produtividade, aliado a um cenário de preços baixos, a remuneração dos parceiros certamente cairia sensivelmente, como já verificamos no capítulo sobre a região Mogiana. O cálculo também desconsidera a possibilidade de os parceiros venderem a sua produção de café ao fazendeiro por um valor inferior ao praticado no mercado, o que poderia ocorrer caso estivessem amarrados por uma série de dívidas contraídas ao longo do período de contrato. Há que se considerar também que em grande parte das parcerias a metade da produção que cabia ao trabalhador era comercializada em coco, ou seja, com valor muito inferior aos registrados nas escrituras de compra e venda, onde as sacas transacionadas já haviam sido beneficiadas. Nestas condições, não seria um disparate pensar em valores muito menores pagos aos parceiros, a não ser que estes bancassem a secagem, o beneficiamento e o ensacamento das arrobas que lhes pertenciam. Também não se mensura aqui os gastos que o parceiro teria com a manutenção dos cafeeiros, que, conforme pesquisamos nos contratos, corriam todos por sua conta, de modo que uma comparação mais conclusiva fica

⁴⁸⁷Thomas H. HOLLOWAY. *Op. Cit.*, p. 129-30. O autor se baseia nos dados fornecidos pelo Departamento Estadual do Trabalho.

⁴⁸⁸ SÃO PAULO. *O café: estatística de produção e comércio*. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1929, p. 57.

⁴⁸⁹ Média anual construída a partir das escrituras de compra e venda de café, pesquisadas no 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto.

impossibilitada de ser feita. Contudo, me parece uma precipitação a afirmação de Holloway de que as vantagens potenciais do colonato não poderiam ser encontradas em outros tipos de relação de trabalho, tais como a parceria.

Nas duas simulações feitas acima desconsideramos a renda que poderia ser auferida pela venda dos excedentes de arroz, milho e feijão. Os trabalhadores rurais parecem ter sido muito atenciosos às cláusulas que definiam o cultivo intercafeeiro, tanto que nas escrituras delimitava-se em detalhes qual seria o espaço destinado às ruas de arroz, milho, e feijão de ano em ano. Evidentemente, na medida em que os cafeeiros iam crescendo diminuía-se o espaço para o cultivo das outras culturas, mas esta não é a única causa da retroatividade das culturas intercalares, era também necessário deixar, entre os cafeeiros, espaços livres para a realização da colheita. Holloway destaca que o colono preferia plantar seu milho e feijão entre as fileiras de pés de café do que manter uma lavoura de subsistência separada dos cafezais. “Se a lavoura fosse isolada, ele tinha que dividir seu tempo entre duas áreas. Só depois de o café estar capinado segundo o gosto do capataz é que o colono ficava livre para atender sua plantação particular, em tempo de folga. Uma alternativa corrente era a família dividir sua força de trabalho, o marido e os filhos maiores capinando basicamente o café, e a mulher e os menores cuidando da lavoura de subsistência. Em qualquer caso, a família poderia cuidar de um número menor de cafeeiros, tendo que se satisfazer com uma roça menor, o que não acontecia quando as duas atividades eram combinadas em uma área⁴⁹⁰”.

As cláusulas que estabeleciam as condições de acesso a terra sempre foram observadas como prioritárias pelos colonos⁴⁹¹, assim, deter extensões de terra tornava-se uma condição *sine quo non* para que o fazendeiro reunisse condições de atrair trabalhadores e garantir o pleno funcionamento do sistema de colonato. Na verdade, as próprias características das relações de trabalho estabelecidas no campo em São Paulo demandavam

⁴⁹⁰ Thomas H. HOLLOWAY. *Op. Cit.*, p. 134.

⁴⁹¹ Augusto Ramos destaca que o que era um fim para o fazendeiro, era um meio para o colono. “O objetivo do fazendeiro era manter seu suprimento de força de trabalho e produzir café, enquanto o interesse do colono repousava principalmente na colheita de alimentos. Ramos admitia que o trabalho no café, do ponto de vista do colono, simbolizava salário parco, dosado, discutido e às vezes incerto. O milho, por outro lado, simbolizava abundância e bem estar. Significava polenta, comida para as galinhas, abundância de ovos, porcos gordos, carne suína salgada e toucinho defumado. Da venda de seus produtos alimentícios excedentes ele comprava roupas, vinho e outras coisas necessárias. O café era dependência, subserviência, fonte de conflitos justificados mas desagradáveis, desconfiança e medidas disciplinares; o milho era liberdade de ação e autonomia econômica”. Cf: Augusto RAMOS. Questões Agrícolas. *Revista Agrícola de São Paulo*. São Paulo, n. 130, 1902, p. 26-8.

o deslocamento territorial. Em outros termos, o colonato, para sua viabilidade demandava a existência da fronteira, pois sem a incorporação de novas terras as relações de trabalho tornar-se-iam inviáveis, pois os fazendeiros não teriam mecanismos para reduzir os custos monetários do trabalho⁴⁹².

Na verdade, obrigados a cada vez mais ceder terrenos aos trabalhadores, os fazendeiros tinham a necessidade de aumentar suas lavouras de café, mesmo contra sua vontade e, às vezes, contra seus verdadeiros interesses, a fim de obstar a desorganização do trabalho em suas propriedades⁴⁹³. Neste sentido, pode-se inferir que a movimentação da fronteira era uma obrigatoriedade também imposta pelas relações de trabalho, o que equivale a dizer que a incorporação de novas terras ao cultivo de café não dependia unicamente do movimento internacional dos preços e das conjunturas favoráveis, como, por exemplo, a defesa permanente do preço da saca estabelecida em 1924, mas, também das próprias características internas de funcionamento das relações de trabalho estabelecidas na vida rural paulista, que demandava, para sua sobrevivência, o acesso a terra aos colonos, mesmo que em condições temporárias. Fronteiras e empreitadas testemunharam uma simbiose e estabeleceram uma mútua determinação: as relações de empreitada dependiam da incorporação de novas terras para a sua prática. Por sua vez, o movimento da fronteira ocorreu em São Paulo também em função da relação básica de produção: a empreitada.

A partir da observação do quadro abaixo colocado podemos ter uma melhor idéia das condições de acesso às lavouras de subsistência fornecidas aos trabalhadores em algumas regiões de São Paulo: Central (Campinas), Mogiana (Franca) e Alta Araraquarense (Catanduva). Em todos os casos tratava-se de contratos de seis anos de duração e permitia-se o plantio retroativo entre as fileiras do café. Os contratos de Franca e Catanduva eram de empreitada para a formação de novos cafeeiros, 20.000 e 257.000, respectivamente, e nos dois casos os trabalhadores ficariam com toda a produção de café sendo que em Franca os

⁴⁹² Holloway possui uma visão otimista sobre o colonato, se é que se comparar a condição de colono com a de escravo no Caribe por ser considerado algo favorável: “neste incidente da história da moderna economia mundial houve algum desafogo na exploração, degradação e coerção institucionalizadas que caracterizaram os sistemas de trabalho nas fazendas, em outras áreas. Comparado à escravidão negra dos primeiros tempos, ao trabalhador contratado no Caribe pós-abolição, ao peão acorrentado por dívidas no México ou Guatemala, ou ao semi-servo das montanhas andinas do Chile central, o colono do café de São Paulo tinha uma existência viável. Seu padrão de vida, sua relativa liberdade de ação e de oportunidades permitem uma comparação favorável com os trabalhadores de outros sistemas de grandes fazendas exportadoras, bem como com a mão-de-obra rural migrante, no São Paulo de hoje”. Thomas H. HOLLOWAY. *Op. Cit.*, p. 253

⁴⁹³ Thomas H. HOLLOWAY. *Op. Cit.*, p. 137.

empregados teriam direito também a metade da madeira extraída na “derrubada”. Já em Campinas tratava-se de um contrato misto, onde os trabalhadores envolvidos formariam 5.265 cafeeiros e tratariam de 53.235 já formados, cabendo-lhes toda a produção dos cafeeiros novos e metade da produção dos cafeeiros já formados.

Tabela 3 – Plantio Intercafeeiro em Franca, Campinas e Catanduva.

Contrato	Franca (1920)	Campinas (1923)	Catanduva (1918)
1º Ano	Plantio picado (sem alinhamento) de feijão, arroz, milho, batata e fumo em cada rua do cafezal; pasto de cinco alqueires.	Uma carreira de milho nas replantas de até dois anos, três carreiras de feijão entre as ruas do cafezal formado e duas carreiras de milho em cada rua do cafezal novo;	Duas carreiras de milho, quatro de feijão ou quatro carreiras de arroz em cada rua do cafezal; pasto para animais.
2º Ano	Duas carreiras de milho, quatro de feijão e arroz e uma de fumo e batatinha em cada rua do cafezal; pasto de cinco alqueires.	Uma carreira de milho nas replantas de até dois anos, três carreiras de feijão entre as ruas do cafezal formado e duas carreiras de milho em cada rua do cafezal novo;	Duas carreiras de milho, quatro de feijão ou quatro carreiras de arroz em cada rua do cafezal; pasto para animais.
3º Ano	Duas carreiras de milho, quatro de feijão e arroz e uma de fumo e batatinha em cada rua do cafezal; pasto de cinco alqueires.	Uma carreira de milho nas replantas de até dois anos, três carreiras de feijão entre as ruas do cafezal formado e duas carreiras de milho em cada rua do cafezal novo;	Uma carreira de milho, duas de feijão ou duas carreiras de arroz em cada rua do cafezal; pasto para animais.
4º Ano	Quatro carreiras de arroz, quatro de feijão ou uma de milho em cada rua do cafezal; pasto de cinco alqueires.	Uma carreira de milho e uma de feijão em cada rua do cafezal (novo ou velho);	Uma carreira de milho, duas de feijão ou duas carreiras de arroz em cada rua do cafezal; pasto para animais.
5º Ano	Quatro carreiras de arroz, quatro de feijão ou uma de milho em cada rua do cafezal; pasto de cinco alqueires.	Uma carreira de milho e uma de feijão em cada rua do cafezal (novo ou velho);	Um alqueire de terras para cultura por cada 10.000 cafeeiros contratados. Pasto para animais
6º Ano	Quatro carreiras de arroz, quatro de feijão ou uma de milho em cada rua do cafezal; pasto de cinco alqueires.	Uma carreira de milho e uma de feijão em cada rua do cafezal (novo ou velho).	Um alqueire de terras para cultura por cada 10.000 cafeeiros contratados. Pasto para animais

Fonte: Livro de Notas n. 167, folha 32. 1º Ofício Civil de Campinas 05/10/1923 e Livro de Notas n. 97, folha 12. 2º Ofício Civil de Franca. 20/03/1920. Livro de Notas n. 4 (Vila Adolpho). Fls. 61. 2º Ofício Civil de Catanduva. 01/07/1918.

Por um lado, as condições dos parceiros de Campinas seriam mais vantajosas, pois poderiam contar com a metade da produção de mais de cinquenta mil cafeeiros já formados. Contudo, como podemos acima observar, as suas condições de acesso às terras para o cultivo intercafeeiro seriam piores do que as condições encontradas em Franca e Catanduva. Estes dois municípios verificaram uma expansão da cafeicultura na década de vinte, Catanduva pelo recente desbravamento e Franca⁴⁹⁴ pela expansão das lavouras em direção aos municípios de São José da Bela Vista (oeste), Cristais Paulista (norte) e Claraval e Ibiraci, municípios mineiros situados a leste. Nas áreas de expansão parece ter existido uma maior facilidade de acesso a terra em virtude da maior disponibilidade. Tanto em Franca quanto em Catanduva os empreiteiros poderiam contar com pastos para seus animais sendo que em Catanduva, nos últimos dois anos de contrato, eles teriam direito à exploração de um alqueire de culturas por cada dez mil cafeeiros contratados. Myada Naohati, que acertou a formação de trinta e cinco mil cafeeiros nesta escritura de Catanduva, poderia dispor de três alqueires e meio durante dois anos, extensão que certamente lhe renderia algum excedente de arroz, milho, feijão, etc. Esta condição não se verificava em Campinas onde não se disponibilizavam pastos para os parceiros e os espaços entre as fileiras do café eram reduzidos por se tratar de uma lavoura em sua maior parte já formada. No quarto ano de contrato os trabalhadores de Campinas poderiam plantar uma carreira de milho e uma de feijão em cada rua do cafezal (novo ou velho) enquanto que os de Catanduva poderiam cultivar “cereais” em condições mais favoráveis: “uma carreira de milho, duas de feijão ou duas carreiras de arroz em cada rua do cafezal no quarto ano, além de pasto para animais”. Em Franca as condições eram ainda melhores no quarto ano de contrato: “quatro carreiras de arroz, quatro de feijão ou uma de milho em cada rua do cafezal, além de pasto de cinco alqueires”.

As zonas novas exerciam um efeito de atração sobre as regiões mais antigas não necessariamente porque pagavam os melhores salários em dinheiro, mas porque lá os trabalhadores encontrariam melhores condições de acesso a terra. Em 1927, pagava-se em

⁴⁹⁴ O município de Franca, assim como toda a Alta Mogiana, como vimos, conheceu o apogeu da cafeicultura na década de 1890, entretanto, na década de vinte, por conta da produção de grãos de melhores qualidades e da estrutura fundiária, as lavouras foram ampliadas, movimento que se diferencia do verificado em Ribeirão Preto, cidade da mesma região. Assim, os 188 contratos encontrados em Franca testemunham a evolução da cafeicultura no município em níveis que se comparam aos verificados nas fronteiras de expansão. Em Catanduva, por exemplo, encontramos 209 contratos, apenas vinte e um a mais do que Franca.

Campinas 800\$000 pelo trato de cada mil pés⁴⁹⁵, em São José do Rio Preto poderia se pagar o mesmo valor pelo mesmo serviço, ou talvez menos, como os irmãos Jorge e João Concílio, que receberam 700\$000 pelo trato de cada mil cafeeiros no mesmo ano⁴⁹⁶. Nos dois casos trata-se de contratos de formação e os trabalhadores teriam direito ao plantio intercafeeiro e a toda a produção dos cafeeiros durante quatro anos. Onde residiriam, então, as diferenças de remuneração do trabalho entre uma zona nova e uma zona antiga?

Ora, em São José do Rio Preto os empreiteiros contariam com um pasto de um alqueire, sendo que em Campinas os trabalhadores não contariam com nenhum pasto. Naquele ano os cafeeiros de Campinas renderiam 33,35 arrobas por cada mil pés, e em São José do Rio Preto 51,82 arrobas por cada mil pés. Evidentemente, a produtividade dos cafeeiros não parece ser um indicador muito constante dada a grande variação que se verifica entre uma colheita e outra; entretanto, de uma forma geral, entre 1917 e 1937, a produtividade de São José do Rio Preto foi maior do que a de Campinas (ver abaixo gráfico número cinco), assim como a produtividade da Alta Araraquarense era maior do que a da região Central em seu conjunto.

Nos dois casos verificados a partir das escrituras de São José do Rio Preto e de Campinas pode se perceber que as condições de remuneração não eram muito discrepantes, a despeito de tratar de uma zona de fronteira e de uma zona decadente, desconsiderando-se, evidentemente, os diferenciais de produtividade expostos no gráfico abaixo posicionado. Corrobora tal assertiva a comparação dos dados pesquisados em um contrato lavrado em São José do Rio Preto, em 1929, com a remuneração registrada no mesmo ano nas cadernetas dos colonos da fazenda Pau d'Alho, sediada em Campinas: em São José do Rio Preto os trabalhadores receberiam 2\$000 pela colheita de cada alqueire de cinquenta litros, em Campinas 1\$500; em São José do Rio Preto pagava-se 5\$000 pelo “jornal” (uma espécie de diária paga por serviços ocasionais) em Campinas 4\$500; em São José do Rio Preto pagava-se 150\$000 pelo trato anual de cada mil cafeeiros enquanto em Campinas pagava-se 37\$000 pela carpa de cada mil cafeeiros⁴⁹⁷, sendo quatro carpas anuais, o que

⁴⁹⁵ Livro de Notas n. 179, fls. 120. 1º Ofício Civil de Campinas. 27/04/1927.

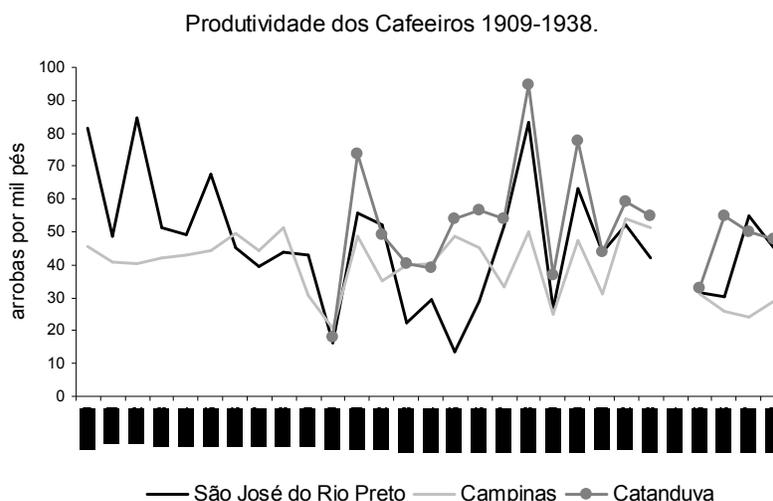
⁴⁹⁶ Livro de Notas n. 113, fls. 138. 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto. 24/09/1927.

⁴⁹⁷ Livro de Notas n. 128, fls. 28. 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto. 06/08/1929.

renderia ao colono 148\$000 no final do ano⁴⁹⁸. A diferença entre o que era pago nestes dois municípios era muito pequena, o que nos leva a inferir que não eram as cláusulas exclusivamente monetárias que atraíam os trabalhadores às novas regiões.

A questão do efeito de atração que a fronteira agrícola sempre exerceu sobre imigrantes e brasileiros explica-se muito mais pelo volume de oportunidades que lá existiam. Não devemos nos esquecer que em Campinas, entre 1917 e 1937, encontramos apenas vinte e nove contratos, dos quais em apenas três tinha-se a formação de novas lavouras. Já em São José do Rio Preto encontramos 292 escrituras e 197 tratavam da formação de novas lavouras; em Catanduva encontramos 209 escrituras, contra apenas 66 encontradas em Ribeirão Preto, 52 em São Carlos, 53 em Araraquara e quinze em Rio Claro, por exemplo. Em termos de produtividade, as condições não eram muito discrepantes entre a Alta Araraquarense e municípios mais antigos, tais como Campinas, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 4



Fonte: São Paulo. *O café: estatística de produção e comércio*. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1919, 1929 e 1937-38.

Nestes termos, valores monetários equivalentes e produtividade próxima, parece residir no **maior número** de oportunidades existente na fronteira a essência do efeito de atração exercido pelas terras novas e, mesmo sendo piores e menos férteis do que as terras roxas deixadas para trás, como se depreende do gráfico acima, ainda proporcionavam

⁴⁹⁸ Caderneta de Colonos. Fazenda Pau d'Alho. Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Cx. 01, livros 01 a 20. Arquivos Históricos – Centro de Memória – UNICAMP.

excelentes safras de arroz, milho e feijão por conta da considerável fertilidade das terras virgens do sertão. Neste período poucas lavouras estavam sendo formadas nas regiões mais antigas, na maioria dos casos se tratava de replantas em terrenos anteriormente já utilizados, ou seja, já desgastados, ou do aproveitamento de terras de pior qualidade que ainda não haviam sido utilizadas, mas que com certeza renderiam safras menores e de pior qualidade. Geralmente, estas lavouras se estabeleciam nas baixadas e nos vales, terrenos que conchecidamente não proporcionam bons frutos.

É justamente nas oportunidades fornecidas pela fronteira que Holloway identifica as vantagens do colonato sobre outras formas de agenciamento da mão-de-obra. Para o autor:

*“a continuada existência da fronteira e a abundância de terras foram cruciais para o sistema. Os fazendeiros não precisaram institucionalizar a coerção para manter baixos os salários em dinheiro e altos lucros. **O coração do sistema de colonato foi o pagamento parcial em usufruto de terras da fazenda.** Por todo o planalto, as roças de subsistência e as porções de pastagens do contrato de trabalho forneceram algum amortecimento para as flutuações na estrutura local de salários e preços, e foram o mecanismo que tornou possível a poupança para algumas famílias (...). Um sistema de incentivos concretos tornou-se necessário, e os elementos específicos do contrato de colono acabaram sendo possíveis. Dada a abundância de terra e a topografia característica do planalto, com elevados cumes para o café e fundos de vale para os cereais e pastagens, foi possível oferecer aos trabalhadores um conjunto de incentivos sem distribuição direta da receita do café, tirada dos fazendeiros. Um importante resultado foi que, usualmente, os colonos podiam alimentar-se e, às vezes, vender o excedente. Como parte do pagamento que recebiam por sua força de trabalho, eles ganharam acesso aos meios de produção, embora numa base parcial e temporária. Está é a chave para compreender a experiência dos trabalhadores imigrantes [ou não] das fazendas⁴⁹⁹”.*

Há que se notar que o sistema de trabalho estabelecido no interior paulista compelia todos os agentes da vida rural à fronteira. Aos fazendeiros era de suma importância adquirir novas terras para compensar a decadência das lavouras estabelecidas nas zonas antigas. Eles também precisavam reconstituir a sua condição de agenciar um maior número de trabalhadores, vale dizer, adquirir terras para contratar trabalhadores em regime de empreitada e parceria reduzindo-se assim os custos de formação de novas lavouras ou o custo do trato das lavouras já formadas. Como vimos no contrato acima transcrito, foi justamente o fato de deter a propriedade da terra que possibilitou à família Ferreira Penteado formar uma lavoura de mais de duzentos e cinquenta mil cafeeiros com custos monetários reduzidíssimos. Aos trabalhadores, imigrantes ou não, abria-se na fronteira um maior número de possibilidades de, mesmo que temporariamente, ter acesso a terra e a uma

⁴⁹⁹ Thomas H. HOLLOWAY. *Op. Cit.*, p. 255.

parcela da produção cafeeira, o que parece ter sido uma condição melhor do que a verificada pelos assalariados rurais das regiões antigas. Os trabalhadores volantes também eram dependentes do movimento da fronteira, pois lá se estabelecia a maioria das empreitadas de derrubada. O fato é que as relações de trabalho estabelecidas na cafeicultura paulista pressupunham a existência da fronteira, caso contrário todo o sistema se tornaria inviável.

Passemos agora a uma análise das formas de remuneração dos trabalhadores sob o regime de empreitada e de parceria, desconsiderando-se, evidentemente, a renda auferida por eles a partir do cultivo das culturas intercalares. Consideramos abaixo contratos com duração de cinco anos, situados entre 1924-25 e 1928-29, sobre dez mil cafeeiros. As remunerações dos trabalhadores foram calculadas anualmente em função da produtividade, medida em arrobas por mil pés pela Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo, e da curva de preços de Ribeirão Preto, construída a partir das médias anuais calculadas a partir das escrituras de “compra e venda de café”, registradas no cartório de 1º Ofício Civil daquele município. Certamente os valores que se seguem estão superestimados, pois não acreditamos que os fazendeiros compravam as sacas de seus subordinados pelo mesmo preço que as entregavam aos compradores. Como salientamos a algumas páginas, na grande maioria dos casos os trabalhadores vendiam sua parte da colheita de café em “coco”, ou seja, parcialmente secos, sem beneficiamento e sem nenhuma classificação uma vez que o “tipo” era estabelecido depois de separados e despulpados os grãos. Evidentemente, ao vender os grãos nesta condição, os valores pagos deveriam ser bem menores, talvez menos da metade do que se pagaria por uma saca já beneficiada, o que reduziria contundentemente a quantidade de mil-réis recebida por parceiros e empreiteiros. Corrobora esta assertiva o fato de que, em condições de endividamento, os trabalhadores penhoravam suas safras com os fazendeiros e/ou comerciantes locais, que, em contrapartida, lhes fornecia crédito. Cabe notar que, novamente, segundo o 3º artigo do contrato de trabalho da Agência Oficial de Colocação, era proibida a prática de adiantamentos, a não ser de valores “estritamente necessários à alimentação dos recém-chegados ou em caso de moléstia⁵⁰⁰”.

⁵⁰⁰ Caderneta de Colonos. Fazenda Pau d’Alho. Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Cx. 01, livros 01 a 20. Arquivos Históricos – Centro de Memória – UNICAMP.

Os trabalhadores não se endividavam somente pelo empréstimo de dinheiro, mas também pelo adiantamento de mercadorias, como foi o caso de Francisco Theodoro, que, ao ser contratado por José de Massi em 1936⁵⁰¹, recebeu um conto de réis em mercadorias. Posteriormente este valor seria abatido dos 60% da produção de café que lhe cabia uma vez que se tratava de uma parceria. Obviamente, os agentes que arbitravam estas transações concentravam um maior volume de café na ocasião das colheitas, resultando tal “circuito de financiamento” numa redução ainda mais drástica da renda dos parceiros e empreiteiros. Evidentemente, estas formas e possibilidades de redução da renda dos trabalhadores não eram explicitadas em contrato, aliás, na maioria dos casos, as escrituras salvaguardavam os interesses dos contratados outorgando-lhes o direito de vender livremente suas produções, desde que “não vendessem os cereais e os frutos do cafezal sem aviso prévio, sendo a fazenda preferida em caso de igualdade de preço⁵⁰²”.

Feitas estas ressalvas, abaixo seguem as projeções de renda dos trabalhadores em regime de Parceria e de Empreitada, ambas sobre dez mil cafeeiros, em São José do Rio Preto e Catanduva, entre 1925 e 1929. Nas Parcerias, que geralmente se estabelecem sobre lavouras já formadas, os trabalhadores possuiriam uma renda anual oriunda da venda da parcela da produção que lhes cabia. Esta renda era muito variável, sendo maior ou menor em função da produtividade dos cafeeiros num determinado ano e dos preços pagos pela arroba, também extremamente variáveis. Perceba que o valor recebido pelo parceiro de Catanduva chega a variar mais de 100% nos anos 1925-26 e 1928-29, já os valores recebidos pelo parceiro de São José do Rio Preto variou mais de 400% entre 1924-25 e 1927-28, de modo que é impossível destacar algum tipo de padronização em relação à remuneração dos parceiros. Por suposto, era um regime marcado pelas contingências, entretanto, as salvaguardas proporcionadas pelo acesso a terra tornava possível ao parceiro suportar até certo ponto um contexto de preços baixos. Nas simulações feitas abaixo o parceiro de Catanduva, sob as mesmas condições de trabalho e remuneração, teria recebido cerca de quinze contos de réis a mais do que o parceiro de São José do Rio Preto em função da maior produtividade catanduvense entre 1924-25 e 1928-29.

⁵⁰¹ Livro de Notas n. 161, fls. 78. 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto. 17/08/1936.

⁵⁰² Livro de Notas n. 25, fls. 151. 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto. 05/01/1918.

Tabela 4 - Rendimentos dos colonos em Regime de Parceria. São José do Rio Preto e Catanduva.

Regime de Parceria 1924-25 a 1928-29 – 10.000 cafeeiros					
Ano	S.J. Rio Preto (@ por mil pés)	Catanduva (@ por mil pés)	Arroba (Mil-réis)	Rendimentos do Parceiro S.J. Rio Preto	Rendimentos do Parceiro Catanduva
1924-25	13,49	53,86	42\$410	2:860\$554	11:421\$013
1925-26	29,00	56,79	27\$500	3:987\$500	7:808\$625
1926-27	51,82	54,04	23\$800	6:166\$580	6:430\$760
1927-28	83,18	94,93	28\$000	11:645\$200	13:290\$200
1928-29	26,86	36,78	29\$800	4:002\$140	5:480\$220
Total				28:661\$974	44:430\$820

Fonte: SÃO PAULO. *O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1929, p. 57, 160. Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Campinas 1917-1937.*

Sob regime de Empreitada nossas simulações apresentam resultados diferentes. Os empreiteiros não teriam nenhuma renda monetária nos três primeiros anos de contrato já que os cafeeiros ainda não teriam atingido sua idade produtiva. Em compensação, nos anos iniciais poderiam dispor de um amplo espaço entre as fileiras do cafezal para o cultivo de outras culturas, notadamente arroz, milho e feijão. No quarto ano de contrato os empreiteiros já poderiam contar com algum dinheiro, pois os cafeeiros já proporcionariam alguma colheita, reduzida, evidentemente, por se tratar da primeira colheita. Contudo, nesta simulação, consideramos a produtividade média das lavouras dos municípios, indicador que desconsidera a idade dos cafeeiros, pois era calculada a partir da divisão do número de cafeeiros pelo número de arrobas produzidas. Certamente, por se tratar de uma lavoura em formação, a produtividade de 1927-28 encontra-se aqui superestimada, o que significa que temos que observar com alguma ressalva os rendimentos dos empreiteiros neste ano agrícola.

Nos dois últimos anos caberia aos empreiteiros a totalidade da produção de café das lavouras contratadas. Somando-se os rendimentos destes anos o empreiteiro de São José do Rio Preto receberia **31:294\$68** e o empreiteiro de Catanduva **37:540\$840**, diferença que se explica, novamente, pela maior produtividade das lavouras deste município. Os valores em dinheiro recebidos pelos empreiteiros nesta simulação são menores do que os valores recebidos pelos parceiros, em Catanduva, e superiores em São José do Rio Preto, sendo consideravelmente superior na medida em que o empreiteiro disporia também de uma maior produção de alimentos, já que este poderia contar com maiores espaços para as culturas intercalares. Na simulação de Catanduva o parceiro teria uma remuneração maior

do que a do empreiteiro, beneficiando-se principalmente da notável produtividade de 1927-28 e dos preços altos nos dois primeiros anos de contrato. Mas neste caso também a diferença de aproximadamente sete contos de réis em favor do parceiro certamente seria superada pelos rendimentos do empreiteiro oriundos das lavouras de alimentos.

As simulações aqui realizadas denotam que o regime de parceria era mais suscetível às variações de preço e produtividade do que as empreitadas, relação contratual mais segura por garantir maiores salvaguardas aos trabalhadores por conta de lhes proporcionar um acesso a terra menos restrito. Nos casos aqui evidenciados percebe-se que a maior remuneração do parceiro de Catanduva em relação ao empreiteiro já não se repete no caso de São José do Rio Preto, onde a menor produtividade dos cafeeiros reduziu sobremaneira a renda monetária dos parceiros tornando-a menor do que a renda monetária do empreiteiro. Nestes termos, por contar com maior espaço para as culturas de alimentos, mesmo que os salários “em café” fossem melhores, os empreiteiros teriam maiores chances de acumular algum pecúlio, mesmo com a ressalva de que talvez não pudesse negociar livremente sua produção de alimentos, conforme salientamos acima.

Tabela 5 - Rendimentos dos colonos em Regime de Empreitada. São José do Rio Preto e Catanduva

<i>Regime de Empreitada 1924-25 a 1928-29- 10.000 cafeeiros</i>					
Ano	S.J. Rio Preto (@ por mil pés)	Catanduva (@ por mil pés)	Arroba (Mil-réis)	Rendimentos do Empreiteiro S.J. Rio Preto	Rendimentos do Empreiteiro Catanduva
1924-25	13,49	53,86	42\$410	-	-
1925-26	29,00	56,79	27\$500	-	-
1926-27	51,82	54,04	23\$800	-	-
1927-28	83,18	94,93	28\$000	23:290\$400	26:580\$400
1928-29	26,86	36,78	29\$800	8:004\$280	10:960\$440
Total				31:294\$680	37:540\$840

Fonte: SÃO PAULO. O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1929, p. 57, 160. Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Campinas 1917-1937.

Para efeito de comparação abaixo simulamos qual seria a rentabilidade dos trabalhadores, em regime de parceria e empreitada, nos municípios de Campinas e Ribeirão Preto, sendo as mesmas condições aplicadas acima válidas para estes casos. Novamente a remuneração em dinheiro dos parceiros é superior do que a dos empreiteiros e a diferença de valores registrada entre os dois municípios se devem aos diferenciais de produtividade entre os desgastados solos de Campinas e a sempre atrativa terra roxa de Ribeirão Preto,

que apesar de já esgotada pelos seguidos anos de exploração, ainda apresentavam um viável número de arrobas por mil pés.

Tabela 6 - Rendimentos dos colonos em Regime de Parceria. Campinas e Ribeirão Preto

<i>Regime de Parceria 1924-25 a 1928-29 - 10.000 cafeeiros</i>					
Ano	Campinas (@ por mil pés)	Ribeirão Preto (@ por mil pés)	Arroba (Mil-réis)	Rendimentos do Parceiro Campinas	Rendimentos do Parceiro Ribeirão Preto
1924-25	48,88	59,88	42\$410	10:365\$004	12:697\$554
1925-26	45,23	44,86	27\$500	6:219\$125	6:168\$250
1926-27	33,35	51,82	23\$800	3:968\$650	6:166\$580
1927-28	49,82	57,26	28\$000	6:974\$800	8:016\$400
1928-29	25,21	54,57	29\$800	37:56\$290	8:130\$930
Total				31:283\$869	41:179\$710

Fonte: SÃO PAULO. O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1929, p. 52, 157. Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Campinas 1917-1937.

Os rendimentos dos parceiros e empreiteiros destes municípios equiparavam-se aos dos trabalhadores da Alta Araraquarense, o que se deve prioritariamente aos índices de produtividade destes municípios, que, mesmo compondo a franja pioneira nunca alcançaram maior destaque no conjunto da cafeicultura. Este fato pode ser observado ao se comparar a produtividade de Ribeirão Preto com a de Catanduva; com exceção do ano de 1927-28 verificam-se quantidades semelhantes de arrobas produzidas por cada mil pés, derivando daí as poucas diferenças de remuneração entre parceiros e empreiteiros alocados nestes dois municípios.

Tabela 7 - Rendimentos dos colonos em Regime de Empreitada. Campinas e Ribeirão Preto

<i>Regime de Empreitada 1924-25 a 1928-29 - 10.000 cafeeiros.</i>					
Ano	Campinas (@ por mil pés)	Ribeirão Preto (@ por mil pés)	Arroba (Mil-réis)	Rendimentos do Empreiteiro Campinas	Rendimentos do Empreiteiro Ribeirão Preto
1924-25	48,88	59,88	40\$000	-	-
1925-26	45,23	44,86	48\$333	-	-
1926-27	33,35	51,82	26\$600	-	-
1927-28	49,82	57,26	27\$333	13:949\$600	16:032\$800
1928-29	25,21	54,57	33\$333	7:512\$580	16:261\$860
Total				21:462\$180	32:294\$660

Fonte: SÃO PAULO. O café: estatística de produção e comércio. Op. Cit., p. 52, 157. Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Campinas 1917-1937.

Tabela 8 – Síntese das simulações feitas em S.J. Rio Preto, Catanduva, Ribeirão Preto e Campinas

1925-1929 (10.000 cafeeiros)		
Município	Empreitada	Parceria
S.J. Rio Preto	31:294\$680	28:661\$974
Catanduva	37:540\$840	44:430\$820
Ribeirão Preto	32:294\$660	41:179\$710
Campinas	21:462\$180	31:283\$869

Fonte: derivado das tabela 4,5,6 e 7

Na tabela acima sintetizamos os resultados das simulações feitas, em condições de parceria e empreitada, entre 1925 e 1929, nos municípios da Alta Araraquarense, Ribeirão Preto e Campinas. Fica evidente nestas comparações que a produtividade de S.J. Rio Preto e Catanduva não eram superiores à de Ribeirão Preto, sendo que em função disso as remunerações dos trabalhadores se aproximavam, notadamente para os casos de Catanduva e Ribeirão Preto, comprovando, por um lado a excelência das terras da Alta Mogiana, que mesmo num contexto de esgotamento ainda apresentavam produtividade considerável, e a pobreza dos solos da Alta Araraquarense, que mesmo situada na fronteira agrícola à época, não apresentava índices de produtividade superiores.

Como vimos anteriormente contratos de empreitada, escrituras para a formação de novas lavouras, quase não foram registradas nos municípios de Campinas e Ribeirão Preto entre 1917 e 1937, como também nos municípios de São Carlos, Araraquara e Rio Claro, uma vez que se tratava de regiões antigas. É justamente aí que podemos fazer algumas inferências sobre as causas de os trabalhadores se dirigirem às lavouras da fronteira. Como vimos acima, apesar de a parceria, em alguns casos, oferecer uma renda em dinheiro maior do que a empreitada, e apesar de os salários monetários não se diferenciarem muito entre regiões novas e antigas, os trabalhadores parecem ter preferido o trabalho na formação de cafezais já que as condições para o cultivo de alimentos eram mais satisfatórias. Ao não se formar uma quantidade muito grande de novas lavouras de café nas regiões antigas as condições de atrair trabalhadores se deterioravam porque os espaços disponíveis à prática do cultivo intercalar não eram compatíveis com as suas expectativas. Novamente, o efeito de atração exercido pela fronteira se explica pelas possibilidades lá concentradas, decorrentes de um maior número de contratos de empreitada, o que significava para os trabalhadores maiores espaços para as culturas intercalares. Por conta disso, as melhores possibilidades disponíveis aos trabalhadores existiam na fronteira.

*

Com a crise de 1929 reduziram-se os contratos de empreitada para a formação de novos cafezais. Basicamente, tanto nas escrituras registradas em Catanduva quanto em São José do Rio Preto, sendo que a partir de 1930, verifica-se a predominância de contratos de parcerias sobre lavouras já formadas. Nestas escrituras, e mesmos nas poucas que estabeleciam o plantio de novas lavouras, os trabalhadores não eram remunerados com dinheiro, sendo o acesso a terra e parte da produção de café as únicas formas de pagamentos praticadas. O número de contratos lavrados diminuiu sensivelmente, apenas quatorze escrituras foram lavradas após a crise em Catanduva e treze em São José do Rio Preto, 6,8% e 4,4%, respectivamente, do número total de contratos pesquisados entre 1917 e 1937 nestes dois municípios.

Mais do que nunca os proprietários parecem ter se utilizado de mecanismos de produção que não pressupunham a existência do dinheiro como forma de pagamento dos salários, ou seja, o domínio que estabeleciam sobre a terra os permitia lavrar contratos com os trabalhadores mesmo em um contexto de drástica redução dos preços. Nestes termos, o sistema de trabalho estabelecido nas lavouras de café em São Paulo mostrava-se viável mesmo em um momento de crise, bastando, para se manter em funcionamento, que existisse uma fronteira agrícola em contínua expansão. No momento da crise esta expansão tomava os rumos da Noroeste e da Alta Paulista, nos arredores de Marília, o que significa dizer que o número de contratos reduziu-se drasticamente na Alta Araraquarense não só por conta da crise internacional e dos baixos preços, mas também porque na década de trinta a região deixara de se situar na “crista” da fronteira agrícola.

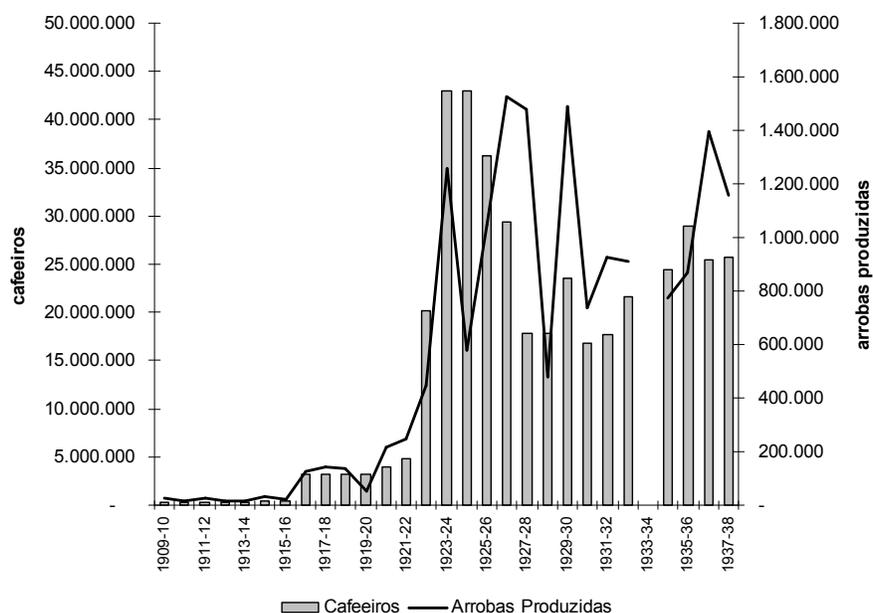
A Alta Araraquarense, no contexto da crise, alcançara o ápice da produção de café. São José do Rio Preto produziu cerca 1,6 milhões de arrobas na safra de 1929-30, Catanduva, cerca de 700.000 arrobas no mesmo ano e quase um milhão de sacas em 1935-36. Na década de 1930 os cafeeiros destes municípios atingiram a maturidade, o que talvez explique a drástica redução no volume anual de contratos lavrados expressa no gráfico número um.

O número de cafeeiros destes municípios ampliou-se no contexto da crise, justamente porque os pés plantados por volta de 1927 e 1928 atingiram a sua idade plenamente produtiva nos anos iniciais da década de trinta. Em São José do Rio Preto

existia mais de quarenta milhões de cafeeiros produtivos em 1923-24, número que se reduziu para cerca de vinte milhões de pés em 1927-28 após o desmembramento de Mirassol, Monte Aprazível e Tanabi em 1924, de Nova Grana e Uchôa em 1925, de José Bonifácio em 1926 e de Cedral em 1929. Em 1935-36 somente os cafeeiros produtivos do município, agora reduzido pelos desmembramentos, somavam cerca de trinta milhões de cafeeiros, demonstrando a magnitude da expansão da cafeicultura em São José do Rio Preto na segunda metade da década de vinte. Entre 1925-26 e 1935-36 o número de cafeeiros produtivos em Catanduva subiu de dez para cerca de vinte milhões, corroborando a tendência verificada em São José do Rio Preto, como podemos observar nos gráficos abaixo:

Gráfico 5

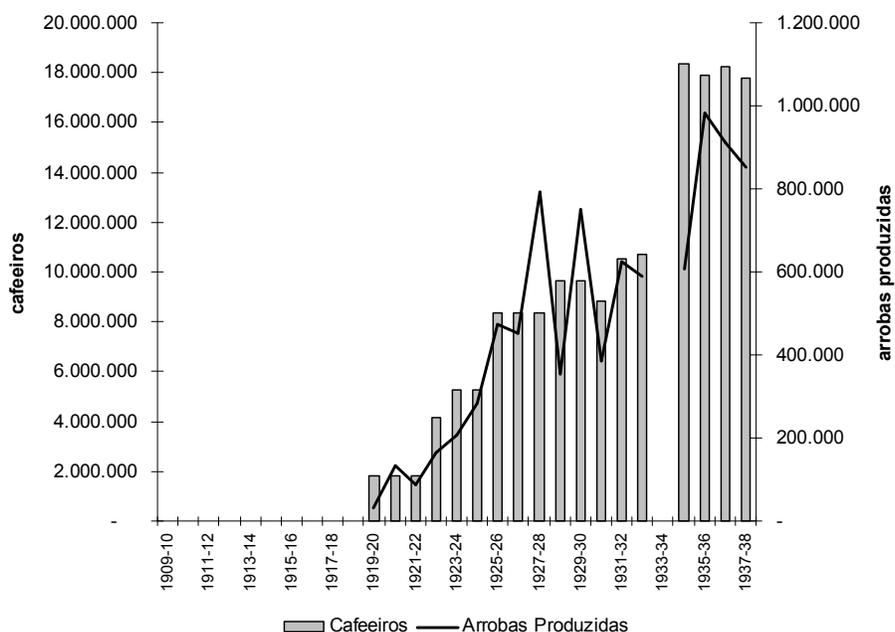
Nº de Cafeeiros/Arrobas Produzidas.
São José do Rio Preto 1909-1938



Fonte: SÃO PAULO. *O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1919, 1929 e 1937-38*

Gráfico 6

Nº de Cafeeiros/Arrobas Produzidas.
Catanduva 1909-1938



Fonte: SÃO PAULO. O café: estatística de produção e comércio. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo. 1919, 1929 e 1937-38

O que os dados acima demonstram é que justamente no momento de maior expansão da cafeicultura na região da Alta Araraquarense, com a maturidade das lavouras de café formadas na década de vinte, ocorrera a débâcle mundial, aparecendo aqui fenômeno que não foi verificado na região Central, na Paulista, na Alta Sorocabana e parcialmente na Mogiana e Douradense, qual seja, o fato de que nestas regiões não percebemos um processo mais vigoroso de crescimento da cafeicultura na década de vinte, (exceção feita a Franca e Novo Horizonte). Logo, por estarem em condições de estabilidade e/ou retrocesso, a crise mundial, apesar de ter sido também muito profunda nestas regiões, as atingiu num momento onde não se verificava novos plantios em massa, tal como ocorrera nas regiões mais novas, neste estudo representadas pelos municípios de S.J. Rio Preto, Catanduva, Lins, Pirajuí e Novo Horizonte. O fato é que já se verificava nas regiões mais antigas uma tendência decrescente na produção cafeeira de municípios como Campinas, cujo volume de produção ultrapassava um milhão de arrobas em 1929-30, reduzindo-se para pouco mais de duzentas mil arrobas em 1937-38, em Rio Claro, diminuindo-se de 342.000 para 174.830 arrobas no mesmo intervalo, como também em

Ribeirão Preto, onde cerca de 1,9 milhões de arrobas foram produzidas em 1929-30, reduzindo-se a produção para oitocentas mil arrobas em 1937-38. Em São Carlos tal redução foi de 1,16 milhões de arrobas em 1929-30 para 471.000 em 1938, e em Araraquara de um milhão para 530.000 arrobas. Em Jaú, São Manuel e Franca percebe-se pouca variação na quantidade de arrobas produzidas, registrando-se decréscimos também em Botucatu e Novo Horizonte. Em São José do Rio Preto a produção se ampliou de 736.000 arrobas para 1,4 milhões neste mesmo intervalo, e em Catanduva subiu de 750.000 arrobas em 1929-30 para mais de novecentas mil arrobas em 1936-37, tendência que se verificou também nos municípios da Noroeste.

Assim, um movimento contrário parece ter ocorrido na Alta Araraquarense em relação às regiões mais antigas, já que a produção anual de sacas não sofreu decréscimos, aliás, pelo contrário, como salientamos acima, foi justamente neste momento que as quantidades de arrobas produzidas se ampliaram, tornando ainda mais drásticos os efeitos da superprodução sobre a cafeicultura regional.

Descapitalizados⁵⁰³ e com volume crescente de sacas de café sem colocação no mercado, restava aos cafeicultores da Alta Araraquarense garantir de alguma forma o trato de suas lavouras, esperando que no futuro os preços melhorassem. A estratégia utilizada foi a mesma de regiões mais antigas: lavrar escrituras que não onerassem monetariamente os cafeicultores, estabelecendo prioritariamente contratos de parceria, basicamente o tipo de escritura que exclusivamente passou a vigorar em São José do Rio Preto e Catanduva. Justamente por não demandar investimentos em dinheiro os fazendeiros poderiam continuar fechando parcerias com os trabalhadores e fornecendo-lhes como remuneração uma parte da produção de café, o que significava também se livrar de um problema, uma vez que os preços estavam muito deprimidos.

Poderia se pensar também que as empreitadas não seriam mais viáveis nesta região após a crise, pois a formação de novas lavouras, por mais que não onerassem os fazendeiros, agravariam o problema da superprodução, porém, visando segurar a mão-de-obra e garantir o trato de lavouras já formadas, alguns cafeicultores ofereceram contratos

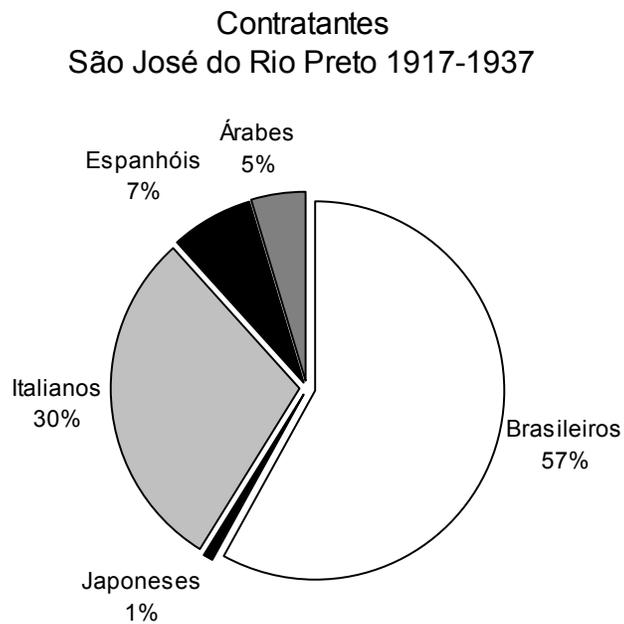
⁵⁰³ Como vimos anteriormente, as escrituras de compra e venda de café funcionavam basicamente como adiantamentos aos cafeicultores que entregariam suas sacas de café dali a algum tempo aos compradores, definindo-se como garantia escrituras de propriedades rurais ou urbanas. Na medida em que os comissários e as casas comerciais restringiram suas compras, os produtores enfrentaram gravíssimos problemas de imediata falta de liquidez, impossibilitando-os de cobrir os gastos correntes.

mistos, casando o trato de lavouras adultas com a formação de novas, estratégia utilizada para fornecer aos empreiteiros um espaço entre as fileiras de cafeeiros novos que compensasse a redução do espaço disponível em lavouras já formadas. É o caso de José Pimenta de Pádua, que para garantir o trato de uma lavoura formada composta por dez mil pés de café, acertou com João Mário do Nascimento a formação de mais seis mil e quinhentos cafeeiros, na fazenda Santa Therezinha, em Ipiruá, fornecendo-lhe o direito de plantar à vontade entre as fileiras dos cafeeiros novos e toda a produção das novas plantas. O empreiteiro receberia também metade da produção dos cafeeiros já formados durante quatro anos, entre 1932 e 1936⁵⁰⁴. Mesmo numa situação de superprodução o fazendeiro foi impelido a formar novas lavouras, visando garantir a manutenção das já existentes. Restava-lhe torcer para que no momento da retomada dos preços estivesse em condições de desfrutar desta melhoria, o que só seria possível se os mecanismos de fixação de mão-de-obra não se desestruturassem, ou seja, que continuasse formando lavouras. As escrituras “mistas” lavradas neste período indicam que cafeicultores da fronteira agrícola continuaram formando lavouras, por mais que isto atentasse contra a lógica dos fatos.

⁵⁰⁴ Livro de Notas n. 141, fls. 51. 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto. 01/09/1931.

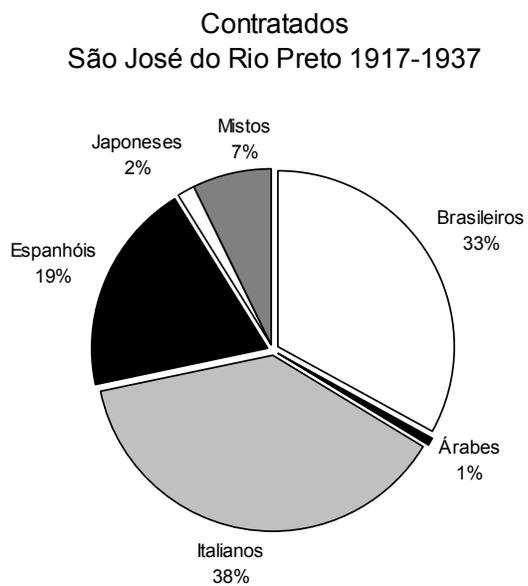
ANEXOS

Gráfico 7



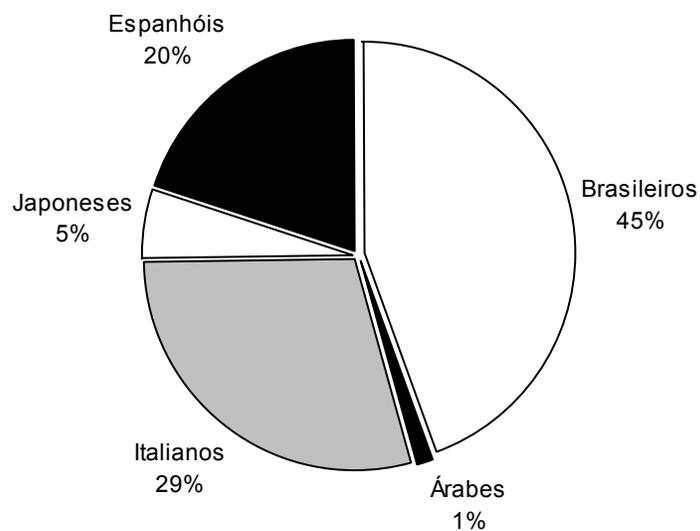
Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto

Gráfico 8



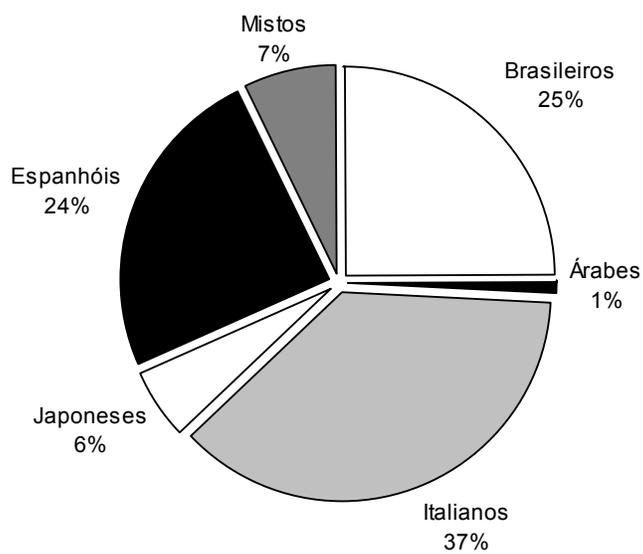
Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto

Gráfico 9

**Contratantes
Catanduva 1917-1937**

Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Catanduva

Gráfico 10

**Contratados
Catanduva 1917-1937**

Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Catanduva.

-ANEXO-

Contrato de Empreitada. São José do Rio Preto. 05/06/1925. Livro 96. Fls. 31.

Escritura de Contrato de Empreitada, entre partes: Dr. Fernando Gomes, outorgante e Fulgêncio Leão, outorgado, como abaixo se declara:

Saibam quantos esta pública escritura virem, que no dia cinco de junho de mil novecentos e vinte e cinco, nesta cidade de Rio Preto, estado de São Paulo, em cartório, perante mim tabelião interino, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: como outorgante proprietário o Dr. Fernando Gomes, advogado, residente nesta cidade, e como outorgado empreiteiro Fulgêncio Leão, lavrador, domiciliado na comarca de Araçatuba, deste estado, os presentes são maiores, meus conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, dou fé; perante os quais, pelo outorgante me foi dito: a justo título, é senhor e possuidor de um quinhão de terras, com área de trezentos alqueires, situado na fazenda “Baguassú”, da comarca e município de Araçatuba, deste estado, que, no seu todo, se confronta, pelo meio d’água do Ribeirão Barra Grande, com os lotes de Francisco Pereira Lima, com o espigão da fazenda Aguapehy e com o lote reservado para Hilário (ilegível), que pela presente Escritura e na melhor forma de direito, o outorgante entrega ao outorgado, pelo prazo de quatro anos o terreno necessário para a formação de cem mil pés de café que lhe serão entregues no dia trinta e um de outubro de mil novecentos e vinte e nove, data em que cessarão também todos os efeitos deste contrato, de acordo com as cláusulas seguintes: 1ª) a derrubada que teria início no espigão da fazenda do Aguapehy, na face em que seu quinhão de terras confronta com o lote do Major Francisco Pereira Lima em seguimento ao mesmo, deve ser muito bem aparada, isto é, de tal maneira feita que não fique nenhuma árvore de pé, e a plantação dos cafeeiros perfeitamente alinhada, em quadra, guardando um dos outros a distância de dezessete (17) palmos; 2ª) as sementes, que serão fornecidas pelo outorgante, devem ser plantadas em duas carreiras, ao longo das covas, afim de se obter um cafezal absolutamente uniforme; 3ª) As covas terão dois palmos de comprimento e a largura de uma enxada de covear e tanto quanto possível a fundura de um palmo e meio; 4ª) Cada cova deverá conter, no mínimo, três mudas de café e será coberta com seis lascas grossas, com as dimensões necessárias, para cobri-las integralmente; 5ª) durante os dois primeiros anos da presente empreitada, poderá o outorgado plantar nos cafezais arroz e milho, sendo quatro carreiras de arroz e uma de milho no primeiro ano e no segundo, três carreiras de arroz e uma de milho obrigando-se o outorgante, nos outros dois anos, a fornecer-lhe de quinze a vinte alqueires de terras, derrubados, para as suas roças ficando o outorgado, por sua vez obrigado a plantar nesse terreno as sementes de capim que lhe forem fornecidas. 6ª) fica entendido que o outorgado só receberá o preço da presente empreitada, que adiante se estipulará, por cafeeiro que, na data do vencimento do contrato, tiver realmente quatro anos, pagando-lhe o outorgante as replantas por um preço correspondente às respectivas idades e as falhas, verificadas naquela data, serão pagas pelo outorgado à razão de dois mil réis cada uma; 7ª) além da faculdade de plantar cereais, que já lhe foi conferida, nos termos da cláusula 5ª o outorgado retirará por si, integralmente, as safras de café do terceiro e quarto anos; isto é, as colheitas anteriores a 31 de outubro de 1929, e receberá mais a importância de mil e seiscentos réis por cada pé de café formado que, naquela data tiver efetivamente, quatro anos, ou sejam cento e sessenta contos de réis (R\$ 160:000\$000), que lhe serão pagos nas seguintes condições: cinquenta contos de réis (R\$ 50:000\$000) no correr do presente ano, sendo dez contos de réis (R\$ 10:000\$000) no ato de assinar este contrato, que recebeu, contou, acho conforme, e dá plena e geral quitação de pago e satisfeito; quinze contos de réis (R\$ 15:000\$000), depois de prontas as derrubadas e, finalmente, vinte e cinco contos de réis (R\$ 25:000\$000) depois de plantados os cem mil (100.000) cafeeiros; 8ª) A importância restante, ou sejam os cento e dez contos de réis (R\$ 110:000\$000), será dividida em quatro prestações anuais divididas, por sua vez, em prestações de igual valor, pagos da seguinte forma: no primeiro ano, de sessenta em sessenta dias, no segundo de noventa em noventa dias, e no terceiro e quarto anos de seis em seis meses; 9ª) em garantia das importâncias, que lhe são adiantadas, dará o outorgado além de bens móveis e imóveis que possui, como é de direito, uma letra de câmbio, de igual valor, e que lhe será restituída, depois de feito o serviço a que ela corresponde, entregando, assim, neste ato, ao outorgante uma cambial de dez contos de réis; 10ª) em se verificando um caso de força maior, como sejam geada ou chuva de pedra, será concedido ao outorgado mais um ano de prazo para a entrega dos cem mil cafeeiros, formados de conformidade com as cláusulas aqui estipuladas; 11ª) o outorgante se reserva a faculdade de fiscalizar, por si ou preposto seu, a

execução do presente contrato, exigindo rigoroso cumprimento de todas as suas cláusulas, bem assim a faculdade de alienar o imóvel, uma vez que o comprador assumia expressamente todas as obrigações que foram aqui estipuladas em benefício do outorgado; 12ª) findo o prazo do presente contrato receberá o outorgado uma bonificação de dez contos de réis, si entregar os cem mil pés de café, cuja formação constitui o seu objeto, com plena e integral satisfação de todas as cláusulas aqui consignadas, subentendendo-se o caso a um júzo arbitral em se verificando uma divergência a este respeito, entre outorgante e outorgado; 13ª) Fica estipulada a multa de cinqüenta contos de réis, que deverá ser paga pela parte que deixar de cumprir uma ou algumas das cláusulas do presente contrato. 14ª) Fica entendido que o prazo suplementar a conceder-se, no caso de força maior e a que se refere a cláusula 10ª só se refere aos cafeeiros que forem danificados pela chuva de pedra ou geada, vigorando com relação aos demais, o prazo de quatro anos, já determinado, a expirar-se em 31 de outubro de 1929; 15ª) Se a geada ou chuva de pedra danificar porém mais e dez mil pés de café, o outorgado fica desobrigado de tratá-los por mais um ano, entregando-os nas condições em que se acharem na data em que se extingue o prazo deste contrato. Por ambas as partes contratadas, em presença das mesmas testemunhas, me foi dito que aceitavam esta escritura em todos os seus expressos termos, tal como nela se contém e declara. De como assim o disseram, dou fé, me pediram e eu lhes lavrei esta escritura, a mim hoje distribuída, a qual tendo-lhes lida em presença das testemunhas, acharam-na em tudo conforme, aceitaram-na, outorgaram-na e assinam com estas testemunhas que são: Mário Brandão e Serafim de Almeida, maiores, de mim conhecidos e aqui residentes dou fé. Eu, Henrique (ilegível), escrevente, escrevi. Eu, Manoel Carvalho, tabelião interino, subscrevi.

São José do Rio Preto, 05 de junho de 1925.

- VIII -

Região Noroeste:**Lins e Pirajuí**

Noroeste⁵⁰⁵. Movimento. O espigão que divide os rios Tietê e Feio/Aguapeí, estendendo-se de Bauru à insalubre Itapura, nas barrancas do rio Paraná, fora palco, na década de vinte, do último ato da expansão da fronteira cafeeira em São Paulo. Avistava-se ali, ao mesmo tempo, o vil espetáculo do conflito e da morte aliado às fantasmagorias do progresso, da riqueza e do capitalismo. Tal movimento constituiu o tema de grande parte dos trabalhos mais recentes sobre a região. Autores como Paulo Roberto Cimó Queiroz, Pascoal Manfredi Neto, Maria Inês Malta Castro e Nilson Ghirardello captaram diferentes dimensões do processo de inserção desta uma “nova” área à acumulação capitalista e à civilização.

Mapa 1 – Região Noroeste



Fonte: Elaboração Própria

Em sua tese de doutoramento⁵⁰⁶ Cimó Queiroz discutiu a importância da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para o desenvolvimento econômico do Mato Grosso, notadamente

⁵⁰⁵ Segundo José Francisco de Camargo a zona número sete, correspondente às regiões da Noroeste e da Alta Paulista, englobava em 1920 os municípios de Lins, Getulina, Iacanga, Garça, Marília, Vera Cruz, Pompéia, Piratininga, Duartina, Gália, Pirajuí, Cafelândia, Bauru, Avaí, Presidente Alves, Penápolis, Avanhandava, Birigui, Glicério, Tupã, Promissão, Coroados, Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Andradina e Pereira Barreto, bem como os desmembramentos futuros. Cf. José Francisco de CAMARGO. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

⁵⁰⁶ Paulo Roberto Cimo QUEIROZ. *Uma ferrovia entre dois mundos*. A E.F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956). São Paulo: FFLCH/USP, 1999. Tese de doutoramento.

em sua porção meridional. Os argumentos e informações levantadas pelo autor buscaram caracterizar a Noroeste do Brasil como uma “ferrovia de desbravamento”, cujo objetivo inicial seria, a partir de Bauru, estabelecer uma ligação entre as terras mato-grossenses e os civilizados núcleos paulistas, passando-se por territórios até então selvagens (a despeito da presença mineira nesta região, que remonta ao século XIX) existentes entre a “boca de sertão” e o rio Paraná. O autor destaca a importância da Noroeste como uma ferrovia de integração do território nacional, aliás, os trilhos da Noroeste estariam inseridos em estratégicos planos de integração do território brasileiro e de colonização de amplas áreas com baixa densidade demográfica, e possivelmente, ao adentrar o Mato Grosso, integrar-se-ia à navegação nos rios Paraguai e Paraná, o que significaria um acesso alternativo ao rio da Prata, sempre problemático por conta das negociações com a Argentina e o Paraguai. Vislumbrava-se à época, a partir de Bauru, a dinamização de um circuito mercantil organizado a partir do território brasileiro, integrando São Paulo, Mato Grosso, Bolívia, Paraguai, o nordeste argentino e o Uruguai. É necessário destacar também que a ferrovia Noroeste ligar-se-ia ao sistema ferroviário boliviano, em Santa Cruz de la Sierra, garantindo ao país mediterrâneo uma ligação com o oceano Atlântico. Sonhos mais ousados objetivavam, a partir da Noroeste, a construção de uma ferrovia transcontinental, que ligaria o Atlântico ao Pacífico, percorrendo 3.954 quilômetros, dos quais 1.924 km em território brasileiro, 1.828 na Bolívia e 202 Km no Chile, chegando ao porto de Arica.

Uma série de eventos históricos acompanhou a construção da Noroeste do Brasil, tais como a mudança do ponto final de Cuiabá para o Porto Esperança, na região de Corumbá, e partir desta definição a divisão da concessão em dois trechos (Bauru-Itapura e Itapura-Corumbá), a construção da variante Jupia a partir de Araçatuba, como alternativa ao insalubre ramal de Itapura, que por acompanhar o leito do rio Tietê (abandonando o espigão) era seriamente temido pela malária e pelas febres endêmicas, a posterior construção do ramal de Ponta Porã, a “epopéia” das travessias de balsas nos rios Paraná e Paraguai e uma série de outras “idas e vindas da história”. Não se faz necessário reconstituir os acontecimentos que marcaram a construção da ferrovia, mas é importante destacar que para Cimó Queiroz a Noroeste não se resumiria a uma “estrada cata-café”, ou, nos termos do autor, a uma ferrovia cafeeira, tais como foram outras ferrovias sediadas em São Paulo. Adiante retomaremos esta questão.

P. Manfredi Neto⁵⁰⁷ destacou as “fantasmagorias do progresso” que envolveram a construção da Noroeste, uma vez que tal empreitada encetou um fenômeno mágico de crescimento, digno das verdadeiras tradições do “farwest” americano⁵⁰⁸: aventureiros, bugreiros, loteadores, fazendeiros e colonos, em conjunto, depositavam na nova região as aspirações de riqueza próprias da sociedade moderna. Contudo, aliada à “marcha para o oeste” corria a morte. O genocídio Caiagangue (nome genérico dado aos índios da região), as “reduções” em ampla escala do exército de ferroviários (submetidos a brutais condições de trabalho) e a destruição em ampla escala da floresta constituíram uma outra face do progresso e da “revivescência” bandeirante: a morte⁵⁰⁹.

Aos índios pouco restava. Submetidos à influenza, às gripes e posteriormente ao sarampo, táticas de extermínio amplamente utilizadas pelos bugreiros⁵¹⁰ (uma espécie de herói da civilização), as populações compreendidas entre o Tietê e o Paraná reduziram-se drasticamente, de modo que já na década de dez não representavam mais nenhuma resistência: relatos evidenciam que uma tribo composta por 1.200 índios em 1912, fora reduzida a menos de duzentos num prazo inferior a quatro anos⁵¹¹. Sorte mais digna não coube aos trabalhadores. Nas palavras de Arthur Neiva, médico da Cia. Noroeste: “Abandonar o serviço, impossível; ‘quem entra no inferno não sai’, ouvi muitas vezes repetido pelos míseros operários. A estrada cuidadosamente cortava a retirada. Voltasse a pé quem quisesse. Eram algumas centenas de quilômetros a percorrer em região deserta e infestada pelos bugres inclementes. Muitos afrontaram estes perigos, demonstrando coragem sem par. O terror que os selvagens infundiam obrigava a maioria dos desgraçados a tocar para frente; chegando-se, assim, à barranca do Paraná⁵¹²”.

⁵⁰⁷ Pascoal MANFREDI NETO. *O trem da morte: o imaginário do progresso na Noroeste (1905-1930)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. Dissertação de Mestrado, p. 51.

⁵⁰⁸ “O Oeste é filho da estrada de ferro”. A frase de Claude Fohlen, descrevendo a importância dos trilhos para a colonização do oeste norte-americano, se encaixaria muito bem ao contexto descrito por Manfredi Neto. Cf: Claude FOHLEN. *Faroeste (1860-1890)*. São Paulo: Cia das Letras: Círculo do Livro, 1989.

⁵⁰⁹ Pascoal MANFREDI NETO. *O Trem da Morte: o imaginário do progresso na Noroeste (1905-1930)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. Dissertação de Mestrado.

⁵¹⁰ No *rol* dos Bugreiros mais conhecidos da Noroeste figuravam Luís Wolff (Luizinho Alemão), Francisco Rodrigues de Campos, Antônio Pedro, José Celestino Dias, José Maximiano da Costa.

⁵¹¹ José Oscar BEOZZO. Noroeste Paulista: aspectos demográficos. *Revista de Cultura Vozes*, n. 09, 1969, p. 727.

⁵¹² In: Maria Inês Malta CASTRO. *O preço do progresso: a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1993. Dissertação de Mestrado, p. 185.

Manfredi Neto reconstitui a “epopéia” da colonização do sertão paulista sob o binômio progresso/morte que marcou a construção da Noroeste do Brasil. Apesar de dedicar um capítulo ao tema da imigração e às Companhias de Colonização, o tema do desenvolvimento da cafeicultura é subsidiário em sua pesquisa, ou seja, não foram as potencialidades da cultura cafeeira que estimularam a construção da ferrovia, muito pelo contrário, foi a estrada de ferro que criou as condições necessárias para o desenvolvimento da cafeicultura. Nas palavras do autor: “na Noroeste fora o trem e não o café o fator preponderante da formação da região, tanto que algumas cidades surgiram a partir do que antes eram as antigas estações⁵¹³”. Evidentemente não se pode duvidar de tal assertiva, a Noroeste fora certamente uma “ferrovia de desbravamento”, como se depreende do trecho abaixo:

“bando de maritacas fugiam à fúria da locomotiva que lançava chispas de fogo em meio ao tufo de fumaça que se desfazia no ar, em meandros caprichosos. Depois a composição enfiava-se na floresta escondendo-se em enormes túneis formados pelas copas das árvores seculares, transpassadas pelo sol em apenas multiformes mechas luminosas. Em alguns trechos mais distantes das cidades, passavam-se mais de dez quilômetros de florestas sem que se divisasse um roçado sequer. As lavouras iam se tornando mais freqüentes na proporção em que o trem se aproximava das estações da ferrovia⁵¹⁴”.

Maia I. M. Castro voltou suas preocupações para o “preço do progresso” na região Noroeste, discutindo as características dos “agentes sociais” da “civilização” e desmistificando a idéia de progresso. Crítica dos relatos coevos que celebravam a bravura bandeirante e a labuta dos trabalhadores da ferrovia, Castro conclui que o “banditismo imperou durante muito tempo em toda a região, pois era esta uma terra de ninguém, onde o artigo 44 da Constituição Winchester era o decisivo em todas as disputas e, na qual, as lutas pela posse da terra foram regadas a sangue⁵¹⁵”. Aliás, para a autora, o “banditismo marcou a formação regional não só por conta das desiguais disputas que envolveram posseiros, índios, grileiros e tabeliões, mas também pela “súcia” carcerária destinada aos árduos trabalhos ferroviários além de Bauru. Segundo Castro, baseada em depoimentos redigidos

⁵¹³ Pascoal MANFREI NETO. *Op. Cit.*, p. 02.

⁵¹⁴ Pascoal MANFREI NETO. *Op. Cit.*, p. 06.

⁵¹⁵ Maria Inês Malta CASTRO. *Op. Cit.*, p. 225.

na imprensa à época, dirigiram-se para a labuta na Noroeste os “vagabundos” colhidos pelas polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo:

*“No fundo dum corredor subterrâneo da Central, sob o número 5, há uma prisão destinada às vítimas da sanha canibalesca dos delegados. Esta prisão é exclusivamente destinada aos deportados para a Noroeste. Sem distinção de cor e nacionalidade, são ali os homens atirados como uma porcada: rara é a noite em que oito ou dez infelizes não se hospedam lá para no dia seguinte, com outros tantos que lá já estavam há dias, serem chamados um por um e em seguida deportados. Velhos, moços, brancos e pretos, nacionais e estrangeiros, todos levam a pecha de anarquistas vagabundos. (...) Pairava sobre os trabalhadores esta ameaça sempre presente: ser enviado para a **Noroeste**, “região da morte”, da qual poucos conseguiam regressar com saúde ou mesmo com vida. Os operários passaram a se referir à região, a despeito do calor infernal, como a Sibéria brasileira, local de degredo e de trabalhos forçados⁵¹⁶”.*

Em seu estudo Castro procurou questionar toda uma bibliografia memorialista e ufanista que procurava evidenciar o heroísmo da “marcha para o oeste”, que de maneira áulica se reportava ao “Imaginário Bandeirante” e à sanha do desbravador paulista. Contudo, segundo a autora, apesar de a história da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil colocar-nos frente a frente com as reiteradas e enfáticas alusões ao caráter civilizador dos trilhos, não se deve olvidar que, embora sem o mesmo espaço nos registros, são intensos e chocantes os relatos e denúncias sobre a tragédia que a Noroeste significou para um enorme contingente de pessoas⁵¹⁷.

Nilson Ghirardello ao estudar as formações urbanas ao longo da estrada de ferro Noroeste do Brasil, nos demonstra que as primeiras cidades da região se estabeleceram em torno das estações ferroviárias, pois delas derivaram o primeiro impulso à atividade econômica e à concentração demográfica. Diferentemente de outras estradas de ferro, tais como a Paulista e a Sorocabana, que aportavam em solos conhecidos e núcleos urbanos nascentes, muitos deles já municípios autônomos, o autor evidencia que a Noroeste criava as suas estações no meio da mata, longe de qualquer povoado, à exceção do ponto de partida em Bauru, quilômetro zero⁵¹⁸.

Ghirardello destaca que a implantação dos trilhos teve um significado mais amplo para a região, pois a partir deste evento potencializaram-se a conquista e os

⁵¹⁶ Jornal “A Lanterna”. 04/10/1913. In: Maria Inês Malta Castro. *Op. Cit.*, p. 192-3.

⁵¹⁷ Maria Inês Malta Castro. *Op. Cit.*, p. 269.

⁵¹⁸ Nilson GHIRARDELLO. *À beira da linha*. Formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 48.

empreendimentos, tais como a expansão cafeeira, a construção de toda a infra-estrutura do café, a abertura de fazendas e a comercialização, muitas vezes especulativas, de terras urbanas e rurais. O fato é que a partir da estrada de ferro múltiplas perspectivas se abriram à acumulação. Evidentemente, o movimento de “colonização” desta região já estava em curso, as investidas iniciais foram feitas em 1888 pelo “clã” dos Toledo Piza: “O Coronel Joaquim de Toledo Piza e Almeida (nascido em Capivari) foi o primeiro grande fazendeiro da região de Bauru, estabelecendo as fazendas ‘Faca’ e ‘Acampamento’; já no ano seguinte, aportaram Araújo Leite e seu genro, Azarias Leite, que formam a fazenda “Aureópolis”; logo após, José Ferreira de Figueiredo instalou a fazenda denominada Val de Palmas⁵¹⁹”. Apesar destas investidas iniciais, o processo de definição da propriedade da terra acirrou-se concomitantemente ao aumento das potencialidades econômicas da região, em 1905, quando da definição do traçado da linha férrea.

Estudar o processo de formação dos espaços rurais e urbanos na Noroeste significa deparar-se inevitavelmente com as fraudes que caracterizaram o surgimento das “propriedades” nas áreas de fronteira. Nas palavras do autor:

“ mesmo o caudaloso Tietê podia mudar de lugar, como se viu num dos grilos mais famosos, o chamado Grilo da Noroeste, originado no livro 4, de meados do século XIX, pertencente ao cartório de Lençóis Paulista, livro este convenientemente desaparecido. “as primitivas escrituras de 1852, lavradas naquele cartório... referentes às terras o lugar denominado lageado, não mencionavam as margens do rio Tietê. Todavia, entre 1906 e 1913, operou-se uma inexplicável modificação, de tal arte que essas mesmas terras, com área de 102 mil alqueires, passaram a ser banhadas pelos ribeirões Baguassu, Ondinhas (ou córrego azul), aracanguá, água parada (ou jacaretinga) e localizadas à margem esquerda do rio Tietê!⁵²⁰”

Truques como esse ou ainda mais fantásticos ocorreram na Noroeste: cafeeiros já formados eram replantados às pressas para comprovar a posse em determinado terreno, telhas e móveis antigos eram levados às casas, abriam-se roçadas nas clareiras recém abertas, de modo que a posse tornar-se-ia “remota e antiga” aos olhos da lei. Pitorescas à

⁵¹⁹ Nilson GHIRARDELLO. *Op. Cit.*, p. 84.

⁵²⁰ Nilson GHIRARDELLO. *Op. Cit.*, p. 90. “Toda a zona noroeste assistiu, durante décadas, às lutas pela apropriação de imensos latifúndios de propriedade e época de ocupação incerta, na qual, dependendo dos interesses envolvidos, havia legítimos documentos de comprovação de posse. Na região de Bauru a fazenda Flores, na das estações de Presidente Penna e Albuquerque Lins, a fazenda Dourados do Oeste; Estação de Hector Legru (Promissão), fazenda Itacolomy ou Patos, Fazenda Banhado e fazenda Goaporanga, na estação de Penápolis, fazendas Moreiras, Brejo Alegre, Água Limpa e Matão; Chave de Birigui, Fazenda Baguassu ou Perobal e Fazenda Baixotes ou Congonhas; Estação de Araçatuba até a divisa com o Rio Paraná, fazendas Baguassu, jangada e Aguapeí”.

parte, histórias deste tipo evidenciam a brutal disputa pelo espaço na promissora região, grilos de dez, vinte, trinta mil alqueires, “devidamente” registrados em cartório legalizavam a propriedade, desde logo colocadas a serviço daquilo que a tudo precede: o espetáculo da especulação.

Dentre os empreendimentos estabelecidos na região Noroeste, a partir da construção da estrada de ferro, ganhou destaque a “The San Paulo Land, Lumber & Colonization Company”, companhia de “colonização” que realizou grande parte dos parcelamentos rurais a partir do município de Lins. A propósito, Ghirardello marca uma diferença entre os processos de fragmentação da terra a partir deste ponto da linha férrea: tratava-se, a partir de 1912, ano de criação da Companhia, de um parcelamento da terra de cunho francamente empresarial, diferentemente do que se verificava no trecho compreendido entre Bauru e Lins, aonde o processo de divisão da terra ocorrera de forma “relativamente improvisada”⁵²¹.

Os sócios majoritários da companhia eram o Cel. Manoel Bento da Cruz, Presciliano Pinto de Oliveira, o inglês James Mellor e o escocês Robert Clarck. O capital da sociedade, inglês em grande medida, foi instituído com o valor de 800:000\$000, divididos por oito mil ações integralizadas, declarando-se a The San Paulo, proprietária de terras nas fazendas “Baixotes ou Congonhas” e “Baguassú”, situadas em Penápolis e com área de 6.500 alqueires. Após sua constituição, a companhia adquiriu **sessenta mil alqueires** de terras virgens entre os rios Tietê e Aguapeí/Feio. A união de forças de grandes proprietários e capitais externos acelerou a fragmentação/ocupação na faixa territorial compreendida entre Lins e Araçatuba, pois a companhia visava vender pequenos lotes rurais, com dimensões a partir de dez alqueires, pagos parceladamente com 30% à vista e o restante em três anos com juros de 10%. O público alvo eram os imigrantes, especialmente aqueles chegados ao Brasil há alguns anos e que tivessem amealhado algum dinheiro⁵²².

No início de 1920, Bento da Cruz já tinha parcelado 38.434 alqueires, vendidos a mais de dois mil compradores brasileiros, portugueses, italianos, espanhóis e japoneses. O alqueire vendido na região de Birigui, em 1913, a 100\$000, valeria, ao findar os anos vinte,

⁵²¹ Nilson GHIRARDELLO. *Op. Cit.*, p. 105.

⁵²² A companhia divulgava panfletos na região de Ribeirão Preto: “Per chi abbia sua residenza nella Mogyana arriverá a la Noroeste deve comprare passagio pela la Estazione di Francisco Schimidt nel ramale di Sertãozinho prendere um trolley e imbarcarsi in Pontal com biglietto per Bauru dove incomincia la Ferrovia Noroeste”. In: Nilson GHIRARDELLO. *Op. Cit.* p. 110.

2:000\$000⁵²³. A especulação territorial, marca indelével de companhias deste tipo, realizara-se satisfatoriamente, multiplicando-se por vinte o preço da terra num período de sete, oito anos. A trajetória do desenvolvimento regional parece ter seguido os seguintes passos: construção da ferrovia – extermínio dos índios - grilos – especulação – cafeicultura. Justamente neste último “elo” da cadeia, percebe-se um silêncio da bibliografia mais recente sobre a região, entretanto, não devemos nos esquecer que a Noroeste fora o palco de um rápido processo de avanço da fronteira agrícola na década de vinte, certamente motivado pelas políticas de valorização do preço do café definidas neste período.

*

Cimó Queiroz dedica o terceiro capítulo de seu trabalho à análise da viabilidade econômica da Noroeste, concluindo que se tratava de uma ferrovia “híbrida”, claramente dividida entre os trechos paulista e mato-grossense, sendo que apenas no primeiro trecho poderia se notar uma relevante participação do transporte de café. A bem da verdade, a cafeicultura desta região alcançou escalas capitalistas apenas na segunda metade da década de vinte: em 1914 foram embarcadas cerca de duas mil toneladas de café, quantidade que subiu para cerca de cinqüenta mil toneladas em 1927 e para 155.828 em 1933, momento no qual os embarques se ampliaram em função da produção dos cafeeiros formados entre 1928 e 1929.

Tabela 1 – Embarques de mercadorias NOB entre 1914 e 1956

Ano	Passageiros	Animais (em trens de carga) {cabeças}	Café (Ton.)	Outras mercadorias (ton.)
1914	130.504	8.821	2.117	68.289
1915	150.543	4.625	3.387	45.090
1916	169.252	11.178	7.231	70.463
1917	254.165	11.429	8.422	104.034
1918	280.519	13.707	9.556	116.709
1919	340.378	13.763	4.246	128.866
1920	446.961	11.791	9.963	133.932
1921	543.094	12.300	19.026	149.918
1922	612.035	23.174	14.184	236.494
1923	780.696	32.952	18.297	201.164
1924	785.561	15.001	14.641	127.058
1925	794.720	13.290	30.432	222.602
1926	790.227	14.002	36.179	253.091
1927	909.075	49.957	58.170	261.862

⁵²³ Nilson GHIRARDELLO. *Op. Cit.* p. 109.

1928	896.424	70.437	52.689	311.019
1929	747.528	43.022	68.316	321.859
1930	570.676	44.484	67.852	225.565
1931	582.929	76.733	99.325	221.328
1932	466.982	84.062	207.336	204.822
1933	751.298	155.828	308.188	298.107
1934	498.899	81.610	60.347	229.745
1935	790.093	97.472	111.637	328.984
1936	861.585	104.765	139.968	373.913
1937	956.694	125.702	161.640	392.009
1938	999.885	153.937	210.857	430.947
1939	1.069.623	191.176	193.226	457.092
1940	1.252.992	194.480	105.345	543.645
1941	1.318.331	195.794	163.818	543.592
1942	1.067.239	232.645	79.737	542.216
1943	1.394.100	223.927	75.887	616.332
1944	1.666.091	184.005	100.212	719.072
1945	1.893.378	212.770	47.431	671.604
1946	2.078.006	255.381	72.846	519.498
1947	1.997.511	249.997	93.257	636.982
1948	1.951.097	318.486	102.310	583.370
1949	1.897.468	290.843	118.245	619.606
1950	2.012.980	264.143	76.738	606.202
1951	2.209.464	263.332	78.669	672.496
1952	2.299.072	256.884	103.554	686.183
1953	2.264.656	296.530	88.275	671.372
1954	2.704.158	287.844	51.544	614.524
1955	2.678.981	279.500	86.167	689.825
1956	2.679.050	285.858	81.902	589.132

Fonte: Paulo Roberto Cimó QUEIROZ. Op. Cit., p. 219

O autor também acredita que somente com muitas ressalvas a Noroeste poderia ser considerada uma “ferrovia do café”. Tal assertiva deriva do fato de que a tonelagem de outras mercadorias embarcadas era muito superior ao montante de café, com se depreende da tabela acima. Contudo, há que se considerar que a Noroeste fora uma ferrovia de desbravamento, cortando espaços até então desconhecidos, o que significava transportar cargas (materiais de construção, por exemplo) em grande escala: tratava-se de colonizar, urbanizar e desenvolver uma nova região, não apenas em São Paulo, mas também no Mato Grosso, o que certamente teria impactos positivos em termos de fretes e transporte de passageiros, derivando daí, talvez, a idéia de que o café não fosse o *primum mobile* desta ferrovia.

Exceção a esta afirmação, segundo Cimó Queiroz, foi o período compreendido entre 1930 e 1940, momento no qual as receitas oriundas do transporte de café foram mais significativas. Aliás, mesmo em se considerando a Noroeste como uma ferrovia do café existiria uma certa “defasagem” da NOB em relação às outras ferrovias paulistas, melhor dizendo, a Noroeste possuiria um caráter tardio, uma especificidade, oriunda de sua construção mais recente e do fato de cortar zonas até então desabitadas. Percebam na tabela abaixo que a partir de 1915 a porcentagem da receita oriunda do café das ferrovias Paulista, Mogiana e Sorocabana tornaram-se decrescentes, assim como a porcentagem dos volumes transportados. Evidentemente tal clivagem demarca o esgotamento dos solos e a conseqüente queda de produtividade nas regiões cortadas por estas ferrovias, da mesma forma que o aumento da participação do transporte de café na receita total da Noroeste, verificado na década de trinta, testemunha o amadurecimento dos cafeeiros plantados além de Bauru, denotando o caráter itinerante da cafeicultura⁵²⁴.

Tabela 2 – Participação do café na receita de algumas ferrovias paulistas.

Período	Noroeste		Paulista		Mogiana		Sorocabana	
	% da receita	% do Volume						
1896-1900			47,57	43,34	43,25	41,94	39,69	18,08
1901-1905			57,53	52,15	48,85	49,18	42,91	27,5
1906-1910			59,28	52,23	49,54	43,59	36,14	23,74
1911-1915			41,83	37,31	39,57	29,75	22,15	14,19
1916-1920	8,62	7,48	33,39	27,77	29,9	22,03	14,44	8,89
1921-1925		8,97	25,77	23,44	23,85	18,12	11,81	8,16
1926-1930		17,1	24,75	22,29	23,95	16,19	15,45	11,29
1931-1935	45,46	38,01	35,57	32,85	33,43	16,13	17,39	12,42
1936-1940	31,12	29,96	20,08	17,07	18,51	8,07	14,39	9,91

Fonte: Paulo Roberto Cimó QUEIROZ. Op. Cit., p. 226.

No período compreendido entre 1930-39 verificou-se o ápice da participação do café nas receitas da Noroeste. Mesmo em se tratando de um contexto de crise as quantidades embarcadas foram sempre superiores ao passado. “A esse respeito, é importante observar que nos anos da depressão pós-30 as ferrovias paulistas, entre as quais a NOB, foram beneficiadas pelos planos de proteção ao café, colocados em prática pelo governo federal, que favoreciam pela mecânica adotada, o transporte ferroviário. O Conselho Nacional do Café pagava às estradas, mediante promissórias, o frete do café

⁵²⁴ Há que se considerar, como nos adverte o autor, que a análise da participação do café nas receitas da Noroeste fica evidentemente prejudicada pela ausência de dados relativos ao período 1922-29.

transportado para os armazéns reguladores e ali retido, garantindo portanto às ferrovias, apesar da crise, o transporte de café em razoável volume, de tal modo que os efeitos da crise não foram tão graves para as estradas de ferro⁵²⁵”.

A partir da década de 1940 a receita proveniente do café caiu drasticamente na NOB, assim como em todas as ferrovias do estado, queda que se manteve até 1956, marco final da periodização de Cimó Queiroz. As evidências apontam para o fato de que a Noroeste nunca fora uma “ferrovia do café”, salvo a exceção da década de trinta, momento em que fora beneficiada pelos mecanismos de proteção da cafeicultura, entretanto, algumas questões se colocam: Porque a Noroeste não resistiu sem o café⁵²⁶? Por que foi encampada pela Rede Ferroviária Federal S.A em 1957? Ora, em não sendo uma ferrovia do café, seria de se esperar que a crise que solapou o setor não afetasse diretamente a ferrovia.

Como assinala Flávio Saes: “as ferrovias paulistas foram construídas para exportar café. Enquanto o café se expandiu de modo firme, também o fizeram as ferrovias. Porém, as primeiras crises cafeeiras começaram a revelar as dificuldades que as ferrovias tiveram que enfrentar. A partir de então, a própria característica do desenvolvimento do mercado cafeeiro comprometeu a rentabilidade das empresas ferroviárias⁵²⁷”. Esta assertiva deve ser relativizada, certamente os impactos da crise da cafeicultura nos anos quarenta e cinquenta foram sentidos de forma diferenciada pelas distintas ferrovias, entretanto, não há como negar que todas elas registravam déficits operacionais crescentes a partir de 1940⁵²⁸, e por isso foram encampadas pelo Estado (a Mogiana em 1950 e a Paulista no fim da mesma década). Evidentemente, como vimos aqui, a Noroeste possuiu uma especificidade, foi construída a partir de 1905, com clara função estratégica, e as receitas decorrentes do transporte do café foram consideráveis apenas na década de trinta, como se depreende do gráfico abaixo:

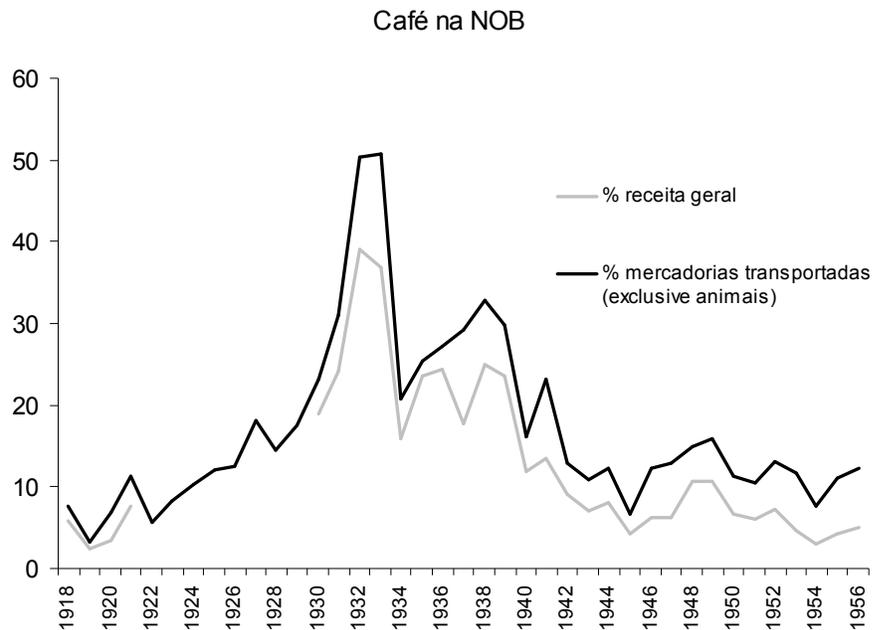
Gráfico 1

⁵²⁵ Flávio Azevedo Marques de SAES. *As ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 98.

⁵²⁶ A NOB foi superavitária somente nos anos de 1925, 1928, 1929, 1931, 1932, 1933, 1934, 1938, 1939, 1941, 1942, 1943, 1944 e 1945, o que indica que os lucros operacionais esvaíram-se com a derrocada do café.

⁵²⁷ Flávio Azevedo Marques de SAES *Op. cit.*, p. 187.

⁵²⁸ Cabe lembrar que esta periodização não é consensual. Ver o trabalho de Ivanil NUNES. *Douradense: a agonia de uma ferrovia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.



Fonte: Adaptado de Paulo Roberto Cimó QUEIROZ. Op. Cit., p. 219.

Como desatrelar a decadência desta ferrovia à crise do café? Ora, talvez a questão possa ser vista por um outro ângulo. Evidentemente as preocupações estratégicas foram determinantes na definição do traçado, e a cafeicultura desenvolveu-se na região somente a partir da década de vinte, entretanto, não se pode minimizar o fato de que os agentes econômicos conheciam previamente as potencialidades das terras da Noroeste para o plantio de café, notadamente nos municípios de Presidente Alves, Pirajuí, Lins e Cafelândia (que não se perca pelo nome), e isso certamente foi um dos incentivos para a construção da ferrovia nesta porção do território paulista, ponto pouco explorado pela bibliografia recente. Não é o fato de a ferrovia preceder o café que define se uma ferrovia será ou não “cafeeira”. As decisões de investimentos sempre se efetivam pautadas num conjunto de informações e provavelmente as potencialidades da cafeicultura estavam presentes nos cálculos de “eficácia marginal do capital” dos homens da ferrovia Noroeste, elaborados desde 1905.

Outra questão a se considerar é que a pequena participação dos embarques de café na receita da NOB talvez não seja suficiente para desconsiderarmos a importância central da cafeicultura nesta região. Há que se entender a questão em termos de complexo

econômico cafeeiro⁵²⁹, quando uma série de atividades econômicas, nucleadas pelo café e dinamizadas por este, se estabelecem de forma integrada. O que determina o aumento das quantidades embarcadas de outras mercadorias (exclusive café)? Como vimos, certamente os materiais de construção para a urbanização, os maquinários para o beneficiamento do café e para outros tipos de indústrias, móveis para as casas e escritórios localizados nas cidades, materiais necessários para a própria expansão e manutenção da ferrovia e madeiras nobres (ou nem tão nobres) extraídas das matas exterminadas para a formação de lavouras de café, num processo conhecido como “derrubada”.

O que explica o crescente aumento no número de passageiros transportados pela NOB? Ora, a migração de trabalhadores para paragens mais promissoras, desiludidos com o esgotamento da cafeicultura em regiões mais remotas, a imigração de mão-de-obra de diversos países para as fazendas, de famílias que a duras penas acumularam algum pecúlio na Mogiana, ou na Paulista, e investiram na aquisição de um lote de terras vendido pelas companhias de Colonização, de trabalhadores qualificados ou semi qualificados que exercerão funções típicas do espaço urbano, de mecânicos, de fazendeiros que queriam acompanhar de perto a formação de seus novos empreendimentos na fronteira, de camaradas e empreiteiros. Em fluxo contrário, embarcavam na ferrovia Noroeste os filhos da elite que iam estudar em São Paulo, Campinas ou no Rio de Janeiro, dos matogrossenses, bolivianos e peruanos, que buscavam melhor sorte colocando-se nos centros dos frenéticos anos vinte. Como entender estes fluxos de cargas ou de pessoas na porção paulista da Noroeste sem a cafeicultura e as atividades econômicas dinamizadas por esta? Neste ponto, parece existir um silêncio da historiografia regional mais recente, que, embevecida pelo “movimento”, deixou de lado o que ficou: uma das maiores regiões cafeeiras do mundo nas décadas de vinte e trinta.

*

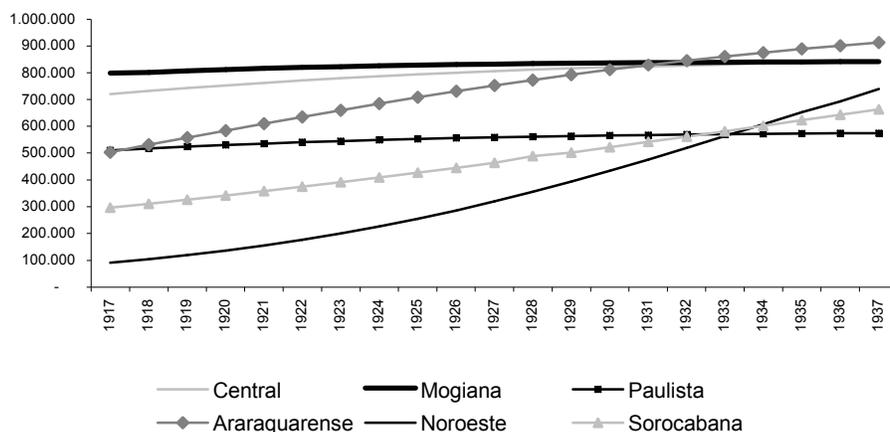
As obras “clássicas” ainda são as grandes referências para o estudo da cafeicultura na Noroeste. Autores como Sérgio Milliet (1939), Pierre Monbeig (1949), José Francisco

⁵²⁹ Entendemos o complexo cafeeiro como um conjunto de atividades integradas entre si, tais como: comércio de exportação e importação, transporte ferroviário, produção de alimentos, ensacamento, beneficiamento, constituição de uma infra-estrutura urbana, financiamento, enfim, todas as atividades necessárias à produção e comercialização do café, nucleadas pela produção cafeeira e que se incrementaram mutuamente, reforçando o ritmo da acumulação. Cf: Wilson CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

de Camargo (1952) e Ari França (1960) constituem até hoje o principal “manancial” de informações sobre o avanço da fronteira cafeeira nesta região. Milliet descreveu o aumento populacional e de número de cafeeiros lá plantados a partir da década de vinte, destacando que nem mesmo o “traumatismo econômico” da crise de 1929 foi capaz de deter o fabuloso avanço da cafeicultura. “Até 1935 não se cuidou, na região, de outra coisa senão o café⁵³⁰”. O trabalho de Milliet foi pioneiro na análise conjunta das distintas regiões do estado de São Paulo, sentido no qual avançou José Francisco de Camargo, ao organizar e sistematizar um grande número de informações sobre os municípios do interior paulista. Sobre a Noroeste, na esteira de Milliet, aponta que todos os municípios foram criados a partir de 1913, exceto Bauru, cujo número de habitantes subiu de 7.815 em 1900 para cerca de 136.000 em 1920: “população e estrada de ferro caminham *pari passu* na penetração pelas terras do oeste paulista, notando-se, então, a concordância entre o adensamento demográfico e a expansão da produção agrícola⁵³¹”, como depreendemos do gráfico abaixo:

Gráfico 2

População 1917-1937.



Fonte: Adaptado de José Francisco de Camargo. *Op. Cit.*, p. 09, vol. 2 e 3. A legenda “Noroeste” inclui a Alta Paulista, e a legenda Araraquarense inclui a Douradense.

O movimento populacional nas regiões Noroeste, Alta Araraquarense e Sorocabana denota o avanço da fronteira na periodização por nós definida (1917 e 1937). Enquanto nas outras regiões que compõe o nosso estudo se verifica uma certa “estabilidade” dos fluxos

⁵³⁰ Sérgio MILLIET. O roteiro do café é outros ensaios. São Paulo: Coleção do Depto. De Cultura, 1939, p. 66.

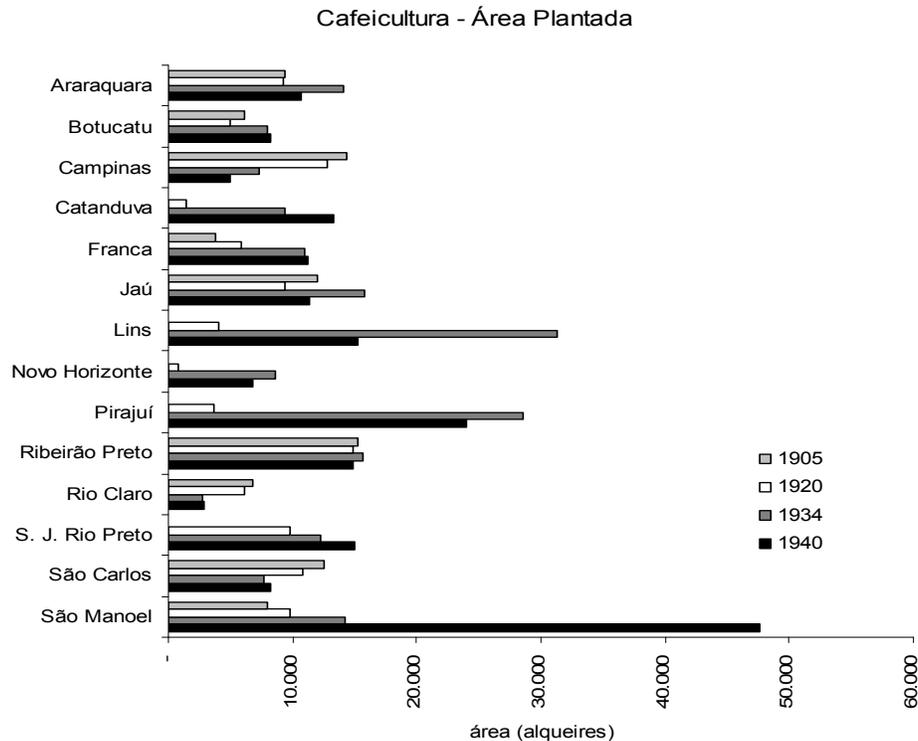
⁵³¹ José Francisco de CAMARGO. Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: Fipe/USP, 1981, p. 42. Vol. 01.

populacionais, a “arrancada demográfica” da Noroeste faz-se perceber no gráfico: os municípios para além de Bauru, em conjunto, possuíam apenas cem mil habitantes em 1917 (concentrados nos municípios mais antigos), alcançando setecentos mil vinte anos depois, denotando a rapidez e grandiosidade do movimento populacional destinado a esta região. Entre 1920 e 1934 a população de Lins sobe de 12.962 para 67.029 habitantes, e a de Pirajuí-Cafelândia, de 29.042 para 91.386. O autor credita estes aumentos às migrações internas, sobretudo de outras regiões do estado, e à entrada de novos imigrantes. Fora a Noroeste a maior receptora de mão-de-obra estrangeira nas décadas de vinte e trinta: Em 1920 a população de não-brasileiros nesta região era de 32.846, 24,1% do total, índice que caiu para 20,6% em 1934 e 13,3% em 1940, sendo a população imigrante composta por 127.587 e 114.008 habitantes, respectivamente. Entre os estrangeiros destacavam-se os japoneses⁵³²: em Penápolis, Avanhandava, Birigui, Glicério, Tupã, Promissão e Coroados eram mais da metade. Em Marília, Vera Cruz e Pompéia (municípios da Alta Paulista) os japoneses representavam mais de 60% dos não-brasileiros, o mesmo ocorrendo em Lins, Getulina, Pirajuí e Cafelândia. Em Araçatuba, Pereira Barreto, Guararapes, Valparaíso e Andradina os japoneses representavam mais de 70% do contingente de imigrantes.

Ao frenético movimento populacional correspondeu a ampliação da área destinada à cafeicultura nos municípios da Noroeste. Observe o gráfico abaixo:

Gráfico 3

⁵³² Na região central da cidade de Lins, na esquina da rua Olavo Bilac com XV de Novembro, na praça da Igreja Sto. Antônio, há um monumento comemorativo do 50º aniversário da imigração japonesa (1916-1966), listando os “bairros desbravados e colonizados pela imigração japonesa”: Barbosa (1916), Campestre (1917), Jacintina (1917), Córrego do Fim (1918), Palmital (1921), Córrego da Onça (1922), Ideal (1922), Coqueiral (1922), Yabiku (1923), São João (1923), Aliança I, II, e III (1924), Figueira (1925), Camponesa (1929), Fortaleza (1929), Riqueza (1929), Natal (1930), Pau d’Alho (1930), Guarapiranga (1935), Tangará (1936) e Taquaraçu (1940).



Fonte: Adaptado de José Francisco de CAMARGO. Op. Cit., p. 92-133. Vol. 2 e 3.

Nos municípios mais antigos, tais como Campinas e Rio Claro, a área destinada à cafeicultura reduziu-se paulatinamente entre 1905 e 1940, marcando o esgotamento desta atividade na região Central. Já nas zonas de fronteira percebe-se justamente o movimento contrário, o desenfreado avanço dos cafeeiros a partir de 1920, sobretudo em Lins e Pirajuí, municípios da Noroeste e nas terras roxas de São Manuel, município situado na Alta Sorocabana. Em termos agregados, a área destinada à cafeicultura na Noroeste aumentou de cerca de mil e trezentos alqueires em 1905 para mais de 220.000 em 1934, sendo à época a segunda maior região cafeeira do estado, superada apenas pela Araraquarense (Alta Araraquarense mais Douradense). Neste mesmo intervalo, o número de cafeeiros plantados cresceu de 2,6 milhões para mais de trezentos e trinta milhões em 1934. Os valores registrados em 1940 para esta região já denotam uma certa diminuição desta atividade econômica, corroborando a diminuição da participação do café na receita da NOB, como vimos acima.

Os dados de Camargo são muito úteis para demarcarmos a velocidade e a intensidade do estabelecimento do café nesta área de fronteira, tanto em termos

populacionais, quanto em termos de área cultivada, apesar de os solos desta região não possuírem as melhores potencialidades para a cafeicultura. Ary França, em estudo que versa sobre a geografia paulista, destaca que os solos mais recorrentes na Noroeste são provenientes das formações sedimentares, os arenitos, distinguindo-se estes nas séries Botucatu, Bauru e Caiuá⁵³³. Os solos derivados do arenito Botucatu são extremamente pobres, inadequados à cafeicultura, as formações Bauru ocupam as partes altas, os topos dos espigões, enquanto o arenito Caiuá é recorrente nos vales e depressões, sendo o arenito Bauru mais fértil e, por feliz coincidência, presente nas partes mais altas, exatamente as áreas de predileção dos cafezais e cortadas pela NOB.

Como era de conhecimento público à época existia uma certa “hierarquia” da vegetação, pois a escolha dos locais para se formar uma lavoura era feita mediante prévia observação: o pau d’alho e a figueira branca indicavam solos altamente propícios ao café, a terra roxa. As perobas, bambuzais e coqueiros indicavam a existência do arenito Bauru (também conhecido como Bauru Superior), as plantas de aspecto subarbustivo de formação rarefeita e as gramíneas, o conhecido “cerradão”, indicava o arenito Cauá (também conhecido como Bauru Inferior), e onde se encontravam as extensões de associações vegetais rasteiras tinha-se o arenito Botucatu, impróprio para o café. Na “hierarquia” dos solos a Noroeste não fora privilegiada, pois a terra roxa é encontrada em pequenas e esparsas quantidades nestas paragens. O ímpeto do avanço da fronteira e todas as expectativas de enriquecimento sustentavam-se pela alta produtividade de cafeeiros recém-formados, plantados em solo virgem, e não pela destacada qualidade das terras, como se verificava em depoimentos coevos, como os de Affonso Martinez Ercilla e Breno Pinheiro⁵³⁴. Muito ao contrário, enquanto não fossem modificadas as técnicas agrícolas,

⁵³³ Ary FRANÇA. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960, p. 155-6. “Os solos provenientes da formação Bauru são de coloração vermelha-escuro, passando a marrom nas camadas mais superficiais. Pouco profundos nos pontos mais elevados, onde têm aproximadamente 40 centímetros, chegam, nos pontos mais baixos, a dois metros. Devido ao cimento calcário, são de grã-fina, ricos em cal, além de potassa, fósforo e magnésio; seu pH é de 6,4 a 7,5. Os solos oriundos da formação Cauá são de cor vermelha-clara ou rosada, de modo geral pouco profundos, de grã mais grossa do que o Bauru e o Botucatu. Com alto índice de acidez (pH = 4,3 a 5,4), são também muito permeáveis, não constituindo, mesmo independentemente de sua posição topográfica desfavorável, solos indicados à cultura do café”.

⁵³⁴ Os dois foram autores de “Zona Noroeste – 1928”, livro publicado pela Sociedade Imprensa Paulista com claro teor promocional destacando as qualidades dos solos, as potencialidades econômicas e as “glórias” da sociedade noroestina. Cf: Nilson GHIRARDELLO. *Zona Noroeste: Café e Fazendas*. Trabalho

seriam as condições podológicas cada vez menos favoráveis, esgotando-se cada vez mais rápido os solos cada vez menos propícios à cafeicultura. Não resistira a Noroeste a vinte anos de intenso cultivo do café, e já nos anos quarenta se verifica uma queda de produtividade, área cultivada e número de cafeeiros, a despeito da grande crise que abalou o setor nos anos trinta.

O estudo de Pierre Monbeig talvez seja o mais abrangente que se tenha produzido sobre o avanço da cafeicultura no oeste paulista nas décadas de vinte e trinta. Trabalhando na perspectiva da geografia humana, o autor entrelaça fatores históricos, econômicos e naturais visando compreender a marcha pioneira e seus efeitos. O autor destaca que após a Primeira Guerra Mundial restabeleceu-se uma situação de prosperidade análoga à do final do século XIX, pois reencontravam os mercados estrangeiros sua capacidade de compra, sendo que até os Estados Unidos, o grande consumidor do café brasileiro, aumentava a sua demanda. “Os preços subiram verticalmente desde a cessação das hostilidades: inferiores a quinhentos réis por quilo em 1914-15, passaram para 1\$600 em 1910-20 e 4\$000 em 1924-25. Enfraquecido desde 1919, o câmbio favorecia a exportação e, indiretamente, as novas plantações”. O café participava da prosperidade geral e igualmente as zonas pioneiras, subindo o número de cafeeiros plantados em São Paulo de 720 milhões em 1909 para 828 milhões em 1918, ultrapassando o bilhão em 1927 (1.047.000). “Voltara a euforia, e a prosperidade mundial imprimia à marcha para o oeste um novo impulso, que a superprodução dos anos 1900 apenas havia contido (...) Se confundem o dinamismo das frentes de povoamento paulista com o da economia mundial⁵³⁵”.

Contudo, Monbeig não credita o avanço da fronteira para o “oeste” apenas ao dinamismo do mercado mundial. O autor diferencia o avanço da fronteira ocorrido na década de vinte dos avanços anteriores; assinalando que para entendermos a abertura da Noroeste, da Alta Araraquarense, da Alta Paulista e da Alta Sorocabana, não se deve levar em conta apenas os altos preços das sacas, mas antes o seu contrário: “é preciso não se deixar enganar pela curva ascendente dos preços, mas descobrir na curva descendente dos rendimentos (nas regiões antigas) uma nova razão de expansão cafeeira⁵³⁶”. Para Monbeig

apresentado no I Seminário do Café: História e Cultura Material, organizado pelo Museu Republicano Convenção de Itu, Museu Paulista/USP, entre 13 e 16 de novembro de 2006.

⁵³⁵ Pierre MONBEIG. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. p. 114.

⁵³⁶ Pierre MONBEIG. *Op. cit.*, p.189.

fora o abandono das lavouras de Ribeirão Preto, Araraquara e Jaú (por exemplo), cujos rendimentos não eram mais suficientes, um dos grandes incentivos para o avanço da fronteira, aonde, com pequenas despesas, poder-se-ia obter rendimentos econômicos satisfatórios. Há que se salientar que a produtividade dos cafeeiros plantados nas novas regiões correspondia a 70% ou 80% da produtividade das lavouras localizadas nas regiões de derrames basálticos (terra roxa) antes da geada de 1918, denotando que a fronteira agrícola avançou indiscriminadamente sobre terras menos férteis nas décadas de vinte e trinta.

Um terceiro impulso fora dado à ampliação da cafeicultura neste período: a defesa permanente do café, estabelecida em 1924. Para Monbeig, mais do que a recuperação e o aumento da demanda internacional e a busca de minimização das perdas de rendimento, fora a política de valorização dos preços o principal responsável pelo avanço da cafeicultura. Em princípio a fundação do Instituto do Café correspondia ao desejo de evitar a repetição de uma crise como a de 1905, além disso, as experiências com as intervenções “pontuais” de 1917 e 1921 tinham sido extremamente satisfatórias. Apoiando-se em empréstimos internacionais e na taxa de um mil-réis ouro por cada saca de café em circulação no estado, o Instituto possuía as prerrogativas necessárias para organizar a exportação, gozando de plena liberdade para estocar e vender, de modo a regularizar os preços colocando oportunamente o produto no mercado. Basicamente, constituía a política de valorização em um mecanismo de restrição da oferta, acumulando-se os estoques nos armazéns reguladores localizados no interior.

Para ressarcir o produtor cuja mercadoria ficava armazenada, o Banco Paulista de Crédito Agrícola efetuava os adiantamentos até o limite de 50% da produção, organizando também as hipotecas agrícolas. Os fazendeiros, encorajados pela permanência de bons preços, sentiam-se tentados a ampliar ainda mais suas lavouras, agravando ainda mais o premente problema da super oferta. Por outro lado, como recebiam no máximo a metade do valor das sacas produzidas (pois apenas uma parte era exportada) e sentiam abruptamente o peso da taxação, se endividavam ainda mais para saldar seus compromissos, captando empréstimos bancários que julgavam viáveis frente à estabilidade dos preços, conduzindo a situação a um impasse: era forçoso perseverar na política adotada para evitar a falência dos fazendeiros, embora a estocagem e as lavouras recém-formadas

pressionassem cada vez mais os níveis dos preços. Resultado, quando o acesso ao financiamento internacional foi vedado por conta das conseqüências da crise de 1929, e Washington Luís acenou negativamente com a continuidade das políticas de valorização, toda a “arquitetura” ruiu, restando altíssimos estoques acumulados e milhões de cafeeiros em franca produção.

*

A vigorosa expansão da cafeicultura sobre a região Noroeste durante a década de vinte foi capta pelas escrituras de formação de café por nós pesquisadas nos municípios de Lins e Pirajuí, entre 1928 e 1937 e entre 1920 e 1937, respectivamente. A documentação consultada nos respectivos cartórios não contemplou a totalidade de nossa periodização (1917-1937), entretanto, mesmo assim, somadas, as escrituras pesquisadas nos municípios da Noroeste compõe 37% do total de escrituras vistas nesta pesquisa, 2.047. Em Lins consultamos cinquenta e cinco Livros de Notas do 1º de Ofício Civil⁵³⁷, e encontramos 252 escrituras de formação e/ou trato de café. Em Pirajuí, consultamos oitenta e um livros do 2º Ofício Civil⁵³⁸ e encontramos 482 escrituras envolvendo formação e/ou trato de café.

No espigão que divide os rios Tietê e Aguapeí, na faixa que se estende de Pirajuí até Lins, passando por Cafelândia, a cafeicultura desenvolveu-se em níveis que não se comparavam ao restante da região. Somados, estes municípios possuíam 121.619.600 cafeeiros produtivos em 1934, cerca de 40% dos cafeeiros das regiões Noroeste e Alta Paulista juntas. Como vimos acima, o processo de avanço da cafeicultura na Noroeste foi certamente motivado pelos planos de valorização. A partir de 1921 o número de escrituras que versavam sobre a formação de lavouras de café lavradas no município de Pirajuí, que naquela época incluía a área dos posteriores municípios de Lins e Cafelândia, cresceu veementemente, acelerando-se tal crescimento a partir de 1924, no momento de definição da Defesa Permanente. A partir daí, verifica-se um crescimento ainda maior do número de contratos lavrados, que atinge o ápice em 1928/29 em Pirajuí e Lins, caindo violentamente após a *deblácle* de outubro de 1929. A evolução das escrituras testemunha o avanço da cafeicultura sobre aquela região, Pirajuí possuía 3.841.000 cafeeiros produtivos em 1915-

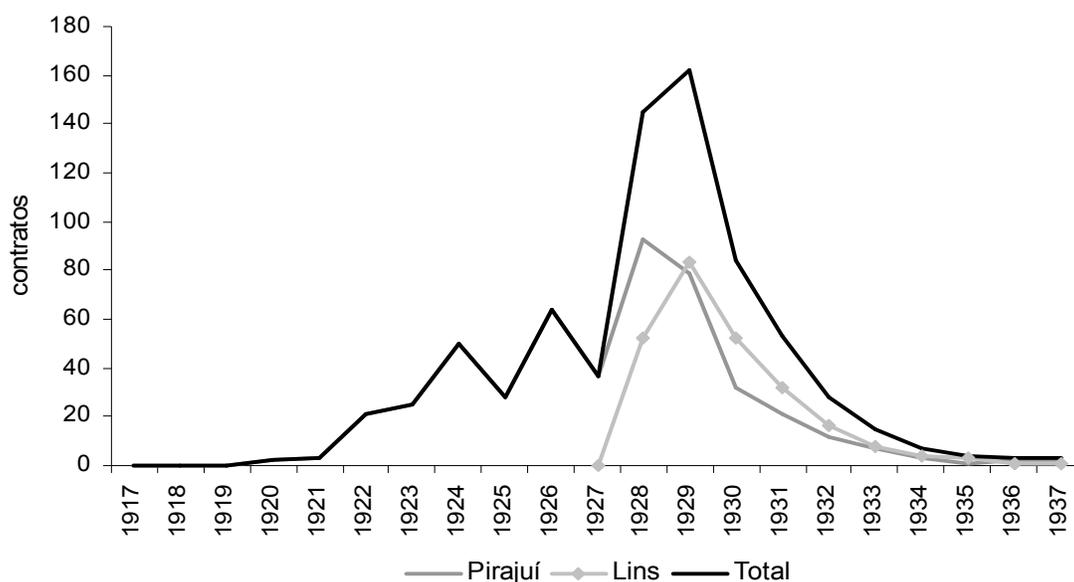
⁵³⁷ Gostaria de agradecer à Tabela Shaline Sixel Bomfim e aos funcionários Frederico Pereira Athai Mazzioti, Vlamir Alamino Pereira de Oliveira e Andréia Rosa Cardoso Leite Silva.

⁵³⁸ Gostaria de agradecer à Tabela Elaine de Souza Matos e aos funcionários André Luís de Oliveira Virgílio, Maria Luísa Oliveira Virgílio, Rita de Cássia Alleman Virgílio e Primo Patuço.

16, alcançando 45.525.865 em 1935/36, Lins possuía 5.370.000 em 1921/22, número que sobe para 49.864.900 em 1934/35. Nenhum outro município paulista ostentou entre 1909 e 1938 um “mar de café” desta magnitude⁵³⁹. A ampliação da cafeicultura nestes municípios torna-se ainda mais surpreendente quando comparamos o volume de escrituras lavradas em Lins e Pirajuí com municípios de outras regiões do estado: na Noroeste encontramos 734 escrituras, contra 105 na Paulista, 44 na Central e 116 na Alta Sorocabana, 501 na Alta Araraquarense, 254 na Mogiana e 293 na Douradense.

Gráfico 4

Contratos de Café - Região Noroeste. 1917-1937



Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Lins. 1928-1937. Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Pirajuí. 1920-1937.

Nas regiões mais antigas, tais como a Central, Paulista e a Mogiana o número de escrituras lavradas cresceu muito timidamente no favorável contexto da década de vinte (exceção feita à Franca), evidenciando um certo desgaste e uma pequena capacidade de resposta à melhora e estabilidade dos preços. Por outro lado, as regiões de fronteira, a Alta Araraquarense e a Noroeste, como também Novo Horizonte, na Douradense, “surgiram” para o café justamente naquele momento, sendo o volume de escrituras lavradas na região

⁵³⁹ Exceção feita ao município de Monte Aprazível, que possuía 43.267.200 cafeeiros em 1937-38, e São José do Rio Preto, que em 1924/25 possuía 43.000.000.

além de Bauru muito mais significativo. Trataremos agora das escrituras lavradas nos municípios de Lins e Pirajuí.

Por se tratar de uma região de fronteira, predominavam as escrituras de formação de novas lavouras, conhecidas como “empreitadas”, perfazendo cerca de 70% do total de escrituras lavradas nos municípios da Noroeste. Basicamente, os contratados assumiam o plantio e o trato dos cafeeiros durante um período de quatro ou cinco anos, recebendo como remuneração a produção parcial ou total dos cafeeiros, além de alguma quantia eventualmente paga por algum serviço, temporário e específico – as diárias – e, no caso destes municípios, mais do que em outras regiões, era recorrente a existência de pagamentos em dinheiro pela formação de cada cova ou pelo conjunto de cada mil covas. Em Lins, 48,4% das empreitadas envolviam cláusulas monetárias, em Pirajuí tal proporção sobe para 58,7%, ao passo que em outras regiões, como a Alta Araraquarense, apenas 12,3% das escrituras envolviam pagamentos em dinheiro. Como forma de remuneração não monetária, os contratados tinham acesso, mesmo que limitado e temporário, ao espaço existente entre os cafeeiros, de onde extraíam sua subsistência e eventualmente algum excedente.

O fato de os contratos lavrados na Noroeste envolverem, em sua maior parte, pagamentos em dinheiro indica que as condições de remuneração eram superiores nesta região de fronteira. Vimos até o momento que o “boom” da cafeicultura na Noroeste foi muito rápido e intenso (vide número de contratos lavrados), de modo que a necessidade de mão-de-obra deve ter sido muito mais ampla, e os fazendeiros, para atrair um maior número de trabalhadores (nacionais e/ou imigrantes), estabeleceram um padrão de contrato mais atrativo, pagando aos trabalhadores mais recorrentemente uma determinada quantia em dinheiro pela formação de cada cova. Esta prática não era preponderante em outras regiões do estado, notadamente nas mais antigas, de modo que podemos inferir que as condições de remuneração em Lins e Pirajuí foram superiores até mesmo em relação a outras regiões de fronteira, como a Alta Araraquarense, por exemplo, aonde o pagamento em dinheiro pela formação de covas foi encontrado em um número reduzido de escrituras.

Exemplificando, em março de 1929 o fazendeiro João de Souza contratou o japonês Chinataro Ueda para formar 6.100 cafeeiros na fazenda Javanhery, localizada em Getulina,

durante um prazo de quatro anos⁵⁴⁰. Ao final deste período Ueda teria direito à totalidade da produção dos cafeeiros, diminuta em função da pouca idade, além do que receberia 0\$600 por cada cova formada, o que totalizaria 3:660\$000, além, é claro da possibilidade de comercializar os excedentes de arroz, milho e feijão plantados retroativamente entre as fileiras do café. Plantando os cafeeiros em 1929, Ueda teria direito à produção do ano agrícola de 1932-33. Difícil estimar a produtividade dos 6.100 cafeeiros formados, entretanto, façamos uma inferência: a produtividade dos cafeeiros de Lins neste ano foi de 49,6 arrobas por cada mil cafeeiros⁵⁴¹, sendo que os preços praticados em Ribeirão Preto, neste mesmo momento, era de 13\$750 por cada arroba de café tipo 4, ou seja, Ueda receberia 4:160\$200 pela produção dos cafeeiros que havia formado desde 1929. Há que se destacar que este valor certamente está super dimensionado, pois cafeeiros desta idade dificilmente alcançam uma produtividade satisfatória, entretanto, o que cabe notar aqui é que a quantia auferida pela venda da produção não era muito superior à quantia recebida em função das cláusulas monetárias existentes no contrato.

A inferência acima realizada nos permite um contraponto com a bibliografia sobre o tema. Autores como T. Holloway e M. Font consideram que a fronteira causava uma instabilidade muito grande nas relações estabelecidas entre fazendeiros e colonos do interior paulista, pois as melhores remunerações exerciam um “efeito de atração” sobre os trabalhadores, ávidos por melhores condições. Font credita estas melhores condições ao direito de usufruto da terra, certamente ampliadas na fronteira por conta da disponibilidade de terras, que teria permitido a produção de excedentes alimentícios que, naquele contexto de expansão da urbanização da economia paulista, se tornaria, cada vez mais, uma das fontes básicas de receita monetária⁵⁴².

Certamente a comercialização de excedentes pesava positivamente na conta dos trabalhadores, apesar de termos uma restrição a este argumento, como veremos adiante. Entretanto, cabe salientar que a maior recorrência de cláusulas monetárias nos contratos da Noroeste também exerciam uma grande atração sobre a mão-de-obra, como pudemos

⁵⁴⁰ Livro de Notas n. 05, fls. 08. 116. 1º Ofício Civil de Lins. 27/03/1928.

⁵⁴¹ Café: Estatísticas de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1937-38, p. 121.

⁵⁴² Maurício FONT. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933. In: Bernardo SORJ, Fernando Henrique CARDOSO e Maurício FONT. (orgs.) *Economia e movimentos sociais na América latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 220.

deduzir dos números expostos para o caso do empreiteiro Chinataro Ueda, mas a bibliografia parece desconsiderar a importância de cláusulas envolvendo dinheiro como um das estratégias viabilizadoras da aquisição de mão-de-obra pelas fazendas localizadas nas regiões novas, creditando as melhores possibilidades unicamente à maior disponibilidade de terras.

Como já discutimos anteriormente o acesso a terra, notadamente ao cultivo intercafeeiro, era ampliado nas zonas novas, pois se tratava em grande medida de contratos de formação de novas lavouras, entretanto, nas zonas mais antigas tal prática também era uma realidade, mesmo que diminuta em relação à fronteira, de modo que talvez seja necessário relativizar a importância deste acesso como o principal fator de atração de mão-de-obra. Já em termos contratuais, a maior existência de cláusulas monetárias nos contratos lavrados na Noroeste parece ser uma especificidade altamente relevante, um diferencial destas escrituras em relação às demais.

Como vimos acima, encontramos nos cartórios dos municípios da fronteira um número bem maior de escrituras envolvendo café, como também uma proporção maior de escrituras de “empreitada” (formação) em relação ao total pesquisado: constituíam estas 68% das escrituras em Pirajuí, 69% em Lins, 67% em São José do Rio Preto e 51% em Catanduva, ao passo que nos municípios mais antigos, onde predominavam as parcerias, e as empreitadas alcançavam proporções bem menos significativas: 38% em Franca, 20% em Rio Claro, 19% em Campinas, 32% em Jaú, 16% em Botucatu, 47% em Araraquara, 30% em São Carlos e São Manuel e 69% em Ribeirão Preto⁵⁴³. Assim sendo, dada a existência de um maior número de contratos na fronteira, e dentre estes uma maior recorrência de empreitadas, pode-se concluir que lá também existiam as melhores possibilidades aos trabalhadores em termos de cláusulas monetárias, o que talvez seja o maior diferencial entre os contratos lavrados na Noroeste e os lavrados nas demais regiões.

Tratemos agora das formas de acesso a terra que eram definidas em contrato. Assim como em outras regiões ficavam reservados aos contratados os espaços existentes ente os

⁵⁴³ Cabe salientar que neste município 56% das escrituras pesquisadas versavam sobre a formação de lavouras nas zonas de fronteira.

cafeeiros, lembrando que a disposição do plantio era completamente diferente da atual⁵⁴⁴. Praticava-se o plantio “em quadra”, sendo que até a distância entre os cafeeiros era definida em contrato, sendo, geralmente, de dezesseis palmos (aproximadamente três metros e meio). Como já vimos o acesso a terra era retroativo, reduzia-se na medida em que os cafeeiros iam se desenvolvendo, como se depreende do trecho abaixo:

“O empreiteiro poderá plantar cereaes para si, na lavoura, pela seguinte forma: milho – no primeiro e segundo annos uma carreira, no terceiro anno rua pulada; arroz – no primeiro anno tres carreiras rectas, no segundo e terceiro anno duas carreiras, comprometendo-se o empreiteiro a arrancar a soca dez dias depois de iniciado o corte; feijão – no primeiro anno tres carreiras rectas; onde não plantar feijão poderá plantar alho, batatinha, amendoim e cebolas; não poderá plantar aquillo que não constar deste contracto⁵⁴⁵”

Na maioria quase absoluta dos contratos pesquisados, o plantio intercafeeiro retroativo era o mecanismo pelo qual os trabalhadores tinham a possibilidade de praticar outras culturas, aliás, era este o mecanismo preferido, uma vez que se economizava tempo de trabalho, pois se concentravam no mesmo espaço as tarefas ligadas aos cafeeiros e os cuidados com as outras culturas. Nas palavras de T. Holloway: “o colono preferia plantar seu milho e feijão entre as fileiras de pés de café do que manter uma lavoura de subsistência separada dos cafezais. Se a lavoura fosse isolada, ele tinha que dividir seu tempo entre as duas áreas. Só depois do café estar capinado segundo o gosto do capataz é que o colono ficava livre para atender sua plantaçoão particular, em tempo de folga (...) neste caso, a família podia cuidar de menos cafeeiros e tinha que se satisfazer com uma roça menor, o que não acontecia quando as duas atividades eram combinadas em uma mesma área⁵⁴⁶”. Cabe salientar que quando a lavoura de café atingia a idade adulta, entre quatro e seis anos, a possibilidade do cultivo intercafeeiro ficava reduzida, ou mesmo inviabilizada, pois o sistema radicular dos cafeeiros formados competiria com as outras plantaçoões na captaçoão de nutrientes e umidade do solo.

⁵⁴⁴ Atualmente pratica-se um cultivo mais intensivo, com menor distância entre os cafeeiros, formando-se verdadeiras muralhas verdes em cada fileira. Tal forma de plantio foi utilizada pioneiramente na região de Franca., buscando-se uma melhor relação entre produção e área plantada.

⁵⁴⁵ Livro de Notas n. 11, fls. 5-6. 2º Ofício Civil de Pirajuí. 08/07/1923.

⁵⁴⁶ Thomas HOLLOWAY. *Imigrantes para o café*. Café e sociedade em São Paulo 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 134-5. “Uma alternativa corrente era a família dividir sua força de trabalho, o marido e os filhos maiores capinando basicamente o café, e a mulher e os menores cuidando da lavoura de subsistência”.

Sobre as culturas intercalares, o que era um fim para o fazendeiro era apenas um meio para o trabalhador: o objetivo do fazendeiro era manter seu suprimento de força de trabalho (a baixo custo) e produzir café, enquanto o interesse do trabalhador repousava principalmente na colheita de alimentos. Augusto Ramos admitia que o trabalho no café, do ponto de vista do trabalhador, simbolizava salário parco, dosado, discutido e às vezes incerto. O milho, por outro lado, simbolizava abundância e bem-estar: significava polenta, comida para as galinhas, abundância de ovos, porcos gordos, carne suína salgada e toucinho defumado. Da venda de seus produtos alimentícios excedentes ele comprava roupas, vinho e outras coisas necessárias. “O café era dependência, subserviência, fonte de conflitos justificados mas desagradáveis, desconfiança e medidas disciplinares; o milho era liberdade de ação e autonomia econômica⁵⁴⁷”.

Por conta destes atrativos, a expansão do número de cafeeiros tornou-se uma das principais estratégias do fazendeiro para reter e ampliar a mão-de-obra na fazenda, sendo possível pensar em situações onde as lavouras eram expandidas mesmo contra a vontade dos fazendeiros, a fim de obstar a desorganização do trabalho em suas propriedades. Uma hipótese a ser pensada é que a forma de trabalho estabelecida nas lavouras de café clamava pela fronteira, pela expansão continuada dos plantios, impelindo ao avanço territorial do café uma lógica própria que talvez guarde uma certa independência do movimento dos preços.

As evidências coletadas nas escrituras de formação de café lavradas em Lins e Pirajuí, assim como em outros municípios, apontam em outro sentido. Como vimos acima, as cláusulas contratuais envolvendo dinheiro, no caso da Noroeste, tinham uma importância superior à destacada pela bibliografia, e os trabalhadores, apesar de terem o acesso ao espaço intercafeeiro para o plantio de outras culturas garantido em contrato, perdiam parte considerável dos excedentes ao negociá-los com o fazendeiro.

Na Noroeste também, em grande parte das escrituras lavradas, acertavam-se cláusulas que impunham a “preferência de venda” do café, dos cereais e dos animais pertencentes aos trabalhadores para o fazendeiro. Contudo, deve-se levantar a hipótese de que esta “negociação preferencial” era permeada por relação extremamente desigual, o que

⁵⁴⁷ Augusto RAMOS. Questões Agrícolas. *Revista Agrícola de São Paulo*, 1902, p. 26-8. In Thomas HOLLOWAY, *Op. Cit.*, p. 136.

poderia significar uma redução dos preços dos produtos vendidos pelo trabalhador. Há que se questionar, neste ponto, qual era a possibilidade de o trabalhador negociar livremente os excedentes de sua produção. Existia um mercado para estes produtos? Quem eram os outros compradores? Os trabalhadores podiam escolher livremente para quem vender? Tinham acesso direto aos consumidores urbanos? Acreditamos que não.

Intermediações extremamente desfavoráveis aos trabalhadores operavam-se neste circuito, principalmente quando os trabalhadores caíam nas “amarras” dos adiantamentos, como foi o caso do espanhol Eloy Bargas, que ao ser contratado por Francisco Rodrigues para formar seis mil cafeeiros, na fazenda Dourado d’Oeste, em Lins, durante quatro anos, contraiu uma dívida de 700\$000 para as despesas iniciais, que seria paga a Rodrigues com a “colheita de cereais⁵⁴⁸”. Será que Bargas operaria em “concorrência perfeita” mediante estas condições? Certamente que não, e entregaria ao fazendeiro, no momento de liquidação dos adiantamentos, quantidades de cereais superiores aos 700\$000 contraídos. A bem da verdade, os adiantamentos em ampla escala foram proibidos pela Lei do Patronato Agrícola de 1911⁵⁴⁹, entretanto tal prática nunca caiu em desuso, pois era um dos principais mecanismos para retirar do trabalhador qualquer possibilidade de livre atuação no mercado. Quando em 1929 o empreiteiro Otta Kiuziro contratou Yamamoto Keinzo, Imoto Zengoro, Tanaka Guiytero e Meda Gohe para formar 36.000 cafeeiros numa fazenda localizada em Rancharia, durante quatro anos, estabeleceu-se a seguinte cláusula contratual: “os outorgados não poderão vender cereais colhidos na propriedade do outorgante, sem consentimento deste, estando devendo ao mesmo qualquer quantia.⁵⁵⁰” Numa outra situação, o contratado Etelvino Ramos Sobrinho, de Avanhandava, quebrou o contrato com o fazendeiro José de Paiva Roxo, de Ribeirão Preto, estando presente na liquidação do contrato o seguinte trecho: “o que assim sendo deve ao primeiro contratante José de Paiva Roxo, todos os adiantamentos de numerário, *extracontrato*, que por este lhe foram feitos em diversas ocasiões e que todos somados, demonstram a situação de credor da importância exata, verificada e confessada de 7:886\$900”. Nesta situação o contratado perdera também toda a produção de cereais advinda do espaço intercafeeiro dos vinte mil pés contratados⁵⁵¹.

⁵⁴⁸ Livro de Notas n. 06, fls. 54. 1º Ofício Civil de Lins. 18/07/1929.

⁵⁴⁹ Ver capítulo sobre a Região Central.

⁵⁵⁰ Livro de Notas 04, fls. 47. 1º Ofício Civil de Lins. 04/03/1929.

⁵⁵¹ Livro de Notas n. 05, fls. 61. 1º Ofício Civil de Lins. 04/05/1929.

Os casos acima listados evidenciam a importância estratégica dos adiantamentos para se “amarrar” os trabalhadores também em termos de negociação dos excedentes produzidos, e não só como um mecanismo para “fixar” o trabalhador na fazenda, como sempre fora destacado pela bibliografia.

Existiam também outras formas de coibir a livre negociação dos cereais cobrando-se uma determinada quantia pelo transporte das sacas, como se depreende do seguinte trecho: “os cereais que os empreiteiros colherem no sítio serão vendidos pelos mesmos, por intermédio da administração, que fará o transporte dos ditos cereais ao preço de 3\$000 por saco de 60 kg⁵⁵².” Evidentemente, a taxaço sobre as quantidades transportadas praticamente proibia a comercialização com outros agentes, limitando o mercado para os parceiros e empreiteiros. Numa outra situação, num contrato lavrado entre Lauro Dias, de Bebedouro, e Venerando Casalindo e outros, para formar 43.500 cafeeiros na fazenda Sta. Maria, em Lins, os contratados se obrigavam a “dar preferência ao contratante para a venda de cereais, exceção feita aos colhidos no primeiro ano, que deveriam lhe ser vendidos com a diferença, para menos, de 2\$000 por saca, de acordo com os preços vigentes na ocasião⁵⁵³”.

As Mercarias, também conhecidas como Vendas, assim como os adiantamentos, a taxaço sobre os transportes e a redução descarada dos preços, constituíam-se também numa peça central para a viabilidade dos mecanismos de estreitamento de mercado e de exploração da mão-de-obra. Nas Vendas os trabalhadores trocavam sua produção de café, milho, arroz, feijão, etc., pelos produtos que não reuniam condições de produzir: pólvora, sal, açúcar, ferramentas, arames, sacas, tecidos, linha, sapatos, botinas, fitas, eventualmente carnes e embutidos, etc. Certamente estas trocas se efetivavam em condições desfavoráveis aos trabalhadores, e dificilmente estes poderiam adquirir os produtos necessários em outros lugares, por conta da distância e do fato de que em outras Vendas, localizadas na cidade ou em outros bairros rurais, não contariam com nenhum crédito, sempre avidamente oferecido pelo contratante para endividá-lo e expropriá-lo numa escala ainda maior. Basicamente, este crédito constituía-se em “ordens”, créditos registrados em caderneta liquidados com uma certa periodicidade, geralmente a cada bimestre, lembrando que em muitos casos os

⁵⁵² Livro de Notas n. 11, fls. 74. 1º Ofício Civil de Lins. 20/01/1930.

⁵⁵³ Livro de Notas n. 16, fls. 55. 2º Ofício de Pirajuí. 08/11/2006.

trabalhadores, em função de serviços eventuais ou do pagamento pelo trato dos cafeeiros, recebiam “vales” que só eram aceitos no espaço da propriedade, impondo ao trabalhador a obrigatoriedade de comprar na Venda, num sistema que transformaria os salários monetários pagos aos trabalhadores em um salário em espécie. Em muitas situações, os trabalhadores liquidavam seus contratos sem nunca ter visto uma nota de mil-réis, mesmo sendo a moeda nacional a unidade de conta do “dever” e do “haver”.

Discordando de Holloway e Font, que apontam a livre comercialização de excedentes como a principal via de ascensão social⁵⁵⁴ dos trabalhadores rurais, procuramos demonstrar que estes eram submetidos a um alto grau de exploração no momento de comercialização dos excedentes (acreditamos que isso também seja válido para a parte da produção de café que lhes cabia), e que os fazendeiros concentravam estes excedentes e intermediavam vantajosamente sua colocação nos mercados urbanos. Talvez disto derive a preocupação em sempre estabelecer cláusulas de preferência de venda nos contratos de formação de lavouras de café.

Vigoravam nos contratos algumas cláusulas que tinham como objetivo segurar os trabalhadores nas fazendas. Os contratos eram tão “leoninos” que os fazendeiros reservavam-se o direito de não pagar, ou pagar quando lhes conviesse, como se depreende do seguinte trecho: *“caso não possa o proprietário pagar o contratado no final desta empreitada, terá um ano de prazo para efetuar o pagamento”⁵⁵⁵*, ou *“se no vencimento deste contrato o primeiro outorgante não fizer o pagamento ao segundo da importância verificada de acordo com as cláusulas já mencionadas, o segundo outorgante continuará a tratar do café como colono recebendo como pagamento anual e da colheita dos frutos o preço corrente na ocasião, até se pagar com os frutos produzidos, ficando então já a metade dos frutos do quinto ano destinada a esse pagamento”⁵⁵⁶*.

Estes trechos evidenciam as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores no momento de liquidação das escrituras. Geralmente, os valores monetários envolvidos eram “acertados” no final dos quatro anos de contrato, pois os fazendeiros tinham que verificar,

⁵⁵⁴ Não estamos aqui negando a importância da prática das culturas intercalares como um mecanismo que possibilitou uma melhora da condição de vida dos trabalhadores rurais, certamente as experiências de ascensão social de “colonos” estão ligadas a este mecanismo. O que estamos colocando em discussão são as restrições impostas à livre comercialização destas culturas.

⁵⁵⁵ Livro de Notas n. 61, fls. 21. 2º Ofício Civil de Pirajuí. 02/02/1932.

⁵⁵⁶ Livro de Notas n. 03, fls. 79. 2º Ofício Civil de Pirajuí. 08/04/1922.

depois deste período, o número de cafeeiros formados, se as lavouras tinham sido bem cuidada, etc., e, em caso de má formação, oriunda de maus tratos, era necessário descontar os valores das falhas ou aplicar as multas que penalizavam os trabalhadores que não haviam desempenhado as tarefas adequadamente.

Por conta da fiscalização, e também para saldar seus débitos quando as lavouras já fossem produtivas, as somas de dinheiro a serem despendidas, no caso da existência de saldos, acumulavam-se no final do contrato, além do mais, o pagamento pelo trabalho estaria submetido diretamente às condições de preço e de produtividade de um determinado ano. Já prevendo situações desfavoráveis os fazendeiros se protegiam ao estipular cláusulas que previam a prorrogação contratual, o que certamente era muito positivo, uma vez que os ganhos da empreitada, os valores pagos por cada cova formada, seriam reduzidos a salários de colonos e/ou pagos com a produção de café. De certo modo, o contrato já previa o “calote” e resguardava os interesses dos fazendeiros.

Por outro lado, quando por algum motivo o fazendeiro quisesse se livrar de algum trabalhador, poderia acionar as cláusulas de “dispensa”. Observemos o trecho que se segue: *“o outorgado que se recusar ao cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a fazenda as fará por conta do mesmo, cobrando-lhe ainda a multa que couber, e no caso de reincidência de abusos ou de insubordinação à disciplina da fazenda poderá ser dispensado sem remuneração nenhuma pelos serviços feitos até ali e obrigado a desocupar a casa imediatamente⁵⁵⁷”*. A fiscalização dos serviços cabia ao capataz da fazenda, sendo ele o responsável pelo bom andamento da formação das lavouras, os julgamentos de conduta, a recepção de visitas nas colônias, etc., mas cabe salientar que, se por um lado as escrituras possibilitavam a prorrogação do contrato em caso de atraso nos pagamentos, por outro, estabelecia a possibilidade de um rompimento unilateral por parte do fazendeiro, bastando para isso que se entendesse que uma determinada atividade não tivesse sido realizada a contento, uma vez que os critérios de fiscalização, definidos em contrato, eram extremamente subjetivos, podendo ser o contratado “demitido” por qualquer motivo: um número excessivo de porcos, a utilização de terras para pastos não definida em contrato, a julgada “inaptidão” para o trabalho, a preguiça, o excessivo consumo de álcool, enfim, uma ampla gama de justificativas que poderiam ser utilizadas indiscriminadamente pelo

⁵⁵⁷ Livro de Notas n. 35, fls. 56. 2º Ofício Civil de Pirajuí. 28/11/1927.

fazendeiro, explicitando uma correlação de forças extremamente desigual que se efetivava neste tipo de escritura cartorial.

A crise de 1929 tornou as condições de pagamento ainda mais complicadas para os trabalhadores, pois, dado o alto grau de endividamento, os baixos preços e as dificuldades de realização da produção, os fazendeiros encontravam-se descapitalizados no momento de liquidação dos contratos. A saída foi firmar acordos de reconhecimento da dívida para com os trabalhadores, renegociando-se as condições de pagamento. Em 1933 Eduardo Caliló reconheceu a dívida com o trabalhador Emílio Sobrinho⁵⁵⁸, composta pelos seguintes itens:

<i>4 anos de crédito de</i>	<i>4.853 cafeeiros (1\$000)</i>	<i>4.853\$000</i>
	<i>237 ½ formação (0\$500)</i>	<i>118\$500</i>
	<i>538 replantas (0\$200)</i>	<i>107\$600</i>
	<i>400\$000 adiantamentos</i>	<i>(400\$000)</i>
	<i>622 falhas</i>	<i>(622\$000)</i>
	<i>serviços de Colono (170\$000 mil pés)</i>	<i>1:062\$000</i>
	<i>1\$800 por saca de 110 litros</i>	
<i>Total a receber: 4:057\$100, mais serviços de colono e serviços de colheita.</i>		

Perceba que a possibilidade de segurar o trabalhador na fazenda como colono já se encontrava “esgotada”, sendo que nem os valores referentes ao pagamento desta função tinham sido pagos (1:062\$000). Assim como nas outras escrituras de liquidação de contratos e reconhecimento de dívidas encontradas, os fazendeiros estabeleciam condições mais aprazíveis para o pagamento de suas dívidas, neste caso, o valor declarado seria pago em quatro anos, a módicos juros de 6% ao ano. Nestes termos, imagine a condição de Emílio Sobrinho: teria trabalhado durante quatro anos como empreiteiro-contratado, depois mais um ano, no mínimo, como colono, para receber o pagamento por seu trabalho dali a quatro anos, com juros que certamente não cobririam a inflação do período. Assim, uma relação contratual provavelmente iniciada em 1928 seria devidamente liquidada somente em 1937.

Outra estratégia utilizada pelos fazendeiros neste contexto de crise aberta foi a de efetuar o pagamento dos colonos com café, o que na verdade significava livrar-se de dois problemas: a) liquidar os débitos pendentes; b) livrar-se de uma grande quantidade de sacas de café cujos preços estavam fortemente deprimidos, em função da maturação da capacidade produtiva dos cafeeiros da Noroeste e dos altos estoques existentes. Em 1933 o

⁵⁵⁸ Livro de Notas n. 66, fls. 37. 2º Ofício Civil de Pirajuí. 27/05/1933.

fazendeiro Rodolfo João Incesto acertou desta maneira a liquidação de suas dívidas com Virgílio José Garcia, Joaquim Antônio de Moraes e João Messias do Espírito Santo: “*que os cafeeiros já mencionados continuam a ser tratados pelos outorgados como colonos [segurando-os sem pagar por mais um tempo], devendo os mesmos fazer a colheita dos frutos, sendo que o outorgado fará a seca dos frutos da sua lavoura. Que os frutos colhidos serão aplicados no pagamento dos salários dos outorgados como colonos ao preço que estiver correndo na ocasião, sendo que deste ano já foi estipulado, e o restante do café, isto é, a sobra depois de pagos os salários dos colonos, aplicados na amortização do débito ora confessado*⁵⁵⁹”. (sic.)

Como vimos acima, os anos de 1928 e 1929 marcaram o ápice da curva de contratos lavrados na Noroeste, o que significa dizer que os cafeicultores desta região foram atingidos pela crise exatamente no momento em que mobilizavam recursos para a expansão de sua produção, que alcançaria plena capacidade a partir de 1933 e 1934. Enquanto nas regiões mais antigas, conforme vimos anteriormente, os impactos da crise foram sentidos de forma menos abrupta, pois se tratava de situações em que a cafeicultura já vinha se deteriorando, tanto em termos de produtividade, quanto em termos de número de cafeeiros em produção, como no caso de Rio Claro, por exemplo, nas fronteiras os fazendeiros possuíam posições muito frágeis, pois se encontravam em pleno processo de endividamento, sendo “nocauteados” pela *débâcle* mundial de 1929.

Esta parece ser a situação de Domingos Tamião, que em 1929 contratou Geronimo Scudieri para formar nove mil cafeeiros, durante três anos, na fazenda Água do Arroz. O empreiteiro-contratado teria como remuneração não monetária toda a produção de café e o direito ao plantio de culturas intercalares, além disso, receberia 0\$700 por cada cova formada e mais 6\$000 pelas diárias⁵⁶⁰. Quatro anos depois, as partes contratadas voltaram a se encontrar em um cartório, assumindo Tamião que “não tinha presentemente recursos para fazer ao credor Geronimo Scudieri o respectivo pagamento, estando a propriedade onerada por uma hipoteca a favor de Clemente Samuel, residente em Bauru⁵⁶¹”.

Este caso elucida perfeitamente a “quebra” de todo o circuito de endividamento necessário para a expansão das lavouras na Noroeste ocorrida entre 1928-29. Certamente

⁵⁵⁹ Livro de Notas n. 66, fls. 2º Ofício Civil de Pirajuí. 01/06/1933.

⁵⁶⁰ Livro de Notas n. 52, fls. 21. 2º Ofício Civil de Pirajuí. 19/12/1929.

⁵⁶¹ Livro de Notas n. 66, fls. 43. 2º Ofício Civil de Pirajuí. 31/05/1933

Domingos Tamião se endividou na praça de Bauru, evidenciando a importância dos capitais localizados no interior para o financiamento da cafeicultura⁵⁶², e a partir dos recursos captados acertou a formação de cerca de cento e vinte mil cafeeiros, divididos em três escrituras lavradas por ele em 1929. Posteriormente, com a crise e a incapacidade de saldar seus débitos, voltou aos cartórios e “transmitiu” as dificuldades econômicas aos trabalhadores que, no limite poderiam se manter sem os pagamentos em dinheiro, uma vez que reuniam condições de garantir a sua subsistência. Talvez justamente por isso os trabalhadores concordassem com as escrituras de liquidação de contrato e de prorrogação dos prazos de pagamento em condições tão adversas, pois, para onde poderiam ir? Aonde conseguiriam um novo contrato? Se não aceitassem os termos propostos teriam que deixar a fazenda e aguardar um pagamento que se efetivaria no longo prazo. Nesta condição, como iriam garantir o sustento da família? Restava-lhes como estratégia a espera pelas amortizações e a torcida por uma melhora dos preços do café. Assim, os trabalhadores continuavam tocando as atividades ligadas ao trato dos cafeeiros, continuavam carpindo, desbrotando, replantando, espalhando o cisco colhendo e secando os grãos de café, ocupando-se também com os cotidianos cuidados com as lavouras de arroz, milho, feijão e com a criação de porcos e outros animais. O argumento é que em momentos de expansão da cafeicultura, o mecanismo de garantir o acesso a terra ao trabalhador reduz os custos de produção, e, ao contrário, em momentos de crise, permite uma ampla margem de negociação das dívidas contraídas com os trabalhadores. Evidentemente, isto não se aplica às parcerias e às empreitadas sem remuneração em dinheiro, situações em que o fazendeiro não acumulava dívidas monetárias.

A análise dos contratos de formação e das escrituras de liquidação permite-nos inferir que as perdas econômicas poderiam ser repassadas aos trabalhadores, renegociando-se as condições de pagamento e conseguindo prazos mais dilatados com juros favoráveis. Como indicam as escrituras, tal prática parece ter contado com a conivência do governo do estado, pois os tipos de liquidação contratual acima citados foram chancelados por Arlindo dos Santos, advogado do Depto. Estadual do Trabalho, justamente aquele que deveria proteger o interesse dos trabalhadores.

⁵⁶² Discutimos esta questão em Pedro Geraldo TOSI; Rogério Naques FALEIROS; Rodrigo da Silva TEODORO. *Fragments de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/São Paulo 1890-1914*. Revista História., São Paulo, v. 24, n. 2, 2005.

Discutamos agora as condições de remuneração numa perspectiva comparada. Há que se considerar que em termos de valores pagos por cada cova formada, não existiam diferenças gritantes entre os praticados nas regiões mais antigas e nas regiões mais novas, como já observamos na região da Alta Araraquarense, entretanto, na fronteira agrícola se verificava um número maior de escrituras envolvendo cláusulas monetárias, tornando-a mais atrativa.

Abaixo, fizemos uma simulação de quanto receberia (em mil-réis) um empreiteiro contratado para formar cinco mil cafeeiros em Lins e Pirajuí, sendo a remuneração por este trabalho composta pela totalidade da produção do último ano de contrato.

Tabela 3 – rendimentos de empreitada. Lins e Pirajuí – 1924-27.

Empreitada 1924-1927					
<i>Ano</i>	<i>Preço (@)</i>	<i>Prod. Lins</i>	<i>Prod. Pirajuí</i>	<i>Lins 5.000</i>	<i>Pirajuí 5.000</i>
1924	42\$660	30,597	58,751	-	-
1925	42\$410	44,030	26,817	-	-
1926	27\$500	41,294	28,481	-	-
1927	23\$800	95,304	99,733	11:341\$150	11:868\$230
Total				11:341\$150	11:868\$230

Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Lins e do 2º ofício Civil de Pirajuí. Para os índices de produtividade (@ por mil pés) utilizamos o Boletim Café: Estatísticas de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1937-38.

Consideramos acima os preços por arroba praticados nas escrituras de compra e venda de cafés, lavradas em Ribeirão Preto, uma vez que nos municípios da Noroeste não encontramos informações suficientes para elaborarmos uma série, denotando que os circuitos de comercialização do café produzido em Lins e Pirajuí eram organizados por comerciantes de outras localidades, provavelmente Bauru, Campinas, São Paulo e da própria Ribeirão Preto, uma vez que as escrituras de compra e venda lavradas neste município envolviam vendedores de diferentes regiões do estado e de Minas Gerais, de modo que lá se concentrava boa parte dos negócios do café, como vimos no capítulo referente à região Mogiana. Em termos de acumulação de capitais, a ausência de escrituras de compra e venda nos cartórios dos municípios da Noroeste indica que estes não tiveram uma maior dimensão mercantil, ou seja, que os fazendeiros lá alocados não possuíam cabedal suficiente para organizar a circulação de mercadorias em um nível mais amplo, especializando-se única e exclusivamente na produção de café e no comércio regional. A ausência de centralização das atividades de comercialização pode estar intimamente ligada

à decadência regional que se verificou após a década de quarenta, quando a cafeicultura perdeu dinamismo e as cidades retrocederam, como foi o caso de Pirajuí, que possuía em 1930 cerca de noventa mil habitantes e que hoje possui pouco mais de quinze mil.

Tem-se entre 1924 e 1927 um contexto de preços altos que impactava positivamente na remuneração dos empreiteiros, sendo que ao final dos quatro anos, tanto em Lins quanto em Pirajuí, eles receberiam, segundo a simulação que realizamos, cerca de onze contos de réis pelo trato de cinco mil cafeeiros durante os quatro anos de contrato. Parte-se do pressuposto de que os empreiteiros venderiam livremente sua parcela da produção de café e que estes alcançariam uma produtividade satisfatória já aos quatro anos de idade, o que de fato não corresponde à verdade, pois a produção ótima de um cafeeiro, em condições ideais, era alcançada após o sexto ano de idade. O fazendeiro abria mão da produção do quarto ano justamente porque não era muito significativa, embora pudesse render algum saldo para os empreiteiros.

Neste tipo de contrato os rendimentos monetários dos empreiteiros dependeriam diretamente da realização da produção no mercado, tornando-se muito suscetível às variações de preço, como se depreende da tabela abaixo:

Tabela 4 - rendimentos de empreitada. Lins e Pirajuí – 1934-37

Empreitada 1934-1937					
<i>Ano</i>	<i>Preço</i>	<i>Prod. Lins</i>	<i>Prod. Pirajuí</i>	<i>Lins 5.000</i>	<i>Pirajuí 5.000</i>
1934	18\$750	32,51	41,49	-	-
1935	17\$500	74,40	75,88	-	-
1936	15\$500	65,00	70,00	-	-
1937	16\$300	64,50	64,50	5:256\$750	5:256\$750
Total				5:256\$750	5:256\$750

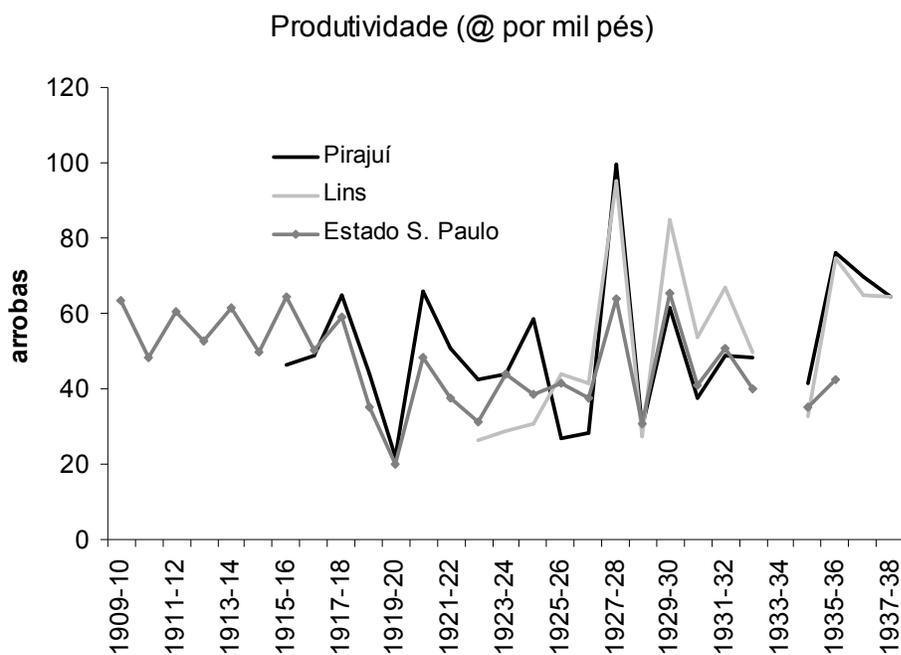
Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Lins e do 2º ofício Civil de Pirajuí. Para os índices de produtividade (@ por mil pés) utilizamos o Boletim Café: Estatísticas de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1937-38.

Nesta simulação, realizada num contexto de preços baixos e de paulatina retirada das intervenções governamentais no mercado cafeeiro, terminada com a definição da “política de concorrência”, em 1937, os rendimentos dos empreiteiros encontrar-se-iam muito deprimidos, caindo para menos de 50% dos rendimentos auferidos na situação anterior. A possibilidade de acumular maiores quantias de dinheiro dependeria sempre de condições alheias ao trabalhador: caso se verificasse uma pequena produtividade e/ou a vigência de preços baixos no ano de liquidação da empreitada, cujo café colhido pertenceria

ao contratado, as condições de ascensão social seriam muito restritas. Por outro lado, se a produtividade atingisse um patamar mais elevado e/ou os preços se elevassem, as condições se alterariam e se tornariam muito mais vantajosas. Estas variáveis, aliadas ao tamanho do núcleo familiar, à qualidade das terras, às formas de acesso a outras culturas e ao preço da terra, indicam a dificuldade de se discutir a questão da ascensão social de trabalhadores rurais na cafeicultura. Num contexto de tão amplas possibilidades qualquer opinião fechada pode ser temerária. Nos contratos de parceria, onde os trabalhadores teriam que comercializar anualmente a parcela da produção de café que lhes cabia, sua exposição aos reveses do mercado era ainda mais ampla.

Aliada à questão das variações dos preços, temos que considerar um outro indicador: a produtividade, que sempre descreve uma trajetória errática alternando anos de alta com anos de baixa, aspecto decorrente das próprias características biológicas do cafeeiro.

Gráfico 5



Café: Estatísticas de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1937-38

De uma forma geral, podemos dizer que a produtividade dos cafeeiros dos municípios de Lins e Pirajuí foram superiores à média do estado no período observado, entretanto, considerando-se que esta média incluía regiões já extremamente desgastadas,

que certamente puxavam a produtividade estadual para baixo, a quantidade de arrobas por cada mil cafeeiros produzidas nos municípios da Noroeste parece não ter alcançado grande destaque se comparada a outros municípios com solos de maior qualidade, como São Manuel, aonde se chegara a registrar uma produtividade de 109 arrobas por mil pés no ano agrícola de 1909-10⁵⁶³. Lins e Pirajuí se destacaram, respectivamente, apenas nos anos de 1926-27 (95,3 arrobas) e 1927-28 (99,7 arrobas), sendo que no período compreendido entre 1909 e 1938 não mais se aproximaram de tais índices.

Ainda baseados nos preços praticados na praça de Ribeirão Preto, simulamos nas tabelas abaixo a remuneração de empreiteiros de Pirajuí, Campinas, Ribeirão Preto e S. J. Rio Preto em dois contextos diferentes:

Tabela 5 – Rendimento de Empreitadas em diferentes municípios

Empreitada - 5.000 cafeeiros				
Ano	Pirajuí	Campinas	Ribeirão Preto	S. J. Rio Preto
1924	-	-	-	-
1925	-	-	-	-
1926	-	-	-	-
1927	11:868\$233	5:928\$061	6:813\$980	9:897\$852
Total	11:868\$233	5:928\$061	6:813\$980	9:897\$852

Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Campinas e Ribeirão Preto. 2º Ofício Civil de Pirajuí e S. J. Rio Preto. Para os índices de produtividade (@ por mil pés) utilizamos o Boletim Café: Estatísticas de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1937-38

Tabela 6 – Rendimento de Empreitadas em diferentes municípios

Empreitada - 5.000 cafeeiros				
Ano	Pirajuí	Campinas	Ribeirão Preto	S. J. Rio Preto
1934	-	-	-	-
1935	-	-	-	-
1936	-	-	-	-
1937	5:256\$750	2:363\$340	3:469\$060	3:667\$190
Total	5:256\$750	2:363\$340	3:469\$060	3:667\$190

Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Campinas e Ribeirão Preto. 2º Ofício Civil de Pirajuí e S. J. Rio Preto. Para os índices de produtividade (@ por mil pés) utilizamos o Boletim Café: Estatísticas de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1937-38

Como vimos anteriormente, por conta dos solos de pior qualidade, a produtividade dos cafeeiros plantados na região Noroeste, assim como na Alta Araraquarense, era inferior

⁵⁶³ SÃO PAULO. *O Café: Estatísticas de Produção e de Comércio*. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1919, p. 158.

à produtividade dos solos de terra roxa quando se observa todo o período compreendido entre 1909 e 1938, contudo, nos períodos selecionados acima, dado o desbravamento recente, o município de Pirajuí apresentava produtividade mais satisfatórios aos demais, o que renderia aos empreiteiros contratados nesta região, teoricamente, quantias superiores tanto em momentos de preços altos quanto em momentos de preços baixos, como nas duas situações consideradas acima. Não devemos nos esquecer também que quase não se firmavam contratos de empreitada nas zonas mais antigas entre 1917 e 1937, de modo que além de oferecer remunerações superiores, o número de possibilidades era maior na Noroeste do que na Mogiana, na Central e na Paulista, por exemplo.

Aplicando-se a mesma simulação, mas mudando-se o tipo de relação contratual, passando agora para as parcerias, os trabalhadores dos distintos municípios receberiam a seguinte remuneração anual decorrente da comercialização da metade da colheita que lhes cabia:

Tabela 7 – Rendimento de Parcerias em diferentes municípios

Parceria - 5.000 cafeeiros				
Ano	Pirajuí	Campinas	Ribeirão Preto	S. J. Rio Preto
1924	6:265\$823	5:213\$262	6:386\$431	1:438\$535
1925	2:843\$307	4:795\$066	4:755\$938	3:075\$234
1926	1:958\$081	2:292\$810	3:562\$842	3:562\$842
1927	5:934\$116	2:964\$031	3:406\$990	4:948\$926
Total	17:001\$328	15:265\$170	18:112\$202	13:025\$537

Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Campinas e Ribeirão Preto. 2º Ofício Civil de Pirajuí e S. J. Rio Preto. Para os índices de produtividade (@ por mil pés) utilizamos o Boletim Café: Estatísticas de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1937-38

Tabela 8 – Rendimento de Parcerias em diferentes municípios

Parceria - 5.000 cafeeiros				
Ano	Pirajuí	Campinas	Ribeirão Preto	S. J. Rio Preto
1934	1:944\$854	1:450\$6170	1:719\$740	1:481\$350
1935	3:319\$750	1:126\$800	1:942\$980	1:316\$990
1936	2:712\$500	926\$407	1:511\$210	2:131\$220
1937	2:628\$380	1:181\$670	1:734\$530	1:833\$590
Total	10:605\$480	4:685\$500	6:908\$450	6:763\$150

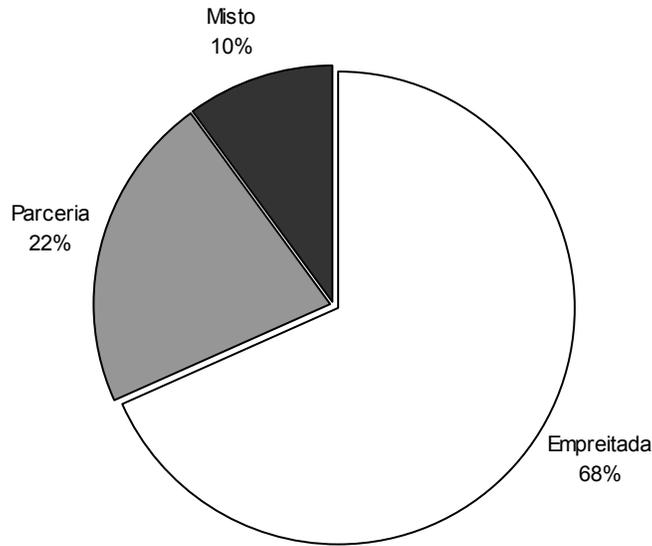
Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício Civil de Campinas e Ribeirão Preto. 2º Ofício Civil de Pirajuí e S. J. Rio Preto. Para os índices de produtividade (@ por mil pés) utilizamos o Boletim Café: Estatísticas de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1937-38

Nos contratos de parceria o pagamento pelo trato dos cafeeiros era feito anualmente, dividindo-se as quantidades de sacas produzidas, geralmente, em duas partes iguais, diferentemente das empreitadas, onde o trabalhador contava unicamente com a produção do quarto ano. Perceba que as lavouras de Ribeirão Preto ainda apresentavam uma produtividade considerável no período 1924-27, sendo inclusive superior à produtividade das regiões de fronteira naquele momento, rendendo aos parceiros deste município dinheiro superior aos demais municípios considerados nesta simulação. Já no segundo momento, entre 1934-37, a produtividade de Ribeirão Preto foi inferior à de Pirajuí, o que se explica por dois fatores: a) a tendência de produtividade decrescente finalmente se consolidou em Ribeirão Preto, b) As lavouras formadas em Pirajuí em 1928 e 1929 atingiram a idade adulta, ampliando consideravelmente a quantidade de arrobas produzidas por cada mil cafeeiros. A diferença dos saldos acumulados nos dois períodos simulados está ligada diretamente à forte depressão dos preços no cenário posterior à crise de vinte e nove. Há que se considerar que não podemos simplesmente comparar os valores auferidos num e noutro tipo de relação contratual, pois as parcerias existiam em número reduzido nas fronteiras, assim como as empreitadas existiam em número reduzido nas regiões mais antigas. Na verdade, o tipo de contrato está intimamente ligado à idade das lavouras (à itinerância do café) de modo que a recorrência de contratos de parceria marcam a transição da condição regional de fronteira agrícola para uma condição de maturidade. Deve-se notar também que, num primeiro olhar, a remuneração das parcerias parece ser superior, mas não devemos nos esquecer de que nas lavouras em formação os trabalhadores dispunham de uma maior quantidade de terras para o cultivo de outras culturas, podendo-se assim superar a remuneração recebida nos contratos de parceria. Talvez por isso as empreitadas nas fronteiras fossem preferidas pelos trabalhadores.

-ANEXO-

Gráfico 6

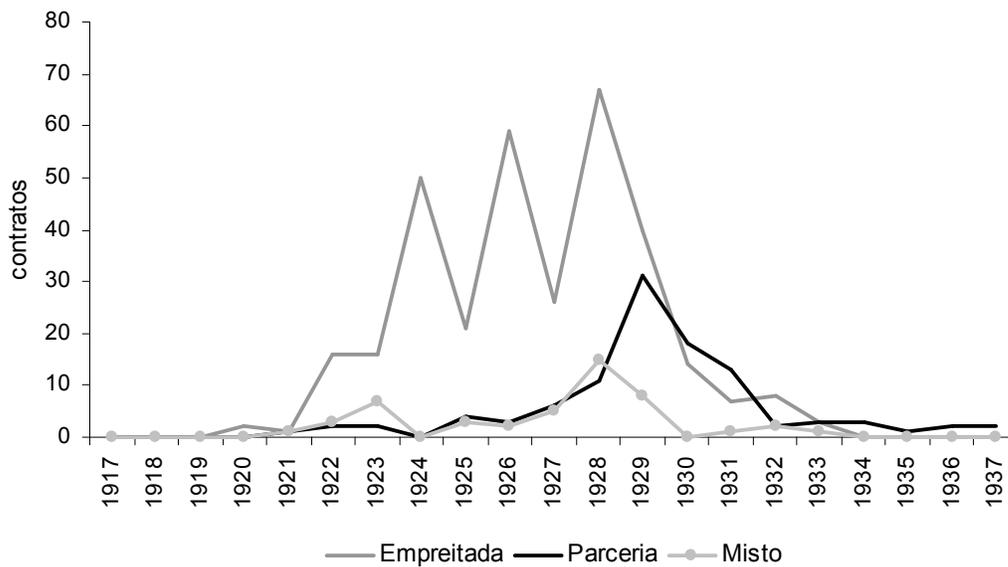
Tipos de Contratos. Pirajuí 1917-1937



Fonte: Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Pirajuí

Gráfico 7

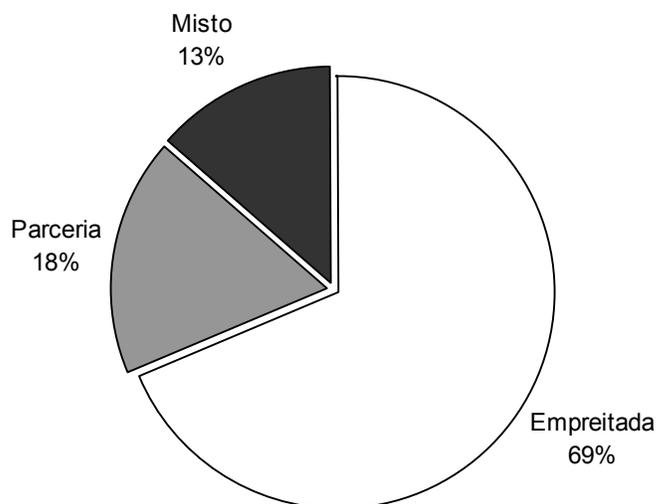
Evolução dos Tipos de Contrato.
Pirajuí 1917-1937



Fonte: Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Pirajuí

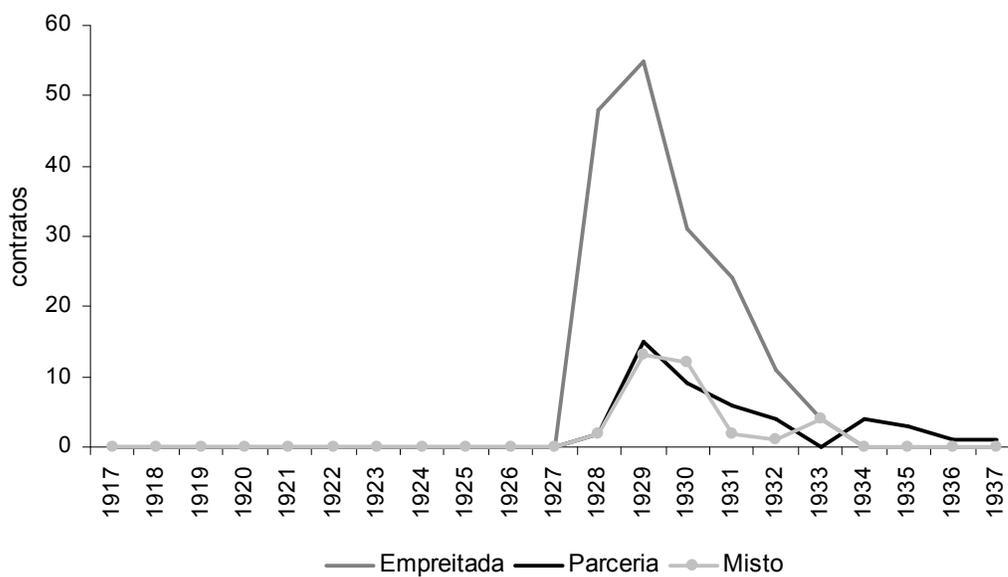
Gráfico 8

Tipos de Contratos. Lins 1917-1937



Fonte: Livro de Notas do 1º Ofício Civil de Lins

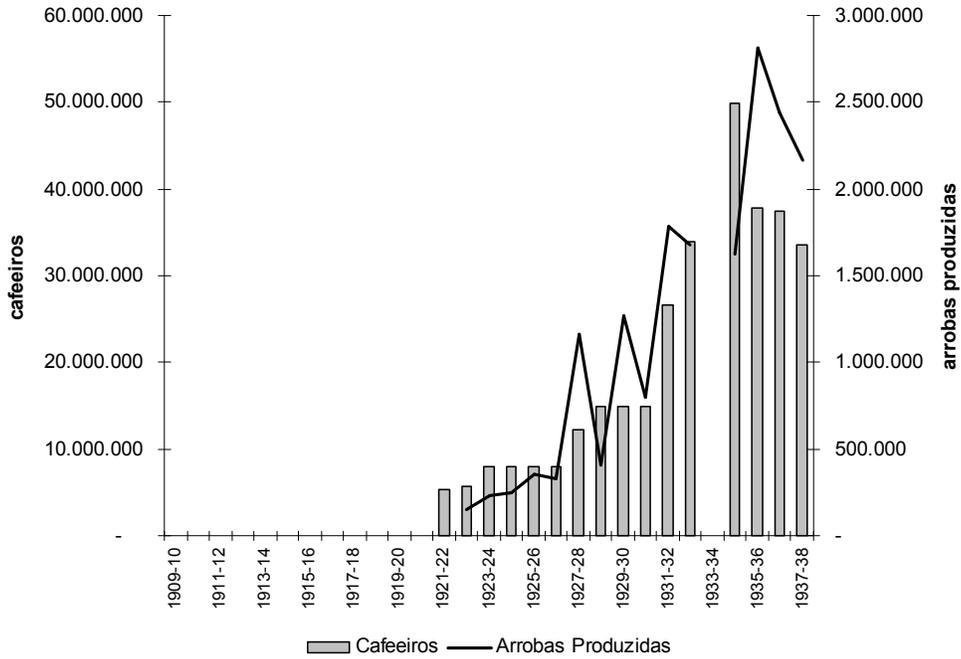
Gráfico 9

Evolução dos Tipos de Contratos.
Lins 1917-1937

Fonte: Livro de Notas do 1º Ofício Civil de Lins

Gráfico 10

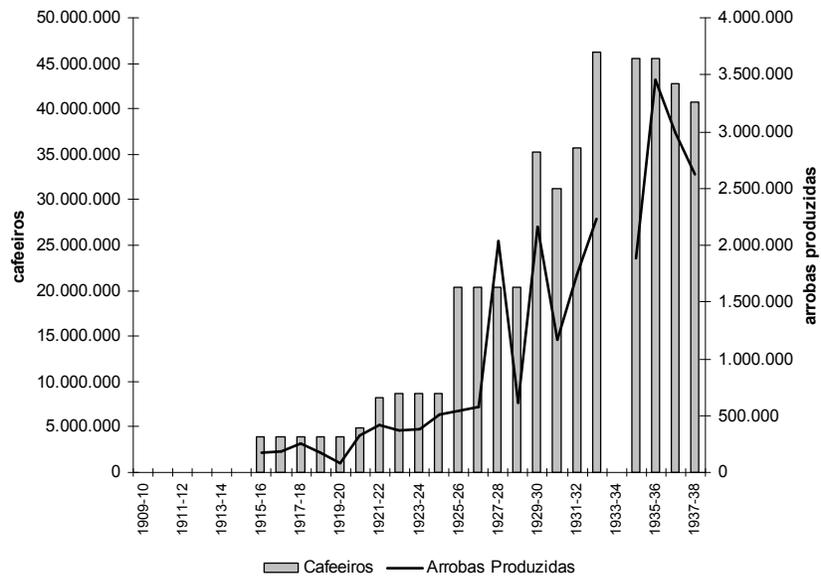
Nº de Cafeeiros/Arrobas Produzidas.
Lins 1909-1938



Fonte: O café: estatísticas de produção e comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, comércio e obras públicas, 1919, 1929, 1937-38

Gráfico 11

Nº de Cafeeiros/Arrobas Produzidas.
Pirajuí 1909-1938



Fonte: O café: estatísticas de produção e comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, comércio e obras públicas, 1919, 1929, 1937-38

-ANEXO-

Contrato de Empreitada Lins. 04/03/1929. Livro 04. fls. 47.

“Escritura de contrato para a formação de cafezal. Saibam quantos esta pública escritura virem que aos quatro dias do mês de março de mil novecentos e vinte e nove, nesta cidade de Lins, estado de São Paulo, em cartório, perante o Tabelião, compareceram: o outorgante dono Otta Kiwiziro e os outorgados empreiteiros Yamamoto Keizo, Imoto Zengoro, Tanaka Guiyntero e Maeda Gohe, todos japoneses, aquele comerciante e estes lavradores, maiores, domiciliados neste município, reconhecidos pelos próprios das duas testemunhas, no fim nomeadas e assinadas, de mim e do Tabelião, do que damos fé. E, logo, perante as testemunhas, pelos outorgantes e outorgados foi dito que reduzem a presente escritura ao contrato que entre si fizeram que consta das cláusulas e condições seguintes: 1ª) o outorgante derruba o mato, prepara o terreiro e faz 36.000 covas para o plantio de café, pondo ao lado destas covas sete lascas de madeira em cada cova, destinadas à cobertura das mesmas, isto na propriedade agrícola do referido outorgante, sita nas proximidades da Estação de Rancharia, comarca de Paraguassú, Sorocabana deste estado; 2ª) Os outorgados se obrigam a fazer a plantação dos respectivos cafeeiros, fornecendo o outorgante as sementes na seguinte proporção: Yamamoto Keizo, oito mil cafeeiros, Imoto Zengoro, seis mil cafeeiros, Tanaka Guiyntero, dose mil cafeeiros, e Maeda Gohe, dose mil cafeeiros, obrigando-se mais, a tratar desses cafeeiros, dando as necessárias carpas, fazendo replantas, desbrotas, extinguindo pragas, matando insetos nocivos e fazendo os demais serviços necessários, afim de entregarem esses cafeeiros bem formados, ao outorgante em 1º de Outubro de 1934, com o cisco esparramado, época em que se vence este contrato. 3ª) cada cova deverá ter de cinco a seis pés de café; 4ª) o outorgante, dono, se reserva o direito de administrar os serviços por si ou preposto seu, pondo camaradas na lavoura, caso esta, digo, caso os serviços não estejam em dia ou em ordem, cobrando dos outorgados as respectivas despesas. 4ª) todos os frutos que produzirem os cafeeiros, pertencerão aos empreiteiros, até a entrega da lavoura; 5ª) Caso haja geada dentro dos quatro anos deste contrato, os empreiteiros se obrigam a tratar do café mais um ano, nas mesmas condições; 6ª) por cada falha absoluta, que se verificar na lavoura, no vencimento deste contrato, os empreiteiros pagarão dois mil réis de multa; 7ª) o outorgante fornecerá telhas, na proporção de um milheiro para cada dez mil cafeeiros, bem como madeira em pé, nas matas, para os empreiteiros fazer suas casas, telhas tipo francesa; 8ª) os outorgados poderão plantar arroz na lavoura da seguinte forma: 1º ano, 4 carreiras, 2º ano, 5 carreiras, 3º ano, 2 carreiras e 4º ano, 1 carreira, arrancando as sacas, logo após a colheita; 9ª) os outorgados não poderão vender cereais colhidos na propriedade do outorgante, sem consentimento deste, estando devendo ao mesmo qualquer quantia; 10ª) os outorgados empreiteiros pagarão os serviços de derrubada e covação feitos pelo outorgante, a razão de trezentos réis por cova, em duas prestações iguais, sendo uma em 30 de julho de 1930 e outra em 30 de julho de 1931, sem juros; 11ª) cada empreiteiro aceitará hoje, em favor dos outorgantes, uma cambial da importância proporcional de 1:500\$000 por dez mil cafeeiros, para garantir o início dos serviços, cujas cambiais ser-lhes-ão devolvidas depois de feito todo o plantio do café; 12ª) fica estipulada a multa de um conto de réis por mil cafeeiros, além das perdas e danos, para a parte que infringir o presente contrato, respondendo, quanto a esta multa, os empreiteiros, solidariamente; 13ª) em pagamento dos serviços dos empreiteiros, no vencimento deste contrato e entrega da lavoura, o outorgante Otta Kinziro lhes outorgará escritura de venda definitiva, sem qualquer pagamento pelos mesmos empreiteiros, de setenta e um alqueires de terras, das que compõe a atual propriedade, da parte mais distante da atual estação ferroviária de Rancharia, ficando as terras mais próximas, para o outorgante, assim divididas: ao empreiteiro Yamamoto Keizo, vinte alqueires, ao empreiteiro Imoto Zengoro, quinze alqueires, ao empreiteiro Tanaka Guiyntero, desoito alqueires e ao outorgado empreiteiro Maeda Gohe, desoito alqueires, correndo todas as despesas de escritura, seis certidões e registros, por conta dos mesmos empreiteiros, pagando o outorgante a metade das despesas com a divisão dos lotes com engenheiro; 14ª) para o efeito do selo federal, dão às terras comprometidas à venda, o valor de 21:300\$000. Pelos contratantes foi dito que aceitam esta escritura em todos os seus termos. Apresentaram a distribuição feita hoje a este cartório e 44\$000 de selos federais pagos por verba na falta de adesivo, conforme talão n. 174 expedido hoje pela coletoria local. De como assim disseram, me pediram que eles lavrassem esta escritura a qual feita e lida perante as testemunhas, acabaram conforme aceitaram, outorgaram e assinam com as testemunhas que são: Clemente Corbari e Henrique Unger, maiores, aqui residentes e conhecidos do Tabelião. Eu, (Ilegível) Prado, o escrevente, escrevi. Eu, Joaquim Jesuíno da Cruz, Primeiro Tabelião, a subscrevo”. (Sic.)

Lins, 04 de março de 1929.

-ANEXO-

Contrato de Empreitada. Pirajuí. 08/07/1923. Livro 11, fls. 05/06v.

“Certifico que revendo o livro de notas n. 11, às fls. 05/06v, verifiquei constar a escritura do teor seguinte: “Contracto de Empreitada que entre si fazem D. Marphisa Uchoa Hamblach e Lourenço Moura, na forma abaixo: Saibam quantos esta pública escritura de empreitada virem, que aos oito de julho de mil novecentos e vinte e três, nesta cidade de Pirajuhy, estado de São Paulo, em meu cartório, perante mim tabelião, compareceram partes entre si justas e contractadas, a saber: como primeira outorgante, D. Marphisa Uchoa Hamblach, brasileira, maior, proprietária, residente na Capital Federal, neste acto representada por seu bastante procurador Dr. Antenor Pinto da Silveira, conforme procuração lavrada nas notas deste cartório em três de maio do corrente anno, no livro n. 02, folha 105; e como segundos outorgantes, digo como segundo outorgante empreiteiro Lourenço Moura, brasileiro, casado, lavrador, residente neste município; os presentes meus conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas e no fim assignadas do que dou fé, perante as quaes, pela primeira outorgante proprietária, por seu dito procurador, foi dito que, sendo senhora e legítima possuidora da fazenda denominada “Independência”, situada na fazenda Ribeirão do balbino deste districto, freguesia, município e comarca de Pirajuhy, tem justo e contractado com o segundo outorgante empreiteiro o seguinte: -1) A proprietária se obriga a dar ao empreiteiro para este tratar durante a vigência deste contracto, cinco mil cafeeiros dos que já existem plantados na sua propriedade agrícola acima mencionada. 2) O presente contracto começara a vigorar na presente data e vencer-se-á no dia vinte quatro de setembro de mil novecentos e vinte e seis. 3) O empreiteiro se obriga a tratar dos cinco mil cafeeiros objecto deste contracto durante a vigência do mesmo, trazendo os cafeeiros sempre no limpo, desbrotados, despraguejados e fazendo as replantas necessárias. 4) cada cova de café deverá conter no mínimo quatro pés, e as que não contiverem serão consideradas falhas e descontadas no preço total no fim deste contracto. 5) O empreiteiro poderá plantar cereaes para si, na lavoura, pela seguinte forma: milho – no primeiro e segundo annos uma carreira, no terceiro anno rua pulada; arroz – no primeiro anno tres carreiras rectas, no segundo e terceiro anno duas carreiras, comprometendo-se o empreiteiro a arrancar a soca dez dias depois de iniciado o corte; feijão – no primeiro anno tres carreiras e duas atravessadas, no segundo anno tres carreiras rectas; onde não plantar feijão poderá plantar alho, batatinha, amendoim e cebolas; não poderá plantar aquillo que não constar deste contracto. 6) No fim deste contracto o empreiteiro receberá da proprietária quatrocentos e cincoenta reis por cada cova de café, pertencendo-lhe ainda todos os fructos que os cinco mil cafeeiros produzirem do segundo para o terceiro anno do presente contracto. 7) A proprietária fica com o direito de fiscalisar o serviço desde o principio até o fim deste contracto, não possa pagar o que estiver a dever ao empreiteiro, este tratará da lavoura mais um anno, como colono, pelo preço que então vigorar nas fazendas visinhas, para se pagar com os fructos da colheita do quarto anno, ou do ano immediato si esta for insufficiente ou nulla. 9) No caso de geada que danifique a lavoura, o empreiteiro tratará desta mais um anno, como colono, recebendo o preço vigente, além do valor da empreitada. 10) O empreiteiro, caso abandone o serviço ou infrinja qualquer das cláusulas deste contracto, perderá todo o serviço que tiver feito na empreitada e pagará ainda a multa de duzentos reis por cova de café deste contracto. 11) Caso a proprietária falte ao cumprimento de qualquer das cláusulas deste contracto ou despeça o empreiteiro injustamente, será obrigada a pagar ao mesmo empreiteiro todo o serviço feito, mediante avaliação, além da multa de duzentos reis por cova de café e todas as despesas judiciais e extrajudiciais a que der causa. 12) A proprietária será obrigada a dar casa para o empreiteiro morar com sua familia e bem assim pasto cercado e mangueirão para as suas criações. 13) O empreiteiro será obrigado a concertar caminhos, roçar pastos, extinguir formigueiros, incêndios e matar gafanhotos quando houver, fornecendo a proprietária os ingredientes necessários. 14) O empreiteiro será obrigado a entregar a lavoura no fim deste contracto, bem limpa e com o sisco esparramado. 15) No fim deste contracto, as replantas que estiverem pegadas serão pagas como café formado. 16) Em caso de venda da fazenda ou morte de qualquer das partes, os seus sucessores serão obrigados a cumprir fielmente em todas as suas cláusulas o presente contracto. 17) Para qualquer acção oriunda deste contracto os contractantes elegem desde já o foro desta comarca, renunciando a proprietária o do seu domicílio. Por ambas as partes contractantes, perante as testemunhas, foi dito que aceitavam esta escriptura em todos os seus termos e me apresentaram o sello de folhas abaixo collado e inutilisado. E de como assim disseram dou fé; e me pediram lhes lavrasse esta escriptura, a mim hoje distribuída, a qual sendo-lhes lida perante as testemunhas, aceitaram, outorgaram e assignam com as mesmas testemunhas que são Irineu Cuz e Luiz Bonella, meus conhecidos. Eu, Hermenegildo C. Guimarães, ajudante habilitado, escrevi. Eu, Milton Tavares Paes, tabelião, subscrevi” (Sic.). Pirajuí, 08 de julho de 1923.

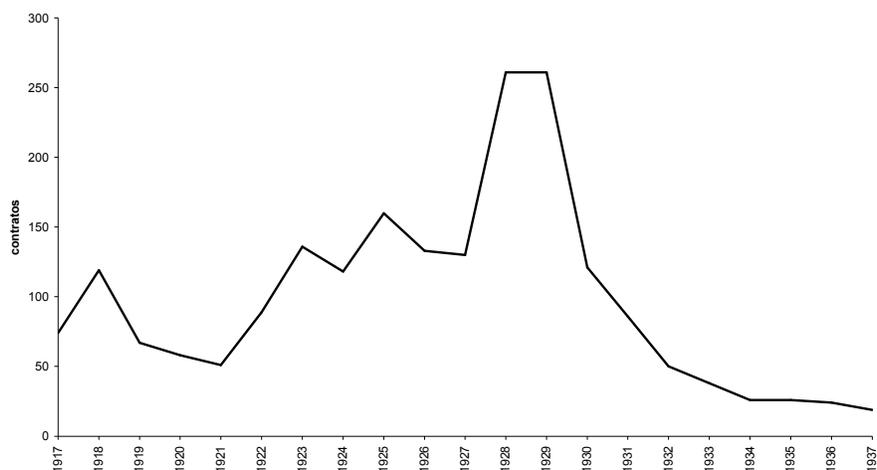
Considerações finais:

Feita a travessia, buscaremos agora organizar os principais apontamentos relacionados ao objeto de estudo, bem como destacar algumas das especificidades de cada uma das regiões, sobre as quais discorreremos em cada um dos capítulos anteriores.

Antes de qualquer coisa, é necessário enfatizar a importância que as políticas de defesa do café, implementadas de forma temporária ou permanente entre 1917 e 1937, tiveram na definição de novos plantios no interior paulista neste período. Evidentemente, a intervenção do governo no mercado cafeeiro, sobretudo a partir de 1924, dotou a atividade cafeeira de maior “segurança” e estabilidade, de modo que os fazendeiros construíram expectativas muito sólidas em relação às futuras safras, e assim desmesuradamente plantaram café nos sertões da Noroeste e da Alta Araraquarense, bem como reativaram a cafeicultura em regiões mais antigas mas que ainda reuniam potencialidades à atividade, tais como Franca e Jaú. Observemos o gráfico abaixo:

Gráfico 1

Contratos de Café. 1917-1937.
Dados Agregados (2.047 escrituras)



Fonte: Livro de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Entre 1925 e 1929 encontramos o maior número de escrituras, demonstrando imensa correspondência entre as políticas de defesa e as expectativas dos fazendeiros, dado o considerável aumento no número de contratos, notadamente os de formação de novas lavouras nas regiões novas. Porém, a decisão de “ir adiante”, de formar novas lavouras não possuía uma única motivação, qual seja, o preço do café no mercado internacional.

Conforme lembramos no capítulo referente à região Noroeste, embasados na percepção de Pierre Monbeig, há que se procurar nas curvas descendentes dos rendimentos nas regiões antigas uma nova razão de expansão da cafeicultura. Ou seja, seria muito simplista creditar apenas ao movimento dos preços a razão para a expansão do número de cafeeiros verificada na década de vinte, pois há que se entender que justamente neste período os cafeeiros das principais regiões produtoras do estado, a saber: Ribeirão Preto, Jaú, Araraquara, São Carlos, São Manuel e Campinas, já apresentavam nítidos sinais de esgotamento, uma vez que se tratava de lavouras formadas a pelo menos vinte anos. A estratégia adotada conjuntamente parece ter sido a de formar novas lavouras em solos virgens (porém piores) compensando-se assim, com novos cafeeiros, a queda de produtividade dos antigos. Neste sentido, conforme se pôde observar no capítulo sobre a Alta Araraquarense a família Ferreira Penteado, de Ribeirão Preto, “moveu” a fronteira formando cafeeiros em Catanduva, por exemplo, ou homens da cepa de Bento de Abreu Sampaio Vidal, Cel. Joaquim de Toledo Piza e Cel. Francisco Schmidt, que abriram fazendas em Pirajuí, na Noroeste.

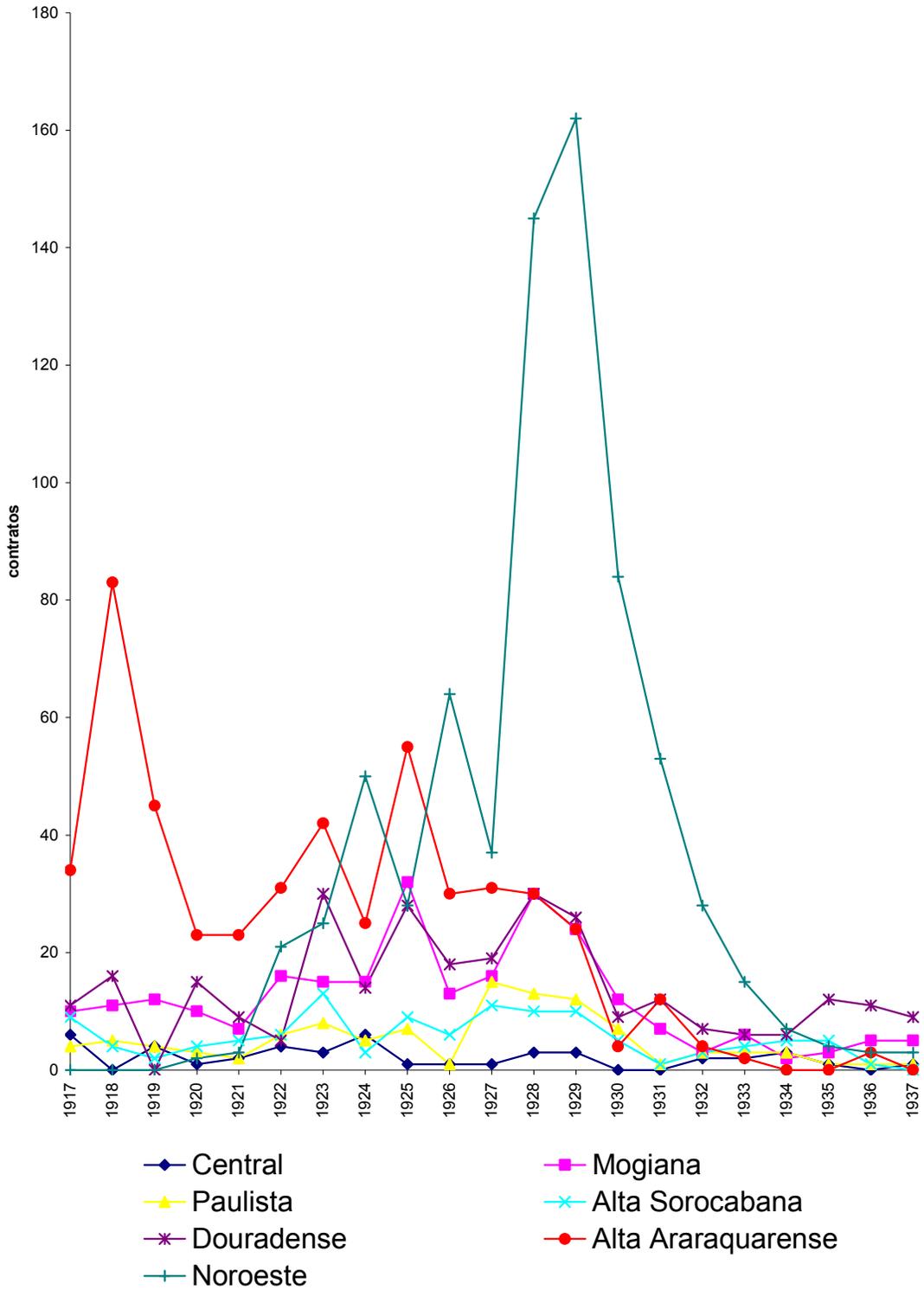
Uma outra razão para explicar a lógica do avanço da fronteira agrícola era o tipo de relação de trabalho estabelecida entre fazendeiros, empreiteiros e parceiros, ambos genericamente chamados pela bibliografia de colonos do café. Vimos nos capítulos anteriores que, para o rebaixamento dos custos monetários de formação e trato dos cafeeiros, fazia-se necessário oferecer algum tipo de acesso a terra para os trabalhadores, que, por sua vez, o valorizavam muito, pois dali retirariam sua subsistência e eventuais excedentes, derivando disso a sempre presente preocupação com as cláusulas que formalizavam este acesso, parcial e retroativo. Ocorre que para a viabilidade de relações contratuais deste tipo, fazia-se necessária a existência de uma fronteira em movimento, que, ao agregar novas extensões ao complexo capitalista agro-exportador, permitia ao fazendeiro formar lavouras, ou mesmo parte da estrutura da fazenda em condições muito apazíveis: casas de colonos, pastos, cercas, mangueirões, terreiros, estradas, etc. (como vimos anteriormente). Sem a fronteira, as relações de trabalho no campo ficariam “engessadas”, pressionando os fazendeiros à ampliação de seus gastos, o que redundaria num aumento dos salários em dinheiro e conseqüentemente do grau de monetarização, atingindo-se a base desta sociedade. O argumento é que o complexo cafeeiro paulista, na sua relação de

produção mais imediata, referindo-se àquelas travadas nos cafezais, necessitava da constante incorporação de novas terras objetivando a redução dos custos monetários, com vistas à ampliação do potencial de acumulação dos fazendeiros e dos demais capitalistas que atuavam nesta economia. Em síntese, a fronteira avançava em função dos preços internacionais, avançava para compensar produtividades cadentes e avançava para viabilizar um alto grau de exploração do trabalho neste complexo econômico, garantindo sua viabilidade.

Observemos os gráficos e mapas abaixo. Como seria de se esperar encontramos um maior número de contratos nos municípios situados na fronteira de expansão da cafeicultura à época, aqui representada pelos municípios de Lins e Pirajuí (Noroeste), São José do Rio Preto e Catanduva (Alta Araraquarense) e Novo Horizonte, na Douradense. A curva de contratos destas regiões evidencia o exato momento de expansão da cafeicultura, por volta de 1917-20 na área de prolongamento da E.F. Araraquarense, movimento que arrefece posteriormente, e entre 1925-1929 na Noroeste, num avanço de magnitude e velocidade incomparáveis na história paulista. Mesmo situado numa nova zona (em parte) o número de escrituras encontradas em Novo Horizonte foi substancialmente menor do que nos demais municípios de fronteira. Em alguns dos municípios aqui considerados verifica-se o caráter estacionário ou mesmo uma regressão da cafeicultura no período compreendido entre 1917 e 1937: Campinas, Rio Claro, São Carlos, Ribeirão Preto. Em Franca, Araraquara, Botucatu, São Manuel e Jaú, em função de um perfil fundiário mais fragmentado, observamos um aumento do número de cafeeiros produtivos no período em tela, denunciando considerável capacidade de resposta de regiões já “maduras” ao favorável contexto dos anos vinte. Aliás, como veremos adiante, Franca e Jaú, dentre os municípios mais antigos, apresentaram o maior número de empreitadas de formação de cafeeiros, mesmo sendo a produtividade destes dois municípios decadente, porém ainda viável, ao se observar o período compreendido entre 1909 e 1938.

Gráfico 2

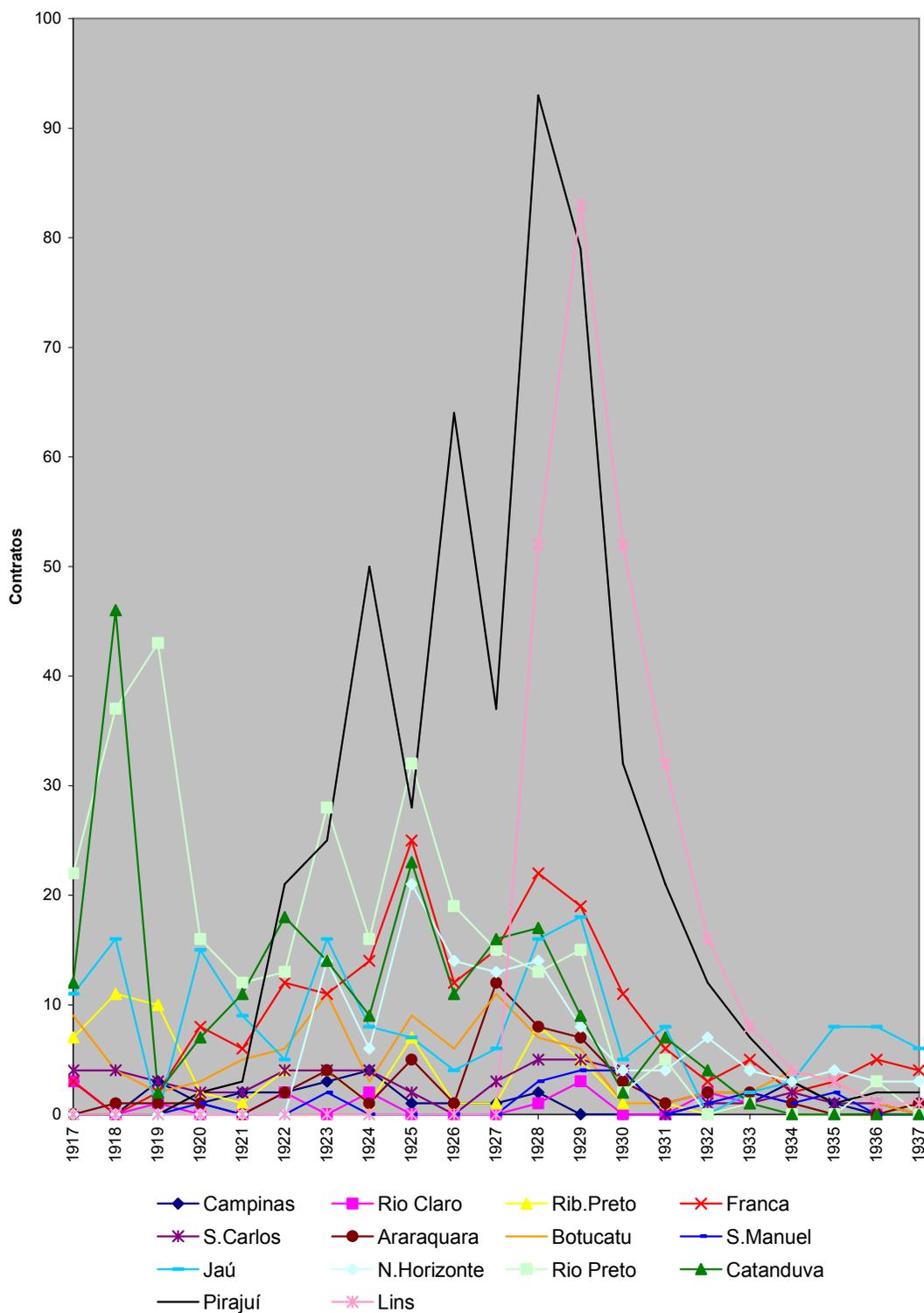
Contratos de Café - Regiões (1917-1937)



Fonte: Livro de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

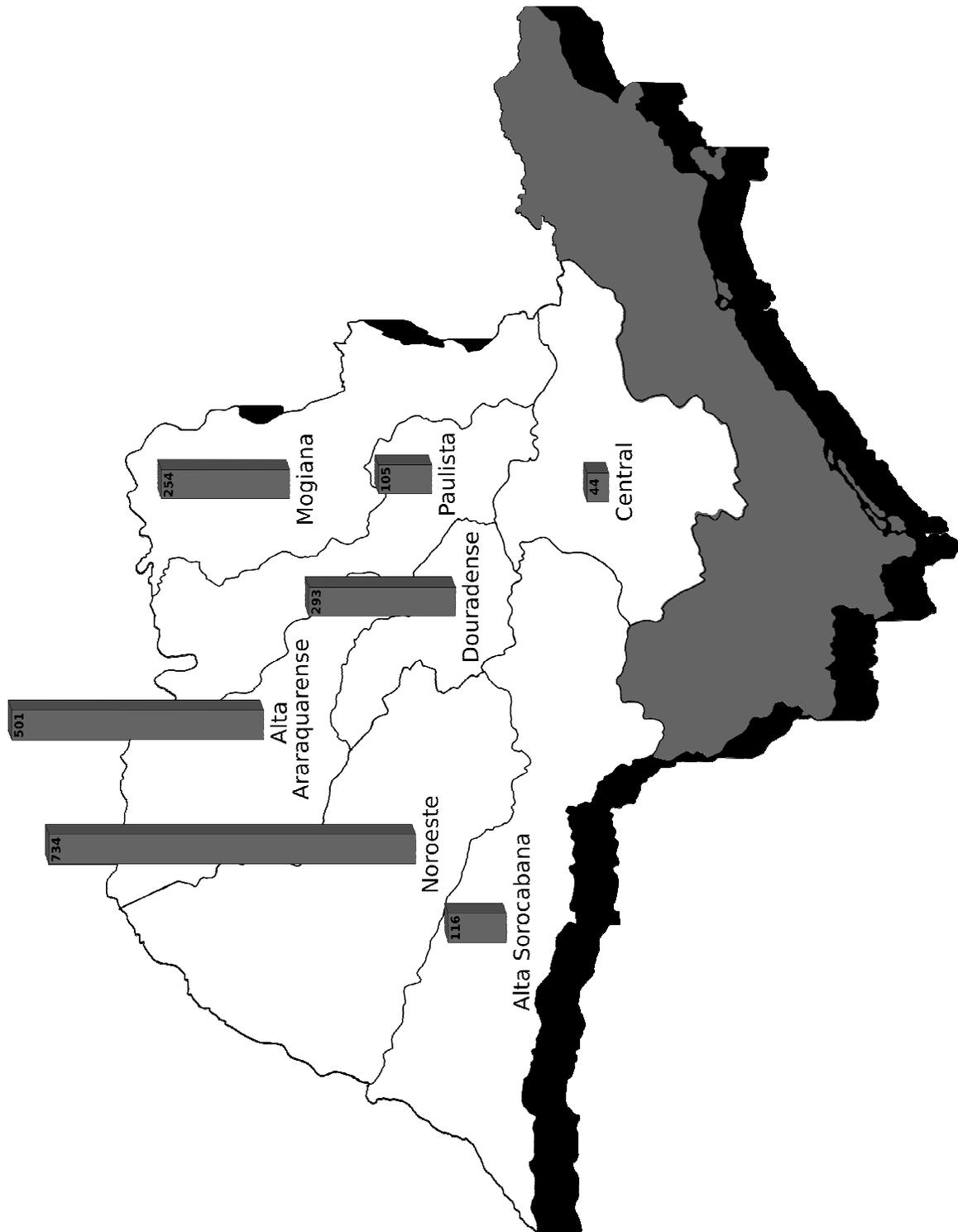
Gráfico 3

Contratos de Café
Municípios Pesquisados. (1917-1937)



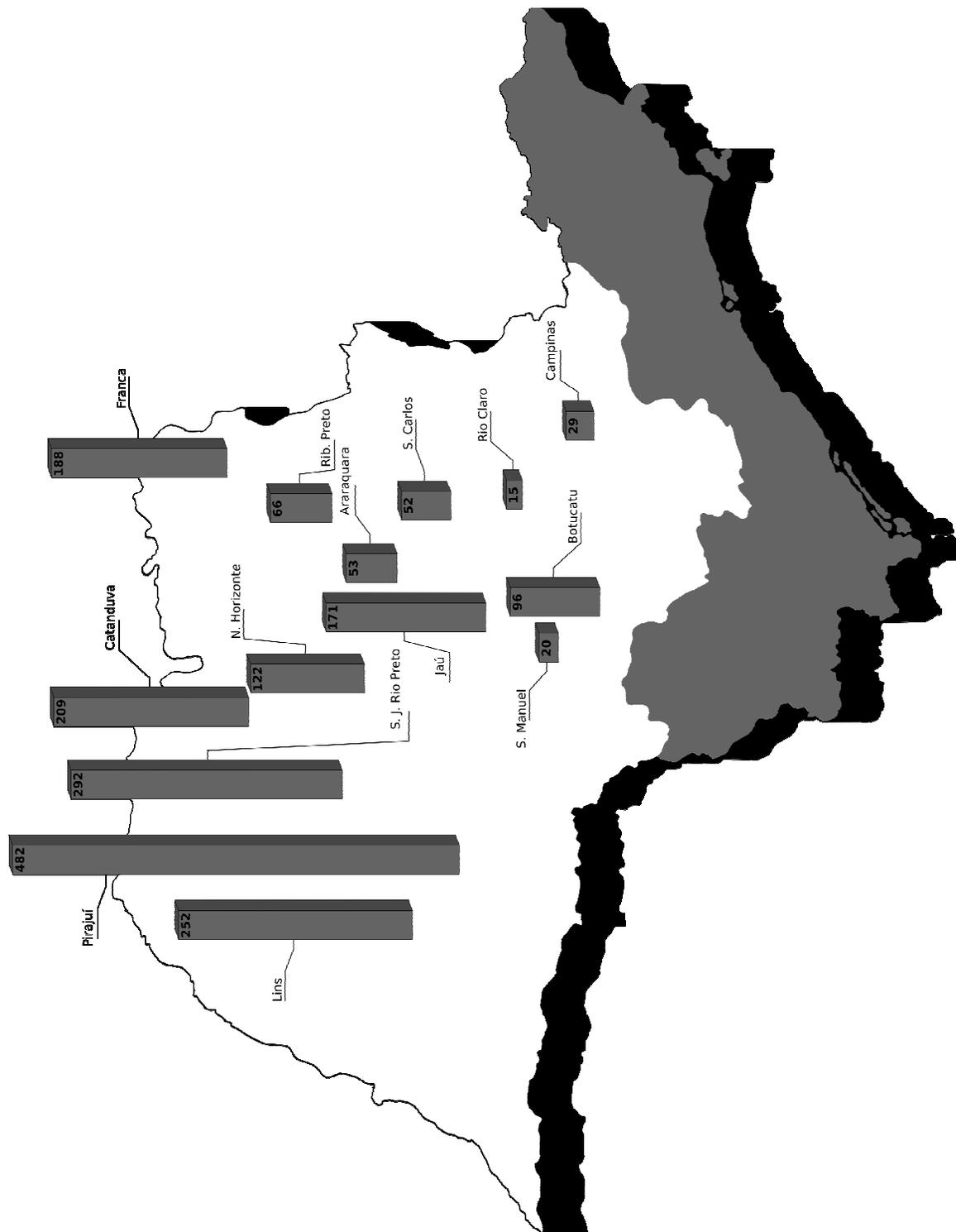
Fonte: Livro de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Mapa 1 – Escrituras lavradas por Região



Fonte: Elaborado a partir das escrituras pesquisadas em cartórios

Mapa 2 – Escrituras lavradas por município



Fonte: Elaborado a partir das escrituras pesquisadas em cartórios

Tese consolidada na bibliografia sobre as relações de trabalho na cafeicultura identifica que as regiões de fronteira seriam mais atrativas não só por conta de uma maior disponibilidade de espaço para o plantio intercafeeiro, uma vez que se tratava de lavouras em formação, mas também por conta de uma maior fertilidade da terra e conseqüente produtividade dos cafeeiros⁵⁶⁴. Tal tese não resiste a um exame mais apurados dos dados disponíveis. Evidentemente, as condições para os cultivos intercalares eram facilitadas nas fronteiras, conforme demonstramos anteriormente, o que exercia forte poder de atração sobre os trabalhadores, porém, em termos de produtividade, não se pode afirmar peremptoriamente que as terras da fronteira fossem de melhor qualidade. Em se tratando de terras virgens, cuja mata nativa há pouco tempo cedera lugar aos cafeeiros, era de se esperar safras magníficas nas primeiras colheitas, o que realmente se verificava, mas tal potencial produtivo logo se esvaía, não durando o surto mais do que uma década. Às compactas manchas de terra roxa de Ribeirão Preto, Jaú, São Manuel e às esparsas manchas de Franca, Campinas, Araraquara e São Carlos sucederam-se os arenitos cretáceos do oeste, que rapidamente se esgotavam pela intensa exploração do solo.

Quando submetemos à análise os dados de produtividade existentes para o período compreendido entre 1909 e 1938, percebemos duas características: a) os picos de produtividade são inferiores nas fronteiras da década de vinte se comparadas com os picos das regiões mais antigas, por volta da década de dez; b) a alta produtividade rapidamente decaiu nos municípios novos, de modo que, no final do período, a quantidade de arrobas produzidas por cada mil pés de café se assemelhava ou eram inferiores à de solos explorados a longa data. Salvo os municípios que já apresentavam produtividade muito decadente, inferior à média do estado de São Paulo neste período (46,6 arrobas por mil pés⁵⁶⁵), tais como Campinas (39,66), Rio Claro (34,45), São Carlos (42,54), Araraquara (43,91), São José do Rio Preto (46,16), Novo Horizonte (41,85) e Botucatu (42,05), os municípios mais novos e promissores de Pirajuí, Lins e Catanduva equiparavam-se ou já eram superados já em 1938 pelos municípios cuja exploração agrícola remonta à década de 1890. Abaixo os dados de produtividade:

⁵⁶⁴ Ver os trabalhos de Thomas Holloway, M. Font, Chiara Vangelista, Brasília Sallum Jr. e José de Souza Martins.

⁵⁶⁵ Considerando que este número incluía regiões à época sem nenhuma expressão na cafeicultura, tais como o Vale do Paraíba.

Tabela 1 – Produtividade (arrobas por mil pés). Municípios selecionados 1909-1938.

PRODUTIVIDADE - ARROBAS POR MIL PÉS							
Ano	Campinas	Rio Claro	Ribeirão Preto	Franca	São Carlos	Araraquara	S.J.Rio Preto
1909-10	45,50	43,60	83,2	107,6	59,9	62,7	76,7
1910-11	40,60	33,20	77,2	56,6	53,0	45,1	46,0
1911-12	40,30	42,20	84,6	84,4	56,0	49,3	80,0
1912-13	42,20	34,70	84,6	84,6	51,4	59,5	51,3
1913-14	43,00	36,50	81,0	90,7	41,3	54,6	46,3
1914-15	44,30	38,30	78,5	64,3	66,4	49,1	66,4
1915-16	49,60	40,90	86,5	82,0	46,6	63,4	45,0
1916-17	44,10	37,50	73,4	41,7	58,6	49,9	55,1
1917-18	51,10	41,20	87,9	71,8	43,9	64,7	44,0
1918-19	30,80	28,90	53,7	41,0	39,1	33,3	42,7
1919-20	20,50	17,40	17,8	21,3	17,0	17,5	16,3
1920-21	48,50	34,90	56,6	55,9	48,5	45,2	55,6
1921-22	34,40	29,40	40,4	52,6	29,7	32,1	52,0
1922-23	39,80	24,40	35,8	44,5	25,9	27,7	22,2
1923-24	40,10	41,80	68,8	45,0	29,7	36,4	26,9
1924-25	48,80	32,80	59,8	56,6	39,1	40,0	13,4
1925-26	45,20	32,30	44,8	46,1	36,9	46,2	29,0
1926-27	33,30	24,70	51,8	51,0	28,9	42,0	51,8
1927-28	49,80	44,70	57,2	52,9	46,2	73,4	83,1
1928-29	25,20	25,70	54,5	26,8	51,2	27,1	26,8
1929-30	47,30	32,60	59,9	64,5	60,2	57,2	62,3
1930-31	31,20	31,10	46,8	64,2	44,8	33,5	43,7
1931-32	54,00	45,00	47,7	61,8	49,3	50,7	52,2
1932-33	51,40	26,60	41,4	41,0	35,3	43,8	42,1
1933-34							
1934-35	30,90	30,30	36,6	38,4	30,2	30,0	31,6
1935-36	25,70	34,70	44,4	40,9	30,0	25,6	30,1
1936-37	23,90	33,90	38,9	45,9	30,9	36,5	54,9
1937-38	29,00	45,20	42,5	50,3	41,0	32,9	44,9
Média	39,66	34,45	58,44	56,59	42,54	43,91	46,16

PRODUTIVIDADE - ARROBAS POR MIL PÉS							
Ano	Catanduva	Jaú	Novo Horizonte	São Manuel	Botucatu	Lins	Pirajuí
1909-10		105,0		108,9	62,0		
1910-11		85,9		61,4	40,0		
1911-12		72,4		99,5	54,2		
1912-13		61,8		43,0	34,0		
1913-14		86,1		104,6	60,0		
1914-15		67,6		54,8	45,4		
1915-16		92,0		103,2	63,3		46,3
1916-17		75,5		54,2	46,9		48,6
1917-18		80,3		80,6	52,5		65,0
1918-19		57,9		31,5	30,6		43,7
1919-20	18,1	19,7		17,2	17,5		21,8
1920-21	73,8	85,3		52,3	44,4		65,9
1921-22	49,2	56,9		47,1	30,0	27,9	50,9
1922-23	40,1	42,5	32,7	34,5	34,4	28,7	42,2
1923-24	39,1	87,3	26,5	44,1	36,1	30,7	44,0
1924-25	53,8	76,4	32,0	38,3	34,9	44,0	58,7
1925-26	56,7	61,5	40,4	67,8	59,3	41,2	63,5
1926-27	54,0	59,5	34,0	33,4	31,0	95,3	28,4
1927-28	94,9	85,2	82,7	100,0	72,3	27,3	99,7
1928-29	36,7	51,2	27,1	48,7	22,9	27,3	29,8
1929-30	77,6	54,4	68,4	103,5	59,7	84,9	61,3
1930-31	43,7	47,9	41,9	40,5	29,8	53,8	37,4
1931-32	59,3	57,5	45,2	56,7	47,1	67,0	48,9
1932-33	54,9	63,4	52,5	28,0	29,9	49,5	48,2
1933-34							
1934-35	32,9	33,9	30,1	33,4	27,6	32,5	41,4
1935-36	54,9	43,6	38,8	42,8	30,2	74,4	75,8
1936-37	49,9	48,7	39,0	43,9	39,9	64,9	70,0
1937-38	47,9	62,3	36,4	46,1	41,5	64,5	64,5
Média	52,08	65,06	41,85	57,86	42,05	50,87	52,55

Fonte: O café: estatísticas de produção e comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1919, 19-29 e 1938.

Os dados acima revelam que mesmo esgotados, as regiões de terra roxa ainda apresentavam maior produtividade no período considerado: Jaú (1º), Ribeirão Preto (2º) e São Manuel (3º). Porém, quando consideramos o período entre 1917 e 1937, Jaú continuou apresentando a maior produtividade, mas agora seguida por Pirajuí, Catanduva e Lins, revelando que quando consideramos um período de tempo menor, o número de arrobas por mil pés se destaca nas zonas novas, o que não se repete quando se dilata o período de observação, que, por seu turno, privilegia os solos de melhor qualidade e denuncia a rápida perda de qualidade dos solos das fronteiras da década de vinte. Assim, o argumento de que nas fronteiras era recorrente uma maior produtividade merece uma melhor qualificação, sendo válido, supomos, apenas para os anos iniciais da idade produtiva dos cafeeiros lá plantados, o que logo se esvaía.

Outro ponto que a bibliografia parece ter subestimado é a importância das cláusulas envolvendo pagamentos em dinheiro, destacada diferença, ao nosso ver, entre as regiões de fronteira (notadamente a Noroeste) e as regiões mais antigas. Como vimos, nas zonas mais antigas predominavam contratos de parceria, onde a remuneração dos “parceiros” era composta unicamente por uma parcela da produção dos cafeeiros sob seus cuidados e acesso a terra (reduzido) para a garantia de sua subsistência. Em escrituras que versavam sobre a formação de cafeeiros nas zonas novas, notadamente em Ribeirão Preto⁵⁶⁶ (62%), Pirajuí (58%) e Lins (48%), fora recorrente, nas proporções apresentadas, o acerto de uma determinada quantia em dinheiro por cada cova formada, o que certamente pesava positivamente nas contas dos trabalhadores, ao passo que em municípios de cafeicultura mais antiga tal proporção era bem mais modesta: Campinas (10,3%), Araraquara (13,2%) e Botucatu (21,8%), por exemplo. Das 2.047 escrituras pesquisadas, em 685 (33,5%) se praticaram pagamentos em dinheiro, proporção que não deve ser desprezada. Tais cláusulas também contribuíam para a preferência dos trabalhadores pelos contratos de formação, e não unicamente o acesso a um espaço mais amplo (e conjugado com os cafeeiros) para o plantio de alimentos. Assim, se por um lado a bibliografia sobre o tema tende a superestimar a maior fertilidade das terras novas, por outro parece subestimar a importância dos pagamentos em dinheiro como mecanismo utilizado para atrair mão-de-obra.

⁵⁶⁶ Neste município a grande maioria das escrituras de empreitada versavam sobre a formação de novas lavouras nas fronteiras.

Nos capítulos anteriores vimos que nas regiões de fronteira as condições para o plantio entre as fileiras do café de culturas como a de arroz, milho, feijão, mamona, batatinhas, amendoim, etc. eram mais atrativas para os trabalhadores, pois se tratava de lavouras em formação, em geral com 16 palmos de distância entre uma cova e outra (aproximadamente três metros), espaço no qual poderiam retroativamente plantar, diminuindo-se o espaço na medida em que os cafeeiros cresciam. Esta situação era preferida pelos trabalhadores, sendo mais atraentes do que o fornecimento de terrenos extras para o cultivo de alimentos, o que era mais recorrente em contratos de parceria, em função da idade dos cafeeiros, mas significava perda de capacidade de trabalho pois a força-de-trabalho do núcleo familiar seria dividida entre diferentes talhões, o que não ocorria no cultivo conjugado. Conforme já assinalamos, os trabalhadores perdiam parte dos seus excedentes ao comercializá-los com os fazendeiros por uma série de mecanismos, tais como as cláusulas de “preferência” de venda, os próprios custos de transporte e beneficiamento, a taxação sobre carros de outro comprador que adentrasse à fazenda, a obrigatoriedade de transferir gratuitamente determinada quantidade de sacas de “alimentos” para o fazendeiro e o estabelecimento de parcerias também nestas produções. A bibliografia tende a aceitar que a produção de gêneros alimentícios fora um dos principais meios pelos quais “colonos” teriam garantido sua ascensão social à condição de pequeno proprietário rural. Aliás, não travamos nesta pesquisa um enfrentamento direto com esta questão, pois a ascensão social de trabalhadores rurais encontrava-se subordinada a um conjunto muito amplo de variáveis, tais como a época em que trabalharam, as formas de comercialização do excedente, se atuavam diretamente no mercado (e a dimensão deste mercado), a fertilidade e localização das terras, o tamanho do grupo familiar, a qualidade dos grãos produzidos, o tipo de contrato, o grau de frugalidade, a capacidade de poupança, o direito a ter criações, etc., de modo que qualquer posição fechada sobre esta questão pode ser muito reducionista e temerária, sem contar que, dependendo das condições, a vida de um pequeno sitiante ou chacareiro poderia ser pior do que a de um parceiro ou colono, pois deter uma pequena propriedade não é necessariamente sinônimo de ascensão social. Não que a possibilidade de ascensão se encontrasse totalmente “travada”, porém, a consulta às escrituras de formação e trato de cafeeiros nos indicou que os trabalhadores rurais, sejam eles empreiteiros, parceiros ou colonos, possuíam uma liberdade muito reduzida no que se

referia à negociação de sua produção de gêneros alimentícios e mesmo da parcela da produção de café que lhes cabia. Vimos que intermediações favoráveis ao fazendeiro se interpunham entre produtores e consumidores, o que redundava em achatamento dos preços e perda de capacidade de reunir algum pecúlio, principalmente quando os trabalhadores se encontravam endividados com a fazenda, como exaustivamente demonstramos nesta tese.

Como nos ensinou Wilson Cano, o desenvolvimento e a diversificação da agricultura paulista (exclusive café) esteve intimamente vinculado ao processo de desenvolvimento da cafeicultura, que se expandiu ao se consolidar o sistema de colonato, que permitia aos trabalhadores o plantio intercalado nas ruas do cafezal, sendo que esta agricultura era totalmente dependente da atividade nuclear, o café, e portanto possuía autonomia muito relativa. “Tomando-se como índice 100, a produção média de 1901-06, os principais produtos evoluíram, no período 1925-30, da seguinte forma: açúcar 338, feijão 331, milho 215, arroz 689, algodão 509 e café 192⁵⁶⁷”. No mesmo período a população do estado de São Paulo duplicou, aumentando sobretudo nas grandes cidades, impondo demandas cada vez maiores à produção de alimentos, que apesar de crescente, ainda não atingira a auto-suficiência, como nos lembra o autor. Evidentemente existia certa “hierarquia de rentabilidades”, capitaneada pelo café, entre os diferentes gêneros produzidos nas fazendas, o que não significa dizer que a produção de alimentos voltada ao mercado interno fosse uma atividade desinteressante. Assim, acreditamos que os cafeicultores também operavam neste mercado, concentrando a pulverizada produção de seus subordinados e comercializando-as nas Casas Comerciais e Armazéns localizados nas cidades mais próximas, que, por seu turno, realizavam uma concentração ainda maior destas produções e as remetiam, por ferrovia, aos principais centros consumidores de alimentos, tais como Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba, Campinas e São Paulo. Acreditamos que os “estreitamentos de mercados” impostos aos trabalhadores rurais, captados direta ou indiretamente nas escrituras pesquisadas, indicam a existência de tal circuito, que reservava rentabilidade considerável aos agentes que nele atuavam. No fundo, o que estamos querendo dizer é que apesar de as escrituras serem lavradas entre duas partes “iguais”, é necessário muito formalismo liberal para acreditar em tal pressuposto. Vimos no transcorrer

⁵⁶⁷ Wilson CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998, p.75.

do trabalho que ao lavrar uma escritura em cartório parceiros e empreiteiros se subordinavam a condições muito desiguais, que iam desde o direito a não pagar à definição de um código de conduta no espaço da fazenda (condenando o alcoolismo, realização de festas e recepção de visitas “estranhas”, por exemplo). Na maioria dos casos, os fazendeiros reservavam para si o direito de fiscalizar os trabalhos, definindo arbitrariamente como e quando aplicar multas e punições, bem como se desoneravam dos efeitos de acidentes climáticos (secas e geadas) que prejudicassem a formação ou o trato de cafeeiros, que se traduziriam em prejuízos diretos aos trabalhadores. Não podemos nos esquecer também dos exemplos citados na pesquisa (ver capítulos sobre as regiões Noroeste e Douradense), onde, se por algum motivo os fazendeiros não reunissem condições de efetuar os pagamentos aos empreiteiros alocados em sua fazenda, obrigar-lhes-ia, já se garantindo em uma possível situação de “calote”, a ficar mais um ou dois anos trabalhando na fazenda como colonos, sendo que os trabalhadores receberiam seus haveres em café, e não mais em dinheiro, como fora combinado anteriormente. Em alguns contratos os fazendeiros impunham cláusulas que obrigavam os empreiteiros ou parceiros a trabalhar gratuitamente alguns dias por ano na manutenção de estradas, cercas e benfeitorias da fazenda, numa espécie de reminiscência feudal (a corvéia).

Leoninos também eram os empréstimos fornecidos aos trabalhadores do café, onde se estabelecia a cobrança de juros que depreciavam contundentemente sua capacidade de negociação na ocasião das colheitas, pois uma parcela considerável de seu café e dos gêneros alimentícios produzidos era utilizada para realizar os pagamentos ou cobrir os débitos acumulados nas mercearias das fazendas. As mercearias, ou “vendas”, por seu turno, também funcionavam como peça central na exploração dos trabalhadores, pois muitas vezes, ao invés de receberem pagamentos em dinheiro, lhes era aberto um crédito na venda, obrigando-os a ali queimarem seus saldos adquirindo produtos que não reuniam condições de produzir, mas que eram indispensáveis à vida rural naquele contexto, tais como sal, farinha de trigo, ferramentas, arames, etc. Pode-se pensar que as vendas foram essenciais para a concentração da produção de gêneros alimentícios e café nas mãos dos fazendeiros, pois lá se efetivavam, inferimos, relações comerciais amplamente favoráveis a estes. Há casos, como os citados no capítulo sobre a região Mogiana, em que os fazendeiros criavam notas e moedas que circulavam na propriedade e circunvizinhanças, criando-se

uma espécie de sucedâneo monetário com um raio de ação limitado, mas que cumpria importante missão de redução dos custos monetários de produção e impunham a obrigatoriedade de liquidação daquela “moeda” somente aonde fosse aceita: na venda da fazenda. Outra forma de exploração comum a todas as regiões pesquisadas fora a utilização da estrutura da fazenda para reduzir a parcela de café ou de alimentos que caberia, segundo contrato, aos trabalhadores. Comumente, como vimos, os fazendeiros cobravam taxas pela utilização das máquinas de beneficiar, das tulhas e dos terreiros de secagem, enfim, do processo de beneficiamento como um todo, cobrança esta que significava redução da parcela de café que caberia aos trabalhadores, evidenciando que a modernização da infraestrutura das fazendas potencializava a exploração do trabalho dando caráter permanente aos desnivelamentos sociais, sendo, por este prisma, também decisivas para a acumulação de capitais no complexo cafeeiro. A cobrança de taxas para o transporte da produção dos trabalhadores dos seus respectivos talhões até as máquinas ou armazéns agia no mesmo sentido, valendo-se os proprietários das estradas, carroças, carros e animais existentes na fazenda.

Tratemos agora do número de cafeeiros envolvidos nas escrituras pesquisadas. Nas tabelas abaixo definimos algumas faixas para buscar alguma diferenciação entre o número de cafeeiros contratados, em regime de empreitada ou parceria, nas diferentes regiões do estado. Ocorre que diferenças significativas não foram encontradas neste quesito, sendo que as proporções foram muito próximas entre as regiões analisadas, posicionando-se a maioria das escrituras, para todos os casos, nas faixas entre cinco e dez mil cafeeiros e entre dez e vinte mil cafeeiros, denotando que na maioria dos casos tratava-se de uma quantidade de cafeeiros compatível com a capacidade de trabalho de um núcleo familiar, às vezes dois:

Tabela 2 – Faixas de cafeeiros contratados (1917-1937)

Faixas	Cafeeiros contratados (No. de contratos)						Total
	até 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	mais de 100.000	
Central	5	14	11	8	3	3	44
Mogiana	45	71	81	43	12	2	254
Paulista	21	25	29	23	6	1	105
A. Sorocabana	20	34	45	16	0	1	116
Douradense	58	81	81	55	8	10	293
A. Araraquarense	102	172	138	70	14	5	501
Noroeste	174	293	173	76	18	0	734
Total	425	690	558	291	61	22	2.047

Fonte: Livro de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Tabela 3 – Faixas de cafeeiros contratados (1917-1937) - porcentagem

Faixas	Cafeeiros contratados (%)						Total
	até 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	mais de 100.000	
Central	11,36	31,82	25,00	18,18	6,82	6,82	100
Mogiana	17,72	27,95	31,89	16,93	4,72	0,79	100
Paulista	20,00	23,81	27,62	21,90	5,71	0,95	100
A. Sorocabana	17,24	29,31	38,79	13,79	-	0,86	100
Douradense	19,80	27,65	27,65	18,77	2,73	3,41	100
A. Araraquarense	20,36	34,33	27,54	13,97	2,79	1,00	100
Noroeste	23,71	39,92	23,57	10,35	2,45	-	100
Total	20,76	33,71	27,26	14,22	2,98	1,07	100

Fonte: Livro de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Em contratos inferiores a vinte mil cafeeiros é provável que as pessoas que assinavam as escrituras fossem as que efetivamente levariam a cabo a formação ou o trato dos cafeeiros, pois se tratava de uma quantidade muito pequena compatível com a de núcleos familiares compostos por oito, dez “enxadas”. Acima destas quantidades de cafeeiros mais recorrentes, nas faixas entre vinte e cinquenta mil cafeeiros, entre cinquenta e cem mil e acima de cem mil cafeeiros, o que percebemos é que se tratavam ou de contratos coletivos, envolvendo mais de dez, quinze famílias, ou de subempreitadas, onde um empreiteiro individualmente assumiria a formação de uma grande lavoura e arregimentaria mão-de-obra em condições favoráveis, provavelmente embolsando os valores pagos pela formação de cada cova e repassando aos verdadeiros formadores um determinado quinhão compatível com a capacidade de trabalho da família, onde esta garantiria sua subsistência e receberia como remuneração toda a produção de café até o final do contrato.

O caso de alguns empreiteiros japoneses que formaram lavouras na Noroeste e na Alta Araraquarense pode nos evidenciar que pessoas ligadas a organizações que viabilizavam a imigração de trabalhadores estivessem subempreitando contratos, beneficiando-se economicamente de contatos existentes nestes órgãos, como no caso de Namura Naoqui, que acertou com fazendeiros de Ribeirão Preto a formação de duzentos e cinquenta mil cafeeiros na fazenda Cubatão, em Catanduva, contratando para tal empreitada vinte e cinco famílias nipônicas (ver capítulo sobre a região da Alta Araraquarense). A existência de escrituras que envolviam número superior de cafeeiros indicam a possibilidade da existência de subempreitadas, altamente lucrativas para os

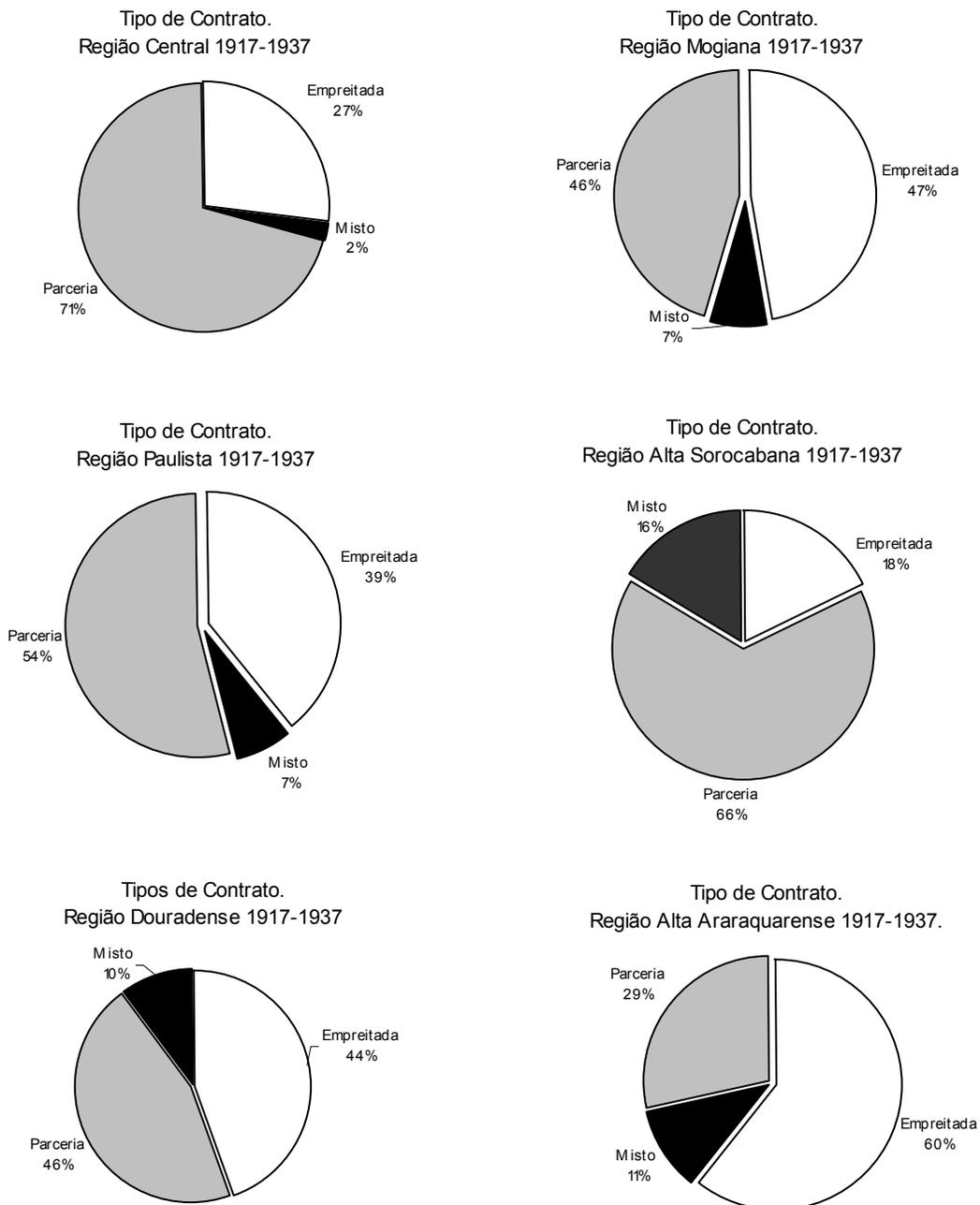
agenciadores de mão-de-obra, cujo único trabalho era colocar em contato fazendeiros e trabalhadores.

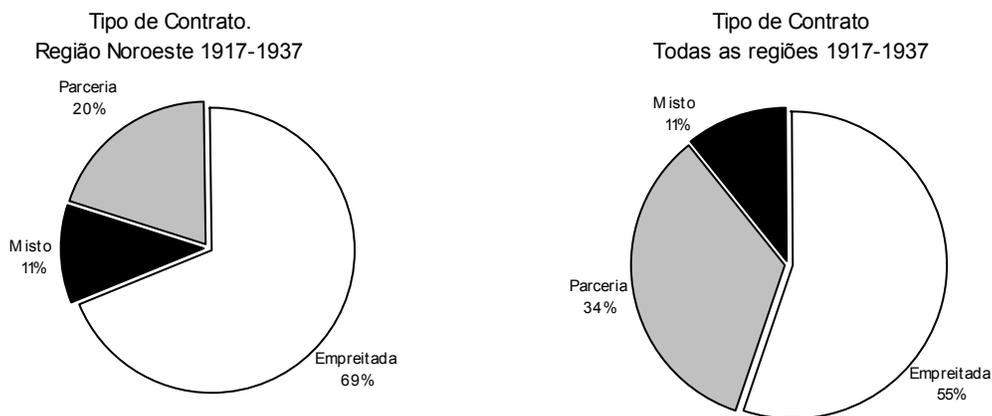
Vimos anteriormente que nas regiões de cafeicultura predominavam os contratos de parceria agrícola, no qual a produção dos cafezais era dividida em duas, sendo este tipo de escritura predominante nos municípios de Campinas, Rio Claro, Franca, São Carlos, Botucatu e Jaú. Em Araraquara encontramos o mesmo número de parcerias e empreitadas entre 1917 e 1937, sendo as empreitadas dominantes em Ribeirão Preto, em função da formação de lavouras em outras zonas do estado. Observa-se nas simulações feitas nos capítulos anteriores que as parcerias, em termos monetários, e desconsiderando os mecanismos de exploração impostos aos trabalhadores rurais acima descritos, proporcionavam aos parceiros uma quantia superior à auferida pelos empreiteiros, que, em geral, receberiam algum dinheiro pelo seu trabalho apenas quando os cafeeiros começassem a dar frutos, ao passo que no caso das parcerias, receber-se-ia metade da produção anual das lavouras de café. Porém, a diferença registrada em favor dos parceiros não era suficientemente grande para compensar os potenciais ganhos auferidos em função de um maior espaço entre as fileiras do café, o que tornava as empreitadas mais atraentes para os trabalhadores, ainda mais quando existiam cláusulas monetária, que estipulavam o pagamento de um determinado valor por cada cova formada.

De certa forma, como nas empreitadas os trabalhadores, em função do maior espaço, produziam uma maior quantidade alimentos, e, também, se estipulavam pagamentos pré-fixados em dinheiro, garantia-se certa autonomia em relação ao mercado, sendo os empreiteiros menos suscetíveis às quedas de preço do que os parceiros, que, por sua vez, teriam seus “salários” diretamente comprimidos a cada variação, sendo que, na baixa, quando os estoques visíveis superavam a demanda, os parceiros sofriam ainda mais, supomos, com o rebaixamento dos preços imposto pelos fazendeiros e demais compradores. Nas tabelas sete e oito do capítulo referente à região Noroeste, encontram-se projeções sobre uma parceria de cinco mil cafeeiros entre 1924-1929 e entre 1934-1937, para os municípios de Pirajuí, Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, verificando-se que num contexto de baixos preços (1934-37) a renda do parceiro chegaria a ser deprimida em mais de 65% entre um intervalo e outro, evidenciando uma suscetibilidade muito elevada da renda dos parceiros aos movimentos do mercado, ainda

mais quando pensamos que neste tipo de contrato os trabalhadores não contariam com rendimentos alternativos, representados pela comercialização de arroz, milho e feijão, uma vez que o espaço para estes plantios era reduzido, em função da idade dos cafeeiros. Evidentemente a queda de preços prejudicava a todos, mas na empreitada, na alta ou na baixa, os trabalhadores receberiam, teoricamente, uma quantia fixa ao final do contrato, e poderiam compensar a compressão de sus rendas em café pela venda de alimentos. Abaixo a proporção dos tipos de contratos encontrados por região.

Gráfico 4





Fonte: Livros de Notas dos cartórios pesquisados

Nos contratos mistos, como já vimos, o fazendeiro submetia a contrato cafeeiros em diferentes condições, alguns já formados, sobre os quais estabelecia-se uma parceria, e alguns por formar, sobre os quais se estabeleciam empreitadas. Este tipo de contato era utilizado para se garantir o trato de lavouras adultas mediante a formação de novas, onde se poderia oferecer aos trabalhadores melhores condições para o cultivo de outras culturas. De certa forma, é possível que alguns cafeicultores estivessem formando cafeeiros mesmo contra sua vontade, sobretudo em zonas antigas, objetivando, com isso, garantir o trato a custos monetários reduzidos e, de certa forma, tornando equivalentes as condições de plantio intercafeeiro destas regiões às da fronteira. Aventamos a possibilidade de que nas regiões de cafeicultura antiga se plantavam cafeeiros também para não desarticular o trabalho, mediante a existência da fronteira. Os gráficos acima revelam claramente a predominância das parcerias nas regiões mais antigas e das empreitadas nas regiões mais novas, porém evidenciam também a existência de uma quantidade significativa deste tipo de contrato em regiões como a Mogiana, a Paulista e a Douradense. As empreitadas encontradas na região Mogiana foram, em sua maioria, lavradas em Franca (71), município cuja área agricultável subiu de cerca de seis mil alqueires para onze mil entre 1920 e 1934, evidenciando ampliação desta cultura no município, mas também não devemos desconsiderar as que foram lavradas em Ribeirão Preto (48), que se referiam à formação de lavouras em outras regiões (80% do total). Na região Paulista um maior número de empreitadas foi encontrado em Araraquara, vinte e cinco, e apenas dezesseis em São

Carlos, sendo que em Araraquara se verificou também aumento da área agricultável entre 1920 e 1934 (de nove para quatorze mil alqueires), tendo ocorrido o inverso em São Carlos. Já na Douradense a recorrência de empreitadas se deve ao fato de que Novo Horizonte era um município de fronteira à época, e por isso encontramos lá setenta e cinco escrituras de formação de cafeeiros, sendo também considerável o número de empreitadas lavradas em Jaú (55), indicando aumento da cultura cafeeira neste município no período em tela. Entre 1920 e 1934 a área agricultável de Jaú destinada à cafeicultura ampliou-se de nove para quinze mil alqueires, sendo considerável também o número de escrituras que versavam sobre outras regiões do estado e do Paraná. Nos municípios da região Central e Alta Sorocabana encontramos poucos contratos de empreitada: Campinas (03), Rio Claro (3), São Manuel (06) e Botucatu (15), apesar de a área agricultável e o número de cafeeiros produtivos terem crescido nestes dois municípios. Com exceção de Campinas, Rio Claro, São Carlos e Ribeirão Preto, cujo número de pés de café decresceram no período em tela, o que se verifica no conjunto de municípios formados por Franca, Jaú, Araraquara, Botucatu e São Manuel é a ampliação da cafeicultura na década de vinte, a despeito de já serem regiões de cafeicultura “madura” à época. Por que ocorrera esta diferenciação?

O fato é que o fenômeno de avanço da fronteira paulista na década de vinte não foi homogêneo, deixando-se para trás, dentro das regiões já exploradas, áreas intocadas pela cafeicultura. Na tabela abaixo podemos observar três “grupos” distintos de municípios: um no qual a cafeicultura regrediu ou, no máximo, manteve-se estacionada na década de vinte, composto por Campinas, Rio Claro, Ribeirão Preto e São Carlos; um grupo cuja inserção no complexo cafeeiro ocorreu nas últimas décadas do século XIX, mas verificou-se um crescimento da atividade cafeeira entre 1920 e 1934, composto por Franca, Araraquara, Jaú, Botucatu e São Manuel; e um terceiro grupo que congrega os municípios de fronteira, alguns dos quais ainda nem existiam em 1920, mas que em 1934 já despontavam como importantes centros cafeicultores: Novo Horizonte, São José do Rio Preto, Catanduva, Pirajuí e Lins.

Quanto aos municípios deste primeiro grupo, cabem duas considerações. Uma primeira se refere ao fato de que se tratava de áreas esgotadas, cuja produtividade (com menor intensidade em Ribeirão Preto), vinha caindo paulatinamente e, por conseqüência da queda de rentabilidade, algumas lavouras foram extintas, explicando-se assim a redução do

número de cafeeiros. Há que se considerar também que nestes municípios existiam unidades produtoras de grande porte, notadamente em São Carlos e Ribeirão Preto⁵⁶⁸, as quais foram aos poucos se tornando menos rentáveis em função do desgaste dos solos e cafeeiros. Como vimos anteriormente, os custos de produção de uma grande fazenda eram muito elevados, incompatíveis com uma produtividade cadente. No caso de Campinas e Rio Claro, a atividade cafeeira era menos concentrada, porém o que se percebe é que nesta região o esgotamento dos solos já era muito avançado, sendo o processo de “desmanche” da cafeicultura muito acelerado entre 1920 e 1934, como se observa na tabela abaixo:

Tabela 4 – Área Plantada e No. de Cafeeiros (1920-1934)

Município	Área Plantada		Cafeeiros	
	1920	1934	1920	1934
Campinas	12.782,30	7.388,50	28.518.100	16.672.709
Rio Claro	6.128,50	2.768,25	13.391.000	5.139.345
Ribeirão Preto	14.887,60	15.711,00	31.394.365	28.685.817
São Carlos	10.885,10	7.717,00	25.049.200	15.206.922
Franca	5.907,00	10.902,25	11.727.800	16.826.900
Araraquara	9.275,20	14.044,75	18.212.000	27.953.728
Jaú	9.330,60	15.820,50	19.676.300	26.081.667
Botucatu	4.998,80	8.011,25	12.328.500	14.682.400
São Manuel	9.799,20	14.176,00	20.345.800	25.701.800
N. Horizonte	806,60	8.583,75	1.561.970	15.235.400
S. J. do Rio Preto	9.762,40	12.208,00	3.180.000	24.459.800
Catanduva	1.403,60	9.342,75	1.786.500	18.386.400
Pirajuí	3.605,80	28.547,75	3.841.000	45.461.800
Lins	3.977,60	31.325,00	7.701.200	49.864.900

Fonte: José Francisco de CAMARGO. Op. Cit., p. 92-133.

Num segundo grupo de municípios, apesar da existência de grandes fazendas, geralmente instaladas nos solos de melhor qualidade, uma vez que se tratava de municípios com solos híbridos, formados tanto por manchas de terra roxa quanto por arenitos da série Bauru (exclusive São Manuel), verificava-se uma estrutura fundiária mais fragmentada, com uma predominância mais ampliada de unidades produtoras mais modestas. Estas propriedades “funcionavam” com custos de produção menores, operando basicamente com o trabalho familiar e com uma infra-estrutura muito incipiente, porém tal característica as permita conviver com uma produtividade menos significativa e solos com algum grau de

⁵⁶⁸ Dentre os municípios pesquisados, estes dois apresentam o maior número de cafeeiros por proprietário, cerca de oitenta mil. Cf: José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.*, p. 92-133.

desgaste. O caso de Jaú exemplifica que os novos plantios entre 1924 e 1929 ocorreram majoritariamente nas pequenas e médias propriedades, sendo que cremos ser possível estender este argumento também para Franca, Araraquara e Botucatu. Como a pesquisa em São Manuel não foi muito elucidativa, dado o pequeno número de contratos encontrados (20), penso ser temerária qualquer classificação mais específica em relação a este município, ainda mais quando os dados indicam que o número de cafeeiros produtivos subiu de vinte e cinco para setenta e um milhões entre 1934 e 1940 e a área agricultável destinada à cafeicultura de quatorze para quarenta e sete mil alqueires⁵⁶⁹. Certamente uma expansão desta magnitude esteve intimamente ligada com uma melhor classificação do grão local e com a existência de terras de qualidade ainda não exploradas no final da década de vinte.

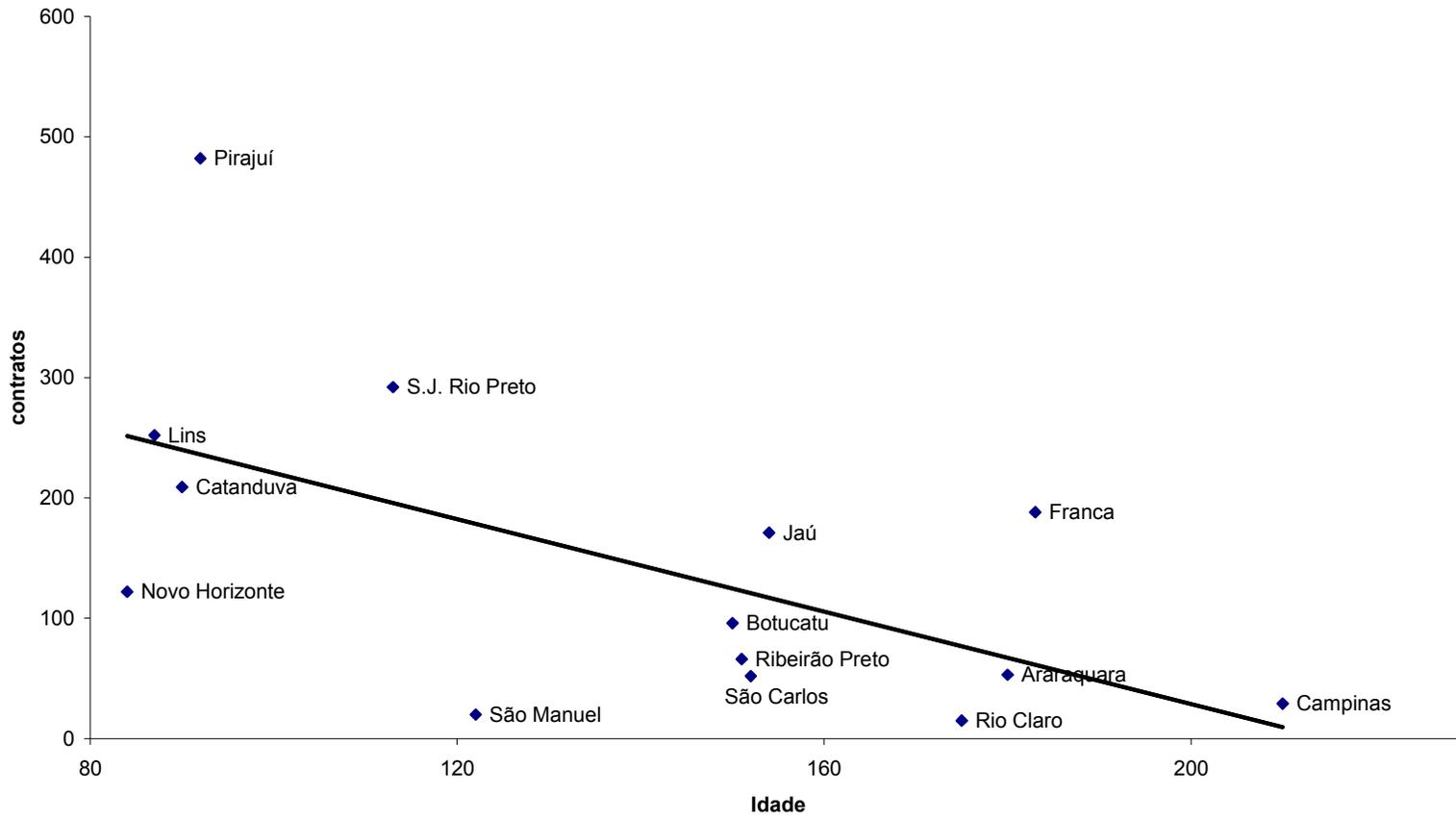
Num terceiro grupo situam-se municípios criados justamente pelo avanço da fronteira agrícola nas primeiras décadas do século XX, onde se verificou um vertiginoso aumento da área destinada à cafeicultura e da população, sendo que, conseqüentemente, lá encontramos 66% das escrituras pesquisadas. Tratava-se justamente das novas áreas incorporadas à acumulação capitalista à época, onde predominaram os contratos de empreitada e as melhores condições para os trabalhadores rurais, em função do mais amplo acesso às culturas intercalares.

Os dados de Camargo parecem qualificar um pouco melhor o que fora a expansão da cafeicultura nos anos vinte, evidenciando que em conjunto com os municípios da fronteira, proprietários sediados em regiões já maduras beneficiaram-se das condições existentes à época para ampliar seu potencial produtivo de café. Porém, os dados deste autor evidenciam também que em função do esgotamento dos solos e da estrutura fundiária concentrada, alguns municípios tiveram uma “capacidade de resposta” muito tímida em face da evolução favorável dos preços. As 2.047 escrituras pesquisadas corroboram ou negam tal assertiva?

Corroboram. A documentação cartorial consultada captou o frenético avanço da fronteira agrícola nas regiões Noroeste e Alta Araraquarense e na Douradense, bem como o esgotamento, aqui representado pelo baixo número de escrituras pesquisadas, da região Central e de parte da Mogiana, da Paulista e da Alta Sorocabana. Observemos os gráficos:

⁵⁶⁹ José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.*, p. 132.

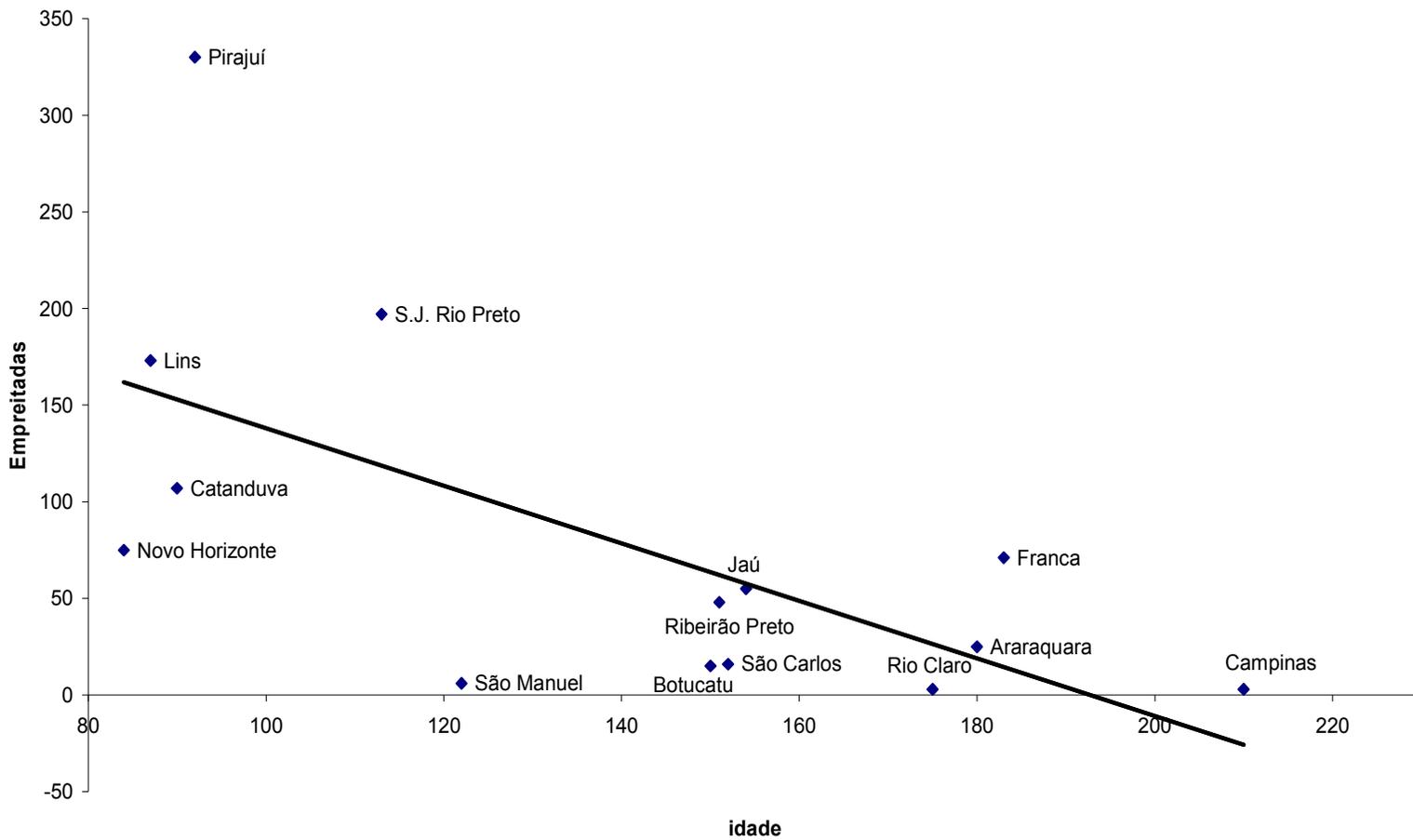
Idade dos Municípios x Contratos Pesquisados (1917-1937)



Fonte: Livros de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Gráfico 5

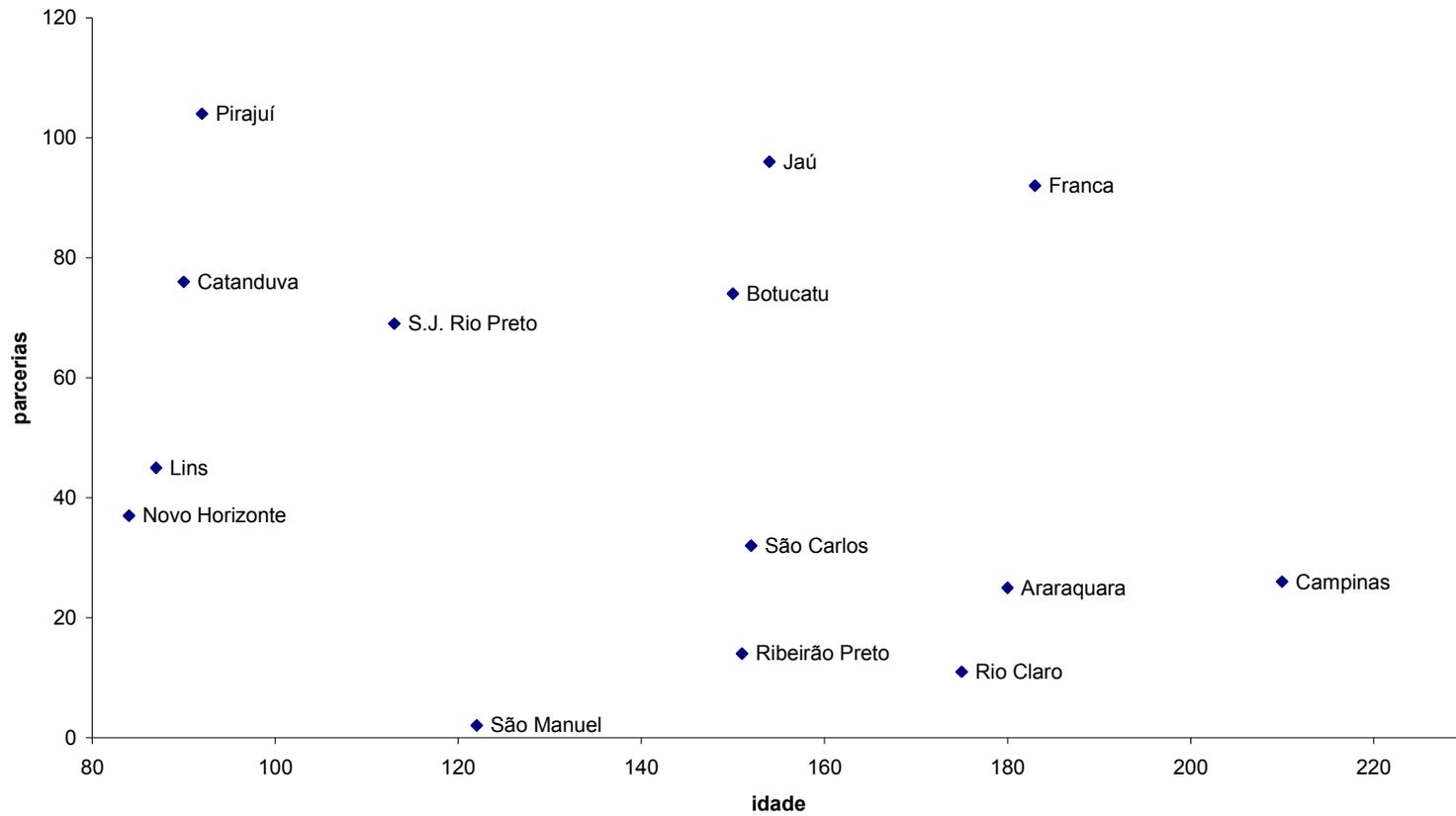
Idade dos Municípios x Empreitadas de Formação (1917-1937)



Fonte: Livros de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Gráfico 6

Idade dos Municípios x Parcerias (1917-1937)



Fonte: Livros de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Gráfico 7

Apresentamos acima três gráficos de dispersão: um co-relacionando a idade dos municípios com o número de contratos pesquisados (gráfico 5); um co-relacionado a idade dos municípios com o número de empreitadas de formação (gráfico 6) e outro co-relacionado a idade dos municípios com o número de parcerias (gráfico 7), lembrando que todos se referem ao período compreendido entre 1917 e 1937⁵⁷⁰.

Os gráficos números cinco e seis nos passam informações muito próximas: um maior número de contratos foi lavrado nos cartórios dos municípios mais novos, sendo que, nestes municípios, as empreitadas foram predominantes, tal como demonstram as respectivas linhas de tendência. No gráfico número cinco podemos claramente visualizar três “grupos” de municípios: a) um composto por Pirajuí, Lins, S.J. do Rio Preto, Catanduva e Novo Horizonte; b) um composto por Franca, Jaú e Botucatu; c) um composto por Campinas, Araraquara, Rio Claro, Ribeirão Preto, São Carlos e São Manuel. Assim como os dados de Camargo revelaram, pudemos identificar novamente a existência de três situações distintas, uma típica de fronteira, outra situação onde em municípios já “velhos” lavrou-se considerável quantidade de contratos: 188 em Franca, 171 em Jaú e 96 em Botucatu e uma terceira situação onde em municípios mais velhos se encontrou reduzido número de escrituras de formação e trato de cafeeiros, incluindo-se agora, neste grupo, Araraquara e São Manuel. Cabe considerar que o gráfico número seis nos revela que a renovação da cafeicultura botucatuense foi menos vigorosa do que as de Franca e Jaú, dado o menor número de empreitadas lá encontradas, provavelmente em decorrência de uma produtividade mais baixa em relação aos outros dois municípios deste grupo (vide tabela 1).

Já no gráfico número sete a dispersão entre os pontos é muito acentuada, revelando que não podemos traçar uma tendência muito clara (por isso suprimimos a linha de tendência do gráfico), principalmente em função da grande diferença do número de escrituras registradas a favor dos municípios mais novos, sendo lá também superior o número de parcerias lavradas, notadamente em Pirajuí, Catanduva e São José do Rio Preto. Novamente se pode visualizar neste gráfico os três grupos de municípios supracitados, com especial atenção para a proximidade dos pontos de Franca, Jaú e Botucatu, municípios com destacada predominância de unidades produtoras mais modestas e solos de boa qualidade,

⁵⁷⁰ Como não é nossa intenção elaborar um modelo matemático a partir destas regressões lineares, ocultamos a equação e o R quadrado do gráfico. Os dados foram organizados desta forma apenas para melhor visualização das idéias expostas, possuindo apenas caráter ilustrativo.

onde o elevado número de parcerias lavradas indica que a cafeicultura manteve-se ativa no período em tela. Há que se considerar também que em regiões onde predominavam unidades produtoras maiores vigorava a contratação de colonos com salários anuais pelo trato de cada mil pés – o típico colonato – relação de trabalho não captada por nossa pesquisa pois não era registrada em cartório, mas sim em contratos de cadernetas semelhantes àqueles expostos no capítulo da região Central, sendo tal modalidade de contrato quase inexistente em fazendas menores, que optavam pela parceria para reduzir custos monetários. Talvez também derive disso o maior número de contratos deste tipo em Franca, Jaú e Botucatu em relação à Campinas, São Carlos e Ribeirão Preto, por exemplo.

Passemos agora para um segundo conjunto de dispersões, onde correlacionamos as seguintes variáveis: número de contratos x empreitadas de formação e número de contratos x pagamentos em dinheiro. Abaixo, o gráfico número oito elucida a informação de que nos municípios novos existia um maior número de contratos de empreitada, lá se concentrado, como vimos, as melhores situações para o trabalhador em função do acesso ampliado à produção de gêneros alimentícios. Novamente, em exceção à tendência demonstrada, verifica-se um número considerável de empreitadas em Franca e Jaú, afastando-se estes municípios da linha de tendência. Ainda sobre a questão das melhores condições de trabalho na fronteira, perceba no gráfico número nove que os pagamentos em dinheiro por cada cova formada foram mais recorrentes nos municípios da Noroeste (Pirajuí e Lins), e bem menos significativos nos municípios da Alta Araraquarense, de modo que neste gráfico (nove) tais municípios (São José do Rio Preto e Catanduva) se afastam bastante da linha de tendência, sendo tal diferencial entre estas duas regiões de fronteira, supomos, tributária de uma demanda por trabalho superior na Noroeste, bem como uma consequência dos maiores riscos e perigos oferecidos àqueles que decidissem se embrenhar numa região totalmente desconhecida e inóspita. Chama-nos atenção, novamente, a posição de Franca e Jaú neste gráfico, onde o número de empreitadas com remuneração em dinheiro foi superior ao de três municípios de fronteira (S.J. Rio Preto, Catanduva e Novo Horizonte), evidenciando que se tratavam de áreas ainda não esgotadas para a cafeicultura e, mais do que isso, com rentabilidade suficiente para oferecer contratos desta natureza, certamente concorrendo com os municípios novos por mão-de-obra. Verificam-se nos demais municípios um número de empreitadas de formação muito inferior.

Fonte: Livros de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

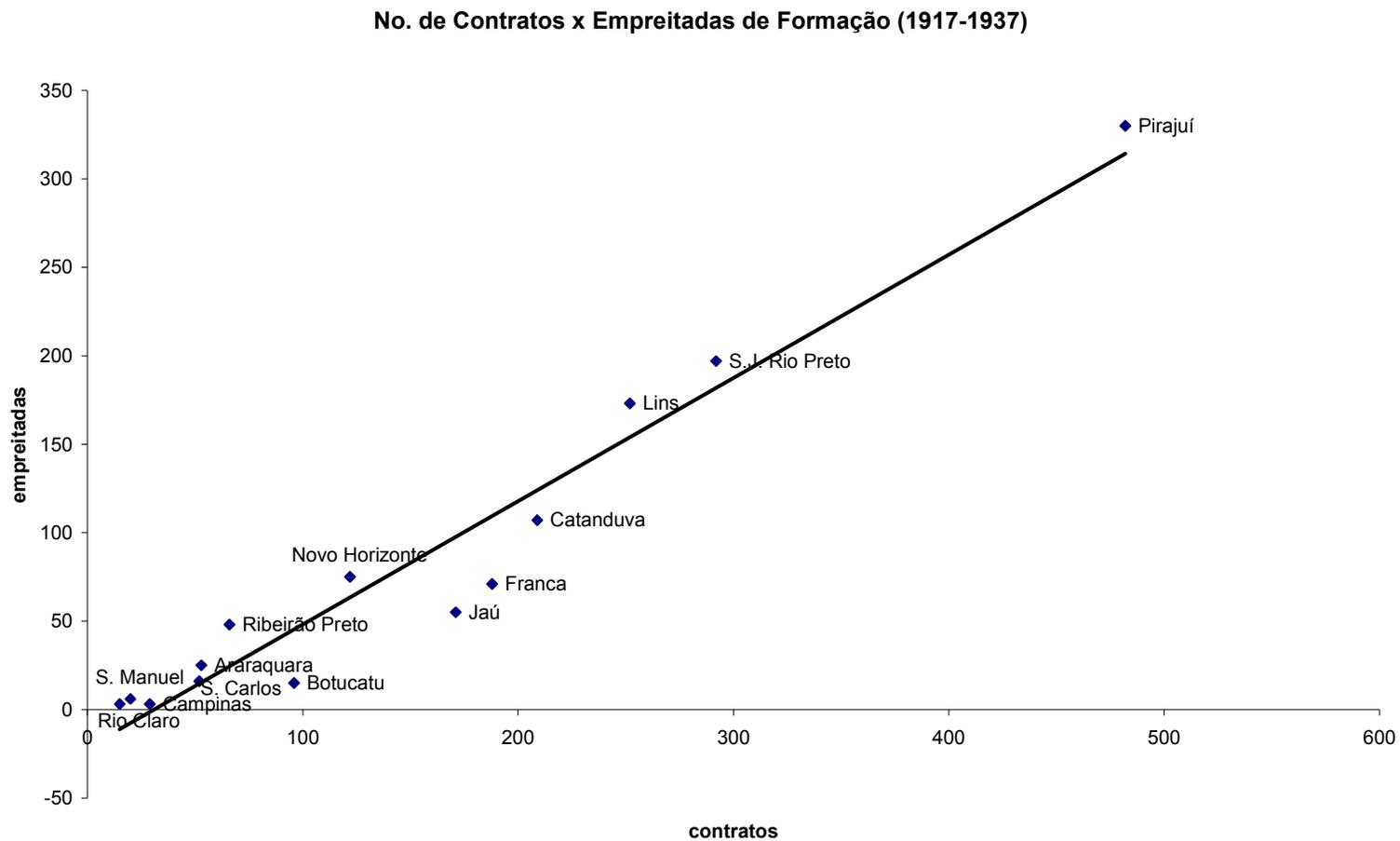


Gráfico 8

Fonte: Livros de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

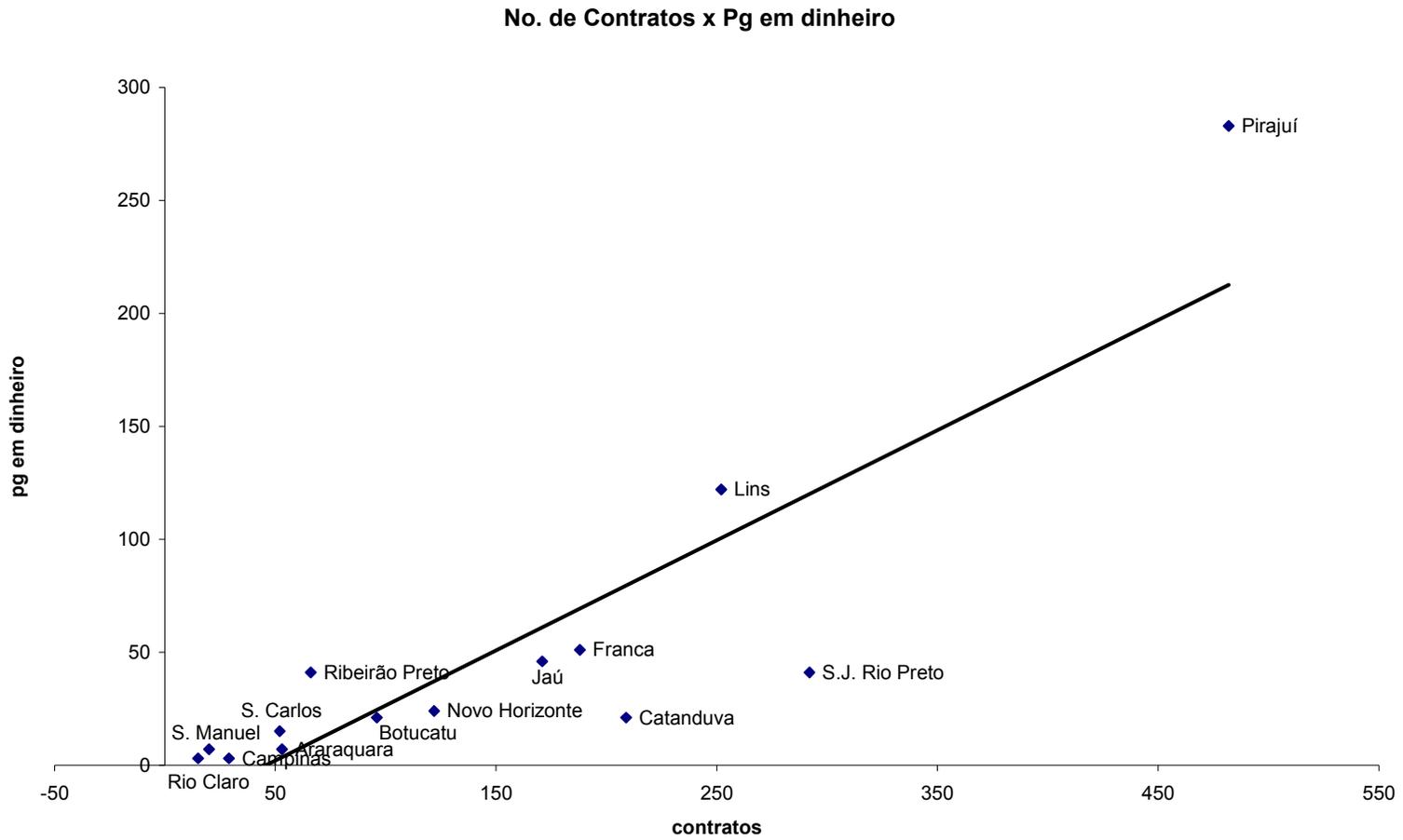


Gráfico 9

Um último ponto a ser discutido nesta conclusão se refere aos municípios a partir dos quais a fronteira se expandiu entre 1917 e 1937. Como podemos observar no mapa abaixo (mapa 3), elaborado a partir das escrituras cartoriais pesquisadas, os grandes centros cafeicultores do interior paulista, tais como Campinas, Ribeirão Preto, Jaú e Araraquara foram diretamente responsáveis pelo avanço da atividade cafeeira sobre as regiões Noroeste e Alta Araraquarense, uma vez que fazendeiros lá localizados, muito provavelmente em função da queda de produtividade e do contexto internacional favorável, decidiram formar lavouras adiante. Em Ribeirão Preto foram lavradas empreitadas de formação de café em Taquaritinga, Nuporanga, Batatais, Ibitinga, São Simão, São José do Rio Preto, Jardinópolis, Penápolis, Catanduva, Araçatuba, Avanhandava e Morro Agudo. De Campinas partiram investimentos para a formação de lavouras em Lençóis Paulista, Jacutinga-MG, Bauru e Atibaia, ao passo que grandes cafeicultores sediados em Jaú expandiram as fronteiras do café para Pederneiras, Presidente Alves, São Pedro, Bariri, Bauru, Pirajuí, Bocaina, Agudos, Iacanga, Cafelândia, Penápolis, Avaí, Sta. Cruz do Rio Pardo, Jataí-PR, Tibagi-PR e São Jerônimo-PR. Dos grandes fazendeiros de Araraquara partiram investimentos para a formação de lavouras em Taquaritinga, Araçatuba, Pederneiras, Ribeirão Bonito, São Lourenço do Turvo, Birigui, Monte Aprazível e Penápolis. Partira de São Manuel alguns investimentos em Cafelândia e Pirajuí, sendo São Carlos o único dos grandes pólos cafeeiros a não estabelecer um raio de investimentos mais amplos abarcando as zonas novas, pois lá encontramos escrituras que versavam sobre a formação de cafeeiros em municípios próximos como Ibaté, Boa Esperança e Araraquara.

Em Franca, Rio Claro e Botucatu foram mais recorrentes investimentos na formação de cafeeiros em municípios vizinhos, atestando o fato de que os cafeicultores lá sediados, em geral, não possuíam as escalas de capital necessárias para “levar” a fronteira adiante. Em Franca encontramos escrituras de formação de cafeeiros em Cristais Paulista, São José da Bela Vista, Patrocínio Paulista, Jeriquara, Sacramento-MG, Cássia-MG, São Sebastião do Paraíso, Ibiraci-MG, Ribeirão Corrente, Rifaina, Pedregulho, Igarapava, Restinga e Ituverava. De Rio Claro partiram investimentos em Ribeirão Bonito, e de Botucatu investimentos em Tatuí, Rubião Jr., Bofete e uma única escritura de formação de cafeeiros no Paraná.

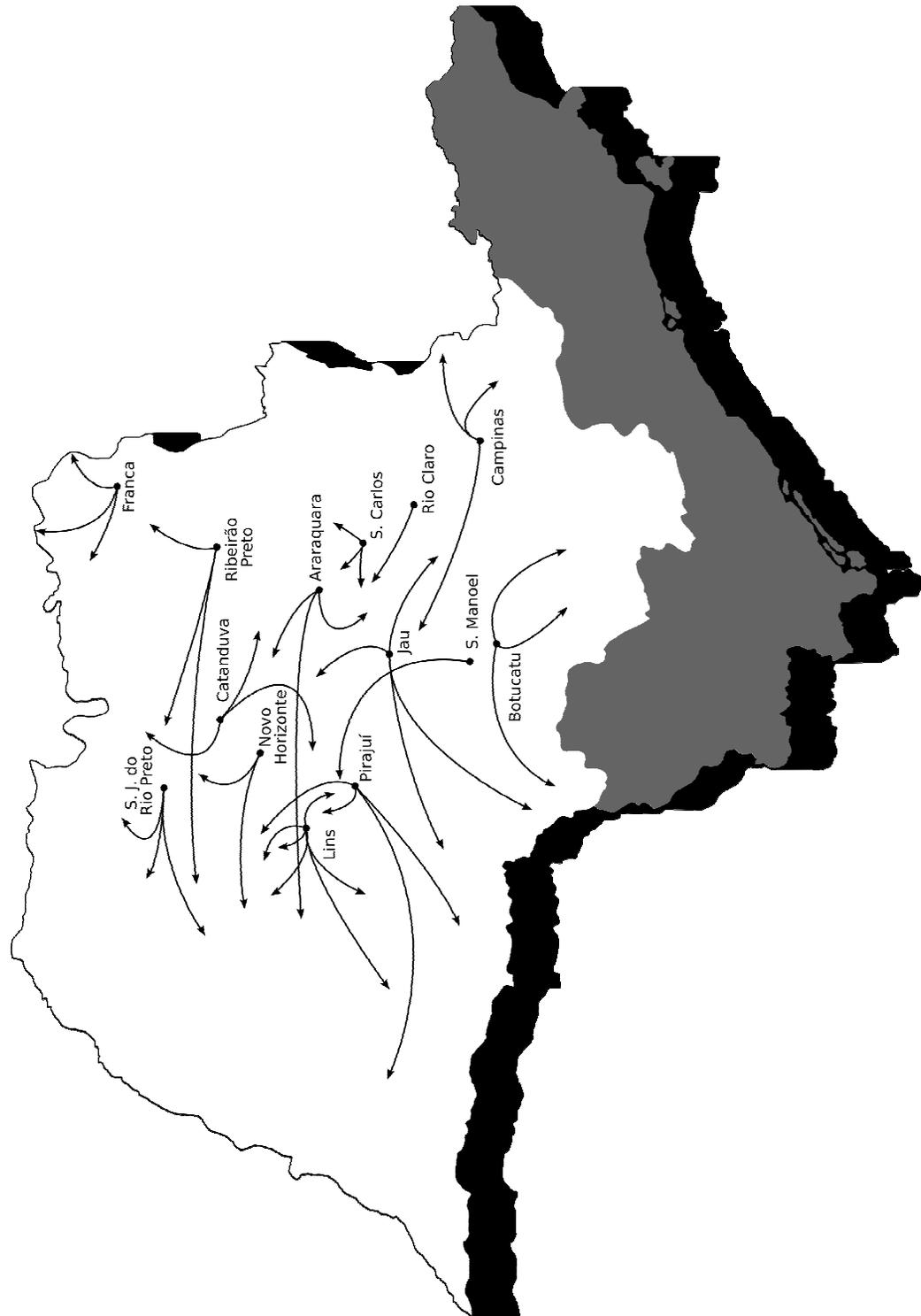
Dos municípios que em nossa pesquisa representaram a fronteira de expansão da cafeicultura partiram iniciativas de formação de lavouras em outras paragens. Atuando num raio mais localizado partira de São José do Rio Preto a formação de cafeeiros em Bálamo, Cedral, Uchoa, Mirassol, Engenheiro Schmidt, Bad Bassit, Ipirigatã, Palestina e Araçatuba (na Noroeste); em Catanduva encontramos escrituras que versavam sobre a formação de cafeeiros em Monte Alto, Itápolis, Jaboticabal, Ibirá, Tabapuã, Santa Adélia, Itajobi, Borborema, Lins e Penápolis, municípios da Noroeste, indicando que esta zona fora receptora de investimentos da Alta Araraquarense à qual sucedera no avanço da fronteira. De Novo Horizonte saíram investimentos na cafeicultura de Borborema, Itápolis, Glicério e Marília, municípios da Noroeste e da Alta Paulista, respectivamente.

Da Noroeste, uma das últimas fronteiras do interior paulista partiram investimentos na cafeicultura de municípios da Alta Paulista e da Alta Sorocabana. No Cartório de Pirajuí encontramos escrituras de formação de cafezais em Assis, Presidente Wenceslau, Presidente Prudente, Promissão e na vizinha Cafelândia; de Lins partiram investimentos em Getulina, Rancharia e Marília, como também nas próximas Pirajuí, Avandava, Glicério e Promissão, atestando a itinerância do café e o último ato da expansão cafeeira em São Paulo. A fronteira continuaria em movimento.

*

Esta pesquisa tratou dos mecanismos de exploração impostos aos trabalhadores num contexto de avanço da fronteira agrícola, consoante aos diferentes estágios de desenvolvimento da cafeicultura nas distintas regiões paulista. Sistematizou-se uma ampla documentação, nuclearmente composta pelos Livros de Notas, pesquisados em cartórios, como também se procurou estabelecer pontos de discussão com a literatura disponível sobre o tema. O avanço da cafeicultura paulista entre 1917 e 1937 foi motivado tanto por uma evolução favorável dos preços (até 1929) quanto por uma legislação altamente vulnerável no que se referia à apropriação de terras em grandes escalas nas zonas novas, sendo o domínio sobre a terra o ponto inicial para o estabelecimento de relações de trabalho amplamente marcadas pela desigualdade.

Mapa 3 – Investimentos na formação de lavouras realizados a partir dos municípios selecionados



Fonte: Elaborado a partir das escrituras pesquisadas em cartórios

Fontes Documentais

a) Documentação Cartorial (na ordem pesquisada – 2.047 escrituras):

- Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Franca. 1917-1937.
- Livro de Notas do 1º Ofício Civil de Campinas. 1917-1937.
- Livro de Notas do 1º Ofício Civil de Ribeirão Preto. 1917-1937.
- Livro de Notas do 2º Ofício Civil de São José do Rio Preto. 1917-1937.
- Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Catanduva. 1917-1937.
- Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Rio Claro. 1917-1937.
- Livro de Notas do 1º Ofício Civil de Lins. 1917-1937.
- Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Pirajuí. 1917-1937.
- Livro de Notas do 2º Ofício Civil de São Carlos. 1917-1937.
- Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Araraquara. 1917-1937.
- Livro de Notas do 1º Ofício Civil de São Manuel. 1917-1937.
- Livro de Notas do 1º Ofício Civil de Botucatu. 1917-1937.
- Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Jaú. 1917-1937.
- Livro de Notas do 2º Ofício Civil de Novo Horizonte. 1917-1937.

b) Fontes Impressas:

- ARARAQUARA. *Álbum de Araraquara para o ano de 1915*. Araraquara: Câmara Municipal de Araraquara, 1915.
- BOTUCATU. *Almanaque de Botucatu*. Botucatu: Ano I, num. 01, 1920.
- Caderneta de colonos da Fazenda Pau d'Alho.(1927-1931). Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas (TJC). Cx. 01, livros 01 a 20. Arquivos Históricos – Centro de Memória – UNICAMP.
- CALDEIRA, João Netto. *As nossas riquezas*. Município de São Manuel. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1928.
- CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, 1981. Vol. I, II e III.
- CONGRESSO AGRÍCOLA. *Anais do Congresso Agrícola de 1878*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1985. (Edição fac-similar).
- JAÚ. *Almanack do Jaú para o ano de 1902*. Jaú: Correio do Jahu, 1902.
- Jornal “Commercio do Jahu”. Jaú. Vários anos.
- Jornal “Correio de São Carlos”. São Carlos. Vários anos.
- Jornal “O Movimento”. São Manuel. Vários anos.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e outros ensaios*. São Paulo: Coleção do Depto. De Cultura, 1939.
- SÃO CARLOS. *Álbum de São Carlos 1916-1917*. São Carlos: Typographia Artística, 1917.
- SÃO PAULO: O Café. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1919, 1929, 1937-38.

Bibliografia

- ABREU, Dióres Santos. Formação Histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCL, 1972.
- ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana (1880-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a Economia Mundial 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente – estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Vozes: Petrópolis, 1988.
- ARLANCH, Flavia. *Formação do mercado interno em São Paulo: o exemplo de Jaú (1870-1914)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1977. Dissertação de Mestrado.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Linhagens historiográficas contemporâneas. Por uma nova síntese histórica. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, n.10, junho de 1998, p. 175-91.
- AURELIANO, Liana. *No limiar da industrialização 2*. Ed. Campinas: IE/Unicamp, 1999
- BACELLAR, Carlos A. P. & BRIOSCHI, Lucila R. *Na estrada do Anhanguera*. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A Dependência em Progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Campinas: IE/UNICAMP, 2001. Tese de doutoramento.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.
- BENINCASA, Vladimir. *Velhas fazendas*. Arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara. 1830-1930. São Paulo: Edufscar/Imprensa Oficial, 2003.
- BEOZZO, José Oscar. Noroeste Paulista: aspectos demográficos. *Revista de Cultura Vozes*, n. 09, 1969.
- BIANCONI, Renata. *Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870-1905)*. Campinas: Instituto de Economia, 2002. Dissertação de Mestrado.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Séculos XV-XVIII. Vol I. As Estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. *Para uma história serial: Sevilha e o Atlântico (1504-1604)*. In: Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso: a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1993. Dissertação de Mestrado.

- CHIACHIRI FILHO, José. *Do sertão do rio pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica, 1986.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1979.
- COSTA, Hernani Maia. *As barreiras de São Paulo*. (estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX). São Paulo: FFLCH, 1984. Dissertação de Mestrado.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.
- DEL RIOS, Jefferson. *Ourinhos*. Memórias de uma cidade paulista. Ourinhos: prefeitura Municipal, 1992.
- DELFINO NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura: Suplan, 1979.
- DEVESCOVI, Regina C. Balieiro. *Urbanização e acumulação*. Um estudo sobre a cidade de São Carlos. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea da UFSCar, 1987.
- DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *A propriedade da terra no Vale do Paranapanema*. A Fazenda Taquaral (1850-1910). São Paulo: FFLCH/USP, 1987. Tese de doutoramento.
- DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e índios no Vale do Paranapanema*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.
- DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)*. Rio Claro: FFCL, 1973.
- DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses*. Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DUARTE JR., Leovigildo. *Pequeno glossário para conviver no São Paulo do Brasil Colonial e melhor entender os documentos da época e os escritos posteriores sobre seus fatos e feitos*. Sumaré: mimeo, 2002.
- EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital*. Uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2002.
- EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos*. Campinas: Unicamp, 1989.
- FALEIROS, Rogério Naques. *Homens do café: Franca 1880-1920*. Campinas: IE/Unicamp, 2002. Dissertação de Mestrado.
- FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Vol. 08 (O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia). Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1997. 3ª ed.
- FERRÃO, André Munhoz de Argollo. *Arquitetura do café*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- FERREIRA, Valdir Geraldo. *Homens do Crédito: o fabricante da Igreja e a acumulação em Franca (1880-1929)*. Franca: FHDSS/Unesp, 2005. Dissertação de Mestrado.
- FOHLEN, Claude. *Faroeste (1860-1890)*. São Paulo: Cia das Letras: Círculo do Livro, 1989.
- FONT, Maurício. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933. In: Bernardo SORJ, Fernando Henrique CARDOSO e Maurício FONT. (orgs.) *Economia e movimentos sociais na América latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FRANÇA, Ary. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Guia da excursão n.3 realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: edição do conselho Nacional de Geografia, 1960.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª edição. São Paulo: Kairós, 1983.
- FURTADO, Celso Monteiro. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2002
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho no Brasil, 1871-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha*. Formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- GHIRARDELLO, Nilson. *Zona Noroeste: Café e Fazendas*. Trabalho apresentado no I Seminário do Café: História e Cultura Material, organizado pelo Museu Republicano Convenção de Itu, Museu Paulista/USP, entre 13 e 16 de novembro de 2006.
- GRANDI, Guilherme. *A Companhia Rio Claro de estradas de ferro e a expansão da fronteira do café no oeste paulista*. 1880-1892. Araraquara: FCL-UNESP, 2002. Dissertação de Mestrado.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.
- KENWOOD. A.G. & LOUGHEED. A.L.. *Historia del desarrollo económico internacional*. Madrid: Ediciones Istmo, 1995.
- KLEIN, Herbert S. A oferta de muarens no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. São Paulo: *Estudos Econômicos*, vol. 19, n. 2, p. 347-72, 1989.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas: Papirus, 1986.
- LEVI, Darrell E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura Livraria e Editora, 1977.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.
- LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. *Slavery and the Economy of São Paulo 1750-1850*. Califórnia: Stanford University Press, 2003.
- LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). São Paulo. *Estudos Econômicos*, vol. 28, n.01, p. 99-169. 1998.
- MANFREDI NETO, Pascoal. *O trem da morte: o imaginário do progresso na Noroeste (1905-1930)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. Dissertação de Mestrado.
- MANO, Marcel. *Os Campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2006. Tese de Doutorado.
- MARCONDES, Renato Leite. *O café em Ribeirão Preto*. Texto para Discussão n. 30 (Série Economia) Ribeirão Preto: FEARP/USP, 2000.
- MARCONDES, Renato Leite. *Desigualdades Regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. Ribeirão Preto: FEA-Usp, 2005. Tese de Livre Docência.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1979.
- MELO, Vilmo Guimarães. *A imigração italiana e a transformação da estrutura econômico-social do município de São Carlos*. Marília: FFCL/Unesp, 1975. Tese de doutoramento.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo de café nas bocas do sertão paulista*. Mercado Interno e mão-de-obra no período da transição 1830-1888. São Paulo: Unesp, 2003.

- MILLIET, Sérgio. *O Roteiro do Café*. Contribuição para o estudo da História Econômica e social do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MONBEIG, Pierre. As zonas pioneiras do estado de São Paulo. In: *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.
- MONBEIG, Pierre. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- MONTEIRO LOBATO, José Bento. “O Grilo”. In: *A Onda Verde*. São Paulo: Brasiliense, 1948.
- MONTEIRO LOBATO, José Bento. *Cidades Mortas*. 12ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- MONTEIRO LOBATO, José Bento. Velha Praga. In: *Urupês*. 34ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, s/d.
- NICHOLLS, William H. A Fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, n. 24 (4), p. 33-91, out/dez. 1970.
- NUNES, Ivanil. *Douradense: a agonia de uma ferrovia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. O povo brasileiro e sua evolução. In: *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1922.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Populações meridionais do Brasil*. Populações rurais do centro-sul. Vol. I. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Eduff, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. & MARCONDES, Renato Leite. *Negociantes de imóveis durante a expansão cafeeira em Ribeirão Preto (1874-1899)*. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – ABPHE. Caxambu: ABPHE, 2003. CD-Room.
- OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Economia e História*. Franca século XIX. Franca: UNESP/FHDSS: Amazonas, 1997.
- OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Ao lado do café: produção de exportação e de abastecimento*. Franca 1890-1920. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. Tese de doutoramento.
- OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. *Faces da dominação da terra (Jaú 1890-1910)*. Marília: Unesp-Marília Publicações; São Paulo: Fapesp, 1999.
- OVERY, Richard J. *The inter-war crisis 1919-1939*. Nova York: Longman, 1994.
- PAIVA, Maria Beatriz Vidal Negreiros de. *O projeto urbanístico em Jaú*. A ação política e os desdobramentos sócio-culturais. Assis: UNESP, 2001. Dissertação de Mestrado.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café – 1906/45: Teoria, política e mediação. In: *Ensaio sobre o café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Inst. Brasileiro do Café, 1973.
- PEREIRA, Valdeir Agostinelli. *Formação política de Marília: terra e poder na frente pioneira paulista (1924-1937)*. Assis: FCL/UNESP, 1990, p. 238. Dissertação de Mestrado.
- PERIDES, Paulo Pedro. *Um exemplo de processo de organização territorial: A sub-região de Jaú (1830-1930)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1980. Tese de doutoramento.
- PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: editora da Unicamp, 1994.

- PETRONE, Maria Theresa S. *Imigração*. In: História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, 2º vol., tomo III. São Paulo: Difel, 1978.
- PUPO, Trajano Carlos de Figueiredo & CIACCIA, Paulo Pinheiro Machado. *As primeiras fazendas da região de Botucatu*. Botucatu: Prefeitura Municipal de Botucatu, 2005.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos*. A E.F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956). São Paulo: FFLCH/USP, 1999. Tese de doutoramento.
- RAMOS, Augusto. Questões Agrícolas. *Revista Agrícola de São Paulo*. São Paulo, n. 130, 1902.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. 4.ed. Vol. I. São Paulo: Editora da USP; Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- SAES, Flávio. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, Vol. 03, n.7, 1989, p. 20-39.
- SAES, Maria Sylvia Macchione. *A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1997.
- SAKURAI, Célia. *Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada 1908-1941*. XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT 09 – Imigrações Internacionais. Caxambú-MG, 1998.
- SALLUM JR., Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura*. Oeste Paulista: 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Rio Claro*. Uma cidade em transformação. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.
- SANTOS, Jonas Rafael dos. *As Transformações da riqueza dos cafeicultores em Ribeirão Preto entre 1920 e 1951*. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – ABPHE. Caxambu: ABPHE, 2003. CD-Room.
- SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo: IPE/USP, 1980. Série Ensaios Econômicos.
- SANTOS, Rubens Rodrigues dos. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Publicação comemorativa do cinquentenário da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. Londrina: CMNP, 1975.
- SCARANO, Julia Maria Leonor. *O Imigrante: Trabalho, saúde e morte*. Florianópolis: UFSC, 1974. Tese de livre docência.
- SECRETO, Maria Verônica. *Fronteiras em movimento: o oeste paulista e o sudeste bonaerense na segunda metade do século XIX*. História Comparada. Campinas: IE/Unicamp, 2001. Tese de doutoramento.
- SEMEGHINI, Ulysses C. *Do Café à Indústria: Uma Cidade e seu Tempo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.
- SILVA, César Mucio. *Processos-crime*. Escravidão e violência em Botucatu. São Paulo: Alameda, 2004.
- SILVA, César Mucio. *Poder político e distribuição orçamentária em São Paulo na Primeira República (1890-1920)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2006. Tese de doutoramento.

- SILVA, Henry Marcelo Martins da. *O imigrante na urbanização cafeeira de São José do Rio Preto (1912-1940)*. Franca: FHDSS/UNESP, 2002. Dissertação de Mestrado.
- SILVA, Lígia Maria Osório. *A Fronteira e outros mitos*. Campinas: IE/Unicamp, 2001, p. 138. Tese de Livre-docência.
- SILVA, Lígia Maria Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital*. (1850-1980). Trad. Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Hucitec/ Ed. Unicamp, 2000.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. Série 30 anos Economia Unicamp.
- TAVARES, Maria da Conceição. Império, Território e Dinheiro. In: José Luís FIORI. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 3. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 456-57.
- TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café*. Franca 1885-1914. Campinas: IE/UNICAMP, 2006. Dissertação de Mestrado.
- TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no Interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Franca: UNESP/FHDSS, 2003.
- TOSI, Pedro Geraldo TOSI & FALEIROS, Rogério Naques. Nas Fronteiras do Capitalismo: a Mogiana e os (des)caminhos da expansão ferroviária. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 06, n.2, 2000, p. 111-26.
- TOSI, Pedro Geraldo, FALEIROS, Rogério Naques, TEODORO, Rodrigo da Silva. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/São Paulo 1890-1914. *Revista História*, São Paulo, vol. 24, n. 02, p. 291-327, 2005.
- TRUZZI, Oswaldo. *Café e Indústria*. São Carlos 1850-1950. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea UFSCar, 1986.
- TRUZZI, Oswaldo. *Fontes estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos. 1873-1940*. São Carlos: Edufscar, 2004.
- VANGELISTA, Chiara. *Os Braços da lavoura*. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). São Paulo: Hucitec, Instituto Italiano di Cultura, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991.
- VARGAS, Cláudia Regina. *As várias faces da cidade: Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916)*. Franca: Unesp/FHDSS, 2000. Dissertação de Mestrado.
- ZAMBONI, Sílvio Perini. *O café no norte paulista: a crise de 1929 na fazenda Dumont*. Piracicaba: ESALQ/USP, 1979. Dissertação de Mestrado.